AFFONSO DE E. TAUNAY
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

HISTORIA DO CAFÉ NO BRASIL

VOLUME DUODECIMO

NO BRASIL REPUBLICA

1906 — 1927

(TOMO II)

Edição do
DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ
Rio de Janeiro 1941

Historia do Café no Brasil

AFFONSO DE E. TAUNAY
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

HISTORIA DO CAFÉ NO BRASIL

VOLUME DUODECIMO

NO BRASIL REPUBLICA

1906 — 1927

(TOMO II)

Edição do
DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ
Rio de Janeiro - 1941

CAPITULO XL

O Commercio exterior brasileiro em 1919 — As operações de defesa do café — Prenuncios de grande alta de preços — Optima situação estatistica

O anno de 1919 bateu o record do commercio exterior brasileiro até aquella data. Nos quadros da exportação jamais houvera exercicio com maior movimento e apresentando maior valor.

Tudo provinha do augmento da remessa e da alta de cotação de diversos productos, entre os quaes avultava como era de esperar o café e com enorme parcella. Depois do victorioso movimento de defesa, o producto principal do paiz attingira excepcionaes preços e, concluido o armisticio de novembro de 1918, todos os mercados extrangeiros haviam tratado de recuperar os stocks dissipados durante a guerra. Jamais se verificara em periodo algum da vida brasileira tão auspicioso movimento. Era até certo ponto excepcional surgindo de cotações extraordinarias, produzidas por uma operação de defesa; mas o conjuncto apresentava cifras até então desconhecidas. Fizera, a desvalorisação da moeda com que novamente subissem os valores sem que o seu poder acquisitivo crescesse na mesma proporção; mas o augmento do commercio tão grande fôra que não se conhecia paralelo em nenhum periodo da historia nacional, embora descontando o deslocamento do valor da moeda.

Attingiu a exportação de 1919 1.908.000 toneladas, no valor de 2.178.719:000$000 ou 130.085.000 esterlinos e a importação a 2.780.000 toneladas correspondentes a ...... 1.334.259:000$000, ou 78.177.000 esterlinos.

Em tonelagem já haviam occorrido exercicios mais avantajados como em 1907, 1910 e 1912, sobretudo, mas em valor nenhum se lhe comparava.

Durante o periodo mais agudo da guerra, a exportação excedera em quantidade á importação, mas, depois do armis-

ticio, predominara a proporção dos tempos de paz. No Brasil, devedor e campo de applicação de capitaes, a exportação tinha que ser maior do que a importação, porque o paiz recebia mercadorias manufacturadas e exportava viveres e materias primas.

A exportação brasileira que ao cahir o Imperio attingira 255.779 contos chegara ao milhão pela primeira vez em 1897 (1.010.719 contos) para nunca passar além dos 1.137.100 contos de 1918. Em 1919 alcançou 2.178.719 ou £ .... 130.085.000, coisa jamais vista, muito acima de qualquer outra cifra congenere como a de 1912 (£ 74.649.000) maxima até então verificada.

Tambem apezar do cambio relativamente baixo vigente durante o anno e aliás em continua ascensão de 12 ¾ em janeiro a 14 ¼ em junho a 18 ⅜ em novembro e 18 ½ em dezembro o saldo de exportação se apresentou magnifico 844.460 contos ou £ 51.908.000.

Assim em 1919 se verificara o record da exportação e da importação.

O quadro da primeira provava que com a intensificação da cultura cafeeira, coincidindo com a Republica, a remessa para o exterior subira — em quantidade e valor. Houvera depois, a grande depressão que a valorização vencera e depois a crise de 1917 e 1918 que a defesa do café resolvera.

Assim a analyse da evolução de toda a exportação brasileira confirmava que nos ultimos quarenta annos, fôra o café o artigo regulador por excellencia, o padrão de todo o commercio exterior e de toda a economia nacional brasileira. Quando subia a exportação logo se fazia sentir. Só em 1865 e 1870 houvera saldos devidos ao algodão, assim como nos annos da grande guerra em consequencia do desenvolvimento dos chamados productos novos. Depois do armisticio, occorrera o retrahimento de taes productos. E d'ahi a queda relativa de 1918, que a alta de 1919 largamente compensara.

Convinha porém não confiar demais nos recursos fornecidos pela grande monocultura da rubiacea e tratar de angariar outros productos subsidiarios para a obtenção dos saldos exportadores, diziam as vozes prudentes.

Comentava contemporaneamente Victor Vianna retrospectista do *Jornal do Commercio*:

"Por emquanto, o café domina o commercio exterior na época normal, justamente porque, apezar de tudo, é o producto que exportamos em melhores condições technicas e por preços relativamente mais modicos.

Em outros, temos possibilidades que devemos aproveitar, mas como não possuimos o conveniente apparelhamento technico para o aperfeiçoar sua colocação é mais difficil."

Conviria pois melhorar todos estes artigos, mesmo porque o desenvolvimento do commercio brasileiro nos ultimos annos e o seu *record* em 1919 não se devera exclusivamente ao café. Para tão feliz resultado haviam tambem contribuido a banha. as carnes em conserva e congelada, os couros, as peles, o arroz, o assucar, o cacáo, a borracha, a cêra de carnaúba, os fructos oleaginosos, o matte, as madeiras, o milho, o manganez e diversos minerios.

Não fôra o accumulo de juros e as remessas de capitaes a differença a favor da exportação teria levado o cambio brasileiro muito mais acima do ponto que attingira.

Chegara pois, o momento para o Brasil organizar sua producção e commercio. O credito agricola e o industrial dependiam do credito geral. Dahi a necessidade da fundação de um orgão importantissimo como um banco central de redesconto emittindo para redescontar.

Para tanto seria necessario reserva ouro o que se conseguiria comprando o Thesouro o metal, accumulando-o e creando no Banco do Brasil a tão desejada carteira de redesconto.

Bastaria que ella funccionasse, abrindo aos bancos credito proporcional ao capital, para que estes estabelecimentos facilitassem o desconto, por saberem onde buscar a compensação em caso de necessidade.

A situação vigente não podia perdurar. Bons negocios, por vezes muitos dos melhores ficavam prejudicados porque as melhores garantias não podiam ser acceitas desde que os bancos não possuiam elementos para descongestionar as respectivas carteiras.

E além de tudo convinha sanear o meio circulante:

A lei de 1917 prohibira a exportação do ouro.

Tal medida, posta em pratica no começo da guerra teria produzido outro resultado.

A lei de 1918, por sua vez autorizando legitimas emissões sobre o metal adquirido pelo Governo, abrira margem á execução de programma seguro de resgate e valorização. Ao mesmo tempo permittia a emissão e fornecia recursos para minorar os males por ella acarretados.

O encaixe já obtido era uma garantia e uma promessa.,

Retrogradar seria occasionar prejuizos á economia nacional e impossibilitar, durante muitos decennios, qualquer solução definitiva e reguladora.

Não podia o paiz viver indefinidamente de expedientes. A falta de organização regular financeira e bancaria produzia, por toda a parte, crises, difficuldades, destruição de capitaes.

A prosperidade advinda dos saldos mercantis provocara, como sempre, em meiados de 1919, escassez de numerario, difficuldades de desconto nas principaes praças do paiz, porque a maior parte do dinheiro em giro se concentrara no interior, para pagamento dos productos agricolas e pastoris. Melhor organização bancaria e sobretudo um banco de emissão e redesconto corrigiria taes perturbações. Na impossibilidade de executar immediatamente este programma, o Governo, attendendo ás reclamações da praça, procurara estudar o assumpto.

O Banco do Brasil quizera, em 1919, organizar o Clearing House do Rio de Janeiro mas tal tentativa fracassara. E o anno decorrera sem que se houvesse fundado o tão desejado Banco Central de Redesconto embora a proposta orçamentaria para 1919 consignasse a fundação de uma carteira, para tal fim, no Banco do Brasil.

Recordava abalisado especialista em finanças que o café producto regularizador, da balança brasileira, maximo gerador das cambiaes do paiz, elemento basico de todas as transacções externas porque em geral só graças a elle occorriam grandes saldos, pela ascenção do valor das remessas, producto cujas oscillações de cotações impressionavam não só os meios agricolas e commerciaes como os bancarios e politicos, era e seria, ainda. por muito tempo, o magno regulador da economia do Brasil, paiz devedor, precisando de saldos mercantis para manter o nivel na liquidação de pagamentos.

Havia assim o maior fundamento no interesse com que todos acompanhavam as noticias a elle referentes e á fluctuação de suas cotações.

Conheciam os especialistas, perfeitamente, o manejo destas oscillações, mas ao grande publico escapava, em geral, a razão de ser de tal movimento. Esta ignorancia produzia, ás vezes, sensações de panico e receios que os menos familiarisados com taes assumptos não sentiam com a mesma intensidade.

Assim sendo, para o café se aplicava com mais propriedade a regra commercial de se accumularem *stocks* para regularizar preços e garantir o consumo.

Este oscillava, mas em menor proporção do que a producção. A não ser em épocas excepcionaes como a da guerra, tendia a subir em conjuncto mas este movimento ascendente soffria, de quando em quando, recuos.

As fluctuações da producção estas eram muito maiores. Assim em geral convinha estabelecer e accumular *stocks* aproveitar as safras abundantes para garantir o consumo nas épocas deficitarias.

Os grandes commissarios de café na Europa e nos Estados Unidos sempre assim haviam procedido constituindo *stocks* necessarios á garantia do consumo.

Assim fixavam um preço médio durante certo periodo, e não temiam prejuizos, porque já tinham armazenada a quantidade necessaria ás vendas de um trimestre ou mais.

Assim procediam, aliás, com todos os artigos de commercio, todos os commissarios e atacadistas do mundo.

Nas mercadorias que não se estragam ou desvalorizam os *stocks* podiam naturalmente ser maiores, como acontecia com o café. Mas nas outras havia sempre *stocks* em proporção as condições especiaes de cada artigo.

O negociante tinha assim interesse na estabilidade dos preços, mas de quando em quando perdia ou ganhava, conforme pretendesse acompanhar ou contrariar as tendencias que se accentuavam.

Levava o café a grande vantagem de genero a que a armazenagem não prejudica, decorrente da producção, variavel e consumo relativamente mais estavel. De modo que para o equilibrio dos preços, o que o consumidor sempre preferia era preciso que as grandes praças de distribuição possuissem grandes *stocks*.

As condições favoraveis de venda haviam augmentado em momento dado, a producção brasileira.

Dispunham as grandes praças de *stocks* sufficientes e recusavam pagar o café novo offerecido, por preço remunerador. Inaugurando uma politica de que devia o Brasil envaidecer-se, o Governo paulista, com auxilio do da União, comprara o excedente supportando os riscos da aventura. Occorrendo successivas safras menores, restabelecera-se o equilibrio e o Governo paulista vendera com proveito seu *stock*.

O que os commissarios da Europa e dos Estados Unidos não tinham querido fazer, por timidez ou falta de capitaes sufficientes, realizara, S. Paulo com segurança. Durante a guerra, sustentaram-se os preços graças a este processo, méra

aplicação pelo Estado, de uma operação commercial, velha como a propria civilização.

Como por falta de transporte, os centros de distribuição da Europa e dos Estados Unidos não haviam podido absorver a safra brasileira o Governo paulista com a cooperação financeira da União, comprara o excedente, accumulara *stocks*, com proveito vendidas ao cessar o impedimento.

Assim, os poderes publicos do Brasil tinham agido como qualquer negociante, que para tanto dispuzesse de capital além de seguro conhecimento da posição estatistica do café. Porque o mercado mundial do café, como os de outros artigos em condições de producção e venda semelhantes, oscillava entre duas tendencias.

Criam os baixistas, que a producção excederia as necessidades do consumo e dos *stocks* de garantia. Assim por precaução se preveniam contra possiveis aviltamentos de cotação. Os altistas suppunham que a producção não seria sufficiente para a conservação dos *stocks* habituaes, ou em exercicio vindouro, não corresponderia ao augmento do consumo. Offereciam por este motivo altos preços, confiantes no movimento ascendente...

Entre estas duas tendencias do commercio legitimo, se intromettia a especulação a accelerar, retardar ou provocar panico, ora para um lado, ora para o outro... Mas quando o deficit se apresentava notorio ou quando o saldo era grande, ou o equilibrio perfeito, a especulação nada conseguia fazer. Accentuava ou precipitava tendencias porém não inventava coisa alguma. Promovia crises pela incitação das imaginações e nada mais, e ás vezes creava situações artificiaes, aproveitando-se de estatisticas não bem conhecidas.

Quando a maioria dos negocios legitimos de um producto acreditava que as tendencias eram de alta, especuladores ferozes com a costumeira audacia, lançavam o panico ao mercado adquiriam *stocks* e ganhavam muito emquanto outros se arruinavam.

Especulações deste genero haviam sido e eram communs e celebres nos Estados Unidos e na Europa sobre o trigo, o algodão, e o petroleo. Com o café eram as proporções menores embora a jogatina existisse.

Logo depois da paz, o Brasil, com o commando do mercado do café, sabia pelas estatisticas, poder esperar melhores tempos. As grandes praças de distribuição dos Estados Unidos e da Europa precisavam reconstituir os *stocks*.

Eis o motivo pelo qual haviam acceito altos preços, tanto mais quanto as reservas da defesa do café não se achavam no commercio. Taes *stocks* embora não reconstituidos não estavam desfalcados. Occorriam retrahimentos, de quando em quando, mas sem grande significação. As estatisticas eram todas favoraveis e portanto, a situação do café tranquilla e segura.

Para, porém conservar esta posição tornava-se essencial que o Brasil não perdesse o commando dos mercados. Era imperativo trabalhar-se pela expansão do consumo e vulgarizar estàtisticas, meio de maxima efficiencia para se desmoralizar a especulação.

Quando porém o retraimento era natural, só podia ser combatido ou por uma operação vasta como fora a Valorização, mas de efeitos limitados, ou pelo alargamento do consumo, que constituia a conquista mais garantida.

Não havia entretanto no momento, motivo para grandes alarmas.

Precisava o Brasil e quanto antes, porém, aproveitar os ensinamentos de todos os dias para consolidar e aperfeiçoar a politica cafeeira, que já lhe dera tão positivos resultados e não podia ser abandonada.

Durante a conflagração mundial haviam os governos fiscalisado os *stocks* forçando os negociantes a um tabellamento de vendas.

Cada vez mais se apparelhava melhor, para a defesa, a organisação commercial cafeeira do Brasil.

Assim a situação das estatisticas era sobremodo favoravel em meados de 1920 e a crise verificada em relação ás cotações dos annos anteriores, não poderia ter outra explicação senão a da especulação extrangeira, avida de reconstituir, por baixo preço, os *stocks* desaparecidos durante a guerra.

No Brasil se dispunha dos elementos necessarios ao calculo dos *stocks*, e do consumo provavel das safras proximas.

Os jornaes, as grandes casas commissarias, as repartições paulistas, as Associações Commerciaes do E. de São Paulo e o Centro de Commercio do Rio de Janeiro, dispunham de elementos que poderiam servir de base, mais ou menos segura.

Achava o *Jornal do Commercio* porém que ainda deixava bastante a desejar este apparelhamento estatistico. Havia por exemplo bastante falhas no que dizia respeito á producção dos concurrentes do Brasil e o consumo entre os diversos povos.

Os baixistas norte americanos agitavam-se desesperada-

mente a affirmar que as cotações cahiriam. Mas por emquanto baldada se mostrava seu frenesi.

Com os elementos documentadores das cifras da existencia, producção, consumo e possibilidades do commercio de café, não se encontrava base segura para se admittir provavel modificação nos prognosticos optimistas feitos no Brasil.

A safra de 1919-1920 não iria além de 11.500.000 saccas das quaes 8 sahiriam de Santos 2.250.000 do Rio de Janeiro, 750.000 de Victoria e Bahia. O resto do mundo produziria, no maximo, 5.000.000. num total portanto, de 16.500.000.

O *stock* visivel a 30 de junho de 1919 se avaliava em seis milhões de saccas o consumo oscillaria entre 16 e 19 milhões para um total disponivel de 22.500.000. Na peior hypothese, com o consumo de 16 milhões o *stock* mundial, no fim da safra, contaria 6.500.000 saccas. Mas não seria impossivel, que se reduzisse a cinco e meio milhões até a tres e meio milhões.

Haveria ahi uma phase de verdadeira fome de café tal qual succedera nos ultimos annos do Imperio. A situação pois, afigurava-se optima aos productores. Convinha cerrar os ouvidos ás falsidades dos pescadores de negocios bons e contestar-lhes as estatisticas tendenciosas.

Contava-se que, no exterior, em diversos pontos do Globo, havia tendencias a que se invertessem capitaes em novas lavouras. Mas por emquanto com o periodo de lento desenvolvimento do cafeeiro não se divisava um perigo proximo de concurrencia. Os francezes falavam bastante em incrementar a producção de suas colonias mas até então pouco, muito pouco haviam feito.

CAPITULO XLI

Questões cafeeiras em Minas Geraes e Rio de Janeiro e Bahia — Mensagens presidenciaes destes estados em 1919 — Representação da Associação Commercial do Rio de Janeiro — Baixa notavel da immigração no Brasil — A missão Navarro de Andrade, ao Extremo Oriente, de estudos cafeeiros — Advertencia quanto á possibilidade do apparecimento no Brasil de grave flagello do café

Em 1919 exportou o Brasil 12.963.250 saccas de café ao preço medio de 94$611 e num valor total de Rs. .... 1.226.462:771$000 ou £ 72.607.208, lembravam economistas bahianos, Ferreira Barbosa, M. de Lacerda, etc.

Cabiam a:		valendo
Santos..	9.426.335	946.526:621$000
Rio de Janeiro	2.507.436	200.902:125$000
Victoria	603.022	42.590:926$000
Bahia..	275.285	19.288:582$000

Surgiam novas zonas de producção. Assim Pernambuco que em 1918 produzira 9.928 saccas, apenas, agora concorria com 123.820 valendo 9.271:402$000. Outras se reanimavam como a Bahia que das 49.620 saccas de 1918 passara a quasi sextuplicar a producção no anno seguinte.

A Bahia já produzira muito café, escrevia um articulista. Mas, depois da grande crise, descurara notavelmente tal producção. Em 1897, primeiro anno em que a Directoria de Rendas do Estado funccionara, a estatistica registrar auma exportação de saccas 299.108. Em 1898, 373.348. Nessa época era Amargosa o grande centro productor. As plantações continuavam pela margem da estrada de ferro de Nazareth até Jequié e Mundo Novo. Maragogipe, Chapada, Lençóes e Campestre eram outros grandes entrepostos de café. O café

de Maragogipe tornara-se famoso por ser o de grão mais graúdo que se conhecia. O de Chapada muito afamado attingia preços especiaes.

Em principios do seculo XX a desvalorização tornara abandonada a lavoura, em muitos municipios onde o mato tomara conta dos antigos cafezaes. Notava-se porém, maior animação com a alta dos preços.

Nos ultimos annos, a exportação soffrera as seguintes oscillações:

	Saccas
1912	189.579
1913	98.475
1914	89.482
1915	229.529
1916	224.287
1917	109.389
1918	117.594

Por contracto de 28 de agosto de 1917, celebrado em virtude da lei n. 3.316, do mesmo mez, o Governo Federal abriu ao Estado de São Paulo um credito até 150.000 contos de réis, destinado a promover a defesa do café .Para a realisação deste plano, entregou ao Estado 110.000, em prestações, no periodo de 29 de agosto a 28 de junho de 1918.

A tal proposito lembrava a mensagem do Presidente da Republica, para 1920 que o "Estado de São Paulo assumira inteira responsabilidade pelos adiantamentos que recebera sobre os quaes não ficara obrigado a pagar juros, por se ter convencionado associar o Governo Federal aos lucros porventura obtidos com a operação."

Só em 1919 se iniciara a venda do café adquirido e armazenado em Santos e no Rio de Janeiro. Tendo-se em vista os preços das vendas e outros factores da operação, era de prever que ella trouxesse para o Thesouro vantagens consideraveis. Até 31 de março ultimo, o Estado de São Paulo já havia entregue aos cofres federaes, por conta do convenio Réis 37.752:204$000.

A 14 de agosto de 1919 representava a Associação Commercial do Rio de Janeiro ao presidente de Minas Geraes, Dr. Arthur da Silva Bernardes sobre o caso da regulamentação da sobretaxa do café cuja cobrança affirmava, assim como se estava effectuando, traduzia-se em grave prejuizo para os lavradores mineiros.

Fora imposição resultante do Convenio de Taubaté e deveria ser cobrada no momento da exportação para o Exterior e assim se procedera até 1916. Em janeiro de 1917, porém, o Congresso de Minas entendera que ella fosse cobrada á entrada no mercado do Rio recahindo a percepção sobre a quota do café mineiro destinado ao consumo da praça. Mas igual providencia não mandara executar para os cafés mineiros destinados a Santos, onde continuava a ser exigido sómente no momento da exportação.

Verificara-se, assim, desde logo, desigualdade no criterio da incidencia na cobrança de uma imposição, quando as leis estatuiam para todos, igual tratamento.

D'ahi o apparecimento em juizo de mandatos prohibitorios expedidos a favor de dezenas de commissarios, consignatarios de cafés mineiros, mandatos não contra a cobrança do imposto em si, mas contra a do mesmo imposto no momento da chegada do café ao mercado do Rio, indole oposta ao determinado na creação da lei.

Os consignatários de taes cafés em nome dos respectivos comitentes, haviam-nos vendido successivamente, a firmas exportadoras. Fora a sobre-taxa pontualmente paga no acto da exportação para o Exterior e sem a menor discrepancia. Desta normalidade absoluta e incontestavel só devia ser exceptuada a quota consumida no Rio e equitativamente distribuida entre os cafés mineiros e fluminenses. Da contenda judiciaria proveniente do mandado prohibitorio viera a prevalecer a opinião do Governo, de continuar a cobrança no Rio no acto da chegada, proseguindo embora as normas contrarias a ser mantidas pelo Governo de Minas, para os fazendeiros que expediam café para o Porto de Santos. Os consignatarios dos cafés mineiros não mais se haviam insurgido contra a decisão judiciaria, e voltavam, vencidos mas não convencidos, a pagar o imposto em nome dos comitentes, como lhes era exigido.

D'ahi nascera verdadeira especulação sobre guias, prejudicial aos productores mineiros. E aggravara-se a situação com uma decisão recente do governo mineiro mandando cobrar directamente, no Rio de Janeiro, o pagamento da sobre-taxa durante doze mezes de 1917 e os 6 primeiros de 1918, o que correspondia a nova e segunda cobrança do que já fora pago. Assim reclamava a Associação contra tal estado de coisas pedindo equidade de tratamento sob a base vigente para os exportadores de Santos.

A 26 de novembro de 1919 declarava o Governo do Estado de São Paulo que á vista das difficuldades advindas do

negociamento directo do seu *stock* de café que quasi attingia trez milhões de saccas resolvera encarregar o Banco do Commercio e Industria de S. Paulo de tal transacção. Seriam as operações effectuadas pelo Banco, para as quantidades que o Governo resolvesse, no momento que este reputasse opportuno. e pelo preço que julgasse acceitavel.

Não se tratava de venda immediata do *stock* do café, mas sim da adopção de processo para a colocação deste nos mercados consumidores.

Tinha isto de ser feito por meio de apparelhos commerciaes e nenhum, pelo credito e circumspecção com que era administrado, offerecia melhores garantias, do que o Banco do Commercio e Industria de S. Paulo.

Em Genova, contemporaneamente, fundara-se um consorcio para a exploração do café na Italia.

A 14 dc junho de 1919, o Centro do Commercio do Café do Rio de Janeiro aprovou novo typo para o ensaque do genero determinando, que ficasse estabelecido para a exportação de café pelo porto do Rio, um unico typo, no qual se empregaria fazenda de superior qualidade, semelhante a usada no porto de Santos. A fazenda teria a largura de 95 centimetros e seria cortada em 1m.50 em sua extensão, para cada sacco, tendo ainda como caracteristica especial uma cinta de cor azul.

Sendo necessidade, de longo tempo sentida, a uniformisação da saccaria, todos os associados do Centro do Commercio de Café se compromettiam a só usar o typo aprovado e a concorrer, por meios convenientes para a sua geral adopção.

Para evitar a desvalorização da embalagem geralmente usada no transporte de generos vindos do interior, enviaria o Centro circulares a todas as casas de commercio de café aconselhando-lhes o uso da sacca padrão com a medida de 1 metro e 47 centimetros, de modo a poder servir quando usado na applicação de embarque de bono, como era conhecido o genero despachado em dois saccos.

Em 1919 o Presidente de Minas Geraes, Dr. Arthur da Silva Bernardes, pedia a attenção do Congresso estadual para a situação do café, genero que mantinha a funcção excepcional de thermometro da economia brasileira.

Producto verdadeiramente abençoado tornara ao Brasil prospero e constituia a base da riqueza mineira e a mais copiosa fonte de receita publica. Não tivera como elle, Presidente, accentuara em sua plataforma presidencial sido tratado com a attenção e a sympathia merecidas.

Considerando-se afastado o perigo da super-producção pela abertura de novos mercados e o alargamento do consumo em diversos paizes para o qual, certamente, haveria de concorrer a clausula do Tratado da Paz relativa á concurrencia desleal e ás falsificações, parecia a occasião propicia para os poderes publicos e o publico, em geral, olharem com mais carinho para esta mercadoria sem rival, que vinha vivendo, sem o alento official prodigalizado á producção de outros generos.

As zonas da Matta e do Sul mineiros, que se desentranhavam nas mais variadas producções, haviam sabido guardar fidelidade á lavoura cafeeira, que as enriquecera. Conservariam sem duvida, a posição alcançada á custa de longos annos de indefesso labor, se resolutamente adoptassem os modernos processos de cultura.

Alguns fazendeiros, convencidos de que a sciencia fornecia recursos para restituir á terra a primitiva fecundidade, já haviam abandonado o velho habito de só plantar café em terras frescas nas derrubadas e queimadas de florestas virgens.

Outros já tinham comprehendido o partido a tirar dos cafezaes existentes por meio da póda e da adubação, capazes de operar verdadeiros milagres no rejuvenecimento das lavouras velhas e envelhecidas.

Cumpria ao Governo ajudar a Lavoura a remodelar os méthodos até então seguidos, difundindo o uso de machinas e adubos e o ensino dos preceitos da agronomia moderna.

Embora se abrissem largos horizontes á producção cafeeira nas terras virgens dos vales do Mucury e do Rio Doce, seria um crime esquecer, as regiões classicas do café, cujo futuro reclamava toda a attenção dos poderes publicos.

Referindo-se ao incidente occorrido na praça de Santos em 1919 com os cafés, do chamado typo Rio, dizia o Presidente Dr. Arthur da Silva Bernardes ao Congresso Mineiro que houvera um momento no qual o commercio de café das regiões da Matta e do Oeste se perturbara na praça paulista, ameaçando de serios prejuizos lavradores e compradores.

No intuito de velar pela fiel execução das vendas a termo na Bolsa santista, alli prohibira o Governo de S. Paulo a cotação dos cafés *typo Rio*. Entendimento immediato dos dois Governos, de par com outras reclamações, trouxera, como resultado, a modificação da medida, tão nociva á producção mineira.

Com effeito revigorara o Governo de S. Paulo, pouco depois, o caracter absoluto da prohibição adoptada, para permittir a cotação do café *Typo Rio,* sob esta denominação.

Satisfizera esta solução, normalizando-se o mercado de café mineiro em Santos.

Ao mesmo tempo, attendendo a reclamações dos productores da zona da Matta e dos negociantes de café, do Rio de Janeiro quanto á enorme disparidade das pautas fluminense e paulista, fixada esta no Convenio Fiscal com o Estado de São Paulo, propuzera e obtivera o governo mineiro modificação do convenio, pela qual conseguira autonomia para cobrar em Santos pela pauta mineira. Permittira isto diminuir a desigualdade, sem sacrificar os interesses fiscaes do Estado.

Recentemente criada no Rio a Bolsa de Café della se esperavam resultados beneficos, com vantagem para os productores, como se vinha dando com a de Santos.

Continuava o Governo a estudar o problema da tributação do café e confiava em que a reforma do imposto territorial, desde que entrasse em plena execução, permittiria, aliviar ao café assim como os demais productos da lavoura e da pecuaria, do imposto de exportação.

Continuava o café a ser o magno producto de Minas Geraes, dominador da vida economica e financeira do Estado. A producção mineira avaliava-se, em 1919, em 189.807:759$.

Continuava portanto a ser o principal factor da riqueza publica e particular mineira. Assim não podia o Governo deixar de olhar com especial sympathia para esta mercadoria maravilhosa, a que se devia a independencia economica e, com ella a politica além do polimento de uma civilização superior em extensas regiões mineiras.

Em quantidade subira a exportação a 153.644.064 kilos ou mais 28.795.012 kilos do que em 1918.

Pelo lado orçamentario culminava sua importancia cuja contribuição na receita fora de 12.039:269$177.

A leitura destes algarismos infundia animo para encarar com desassombrada confiança o futuro do Estado de Minas.

O valor da exportação do café mineiro já ultrapassara o algarismo global da exportação do Estado, dez annos antes.

As zonas da Matta e do Sul de Minas, desfructavam um periodo de relativa abastança, graças á sua lavuora a quem cabia o privilegio de melhor e mais duradoura cotação.

Tudo levava a crer na duração de tal prosperidade, porquanto assumira o Brasil posição dominante no commercio cafeeiro. Não havia razões para se temer a super-producção, em vista da abertura de novos mercados e do alargamento do consumo em varios paizes, principalmente nos Estados Unidos,

onde a prohibição do alcool acarretara, consideravel accrescimo no uso do café.

O unico perigo sério residia na revisão dos impostos alfandegarios dos paizes para impedir taxações prohibitivas. Mas, como este mal poderia ser facilmente conjurado por meio de opportunas concessões de favores reciprocos nas pautas aduaneiras, declarava-se o Presidente Bernardes convencido da estabilidade da lavoura cafeeira, se o Governo a amparasse com o credito, minorando-lhe os gravames fiscaes, dando-lhe braços e auxiliando-o a transformar os antigos processos de fórma a ainda aproveitar velhas culturas e iniciar novas em terras adubadas.

Em agosto de 1919 chamava o presidente do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Raul de Moraes Veiga, a attenção do congresso Fluminense para a situação anomala da praça do Rio de Janeiro cuja Associação Commercial, instigada pelos exportadores, reclamava providencias urgentes para o escoamento do grande *stock* de café alli retido.

Era preciso prestar o maior cuidado á transformação da tributação da exportação para a do imposto territorial.

Declarava-se o Presidente muito adverso á primeira que empobrecia as classes productoras.

A lei de 10 de outubro de 1913 cogitara da suppressão gradativa dos impostos de exportação, a medida que se fosse elevando a arrecadação do imposto territorial.

Mas os resultados praticos desta tentativa não haviam correspondido aos intuitos do legislador, não obstante a modicidade das taxas.

O montante da arrecadação da nova taxa, em seu caracter de substituitivo da de exportação, accusava sensivel differença, para menos, em relação ao computo do respectivo lançamento.

Era preciso, antes de tudo, levantar o cadastro do Estado, o campo da taxação *ad valorem.*

Determinadas, definitivamente, as linhas fronteiriças com Minas Geraes, cessariam os inconvenientes de que provinha a dispersão dos productos fluminenses, sobretudo o café, cuja exportação se fazia por Santos, como producto de origem mineira.

Aos exportadores, esta declaração de procedencia assegurava maior vantagem, dada a existencia do Convenio, que Minas e S. Paulo, entabolaram para o effeito de se arrecadar, na Recebedoria de Santos, o imposto de 8 % *ad valorem,* e

a taxa de 3 francos por sacca, restituindo-se, ao primeiro daquelles Estados as importancias arrecadadas.

A situação do mercado e as condições da exportação por Santos, aconselhavam a realizar, sem tardança, identico Convenio, para se assegurar á producção fluminense as mesmas vantagens que a mineira já auferia com proveito para o erario publico.

A Associação Commercial do Rio de Janeiro, a 3 de setembro de 1919, reclamava do Governo providencias para a urgente necessidade da reorganização bancaria brasileira, pedindo a creação de um banco de redesconto. Entendia que para a movimentação da producção eram precisos nada menos de 1.700.000 contos em giro, distribuidos do seguinte modo:

	Contos
Café	300.000
Assucar	180.000
Cacau	50.000
Fumo	50.000
Borracha	100.000
Cereaes	120.000
Pecuaria	150.000
Diversos productos . . .	150.000
Para as industrias . . .	700.000

Não se documentavam estes numeros por meio de dados estatisticos parecendo nos que a parcella referente ao café se apresentava muito baixa em relação por exemplo ao do cacau. Se a exportação deste producto fora de 4,3, em 1919, em face dos 56,3 do café que paridade havia entre taes cifras?

A immigração como de esperar cahira notavelmente com a Guerra. Baixara de 82.572 individuos em 1914 a 32.206 em 1915, a 34.000 em 1916, a 31.192 em 1917 e somente a 20.501 em 1918!

Em quarenta e um annos, de 1887 a 1918, tinham entrado no paiz 2.813.305 immigrantes dos quaes 1.224.280 italianos, 752.105 portuguezes e 472.210 hespanhoes 96.000 polacos e russos e 68.445 austriacos e 60.199 allemães. A porcentagem de extrangeiros mostrava-se consideravel em S. Paulo (23,18). Paraná (13,79) Rio Grande do Sul (12,25) S. Catharina (10,03) minima nos estados do Nordeste, (abaixo de um por cento). Só de europeus meridionaes haviam emigrado ...... 2.448.593 ou fossem quasi 87 por cento.

Voltando de sua commissão de viagem de estudos no Extremo Oriente realizou em março de 1919 o Dr. Edmundo Navarro de Andrade uma conferencia sobre a cultura do café em Java que chamou vivamente a attenção dos interessados e do publico em geral.

Adversario acerrimo aliás dos *corners*, relatou que, a seu ver, a grande extensão da cultura cafeeira do Oriente, sobretudo nas Indias Hollandezas, não correspondia a sua producção.

Assim não havia motivos para, no momento, pelo menos, receiar-lhe a concurrencia. O clima e os solos alli não eram mais propicios que os brasileiros, offerecendo estas condições excepcionaes.

Males sem conta alli destruiam todo o esforço dos cultivadores da rubiacea. O braço tanto em Java como em Sumatra, era mais caro que no Brasil. Tinham os cafeicultores contra si, tudo quanto os brasileiros a favor.

Inimigo das valorisações, irreductiveis, declarou o Dr. Navarro que a unica vantagem dos cafeicultores do Extremo Oriente residia apenas na ausencia de taes operações.

Quando em S. Paulo por 120$000 se conseguia um alqueire derrubado e queimado para plantação de café, trabalho feito de empreitada e portanto, dando lucro ao empreiteiro, em Java, este mesmo serviço custava, por administração, Rs. 180$000.

Em Sumatra ainda era o preço maior. A plantação e demais trabalhos culturaes, mostravam-se muito mais caros do que em S. Paulo.

Mas a cultura do café em Java se fazia de consociação e não era a principal. Entretanto com o preço actual do producto, estabelecera-se uma duvida: se se abandonaria a borracha pelo café, ou se melhor seria conservar a ambos.

Havia tendencia a se acceitar a ultima solução.

Nestas condições poderia o Brasil eliminar o concurrente com a maior facilidade, se pudesse colocar o café nos mercados europeus por preço mais barato.

Tinha sobre os concurrentes a par das vantagens citadas, a da concentração das colheitas, realisadas durante trez mezes apenas, quando elles colhiam durante todo o anno forçadamente.

Outra: a do beneficiamento do café, em Java carissimo. A cotação do grão era de ordinario, feito por mulheres, processo muito menos conveniente que o brasileiro: a cata mecanica.

De modo que o custo de producção, estabelecido o parallelo, vinha a ser muito mais barato no Brasil.

Com 16$000, preço médio, obtinha-se aqui uma sacca de café, ao passo que em Java custaria de 20$000 a 22$000, a da especie robusta e 40$000, a da arabica.

Mas mercê de impostos e gravames, no mercado de Londres o café brasileiro custava 42$000 por sacca, ao passo que o de Java se offerecia por 31$000 apenas!

Nos impostos, e gravames, estava o ponto principal do problema paulista e brasileiro.

Como resolvel-o?...

Não se devia certamente pensar em diminuir o salario do operario rural, já mal pago e que ao envez disto precisava ser augmentado. Convinha reduzir os gravames equivalentes a 33 % do valor do producto.

Chamou o Dr. Navarro a attenção para o café robusta que era commum em Java e no Brasil por assim dizer desconhecido.

Frisou depois a circumstancia de que seria de toda a conveniencia premunir-se contra a possibilidade da irrupção no cafesal brasileiro das pragas que assolavam o de Java, flagellos que pareciam ter particular eleição pelas variedades do *coffea arabica.*

Assim tambem desde muito se preconisava a enxertia como meio de resistir á geada e no emtanto nada se fizera de pratico neste sentido havendo se verificado que os cafeeiros assim tratados tinham muito mais resistencia do que os demais.

Terminando relatou o Dr. Navarro um caso de summa gravidade. Comunicou que em Java — foco de molestias innumeras — acabava de apparecer um insecto que atacava violentamente a cereja do café destruindo-a por completo. De tal sorte a voracidade do hexapodo que já dera prejuizo calculado em 3 % da producção ameaçando-o na totalidade.

Era de notar que já na America Central se observara esse terrivel insecto. Estava o orador convencido de que elle passaria ao Brasil graças ao descuido causando a sua principal fonte de riqueza extraordinarios damnos.

Era a invasão do terrivel *Stephanoderes hampei* que o eminente agronomo paulista denunciava cinco annos antes de se verificar que o nefastissimo coleoptero se achava inexpugnavelmente implantado no paiz acastellado inicialmente nos cafesaes de Campinas.

CAPITULO XLII

A situação economica financeira em 1920 — Depreciação dos productos brasileiros — Prenuncios de crise — Prejuizos dos importadores — Situação do café — Depressão dos preços e do volume exportado — Situação estatistica boa — Contracto entre a União e o Estado de S. Paulo para a defesa do café — Dados sobre a liquidação dos serviços da Valorisação de 1906 — Operações de defesa do governo federal e do paulista

Apresentou-se 1920, economica e commercialmente falando, muito diverso do anno anterior que se caracterisara pelo movimento extraordinario da exportação com reflexos sobre toda a economia nacional escrevia Victor Vianna ao se encetar 1921.

No principio do anno, no primeiro trimestre, ainda houvera movimento maior; com ascensão das remessas no interior e cambio favoravel, revelado pelas taxas altas. Mas tudo depois se retrahira.

Fôra rapida a depreciação dos productores brasileiros e, assim, a exportação rendera muito menos. Á proporção que os mezes passavam, a differença se accentuara. Continuaram as vendas para o interior mas em muito menor quantidade tanto em volume, quanto em valor.

Ora, paiz novo, sem capitaes e sem recobramentos externos dependia toda a sua economia da exportação. D'ahi a depressão.

Embora fosse o Brasil, o paiz menos colonial da America do Sul, ainda assim tinha producção primaria que precisava exportar, pois della vivia.

Devedor, necessitava de 25 a 30 milhões de esterlinos annuaes para o saldo da balança mercantil e fazer face aos serviços de juros e outras despezas, na Europa e nos Estados Unidos.

Este saldo no momento não podia ser transformado em ouro e sim em credito. Em 1919 verificara-se grande saldo, o maior da historia economica do paiz.

Fôra, pouco antes reencetado o pagamento dos juros das dividas federaes, estaduaes, municipaes e particulares, suspensos em virtude de accordos ou substituidos pelos titulos dos *funding-loans*, de modo que as remessas de cambiaes para o Exterior haviam tomado maior desenvolvimento esgotando-se em pouco tempo as disponibilidades existentes.

Como as taxas altas favorecessem a importação as encommendas se tinham avolumado. Durante a guerra, tudo quanto se importara fôra vendido. Muitos importadores haviam então supposto que esta tendencia de absorpção dos mercados não se modificaria. Dahi o facto de se acceitarem offerecimentos e se fazerem espontaneamente novas encommendas.

Era, de facto, necessario restabelecer os *stocks* e aproveitar as vantagens decorrentes de um periodo de transição.

Os inglezes dispondo de excellente serviço de informações, faziam offertas attrahentes. Os norte-americanos, outr'ora tão rigidos nas praxes commerciaes, mas agora baseados na lei Edge, pela primeira vez haviam offerecido todas as facilidades.

Precisava o paiz de facto, de todas estas mercadorias. Sahia da interrupção de communicações provocada pela guerra. Impunha-se-lhe desenvolver o apparelhamento technico, a compra de machinismos, instrumentos e utensilios. Assim coincidira a baixa relativa da exportação pela desvalorização dos preços, com a alta extraordinaria da importação. Os grandes centros consumidores do interior, consumidores dos productos agricolas e artefactos nacionaes e mercadorias importadas, haviam precisado portanto, exportar suas materias primas, para depois comprar.

Em 1919, verificara-se um *boom* quasi geral. Em 1920, a depreciação attingira a quasi todos os productos brasileiros. Assim, os grandes centros consumidores retrahiram-se preferindo não comprar.

As praças, do interior deixaram de o fazer ou até mesmo cancellaram as encommendas. Os grandes mercados de distribuição resentiram-se tanto mais quanto o retrahimento do interior fizera com que não voltasse ao littoral, findas as safras, o habitual volume de dinheiro.

Assim, em agosto de 1920 haviam principiado as premencias de uma das costumeiras crises nacionaes de desconto. Todos os annos, por esta época se dava o mesmo phenomeno.

mas a crise só se aggravava quando as compras se retrahiam nas praças de distribuição no segundo semestre do anno.

Em 1920, porém, em consequencia da crise de preços dos principaes productos de exportação, as difficuldades se tinham tornado maiores e mais prementes.

Ao mesmo tempo, as grandes encommendas dos importadores tinham aggravado a situação. As compras haviam sido feitas na persuasão do proseguimento de vendas anormaes. Ao passo que a importação augmentava, as vendas para o interior diminuiam. De modo que os grandes centros distribuidores ficaram de momento para outro, no meio de serias difficuldades. Á situação aggravara a crise, justamente, o facto de se comprar muito no Exterior e do que se vendera para o extrangeiro render menos. De tal situações decorrera a baixa cambial. Á balança mensal dos valores da exportação e da importação produzira accentuado deficit que se accentuara até novembro, quando diminuira pela restricção forçada das compras.

Da retracção dos consumidores no varejo resultara a dos varegistas na industria e no commercio importador, repercutindo, este embaraço sobre os bancos.

Tiveram estes de acceitar reformas de titulos deixando de attender a novos negocios, com isto diminuiram os descontos e assim as transações todas se haviam resentido. Naturalmente, mais prudentes ante tal situação, novos embaraços haviam creado os bancos. Negociantes, industriaes e agricultores, com excellentes titulos e garantias mais idoneas, não tinham conseguido obter o dinheiro de gyro de que careciam.

A isto se ajuntara a impontualidade de departamentos dependentes dos diversos Governos federal estaduaes e municipaes. Todas as operações baseadas nestes esperados pagamentos fracassaram.

Assim desappareceram grandes capitaes com que as praças contavam. Não vieram recursos do interior para as compras, porque a exportação rendera menos, não se escoara toda a producção das fabricas e não se vendera tudo o que se importara.

Como muitas contas officiaes não houvessem sido pagas em dia, centenas de milhares de contos tinham deixado de se movimentar como fôra licito esperar.

Ao lado disto a quéda brusca do cambio prejudicara muito aos importadores e os novos negocios com os Estados tinham soffrido abalos, d'ahi decorrendo verdadeiros sacrificios para o commercio.

A maior parte das transacções do paiz ainda continuavam a ser feitas sobre Londres. Cerca de trez quintos do movimento de cambiaes tinham Londres por objecto um procurava Nova York. Dividia-se o resto por diversas praças.

A depreciação da libra em relação ao dollar contribuira para maior alta deste até junho e julho. Desta data em diante, a libra sempre se valorizara um pouco, embora continuasse abaixo do par, com uma depreciação de cerca de 20 %.

Pela primeira vez na historia do intercambio brasileiro vira-se o valor das importações dos Estados Unidos superar o das exportações do Brasil para a grande Republica do Norte.

Assim, agira o cambio como factor de baixa, em relação a Nova York, ficando a moeda brasileira muito mais depreciada em relação ao dollar do que em relação á libra.

Não dispunha o Brasil de ouro para promover o equilibrio do cambio ao par pela remessa de metal correspondente ao deficit da troca de mercadorias.

A diminuição effectiva da importação constituia comtudo um indice de empobrecimento. Quando num paiz avultam as compras é porque tem necessidades novas e progride. Ao Brasil era pois indispensavel desdobrar o valor da exportação, para que pudesse cobrir todas as despezas externas, permittindo-lhe a acquisição de indispensavel apparelhamento de civilisação.

Teria sido sobremodo opportuna a entrada de capitaes em 1920 para renormalizar a situação.

No terceiro trimestre de 1920 aggravara-se a crise financeira para a solução da qual se aventava uma infinidade de suggestões além de numerosas e vivos debates parlamentares.

Declarava o consultor financeiro do *Jornal do Commercio* que o Governo do Presidente Wenceslau Braz se houvera com a maior prudencia não se aventurando a tomar medidas apressadas, providencias estas que bem podiam ser contra producentes. Assim depois de muito meditar e ouvir resolvera fundar no Banco do Brasil a carteira de Redesconto que começaria a funccionar em 1921.

A falta de credito não provinha da falta de numerario e sim do retrahimento dos capitaes.

O dinheiro em gyro não rendia, porque letras a serem pagas, eram reformadas. Assim a crise de credito era um effeito da economia commercial, da carencia ou deficiencia de lucros por parte dos que reformavam ou não saldavam os compromissos.

A carteira de Redesconto serviria para offerecer recursos aos bancos com grandes sommas em movimento, mas sem receber pagamentos. Ao mesmo tempo, pela intervenção permanente no mercado de dinheiro, regularizaria todas as transacções deste genero.

Assim fôra 1920 anno de crise, mas apezar da quéda de alguns productos, tal collapso fôra de crescimento e promettia reparação rapida pelo reencetamento dos periodos de prosperidade.

Dispondo o Brasil de grandes forças latentes, estas se poriam em jogo.

Melhorar o apparelhamento e a capacidade de trabalho do povo e garantir esta reparação vinha a ser obra indispensavel.

Os orçamentos da União no ultimos octennio apresentavam o seguinte quadro em contos de réis, desprezadas as fracções.

	RECEITAS		DESPEZAS	
Annos	Ouro	Papel	Ouro	Papel
1913. . . .	132.112	371.107	96.544	482.313
1914. . . .	130.219	367.511	95.469	435.773
1915. . . .	115.467	311.088	70.999	378.871
1916. . . .	110.682	349.166	84.365	409.850
1917. . . .	129.148	339.325	98.532	407.426
1918. . . .	125.968	448.413	84.450	411.958
1919. . . .	118.533	502.989	80.953	504.483
1920. . . .	119.452	514.258	72.372	599.578

Assim se verificavam as seguintes differenças:

	DEFICIT		SALDO	
Annos	Ouro	Papel	Ouro	Papel
1913.	—	111.206	45.568	—
1914.	—	68.262	34.750	—
1915.	—	67.783	44.468	—
1916.	—	60.684	26.317	—
1917.	—	68.101	30.616	—
1918.	—	13.545	41.518	—
1919.	—	1.494	37.580	—
1920.	—	85.320	47.080	—

O cambio que em 1919 se mantivera entre os extremos 13 3/16 e 17 ½ descera, em dezembro, continuamente. No decorrer de 1920 a não ser em fevereiro em que attingira 18 ½ oscillara entre 17 1/16 e 16 1/22. Mas em 1919 houvera em todos os mezes saldo de exportação ao passo que em 1920 durante sete mezes se notara sempre deficit.

Annos	Exportação	Importação	Saldo	Deficit
1919	£ 117.388.000	£ 71.867.000	£ 45.251.000	—
1920	£ 82.346.000	£ 88.369.000	—	—

A differença de exportação de café influira bastante em volume e preço, por unidade.

Assim fôra:

PREÇO POR SACCA

1919 . . .	12.963.000	94$612	£ 5.23
1920 . . .	11.525.000	74$703	£ 3.100

Assim cahira o valor notavelmente. Havia sido:

	Contos
Em 1919	1.226.463
Em 1920	860.958

Tambem baixara a porcentagem do café no conjuncto de exportação brasileira de 56,3 em 1919 a 49,1 em 1920.

A situação commercial do café continuava comtudo bôa no pensar de Duuring & Zoon.

Os seis principaes mercados dos Estados Unidos accusavam:

Stocks	1.601.000
Entradas	621.000
Entregas	739.000

E na Europa e Estados Unidos da America do Norte:

Stocks	3.669.000
Entradas	1.301.000
Entregas	1.201.000

Quanto ao supprimento visivel mundial assim se calculava:

Stocks	2.068.000
Idem nos Estados Unidos	1.601.000
Idem em Santos	3.180.000
Idem no Rio de Janeiro..	520.000
Idem na Bahia	34.000
Total	7.404.000
Em transito	1.361.000
Total	8.765.000

Como houvesse reclamações de importadores do Brasil sobre a ruptura das saccas de café em transito dos portos brasileiros á Europa sobretudo do de Santos, determinou o Governo do Estado de S. Paulo que o Dr. Luiz Silveira seu commissario em Bruxellas abrisse inquerito a tal respeito.

O Sr. Luis Delamare, conhecido e reputado corretor de praça e do Havre, affirmou não terem fundamento algum as reclamações sobre a resistencia dos saccos de juta.

Os cafés recebidos de Santos chegavam muito bem acondicionados.

Relevava, entretanto, notar que o Sr. Delamare era corretor e não propriamente importador.

O Sr. E. Laneuville, grande cafesista do Havre, confirmou as reclamações na parte referente á costura dos saccos, que pensava ser feita á maquina.

Como os fios não fossem arrematados, davam-se rupturas com perda de café. Referia ainda ter notado, em alguns saccos, que a costura era feita muito proxima dos bordos, não offerecendo, portanto, grande resistencia. Em consequencia disto os importadores estavam sujeitos a perdas no peso por vezes, consideraveis.

Em carta posterior, o mesmo importador declarava que o acondicionamento dos cafés de Santos, muito mal feito, havia melhorado sensivelmente.

O Sr. A. Maes, importador de Antuerpia entendia que a costura feita á machina e com um só fio era insufficiente; dahi a derrama do grão.

Antes da guerra, affirmou o Sr. Maes, os importadores recebiam quasi todo o café derramado nos porões, devido á ruptura dos saccos. Tal inconveniente diminuira na proporção de 40 a 50 %. A causa da diminuição só poderia ser devida-

mente verificada, fazendo-se um inquerito a bordo dos vapores no momento da descarga.

Sugeriu o Sr. Maes o alvitre de ser feito o acondicionamento dos cafés em saccos duplos, conseguindo-se assim maior resistencia.

A Banca Francesa e Italiana per la America del Sud em fins do anno de 1920 avaliava a safra a escoar-se por Santos em 1921-1922 em 7.104.000 saccas e a tal respeito expendia:

"Apezar de ser o estado dos cafesaes geralmente bom, as floradas ficaram abaixo das regulares, devido á grande safra anterior e aos ventos frios que reinaram em muitos municipios."

A grande falta de braços com que lutava a lavoura paulista era das principaes causas da diminuição da colheita futura. Este factor só por si só poderia modificar o resultado das previsões feitas, por quanto tendo o café amadurecido antes do tempo e apresentado, por isso, os cafeeiros, fructo maduro e por amadurecer, haveria certamente grande irregularidade na safra.

Era calculada em 33 arrobas approximadamente a média de producção por 1.000 pés de café, contra 65 arrobas da safra passada.

Accentuava um especialista commercial que no supprimento visivel dos Estados Unidos, cerca de 2.400.000 saccas, existiam, mais ou menos, 600.000 saccas de café *Robusta*, aliás sem nenhuma procura por parte do consumo, como tambem inutil para a entrega a termo, visto como taes cafés não seriam admittidos nas Bolsas americanas para liquidação de opções.

Sabia-se que estavam reduzidos os depositos dos cafés chamados pelos americanos *mild* isto é, cafés bons da America Central, com grande procura na Confederação e cujo consumo mensal regulava de 320 a 350.000 saccas.

Em 1920 appareceu novo typo de café vindo do Espirito Santo, denominado *gigante* e que do seu apregoador fôra obtido pelo cruzamento do café amarello com maragogipe em lavouras do Sr. Joaquim Gomes Ferreira, no Municipio de Muniz Freire.

Era amarellado, com grãos grandes como o maragogipe e frequentemente com a conformação do moka.

O cafeeiro mais desenvolvido que o maragogipe, produzia muito mais do que este, todos os annos e seu grão offerecia tambem vantagem, pelo sabor e perfume.

A bolsa do Havre estava alarmada com a situação a seu ver precaria do café e do algodão, ambos em baixa.

Dizia o *Jornal do Havre* que o café baixara de 73 a 60 francos e o algodão de 95 a 87 ½, cotações sensivelmente inferiores ás anteriores á guerra.

Havia porém uma consideração a fazer-se: tanto nos Estados Unidos como na Europa as despezas geraes da exploração agricola haviam augmentado muito.

Na mensagem presidencial de 3 de maio de 1920 ao Congresso Nacional, expunha o Presidente Epitacio Pessoa a situação dos cafés da valorisação de 1906.

Assim recordava *ab ovo* que em 1914, ao rebentar a grande guerra, possuia o Estado de S. Paulo em deposito nos portos de Antuerpia, Hamburgo, Bremen e Trieste 1.835.361 saccas de café. Servia esta mercadoria de garantia a dois emprestimos contrahidos em 1913 e 1914, por intermedio das Casas J. Henry Schroeder & C., de Londres; S. Bleischroeder, de Berlim, a Société Générale e a Banque de Paris et des Pays Bas, de Paris.

Declarada a guerra o Governo allemão manifestara a intenção de confiscar o deposito apezar da opposição do Governo brasileiro. Receiando complicações, ordenara o Governo Paulista a venda do café o que se fizera por lotes successivos, ao preço de 65 pennings o typo superior Santos. O producto, no valor total de 125.787.481, m k 77 se depositara de accordo com uma clausula do contracto de emprestimo, na casa S. Bleischroeder, entre 25 de novembro de 1914 e 20 de março de 1916.

O Estado de S. Paulo pensara então em retirar tal somma, para resgatar os seus titulos de divida operação a que não accedera a Allemanha. Interviera o Governo brasileiro e, depois de prolongada discussão obtivera a promessa de "que o producto da venda, estaria intacto depois da assignatura da paz, á disposição do Governo do Brasil."

Durante as negociações da paz era opinião corrente na conferencia de Versailles que o preço do café serviria para pagar os navios allemães retidos em portos brasileiros. Contra este modo de ver insurgira-se elle, Presidente da Republica. Entendia dever haver duas liquidações a do preço de café, com os juros respectivos, e a dos navios, dando-se um encontro de contas.

A Commissão Financeira da Conferencia agindo sob verdadeiro segredismo pretendera desclassificar o credito do Estado de S. Paulo. Mas afinal em face da resistencia da Dele-

gação Brasileira conviera em incluil-o no Tratado Geral de Paz como uma das obrigações da Allemanha.

Mas incluia-se como divida a titulo de reparações e da natureza daquellas, cujo saldo a Allemanha, teria de pagar, num prazo avaliado em 30 annos, por anuidades repartidas entre os beligerantes na proporção das perdas de cada um.

Combatera a Delegação Brasileira esta classificação. O deposito na casa Bleischroeder era o preço de bens pertencentes ao Brasil por titulos anteriores á guerra, bens dados em garantia de obrigações contractuaes, cuja propriedade não se deslocara para a Allemanha por qualquer das medidas de guerra a que o Direito attribuia este effeito. Não faziam de todo parte do activo da Allemanha, e, portanto, não podiam ser aplicados a saldar as responsabilidades deste paiz para com as outras nações alliadas. O caso era de restituição, não de reparação de damnos.

Resolvido este ponto, do modo mais favoravel ás pretenções nacionaes, soubera-se, mais tarde, que o projecto elaborado pela Commissão Financeira e já approvado pelo Conselho Supremo, mandava restituir o preço do café de S. Paulo, ao cambio do dia do pagamento e classificava os juros entre as dividas acima mencionadas. Ora isto, para S. Paulo representava enorme prejuizo. Com a baixa do cambio allemão, o dinheiro do café ficava reduzido a ridiculo algarismo. Bastava considerar que o marco, orçando na época do deposito por 700 réis, mais ou menos, não valia mais de 80 réis! Por outro lado, a inclusão dos juros entre aquellas dividas colocava o Estado de S. Paulo em situação de os não receber senão por parcelas minimas e em prazo excessivamente longo.

Solução portanto grandemente prejudicial, e profundamente injusta. No momento em que o Brasil depositara na casa Bleischroeder "o producto da venda do café", estava o cambio quasi ao par. Os 125 milhões de marcos, papel, valiam, cerca de 120 milhões de marcos ouro, que o Brasil depositára no Banco Bleischroeder. Era este valor, ouro, que interessava ao Brasil, desde que o dinheiro se destinava a pagar emprestimos contrahidos fóra da Allemanha. Ora, se o Brasil houvesse retirado o dinheiro no momento em que o quizera fazer, teria recebido o valor de 120 milhões de marcos, ouro, e com elle resgatado os emprestimos.

Mas a Allemanha a tal se opuzera tomando todavia a responsabilidade de conservar "intacto o producto da venda do café", por occasião da assignatura da paz. Logo, achava-se agora obrigada a por a disposição do Brasil, em ouro ou papel

equivalente, a somma de 120 milhões de marcos, producto real da venda do café.

A responsabilidade do Reich, porém, não comprehendia apenas o capital; estendia-se tambem aos juros. Qual deveria ser a taxa destes juros? A casa Bleischroeder pagava ao Estado de S. Paulo a mesma taxa de desconto do Banco da Inglaterra menos 1 ½ %, ou fossem de 3 ½ a 4 ½. Mas o Estado de S. Paulo pagava aos seus credores 5 %.

Ora, era evidente, em face dos principios de direito, que a Allemanha devia responder por todas as consequencias do acto pelo qual prohibira o pagamento do producto da venda do café. Sem elle o dinheiro teria sido retirado, resgatados os titulos dos emprestimos, e o Estado de S. Paulo se haveria libertado do prejuizo resultante da differença entre os juros da casa Bleischroeder e o que pagava aos portadores dos titulos.

Devia a taxa, por conseguinte, ser de 5 %.

Relatou o Dr. Epitacio Pessôa que se dirigira instantemente ao representante dos Estados Unidos, Sr. Davis, para lhe mostrar a injustiça dos intentos da commissão. Conseguindo convencel-o, e á commissão, obtivera, então, um parecer de que resultara um ante-projecto pelo qual o governo allemão dava ao brasileiro a garantia de que todas as sommas que representavam a venda forçada do café paulista de Hamburgo, Antuerpia e Trieste e depositadas no Banco Bleischroeder em Berlim, seriam reembolsadas juntamente com os juros de 5 % contados do dia do deposito. Havendo o Governo allemão, impedido a transferencia destas sommas ao Estado de S. Paulo em tempo proprio, garantira tambem que o reembolso se effectuaria á taxa do cambio do dia do deposito.

Como houvesse a omissão do nome do porto de Bremen reclamara o delegado brasileiro conseguindo a sua inclusão.

Fôra este texto inserto no Tratado de Paz pelos alliados e submettido ao exame dos delegados allemães. Posteriormente, porém, quando em viagem para o Brasil, tivera elle Presidente noticia de que a Delegação Brasileira em Pariz se vira surprehendida com uma deliberação do Conselho Supremo que, attendendo, em parte, a reclamações da Allemanha, reduzira os juros "ás taxas convencionadas."

Eram, pois, estes os termos em que, no artigo 263 do Tratado ficara definitivamente resolvida a questão.

"A Allemanha garante ao Governo brasileiro o reembolso, com juros á taxa ou taxas que houverem sido convencionadas, de todas as sommas depositadas no Banco Bleischroeder em

Berlim, provenientes da venda de cafés, pertencentes ao Estado de S. Paulo nos portos de Hamburgo, Bremen, Antuerpia e Trieste. A Allemanha, tendo-se opposto á transferencia, em tempo util das ditas sommas ao Estado de S. Paulo, garante igualmente que o reembolso se effectuará á taxa do cambio do marco ao dia do deposito."

Declarava o Presidente que a seu ver tivera a questão solução satisfatoria. Salvo quanto ao caso dos juros o que não representava quantia elevada.

No relatorio do Ministerio da Fazenda em 1920, o Dr. Homero Baptista informou ao Presidente Epitacio Pessôa que em virtude da Lei de 16 de agosto de 1917, se celebrara entre a União e o Estado de S. Paulo contracto com o objecto especial da defesa do café.

Aberto o credito de 150.000 contos de réis, o Governo Federal supprira por intermédio do Banco do Brasil, ao Governo Paulista, em parcelas, a importancia de cem mil contos. empregada na acquisição do producto.

Esta importancia não venceria juros, mas caberia á União parte igual á do Estado nos lucros possiveis e previstos da operação. O café adquirido ia sendo depositado em Santos e Rio de Janeiro.

Por conta da quantia supprida, o Governo de S. Paulo só recolhera aos cofres da União, até 31 de dezembro de 1919. a importancia de 2.092:404$000, correspondente a 27.529 saccas vendidas aos commerciantes do Rio de Janeiro, por intermedio do Commissariado da Alimentação Publica, que para tal fim recebera 30.000 saccas.

A 14 de julho de 1920, apresentou ao Congresso Paulista o Dr. Altino Arantes a ultima de suas quatro mensagens presidenciaes.

O balanço de serviço de Valorisação de 1906 apresentava. a 31 de dezembro de 1919, um activo de £ 8.812.128-13-7 e um passivo de 4.074.423-5-3, donde um saldo de £........ 4.737.705-8-4. Mas no activo a conta de debito da Casa Bleischroeder figurava com £ 7.543.227. Ainda não se liquidara, embora houvesse conseguido a Delegação brasileira, na Conferencia de Paz, em Versailles, alcançar grande victoria com a encampação da divida de Bleischroeder pelo Governo do Reich. Seria o reembolso feito á taxa cambial do marco no dia do deposito em que Bleischroeder recebera o deposito proveniente das vendas dos cafés sequestrados em Hamburgo, Bremen, Trieste, Antuerpia.

Tratando da defesa do producto, operação levada em conjuncção de esforços com o Governo Federal dizia o presidente de S. Paulo que a fiel execução das providencias preestabelecidas, em 1918, depois de ouvidas as classes interessadas, permittira ao Estado conjurar a gravidade de uma situação inquietadora.

Restabelecera-se a normalidade do mercado. Verificada a reducção do stock incumbira o Governo ao Banco Commercio e Industria de S. Paulo a venda dos cafés adquiridos em Santos e Rio de Janeiro, num total de 3.073.585 saccas. E a operação fôra concluida com a devida cautela.

Não podia o Governo abandonar aos azares da especulação o grande producto paulista; e, felizmente, fizera a acção administrativa voltar a confiança a quantos receiavam a depressão dos preços.

As safras seguintes, sensivelmente diminuidas, devido ás geadas de 1918, contribuiram para tranquillizar os mercados, que vinham encontrando sérios obstaculos na deficiencia de transportes oceanicos.

Eram as perspectivas animadoras não havendo, ao que tudo fazia suppor, motivos para appreensões, quanto ás safras corrente e vindoura.

Calculava-se a producção mundial da primeira safra em 13.000.000 de saccas, das quaes 7.500.000 do Brasil. Destas, já haviam sahido de Santos, 6.043.750, isto até 22 de abril de 1920.

Sendo de 18.000.000 o consumo, e, 6 ½ milhões o stock previsto para 1.º de julho, parecia fóra de duvida que as cotações melhorariam, levando-se mesmo em conta a safra futura, cuja producção, conforme as mais recentes estimativas, não ultrapassaria as necessidades dos importadores.

Assim a situação financeira correspondia á franca prosperidade economica do Estado.

A diminuição verificada no imposto de exportação, durante a Guerra, não causara grande desequilibrio na receita, devido ás providencias postas em pratica. Não se accentuara em 1919, autorizando a prever-se a normalização e a estabilidade das rendas publicas.

Apezar da elevada cotação do café, entre 1$200 e 1$800 por kilo, mantivera-se a pauta de 700 réis. Dahi a reducção do imposto de exportação de 9 % passara a ser, de .... inferior a 4 %.

Fôra intuito do Governo executar a deliberação do Congresso extinguindo a sobretaxa. Mas não o pudera fazer,

entretanto, por não terem sido liquidados todos os compromissos decorrentes da Valorização devido á mora na restituição do deposito existente em poder da casa Bleichroeder.

A lavoura cobrara alento, auferindo notaveis lucros, e, com isso avultara a fortuna publica.

Para cabal demonstração do acerto da actuação official de 1917 bastava referir que a safra anterior á operação não alcançara siquer trezentos mil contos, ao passo que a seguinte, inferior em quantidade, produzira mais de 650.000.

Aproveitando a opportunidade em que a offerta de grande stock não poderia affectar, seriamente, os preços do artigo, iniciara o Banco Commercio e Industria sempre de accordo com o Governo, as respectivas vendas que já orçavam por mais de tres milhões de saccas, a um preço médio de 80$000 por unidade.

Para tão feliz resultado muito cooperara a acção do Banco, podendo o Estado pagar integralmente á União os 110.000:000$000 que esta lhe adeantara para a transacção.

Sobrelevava ainda notar que os lucros já apurados e os provenientes da liquidação do stock restante, composto exclusivamente de café das melhores qualidades, autorizavam e justificavam a previsão de um saldo final superior a cem mil contos a ser repartido entre os tres governos interessados e associados.

cotações verdadeiramente impressionantes, facto de summa gravidade para o Brasil.

Elemento principal de riqueza, base de situação cambial, representava verdadeiro centro de radiação de energias economicas para todos os negocios internos e externos do Brasil.

Coincidia a violenta opposição baixista, no Estado de São Paulo com extraordinaria escassez de numerario que estava causando enormes damnos.

Se no Rio de Janeiro ainda não se fizera sentir a intensidade da crise era porque a liquidação do stock de trez milhões de saccas trouxera á praça, nos ultimos mezes cerca de 140 mil contos de réis.

Com a depressão das forças do productor e do commercio, brasileiro, haviam-se despertado os apetites do grande capitalismo extrangeiro que trabalhava em café, desfechando o ataque á situição commercial do genero, sobre cuja posição estatistica todos repousavam tranquillos.

Em poucos mezes haviam as cotações cahido de fórma impressionante, calculando-se os prejuizos em mais de duzentos mil contos.

Mas seriam os preços anteriores acaso exagerados? Teria a baixa algum vislumbre de razão? Absolutamente, não!

Tratava-se de audacioso golpe contra a fraqueza commercial do Brasil visando lucros arrebatados ao productor.

Em agosto de 1919, a cotação do café crú nos mercados americanos era de 29 centavos por libra. Nesta occasião havia stocks trez vezes maiores e consumo muito menor. A cotação do café torrado na America do Norte, regulava por 50 centavos por libra. Compravam os especuladores assim o café crú a 29 e o revendiam com grandes lucros a 50 cents. por libra.

Rios de dinheiro assim haviam conseguido.

A cotação do café crú, pelas manobras da especulação, fora baixando até que em junho de 1920 cahira a 24 centavos, mantendo-se porém a 50 centavos, inalteraveis, os preços do varejo!

De agosto de 1919 a agosto de 1920 houvera baixa de 15 e de junho de 1920 a agosto seguinte baixa de mais de dez. Entretanto as cotações do varejo continuaram entre 48 e 50 centavos.

Em quanto importava para a economia nacional essa differença de 15 e 10 centavos por libra?

O prejuizo de agosto de 1919 a agosto de 1920 importava, com o dollar a 5$ em 99$ por sacca e com o dollar a 4$ em

79$, porque os americanos tambem ganhavam na grande differença entre o preço do dollar e da libra, que lhes estava custando $3,60.

O café crú em junho de 1920 passara a custar 24 cents. por libra e o do varejo continuava a 50 cents.

O prejuizo nos dois ultimos mezes attingira 66$, por sacca, com o dollar a 5$ e 52$ com o dollar a 4$.

O prejuizo colossal que o Brasil sofrera com a sua safra calculada em 11.000.000 de saccas, era em relação aos preços de 1919, 217 milhões de dollars, ou 868.000 contos.

O prejuizo com a baixa de 10 cents. nos dois ultimos mezes, 145.200.000 dollars, ou 580.800 contos, com o dollar a 4$, e 726.600 contos com o dollar a 5$.

Situação portanto de summa gravidade a do Brasil, exposto a perder, graças a manobras de mercados, 600.000 contos, lucros legitimos da sua producção, arrebatados pelo capitalismo prepotente ante a fraqueza da resistencia commercial que lhe era opposta.

Os baixistas brasileiros quasi nada representavam ante a actuação dos especuladores extrangeiros.

Eram quarenta milhões esterlinos arrebatados á economia nacional, quantia respeitavel, affectando grandemente os creditos do paiz.

Qual seria a situação cambial ante o desfalque dessa enorme somma na exportação?

Em 30 de junho encerrara-se o primeiro semestre apenas com 15 milhões de saldo ouro. Como se encerraria o segundo?

Accentuou o deputado paulista quanto a situação do café, em 1917, era peior que a vigente. A safra brasileira orçava por 16 milhões, o stock visivel por 14, o supprimento total por 26 para um consumo de 15 milhões. Haviam então sido comprados trez milhões de saccas.

Agora, estava a safra avaliada em 11 milhões, o stock visivel em sete, o supprimento total em 23 e o consumo em 18 milhões.

Bastaria a retirada talvez de um a dois milhões de saccas, para a prompta e segura regularisação das cotações legitimas.

Convinha a adopção de medidas immediatas.

Tinham os compradores conseguido adquirir apenas pequena parcella da safra a preços baixos e a maior parte da colheita ainda poderia ser salva.

Os preços que pagavam os compradores havia pouco, não eram exagerados; preços que os habilitavam a ganhar ainda rios de dinheiro, porque adquiriam a 39 e vendiam a 50.

Tinham depois, comprado a 24 e continuado a vender a 50; chegavam agora a comprar a 14 e ainda vendiam a 50!

Assim apelava o deputado paulista para o Presidente da Republica para a defesa da maior riqueza do Brasil a cafeeira.

Na sessão de 26 de agosto de 1920, o deputado mineiro Dr. Francisco Valladares lia perante a camara um artigo publicado n'*O Estado de S. Paulo* sobre a desenfreada especulação que reinava nas praças paulistas onde se negociavam, milhões e milhões de saccas de café, arroz, assucar, etc., e de arrobas de algodão, a termo, sem quasi nenhuma entrega da mercadoria e sim com liquidação por differença.

Acerbas criticas se faziam ás Caixas de Liquidação a seu turno vehementemente defendidas.

Tremenda desordem imperava nessa especulação desabalada.

O maior movimento, tanto na Bolsa de Santos, como na de S. Paulo, na *Registradora* e nas chamadas *Caixinhas,* particulares, era feito pelos corretores, zangões e uma chusma de aventureiros que mediante commissões ajustavam testas de ferro, para jogar onde não podiam fazel-o abertamente; coisa das mais sabidas e indesmentivel.

Via-se o commercio legitimo obrigado a operar a termo, descambando para a jogatina, para se garantir, temendo oscillações violentas nos preços dos generos adquiridos a receber do productor.

Presenciavam-se contradansas para cima e para baixo, e isto em horas, mil réis e mais por dez kilos de café e por arroba de algodão. A unica causa destes movimentos desordenados provinha da facilidade que havia em fingir, nos pregões, cotações reaes e no facil registro nas varias Caixas onde operava livremente quem bem queria. Com ou sem testa de ferro. desde que depositasse margem ou o lucro fosse tão grande no momento do registro que uma das partes ficasse dispensada do deposito...

As séries de amostras, os *canudos,* da giria da praça de café eram como que saladas russas que ninguem queria receber por serem apreciadas só pelos defeitos, cafés que só se prestavam a lastro de jogo.

Os typos dos cafés de entraga ainda chamados "cafés de Santos" estavam tão enxertados de cafés duros que nenhuma differença apresentavam em relação aos chamados "cafés do Rio". Os cafés do Rio já haviam estado mais alto do que os de Santos.

O celebre typo de "base", que não existia, deveria ser uma qualidade média dos muitos "typo quatro" existentes e negociados no dia. Este typo imaginario, era talvez qualquer café vendavel pelo preço publicado nos boletins e não uma média real, e sim média para lograr fazendeiros. Verdadeiro escandalo o tal preço da "base"!

Bastava bôa côr, regular aroma, igualdade nas favas, torração soffrivel para um typo 4 de qualquer valor dar mais de mil réis por dez kilos do que o typo imaginario.

Os poucos fazendeiros que vendiam safras a termo, fazendo registrar contractos, não faziam entrega do que colhiam quando os cafés valiam mais um ou dois mil réis por dez kilos do que os typos da Bolsa, mas liquidavam por differença, mandando vender pela tabella o que consignavam aos commissarios ou depositavam nos armazens geraes — e sempre a mesma jogatina — porque a rua e a Bolsa eram legitimas roletas e não mercados para qualidades.

Comparar o meio da especulação brasileira com o dos paizes consumidores, como muitos faziam, vinha a ser até comico, quando se sabia que 90 % dos operadores, mantinham a firme intenção de liquidar por differença as compras ou as vendas feitas por não terem capital para arcar com o peso das liquidações em especie, sendo taes liquidações precipitadas as causas de repetidos panicos.

Era necessaria qualquer providencia urgente antes de se escoar a maior parte da safra corrente por preços baixos, prejudicando o paiz. Medidas de effeitos duradouros e não simples refresco de papel-moeda para só favorecer a banqueiros que seriam os primeiros a acender a voracidade da especulação em geral, principalmente nas Bolsas e no cambio.

Sabiam todos que a safra seria relativamente pequena e no emtanto as praças compradoras faziam todo o esforço para que o mercado brasileiro se visse arrastado a verdadeiro krak.

Os entendidos no emtanto achavam que em junho de 1921 occorreria a menor existencia mundial, desde 1898 verificada ante uma safra mundial pequenissima que não attingiria talvez a 13.000.000.

Fora esta baixa prevista desde que os bancos, assombrados com a jogatina a termo e no cambio que muitos aliás haviam acoroçoado, tinham começado a se retrahir. Mas não chegaria a tamanhos despropositos se a especulação local, desbragada, não auxiliasse os baixistas e se tivesse havido o cuidado de se regularisarem as entradas. Não se conseguira elevar os preços do disponivel ao que pretendiam os compra-

dores tendo a base conservado uma distancia de 2$ a 2$800 da cotação do "canudo".

O exame de uma semana qualquer de operações demonstrava a anarchia que invadira os negocios.

Assim de 16 a 21 de agosto se haviam vendido a termo nada menos de 271.000 saccas, (cotações por dez kilos).

	Réis
No dia 16 com alta parcial de . . .	25 a 125
No dia 17 com baixa geral de . . .	50 a 375
No dia 18 com baixa geral de . . .	225 a 475
No dia 19 com alta parcial de . . .	150 a 450
No dia 20 com alta parcial de . . .	75 a 223
No dia 21 com alta de	25 a 100
e baixa de	25 a 150

Além das apostas registradas com margem depositada, ainda havia as *de bocca*, que se liquidavam pagando quem perdia a differença, verdadeiros *bluffs*.

Emquanto os representantes do alto commercio, accionistas e não accionistas das caixas de liquidação, os fazendeiros platonicos e os politicos financeiros discutiam e suggeriam meios para debellar a crise, os lavradores deveriam arregimentar-se rapidamente, suspender todas as remessas para Santos, arrostar intimações, penhores e execuções, até á espera de que se divulgassem as noticias do pequeno rendimento da safra corrente, as irregularidades das floradas, o estado das lavouras, os effeitos dos ultimos frios, e as necessidades do disponivel.

Viria a reacção inevitavel, mesmo sem bancos emissores ou emissões sem lastro para abarrotarem, de dinheiro as caixas dos bancos extrangeiros especuladores em cambio, e fomentarem ainda mais a ganancia do commercio açambarcador e a audacia dos especuladores de tòdos os quilates.

Não era concebivel, a existencia de uma bolsa organisada como se achava, com caixa de liquidação e registradoras particulares á ilharga.

E que este apparelhamento viesse a ser o regulador das praças em um meio mais de apostadores até do que de jogadores.

Affirmou o deputado Valladares que havia enorme clamor contra a Caixa de Liquidação, por parte da lavoura paulista.

Aliás, quando a legalização desse instituto fora objecto das deliberações do Congresso Paulista, vozes autorizadas alli se haviam feito ouvir, ennunciando previsões que se tinham realizado e depois reclamando providencias que puzessem termo aos males verificados graças á especulação.

Na Camara de Deputados de S. Paulo o deputado Dr. Antonio Carlos de Salles Junior analysara detidamente o regulamento do instituto paulista, comparando o seu estatuto com os das organisações similares mais notaveis do globo e verberara o que se queria estabelecer em S. Paulo.

Repousava a solidez das caixas na exigencia do deposito individual e das margens suplementares, exigencia que dilatava o dominio da especulação pura, feita com o feitio de jogo. As margens representavam perdas nominaes que podiam desapparecer.

A seu ver o systema das Caixas de Liquidação conduzia a dois resultados oppostos, parecendo contradictorios, sem o serem.

Em primeiro logar, supprimiam ellas as operações a termo em que o commercio legitimo muitas vezes se empenhava, para acompanhar a propria tendencia das cotações e, em segundo, dilatavam a expansão da jogatina.

Quando acaso supprimissem as operações a termo seriam obrigados os grandes commerciantes, que quizessem fazer operações de compra e venda a termo, a grandes immobilizações de capital, para attender ás exigencias do deposito inicial e á eventualidade das margens supplementares.

Ora, como poderia o commercio immobilizar este capital, sem prejuizo da applicação que lhe dava distribuindo-o em auxilios á lavoura do Estado, representados em adeantamento de custeio agricola, attendendo ao mesmo tempo, á necessidade de distribuir os seus capitaes pela lavoura, e retel-os para attender após chamadas da Caixa de Liquidação?

Logo desappareceriam as operações a termo, porque tal commercio não se poderia realizar.

Sombrios prognosticos preoccuparam o deputado Salles Junior.

Taes operações, não as realizaria o commercio legitimo, que mantinha relações directas com a lavoura. Mas nem por isto cessaria a especulação. Os commerciantes que quizessem fazer operações a termo teriam de concentrar todos os capitaes em torno da exigencia do deposito e das margens supplementares. Deixariam de distribuir auxilios á lavoura do Estado.

Haveria um circulo restricto de operadores, verdadeiros especuladores agiotas ou jogadores, dominando sem contraste o mercado do termo, influindo evidentemente nas cotações e occasionando nos centros desta especulação parasitaria uma congestão de numerario, que deixaria de se distribuir pelas partes sãs do organismo economico do Estado.

Reduzido o numero de operadores a este circulo estreito e limitado de agiotas comprehendia-se quanto a vehemencia da afinidade que geralmente os reunia poderia facilmente associal-os na formação de formidaveis *corners*, visando a satisfação pura e simples de interesses pessoaes. E este resultado, tanto mais facilmente se conseguiria quanto era certo que os agiotas se sentiam verdadeiramente na posição de donos do mercado, sem a possibilidade da occurrencia da reacção que lhe poderia oppor o commercio legitimo.

Corroborando estes conceitos affirmava o deputado F. Valladares:

"A situação é esta. A lavoura, o commercio legitimo, quasi não opera a termo. O termo é o taboleiro do jogo. A lavoura não tem gosto nem dinheiro para as operações a termo. A estas se entregam os jogadores e a especulação extrangeira, munida de capitaes, amparada pela grande organisação bancaria externa, notadamente a americana, preparando por o cambio abaixo, com as vendas a termo, para na baixa adquirir os productores, no caso vertente o café, pelo preço inferior a que forçam as cotações."

O senador Padua Salles acabava de assignalar ao Senado Paulista que se achava iminente verdadeiro crack, tal a premencia da crise cafeeira.

Propunha como medida de emergencia que a Bolsa effectuasse unicamente duas reuniões por dia, excepto aos sabbados, em que realisaria sómente uma.

Não se admittissem, nas operações a termo negocios sobre cafés inferiores ao typo 6.

Ficariam, assim os typos inferiores em situação que os collocava fóra das operações a termo. Por outro lado, prestigiar-se-ia ainda mais a producção, que desfrutava nos mercados mundiaes acceitação lisongeira.

Não se permittisse o registo de operações sobre vendas a termo por parte de firmas estabelecidas em praças extrangeiras em que existissem bolsas de café.

Eram os commerciantes de praças extrangeiras que, querendo, algumas vezes, produzir a baixa, em Santos, mercado de producção, e exportação, faziam grandes vendas a termo.

para produzir a baixa, chegando-se muitas vezes ao absurdo de notar que em Santos existia café — papel em tal quantidade, que nunca poderia ser coberto pelo café legitimo.

Fossem pois as operações limitadas ao dobro da safra calculada pelo Governo para não se dar a anomalia occorrida em 1919 de se ver sobre a producção minguada de S. Paulo, reduzida pela geada a 4.000.000 além do concurso do café mineiro, um total de operações de compra e venda sobre .... 26.000.000 de saccas, ou em outros termos de jogo de mais de 20.000.000 sobre a colheita!

Ao E. de S. Paulo, affirmou o deputado Valladares cabia incontestavelmente cohibir senão impedir a desenfreada jogatina que, pelas operações de venda a termo forçava a baixa, evitando-se e impedindo-se que, ao mesmo tempo, adquirissem os especuladores, por vil preço o café cuja baixa se obtivera por meio artificial. E se era evidente que a situação mundial do café, pela comparação dos stocks e producção com as necessidades do consumo tendia á alta, tudo indicava que, além das providencias tendentes a cohibir o jogo á sombra da lei, outras se impunham ao Estado, á União em defesa dos productores.

Interpellando ao deputado Salles Junior perguntou-lhe quaes a seu ver eram as medidas capazes de solucionar a crise.

Respondendo á interpellação declarou o Dr. Salles Junior que cabia incontestavelmente cohibir, se não impedir a desenfreada jogatina que, pelas operações de vendas a termo forçava a baixa, impedindo-se que, ao mesmo tempo, adquirissem os especuladores, por preço vil o café depreciado por meio artificial. Realmente, impunha-se aos poderes publicos, ao Governo do Estado de S. Paulo e ao Governo da Republica vir em defesa da lavoura cafeeira tão gravemente prejudicada, tão seriamente ameaçada em seus mais legitimos interesses pela colligação dos desenfreados appetites de especuladores e açambarcadores destituidos de consciencia.

Observou o Dr. Sampaio Vidal que o apparelho tinha elementos para tal resistencia. Encontravam-se em mãos da directoria da Caixa, allegou o Dr. Salles Junior que as Caixas só tinham até então servido para dilatar o dominio da especulação. Redarguiu o observador que aquelles directores podiam usar de dois recursos poderosos: um — o augmento dos depositos iniciaes e outro — a recusa de registro ás firmas evidentemente especuladoras com prejuizo da praça.

Voltando a carga allegou o deputado Valladares que pelas

proprias palavras do seu collega paulista podia o Governo de S. Paulo corrigir os abusos e cohibil-os.

A providencia insistiu o Dr. S. Vidal era a organisação de um banco de emissão e redescontos.

E como o deputado P. de Frontin aventasse a idéia de nova valorisação objectou-lhe o Dr. Valladares, que se a valorisação nos moldes da antecedente trouxera consideravel lucro ao Estado de S. Paulo e á União, na distribuição dos lucros não havia sido attendido a proporção que merecia o creador da riqueza. Para este aspecto do problema não convinha considerar precipuamente o Estado e a União, e sim serem os lucros igualmente repartidos pelos productores,

Respondeu-lhe S. Vidal a insistir em que a defesa residiria em apparelho que garantisse a assistencia financeira e nos armazens geraes para warantagem. Quando os productores de café dispuzessem desse apparelho completo não incommodariam mais os poderes da União.

Terminando affirmou o Dr. Valladares que a situação reclamava a instituição da defesa permanente do café.

A organisação do credito agricola poderia para se começar a ser tentada pelo Governo da Republica, defenderia o café, agindo como a França em determinado momento a emprestar ao agricultor mediante garantias do producto em deposito na propria fazenda, providencia elementar e facil no momento, destinar-se-ia a tal serviço parte da emissão a ser feita.

Porque recusar recursos aos agricultores, com a garantia de um producto, como o café? Não estaria ahi o factor principal da resistencia, que era indispensavel oppor aos manejos da especulação? Tal providencia dispensaria, talvez, sem nenhum risco, qualquer outra.

Porque recusar ao agricultor o que se fizera aos industriaes havia tão pouco ainda, por intermedio desse mesmo Banco do Brasil, mediante deposito, formula a mais simples e garantida de credito, que urgia estabelecer em favor da Lavoura e Industria?

O deposito dos productos nas fazendas e nas fabricas, constituiam garantia sufficiente.

Na sessão de 2 de outubro de 1920 lembrava o deputado Nicanor do Nascimento o antagonismo entre as correntes dos emissionistas, partidarios da intervenção cafeeira, e dos não emissionistas.

Estes ultimos os optimistas, acompanhando o leader financeiro do Governo, na Camara, e relator da Receita, Dr.

Antonio Carlos de Andrada affirmavam que a posição do café era boa e a do assucar optima, além de que a situação do Brasil nos mercados internacionaes perfeitamente assegurada. Fora esta a doutrina expendida na Commissão de Finanças pelo leader. Nem emprestimos, nem emissão.

Os intervencionistas como Cincinato Braga e Frontin entendiam que o Governo da Republica devia intervir immediatamente creando recursos para soccorrer a producção e sustentar-lhe os preços, defendendo-a dos trusts extrangeiros, compradores a preços minimos e revendedores a preço maximo.

Trouxera a actuação da primeira corrente como resultados immediatos os prejuizos colossaes do café e os não menores do assucar. Os monopolistas americanos haviam conseguido enthesourar montanhas de café a preço vil, para dentro em semanas, embolsarem quantias colossaes, lucro que devera ter revestido ao Brasil.

Haviam as coisas chegado a tal ponto que tinham provocado crise politica seria. Demittira-se o leader da maioria. Dr. Carlos de Campos, por desaccordo com o Presidente da Republica que não achava urgente o projecto intervencionista. Volvera porém ao ponto de vista dos propositos deliberados pela grande corrente dominadora da Camara, a saber, que a exportação livre do assucar seria imediatamente assegurada e que o projecto de intervenção do Estado, para defender a producção nacional, estaria promptamente em discussão.

Movimentara-se a politica paulista expressa pela palavra do proprio presidente de S. Paulo.

Accusou o deputado fluminense o presidente Epitacio Pessoa de perder precioso tempo pelo facto de não agir quando dois generos em baixa e da maxima importancia, como o café e o assucar, haviam deixado de realizar o primeiro 40 milhões de dollars no dizer do Dr. Estacio Coimbra, e o outro 400 mil contos no do Dr. Sampaio Vidal.

Pareciam taes perdas inevitaveis.

Quando o asucar podia ser vendido em Nova Orleans e no Havre, entre 20 e 29 centavos, os exportadores de Cuba tinham realizado todos os contractos a termo, para entregar a preços menores mas ainda muito vantajosos, e em tempo tal, que sua safra cobriria perfeitamente os mercados do sul dos Estados Unidos, não deixando logar para os exportadores brasileiros, senão a 10 e 12 centavos!

O café tambem fora retido pelo esforço sobrehumano de muitos exportadores, que aguardavam a providencia, a solução do Governo. Adiavam os vencimentos, pagando juros co-

lossaes, trancavam os stocks á espera da decisão governamental. Mas os termos de vencimentos eram precisos, e os exportadores não podiam dar os prazos de vencimentos bancarios, e suster mais os seus cafés. Tinham-se visto obrigados a entregal-os ás *corporations* americanas, pelos proprios preços por ellas impostas com enormes prejuizos.

A tal proposito atacou o deputado Nascimento com redobrada violencia a politica do Presidente Epitacio Pessôa.

A 6 de outubro de 1920 tomava a palavra o deputado Sampaio Vidal na 3.ª discussão do projecto 361 daquelle anno sobre o projecto da emissão papel-moeda.

Expoz a Camara a situação penosissima do café.

Em fins de agosto, ainda se vendera a 14 cents. por libra, baixara em Santos a 10 cents. Havia dias ainda se vendera a 11$ e 12$ por dez kilos, e naquelle momento estava a 9$ e 10$000!

Deante da gravidade da situação, ainda haveria quem duvidasse da necessidade da defesa do mercado? Só por desconhecimento dos negocios. Os que arriscavam tal opinião, argumentavam com a boa situação commercial e estatistica do genero.

Corria uma affirmativa, frivola ou irritante: "Café a 7$ ou 8$ por arroba era bom negocio", por 12 e 14 excellente.

Tal apreciação revelava completo desconhecimento da situação, porque uma arroba, posta em Santos, ficava entre 10$ e 12$. Envolvia além disto revoltante desprezo pelos interesses dos productores. Finalmente, era estranho esquecimento do papel preponderante do café na exportação nacional, como principal fonte de ouro no intercambio brasileiro.

Havia cerca de um anno vendia-se o café crú a 30 centavos e os torradores o revendiam a 50 cents. ganhando muito. Agora comprava-se em Santos a 10 centavos, e continuava-se a revendel-o a 50. Fabulosos os lucros que os mercados compradores arrebatavam aos brasileiros.

Vendera S. Paulo, de 1919 a 1920 a sacca a 80$ e a 100$, e dentro deste regimen o consumo se dilatara notavelmente.

A situação do café, era verdadeiramente privilegiada. E, assim sendo, legitimos e incontestaveis os lucros que devia o Brasil auferir, valorisando a exportação. Desleixar a defesa do mercado, tornava-se imperdoavel. Para o productor nacional, para a Nação Brasileira, seria acaso indifferente vender sete milhões de saccas, a 60$ apurando 420.000 contos ou vender a 80 e 100 a sacca, apurando-se 600 ou 700 mil contos?

Entretanto era optima a situação commercial do café em relação ás cifras da producção e do consumo.

Antes da guerra, talvez não houvesse no commercio mundial mercado tão bem organisado, tão bem apparelhado quanto o cafeeiro. Mercadoria que se prestava a longo armazenamento (haviam os cafés da Valorisação ficado armazenados dez annos!) mercadoria de consumo seguro, cujo valor sempre tivera grande prestigio nos negocios bancarios — servira sempre de base a varias das mais solidas organisações commerciaes.

Dispunham os mercados de grande capacidade, senhores de perfeita apparelhagem para o disponivel e o termo. Para o disponivel consistia na grande facilidade do credito bancario ao alto commercio que assim podia manter stocks avultados, para a distribuição lenta e gradual.

Os Estados Unidos tinham normalmente antes da guerra, 4.000.000 de saccas em stock, a Allemanha 2.000.000; a França, outro tanto; Antuerpia de 500.000 a 1.000.000 e outros pequenos mercados mais ou menos de um a dois milhões. Quer dizer que todos estes mercados podiam manter stocks muito avultados.

Era facil avaliar-se o vulto da assistencia financeira necessaria á manutenção destes stocks 400 ou 500 mil contos.

Para a sua manutenção tornava-se essencial que o alto commercio pudesse assegurar uma média de preços e isto se conseguia por meio de operações a termo, isto é, conservando e vendendo opportunamente, de modo que o stock de cada qual ficasse com uma média garantidora dos negocios. Para este fim contava com as operações de bolsa e caixas de liquidação, onde se realisavam negocios com a maior latitude.

Tal a situação antes da guerra.

Com este apparelhamento a capacidade assimiladora dos mercados apresentava-se formidavel. A guerra verdadeiro terremoto economico e financeiro, transformara fundamentalmente tal estado de coisas, quer quanto ao disponivel quer quanto ao termo.

Os creditos bancarios consideravelmente restringidos haviam tornado impossivel a manutenção dos grandes stocks e sua restricção cada dia mais se accentuara.

Quanto ás operações a termo — bastava lembrar que as bolsas se tinham fechado durante a guerra recomeçando recentemente as operações ainda muito limitadas. Obvio pois que a capacidade assimiladora dos mercados houvesse considera-

velmente diminuido. O alto commercio não podia manter os grandes stocks como anteriormente.

Para o Brasil, como productor, impunha-se a retirada momentanea de parte da safra para a regularização da offerta.

O Estado de S. Paulo procurara, tanto quanto possivel, regularizar as remessas. As estradas de ferro, e os proprios lavradores agiam neste sentido. Mas isto não bastava porque ainda assim eram consideraveis as entradas. A compra de um a dois milhões de saccas pelo Governo seria a providencia acertada no momento, e sem o menor risco.

Compraria elle de um a dois milhões de saccos a 80$ para revender a 100$, sem forçar a situação dos compradores, cujos lucros eram fabulosos, principalmente com os favores proporcionados pelo preço do dollar.

Com esta providencia os compradores apenas cederiam a terça ou quarta parte dos lucros que embolsavam.

Impunha-se a emissão. Que representava esta pequena emissão brasileira quando antes de 1914 a circulação total do Globo era de 7 bilhões de dollars e passara a 56 bilhões?

O lastro ouro outr'ora calculado á razão de 70 % da circulação universal baixara a 12 por cento!

O milhão e setecentos mil contos brasileiros eram absolutamente insufficientes ao gyro commercial do paiz. Segundo as maiores competencias bancarias, não existiam no Brasil, setecentos mil contos effectivamente circulantes. As caixas dos bancos dispunham de setecentos mil contos, só os colonos paulista e mineiros possuiam cento e cincoenta a duzentos mil contos em suas malas; negociantes de lugares longinquos de estradas, compradores de gado, creadores mantinham quantias immobilizadas em cada familia do vasto Brasil, provocando a immobilização de notavel massa de numerario.

Bastava reflectir um pouco nestes factos para ver que o paiz não dispunha de 700.000:000$000 em circulação. A isto agravava o facto de não dispor de apparelhamento unilateral.

Os valores expressos na producção instantemente reclamavam meio circulante. Só a exportação passara de 800.000 contos a dois milhões, além dos valores consumidos no interior a representarem, seguramente, a metade da exportação.

Respondendo aos aparteadores que lhe diziam que argumentava com excepções declarou o Dr. Sampaio Vidal que as crises de retrahimento, e falta de numerario ahi estavam a se succeder com o seu cortejo de consequencias lamentaveis. No commercio bancario o prodigio de resistencia, de bom senso,

e a solidariedade haviam salvo a praça de S. Paulo em setembro daquelle mesmo anno de 1920. Quem de tal estivesse bem ao par seria um convicto da falta de numerario e da premente necessidade de se dar solução prompta a este problema.

Insistia o deputado paulista na fundação de um banco de emissão e redesconto.

Haviam sido creados valores em profusão mas sem os meios circulantes correspondentes.

De 1913 em deante, o café passara de 5 a 20$, o assucar, o algodão, os couros, o arroz, o gado, etc., tinham quadriplicado de valor e o numerario ficara estacionario. Deante disto, os anti-inflaccionistas achavam que o Brasil tinha papel demais, quando só a somma dos valores exportados tanto crescera!

Só o Banco de Emissão poderia resolver o importante problema das taxas modicas de juros. Era imperioso fundal-o com o lastro de um terço de ouro e dois de effeitos commerciaes. De lado ficasse esse fanatismo metalista.

O ouro do mundo cada vez menos lastrava a circulação.

Terminando recordou o representante de S. Paulo quanto o café encerrava em si proprio as forças vivas, as resistencias naturaes para a propria defesa. A sua prompta conversibilidade em ouro era exactamente esta força viva sobre a qual se fundaria a sua defesa.

O Poder Executivo emittiria, 150.000 contos, para tal operação. Consistiria a defesa na compra de dois milhões de saccas, para regularizar a offerta, ante a diminuição consideravel da capacidade assimiladora dos mercados compradores. Esta retenção seria muito breve. Uma vez vendido o stock, o liquido das vendas, recebido em cambiaes, seria depositado em poder dos banqueiros do Brasil em Londres, em conta especial, ouro, servindo de fundo ao lastro do Banco de Emissão de accordo com a lei reguladora da emissão. Com os 57 mil contos, ouro, que o Thesouro possuia, e obtendo-se seguramente 150 mil em ouro, do café, fundar-se-ia um banco de emissão com lastro, ouro, de 200 mil contos de réis — o maior de todos os bancos fundados até então a não ser o dos Estados Unidos.

Organizado o Banco de Emissão ir-se-ia organizando a defesa permanente do café e de toda a producção nacional. Assim das proprias forças vivas tirar-se-iam os elementos para incrementar e defender toda a producção brasileira.

E como lhe objectasse o deputado do Rio Grande do Sul, Dr. Alvaro Baptista que os Governos não deviam fazer operações commerciaes allegou o Dr. Sampaio Vidal que a ultima

a da defesa do café não constituia, propriamente, uma especulação.

O stock de 3.000.000 de saccas, liquidado pelo Governo de S. Paulo, produzira 230.000 contos. Tomara o Estado emprestado á União 110.000 contos e em restituição entregara á União 170.000. Dahi, resultara a escassez de numerario que em S. Paulo se verificara ultimamente. Esses 230.000, pagos em cambiaes, ouro, pelos compradores haviam sido reduzidos a papel e gastos nas despezas ordinarias.

O seu projecto visava dois fins — retirar do mercado de 1.500.000 a 2.000.000 de saccas para a regularização da offerta e crear o lastro ouro para se fundar o Banco de Emissão e Redescontos — a maior aspiração de toda a nação brasileira que trabalhava e não podia absolutamente continuar suffocada pelas crises e explorações, — que lhe roubava a todo o momento o fructo do trabalho, e os lucros legitimos da producção.

Adversario da emissão apresentou o deputado Dr. Antonio Carlos de Andrada um substitutivo pelo qual permittiria o Congresso ao Governo contrahir um emprestimo externo, de trinta mil contos.

Caso persistisse a crise dos preços do café autorizava-se ainda o Governo a emprestar ao E. de S. Paulo para a compra do producto, até trinta mil contos ouro (em moeda metallica), utilizando-se para este fim do deposito da Caixa de Amortização, constitutivo do fundo de garantia do meio circulante em papel.

Seriam condições do emprestimo:

Juros de 3 % ao anno e penhor do café adquirido, observando-se quanto a esta garantia, ás prestações do emprestimo e ao regimen de contas, o determinado no contracto de 1917, celebrado com o Estado de S. Paulo para fins identicos.

O pagamento da somma emprestada se faria á medida que o café fosse vendido, nunca se excedendo o prazo de dois annos. E ainda em moeda metallica de ouro no paiz ou no extrangeiro, devendo ser promptamente recolhida tal moeda á Caixa de Amortização para se reincorporar ao fundo de garantia.

Uma alluvião de emendas se offereceram ao projecto 361.

Entre as do deputado F. Valladares a que creava uma Caixa Official Registradora de Café para as operações a termo e a que concedia autorisação ao Governo para fechar as Caixas Liquidadoras prohibindo as operações a termo.

Na sessão de 9 de outubro de 1920 o deputado rio-grandense Dr. Amaro Baptista discutiu os aspectos de um Con-

venio Italo-Brasileiro que se esboçara. O artigo primeiro deste ajuste rezava que o Governo Brasileiro abriria um credito de cem mil contos ao Italiano para a compra de cereaes, carnes, banha, café, algodão, borracha, cacau, assucar e outros generos, compra que se effectuaria por partidas, a juizo do Governo comprador.

Sabia-se que a embaixada italiana comprara em S. Paulo directamente 400.000 saccas de café a 82$149.

Extranhou um deputado que o Governo Brasileiro pagasse mercadorias destinadas a uma potencia extrangeira e o Dr. Baptista declarou deixar bem patente que a operação se fazia por intermedio do Banco do Brasil, sendo o credito utilizado de accordo com as leis brasileiras de exportação para os generos necessarios ao abastecimento da Italia.

Applaudiu o deputado S. Vidal igualmente ao Convenio a que sempre fôra favoravel. O Governo Brasileiro não estava emprestando senão com vantagens para o Brasil, e com o intuito de fornecer sahida a mercadorias nacionaes, isto é, a assegurar mais ou menos, ao productor, ao passo que nas emissões anteriores, não se cuidara do productor, pago pelo minimo do valor de seus productos, a custa do qual ganhavam, os intermediarios.

O Governo brasileiro, seguia agora, norma, sem duvida alguma mais moralizadora.

Na sessão de 11 de outubro de 1920 o deputado Dr. Eloy Chaves desmentiu a affirmação do *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro de que houvera enorme furto nos armazens cafeeiros do E. de S. Paulo nada menos de 300.000 saccas.

Já fôra o caso completamente rebatido pelo Governo Paulista.

O substitutivo do deputado Sampaio Vidal ao projecto 361 autorizava o Governo Federal a emittir papel-moeda, até a importancia de cento e cincoenta mil contos de réis, para a defesa do mercado de café, defesa consistindo na compra do producto, até dois milhões de saccas, feita directamente pelo Governo Federal ou os Estados productores, por accordo com os respectivos Governos.

O producto liquido da venda de todo o café adquirido, recebido em cambiaes, seria depositado em poder dos banqueiros do Brasil em Londres e no Federal Reserve Board, dos Estados Unidos, em conta especial, nos termos expressos da lei.

A importancia em ouro se destinaria a constituir o lastro de um banco de redesconto, de accordo com a lei que regulasse esta instituição.

Emquanto não funccionasse o banco, o Governo Federal poderia saccar sobre este fundo unicamente para defesa da producção nacional, sendo os saques visados pelo Tribunal de Contas.

CAPITULO XLIV

As condições economico financeiros do Brasil em 1921 — Anno de reparação economica universal — Conceitos de Victor Vianna sobre as operações de defesa do café — Mensagem do presidente Epitacio Pessôa ao Congresso sobre os projectos de defesa — Exposição de Victor Vianna sobre o conjuncto das medidas realisadas — Cotações, consumo e stocks em 1921

Foi 1921 sobretudo um anno de reparação economica. A crise de 1920 ferira fundamente o commercio universal.

Explicava o Victor Vianna:

A crise mundial de 1920 derivara-se muito da indifferença do grande publico para com as observações e previsões dos competentes e especialistas. Fôra 1919 um anno de *boom*, de reconstituição dos stocks, após os desastres da guerra.

Ora, europeus, norte e sul americanos, pensavam que tal *boom* proseguiria em 1920.

Não continuara, nem poderia continuar. Haviam os povos desperdiçado muitos capitaes para poderem continuar a comprar como no anno anterior. Exgotados os poucos recursos ainda existentes, dera-se o retrahimento como era de esperar. E isto com repercussão mundial.

Em 1919, europeus e norte-americanos haviam realisado grandes compras nos paizes novos. Em 1920, com as disponibilidades obtidas por meio destas compras, os paizes novos a seu turno se tinham deixado levar a formidaveis acquisições na Europa e Estados Unidos. Dahi decorrera a relativa reparação nos Estados Unidos e na Europa em 1920. Mas a crise augmentara em fins de 1920 e em 1921, porque se esgotara a capacidade acquisitiva dos paizes novos pela facto de que tambem não vendiam.

Fôra 1919, lembrava expressivamente o autorisado analysta, o dos paizes novos porque os que mais compravam eram

os velhos, 1920, pelo contrario passara a ser de reparação destes ultimos porque haviam sido os novos os compradores. Nem para uns nem para outros correra 1921.

Não havia para os *novos* velhos que comprassem; nem para os *velhso* novos que observassem o excedente da producção.

Assim se podia qualificar 1921 como anno de reparação, mas sem que a crise geral se dissipasse inteiramente. Cuidaram todos os povos de reorganisar os respectivos systemas economicos, leis, e tarifas aduaneiras, methodos de trabalho para vencer as difficuldades que se accumulavam. Triumphara a corrente proteccionista nos Estados Unidos, Inglaterra, França, Italia, Hespanha, Suissa, Rumania, por toda a parte emfim.

Por outro lado reconhecendo os dirigentes os embaraços com que lutavam as casas de exportação, principiaram a fornecer creditos, não mais aos extrangeiros como logo depois da guerra, mas aos proprios nacionaes. A Grã-Bretanha, onde os governantes mantinham, apezar de tudo, as tradições liberaes, começara a praticar o intervencionismo, defendendo as industrias mestras, estabelecendo seguros contra os riscos de exportação procurando garantir os sem trabalho.

Nos Estados Unidos, a lei de emergencia accentuara o proteccionismo. Concedera o Governo creditos aos exportadores; em outros paizes subsidios e tarifas tratavam de amparar a actividade nacional.

No Brasil, acompanhara o Governo o movimento universal, intervindo resolutamente no mercado de café para impedir a depreciação arruinadora das cotações do principal producto nacional.

Lutava o commercio importador com as consequencias da crise de 1920. E o governo para attenuar a gravidade da situação concedera insenções e reducções para a retirada das alfandegas, das mercadorias alli accumuladas. Provocara isto o avolumamento da importação a que se seguira desesperado retrahimento. Ante a attitude da clientela o commercio diminuira as encommendas. Decahira a importação geral decahira e houvera como que um reajustamento economico geral com melhoria positiva de negocios.

Ao mesmo tempo avolumara-se a exportação. E a situação se desanuviara embora ainda não se mostrasse prospera.

Apezar da entrada de capitaes extrangeiros, sobretudo norte americanos, era a situação cambial brasileira, como a mundial aliás, desfavoravel, havendo na balança de pagamen-

tos um deficit contra o Brasil de sessenta milhões esterlinos a que não havia compensado a entrada de capitaes.

Fora justo o esforço de reparação no Brasil, mas no fim do anno começava a se fazer sentir. Avolumaram-se os saldos mensaes e no fim do exercicio teve o paiz pequeno saldo papel e um deficit em moeda ingleza. Num paiz, como o Brasil exercia o commercio exterior de acção capital sobre toda a vida economica.

Para completar o apparelhamento technico nacional fortes acquisições directas, ou por meio de emprestimos, se haviam feito.

Não tendo capitaes no extrangeiro, só podia o Brasil actuar por meio da exportação.

Assim, quando havia excesso de remessas para o Exterior reinava a prosperidade. No caso contrario tornava-se o mal-estar patente em todos os circulos dos productos intermediarios.

Havia porém motivo para se crer em futuro prospero. Faltava ao Brasil, ainda. organisação. Em todo o caso trabalhava, e produzia cada vez mais, recordava V. Vianna. Soffrera mais nos ultimos annos as consequencias de uma crise universal. O que fizera para reagir demonstrava quanto já ia tendo consciencia das novas necessidades e dos recursos proprios.

As cifras relativas ao exercicio de 1921 mostravam que o retrahimento importador fora muito consideravel.

Assim a importação de 1920 de 2.090.633 contos ou £ 125.005.000, passara em 1921 a 1.698.000 contos ou £.... 60.466.000 occorrendo um decrescimo de 401.633 contos de réis ou £ 14.720.000.

A exportação se mantivera assaz galhardamente quasi attingindo o nivel de 1920 embora bem abaixo do da 1919.

1920.	1.752.440 contos ou £	107.521.000
1921.	1.709.772 contos ou £	58.587.000

A differença papel a menos era insignificante 42.668 contos apenas, mas em libras enorme 48.834.000! o que se justificava pelo enorme desequilibrio cambial.

As grandes encommendas de 1920 haviam avolumado a importação. Coincidindo essa expansão de entrada com o retrahimento dos consumidores, notara-se recuo na exportação, o que só se corrigira graças ao exito com que o Governo Federal lograra intervindo em defesa do café.

O *deficit* de 1920-1921 mostrara-se formidavel para toda a economia nacional. Attingira cerca de sessenta milhões de libras, e o começo do equilibrio conseguiu-se graças aos emprestimos federaes, estadoaes e municipaes, á defesa do café e outras medidas de prudencia financeira.

Augmentara a exportação cafeeira em 1921, anno em que o Brasil exportara 12.369 toneladas contra as 11.525 de 1920.

Havia em fins deste milesimo indicios seguros de convalescença economica européa e norte americana. Como reflexo de tal situação a do Brasil melhoraria certamente. A arrecadação federal augmentava. Passara a ser em 1920 de 514.258 contos papel e 119.452 contos ouro e em 1921 de 669.564 contos papel e 103.439 contos ouro.

Para obstar grande baixa cambial efectuara o governo da Republica, em maio de 1921, um emprestimo de cincoenta milhões de dollares, com grande exito. A operação se realisara aliás sob um typo excellente 97 ½, verdade que com juros altos 8 por cento. O cambio que parecia vir bem abaixo do que estava se consolidara entre 7 ½ e 8 pence. O total do meio circulante attingira em fins do millesimo: 1.729.380:875$000. Tomaram-se medidas de emergencia sobre a taxa cambial em agosto de 1921. E o ministro da Fazenda, Dr .Homero Baptista, assignalava ao Congresso Nacional quanto se avolumavam os impostos alfandegarios de consumo, constantemente, indices seguros do progresso do paiz e de seu desenvolvimento economico. Assim de 1910 a 1920 tal tributação havia mais que triplicado. Passara de 54.427 a 174.482 contos de réis.

Tratando das condições que haviam levado o Governo da Republica a esboçar uma segunda valorização explicava Victor Vianna que em virtude do retrahimento dos mercados em 1920, começara o café a cahir nas cotações tanto nos centros productores como nos mercados de distribuição extrangeiros.

Era o declinio dos preços notorio, e nos centros cafeeiros grande a agitação.

A entrevista do Conde Alexandre Siciliano, publicada no *Jornal do Commercio* em janeiro de 1921 definira, porém, a situação tudo esclarecendo e indicando a orientação a seguir.

Já havia desanimo, mas Siciliano que já desempenhara papel importante e decisivo na primera valorização fizera renascer o enthusiasmo. Em pouco tempo, tomara a campanha vulto, e haviam as associações agricolas de S. Paulo, appellado para o Presidente da Republica e o Dr. Epitacio Pessoa avali-

ando a situação excepcional do principal producto nacional resolvera intervir encarregando da nova operação de defesa o Conde Siciliano.

Em março principiara este a trabalhar, e os resultados haviam sido os melhores desde o inicio das operações.

Subira o café nas varias praças desde logo, em maio, em todos os mercados. De facto, eram as melhores as condições estatisticas do producto. O consumo só tendia a augmentar, diminuiam os stocks e todas as probabilidades eram para a reducção do supprimento visivel do mundo.

Explicando a baixa das cotações dizia o abalisado economista: que a compressão dos circulos bancarios extrangeiros fizera com que o café baixasse sem que as condições dos *stocks* indicassem essa reviravolta de cotações. Na realidade, soffria a producção baixa artificial, provocada por movimento que tinha boas intenções, mas que afinal, não correspondia á verdade das condições do mercado e prejudicava toda a economia brasileira. Mostrava-se V. Vianna fervoroso adepto de nova intervenção. Era o café o grande esteio do mercado cambial brasileiro o maior gerador de cambiaes. Produzia as letras de exportação compensadoras das despesas a serem feitas no Exterior como seria inepto tentar obscurecer.

Realmente, sendo ouro o que ouro valia e o café o principal artigo da exportação nacional fornecia ao paiz recursos que correspondiam a ouro.

Havia porém individuos tão ingenuos ou alheios aos negocios que poderiam nutrir a ideia falsa de que em troca de café brasileiro entraria no paiz ouro, metal sonante.

Entretanto só em casos excepcionaes poderia o café fornecer ouro; a saber quando o saldo na balança mercantil fosse tão grande que excedesse a todas as necessidades dos pagamentos exteriores. Não haveria então nada de extraordinario que aconselhasse a prohibição da sahida do ouro para os paizes extrangeiros, e estes não teriam outro remedio senão saldar a situação enviando metal sonante para preencher a differença.

Na pratica diaria, a verdade era que o café produzia cambiaes, letras de exportação, correspondente a ouro no Exterior. Mas de facto o que ellas proporcionavam eram simplesmente elementos de pagamento.

Assim, quanto mais alto estivesse o café tanto maiores possibilidades de pagamento offerecia. Constituindo em media 50 % da exportação brasileira era por excellencia seu artigo regulador. Delle dependia em geral a balança mercantil, e economica nacional.

Por isto a sua exportação valorisada tornava-se uma garantia para toda a vida commercial da Nação.

A superioridade brasileira quantitativa apresentava-se notavel mas o ponto fraco do Brasil decorria da qualidade do producto do genero.

Era mais que tempo de se estudar bem tudo isto, para a melhoria da producção. Nos demais paizes da America era o café colhido em condições mais morosas e deficientes, apanhado grão a grão. O que se ganhava em limpeza e selecção perdia-se em quantidade.

No Brasil o aperfeiçoamento dos typos não podia ser feito pelos mesmos processos exigindo apparelhamento mais completo, por ser a cultura mais intensiva. Assim o beneficiamento e a selecção precisavam mais appellar para o trabalho das machinas de que para as mãos dos trabalhadores.

As operações do novo corner correram muito bem durante todo o anno de 1921.

Graças á intervenção, as condições do café melhoraram e consolidaram-se.

Manteve o Governo a sua politica, com esplendido resultados.

Em Nova York, na primeira quinzena de abril, o typo 7 disponivel no Rio fora cotado de 5 ⅛ centavos a 5 ⅝ por libra. Na primeira quinzena de julho, subira a cotação a 6 ¼. Na primeira de outubro a 7 ¾ e a 8 ⅝. Na primeira de novembro, o disponivel Rio typo 7 se elevara a 8 ⅞ e a 8 ⅝. Na primeira de dezembro, o disponivel em Nova York passara acima de 9.

No Rio os embarques na segunda quinzena de novembro foram muito maiores do que os do mesmo mez inteiro de 1920.

A alta no mercado do Rio mostrara-se progressiva, a saber:

Quinzena			
1.ª de março	9$800	a	10$800
2.ª de março	9$400	a	13$200
1.ª de abril	12$700	a	13$000
2.ª de abril	12$900	a	13$400
1.ª de maio	13$400	a	13$500
2.ª de maio	14$000	a	15$000
1.ª de junho	14$800	a	18$200
2.ª de junho	17$000	a	17$900
1.ª de julho	17$800	a	18$300
2.ª de julho	18$300	a	18$400

1.ª de agosto	18$400	a	18$900
2.ª de agosto	18$000	a	18$600
1.ª de setembro	18$100	a	18$400
2.ª de setembro	18$000	a	18$100
1.ª de outubro	18$100	a	18$100
2.ª de outubro	18$100	a	18$300
1.ª de novembro	18$500	a	18$700
2.ª de novembro	18$200	a	19$200
1.ª de dezembro	19$200	a	20$200

Em Santos o typo 4 estava a 10 de dezembro no disponivel cotado a 17$800 por 10 kilos contra 9$000 na mesma data do anno anterior.

O consumo continuava a crescer sobretudo nos Estados Unidos. Em noventa annos tornara-se 25 vezes maior. em peso e quasi cincoenta vezes em valor. Fora em:

	Libras	Dollares
1830.	51.488.248	4.227.021
1860.	202.144.133	21.883.797
1900.	787.991.991	52.467.943
1910.	878.983.689	69.504.647
1919.	1.556.859.940	125.627.350

O consumo *per capita* passara de 2 libras em 1830 a lbs. 2,98 em 1,80 a libras 6 em 1870 a 9,35 em 1910 e a libras 12,70 em 1920.

Apezar da concurrencia dos succedaneos entre outros o *Postum* o café verdadeiro continuava a ter esplendido mercado nos Estados Unidos que consumia mais grão arabico do que o resto do Universo.

Noticia que instantemente circulou no Brasil, em 1921. foi que o governo japonez attento ao que se passava com a defesa do café brasileiro estudava os moldes deste mecanismo para o applicar ao arroz e a seda, os dois grandes productos nacionaes.

Para o fim do anno annunciou-se que o governo do Mikado apresentara á Dieta Nacional um projecto de lei relativo á valorização da seda.

O systema recommendado era o de creação de uma sociedade que gozaria de todos os favores officiaes e seria superintendida pelo Governo.

Organizada com capitaes nacionaes e privados, teria por fim regularizar o preço e impedir flutuações extremas das cotações, comprando quando houvesse excesso para vender quando escasseiasse.

Logo que o mercado se tornasse frouxo e os preços começassem a cahir, entraria a sociedade em acção, comprando por cotações mais altas, até que pela retirada da quantidade sufficiente as cotações subissem nova e naturalmente.

Então se retiraria do mercado para comprar de novo, se houvesse excesso ou para se desfazer de *stocks* no caso de escassez, ou ainda de grande e desproporcionada alta de preços.

O Primeiro Ministro Japonez, declarara pela imprensa que se estas duas operações fossem levadas a effeito com exito, a necessaria estabilidade das classes ruraes seria um facto.

Assim se procurava crear no imperio do Extremo Oriente um regimem permanente que de algum modo se assemelharia ao da politica cafeeira do Brasil.

A orientação da politica cafeeira do governo brasileiro voltou-se em 1921 toda para a creação de um apparelho permanente de defesa do café.

A 17 de outubro de 1921 enviou o Presidente Epitacio Pessoa a tal proposito uma mensagem ao Congresso Nacional.

Tratando da creação desse apparelhamento expendeu considerações sobre a insufficiencia da organização bancaria nacional.

Frisou a mensagem a circumstancia de que o Brasil concorrendo com 75 por cento da producção mundial, só teria vantagens em conservar o *controle* dos *stocks*.

Assim de accordo com a opinião dos mais reputados especialistas, propoz a creação de um *Conselho de Defesa do Café* com organização commercial, composto de pessoas de notoria competencia, sob a presidencia do Ministro da Fazenda. Teria como Vice-Presidente o Ministro da Agricultura.

O capital para as operações seria de trezentos mil contos destinados a emprestimos aos interessados, compras de café e propaganda do producto. Tal capital seria constituido pelos lucros apurados nas operações da valorização, na liquidação do convenio com a Italia; e ainda nas operações do proprio Conselho; emissão de papel moeda sobre lastro ouro, constituido pelas sobras de fundo de garantias; e, por ultimo, sobre lastro de café, a razão de 80 %, tanto quanto bastasse para completar o capital.

A mensagem accrescentou que, neste ultimo caso, "uma vez liquidada as operações, seriam incineradas semanalmente as notas correspondentes á importancia emittida."

Accentuou o Presidente que esta "emissão especial e limitadissima, com lastro ouro, ou mesmo lastro café, — producto depositado e transformado em ouro — e incinerada á medida da liquidação das operações, não produziria os males, geralmente, e com razão, apontados como consequencias do abuso do papel-moeda e veria os inconvenientes, que acaso ainda pudesse ter, largamente compensados pelas vantagens decorrentes da valorização de um genero fundamental na economia brasileira."

A mensagem recordou, entretanto, que no plano idealisado tudo levava a crer que a autorização para emittir seria puramente nominal, visto como os demais recursos indicados provavelmente bastariam para assegurar o exito de defesa."

Assim, ficaria creado um "orgão simples e dotado da necessaria elasticidade, a actuar — por um lado, pela unidade da acção e especial competencia dos dirigentes; e por outro, pela resistencia poderosa do capital como estimulo de defesa do café nacional, instrumento que, naturalmente, jamais deveria ser utilisado para obtenção de preços abusivos."

A defesa permanente da producção nacional abrangeria as seguintes operações:

Emprestimos aos interessados, sobretudo productores, mediante condições, prazo e juros modicos, determinados pelo Conselho e garantia de productos agricolas nacionaes de facil e segura conservação, depositados em armazens geraes ou nos armazens officiaes da União ou dos Estados.

Compras de café para retirada provisoria do mercado, quando o Conselho as julgasse opportunas para a regularização da offerta.

Serviço de informações e propaganda dos productos agricolas nacionaes para augmento do consumo e repressão das falsificações.

O deputado paulista Dr. Raphael de Abreu Sampaio Vidal foi o relator da mensagem na Camara. Distinguira-se pelo ardor com que naquella casa de parlamento se batera em prol da organisação da defesa permanente.

Nos meios interessados, declarou-o a imprensa, causou tal justificação excellente impressão.

Em fins de dezembro após debate não muito extenso foi approvado o projecto da commissão, ligeiramente emendado.

Ampliou-se o primitivo esboço, creando-se o Instituto de Defesa Permanente da Producção Nacional, a que chefiavam como Presidente e Vice-Presidente os ministros da Fazenda e da Agricultura, assistidos por cinco vogaes escolhidos pelo Presidente da Republica entre as maiores autoridades em assumptos agricolas, commerciaes e bancarios. Cabia aos dois ministros o direito de veto das deliberações contrarias ás disposições expressas no estatuto do novo orgão.

Teria o Instituto séde no Rio de Janeiro, succursaes nos pontos que o Governo entendesse convenientes servidos por technicos contractados no Interior e no Exterior.

Tal a importancia attribuida ao café que dos trezentos mil contos do fundo para a defesa permanente da producção cinco sextos a elle seriam attribuidos ou fossem 250 mil contos

Tal fundo seria constituido pelos recursos apontados na exposição de motivos presidencial e mais a contribuição dos Estados e operações de creditos internas e externas julgadas opportunas pelo Governo.

Quanto á emissão de papel moeda ficaria ella assim regulamentada. Teria como lastro a parte do fundo ouro de garantia de papel-moeda que não garantia as emissões realisadas em virtude do decreto, de 22 de outubro de 1918, e á proporção de 80 %, o café a ser adquirido pelo Conselho ou warrantado pelos particulares e na proporção de 75 % quanto aos outros productos warrantados.

Uma vez liquidadas as operações seriam incineradas mensalmente as notas correspondentes ás importancias emittidas.

Se acaso exigisse a defesa do café warrantagem do producto comprado pelo Conselho para a obtenção de maiores recursos destinados á defesa, seria ella feita na base maxima de 50 % dos preços correntes do café.

Para a defesa commercial da producção devia concorrer o Banco do Brasil com a sua cooperação admittindo a redesconto, na respectiva carteira, dentro do seu actual regimem, letras ou notas promissorias, com uma firma de productor, industrial ou commerciante, assim como *warrants*, de assucar, algodão, cacau, borracha, mediante 70 % dos preços destes productos constantes dos contractos feitos com as companhias de seguros. Effectuar-se-iam todas estas operações feitas com emissão do Banco e audiencia do fiscal do Governo, em cada caso.

Organizar-se-ia, provisoriamente, uma carteira especial de credito agricola á espera da installação do projectado Banco de Credito Hypothecario e Agricola do Rio de Janeiro com

vinte mil contos de capital podendo ser elevado a 50.000, a juizo do Governo.

Assistiria a tal Banco o direito de emittir letras hypothecarias até o decupulo do capital, vencendo as letras juros de 6 % ao anno, garantidos subsidiariamente pela União. Realisaria o Banco emprestimos a longo prazo mediante garantia de hypothecas ruraes e adiantamentos para o custeio das propriedades sob penhor agricola ou pecuario, com o prazo de um anno, prorogavel por mais um, no caso de deficiencia de garantias.

Como não houvesse tempo de approvação do projecto pelo Senado votou esta Casa de Parlamento uma emenda do Dr. Alfredo Ellis que atribuia ao Presidente da Republica plenos poderes para proseguir na defesa da producção nacional nos termos do decreto n. 1820, especialmente na do café. Podia, para isto, elevar até o dobro, se necessario, a importancia consignada no decreto para ser exclusivamente applicada áquella defesa, até que o Congresso pudesse, em definitivo, deliberar sobre o projecto que provia a creação do Instituto Permanente da Producção Nacional.

Este decreto, 1820, permittia ao Governo emittir até 50.000 contos para accudir ás necessidades urgentes do commercio e da producção.

Justificando a actuação do Governo dizia um economista que n'um paiz como o Brasil sem capitaes tudo dependia do esforço do Governo, porque só elle tinha capital para grandes emprehendimentos.

Não havia base, por exemplo, para se dizer que a politica cafeeira do Brasil contrariava os principios economicos. Não era contra principio algum e se o fosse fracassaria ruidosamente.

O que se imaginava fazer em nada contendia com a grande lei basica da offerta e da procura. O que se pretendia era apenas organisar e estabilisar o commercio cafeeiro, livrando-o dos assaltos de aproveitadores insaciaveis senhores de vultosos capitaes. E só havia um meio de fazer: exercer o controle da producção, já que ao Brasil cabiam 75 por cento da safra global cafeeira.

No caso vertente especial assumiria o governo brasileiro a direcção dos mercados, porque os proprios productores e o commercio nacional dispunham de recursos para enfrentar todas as manobras dos importadores legitimos, que tratavam muito naturalmente de seus interesses. Os lavradores e commerciantes das praças brasileiras uns e outros separados ou

combinados, poderiam, com o tempo, apoiados num grande banco, organizar um syndicato geral que se encarregasse do trabalho permanente da defesa do producto. A situação geral seria muito mais solida e garantida, e a acção muito mais desembaraçada.

Não dispunha o Brasil entretanto, naquelle momento, nenhuma organisação neste sentido. Os centros defensores dos interesses das grandes classes eram simplesmente sociedades civis e não forneciam capital.

Neste periodo de crise seria pois contra-producente procurar entre os proprios lavradores os elementos immediatos para a defesa.

Não havia no paiz organisação capaz de arcar, de um momento para outro, com tamanha responsabilidade.

Por isto, só ao Governo caberia a direcção de um negocio além do mais legitimo, calmo e verdadeiro.

Não havia em toda a politica cafeeira do Brasil nada que se oppuzesse a qualquer principio da economia politica, mesmo porque não podia haver exito possivel com nenhuma tentativa orientada neste sentido.

Realizava-se a simples pratica de operação commercial legitima. Uma organisação geral reunindo todos os interessados e distribuindo os sacrificios, seria o melhor, mas só poderia tornar-se viavel após a accumulação de capitaes. Este *trust* não seria possivel, e quando o esforço individual se mostrasse fraco, interviria sempre o Estado em sua defesa.

Tal o caso vertente. Só o Governo dispunha de elementos, para uma acção prompta e efficaz e só elle poderia obter os resultados que já outr'ora alcançara e agora alcançava.

Assim os homens de ideias liberaes, mais enthusiastas, não poderiam protestar contra esta politica de salvação. O consumo do café augmentava no mundo inteiro, e bastaria um pouco de resistencia por parte do Brasil para se alcançar completa victoria.

Eram as perspectivas animadoras. Daria a safra mundial 14 milhões de saccas.

Violenta a oscillação dos preços da sacca de café no ultimo decennio como demonstra a tabella:

1912	57$811
1913	48$103
1914	39$016
1915	36$368
1916	45$188

1917	41$520
1918	47$454
1919	94$611
1920	74$205
1921	82$391

As vendas em 1921 haviam sido muito mais favoraveis attingindo um total de 8.770.000 contra 6.760.768 em 1920 e 5.413.693 em 1919.

Assim se discriminavam as dos dois principaes mercados:

	1920	1921
Rio	1.898.768	2.055.000
Santos	4.862.000	6.715.000
Totaes	6.760.768	8.700.000

Os preços correntes durante o anno assim correram:

	Maximo	Minimo	Medio
Rio (typo 7 por 10 k.)	7$103	4$222	5$592
Santos (typo 4 por 10 k.) . .	6$300	4$800	5$358
New York (Disponivel por £)	10,5 cents.	7,50	9,04

Em 1921 foram estes os preços extremos, por arroba, no Rio de Janeiro, dos diversos typos em confronto com os de 1920.

Typo	1920		1921	
6		17.800	9.900	21.000
7	10.600	17.200	9.400	20.500
8	10.300	16.600	8.900	19.700
9	10.000	16.000	8.400	18.900

O supprimento visivel mundial em fins da safra, a 30 de junho, assim se apresentava nos ultimos annos e em milheiros de saccas:

Safras	Brasil	Exterior	Totaes
1915-1916.	5.089	1.936	7.085
1916-1917.	6.249	1.512	7.761
1917-1918.	10.530	1.245	11.175
1918-1919.	8.917	1.102	10.019
1919-1920.	4.931	1.770	6.701
1920-1921.	6.991	1.531	8.522
1921-1922.	6.989	1.604	8.593

Assim occorrera enorme depressão do stock mundial da safra de 1918-1919 á de 1919-1920. Verdadeira fome de café uma daquellas que já se haviam verificado em 1815, 1872, 1889.

O consumo real do Mundo fora neste mesmo periodo:

Safras	Cafés do Brasil	Outros	Totaes
1915-1916 . . .	16.400.000	4.898.000	21.200.000
1916-1917 . . .	12.187.000	3.835.000	16.016.000
1917-1918 . . .	11.555.000	3.278.000	14.833.000
1918-1919 . . .	11.325.000	4.643.000	15.968.000
1919-1920 . . .	11.486.000	7.013.000	18.479.000
1920-1921 . . .	12.436.000	6.026.000	18.462.000
1921-1922 . . .	12.864.000	6.853.000	19.717.000

Retomara o consumo o antigo rythmo e a producção total do Universo assim se compendiava:

Safras	Brasil	Outros Paizes	Totaes
1915-1916 . . .	15.960.000	4.801.000	20.761.000
1916-1917 . . .	12.741.000	3.951.000	16.692.000
1917-1918 . . .	15.836.000	3.011.000	18.874.000
1918-1919 . . .	9.712.000	4.500.000	14.212.000
1919-1920 . . .	7.500.000	7.681.000	15.181.000
1920-1921 . . .	14.496.000	5.787.000	20.283.000
1921-1922 . . .	12.862.000	6.926.000	19.788.000

Estas eram as differenças positivas do heptennio entre a producção e o consumo.

Safras	Producção	Consumo
1915-1916	—	439.000
1916-1917	676.000	—
1917-1918	4.041.000	—
1918-1919	—	1.756.000
1919-1920	—	3.308.000
1920-1921	1.821.000	—
1921-1922	71.000	—
Totaes	6.609.000	5.503.000

Excesso de producção 1.106.000 saccas.

Os preços medios de arroba e das taxas medias cambiaes haviam sido

Safras	Arroba	Taxa Cambial	Preços do Havre
1915-1916	4.850	12 ½	62
1916-1917	5.500	12 ½	80
1917-1918	4.150	13 ¼	103
1918-1919	10.750	13 ¼	125
1919-1920	14.000	16	248
1920-1921	8.000	10 ¾	140
1921-1922	14.750	7 ¾	158

CAPITULO XLV

Declarações do Conde Alexandre Siciliano sobre a situação do café — Exposição do Presidente Epitacio Pessôa ao Commercio de Santos — Resposta do deputado Veiga Miranda ao Presidente da Republica — Mensagem do presidente Arthur Bernardes ao Congresso Mineiro

Um dos grandes animadores da nova intervenção veio a ser o seu principal corypheu de quinze annos atraz, o Conde Alexandre Siciliano a quem cercava o grande prestigio do feliz exito da primeira operação.

A 7 de janeiro de 1921 expunha as suas ideias ao grande publico por meio de entrevista concedida ao *Jornal do Commercio.*

Declarou que ao seu ver era o momento delicado, na vigencia de uma crise com infinita multiplicidade de manifestações, no campo economico e financeiro. Coincidira a baixa do cambio brasileiro com a depressão ouro dos artigos de exportação, sobretudo do café, o que provocara a diminuição de cambiaes. Dahi um deficit formidavel na economia nacional reflectindo directamente sobre todo o paiz.

A posição estatistica de café no emtanto não justificava tão grande baixa de cotações. Verberou o Conde Alexandre Siciliano a decisão impensada dos governos Federal e Paulista vendendo de choffre, e do modo mais inopportuno, os trez milhões de saccas que haviam adquirido.

Lembrou que, durante a guerra, antes das ultimas geadas, devido a causas varias, como a abstenção dos mercados consumidores da Europa Central e difficuldades de navegação tornara-se precisa a intervenção official no mercado. Os Governos da União e de S. Paulo, valendo-se do producto de emissão especial, tinham comprado e armazenado certa quantidade de saccas, em Santos.

Este café, retido não pesara no mercado que se estabilizara. Se este *stock* official houvesse sido entregue posterior-

mente ao consumo por infiltração lenta accrescentou o Sr. Siciliano, ás 100 e ás 200 mil saccas por mez, não teria o mercado soffrido sensivel abalo. A venda subita de 3 milhões de saccas, passadas para o extrangeiro, determinara o profundo desequilibrio de que estava o paiz soffrendo as consequencias.

Valendo-se de uma comparação militar declarou Siciliano que, a seu ver, correspondia isto a, "no meio de uma batalha encarniçada, entregar um dos exercitos ao inimgio a sua artilheria grossa."

Os trez milhões de saccas retidas não pesavam no mercado, pois fora por isso que essa operação se fizera. com dinheiro de emissões, e, portanto, sem juros ou onus de qualquer especie. Vendidas para o extrangeiro, tinham passado immediatamente a pesar, e onde? exactamente sobre os principaes mercados consumidores. Houvera como que o deslocamento do centro de gravidade. Era perfeitamente logico que os mercados consumidores dispondo de tal massa de café dentro do seus armazens, garantindo-lhes o abastecimento, por longo tempo, desdenhassem o que restara no grande mercado productor. De tal resto não careciam, não fazendo, muito naturalmente, grande empenho em obtel-o. Havia o commercio presenciado as immediatas consequencias de tão impensado acto.

Com o cambio a 18 vendera-se o café a 20.000 por dez kilos em Santos. Pois bem rapidamente cahira a 9.000 com o cambio a 9!

Entretanto, a posição estatistica do café prestava-se maravilhosamente a se continuar a revalorisação do genero pela retenção do *stock*, e sua devolução lenta ao consumo.

De facto, a safra paulista de 1919-1920, devido ainda ás ultimas geadas fora, apenas de 4.164.408 saccas, a menor verificada nos ultimos 25 annos. A futura, influenciada ainda pelas geadas offerecia mesquinha perspectiva: iria a 5 ou 6 milhões, na opinião geral, ou a 7 milhões, na dos mais extremados optimistas. Para que se pudesse ter ideia do quanto eram pequenas estas safras, bastava dizer que a média annual das colheitas de São Paulo, antes das geadas, oscillara entre 9 e 10 milhões.

Com esta diminuição da producção paulista, o augmento do consumo, mundial, que attingira em 1919-1920 a 18.499.000 safras estava garantido o exito da operação pela venda gradual do *stock* official. A baixa cambial, violenta como fora, quando o paiz precisava entre doze e quinze milhões de libras para pagamento sobretudo dos juros devidos no Exterior pelos

seus diversos governos fazia com que a situação se desenhasse bem séria.

Ao ver de Siciliano não seria exagerado affirmar-se que os prejuizos nacionaes determinados pelas differenças de cambio de 18 a 10 d. ultrapassavam, de muito, o lucro da venda dos trez milhões de saccas da ultima operação feita concomitantemente pela União e São Paulo.

Para enfrentar esta situação desagradavel preconisara-se que o Governo Federal contrahisse avultado emprestimo externo immediato.

A importação brasileira de origem norte americana fora immensa e ainda estava a ser saldada.

Com a grande guerra desviara-se para a America do Norte a corrente importadora outróra europeia, como todos sabiam.

Devedor desta enorme importação e possuidor de café desvalorisado, via o Brasil o dollar subir a exhorbitante preço, o que aggravava a situação a ponto de se começar a ver a impossibilidade de poder o paiz satisfazer aos seus compromissos com os exportadores norte americanos, se o dollar continuasse em tão alto nivel ou ainda subisse.

Facto era que a mais premente necessidade actual do Brasil constituia a obtenção da moeda dollar.

Convinha examinar a hypothese de um emprestimo exterior avultado que desse para as necessidades dos compromissos do Governo deixando remanescente bastante afim de ser vendido na praça.

Os que necessitavam de cambiaes para pagar a importação ou satisfazer outros compromissos poderiam adquiril-as.

Primeiro effeito obtido: o apparecimento de ouro em substituição das cambiaes de exportação que escasseiavam, o que contribuiria á alta cambial. Segunda consequencia, altamente benefica: com o producto do papel-moeda nacional da venda dessa parte do ouro do emprestimo, faria o Governo novas compras de café. Isto é, adquiriria para armazenar alterando, portanto, os preços. Quando este café fosse, mais tarde, vendido parcelladamente no extrangeiro, receberia o Governo, novamente, ouro, e ouro accrescido pela valorisação do café, para com elle resgatar, a cambio mais favoravel, o emprestimo agora contrahido.

Desde que a exportação brasileira se valorisasse não era possivel que dahi não decorresse um reflexo sobre o cambio. Assim pagaria o Governo brasileiro novo emprestimo em pers-

pectiva a preços mais baixos do que o que representava encargos assumidos pelo Thesouro Nacional.

A situação estatistica do café não era boa e sim simplesmente optima. Affirmava Siciliano peremptorio: a nova valorisação será um brinquedo se a compararmos á de 1906!

E argumentava.

"Em 1906-1907, quando se iniciou a primeira valorisação a posição do producto offerecia difficuldades quasi insuperaveis. O *stock* mundial do anno anterior, saccas 9.702.000, elevara-se a 16.380.000 saccas. A producção mundial em 1906 fora de 23.768.000 saccas, a maior jamais verificada. O consumo apenas attingira 17.108.000. O preço médio não passara de 4$210 por 10 kilos, ao cambio de 15 d.

No anno seguinte, de 1907-1908 apresentava as seguintes cifras mundiaes: producção 14.826.000 saccas; consumo 17.110.000 saccas *stock* 14.132.000.

Já em 1911-1912 dera a valorisação resultados de pleno triumpho!

Elevara-se o preço médio a 7$940 por 10 kilos com o cambio de 16 d.

Em 1912-1913 continuavam a altear-se as cotações. O preço médio deste anno ascendera a 7$969 com o cambio acima de 16 ½ d.!!!

Pois bem, em 1921, podia-se observar que o *stock* mundial de 1918-1919, que fora de 10.019.000 baixara em 1919-20, a 6.701.000.

A producção e o consumo mundiaes, em 1919-1920, tinham, respectivamente sido 15.181.000 e 18.499.000.

A producção mundial de 1920-1921, safra em curso, estava calculada em 16 milhões, sendo de São Paulo o maximo de 8.500.000 e do resto do Brasil e demais paizes productores, 7.500.000.

O consumo da safra de 1920-1921 até 30 de junho, subiria a 17.500.000, inferior aos 18 milhões e fracção de 1919-1920. Ainda assim o *stock* mundial, em fins de safra em junho de 1921, apenas seria de 5.201.000 saccas.

A safra de São Paulo em 1921-1922, apresentava-se irrisoria, devido ás consequencias das geadas. Só attingiria 5 ou 6 milhões, na opinião geral ou no maximo a 7 como pretendiam os optimistas.

Pois bem que se acceitasse a estimativa de 7. Mesmo assim e dando para a producção dos outros Estados, e paizes productores, o elevado calculo de 8 milhões, subiria a safra mundial a 15.000.000. Quanto ao consumo, embora com

accentuada tendencia a crescer, não fosse elle calculado nos 18 milhões e fracção dos annos de 1919-1920, e sim pela estimativa inferior de 1920-1921, isto é, em 17 milhões e meio. Mesmo assim, o *stock*, em junho de 22, teria baixado á irrisoria cifra de 2.701.000 saccas.

Com esta perspectiva, dentro de dois annos deveria haver grande escassez de café. E era licito perguntar-se se, por inercia, continuaria o Brasil a vender a 9$000 com o cambio de 9 como já fazia.

A tal proposito relatou o Conde Alexandre Siciliano interessante episodio de sua carreira. Na época da primeira valorisação do café, tendo de ir á Europa, recebera a incumbencia do Governo de São Paulo de sondar os meios financeiros para o emprestimo de quinze milhões esterlinos, mais tarde officialmente negociado pelo Governo.

Encontrara em varios grupos financeiros, desfavoravel ambiente. Em Londres visitando o Barão Schroeder, expuzera-lhe a pretenção brasileira. Era preciso elevar o preço do café, producto basico da economia nacional e, para isto, precisava o Brasil de auxilio financeiro. Respondera-lhe o banqueiro que, antes de mais nada, precisava ouvir a opinião do principal corrector de café de Londres. Mandara pois chamal-o. Pouco depois chegava um cavalheiro de certa idade, elevada estatura e physionomia fechada, rispida.

Posto ao corrente do assumpto, respondera secca e concisamente — *nem um shilling*, fazendo menção de se retirar. Era o fracasso fulminante!

Não se conformando com este *non* tão duro e tão secco interpelara o corretor. Perguntou-lhe se conhecia bem a posição estatistica da producção do café do Brasil, recebendo resposta cheia de evasivas.

Realmente o café do Brasil apparecia com abundancia e frequencia no mercado. Maliciosamente, accrescentou era facil distinguil-o pela qualidade, não da smelhores.

Insistira Siciliano perguntando-lhe se sabia que o Brasil contribuia com 75 por cento da producção mundial. "Oh, oh, isto agora é outra coisa!" retrucara-lhe o homem pedindo um prazo de trez dias para estudar o assumpto.

No quarto dia voltando elle, Siciliano, ao gabinete do Barão Schroeder, muito amavel lhe dissera este, entre outras coisas, ser a opinião do tal corretor e dos demais collegas seus favoravel á realização do negocio, mesmo porque nunca se vira fracassar um emprestimo sobre a base de 60 quanto mais sobre de 75 por cento.

Num almoço que o Commercio e a Praça de Santos lhe offereceram, a 23 de agosto de 1921, pronunciou o Presidente da Republica Dr. Epitacio Pessôa discurso que em todo o Brasil causou extraordinaria sensação.

Desde o introito mostrou-se o chefe de estado ardente propugnador das operações de defesa do grande genero brasileiro.

Assim affirmou: que a valorisação do café não era problema paulista, e sim questão de interesse nacional. Nem tambem ideia original. Praticada pelos Srs. Tibiriçá, Albuquerque Lins e Altino Arantes, fora seguida, em relação a outros generos, durante a guerra, e o estava sendo ainda naquelle momento, por varias nações, ora individualmente, ora constituidas em grupo. O Convenio celebrado entre a França, a Inglaterra e a Italia, para a compra de certos artigos, nos mercados ultramarinos, não tivera outro intuito senão manter os preços da producção nacional. A politica economica do Japão orientava-se, desde algum tempo, no sentido da valorisação da seda e do arroz.

Se assim praticavam diversas das maiores nações do Universo porque não faria o Brasil o mesmo com o café quando não havia producto algum que nos mercados mundiaes gozasse da situação do café brasileiro? 75 por cento da producção universal, de um producto não deterioravel em longo prazo?

Antevia o Presidente o extraordinario exito do tentamen da nova valorisação. A safra mundial de 1921-1922 devia attingir 16 milhões de saccas.

Fora o consumo em 1919-1920 de 18.499.000 saccas, em 1920-1921 de 18.402.000. Tendia a augmentar, principalmente nos mercados consumidores dos Estados Unidos, onde o café supprira a carencia do alcool. Tal augmento já fora, em 1920, de 18 %, e tambem nos mercados da Europa Central, que iam conquistando, a olhos vistos, o lugar no commercio internacional. Ninguem esquecesse que em 1914-1915 fora o consumo de 21.658.000 saccas e em 1915-1916 de 21.200.000. Fosse, entretanto, fixado em 18.500.000 saccas. Ainda assim, era superior á producção em 2.500.000 saccas.

Argumentariam os pessimistas com a cifra dos *stocks*, que nos differentes paizes attingia 8.522.000 saccas. Mas não havia motivos de alarme.

Deste *stock*, cerca de metade achava-se ainda em portos brasileiros, constituido pelos cafés que o Governo adquirira, e outra grande parte era formada pelo refugo ou cafés inferiores, improprios á exportação. Assim o *stock* util ao con-

sumo, existente actualmente nos mercados extrangeiros, representava quantidade muito inferior áquella de que estes mercados precisavam para attender ao movimento das bolsas ás necessidades mais prementes dos consumidores.

Por outro lado, sabia-se que os exportadores tinham limitado as acquisições á menor quantidade possivel na esperança de que subita paralisação da intervenção official provocasse a baixa das cotações offerecendo-lhes a opportunidade de refazer de prompto os *stocks* desfalcados. Os cafés adquiridos pelos exportadores e em transito para os centros de consumo, principalmente para os americanos, representavam quantidades muito limitadas. Que se levasse em linha de conta o tempo necessario para entrarem em contacto com os consumidores. Ficaria evidente que novas acquisições não se fariam esperar.

Podia-se, pois, prever, com segurança, que os cafés da producção brasileira e os dos *stocks* de Santos e Rio de Janeiro, num total de 13 a 14 milhões de saccas, seriam fatalmente absorvidos pelos mercados extrangeiros no correr da safra de 1920-1921, isto é, até junho de 1921.

Peremptoriamente declarava o Presidente, com todo o prestigio da posição, e no meio de extraordinaria ovação da assistencia que certo deste resultado, não hesitara o Governo Federal assim como não hesitaria em levar por diante a obra da revalorisação.

Dispunha dos recursos necessarios e prosseguiria em passo firme e resoluto na politica iniciada em abril de 1921 e que só se encerraria com a victoria final.

Affirmou o chefe de estado que os resultados de tal politica já era dos mais brilhantes. Precisava o Brasil, urgentemente, do equilibrio da balança commercial cuja consequencia seria a elevação da taxa cambial. Mas tal equilibrio só se obteria graças ao café cuja exportação augmentara vultosamente.

Esta grande massa de café, revalorisado numa proporção de cerca de 100 % em comparação com as cotações de março de 1921, concorrera para amparar a quéda cambial que se agravara de modo alarmante.

Se o Governo não houvesse ordenado as operações de defesa, era obvio que só poderia ter obtido o mesmo valor ouro mediante exportação dupla e sob preços mesquinhos.

Haveria argumento mais forte do que este com o cambio a 6 ½, o valor de uma sacca de café, typo 4, Santos, pelas cotações dos meiados de março de 1921, vinha a ser pouco

mais de uma libra esterlina. Pela cotação corrente e com o cambio a 8, esta mesma sacca passara a valer mais de trez libras. Significava isto que a safra brasileira de 10 ½ a 11 milhões de saccas e o *stock* de café adquirido pelo governo augmentaram de valor em mais de vinte milhões esterlinos!

Previa o Presidente que com a resistencia brasileira seria o café cotado em Nova York entre 15 e 16 cents. por libra o que nas condições vigentes nos mercados apenas representava a metade do preço ouro obtido antes da guerra.

Terminando, mais uma vez, expuzera o Dr. Epitacio Pessôa do modo mais vehemente, as suas ideias de valorisador convicto.

"Diante de um problema cujos termos se apresentam de modo tão preciso, não podia o Governo Federal, permanecer inactivo: cumpria-lhe o dever de dar-lhe solução.

Os beneficios do seu acto, estão se fazendo sentir de maneira auspiciosa na reanimação da lavoura, no desenvolvimento do commercio, no fortalecimento de toda a economia nacional.

E' motivo, não para os vossos agradecimentos, mas para as nossas congratulações, porque, como brasileiro dos que mais amam o seu paiz, eu me regosijo como vós com esta aura de coragem e de vida, de prosperidade e de triumpho que perpassa por toda a nação."

Em principios de setembro de 1921 e em S. Paulo, ao saudar o Presidente Epitacio Pessôa, numa sessão solemne realisada no Theatro Municipal dizia o deputado João Pedro da Veiga Miranda que o momento se apresentava o mais propicio para se encetar uma campanha de defesa do café. "Nunca tivemos situação tão propicia para fundar esse orgão regularizador da offerta. Se tivessemos diante de nós um enorme *stock* para sustentar, seria o caso de temer os perigos que dahi poderiam recorrer. Mas hoje temos diante de nós uma situação futura, que inspira a maxima confiança. Podemos prover com segurança trez e quatro annos de situação altamente propicia. sem o espectro aterrador dos *stocks* consideraveis."

O orgão regularizador da offerta agiria com absoluta segurança mantendo firme o *controle* do mercado mundial. não para levantar abusivamente as cotações, mas para regularizar os preços de modo que o Brasil auferisse os lucros justos compativeis com as forças do consumo.

As percentagens da producção dos proximos quatro annos mostravam-se as mais lisongeiras.

Em 1921-1922 — para o consumo de 19 milhões de saccas eram estes os dados da producção:

Stock existente	8.000.000
Safra de S. Paulo	7.000.000
Safras de Minas, Rio, etc.	3.500.000
Safras de outras procedencias. . .	4.500.000
	23.000.000

A 30 de junho de 1922, existiria um *stock* de 4.000.000 de saccas, verdadeira insignificancia para as condições do commercio mundial.

Ao correr a safra de 1922-1923, para um consumo de ..... 20.000.000 de saccas a producção assim se expressaria:

Stock	4.000.000
Safra de S. Paulo	9.000.000
Safras de Minas, Rio, etc.	3.500.000
Safras de outras procedencias. . .	4.500.000
	21.000.000

Ninguem acreditava mais na possibilidade de uma safra de 9 milhões em 1922, em S. Paulo, taes os ultimos contratempos meteorologicos castigadores dos cafesaes.

Mesmo que o *stock* em junho de 1923 fosse de 2 a 3 milhões de saccas seria a situação optima.

Pela successão natural das colheitas, deveria ser pequena a safra de 1924, para um consumo seguro de mais de 20 milhões de saccas. Não podiam pois ser mais auspiciosas as perspectivas do proximo quatriennio, para a situação geral do café. O futuro da preciosa mercadoria, apresentava-se portanto, brilhante. Era o momento mais que propicio, para se organizar calmamente, mas sem perda de tempo, a defesa permanente. Mas, ninguem se illudisse, era a necessidade premente. Ou se organisaria a resistencia forte do mercado, ou, apezar da situação favoravel, continuaria o Brasil a entregar a mercadoria ao preço imposto pelos compradores organizados e poderosos.

A lição dolorosa dos factos ahi estava para demonstrar tal perigo.

Sem organisação solida e permanente, continuariam os productores do Brasil fracos e indefesos, entregando o seu rico producto como verdadeiros colonos submissos. Os paulistas já não alimentavam mais, a tal respeito, a minima duvida. Por

isto pugnavam com verdadeiro ardor pela defesa permanente do producto, basico da economia nacional.

Aliás, a situação, em que frequentemente vivera o paiz não era só a desventura do productor que, em regra, vinha a ser quem menos ganhava.

Era o fazendeiro de café o heroe de terrivel tragedia, o sacrificado permanente e no emtanto, o operario infatigavel que fabricara essa riqueza nacional formara o grande patrimonio paulista e sempre, atravez das mais negras crises, sustentara a economia brasileira. Facil verificar-se que o producto representava interesse muito pequeno ante os grandes interesses nacionaes que o café sustentava no Brasil.

O supprimento visivel segundo Duuring und Zoon vinha a ser de 8.779.000 saccas a saber: na Europa 2 milhões, nos Estados Unidos 1.647.000, em Santos 3.479.000, no Rio de Janeiro 421.000, na Bahia, 38.000, em transito 1.192.000.

Ao deputado Veiga Miranda respondendo, declarou o Presidente da Republica que a defesa permanente do café seria dentro em breve facto consumado o que lhe valeu estrondosa manifestação de applausos não só por parte da assistencia enorme que occupava o Theatro Municipal de S. Paulo, como logo depois da imprensa paulista de todos os matizes politicos.

Havendo o Dr. Veiga Miranda affirmado que o Governo de Minas abandonara o de S. Paulo, na execução das operações da Valorisação, o presidente mineiro de 1906, Dr. Francisco Salles, agora senador federal telegraphou ao orador protestando contra a asserção. Os termos deste telegramma provocaram reparos do senador Alfredo Ellis o que levou o Dr. F. Salles a occupar a tribuna a 12 de setembro. Protestou novamente contra a asserção do Dr. Veiga Miranda e as observações de seu collega, a quem aliás contestara o Dr. Paulo de Frontin, senador pelo Districto Federal.

Declarou manter *in totum* os termos do seu telegramma. Não lhe cabia coisa alguma da censura. Assignara o convenio a 25 de fevereiro de 1906 e este só fora aprovado pelo congresso mineiro a 26 de agosto seguinte. Ora deixara elle de ser presidente de Minas a 7 de setembro immediato. Como pois se lhe attribuir tal attitude.

Pelo contrario! empregara os maiores esforços junto ao conselheiro Rodrigues Alves para o demover "de notoria resistencia ao Convenio".

Este ultimo parte do seu telegramma motivara assaz asperos reparos por parte de A. Ellis, e era o que elle agora explicava pormenorisando que o então Presidente da Republica se

mostrava sobremodo infenso á Valorisação, quando o que o orador affirmara era que elle discordava do plano traçado e ajustado em Taubaté, por motivos doutrinarios ligados ao regimem monetario nacional. Entendia o Presidente ser essencial a valorisação constante do meio circulante e os signatarios do Convenio queriam cambio baixo, ou pelo menos cambio cujas taxas não subissem rapidamente ao se receberem os recursos do emprestimo destinado ás compras de café.

Dahi a sua resistencia, que ninguem de boa mente poderia contestar.

Respondendo ao Dr. Francisco A. de Salles observou o senador Alfredo Ellis que se realmente o seu collega se eximira da pecha que lhe haviam irrogado, o governo de seus successores em Minas Geraes, e os do Estado do Rio de Janeiro haviam procedido deslealmente para com os do Estado de S. Paulo, a este negando o concurso de applicação da sobretaxa de cinco francos estatuida pelo Convenio de Taubaté.

Esta defecção forçara S. Paulo ao grande emprestimo dos 15 milhões esterlinos, imprescindivel á sustentação do *stock*.

Crueis momentos atravessara o E. de S. Paulo, cujos representantes no Congresso Nacional haviam frequentemente soffrido as maiores difficuddades, tormentas e injustiças.

Chegara a commissão de Finanças do Senado a propor a recusa ao endosso da União ao emprestimo salvador. Provava simplesmente que os politicos da capital do paiz desconheciam muitas vezes os problemas importantissimos dos Estados em acção reflexa sobre toda a economia nacional.

Não se effectuasse o endosso e a ruina, a *debacle*, se despejaria sobre o Brasil.

Nos meios politicos repetia-se agora a mesma imprevidencia. Só agora se interessavam pela defesa do café depois que o Governo interviera contra a acção dos especuladores impedindo que estes arrebatassem ao Brasil mais uma safra ao preço minimo de seis cents. por libra de grão que os consumidores comprariam nos Estados Unidos entre 24 e 30 cents.! A intervenção benemerita do Governo esclarecera a consciencia nacional.

A importancia da producção cafeeira no conjuncto da economia brasileira tornara-se de tal modo saliente que passara a ser axiomatico que "não se podia valorisar o meio circulante nacional sem valorisar o café."

A imprensa alheia aos grandes interesses da Nação desbaratava o tempo e as energias a discutir questiunculas de politicalha.

Em vez de informar os leitores sobre as questões da defesa cafeeira fazia correr rios de tinta sobre o caso da escolha do vice-presidente da Republica! e outros problemas por vezes de nonada.

Não lhe causara a menor mossa, não lhe tomava um segundo de cogitação a affirmativa peremptoria de que um cent. por libra de café a menos redundava num prejuizo de cem mil contos para economia brasileira. Acolchoava os ouvidos de algodão, segundo o famoso aphorisma de Archimedes: *nec perturbare calculos meos!*

Ninguem se importava, ninguem se interessava pelo fastidioso assumpto!

"Dorme-se tranquillamente a principiar pelo ministro da Fazenda e acabando pelo ultimo representante da Nação", concluiu vehemente o senador paulista.

Voltando ao caso do procedimento dos governos mineiros e fluminense no tocante ao Convenio de Taubaté, verberou ainda o procedimento de ambos. Se este houvesse sido o do da União que seria do credito do Brasil perante o mundo?

Assim se o senador Salles se defendera pessoalmente nem por isto deixara de assignalar a grave falta de seus successores. Em Taubaté elle não representara apenas a sua individualidade e sim a da Presidencia de Minas Geraes.
Felizmente no momento presente avocara o Governo Federal a si a solução de um problema importantissimo, capital, como o da defesa do café. Assim procedendo não só valorisava a moeda como firmava, assegurava o futuro e a grandeza do paiz.

Recordava o Presidente Dr. Arthur Bernardes em 1921 ao Congresso de Minas Geraes que a especulação desenvolvida em torno do commercio cafeeiro forçando a baixa dos preços, em antagonismo com as condições naturaes dos mercados, alarmava os interessados, attrahindo para o caso a attenção dos poderes publicos.

Assim interviera o Governo Federal nos mercados para normalizar a situação e amparar o producto, appellando para o concurso dos Estados cafeeiros, entre os quaes certamente figurava, e na primeira linha, o de Minas Geraes.

Accudindo a tal appello, o Governo mineiro, sobremodo interessado na defesa do producto, promptificara-se a collaborar no sentido da intervenção official, dando-lhe o mais decidido apoio.

Para aquilatar do acerto da medida, bastava considerar, que, apenas entrara ella em começo de execução, subira o preço do café chegando a duplicar.

A esta operação consagrara o Estado quatro mil contos de parceria com o Governo da União e os dos Estados interessados.

Baixara o preço da arroba de 18.500 a 15.000, dahi o deficit da arrecadação estadual em 1920 mas as perspectivas de melhoria eram positivas.

Os esforços conjugados dos governos da União e dos Estados cafeeiros já haviam produzido a melhora da situação.

A intervenção official determinara a alta dos preços, sobretudo nos negocios a termo.

Assim era tempo de cuidar-se, e com decisão, da regulamentação, firmada na experiencia, dos mercados a termo dos productos exportaveis, fiscalizando-os directamente, para que a economia nacional e o esforço dos productores não se vissem periodicamente surprehendidas pela especulação baixista, a que facilitava a falta de apparelho de credito para os productores e ausencia da acção official no funccionamento das Caixas de liquidação das operações a termo. O Governo de Minas para cujo concurso appellava o da União, na grave crise da injustificavel baixa dos preços respondera immediatamente que estava prompto para entrar com a quota que lhe devesse caber.

"Devemos felicitar-nos, concluia o presidente, pelos resultados obtidos com a intervenção official e sinto-me satisfeito por ter podido concorrer, sem gravame do Thesouro, para o amparo da nossa lavoura."

Certamente não bastaria esta medida de emergencia. Indispensavel seria, para garantia permanente e efficaz da exportação, melhor organização do credito bancario, apparelhamento efficaz de *warrantagem,* a diminuição crescente, até a sua total suppressão, dos impostos de exportação, melhora, augmento e barateamento dos transportes.

Todavia, na eshpera da acção constitucional, fixara o Estado o que lhe fôra possivel.

CAPITULO XLVI

A situação cafeeira em 1921 — Exposição das mensagens presidenciaes da União e do Estado de S. Paulo sobre as operações de defesa — Parecer do Deputado Sampaio Vidal — Opiniões do presidente da Republica

Na mensagem de 1921 voltou o Presidente Epitacio Pessôa a tratar do caso dos cafés da Valorisação. Tinham-se entabolado negociações directas entre os governos allemão e brasileiro, e a importancia dos 125 milhões de marcos do deposito da casa Bleischroeder já fôra posta em Londres á disposição do governo do Estado de São Paulo.

Explicava o presidente:

"Quanto á parte da divida, oriunda de differenças de cambio, cujo pagamento incumbe directamente ao Governo allemão, a liquidação offerece certos embaraços, mesmo sem contar com as difficuldades actuaes da situação financeira da Allemanha."

Com effeito, o Tratado de Paz, artigo 236 e 248, sujeitara não só os recursos economicos da Allemanha, como todos os seus bens e fontes de renda, ao pagamento das reparações e outras responsabilidades. Claro era que taes bens e recursos tambem respondiam pelo pagamento relativo ao café, obrigação decorrente de dispositivo expresso do Tratado. Mas o artigo 251 estabelecia a ordem de preferencia na solução de taes responsabilidades e, por sua natureza, a divida de que se tratava não poderia vir senão em quarto logar, depois de obrigações de tal modo extensas que só muito mais tarde poderia o pagamento ser exigido.

Para conseguir o pagamento. em futuro mais proximo, tornar-se-ia preciso alcançar, além da bôa vontade da Allemanha, o consentimento dos paizes alliados. Nesse sentido

continuava o Governo brasileiro a envidar todos os seus esforços."

Na mesma mensagem presidencial de 1921, declarou o Presidente Epitacio Pessôa que se verificara serem os nove milhões esterlinos insufficientes para a acquisição do minimo de 4.535.000 de saccas do stock da valorisação.

Assim o Ministro da Fazenda, Dr. Homero Baptista, após entendimento com o Banco do Brasil, deste solicitara uma promissoria de quatro milhões esterlinos a serem convertidos em papel-moeda, ao cambio de 7 3/4 o que corresponderia a 123.870:960$000.

Seria esta quantia aplicada nas letras restantes da operação, e o saldo creditado em conta corrente de movimento.

Para garantir a promissoria, transferira o Thesouro, ao Banco, a importancia da operação suplementar, com segundo penhor. Caso esta operação excedesse a importancia de £ ... 4.000.000, como era provavel, reverteria a differença ao Thesouro. Della daria o governo sciencia aos banqueiros encarregados da valorisação.

A 30 de outubro o Banco, por seu presidente, Dr. José Maria Whitaker, communicava ao Governo que se descontara a promissoria de £ 4.000.000, á taxa de 6 % ao anno, adoptando para a conversão o cambio de 7 3/4 d.

O liquido resultante se creditaria á conta da Valorisação, a cujo debito se lançaria, ao mesmo tempo, o valor das letras restantes da operação do café sendo o saldo apurado levado ao credito da conta de movimento.

Justificando, posteriormente, esta operação escreveu o Dr. Epitacio Pessôa em seu livro *Pela verdade*:

Nada mais natural que se procurasse os novos recursos na liquidação do proprio *stock* de café, que o governo previa, com justa razão havia de deixar, depois de resgatado o emprestimo, largos remanescentes, sobre os quais se poderia fundar operação suplementar.

Assim tambem entendera o governo Bernardes, que se dirigira aos banqueiros do emprestimo para obter, precisamente sobre os remanescentes do café, o adiantamento de libras 2.000.000, com os quaes reunidos a outros recursos internos, resgataria a mesma letra dos quatro milhões.

Este adiantamento, que elevara o emprestimo a onze milhões, mostrara então, a opinião dos proprios prestamistas, que o Governo Epitacio Pessôa presumia com justeza que os lucros da Valorisação offereciam margem a novos compromissos. A liquidação final do emprestimo provara que nenhuma

temeridade houvera em avaliar tal margem em quatro milhões, visto como fora ao que se dizia, de mais de seis milhões: quatro com que o Governo Bernardes pagara a letra e dois recolhidos de lucro.

Emittindo parecer sobre a mensagem presidencial affirmava o relator da commissão de finanças da Camara dos Deputados, Dr. Raphael Sampaio Vidal, que o Brasil, senhor de 75 por cento do café mundial graças á negligencia em organizar meios seguros, permanentes, de respeitar essa lei; isto é, regularizar a offerta para a defesa natural da preciosa mercadoria, soffrera por anno prejuizos de 100, 200, 300 e 500 mil contos de réis. Não fora inferior a 500 mil contos de réis o de 1920.

Desde muito advertira o Sr. Sielken, o grande mercador de café em Nova York que o processo irracional do enxurro das safras causavam ao Brasil um prejuizo annual de, pelo menos, cinco milhões esterlinos.

Era exactamente como em tempo occorrera, aliás, com o proprio algodão americano.

Essa precipitação da offerta, se devia á quasi completa ausencia de credito bancario para a retenção da mercadoria. Trouxera sempre prejuizos enormes aos productores e á economia nacional, roubando ao intercambio internacional avultada somma, diminuidora notavel do valor global da exportação.

A quéda dos preços do café em 1920 não arrebatara menos de 20 milhões esterlinos á balança dos valores exportados. Estes bellos fructos da producção e do trabalho brasileiro haviam suavemente passado para o bolso dos especuladores! Com isto, o vacuo produzido nos negocios internacionaes contribuira poderosamente para a quéda do cambio e os prejuizos incalculaveis que o Brasil em 1920 tivera.

Faltava ao paiz, essencialmente, a organização de credito. Nelle tinha grande influencia a opinião de negativistas professando verdadeiro horror á ideia de que o Estado viesse immiscuir-se em questões economicas. Dahi a situação de paiz inerme, que era o Brasil, onde os especuladores extrangeiros realizavam annualmente lucros de uma ou duas centenas de milhares de contos, lucros legitimos do trabalho nacional, verdadeiro paraiso como campo para os assaltos de especuladores poderosos.

Fora porém a crise formidavel de 1920 verdadeiro toque de rebate, e ameaça da continuação da crise a penetrar em 1921, provocara forte anteparo na acção resoluta e patriotica

do Governo Federal, organisando com tão brilhante exito a defesa do genero. Os resultados já estavam patentes aos olhos dos mais incredulos. Mais de 12 milhões esterlinos representavam os lucros salvos para o paiz, em 1921, nos negocios do café.

O Brasil privado de organisação geral de credito vivia a protelar a creação de apparelhos de que dispunham os grandes povos civilisados. Nas horas penosas em que se tornava indispensavel acudir á defesa dos productos da exportação occorriam as crises de numerario.

Era dos poucos paizes que não dispunham de banco de Emissão! Duas causas perturbavam a regularisação da offerta cafeeira: a desigualdade das colheitas, variando um, dois, e até quatro milhões de saccas de um anno agricola para outro; e uma causa accidental devida ás aperturas financeiras dos productores e commissarios, em outros termos — a precipitação das remessas e as vendas apressadas para acudir ás necessidades prementes.

A especulação poderosa apoiava a machina infernal apoiada principalmente nas duas causas da fraqueza brasileira. Não encontrando resistencia continua no mercado, ditara soberanamente os preços que bem entendia.

Era a luta desigual entre representantes de paizes que asseguravam a seus filhos fortes elementos de solida organisação bancaria e os vendedores de uma mercadoria de um paiz de muito restrictos recursos monetarios. quasi permanentemente manietado e asfixiado por crises de numerario.

Vendia o Brasil por 8, 10, cents. por libra mercadoria a ser revendida ao consumo por 30 e 40. A voracidade dos intermediarios arrebatava a maior parte dos lucros legitimos que cabiam *de jure* ao mercado productor. Entre productores e consumidores trabalhava um bando de rapineiros do commercio, que se fartava tranquillamente a devorar os fructos da producção brasileira.

Era exactamente contra os abusos desse bando audacioso que se impunha a organisação da defesa permanente. Não para impor preços, e sim apenas para acautelar o fructo do trabalho nacional. Se o Brasil pudesse incorporar á sua economia e riqueza 200, 300 mil contos de réis, lucros legitimos da producção, porque outros lhe haveriam de arrebatar taes lucros, como se se tratasse de pobre colonia africana?

Não podia existir argumento *ad rem* mais eloquente do que este.

Começara em marco a intervenção federal nos mercados de café. Estava então o disponivel em Santos a 8 cents. e ¼ por libra em Nova York. A intervenção elevara a cotação a 12 cents. Em 10 milhões de saccas, a saber — 4 milhões vendidas e cerca de 6 milhões que vinham descendo — tal differença representava mais de 12 milhões esterlinos, ou, ao cambio vigente, perto de 400 mil contos de réis!

Expedendo os seus pontos de vista sobre a situação cafeeira em 1921 declarou o deputado paulista que não se recommendava a seu ver o monopolio do café o que certamente viria perturbar o commercio do genero.

Exigindo complicada e perigosa organisação, interviria na economia particular dos productores, violando a liberdade commercial, uma das forças seguramente mais activas e efficientes para o desenvolvimento do paiz.

Devia ser singelo o orgão da defesa permanente. De acção puramente regularisadôra exerceria uma policia, verdade é que muito activa sôbre a situação dos mercados mas apenas para sustentar a actuação geral dos vendedores de modo a impedir transações atabalhoadas.

Muito simples precisava ser o mecanismo deste orgão dirigido por cinco homens de elevado conceito e competencia como agricultores, banqueiros e commerciantes e dispondo da confiança plena da Presidencia da Republica. Cumpria ainda recordar que a esta junta presidiria o Ministro da Fazenda.

Expressivamente dizia o Dr. Sampaio Vidal que a situação do Brasil era simplesmente esta, vendedores fracos em face de compradores fortes. Vendedores fracos por mal informados e pessimamente municiados para a luta; compradores fortes, admiravelmente informados e dispondo dos largos recursos da organisação bancaria de seus paizes.

Mas, não era só, representavam os vendedores simples multidão dententora da mercadoria, sem laços de união, sem cohesão alguma. Seriam vinte mil fazendeiros e muitas dezenas de commissarios, seus representantes — grande massa de interessados, mas isolados uns dos outros.

Cada qual a cuidar do seu negocio. Nas horas criticas, cada qual procurava salvar-se como pudesse, estabelecendo-se ás vezes verdadeira correria e lamentaveis situações de panico.

Quem não comprehenderia a fraqueza de tal massa diffusa?

E os compradores? Seriam dez ou doze casas ricas e poderosas, mais ou menos unidas entre si pelo interesse commum da baixa. Quem conhecesse o mercado de café sabia que

esta era a realidade. Eis porque os autores daquelles differentes processos perdiam de vista a realidade simples de coisas correntes e positivas.

Organizar a resistencia de tão consideravel e desunida massa era tarefa ingente senão impossivel. Seu orgão central coordenador só podia ser o Estado e nunca um apparelho aggressor e sim apenas outro visando a estabilisação dos preços razoaveis ante a situação estatistica mundial do café.

Era a regularisação da offerta, sem duvida alguma, a base da defesa. Como a organização diante das causas perturbadoras?

Em S. Paulo já por vezes se adoptara a limitação das entradas de café, medida de incontestaveis e decisivos effeitos. Causava, porém, perturbações não só ás estradas de ferro, como aos productores e commissarios. Assim era urgente fixar uma forma pratica de organisar tal limitação, sem ferir esses interesses consideraveis.

Um bom entendimento entre o Governo e as estradas de ferro resolveria o caso. Seu estudo já aliás, está sendo feito em S. Paulo e com todo o empenho.

O armazenamento, a retirada provisoria do café, em certos pontos centraes das estradas, com emissão de titulos negociaveis para levantamento de dinheiro — seria a solução desejavel. Na historia economica da America do Norte occorria simile muito sugestivo. A precipitação das remessas de algodão ao mercado de Nova Orleans, enormes prejuizos causara aos productores. Pois bem a regularisação das entradas elevara de quarenta por cento os preços!

Nos annos da colheita regular do café, bastaria a simples limitação para regularizar a offerta e assim assegurar a boa situação do mercado productor.

Mas nos annos de grande colheita, a regularisação da offerta por certo reclamaria a retirada provisoria de 1, 2, e 3 milhões de saccas do mercado. Era o que constituia o ponto mais serio da organisação da defesa. Sabido que os negocios de café eram dos mais avultados do mundo, as operações para compras, assim elevadas reclamavam grandes capitaes. Trez milhões de saccas, por exemplo, a 80$, exigiriam a importancia de 240.000 contos. O fundo para a defesa constituia pois problema serio a dirimir.

Além disto, a pratica das valorisações demonstrara ser muito onerosa a despesa com processos adoptados até então — juros de emprestimos, commissões, armazenagem, saccaria, movimentação do stock e tantos outros serviços dispendiosos.

Ora, processo assim tão caro, não convinha á defesa permanente. Além de caro, tambem precario e arriscado, forçando operações apertadas, feitas em más condições para acudir ás emergencias. Em summa fora a assistencia financeira das valorisações feita por processos muito empiricos, por meio de emprestimos parcelados verdadeira organisação de expedientes.

Não podia a defesa ficar á mercê de tal precariedade de fundos. Precisava contar com capital proprio, e grande, nunca inferior a trezentos mil contos e podendo ser constituido pelos lucros apurados na liquidação do *stock* do café adquirido pelo Governo Federal, na liquidação do Convenio Commercial com a Italia, e quando necessario numa emissão de papel-moeda para completar o capital. Ficaria o Poder Executivo expressamente autorisado para tal fim.

Definitivamente constituida a defesa do café não mais se animaria a especulação a atacar o mercado por meio de manobras tão audaciosas como as que costumava a empregar.

Assim sendo, as pequenas oscillações ou as baixas poderiam ser perfeitamente defendidas pelos proprios interessados, mediante *warrantagem*, á espera de melhores preços.

Como quer que fosse, com a compra ou *warrantagem* da mercadoria, estaria a emissão sempre lastrada. As notas emittidas corresponderiam constantemente a valores depositados equivalentes a ouro. Constituiriam, verdadeiramente — titulo de credito real, representativo de mercadoria depositada. conversivel em ouro. Feita esta conversão pelo embarque do café, as respectivas cambiaes ouro passariam a substituir as notas correspondentes, emittidas e a serem extinctas pela incineração. Em ultima analyse, pois, não passariam as notas de suporte provisorio do valor de mercadoria a ser convertida em ouro. Verdadeiro titulo de credito pago em ouro, que uma vez saldado, estaria resgatado, extincto e incinerado. Forneceria a Caixa de Amortização depois outras notas, quando o Conselho as requisitasse.

Não era mais possivel cerrar os olhos á evidencia quando só de março de 1921, em deante, valera a intervenção official, aos productores brasileiros, a conquista de mais de doze milhões esterlinos.

Negar-se apoio a uma emissão lastrada que se destinava, com as tão solidas seguranças de conversão em ouro, a defender o principal producto nacional seria inqualificavel capricho doutrinario.

A' defesa commercial do café era preciso acompanhar a intensa propaganda do producto que cada vez mais avassalava o paladar universal. Bastava considerar as estatisticas demonstradoras do enorme alargamento do consumo.

Já nos Estados Unidos se notava, desde alguns annos, a actuação poderosa dos corypheus do café.

A organisação da propaganda, naquelle paiz, apresentava realmente aspecto de uma obra admiravel, pela vastidão, engenho e arte com brilhantes resultados já colhidos.

Para tal fim eram as forças em actividade as mais poderosas, associação dos grandes torradores, importadores e retalhistas. A resultante valiosa desses diversos componentes vinha a ser a Joint Coffee Trade Publicite e Committee.

Trez phases planejadas já se desenvolviam: a primeira consistia em grande suggestão diaria sobre o povo, por meio da imprensa, em dezenas de jornaes escolhidos; a segunda, a continuidade da propaganda por meio de jornaes especiaes, revistas medicas e magazines de toda a ordem, anuncios suggestivos de mil fórmas, coloridos, imaginosos, impressionantes.

Na terceira, fizera-se a celebre *Semana do Café* verdadeira maravilha em materia de *reclame*. Todo o commercio interessado dos Estados dedicara-se a fazer, durante oito dias, a melhor exposição de seus cafés crús e torrados, apoiando-a em larga publicidade de toda a especie. Mais de dois milhões de empregados se occuparam neste *reclame* durante a *Semana do Café*..

Correra um *film*, representando a evolução do café desde o plantio, colheita, beneficio, armazenamento, commercio, embarque e outros serviços até a chicara, *film* denominado *Presente do céo*. Passara durante a semana em cerca de dois mil theatros, em 182 cidades escolhidas e em todas as zonas do continente americano. Já se conseguira, assim o declarara o Sr. William Bawden, do Commissariado de Instrucção Publica dos Estados Unidos, que em 280 mil escolas fossem adoptados desenhos instructivos sobre o café. Em 7.000 collegios se faria igualmente tal ensinamento no curso de economia domestica.

Creara-se o *Coffee Club*, com um programma de imprensa, cuja tiragem alcançava 50.000 exemplares. Estabelecera-se o ensino do preparo do café em numerosas escolas profissionaes, conseguindo-se nos vagões restaurantes das estradas de ferro e nos colossaes hoteis da Pensylvania o fornecimento gratuito de uma chicara por dia, a todos os viajantes e hospedes. A propaganda tambem se fazia nas fabricas. Quem

conhecesse a fantastica vida industrial dos Estados Unidos poderia fazer ideia dos resultados dessa campanha, realmente magnificos.

Tal o esforço para facilitar a espalha do café em todo o paiz, que a reunião das poderosas associações consorciadas já conseguira fazer de Nova Orleans a porta de entrada de tantos milhões de saccas quantos recebia Nova York, proporcionando assim pela bacia do Mississipi a distribuição do genero pelo coração dos Estados Unidos.

Como se via, este conjuncto da vasta propaganda americana constituia verdadeira maravilha em materia de reclame do producto brasileiro.

E todo este trabalho estava sendo levado a effeito com a cooperação diaria e dedicada da Sociedade Promotora de Defesa do Café. Facil imaginar-se quanto seria fructifera a acção dessa propaganda em meio social tão propicio em que se combatia energicamente o alcool. Aliás, os effeitos da propaganda já eram visiveis antes da lei anti-alcoolica.

Em trez annos passara o consumo de oito a dez milhões de saccas. As poderosas associações, congregadas para a propaganda esperavam que na grande Confederação se elevasse logo o consumo a 14 e 15 milhões de saccas.

Convinha que o Brasil auxiliasse o esforço norte americano em outras regiões onde o consumo se mostrava promissor como nos paizes balkanicos, e na Tcheco-Slovaquia.

Tornara-se preciso tambem combater as falsificações e os succedaneos que em muitos paizes cada vez mais se avantajavam.

Justificando as medidas que julgara indispensaveis observava o Dr. Sampaio Vidal que havia quem affirmasse ser creação *sui-generis* o serviço especial de defesa do café. Que importava que o fosse? *Sui generis* fora a creação pelos inglezes levada a effeito na India, para manter a estabilidade da rupia, assegurando assim a estabilidade cambial; *sui generis* igual creação na Republica Argentina, onde vinha prestando os mais assignalados serviços á prosperidade nacional.

Só mesmo no Brasil se desvirtuaria a instituição para a tornar inviavel, fixando taxas cambiaes que a economia nacional não podia sustentar, quanto, entretanto, a Argentina tivera a coragem e a lucidez para fixar tal taxa em onze e sete oitavos? *Sui generis* era a organisação bancaria do Canadá e do Mexico, e tantas outras instituições peculiares. Cada povo tinha a sua evolução economica propria sobre bases differentes.

A economia futura do Brasil repousaria em productos diversos permittindo a actuação sobre o intercambio certo equilibrio de valores, sem perturbar as relações financeiras internacionaes e, como reflexo natural, a vida interna do paiz. Naquelle anno de 1921 repousara esta sobre o café, cujas oscillações profundas e desordenadas como que correspondiam a uma circulação cardiaca enferma, produzindo terriveis crises para a economia de quantos trabalhavam e produziam no paiz. Tal a realidade dos factos.

A argumentação estatistica dos propugnadores do apparelhamento da defesa era a seguinte:

O stock mundial, abstrahindo-se dos cafés muito baixos avaliava-se em 8 milhões de saccas das quaes 4 ½ em mãos do Governo brasileiro. A safra do Brasil, computava-se em 10.500.000 a do resto do mundo em 4.500.000 ou fosse um total de 15 milhões com stock. Ora como o consumo regulava milhão e meio de saccas mensaes tendo sido no decorrer de 1920 de 18.462.000 e avaliando-se o de 1921 em 19 milhões, o stock mundial estaria reduzido a 4 milhões a 30 de junho de 1922. A continuarem as coisas no mesmo rythmo e prevendo-se um consumo para 1922-1923 entre 19,5 e 20 milhões e uma safra para o Brasil de 12 milhões o stock a 30 de junho de 1923 se reduziria a 2.500.000 saccas.

Nada mais auspicioso. Os baixistas auguravam uma safra de 1922-1923 em S. Paulo, de 10 milhões o que não era muito previsivel dadas as más floradas.

O projecto de defesa comprehendia emprestimos aos interessados mediante condições e juros modicos determinados pelo Conselho e garantia do café depositado em armazens geraes ou nos armazens officiaes da União ou dos Estados.

Compras de café para retirada provisoria do mercado, quando o Conselho a julgasse opportuna para regularização da offerta.

Propaganda para augmento do consumo e repressão das falsificações.

O capital para este serviço de defesa permanente seria de trezentos mil contos de réis constituido pelos lucros apurados na liquidação do stock de café adquirido pelo Governo Federal e do Convenio Commercial com a Italia.

Contribuição dos Estados cafeeiros; e acaso necessario.

Emissão de papel-moeda para completar o capital, ficando o Poder Executivo para tal fim expressamente autorizado.

Teria a emissão como lastro as sobras do fundo-ouro de garantia do papel-moeda, e numa quota de 80 %, o café adquirido pelo Conselho ou *warrantado* pelos particulares.

Liquidadas as operações, seriam incineradas semanalmente as notas correspondentes ás importancias emittidas.

Quando funccionassem o Banco de Emissão e o Hypothecario e Agricola, a assistencia financeira da defesa passaria a ser feita por este consorcio bancario.

Os lucros resultantes das operações, deduzidas as despezas, seriam levados á conta do capital ou fundo permanente de defesa.

Para a defesa comercial dos outros productos nacionaes ficava o Poder Executivo autorizado a entrar em accordo com o Banco do Brasil para serem admittidas a redesconto na respectiva carteira, dentro do actual regimen, letras ou quotas promissorias, com uma firma de productor, industrial ou commerciante, e endosso do mesmo Banco, com audiencia em cada caso do Fiscal do Governo.

Organizar-se-ia carteira especial de credito agricola, a titulo provisorio, passando as operações para o Banco de Credito Hypothecario a ser dentro em breve, creado.

Um articulista do *Jornal do Commercio* observava, a 4 de setembro de 1921, quanto era reprovavel o açodamento dos fazendeiros em remetter os seus cafés aos portos de exportação. A demora dos transportes os irritava sobremaneira e havia entre elles a mais decidida opposição contra a regularisação dos embarques. Ninguem queria comprehender a importancia capital de tal medida salutar, salutarissima, sem a qual se annularia qualquer tentativa de defesa do genero.

Esta grita partia sobretudo dos centros agricolas de Minas Geraes e do Rio de Janeiro. Os agricultores de S. Paulo se iam muito mais acostumando ao escoamento progressivo das suas colheitas receiosos de que uma providencia indispensavel a existencia de um plano de defesa racional acaso não fosse efficiente e trouxesse um collapso economico de imprevisiveis consequencias.

Appellara o articulista para o bom senso, a paciencia e a intelligencia dos fazendeiros impacientes.

Em 1921, em sua primeira mensagem ao Congresso Estadual Paulista frisava o Presidente, Dr. Washington Luis Pereira de Souza, o que fôra o reflexo da Guerra Mundial sobre a producção paulista ante as offertas magnificas das nações em luta tendo em vista o seu abastecimento:

Resurgiram culturas de ha muito abandonadas.

A dos cereaes — arroz, feijão, milho — por suas vendas altamente renumeradoras, assumira nunca vistas proporções.

Devido á maior das geadas, de que havia memoria a gente paulista, vira a enorme lavoura que era a do café, supprimida uma colheita colossal e diminuida de 70 % duas mais. Pouco depois ascendia a cotação do café a alturas jamais attingidas em toda a existencia commercial.

Variadas mercadorias de exportação, em grande numero e a bons preços, haviam acarretado para o Brasil ouro em abundancia, e ouro que ficara, porque as grandes difficuldades de transporte haviam impedido a importação, fórma de sua sahida.

Todos se tinham resignado a consumir pouco ou a valer-se das mercadorias nacionaes, de modo que o saldo da balança commercial dava ao paiz a segurança da prosperidade da hora actual e a esperança alentadora do futuro.

Feita a paz, porém, as necessidades de tal consumo, desordenado não se haviam manifestado tão imperiosas. Diminuira até acabar, de todo, em certos ramos.

Particulares, firmas commerciaes, estabelecimentos bancarios, governos recorreram ás restricções; diminuiram creditos; determinaram economias compativeis com a existencia; retrahiram-se ou retiraram-se dos mercados, procurando desesperadamente pela compressão, chegar ao equilibrio anterior á guerra. Abatera a procura, por consequencia, consideravelmente, ao passo que as necessidades da producção obrigava á mesma e talvez a maior offerta.

Era o resultado fatal, dahi o baixo preço para as mercadorias brasileiras.

Não participara o café desta ascensão desordenada. Mas inesperado phenomeno lhe valera uma desforra, com o restabelecimento dos transportes maritimos e as facilidades proporcionadas pelo commercio dos Estados Unidos. Decorrera dahi, em breve prazo enorme importação de productos norte-americanos, provocando a exportação do ouro, e, por consequencia, a desvalorisação do meio circulante nacional, a seus fins tornado insufficiente, não obstante volumosissimo.

Como a industria européa estivesse sobremodo avariada pelos cincoenta e um mezes de conflagração mundial havia a importação paulista tomado a directriz dos Estados Unidos.

A baixa quasi repentina dos preços das mercadorias de exportação; a desvalorisação da moeda brasileira pela quéda do cambio, determinada pela falta de exportação e a excessiva importação, determinando a alta taxa do ouro; a carestia da

vida, pela apparente valorização dos generos do Paiz, das terras e casas, mas, em realidade pelo enfraquecimento desmedido do valor acquisitivo do dinheiro nacional produziram formidavel crise, em que o paiz se debatia e em que se debateria ainda por algum tempo, trazendo máu estar geral, aprehensões angustiosas e soffrimento, causando, por vezes, até o panico.

Tal crise porém nenhum governo poderia tel-a evitado.

Os stocks mundiaes de café estavam comtudo reduzidos, o consumo aos poucos ia se firmando nos algarismos de antes da guerra; sendo que, com a safra de 1920-1921, se esperava e com todo o fundamento, um consumo de 18.000.000 de saccas para uma producção mundial de 16.000.000.

Apezar de semelhante perspectiva, verificava-se a baixa diaria das cotações do mercado do termo, forçando, assim tambem a do disponivel.

Na grande confederação norte americana quem o ignorava? imensa fora a extensão da crise que flagellava o Universo. Vira-se então que o que valiam os serviços do Federal Reserve Bank, o que levara o Brasil a meditar sobre a conveniencia daquella fundação do Banco Central de Emissão-Redesconto desde tão longo tempo protelado.

Duro o momento a ser atravessado pela lavoura paulista apezar da boa situação estatistica do café. Calculava Lanneuville em 10.019.000 saccas, a 30 de junho de 1919, o stock visivel e em 6.701.000 apenas um anno mais tarde e ainda em 8.522.000 a 30 de junho de 1921.

A anomalia da crise dos preços tinha porém facil explicação no dizer do Dr. Washington Luis.

Provinha da falta de resistencia pecuniaria do productor, por carencia de organisação do credito da retracção enorme de creditos bancarios nos paizes consumidores; da desvalorisação rapida da moeda nacional não só pela baixa do valor como pela ascensão das extrangeiras nos paizes outrora em guerra, encarecendo os generos de primeira necessidade e determinando accentuado desequilibrio na renumeração da producção da carestia dos salarios devida a estas razões e á falta de immigração; dos excessos do mercado do termo; da especulação desenfreada exacerbando taes phenomenos. Assim se creara dificilima e perigosa situação para o principal producto de exportação do Brasil, aquelle que concorria com 50 % da formação da balança de seu commercio.

Conservando o mesmo volume mas depreciado de cincoenta por cento sobre as cotações do fim da guerra, como

indicavam as taxas cambiaes, era o papel-moeda circulante insufficiente ás transações, occasionando a falta de numerario que todos sentiam e proclamavam.

Dessa situação, e concorrendo ainda os custeios excessivos, as altas taxas de desconto, augmento das tarifas de transporte todo este conjuncto fazia com que o café, não obstante vendida a sua unidade commercial, por preços, nas épocas normaes, remuneradores, passasse a não cobrir o custo da producção, occasionando prejuizos enormes, que não se sabia até onde poderiam chegar.

Sabiam todos que em fins de maio, e em junho e julho, época dos grandes reclames de capital para a lavoura cafeeira, começo de safra e ainda não realização dos resultados da exportação, occorriam sempre em S. Paulo, as aperturas prejudiciaes da falta de solida organisação do credito. Escasseiava o numerario, subiam e muito, as taxas de juros e descontos; obrigavam os gastos das colheitas á retenção do dinheiro na lavoura em todos os dispendios de producção. Dahi as necessidades de reforma dos titulos de divida.

No anno de 1920, fora este periodo ultrapassado, tendo-se accrescentado ás necessidades da lavoura de café as da algodoeira, as dos cereaes, da pecuaria e das industrias. A tudo aggravavam os reflexos das causas externas. Diante desta situação angustiosa, que não se podia minorar, eram as aperturas enormes fazendo estremecer violentamente o vasto complexo da organisação economica paulista que já muitos viam ameaçado de collapso.

Reclamavam muitos e instantemente a intervenção do governo paulista e do da União, por meio de uma emissão de papel-moeda.

Mostrava-se portanto, a situação delicadissima.

Já avultava, e muito, a producção paulista: 378.908 contos para o café, 439.468 para outros generos agricolas, ... 712.662 para a producção industrial, 37.957 para as carnes. E muito consideraveis se apresentavam os compromissos do commercio importador.

Por estas cifras podia-se bem avaliar a extensão da intervenção commercial reclamada do Governo e o montante das quantias necessarias á movimentação da vida economica de S. Paulo. E como fazel-a?

Só poderia o Governo do Estado recorrer ao credito. Só algum grande emprestimo, externo ou interno, traria os meios de efficaz intrevenção. Um emprestimo externo, não obstante muito procurado, não se apresentava com facilidade. Estavam

os mercados financeiros européus ainda trancados. Os demais, não habituados a negociar em fundos publicos, encontrando remuneradoras e vantajosissimas collocações em outras partes, não se interessavam por emprestar a Governos.

Não havia, então meios de se realizar o desejado emprestimo.

A situação economica brasileira toda de aperturas e angustias, mostrava tambem que não se podia contar com emprestimos internos em quantia sufficiente. De tal bem sabia o Governo do Estado.

Forçado a recorrer aos mercados nacionaes, com o fechamento dos do Exterior, provocado pela Guerra, devia o Governo de S. Paulo 191.244 contos em notas promissorias além dos 54.202 exigiveis dentro de trinta dias, dos depositos das Caixas Economicas levados pelo Thesouro do Estado ás Caixas do Banco Hypothecario e Agricola para auxilios á lavoura.

Era pois, embaraçosa a situação do Thesouro Estadual.

Não se devendo supprimir as transacções a termo, imprescindiveis em uma grande praça commercial, como a de Santos, procurava o Governo attenuar os maleficios da especulação.

Com esse intuito expedira o decreto de 31 de agosto de 1920, que modificara grandemente o mercado de termo, em cujos abusos, segundo alguns, residia a causa principal da baixa do café.

Reduziram-se a duas as reuniões officiaes da Bolsa para as operações a termo, podendo o seu presidente, com audiencia do Secretario da Fazenda, supprimir ainda uma.

Limitara-se a 6 mezes o prazo para os negocios a termo, e restringira-se aos typos 2 a 5 a composição dos lotes para entrega effectiva do café. Determinara-se a eliminação radical da Bolsa, de qualquer commerciante que pretendesse constituir caixa de liquidação clandestina.

Os resultados salutares do decreto se haviam feito logo sentir supprimindo os abusos que prejudicavam o commercio legitimo, desnaturando os negocios a termo e alimentando furiosa jogatina.

Com acquiescencia, e de combinação com o Governo Federal, applicaram-se os saldos e seus lucros, cerca de 20.000 contos, das operações feitas com os 110.000 emittidos para a compra de café, a cargo do Banco de Commercio e Industria, em prudente intervenção na praça de Santos.

O Banco de Commercio e Industria, encarregado da liquidação da valorisação de 1918, fora autorizado a recomprar e a revender café com os saldos em dinheiro. Assim operara em

setembro, outubro e principios de novembro, tendo chegado, ás vezes, a recomprar até 500.000 saccas, tendo parado em 300.000 sendo em março entregues pelo valor das compras, 19.639:000$000 ao Governo Federal.

Concomitantemente, a representação paulista na Camara Federal, de accordo com as bancadas de outros Estados, trabalhara para a conversão em lei de projecto contendo autorisação para emprestimo externo e emissão de papel-moeda, destinados a auxilios á producção, projecto de que se originara a Lei de 13 de novembro de 1920, autorizando tambem a creação de uma carteira de redescontos no Banco do Brasil.

Esta lei, por falta de realisação do emprestimo externo, e da de emissão, contrariada por forte corrente doutrinaria, só se executara na parte relativa á carteira de redescontos. Dera esta e dava excellentes resultados para as transacções commerciaes em geral.

Não obstante taes medidas continuava a situação premente, cada vez mais angustiosa, mormente em relação ao café, interessando profunda, e incontestavelmente, a toda a Nação e immenso á economia paulista.

Depois de grandes difficuldades conseguira o Governo paulista um emprestimo lançado em Londres, Nova York e Amsterdam. Produzira 135.747:771$000 cuja entrada viera desafogar as praças brasileiras.

Contemporaneamente a installação da Carteira de Redescontos, mesmo em moldes limitados; a intervenção do café pelo Governo Federal, auxiliado pelos estados cafeeiros, beneficiando francamente a lavoura, e o emprestimo externo paulista, ajudando em parte o commercio importador e directamente o interno, bancario, commissario e retalhista — e indirectamente ás classes productoras, desoprimiram, em boa parte, a situação economica.

Mas era preciso prever para se poder prover.

Tornavam-se necessarias medidas, dependentes não só dos particulares, como do Governo do Estado e do da União.

Depois de crise, como a que o Brasil atravessava, teria a convalescença que ser lenta.

Indispensavel a intensificação da propaganda intelligente dos productos nacionaes, principalmente a do café, para alargar os actuaes mercados e conquistar novos.

Essencial a diminuição, principalmente pela barateza da mão de obra, com especialidade da agricola, pela introducção, em larga escala, de immigração honesta, trabalhadora e assimilavel.

E' primordial o aperfeiçoamento do producto por parte de todos, mormente numa hora em que, muitos outros paizes voltando a produzir, devia o Brasil contar com violenta concurrencia.

Convinha ter sempre presente, em relação ao café, quanto os typos baixos, vindos de alguns pontos do Estado e da Republica, aviltavam os preços, pesando na praça, numa época em que o consumidor, experimentado e conhecedor das excellencias da mercadoria, desejava qualidades finas.

Era imprescindivel, por todas as fórmas, protecção franca e decidida ás industrias nacionaes. Fariam viver e prosperar a pecuaria resuscitando a lavoura do algodão. E, acima de tudo, diminuiriam a importação, por consequencia, a sahida do ouro. Alimentariam ainda grande população, agricola e operaria, fazendo pender favoravelmente a balança commercial a favor do paiz.

Tornavam-se indispensaveis a facilitação, urgente e a multiplicação das vias de communicação e dos meios de transporte.

Mas, acima de tudo, e mais que tudo, absolutamente inadiavel a organização do credito publico e particular.

O grande mal do Brasil nascia, em grande parte, da falta de organização do credito, da insuficiencia da apparelhagem bancaria.

O volume dos negocios, e sua propria variedade, oriundos de producção variadas, demonstravam á evidencia, e com realce doloroso no momento presente.

Em 1921 frisava o Presidente de S. Paulo era ainda insufficiente, além de obsoleto, o mecanismo creditario de que se soccorria a lavoura cafeeira.

Saccava o fazendeiro do commissario as quantias necessarias ao custeio da lavoura, na safra corrente, com promessa de enviar-lhe a colheita que, vendida, pagaria adeantamentos recebidos.

O commissario, cuja funcção não era a de fornecer dinheiro, mas que tinha larga clientella, e sempre queria augmental-a, descontava nos bancos os saques fazendeiros para accrescimos e movimentação do seu capital.

Os bancos, de deposito e descontos, cuja funcção principal consistia, em receber dinheiro dos capitalistas, a juros modicos, para, ganhando as differenças, emprestal-o a juros mais altos ao commerciante, não operavam só com o capital proprio em regra geral, pequeno. Trabalhavam, principalmente, com os depositos dos correntistas.

Operando sobre estes, alguns a prazos fixos, porém, curtos, e outros de movimento, e portanto podendo ser retirados a qualquer instante, em regra geral applicavam apenas dois terços das quantias recebidas, immobilizando em caixa o outro terço, tendo em vista os saques ou retiradas eventuaes.

Era isto que, á falta de redescontos sufficientes, a prudencia commercial impunha para evitar perturbações, capazes de arruinar não somente os bancos, como o paiz.

Quando nenhuma alteração occorria na vida commercial, tudo caminhava mais ou menos bem.

Vinha a safra de café, opportunamente, tudo pagar auferindo cada qual o lucro que lhe cabia.

Mas, ao menor attricto, toda esta engrenagem estremecia, claudicava. Para tal, não era preciso mais que ligeira alteração politica, financeira ou economica em um dos grandes mercados consumidores. A retracção do credito retardando as ordens de compra, desorganisava a vida economica brasileira, causava prejuizos colossaes, sobretudo quando occorriam causas exoticas, não obstante os recursos, os bens valiosos de que muitos dispunham.

Uma demora nas ordens de compra dos Estados Unidos ou da Europa, retardava as vendas que o commissario devia fazer, e com cujo producto precisava pagar-se dos adiantamentos aos lavradores, liquidando os descontos dos saques nos bancos.

Para acudir a tal situação, para fazer dinheiro, appareciam as retiradas de offertas de café no mercado, o que occasionava a baixa dos preços e a demora nas vendas. Como consequencia fatal surgiam os pedidos de reforma dos saques, que os bancos, ás vezes, não podiam conceder, por precisarem contar com este dinheiro para a restituição dos depositos recebidos a prazos fixos, a coincidir nessas datas. Então, lavradores e commerciantes, offerecendo maiores vantagens de juros, recorriam directamente aos capitalistas. Estes, por sua vez, para receber as vantagens offerecidas, retiravam os depositos em conta corrente, não reformavam os de prazo fixo deste modo enfraquecendo consideravelmente, os encaixes, apoucando as reservas, rareando os recursos bancarios.

Era indispensavel por qualquer forma fazer dinheiro. Acudiam as aprehensões, o quasi panico, e, ás vezes, o panico. Largava-se o café por qualquer preço. Gritavam todos e todos tinham razão e ninguem no emtanto era culpado.

Quando se observava, que taes apprehensões e aperturas appareciam á roda de um milhão de contos, que tal fôra só a

exportação do café em 1919, por Santos, quando se pensava que tal facto interessava profundamente a toda a producção, a todo o commercio, a todo o capital, ao Brasil inteiro, era de pasmar com se construira e mantivera o immenso edificio da riqueza publica sobre tão frageis alicerces.

Tornava-se imperiosa, imperiosissima a organisação do credito sobre solidas bases capazes de resistir a tão serios embates e transtornos.

Com capital adequado e faculdade de emissão, para redescontos, operando com bancos regionaes de descontos e depositos, que se entrelaçassem em agencias por toda a parte onde surgisse uma transacção legitima a realizar, circularia o dinheiro sem embaraços, estabelecendo o credito e desenvolvendo o paiz.

Tal banco possuiam-no os Estados Unidos da America do Norte, com o Federal Reserve Bank, a Allemanha com os Reich Bank; a França, com o Banco de França; a Inglaterra com o Banco de Inglaterra.

Mas convinha estabelecer primordial condição; a faculdade de emissão, que devia ter tal banco, não era de papel moeda, como o papel inconversivel do Thesouro brasileiro. Estava claro que a emissão precisava ser a dos bilhetes conversiveis em ouro, com curso legal, mas sem recurso forçado, como as dos bancos citados cheios de relevantes e excepcionaes serviços aos respectivos paizes, em todos os tempos, principalmente durante a Guerra.

O banco emissor, com redesconto, seria o regulador da circulação metalica, base fundamental do credito publico e por consequencia, da fortuna particular, igualmente.

Conviria que o Governo paulista fosse accionista vultoso de tal estabelecimento, a respeito do qual o presidente emittia o mais optimista dos vaticinios.

"O funccionamento de tal instituto de credito virá alimentar numerosos outros, que se fundarão logo. Virá dar elasticidade aos grandes bancos actuaes, que poderão por em circulação os enormes encaixes, evitando o retrahimento necessario das horas criticas, dar a movimentação ao credito. Permittirá a resistencia do productor que só venderá o seu producto, quando o preço for renumerador, o que se verificará com o café, producto de que ainda temos o monopolio de facto."

Referindo-se ao final das operações motivadas pela intervenção federal de 1917 e de que sobreviera a compra de pouco mais de trez milhões de saccas lembrava o presidente a liquidação deste stock por intermedio do Banco do Commercio e

Industria de S. Paulo em 1919, stock altamente valorisado pela geada de 1918. Dahi se verificara um lucro para ambos os Thesouros, Estadual e Federal, de 64.467:628$756.

Por termo de 4 de junho de 1921, lavrado no Thesouro Federal, recebera o Governo do Estado de S. Paulo, do da União, plena e geral quitação da quantia fornecida e dos lucros, no valor total de 174.647:628$756.

Historiando as peripecias relativas ao emprestimo Schroeder da Valorisação e ao deposito da casa Bleischroeder lembrava o Presidente W. Luis a clausula do emprestimo e allegava:

"Por força do contracto não está, no arbitrio do Estado de S. Paulo, a escolha do lugar do pagamento; por força deste contracto, tem elle de supportar as differenças de cambio entre a nossa moeda e aquella das cinco, em que tiver de ser feito o pagamento, conforme o lugar da apresentação do titulo."

Eram differenças avultadas causadas pelo acto da Allemanha impedindo a sahida do dinheiro, em época opportuna; mas não pesariam sobre o Estado de S. Paulo porque por ellas se responsabilizara a Allemanha, pelo tratado de Versailles, tomando o compromisso de indemnizar ao credor, pagando-lhe a differença entre o valor de marcos 125.787.481,77 e seus juros ao tempo do deposito na casa Bleischroeder e o valor, encontrado, a 30 de novembro de 1920.

Terminando a sua exposição ao Congresso Estadual relatava o presidente que pouco muito pouco mesmo se fizera a propaganda do café no exercicio commercial de 1920 a 1921.

Na plataforma de candidato lida perante a Convenção para a escolha do novo presidente da Republica mostrou-se o Dr. Arthur Bernardes convicto partidario dos processos seguidos pelo Presidente Epitacio Pessôa em defesa do café.

Exigia a valorisação da exportação propaganda tenaz e intelligente para o alargamento e conquista dos mercados externos de consumo, materia em que se tornava conveniente o aproveitamento dos serviços dos representantes do Brasil no Exterior, do modo mais proficuo e effectivo.

A diplomacia do momento e, sobretudo, a economica, exigia melhor acondicionamento dos productos exportaveis e melhor preparo para a sua conservação. Assim convinha ministrar instrucções e auxilios aos productores, creando, quanto possivel, os typos de mercadoria. O momento reclamava, finalmente, a intervenção official na defesa da producção como se fizera acertadamente em relação ao café, producto de que o Brasil possuia o monopolio basico da economia nacional, o

que indicava urgente necessidade da apparelhagem permanente da defesa.

Recordou o Dr. Bernardes que já em outra occasião assim se manifestara.

"A intervenção official no mercado do nosso principal producto determinou a alta de preços, cuja baixa, não ha negar, tinha por principal causa a especulação, sobretudo nos negocios a termo.

E' tempo de se cuidar com decisão da regulamentação, aconselhada pela experiencia, dos mercados a termo dos productos exportaveis, fiscalizando-os directamente, para que a economia nacional e o esforço dos productores não sejam periodicamente surprehendidos pela especulação baixista, facilitada pela falta de apparelhos de credito para os productores e pela ausencia de acção official no funccionamento das caixas de liquidação das operações a termo."

Deviam os brasileiros felicitar-se pelos resultados obtidos com a intervenção official na defesa do café e elle pessoalmente sentia-se satisfeito por ter podido concorrer, sem gravame do Thesouro, para o amparo da lavoura.

Certamente não bastava esta medida de emergencia. Mostrava-se indispensavel, para a garantia permanente e efficaz dos productos da exportação brasileira melhor organisação do credito bancario, apparelhamento efficaz da *warrantagem*, diminuição crescente, até á total suppressão, dos impostos de exportação, a melhora, o augmento e o barateamento dos transportes.

CAPITULO XLVII

Debates parlamentares de 1921 — Opposição vehemente dos deputados Mario Brant, Gonçalves Maia e Souza Filho — Emendas diversas — Redação do projecto de creação do Instituto de Defesa Permanente da Producção Nacional

Na sessão da Camara dos Deputados de 8 de novembro de 1921 subiu á tribuna o deputado Mario Brant combatendo, em longo e documentado discurso, a emissão. Estabeleceu confronto entre o valor da exportação, o volume do meio circulante e a oscillação cambial.

Havia opposição evidente nos diagrammas entre a linha do cambio e a do papel-moeda; aquella cahia á medida que esta subia e subia á medida que a outra cahia. Não se observava relação entre os saldos da balança commercial e o cambio. Mantinha-se este alto com deficit e saldos exiguos, e baixos com saldos vultosos. Encontrava-se o cambio a baixar com saldos crescentes e a subir com saldo diminuentes e até com deficits. Verificava-se até que o periodo dos cambios baixos coincidia com os dos saldos altos.

Analysando longo lapso, de 1850 a 1906 dividiu-o o deputado mineiro em oito periodos assim caracterisados:

1.º — 1850-60, deficit na exportação; augmento do meio circulante; quéda do cambio de 29 a 25.

2.º — 1860-63, saldo; reducção do meio circulante; subida do cambio de 25 a 27.

3.º — 1863-68, saldo maior; avolumamento do meio circulante; quéda do cambio de 27 a 17.

4.º — 1869-75, saldo; diminuição do meio circulante; subida do cambio de 18 a 26.

5.° — 1875-86, saldo; augmento do meio circulante; descida do cambio de 26 a 18.

6.° — 1886-89, saldo; contracção do meio circulante; subida do cambio de 18 a 27.

7.° — 1889-99, saldo; augmento do meio circulante; quéda do cambio de 27 a 7.

8.° — 1899-1906, saldo; reducção do meio circulante; subida do cambio de 7 a 16.

Era verdade que havia enkistado nesse longo espaço de 50 annos, um, o de 68-69, no qual se verificara augmento do meio circulante e elevação cambial de 17 a 18 13/16. Mas neste anno, além do consideravel saldo de exportação, que subira a £ 2.800.000, contra, a média de £ 1.500.000 no periodo anterior, o Governo do Conselheiro Zacharias de Goes Vasconcellos havia adoptado medidas, cujo effeito não podia falhar. Fora uma a consolidação de 50.000 contos da divida fluctuante, reduzindo a inflação de credito que sempre provocavam as dividas do Governo, objecto e causa de transacções bancarias e particulares, porquanto os credores, em geral commerciantes fornecedores, não podiam immobilizar os seus haveres, ao passo que apolices eram titulos de repouso, absorvidos logo pelos capitalistas. Fora a segunda providencia a pratica de severas economias.

Esquecia-se o deputado mineiro dum facto de altissima relevancia, o da occurrencia da guerra do Paraguay e os ingentes esforços do Brasil então realizados.

Concluindo dizia o Dr. Mario Brant que no periodo de 1850 a 1917, excluidos os anos em que o cambio estivera fixado pela Caixa de Conversão, todas as vezes que dentro do anno crescera a circulação de 5.000 contos ou mais, subira o cambio.

Houvera, em 67 annos, trez unicas excepções. Em 1863, quando um emprestimo de £ 3.855.300, fizera subir o cambio apezar de um augmento de 17.831 contos na circulação, em 1869, anno analysado e em 1859, em que occorrera um deficit de £ 2.182.000 na balança commercial, cujo effeito não pudera ser annullado pela retirada de 7.883 contos de papel moeda. Em resumo 95,5 vezes em 100, uma emissão de mais de 5.000 contos fizera cahir o cambio, e uma reducção maior de 5.000 contos no meio circulante o levara a subir.

Negando que as emissões desenvolvessem a exportação affirmava o Dr. Brant que aviltado o cambio, proporcionavam ás vendas para o exterior premio ephemero e illusorio. Não tardava a estabelecer-se o equilibrio entre os preços e a depreciação do meio circulante e este começava a exercer influencia depressora sobre a exportação.

Era a inflação estimulo fugaz, e impecilho permanente ao desenvolvimento da exportação, por descoroçoar o trabalho e a producção.

Confrontando a oscillação cambial e a exportação verificava-se que de 1891 a 1899 descendo o cambio a média annual da exportação baixara de £ 35.524.000 do primeiro anno do periodo, a £ 33.682.

Entre 1899 e 1906, subira o cambio. A media da exportação passara de £ 33.682.000 a £ 40.605.000.

Entre 1906-1913, mantivera-se o cambio estavel e a média da exportação crescera de 40.605.000 a 61.640.000.

De 1913 a 1916, dera-se o declinio do cambio e a média da exportação baixara de £ 61.640.000 a £ 52.405.000.

De 1916 a 1920, vira-se a elevação cambial e a média da exportação, ascendera de £ 52.405.000 a £ 90.426.000.

Irreductivel anti-inflacionista foi o Dr. Mario Brant sempre vigorosamente aparteado pelo deputado Sampaio Vidal.

Na sessão de 28 de novembro de 1921 o deputado pernambucano Dr. Gonçalves Maia combateu rudemente o projecto 512 A de 1921, vivamente aparteado e contestado sobretudo pelos deputados paulistas. Na de 29 o Dr. A. P. do Amaral Carvalho representante de S. Paulo tratou da questão da limitação de embarque queixando-se das irregularidades dos despachos.

Limitados os embarques do interior para Santos, não o haviam sido do interior para São Paulo e dessa cidade para Santos, desde que os cafés fossem descarregados e de novo carregados na S. Paulo Railway, o que determinava inutil e absurdo augmento de despesa, de mais de quinhentos réis por sacca, em prejuizo do productor. Por outro lado, este subterfugio, de embarcar para S. Paulo e reembarcar para Santos, peiorava ainda mais a situação do fazendeiro, que de tal ardil não houvesse querido ou quizesse lançar mão, visto como restringia ainda mais os embarques directos do interior para Santos, porquanto a limitação era para as entradas em Santos e este, pelo menos, seu objectivo pratico.

Graças ás desastradas medidas postas em pratica pela S. Paulo Railway, encontravam-se os verdadeiros interessados

no commercio a braços com novo genero de especulação. Viam-se os embarcadores extranhos ao café a tomar praça para negociar com os legitimos interessados, nova modalidade que abordava a conhecida especulação dos cambistas á porta dos theatros.

Procedentes da mesma estação, havia cafés que chegavam a Santos, em 12 a 15 dias, ao passo que outros levavam mais de trez mezes em viagem.

Outra e grave irregularidade as faltas de peso do café em Santos, ao se conferirem as partidas.

Havia desvios consideraveis de mercadoria, vivendo as estradas a queixar-se da má saccaria, dos particulares, e estes da deshonestidade dos transportadores. Avaliava-se o desvio em um e meio por cento da safra, 120.000 saccas naquelle anno de 1921, o que representava muitos milhares de contos de prejuizo para os fazendeiros.

Assim pedia rigorosa syndicancia dos poderes publicos federaes e estaduaes para que cessasse semelhante escandalo.

Na sessão de 30 de novembro de 1921 o Dr. Gonçalves Maia, continuou o seu combate ao projecto n. 512 de 1921. Frisou que elle não tratava senão de crear um monopolio do café, ás mãos do Governo, a este transformando em negociante, para adquirir o artigo pelo preço que entendesse, artificialmente estabelecido, e vendel-o no extrangeiro.

A bancada espirito-santense contemporaneamente apresentou uma emenda consubstanciando as ideias sobre o caso da defesa do café da autoria do presidente do Espirito Santo Dr. Nestor Gomes. Esta emenda não logrou contudo approvação.

O deputado Gonçalves Maia, sempre de modo vehemente, mostrou-se sobremodo pessimista acerca dos resultados da projectada emissão.

Não podia deixar de assignalar declarou que, emquanto se concediam 300.000 contos só para o café, para toda a restante producção do paiz, assucar, borracha, cacau, algodão e matte, se consignavam 50.000 apenas.

Iam os demais productos nacionaes ficar de joelhos, a pedir a S. Paulo as migalhas acaso cahidas do banquete da valorisação. Expendeu o deputado Mauricio de Medeiros a sua opinião achando que os resultados da venda do stock de café e os lucros do Convenio italo-brasileiro seriam provavelmente sufficientes para dispensar o recurso extremo da emissão, de modo que, ao seu ver, nada o impedia de approvar o projecto.

O deputado pernambucano Souza Filho tambem combateu vigorosamente o projecto.

Numerosas emendas surgiram, como a de Gonçalves Maia autorizando o Governo a emittir bonus de cacau, assucar, algodão, além dos do café, do deputado Guaraná concedendo sessenta mil contos para o amparo da industria assucareira, do deputado Mario Brant autorizando o Governo Federal a proporcionar recursos aos serviços de defesa do café que os Estados organisassem e ainda a do deputado João Mangabeira elevando o capital do serviço da defesa permanente de 300 a 400 mil contos.

Foi agitada a 3.ª discussão do projecto 512 de 1921. Moveu o deputado rio-grandense do sul Octavio Rocha, tenaz campanha contra o artigo 5.º aquelle que permittia uma emissão de papel-moeda.

Propoz o seu collega de Pernambuco, Souza Filho que se estatuissem operações de warrantagem sobre o cacau, borracha, assucar e outras muitas emendas surgiram difficultando a marcha do projecto.

Na sessão de 8 de dezembro voltou o Dr. Gonçalves Maia á carga e com notavel acirramento. Ao seu ver o projecto não defendia o producto e sim os productores, affirmou. Estes para venderem bem as colheitas não hesitavam em lançar mão do peior recurso possivel o da inflação, cancro e chaga de todo o organismo nacional. Apoiado por seu collega de bancada Souza Filho viu-se vivamente contrariado pelo deputado Sampaio Vidal.

Em nenhum dos trez planos de defesa até então experimentados nem na Valorisação de 1906; nem na instructiva defesa do café em 1917, nem, finalmente, na magistral campanha que presentemente se desenvolvia um só minuto se cogitara da idéia disparatada de emprestar individualmente aos fazendeiros, recordou Gonçalves Maia. A pratica invariavel consistira em regularizar os transportes e supprimentos aos entrepostos de exportação, em restringir o volume das offertas no mercado, mediante acquisição do producto, de tal sorte, que estes alcançassem preço acceitavel, previamente estabelecido.

Ahi se achavam os processos verdadeiros, e logicos utilizados para a valorisação do café.

Realmente, bastara o seu emprego, a restricção de volume das offertas no mercado, mediante acquisições do producto, a prohibição do plantio, e a solução ou resolução do problema dos transportes para fazer a valorização immediata do café,

a logica, methodica, systematica e não a artificial que ia ser, a desgraça, não só de São Paulo, como da Nação, infelizmente, arrastada pelas consequencias dessa aventura emissionista.

Passaria o Governo a ser o novo commissario de café no Brasil!

Esta alta artificial, que se pretendia, ia constituir, tão grande perigo que um dos melhores publicistas de S. Paulo, o autorisado Dr. Paulo Pestana contra ella se insurgira vehemente.

Depois de mostrar o que fora o plantio de café em varios pontos, justamente e como consequencia da alta artificial do café brasileiro, após mencionar qual a producção do artigo em Porto Rico, Hawaii, Philippinas e outras regiões, evidenciando, o trabalho insano feito para augmentar a producção e aproveitar o preço, chegara o Sr. Paulo Pestana, a affirmar que, dentro de dez annos, os Estados Unidos não comprariam mais uma só libra de café ao Brasil!

Invocou o irreductivel opposicionista grande numero de depoimentos de cafesistas de maior e menor autoridade, avultados dados de estatisticas brasileiras argumentando com alguns factores de relevancia e outros hypotheticos.

Esposou opiniões pessimistas, e injustificadas e terminou por verdadeira objurgatoria contra a emissão projectada que qualificou de criminosa.

Interveio no debate o deputado Mauricio de Medeiros reiterando o seu ponto de vista. Era anti-emissionista mas entendia que agora, cumprido o plano em debate, com lisura, dentro em pouco se resgataria a emissão.

Voltou a carga o deputado Souza Filho. Fez ver que o café em 1920 estava a 9$, e subira era verdade, a mais de 20$. Fora a alta porém determinada pela actuação governamental. Desde que deixassem as intervenções de se realizar ou ao contrario do que se estava fazendo desde que o Governo entrasse no mercado, não para comprar, mas para vender, seria a depressão certa em virtude da lei da procura e da offerta. De modo que a intervenção official nos mercados para se desfazer dos stocks determinaria vertiginosa baixa.

Contestado por Sampaio Vidal, denunciou o representante de Pernambuco a existencia de duas correntes, uma baixista e outra altista. Esta chefiada pelo Conde Siciliano, a quem o Governo confiara a tarefa de valorizar o café e a outra pelo Dr. Custodio Coelho, director da Carteira Cambial.

E lançou pesadas accusações contra as operações bolsistas.

Era contra a valorisação permanente dos productos.

E como o Dr. S. Vidal lhe redarguisse que se tratava de defesa e não de valorisação occorreu acirrado debate em que repontaram allusões regionalistas por vezes asperas.

Affirmou o Dr. Souza Filho a sua convicção de que os stocks dos Estados Unidos eram muito consideraveis, apezar da contestação formal de seus collegas. O que se pretendia com a nova valorisação era fazer com o café o que se levara a effeito com a borracha.

Duvidava do que era para o Sr. Sampaio Vidal certeza a saber que da liquidação do stock proviesse formidavel lucro ao Governo Federal.

Nada mais hypothetico, tambem, do que os lucros esperados do Convenio italo-brasileiro. E falhos os resultados do projecto da emissão com lastro café o que praticamente equivalia a um lastro nullo.

Ainda a dez de dezembro voltava a tribuna o Dr. Octavio Rocha a recordar a evolução do projecto, a principio massiço, como pretendia o Governo e depois modificado graças á actuação do Dr. Sampaio Vidal. Historiou tal evolução, apresentou á Camara os argumentos publicados na imprensa pelo Sr. Silvio Penteado em numerosos artigos, que elle orador applaudia achando o projecto em andamento uma ameaça á Nação.

Contava que o Presidente da Republica adversario das emissões sem lastro impedisse que tal perigo se verificasse.

Receiava que uma vez feita a emissão occorresse a desvalorisação do papel-moeda e do preço do café, pedindo então os productores a majoração dos preços. Precisava o café de soccorro commercial e sobretudo da organisação do credito. Assim louvava sobremaneira o projecto Sampaio Vidal sobre a creação de um banco Central de Emissão e Redesconto.

Na sessão de 17 de novembro de 1921 debateu-se na Camara dos Deputados Federal em segunda discussão o projecto 512 desse anno.

Propoz a bancada espirito santense um substitutivo pelo qual ficava o Executivo autorisado a entender-se com os Estados de S. Paulo, Minas Geraes, Rio de Janeiro, Bahia, Paraná, e Espirito Santo todos ou parte delles, para constituir em sociedade com os mesmos o Banco de Commercio do Café, cuja séde seria no Rio de Janeiro, com succursaes nos Estados associados, e podendo ter agentes ou agencia no Exterior.

Teria o Banco o capital de cincoenta mil contos de réis, um terço subscripto pela União e o resto pelos estados participantes, na proproção aproximada da producção cafeeira de

cada qual, devendo ser liberados, no acto, pelo menos, dez por cento desse capital e o restante á medida das necessidades.

Ao Banco se attribuiria o privilegio exclusivo de emittir papel-moeda, de circulação forçada, até um maximo de trezentos mil contos de réis, com lastro de café á razão de vinte por cento em relação aos cafés de conta propria e de oitenta por cento em relação aos entregues em warrantagem, tomando-se sempre por base a cotação média da quinzena anterior.

Ficava vedado ao Banco operar sobre café, inferior ao typo quatro em Santos e ao typo sete, nos demais portos exportadores, com exclusão absoluta dos cafés mal seccos.

Devia o Banco comprar e vender café no Brasil, receber café e warrantal-o, receber em consignação, fazer a propaganda do producto etc.

O deputado pernambucano Gonçalves Maia propoz então a valorisação por meio de bouns, do café, cacau, assucar, algodão e requereu ao mesmo tempo, que sendo a do café verdadeiro monopolio de Estado devia o projecto a elle relativo antes de mais nada voltar á commissão de Constituição e Justiça.

O deputado mineiro Dr. Mario Brant preconisou a livre producção e a applicação, ao café, do systema allemão do Kartell em vez da retenção de grandes stocks.

Objectando o deputado S. Vidal que as trez valorisações haviam sido coroadas de brilhante exito redarguiu-lhe que os elementos de victoria tinham sido os de ordem meteorologica, os ventos frios reductores da safra de 1911 e a terrivel geada de 1918.

Insistiu em recommendar o plano de creação de um organismo que poderia chamar-se Convenio cooperativo do genero Kartell. Estabeleceria o preço para pagamento do productor em papel, e, para o exportador, em ouro, eliminando, pela elevação gradual deste, á proporção da subida do cambio, o conflicto permanente entre os interesses da lavoura do café e os de outros generos de exportação, que se esforçavam pelo cambio baixo (almejando proventos, embora transitorios e fallazes) e os interesses geraes do paiz, a começar pelo das finanças publicas.

Encontrar o *punctum optimum* dos preços e fixal-os só era possivel tacteando-se os mercados por meio de um apparelho central como o Kartell.

Era este o systema scientifico de estabilização de preços comprovado por experiencia já larga e victoriosa. Só esta organisação permittiria organizar, com o maximo resultado, aquella

das politicas economicas adoptada — a do proveito immediato (preço maximo, embora com cerceamento do consumo), ou a do proveito mediato (alargamento do consumo, embora sacrificando o rendimento maximo actual do preço).

Criticou o orador o projecto da Defesa que outorgava a direcção do apparelho de defesa aos ministros da Fazenda e Agricultura e a cinco conselheiros nomeados pelo Presidente da Republica.

Apontou diversas falhas, como quanto ao veto ministerial aparteado pelo deputado S. Vidal que a tal respeito deu largas explicações e expendeu quanto receiava ver o Governo da União superintendendo e dirigindo uma organisação que o ilustre autor do projecto assimilava, e muito bem, a um escriptorio commercial.

Os governos, quando accumulavam as funcções proprias com as de industrial ou negociante, sacrificavam sempre o interesse commercial ao politico, quando em collisão, o que era frequente. Além disto, não era aconselhavel associar a responsabilidade do Governo Federal á sorte de um emprehendimento que, pelo facto de ser commercial era pela propria natureza aleatorio, por maiores que fossem as probabilidades de exito.

Preconisava o auctor do projecto a emissão do papel-moeda para constituir o fundo de defesa do café e o Dr. Brant, discordara de tal assim como da efficiencia do lastro sobre o café.

Não havia no Brasil naquelle momento escassez de dinheiro disponivel para operação vantajosa, e sim falta de confiança naquelles que os solicitavam aos bancos. Os cofres destes achavam-se abarrotados de papel-moeda. Os encaixes vinham seguindo progressão ascendente nos ultimos cinco annos, os 366.876 contos a 30 de setembro de 1917 haviam passado a 956.990 a 30 de setembro de 1921.

Na sessão da Camara dos Deputados de 12 de dezembro de 1921 o representante paulista Dr. A. P. do Amaral Carvalho verberou irregularidades do transporte ferroviario em S. Paulo, sobretudo no que se referia a desvios de café e ao caso das varreduras, residuos que representavam milhares de contos de réis.

No dia 13 do mesmo mez, requereu o deputado Buarque Nazareth que o projecto 512 C, de 1921 voltasse á commissão de constituição e justiça. Isto com o intuito de limitar as responsabilidades da União aos 300.000 contos do projecto e

evitar aos Estados interessados a perda dos impostos sobre o café, ex-vi do artigo 10 da Constituição Federal.

Creara-se o Instituto da Defesa Permanente do Café, que a Commissão de Finanças transformara no Instituto da Defesa Permanente da Producção Nacional, dando-lhe personalidade juridica.

Para que tivesse tal personalidade, dissera a Commissão de Constituição e Justiça: "Bastaria dar-lhe um nome, porque de fundos e administração já dispunha.

Era preciso, ao ver do proponente, em relação ao Instituto da Defesa Permanente da Producção Nacional: determinar-lhe o capital; permittir á União e aos Estados subscrevel-o; habilitar a União com os recursos necessarios á subscripção do capital; cogitar da sorte dos lucros ou perdas.

Só assim não se oneraria a União com a responsabilidade illimitada de operações que tanto podiam ser lucrativas como onerosas.

Levantou-se nova e acirrada discussão em torno desta proposta em que os dois como que leaders da opposição ao projecto 512 C tomaram nova e activa parte: os deputados Gonçalves Maia e Souza Filho. Este ultimo chegou a qualificar a opinião da maioria de *mentalidade demagogica cafeeira*.

Foi porém, rejeitada a proposta Buarque Nazareth.

Afinal approvou-se por esmagadora maioria, a redacção definitiva do projecto occorrendo diversas declarações de voto entre os quaes o do deputado pelo Rio Grande do Sul, Dr. Alvaro Baptista que nos termos mais severos verberou a decisão legislativa, em longa exposição.

Afinal se redigiu o combatido projecto 512 C. de 1921, creando o Instituto de Defesa Permanente da Producção Nacional, com personalidade juridica e administrado por um conselho composto do Ministro da Fazenda, como presidente, do Ministro da Agricultura, como vice-presidente e mais cinco membros nomeados pelo Presidente da Republica entre pessoas de notoria competencia em assumptos agricolas, commerciaes e bancarios.

Além da presidencia, teria o Ministro da Fazenda (ou em sua falta, o da Agricultura) o direito de véto das deliberações contrarias ás disposições expressas em lei.

Seria o Instituto fixado na Capital Federal com as succursaes nos mercados que o Governo julgasse necessario, assistido por pessoal technico contractado para o serviço interno e externo nos differentes mercados.

Não lhe aproveitaria o disposto no artigo 10 da Constituição Federal, em favor da União.

A defesa permanente da producção nacional consistiria em:

I — emprestimos aos interessados, sobretudo productores, mediante condições, prazo e juros modicos determinados pelo Conselho e garantia de productos agricolas nacionaes, de facil e segura conservação, depositados em armazens geraes ou nos armazens officiaes da União ou dos Estados.

II — compra de café para retirada provisoria do mercado, quando o Conselho a julgasse opportuna tendo em vista a regularização da offerta.

III — serviço de informações e propaganda dos productos agricolas nacionaes para augmento do consumo e repressão das falsificações.

Seria o fundo para a defesa permanente da producção nacional de trezentos mil contos, dos quaes 250 mil destinados ao café e o resto aos outros productos nacionaes.

Tal fundo se constituiria dos recursos seguintes:

Lucros a serem apurados na liquidação do stock de café adquirido pelo Governo Federal e na do convenio commercial com a Italia.

Lucros liquidos das operações de defesa da producção.

Contribuição dos Estados.

Operações de credito, internas ou externas, se o Poder Executivo as obtivesse em condições favoraveis de prazo e juros e, caso necessario.

Emissão de papel-moeda para completar o fundo da defesa, ficando para este fim o Poder Executivo expressamente autorizado ex-vi da propria lei.

Teria a emissão, como lastro, a parte do fundo ouro de garantia de papel-moeda que não estava garantindo as emissões realizadas em virtude do decreto, de 22 de outubro de 1918 na proporção de 80 % do café adquirido pelo Conselho ou warrantado pelos particulares e na proporção de 75 % quanto aos demais productos warrantados.

Uma vez liquidadas as operações, seriam incineradas mensalmente as notas correspondentes ás importancias emittidas.

No caso de exigir a defesa do café a warrantagem do producto comprado pelo Conselho, para obtenção de maiores

recursos para essa defesa, seria a warantagem realisada na base maxima de 50 % dos preços correntes do café.

Para a defesa commercial dos productos nacionaes ficava o Poder Executivo autorizado a entrar em accordo com o Banco do Brasil, para se admittirem a redesconto, na respectiva carteira, dentro do regimen vigente, letras ou notas promissorias, assim como warrants, de assucar, algodão, cacau, borracha, mediante 70 % dos preços dos productos constantes dos contractos feitos com as companhias de seguros. Todas estas operações se effectuariam com o endosso do Banco do Brasil e audiencia do fiscal do Governo, em cada caso.

Organizar-se-ia uma carteira especial de credito agricola, a titulo provisorio, passando as suas operações a ter o endosso do Banco do Brasil com audiencia do fiscal do Governo, em cada caso.

Organizar-se-ia tambem carteira especial de credito agricola, a titulo provisorio, transferindo-se suas operações para o Banco de Credito Hypothecario e Agricola, logo que fosse fundado.

Para a organização definitiva do credito hypothecario e agricola destinada a prestar assistencia directa aos productores nacionaes, ficava o Poder Executivo autorizado a auxiliar a fundação de um banco sob a fórma de sociedade anonyma, com o capital inicial de vinte mil, podendo ser elevado cincoenta mil contos a juizo do Governo, com o direito de emittir lettras hypothecarias até o decuplo do capital.

Venceriam estas lettras os juros de 6 %, ao anno, garantidos subsidiariamente pela União, realizando o banco emprestimos a longo prazo mediante garantia de hypothecas ruraes e adiantamentos para custeio das propriedades sob penhor agricola ou pecuario, com o prazo de um anno prorogavel por mais outro no caso de deficiencia da garantia.

Teria o banco séde no Rio de Janeiro, operando em todo o territorio nacional, podendo ter succursaes nos Estados, a juizo do Governo.

Poderia a União subscrever até dez mil contos do capital inicial do banco, podendo porém augmentar a sua contribuição, a juizo do Governo, nas elevações successivas do capital.

Poderia ainda o banco participar, por subscripção de acções, da constituição de outros bancos identicos, organizados nos Estados, garantindo á União 4 % dos juros de suas lettras desde que os respectivos Estados por sua vez garantissem, pelo menos, dois por cento de taes juros.

Autorizar-se-ia o Banco de Credito Hypothecario e Agricola a auxiliar os estabelecimentos bancarios e cooperativas agricolas que offerecessem garantias reaes, na fórma de Regulamento expedido pelo Governo.

Logo que funccionassem o Banco de Emissão e o de Credito Hypothecario e Agricola, para este consorcio passaria a assistencia financeira da defesa da producção nacional.

Ainda na sessão de 23 de dezembro voltou o deputado Gonçalves Maia á tribuna. Commentando um telegramma lido á Camara pelo deputado F. Valladares, frizou que esta aprovara o projecto 512 obedecendo a absoluta injuncção governamental, sendo que até as emendas ao projecto haviam partido do Gabinete da Presidencia da Republica.

A tal proposito citou as palavras dirigidas pelo Conselheiro Antonio Prado ao Senado Federal, pedindo-lhe que rejeitasse o projecto.

Se fosse aprovado ficaria na legislação brasileira como uma prova da leviandade com que se legislava sobre os interesses publicos.

Respondendo declarou o deputado Valladares que havia por parte do seu collega a maior injustiça, aliás habitual, em attribuir servilismo ao Congresso.

O que se dava era que o deputado de Pernambuco pertencia a uma corrente dominada por vehemente sentimento de hostilidade não só ao Estado de S. Paulo, como aos demais Estados productores do café entre outros, Minas Geraes.

Neste caso, nesta materia, como em tantas outras, os interesses paulistas se confundiam com os nacionaes. Assim a opinião nacional estava accorde com a paulista.

Mereciam toda a attenção e acatamento os interesses mineiros e paulistas. Representavam o trabalho dos dez milhões de brasileiros, dos dois Estados collaboradores esforçados e preciosos do engrandecimento da Republica.

Quer sob o ponto de vista economico, quer sob o aspecto politico e social, não havia como deixar de lhes reconhecer a legitimidade dos reclamos e intervenção na direcção dos negocios publicos.

S. Paulo e Minas, com população superior a dez milhões representavam um terço da população total do Brasil, e por seu trabalho e prosperidade honravam a civilisação nacional.

CAPITULO XLVIII

Exposição ao Congresso Nacional em 1922 das operações de defesa do café, pela Presidencia da Republica — Analyse da situação cafeeira pela mensagem presidencial de S. Paulo ao congresso estadual — Debates do Congresso Nacional

Na mensagem presidencial de 1922 explicou o Dr. Epitacio Pessôa, ao Parlamento, o que o seu governo realizara em 1921 a partir de março quando vira a arroba do typo 7 cahir a 9.300 no Rio de Janeiro e os dez kilos do typo 4 a 7$500 em Santos.

Mostrava-se a situação da lavoura das mais alarmantes. A quéda simultanea do cambio, com o encarecimento da massa total da importação, cada vez mais accrescia o desequilibrio da balança do commercio exterior. A economia geral do paiz começava a ressentir-se fundamente.

Assim resolvera o Governo intervir, com toda a presteza. A efficacia de sua intervenção logo se manifestara, dahi decorrendo á lavoura avultados lucros.

De 1.º de abril de 1921 a 31 de março de 1922 exportaram-se por Santos e Rio, 11.001.570 saccas, no valor de 1.012.034:605$000 vendendo-se 4.500.000 saccas ao Governo, ou fossem 15.500.000 saccas por um preço approximado de 1.300.000:000$000.

Em igual periodo de 1919 a 1920 fôra a exportação de 10.282.400 saccas no valor de 602.530:000$000 e, de 1920 a 1921, de 11.250.313 saccas no valor de 673.916:041$000.

Via-se pois, que só a exportação feita no periodo da valorização, sem contar os 4.500.000 saccas do Governo, sobrepujava a de 1919-1920 em 1.287.601 saccas e .... 409.504:602$000, e a de 1920-1921 em 319.688 saccas e 338.118:564$000.

Via-se mais como estava distantes da verdade os que viviam constantemente a affirmar que as operações officiaes de defesa tinham reduzido a exportação.

Fôra a intervenção official no mercado do café medida de urgencia. A cotação do producto não correspondia naquella época á posição estatistica. A especulação deprimia-lhe o valor; era mistér neutralizar a influencia desta força extranha. Fôra o que alcançara a acção do Governo. Se não se houvesse feito sentir, teriam as cotações baixado ainda mais, tomadas, por bases as officiaes.

A exportação effectuada nos ultimos doze mezes pelos portos do Rio (2.784.922 saccas) e Santos (8.785.000) teria produzido apenas 498.927:107$000 em vez de .... 1.012.034:605$000 ou fosse uma differença a menos de Rs. 513.107:498$000.

Por seu lado, teria o café adquirido pelo Governo custado menos Rs. 170.000:000$000.

A intervenção official tivera, pois, a virtude de fazer, até 31 de março de 1922, entrar na economia nacional elementos de vida nunca inferiores a 684.000 contos.

Continuava muito solida a posição commercial do genero. Affirmava peremptorio o Presidente:

"Não é de temer o augmento da producção com que nos ameaçam. A cultura do café faz-se em regiões limitadas e difficeis condições de trabalho. Este augmento está sendo rigorosamente tentado ha dezeseis annos, quando a nossa primeira valorisação estimulou o desenvolvimento das culturas, e o resultado até hoje obtido não excedeu de 1.500.000 saccas."

Valendo-se dos ensinamentos da Grande Guerra explicava ainda:

"Ao dar execução ao plano de valorisação, procurou o Governo conciliar os interesses da lavoura e do commercio nacionaes de café com o interesse publico em geral, representado pelo dinheiro do Thesouro necessarios á execução do dito plano. E, assim, esforçou-se por cercar a operação e todos os requisitos praticos de segurança e exito financeiro que a experiencia suggeria."

Neste proposito, resolvera o Governo conservar nas praças de Santos, Rio de Janeiro e Victoria o stock já então adquirido, por lhe não ser licito perder de vista os factos occorridos durante a guerra com os cafés do Estado de S. Paulo, em Hamburgo, Antuerpia e Trieste. Apenas pequena parte embarcara para Londres.

Tinha esta solução o alcance de premunir a operação de um inconveniente que não escaparia aos conhecedores da extrema sensibilidade das cotações dos productos objecto de transacções em larga escala. Era este ponto fraco a co-existencia, em praças extrangeiras, de vultosos stocks da valorisação ao lado das disponibilidades ordinarias do mercado, sobre os quaes viriam, pela simples acção de presença, virtualmente influir exercendo constante acção depressiva.

Conseguira-se assim a vantagem, sem precedente nas anteriores valorisações, de se conservar o stock integral nas praças do Brasil.

Persistente no empenho de cercar o plano da valorisação de todos os elementos de exito, imprimindo ao mercado a estabilidade e confiança necessarias, evitando ao Thesouro a eventualidade de quaesquer exigencias de ordem financeira e resolvendo a collocação do stock por forma que não provocasse abalos nos mercados consumidores, contractara o Governo brasileiro ainda um emprestimo de libras 9.000.000, negociado por banqueiros londrinos dos mais reputados, entre os quaes a casa N.M. Rothschild & Sons.

As condições de tal operação, combinada em termos vantajosos para o Brasil, seriam dentro em breve divulgadas.

Na mensagem de 1922 o presidente de S. Paulo Dr. Washington Luis assignalava que a cobrança de imposto de exportação sobre o café em vez de render 53.206:532$000, nove por cento do valor da safra (591.183:694$000) apenas attingira 28.966:410$000, correspondentes a 4,8 % *ad valorem*. Assim beneficiara a lavoura desta consideravel differença de 24.240:121$000.

Era que a lei de 27 de dezembro de 1921 fixara em setecentos réis o valor do kilo de café. Convinha pois, esclarecer a opinião publica acerca de verdadeira contribuição da exportação cafeeira para os cofres do Estado.

O imposto cobrado e os cinco francos da sobre taxa haviam rendido 50.918:671$000, ou 8,6 % do valor total de exportação, abaixo portanto do coefficiente legal dos nove por cento.

Em face de principios de escola economica, podia o observador imparcial atacar o imposto sobre a exportação, mas não condemnar o que em S. Paulo vigorava, por exagerado ou prejudicialmente sobrecarregado.

Maior, muito maior, seria a arrecadação sobre a exportação, se tivesse sido cobrada na base legal *ad valorem*, e não sobre pauta fixa.

Esta diminuição explicava o decrescimo dessa fonte de receita no exercicio corrente e nos anteriores.

O imposto sobre a sahida de café, de 1912, a 1916, constituira metade da receita total do Estado de S. Paulo. Em 1921, não chegara a representar vinte por cento da renda orçamentaria arrecadada, 28.966:410$000 num total de 160.580:333$463.

Calculara-se a exportação em dez milhões de saccas e orçara a arrecadação em 37.800:000$000; (600.000.000 kilos 700 réis 420.000:000$. A 9 % dariam 37.800:000$000. Entretanto ficara a exportação em 7.645.935, e a exportação em 28.966:410$578.

Influira para esta menor sahida e portanto, para a diminuição do imposto e consequente augmento de *deficit* orçamentario, o plano de defesa, em boa hora posto em pratica pelo Governo Federal, retendo no paiz alguns milhões de saccas, das quaes a maior parte de S. Paulo.

Para que o plano tivesse efficacia, como aliás, vinha tendo, concorrera o Estado de S. Paulo com 15.000:000$000 em dinheiro, em 1922 como se sabia.

Além, pois, de entrar com essa somma para a valorisação do café, deixava o Estado de receber, neste exercicio, os impostos referidos sobre talvez trez milhões de saccas.

Verdade era que o preço medio da sacca fôra de Rs. 77$320 ou 1$288 por kilo quando para fins tributarios officialmente era de 42$000 ou 700 réis por kilogrammo.

A situação cafeeira em S. Paulo continuava prospera. Exportaram-se de Santos, em 1920, 8.480.837 saccas, das quaes 7.645.935 de S. Paulo valendo 591.183:694$000 enorme porcentagem num total de 753.177:879$000 da exportação total do porto de Santos.

Era bôa tal situação graças exclusivamente á intervenção commercial do Governo Federal, cujos effeitos já se haviam feito sentir nos trez ultimos trimestres de 1921.

Pensava o Dr. W. Luis que, a seu ver, como desde muito, exprimira, não devia e não podia o Estado de S. Paulo, por si só renovar as anteriores intervenções na praça de Santos. Conhecida a verdadeira situação exposta franca e pormenorisadamente, tivera a satisfação de ver a attitude do governo paulista applaudida por todos os interessados.

Desde a primeira intervenção, em 1906, até pouco antes da de 1921, jamais deixara o governo estadual, de frequentar os mercados assiduamente, obrigado como se via a actuar na praça.

Senhor do maior stock via-se forçado senão a comprar, pelo menos a vender. E mesmo para vender era preciso sempre comprar.

Na phase em que agora se encontrava teria o Governo Federal de se conservar muito tempo na mesma attitude.

Esta intervenção permanente, a que se vira e via obrigado, o Governo mostrava inquestionavelmente a fatalidade de tal acção. Fôra e seria necessaria por largo prazo.

Era inconveniente, pois, acceitar a situação tal qual se apresentava e regulal-a attendendo aos interesses do productor, do Estado e da Nação, pois que, a todos interessava o problema profundamente.

Esta a razão pela qual dera o Estado de S. Paulo inteiro apoio ao projecto estabelecendo um apparelho de defesa permanente de café, aliás pedido ao Congresso em mensagem especial pelo Presidente da Republica e projecto convertido em lei.

Já o principal producto brasileiro não se achava desamparado.

Frisava o presidente quanto se encontrava armado dos meios para a protecção efficiente e opportuna a qualquer tempo, sem autorizações especiaes obtidas nas épocas de desespero, permissões que proclamavam tal desespero e, por consequencia, a fraqueza do Brasil, diminuindo as probabilidades da victoria.

Nada mais frisante do que a circumstancia de se poder operar a defesa sem ser precedida das reclamações dos interessados, condição para bom exito. Grande passo se vencera para a consolidação economica do paiz, e, por isto, a medida valentemente defendida por toda a representação paulista, recebera geraes applausos, não podendo, por consequencia, deixar de contar com o apoio governamental.

Mas não era possivel deter-se ahi. Tornava-se imperiosa, imprescindivel a formação do Banco Central de Emissão e Redesconto.

Emquanto o Brasil não possuisse tal orgão regulador, nada conseguiria de solido e duradouro. Seriam os proprios surtos brilhantes de riqueza prenuncios de humilhantes depressões e perigosas quédas.

Notavel lugar caberia no projectado banco a uma *carteira de Café.*

Teria a funcção de operar sobre café, comprando e vendendo permanentemente e quando fosse necessario, sem que o

respectivo mercado descobrisse logo a intervenção. Operaria obedecendo ás normas da Carteira de Cambio.

Do modo pelo qual as coisas se processavam, todos os interessados viam o Governo comprar, o que era um inconveniente, e, o que ainda sobrelevava, sentia-se o poder publico em difficuldades para vender sem deprimir os preços.

O banco em perspectiva, tendo, entre outras, ao lado da Carteira de Redesconto e da de Cambio, a de Café, inestimaveis serviços prestaria á economia do paiz.

Nem se comprehendia que as trez carteiras já não existissem conjugadas, sob uma direcção central, para a sua completa efficacia.

O cambio do Brasil se fazia, principalmente, com a exportação do café, principal mercadoria para o Exterior. Quanto mais valesse e sahisse, mais ouro entraria e mais se valorizaria a moeda nacional. Com o redesconto, poderiam os bancos locaes adiantar dinheiro e abrir credito aos productores evitando que se despejassem as safras em Santos, causa fatal da baixa na época de exportação.

Um banco que operasse sobre o redesconto, para dinheiro e credito aos productores; comprasse e vendesse café para sustentar o mercado, sem que a sua acção fosse conhecida, e operasse sobre cambio, para a estabilidade da moeda, impedindo as altas bruscas e as baixas subitas, só poderia prestar inestimaveis serviços ao Brasil.

Falando da propaganda anunciou o Presidente Washington Luis que crescera o consumo no Japão, graças aos esforços da Companhia Café Paulista com sede em Tokio. Nos Estados recebera subsidios a Sociedade Promotora da Defesa do Café.

No volume de *Pela Verdade* defendeu-se o Presidente Epitacio Pessôa da pecha que lhe irrogaram de se não haver esforçado por conseguir a importancia das differenças cambiaes, devidas ao Governo de S. Paulo em virtude do confisco dos 125 milhões de marcos de deposito da casa Bleischroeder, ao se negociar o Tratado de Paz de Versailles.

Restava naquella época a parte da divida oriunda de differenças de cambio, cujo pagamento incumbia directamente ao Governo da Allemanha explicou. Não se effectuara durante o seu Governo não só pelas difficuldades oriundas da situação financeira do Reich, como pelo onus com que o tratado de Versailles lhe gravara bens e rendas, vinculando-os ao pagamento, por ordem de preferencia, de todas as reparações devidas.

Ainda assim, no intuito de remover, quanto possivel, taes difficuldades, o seu Governo, em accordo assignado com a Allemanha em 1922, ajustara que o saldo do preço dos navios apprehendidos, porventura verificado depois de pagos os creditos da União, pudesse ser applicado á satisfação do que São Paulo tinha ainda que haver em pagamento do café, depositado em Hamburgo.

A Delegação Brasileira conseguira portanto, na Conferencia da Paz, que a questão do café ficasse resolvida no Tratado de Versailles de conformidade com os interessados de S. Paulo. E esta solução fôra logo cumprida na parte principal. Na outra, não o fôra porém no seu governo, não por culpa desta ou daquella Delegação, mas por difficuldades irremoviveis de ordem geral, as quaes, entretanto procurara elle aplainar com patriotico esforço.

Na sessão de 3 de junho de 1922 lia-se na Camara dos Deputados o projecto 21 A de 1922 relativo a uma emenda do Senado, substitutiva do projecto n. 512 de 1921.

A tal proposito aos seus pares aconselhava a Commissão de Finanças, a approvação da emenda senatorial.

Ao Executivo autorisava o Senado pela emenda substitutiva, a promover e incrementar a defesa da producção nacional agricola e pastoril e industrias annexas por meio de medidas de emergencia e creação de institutos permanentes.

Comprehendia o substitutivo dois capitulos: tratava o primeiro da emergencia sobre a producção agricola e pastoril; creava o segundo o Instituto de Defesa Permanente do Café.

Cogitava este de todas as medidas sobre a valorisação existente no projecto da Camara, supprimindo porém a parte referente aos lucros acaso apurados na liquidação do convenio commercial com a Italia.

E elevava de 250 para 300 mil contos o fundo para a defesa permanente do café.

A valorisação do café fôra assumpto longamente debatido no seio da Commissão e da Camara, quando elaborado o projecto 512, materia esta que já em outras opportunidades, tivera, egualmente, ampla discussão. Os adversarios da intervenção do Estado na solução desses problemas, jamais haviam logrado a victoria de seus principios ou ideias, aferrados á orthodoxia de que a funcção do Estado se devia limitar a crear impostos, cobrar impostos, e entreter o mecanismo preciso ao exercicio dessas duas funcções.

Sobre este assumpto não era mister novas explanações, mormente quando os trabalhos do deputado Sampaio Vidal e

a collaboração de outros membros do parlamento e especialistas eruditos tinham consolidado a opinião daquelle, e que era a vencedora, de que a solução do problema consistia unica e fundamentalmente em realizar a regularização da offerta do café, coisa que o Brasil estava em situação especial de fazer, por ser senhor de 75 % da producção mundial do genero.

A 6 de junho ao se annunciar a votação do projecto 21 A o deputado Octavio Rocha declarou-se sobremodo partidario da emenda do Senado á vista do que ultimamente lera sobre o menoscabo do café brasileiro no extrangeiro.

Mas continuava infenso a que se emittisse papel-moeda.

Na sessão de 7 de junho por 104 votos contra 7 foi votado o substitutivo do Senado.

Ao mesmo tempo se creava o Instituto de Defesa Permanente de Café nos termos do projecto 512, modificado como vimos.

Votada e sanccionada a lei relativa á defesa da producção nacional o deputado mineiro Fidelis Reis appellou para a Presidencia da Republica na sessão de 17 de julho de 1922, pedindo-lhe que a puzesse logo em vigor.

Na sessão de 15 de junho de 1922, no Senado Federal criticou o Dr. Alfredo Ellis ao governo de S. Paulo por ter lançado de chofre aos mercados grandes massas de café, armando os *roasters* americanos de recursos para a depressão dos preços, afastando-se dos mercados e enfraquecendo portanto a acção do commissariado nacional.

O que conviria fazer era vender cento e cincoenta ou duzentas mil saccas mensalmente das 3.150.000 compradas pelo Governo.

A importancia desta venda poderia ser immediatamente recolhida ao Thesouro em pagamento de 110.000 contos que o Estado devia á União.

Os americanos haviam arrancado as cartas ao Brasil. Se a valorisação, ou antes a defesa do producto proporcionara um lucro de 130.000 ao Governo Federal, paulista, a elles dera margem immensamente maior. Dispunham agora de um reforço de stock na importancia de trez e meio milhões de saccas! Podiam arredar-se do mercado, por trez ou quatro mezes influindo sobre a nova safra. Dahi se originaria uma baixa de 10 a 12 contos por libra ou um prejuizo para o Brasil de 500 a 600 mil contos! Era o que um articulista do *Jornal do Commercio* já deixara perfeitamente frisado.

Já em 1920 os *roasters* se haviam apoderado da colheita brasileira realisando immensos lucros! E o Brasil quasi chegara ao crack.

Felizmente em 1921 se dera a intervenção Federal que trouxera ao paiz uns 76 ou 77 milhões de dollares arrebatados á insaciavel cubiça dos especuladores. Nunca seria demais louvar tal iniciativa! A lei de defesa permanente do café iria trazer immensos beneficios ao paiz. Não convinha porém que o lastro de emissão destinado ás operações de defesa fosse em papel e sim em ouro. Que se voltasse á antiga sobretaxa do convenio de 1906. Infelizmente tomara elle rumo diverso por iniciativa do presidente Washington Luis em São Paulo mas a situação finenceira deste Estado era excellente e comportava a creação de uma taxa nova de tal natureza, mil e duzentos réis por sacca, que daria dois francos ouro.

A lavoura cafeeira supportaria perfeitamente tal encargo. Havia porém no Estado de S. Paulo verdadeira fome de numerario, era preciso sem demora emittir uns 150 ou 200 mil contos para a compra de cafés. A arroba de 30$000 passara a menos de metade. Já se previam vendas a 10$! E o caso era simples: Apenas mera questão de falta de numerario! Era uma questão de emergencia.

Poderia o governo desamparar o grande producto, estancar o admiravel surto em que se achava? quando a sacca dos 84$ que valia em 1919 chegara a 88$ em 1920 e a 105$ em 1922?

Travara-se formidavel batalha com os *roasters* e já estes estavam ganhando 150.000 contos, e certos de muito maior lucro se o governo do Brasil se mantivesse inerte.

Na sessão de 16 de junho voltava Ellis á tribuna para tratar da defesa do café, recordando que esta salvara a safra de 1921, depois dos prejuizos enormes relativos á venda da indefesa colheita de 1920.

CAPITULO XLIX

Analyse da situação economico financeira do Brasil em 1922 — A exportação de café e as operações de defesa — Posição do Brasil em face do commercio mundial

A exportação de café em 1922 avantajou-se á de 1921. Foi de 11.614.000 saccas quando no millesimo anterior attingira a 11.265.000. Correspondera a 1.365.981 e a 907.526 contos de réis. Verdade é que a sacca passara a valer 118$000 quando se vendera por 80$ em 1921. Isto compensara a baixa cambial forte.

A defesa do café continuara proficua assignalava Victor Vianna. O typo 7 Rio, cotado a 6 cents. por libra subira a 11.818. Os seus apologistas recommendavam cada vez mais a retenção no Brasil.

Os stocks baixavam. De fins de 1921 aos de 1922 cahira o norte-americano de 1.668.000 a 967.000 saccas. Verdade é que augmentara o da Europa. Mas no Brasil era o decrescimo notavel. Vinha a sér esta a posição do supprimento visivel mundial.

	1922	1921
Mercados europeus	2.254.000	1.749.000
Mercados norte-americanos. . . .	967.000	1.668.000
Em viagem para a Europa	585.000	650.000
Em viagem para os Estados Unidos	418.000	388.000
Total	4.224.000	4.455.000

No Brasil	1922	1921
Stocks em Santos	2.271.000	3.077.000
Stocks no Rio de Janeiro	1.463.000	1.537.000
Stocks na Bahia	22.000	26.000
Total	3.756.000	4.640.000

	Saccas
Total do supprimento em 1921 . .	9.403.000
Idem em 1922	7.403.000
Diminuição	1.423.000

Em maio de 1922, de accordo com os banqueiros de Londres obtivera-se um emprestimo de nove milhões de libras para se consolidarem as operações feitas com a acquisição de 4.500.000 saccas para a garantia das cotações.

Em junho considerara-se extincta a commissão do Sr. Alexandre Siciliano e o Dr. Custodio Coelho fôra nomeado representante do Brasil no comité de Londres para a defesa do café e liquidação do stock. Em tal commissão figuravam personalidades das mais prestigiosas nos altos circulos bancarios como fossem Leonel de Rotschild, pelos Srs. Rotschild and Sons, Lord Rovelstoe, por Baring Brothers & C. o Barão Schroeder pela casa J. Henry Schroeder & C.

Tambem figurava alguem de real projecção nos meios cafesistas de Santos o Sr. Green, da Brasilian Warrant Company.

A grande casa Nortz de Nova York, infensa ás operações de defesa declarou que com uma posição estatistica maravilhosa (sic) teria havido grande alta de preços não fôra a intervenção do governo brasileiro.

Em vez disto, as cotações haviam cahido de 50 pontos, por causa das vendas, cuja origem se devia ao governo brasileiro. Por si mesmas, estas vendas não deveriam a ninguem surprehender. Eram previstas pelo contracto do emprestimo que as limitava, ao minimo de 435.000 saccas por anno sem se fixar o maximo. Estipulavam as condições de emprestimo que o governo, de accordo com os banqueiros, poderia recomprar todo o café vendido.

900.000 libras do emprestimo sobre 9.000.000 seriam retiradas da circulação até 1932 e as sommas supplementares, provenientes das realizações collocadas em titulos de rendas inglezes ou em novas compras de café.

Assim a valorisação tomava foros de permanencia. Em poucas palavras explicavam Nortz & C. aos seus clientes ao publico a transformação operada no commercio de café.

Em 1921 possuia o governo brasileiro cerca de milhão e meio de saccas havendo outras 7.000.000 em mãos do commercio.

Baixara o disponivel de que podia o commercio valer-se a 4.250.000 inclusive os depositos do Brasil. Assim dispunha o governo de tanto quanto o Commercio. Se esta circumstancia o dotava de grande poderio no mercado mundial por outro lado o obrigava a proceder com o maior cuidado para acautelar os interesses vultosos dos compromissos assumidos.

Declarava a casa Nortz que o Governo do Brasil estava perfeitamente ao par de tudo e tudo tambem indicava que saberia agir como experimentando commerciante. Era o momento propicio; a safra proxima annunciava-se pequena verificando-se augmento crescente de consumo.

A Directoria de Industria e Commercio da Secretaria da Agricultura de S. Paulo apontava a colheita de 1921-1922 como muito pequena: chegaria a 7.130.000 saccas.

Havia enorme falta de braços para a lavoura. E em algumas regiões absoluta até. Dahi o facto de existirem innumeros cafesaes sobremodo maltratados. O que já estava causando certa apprehensão, nos meios brasileiros, vinha a ser o progressivo augmento da producção columbiana. Passara de .... 460.371 saccas em 1910 a 1.023.128 em 1915, a 1.616.423 em 1919 e a 2.100.000 em 1920.

Os diversos typos de Nova York tiveram na bolsa do Rio as seguintes cotações, em 1922, em confronto com as do anno anterior.

	1922	1921
6	19.600 a 27$500	9.900 a 21$000
7	19.300 a 26$800	9.400 a 20$500
8	15.500 a 26$000	8.900 a 19$700
9	14.900 a 25$100	8.400 a 18$500

Em Santos a base para o typo 4 oscillou entre os extremos 16.300 a 23.800. Negociaram-se em 1922 8.533.000 saccas na Bolsa de Nova York e 1.441.000 na do Havre.

Como anno de reparação, ainda, decorreu 1922 escreveu Victor Vianna no *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio*. Assim se continuara o esforço de 1921.

Os desequilibrios, que em 1920 e principios de 1921, o Brasil soffrera em consequencia de perturbações universaes, vinham sendo corrigidos pelo proprio retrahimento dos consumidores e esforço para obter maiores resultados por meio da exportação.

Mercê da intervenção official, subira o café de preço, sem prejuizo do volume das transacções; compensando, com

o auxilio do assucar, arroz e algodão, o desfalque das exportações, já habituaes, depois da guerra, e causado pela crise dos productos pastoris.

As condições geraes do Globo ainda eram de crise e desequilibrio. Das devastações da guerra, proviera um *deficit* na actividade geral que só se poderia reparar depois de muito esforço e muita tenacidade systematizada.

Os symptomas de melhoria já eram, comtudo, evidentes e palpaveis.

O cambio inglez approximava-se quasi da paridade em relação ao dollar; o desequilibrio dos cambios cessara de ser tão violento para a França e a Italia, onde o desequilibrio da balança mercantil fôra relativamente corrigido. Na Inglaterra a relação entre a importação e exportação tendia a se normalizar.

Nos paizes novos houvera correspondente movimento, surgindo os saldos da balança commercial para facilitar a regularização da balança de pagamentos.

Nos Estados Unidos occorrera crise de exportação porque voltara a actuar a concurrencia da industria européa e a producção americana soffrera o inevitavel retrahimento de encommendas. O inverso se dera com os paizes novos. Assim na America do Sul as Republicas do Prata se viam a braços com uma crise de generos de origem animal, e outros, assaz accentuada como occorrera com o Brasil.

Depois da guerra, todos os *leaders* do commercio e da industria haviam tido a impressão na Europa e nos Estados Unidos de que as transacções iriam tomar grande desenvolvimento. Notara-se, de facto, um *boom* em 1919, mas para reconstituir os *stocks* de artigos indispensaveis que as restricções da campanha tinham dispersado.

A isto se seguira naturalmente, geral retrahimento. Enormes capitaes tinham sido destruidos pela guerra. A' mingua de outros recursos, haviam os povos saccado sobre si mesmos, emittindo papel-moeda, reduzindo portanto o poder acquisitivo de seus respectivos signos monetarios. Baixara a capacidade de compras em todos os paizes, em relação a 1913; mas as correntes commerciaes creadas pela Guerra tinham formado industrias novas, que exigiam escoamento.

Os productores novos nascidos das difficuldades da guerra, procuravam manter as posições conquistadas em momentos excepcionaes; os antigos, desapparecidos ou interceptados durante a luta, tinham reapparecido procurando restabelecer o rythmo anterior e retomar a clientella.

Creara tudo isto novos embaraços. Recorreram as industrias novas á protecção das tarifas alfandegarias para não definhar com a concurrencia dos antigos dominadores dos mercados. As já existentes solicitaram identico auxilio para se garantir contra a competição extrangeira.

Dahi a recrudescencia de proteccionismo aduaneiro, que os procuradores de novas rendas fiscaes não impugnavam na certeza de alcance de maiores receitas.

A propria Inglaterra, paiz classico do livre cambismo recorrera ao protecionismo, embora mitigado. Os Estados Unidos estes accentuavam a velha politica proteccionista. A França, a Italia, a Hespanha iam pelo mesmo caminho. Ruira por terra o grandioso plano de Woodrow Wilson de annullação das barreiras economicas.

Augmentando a quota ouro dos direitos alfandegarios e creando novos direitos associara-se o Brasil ao movimento proteccionista. O perigo dizia o analysta era o recurso á inflação demasiada.

O cambio baixo illudia ás vezes, dando a impressão de que favorecia aos exportadores. Não valia a pena trocar o producto do trabalho pelas riquezas depreciadas. Se a venda de moeda extrangeira rendia maior quantia em numerario nacional, — e isto era obvio! — representava de facto menos capacidade acquisitiva.

Convinha, ainda, não esquecer que a exportação visava a importação. O paiz, exportador, precisava obter recursos para cobrir a importação concomitante ou os juros e amortização de emprestimos outr'ora feitos para permittir importações indispensaveis.

Um paiz com a circulação depreciada via minguar o seu poder de acquisição pois quem não póde comprar empobrece. Vendiam todos para comprar, porque vender sem comprar corresponderia a destruir todo o esforço da producção equivalente á exportação.

Só a paridade garantia a prosperidade commercial por permittir a intensificação das trocas commerciaes.

Ora, para este fim alcançaram os povos trocar o que produzem, por aquillo de que precisam e produzido nas mesmas condições vantajosas pelas outras nações.

Soffrera o Brasil, duramente, com a Grande Guerra. Se por um lado exportara muito por outro vira o desequilibrio dos orçamentos federaes por causa do cerceamento extraordinario das receitas da União, cuja magna quota provinha das rendas alfandegarias.

Esta reducção, coincidindo com a alta dos preços, determinara o appello aos reforços extraordinarios das emissões de papel-moeda e apolice. Emittira-se neste periodo cerca de um milhão de contos de notas de Thesouro e de 500 mil contos em apolices. Tal inflação alterara os preços, accentuando a deficiencia das receitas, obrigando a aggravação de todos os impostos e conduzindo ao abuso dos proprios expedientes que a tinham insuflado.

A Caixa de Conversão desapparecera em 1919. Não tinha mais razão de ser a sua existencia em face de cambios tão baixos.

Contemporaneamente elogiou Victor Vianna a actuação dos dois ministros da Fazenda Drs. Antonio Carlos de Andrada e Homero Baptista.

Em plena crise, quando mais se abusara dos expedientes, constituira-se entretanto, um orgão em condições de sanear o meio circulante. O Dr. Antonio C. de Andrada, prohibira a exportação do ouro, adquirindo toda a producção nacional para reforçar o fundo de garantia. O Dr. Homero Baptista, seu successor na presidencia Epitacio Pessôa, e no meio dos maiores embaraços, das necessidades contradictorias de um periodo agudo de liquidações de guerra e de transição, accentuara tal politica. Emittira apenas para attender a expressas determinações de lei. Reforçara o fundo de garantia, com novas rubricas, como a proveniente dos juros das acções e emprestimos do Banco do Brasil e dos titulos da divida externa compradas em Londres em opportunidade favoravel.

Assim se augmentara tal fundo, emquanto o papel-moeda só se ampliara pela creação de orgãos especiaes como a Carteira de Redesconto, cuja acção fôra tarde encaminhada quasi que exclusivamente para um fim especial.

Mas apezar de tudo era a situação financeira do paiz muito seria. Assim affirmava ao novo Presidente da Republica, Dr. Arthur da Silva Bernardes, empossado a 15 de novembro de 1922, o novo ministro da Fazenda Dr. Raphael Sampaio Vidal.

Tão impressionado o Chefe do Estado que enviara tal relatorio ao Congresso Nacional, quinze dias depois de haver assumido o poder.

Dizia o Dr. Sampaio Vidal que nos ultimos tempos a febre de iniciativas grandiosas officiaes attingira a surprehendentes proporções sem que houvesse o menor exame das

forças necessarias para as custear e sustentar. Bastava recordar que, nos annos mais proximos, os emprehendimentos novos e avultados, de differentes orgãos, tinham consumido, além das rendas orçamentarias mais de dois milhões de contos de réis, e o valor de diversos emprestimos externos e internos com responsabilidades de toda a especie, algumas insolitamente gravosas."

Todos esses recursos extraordinarios tinham desapparecido, não havendo mais remanescente algum para fazer face á premencia das responsabilidades do momento, decorrentes dos *deficit*. E este se apresentava consideravel no exercicio de 1922.

Precisava o Brasil, a todo custo, retomar a consciencia da realidade. O mais elementar bom senso aconselhava-o a deter o passo nessa nefasta marcha para o desconhecido. Tordeter o passo nessa nesfasto marcha para o desconhecido. Tornava-se urgentissimo mudar de processos administrativos na fazenda publica e em todas as repartições visceralmente ligadas ao departamento das finanças nacionaes. Como norma fundamental, era preciso arrojar drasticamente, para fóra da administração publica, tudo quanto não representasse imprescindivel despeza.

A divida externa attingira a 4.200.524:729$000 a interna a 1.575.095:400$000, a fluctuante a 863.000:600$000. O papel-moeda em circulação inclusive o resgatavel da Carteira de Redescontos a 2.226.275:997$000. Assim o total dos encargos da Nação chegara a 8.864.904:728$000. Exigia para os serviços de juros e amortisação 307.504:427$000 encargo sobremodo pesado para um orçamento de 106.586 contos ouro e 706.725 papel ou cerca de um milhão de contos. Assim só esta rubrica, absorvia cerca de 34 por cento do total das rendas federaes.

Cogitava-se sempre da creação tantas vezes adiada de um grande banco de emissão e redesconto.

Em 1922 ainda era enorme a perturbação dos cambios universaes.

Fizera e fazia a Inglaterra ingentes esforços para recuperar a antiga posição e ainda não conseguira este desideratum embora já houvesse obtido assignalados triumphos em relação a diversas moedas.

Assim por exemplo quanto a diversas:

	Paridade	Depreciação maxima	Situação em 1922
Dollars	4.86 2/3	4.52	4.43
Peseta.	25.22 ½	16.60	23.50
Corôa sueca . .	18.159	9.95	16.95
Franco suisso. .	22 ½	18.72	23.22
Florim.	12.107	8.97	11.50
Yen	24.58 d.	—	22 ¼
Corôa norueg. .	18.159	12.65	25
Corôa dinam. .	18.159	12.75	21.35
Peso mexicano .	24.158	—	26.50

Em relação a certas outras enormes se mostrava a superioridade da libra. Sem fallar das nações vencidas: Allemanha, Austria, Bulgaria e Turquia outras havia cujo dinheiro se achava sobremodo desvalorisado como por exemplo Portugal, cuja paridade era 53 ¼ d. por escudo e onde o cambio passara a ⅞. A França e Italia viam a libra com grande agio sobre suas moedas. Valia o soberano ao par 25 fr. 225 e no emtanto ainda se cotara em 1922 entre os extremos 72.75 e 47.35.

A lira cuja paridade era a mesma soffrera descredito maior. Oscillára entre 11 71 ½ e 80 ¾ liras o valor do soberano.

O cambio brasileiro que durante a guerra tivera como extremos 11 13/16 e 14 oscillara entre 6 ⅛ e 7 27/32 em 1922.

Interessante quadro foi o que o *Jornal do Commercio* em 1922 publicou sobre o papel-moeda brasileiro em suas diversas phases, até 31 de dezembro de 1922, subordinando as cifras á data de 31 de dezembro de cada anno. As importancias em circulação haviam sido as seguintes:

A 15 de novembro de 1889	179.364:995$	£ 9.099.000
A 31 de dezembro de 1894	367.358:652$	£ 23.925.000
A 31 de dezembro de 1898	779.965:423$	£ 33.684.000
A 31 de dezembro de 1920	675.536:784$	£ 20.183.000
A 31 de dezembro de 1906	664.792:960$	£ 14.071.000
A 31 de dezembro de 1910	621.005:255$	£ 16.000.000
A 31 de dezembro de 1914	822.496:018$	£ 16.375.000
A 31 de dezembro de 1918	1.679.176:058$	£ 18.618.000
A 31 de dezembro de 1922	2.065.424:886$	£ 33.537.000

O total geral de todas as emissões nos 33 annos decorridos a partir de 1889 fôra de réis 3.089.571:859$000 mas como se procedera a resgates do valor de 1.203.501:968$000 o total da importancia em circulação emittido nos oito periodos presidenciaes attingia 1.886.069:891$000 existindo ainda Rs. 79.354:995$000 de papel imperial de modo que o total geral da importancia em circulação attingia a 31 de dezembro de 1922 2.065.424:886$000. A divida externa da União a 31 de dezembro de 1922 ascendia a:

Libras	120.832.334
Francos	322.249.500
Dollares	68.491.833

Correspondia isto ao cambio corrente de 6 d. a Réis 5.442.113:600$000. Os Estados deviam no extrangeiro £.... 43.810.860 ou Réis 1.752.434:400$000; os municipios £.... 24.937.266 ou 997.490:640$000 de modo que o total geral da divida externa attingia £ 207.450.966 ou 8.298.038:640$

Os trabalhos censitarios de 1920, proficientemente conduzidos sob a alta superintendencia de um homem de valor e do zelo de Bulhões Carvalho vieram revelar circumstancias de summa e insuspentada importancia para o estudo das condições economicas do Brasil mercê das revelações do inquerito economico realizado parallelamente ao recenseamento.

"Verificou-se que se o Brasil desde muito era o primeiro productor de café, coisa de todos sabida, vinha a ser o segundo de cacau, o terceiro de assucar de canna, o quinto de algodão o terceiro de fumo, o segundo de milho o oitavo de arroz o decimo de trigo e batata ingleza", lembrava um articulista. Verdade é que para diversos destes productos a situação brasileira, apresentava-se muito modesta senão, ás vezes, humilde.

Assim o que era o contingente do Brasil em relação ao trigo e batata mundiaes: 87.181 toneladas apenas para .... 68.000.000 do trigo mundial 145.000 de batatas para ..... 69.000.000! Mesmo em relação ao arroz representava menos de um meio por cento da colheita universal. Quanto ao milho seu coefficiente tambem não era de grande peso oscillando entre 5 e 6 por cento, da producção do Globo. O do fumo assim como o assucar de canna cobria uns 7 por cento o de algodão não chegava a trez o de cacau já era muito maior, trinta por cento da producção do Universo.

Assim a primazia incontestavel provinha do café cujo coefficiente girava em torno de 70 por cento.

O censo agro-pecuario de 1920 trouxera, tambem, valiosas noticias sobre o valor dos rebanhos brasileiros assim avaliados:

Bovinos	34.271.324
Suinos	16.168.549
Ovinos	7.933.437
Equineos	5.253.699
Caprinos	5.086.655
Asininos	1.865.259

Possuia o Brasil approximadamente oito e meio por cento do rebanho universal bovino, quasi onze do suino, dois do ovino, seis e meio do equino, seis do caprino e doze do asinino.

CAPITULO L

Debates no Senado a proposito de operações de defesa do café — Exposição de motivos do Dr. Homero Baptista — Commentarios parlamentares

A emissão solicitada pelo Executivo ao Congresso para que o Thesouro Federal entregasse ao Banco do Brasil um total de quinhentos mil contos de réis, por intermedio da carteira de Redesconto destinado a saldar o encontro de contas entre um e outro, trouxe animados debates no Senado. Na sessão de 4 de outubro de 1922 discutiu-se o projecto n. 60 da Camara dos Deputados neste sentido com parecer favoravel da Commissão de Finanças. Dizia ao Senador Alfredo Ellis que o debito do Banco do Brasil garantia, plenamente, vultoso deposito de cafés finissimos. As operações de defesa haviam produzido um lucro de todos sabido, nada menos de 130.000 contos. Para que pois tanta hesitação em face de tão bellos resultados?

O Senador por Sergipe Gonçalo Rollemberg vivamente aparteado por Ellis protestou contra o projecto que ao seu ver não era senão pura e simplesmente uma emissão de papel moeda. Contestou-o o Senador Irineu Machado.

A este retrucando declarou o seu collega fluminense Dr. Sampaio Correia, verberar a operação. Preferiria a emissão confessada do papel-moeda aos processos dissimulados de que se pretendia lançar mão. Na sessão de 5 de outubro o Senador Azeredo affirmou que o Congresso ignorara os termos do accordo entre o Thesouro e o Banco cuja approvação se pretendia delle arrancar. Votaria pela medida porque queria que uma vez por todas fossem regularisadas as negociações entre um e outro.

O Congresso creara a carteira de Redesconto do Banco para que em 1921 o Governo fizesse a valorisação que dera excellentes resultados.

Protestou Alfredo Ellis contra o emprego da palavra valorisação dizendo-a mal applicada. Defesa era o termo. Fez o Senador Azeredo ver que a alta do preço por sacca fora a mais auspiciosa consequencia de intervenção. O café que estava a 8 subira acima de 20 mil réis.

O Banco adeantara aos compradores 4 milhões esterlinos. Se o Governo porém precisasse pagar ao Banco tambem se cobriria ficando com o café adquirido.

Entendia o orador que a superintendencia geral das operações deveria ser entregue ao Estado de S. Paulo que tanto demonstrara ser capaz de dirigir negocio de tal importancia.

Agora estava ella em mãos extrangeiras, entregue ao Sr. Eduardo Green, chefe ou representante de grande consorcio inglez e poderoso. Representava Johnson & C. Rothschild, Baring Brothers. Tinha como collega um banqueiro hollandez. No comité só figurava um brasileiro o Dr. Custodio Coelho de Almeida. Assim os interesses brasileiros não poderiam ser cuidados com o esmero até então verificado.

A bolsa official do café e a Caixa de Liquidação, fundadas na presidencia Arthur Arantes haviam prestado esplendidos serviços e estavam ameaçadas, assim como o Instituto Paulista de Café de desapparecer ante a superioridade da Caixa Registradora da firma Johnston & C.

Continuou o Senador Azeredo o seu ataque violento, a acção official coadjuvado pelo Senador Ellis. A Carteira de Redesconto que poderia ter dado grande desafogo á lavoura a esta de pouco valera ao passo que ao commercio prestara grandes serviços.

Graças a ella realizara o Banco do Brasil em 1921 enormes lucros desvirtuando-se o pensamento do legislador.

Acceitar com redesconto lettras do Thesouro, não era o que este devia nem imaginara fazer. Assim votaria a favor da liquidação de operação como medida de emergencia dadas as difficuldades do momento em que o Governo estava a dever enormemente ao Banco do Brasil por causa da deficiencia da arrecadação.

Commentando a situação financeira do paiz, o Senador Rosa e Silva apontou-a como sobremodo seair, em face de compromissos recentes consolidados e fluctuantes datando do quatriennio corrente e que elle avaliava em dois milhões de contos. Criticou o representante de Pernambuco acerbamente a entrega da direcção da defesa do café a extrangeiros.

O Senador paulista Alvaro de Carvalho, depois de manifestar quanto o seu estado devia ser grato ao Presidente Epi-

tacio Pessôa pela defesa do café, levada a cabo espontaneamente pelo chefe do Estado affirmou aos seus pares que o novo credito pedido de 500 mil contos se destinava á defesa do café, ao pagamento puro e simples das lettras devidas á acquisição do stock.

Assim era indispensavel apoiar o pedido do Executivo.

O Senador Lopes Gonçalves adduziu considerações no sentido do seu collega paulista. Voltando á tribuna o Senador Ellis referiu-se acerbamente ao consorcio inglez e ao seu chefe o Sr. Green e apoiou a politica presidencial calorosamente.

Approvou o Senado por 29 votos contra 4 a autorisação pedida pelo Governo para realizar a transacção sobre a qual versava o debate.

Sentindo-se melindrado com as expressões do Senador Azeredo escreveu o Dr. Custodio Coelho, director da Carteira Cambial do Banco do Brasil uma carta de desaggravo ao *Jornal do Commercio* que levou o Senador Azeredo novamente á tribuna.

Rispidamente contestou-lhe a affirmativa de que fôra elle o "organisador e executor da primeira valorisação." Não lhe negara competencia porém a que dirigisse as operações da defesa cafeeira daquelle momento em deante. Repelliu a accusação que lhe fizera o seu contradictor de haver declarado da tribuna senatorial nada conhecer elle de café. A duvida podia ter se originado de um aparte do Senador Alfredo Ellis.

Havendo o Dr. Coelho voltado a imprensa explanando as causas de sua asserção relativa ás operações valorisadoras de 1908, volveu a tribuna o Senador Azeredo que com vehemencia contradisse os argumentos do seu contradictor apontando-lhe anachronismos e contradicções a enunciar os fastos da primeira valorisação.

Revidando as affirmações do Senador Azeredo escreveu novamente o Dr. Custodio Coelho á imprensa, referindo-se amargamente á acção parlamentar a quem se devia em *magna parse* a baixa cambial e as aperturas financeiras do momento.

Na sessão de 16 de outubro respondeu-lhe o Senador Azeredo novamente, e agora com verdadeira vehemencia.

Como a questão se haja deslocado do terreno da defesa do café não nos deteremos em analysal-a.

Na sessão de 26 de dezembro de 1922 apresentava o presidente do Senado Federal, Dr. Estacio Coimbra, aos seus pares, uma exposição de motivos do Dr. Homero Baptista, ministro da Fazenda, dimissionario de 15 de novembro da-

quelle anno, com a sahida do poder do Presidente Epitacio Pessôa.

Queria responder ás arguições que lhe havia feito a Commissão de Finanças a proposito das operações de defesa do café em 1921.

Agira o Governo attendendo ao clamor desabalado dos cafeicultores sobretudo de S. Paulo, representados pelas sociedades de agricultura e as associações commerciaes. Estava aliás certo de que de taes operações decorreria a estabilisação senão mesmo a melhoria das taxas cambiaes.

Não quizera lançar mão de emissões de papel-moeda sem lastro ouro. Assim determinara as compras por intermedio da Companhia Mecanica e Importadora de S. Paulo, por meio de promissorias de sua emissão levadas ao Banco do Brasil e endossadas pelo Thesouro Nacional.

Attingindo estas compras 270.000 contos de réis não pudera o Banco continuar a fornecer dinheiro. O Governo então, para não sustar as operações mandara effectuar warrantagens contra creditos no Exterior para amparar e amortizar os adeantamentos do Banco do Brasil. Ao mesmo tempo attenuar a depressão cambial aggravada pela retenção das lettras de cambio, representadas no grande stock do café represado.

As warrantagens na importancia de 5.550.000 libras haviam sido realizadas com bancos e firmas do maior conceito. Os saques contra estes creditos haviam sido entregues ao Banco do Brasil, que por sua vez creditara o respectivo producto na conta da valorisação do café.

Para evitar uma serie de possiveis transtornos como entre outros o da liquidação simultanea dos warrants o Governo unificara as operações parciaes tomando um emprestimo de £ 9.000.000 de Rothschild Baring Brothers e J. H. Schroeder. A esta operação trouxera valiosa cooperação a Brasilian Warrant and Company.

Realizara-se o emprestimo em condições bastante superiores ao do Estado de S. Paulo, a elle contemporaneo: 7 ½ de juros, em vez de 8; typo liquido de 91 2 em vez de 89 prazo de 52 annos fixo em vez de 10 a 33, etc.

As clausulas do novo contracto, com o vendedor a Brasilian Warrant eram identicas ás de 1908 com Theodor Wille C.

Estabelecia-se a prohibição para se constituir novo stock, além do adquirido podendo o comité de vendas, porém, appli-

car os saldos de emprestimo não só em compra de titulos como em café.

Em 1908 a commissão de collocação dos cafés era de 3 por cento e o custeio 1 ½, agora seria 1 ½ sobre a collocação e 2 ½ para o Comité.

As duvidas acaso surtas entre o Governo Brasileiro e os seus banqueiros seriam dirimidas como em 1908. Uma emissão arbitral se reunira com um membro nomeado pelo Governo Brasileiro, outro pelos banqueiros e um desempatador escolhido por ambos. Se não concordassem, passados quarenta dias seria o caso julgado pelo Tribunal de Haya e se este se recusasse a fazel-o (ou não pudesse) por um desempatador nomeado pelo rei da Inglaterra.

Registados todos os warrants o Banco do Brasil creditara o saldo á conta da Valorisação sendo o pagamento feito directamente pelos agentes financeiros do Brasil em Londres.

Mas verificara-se a insufficiencia de emprestimo e o governo entregara ao Banco do Brasil uma lettra de £ 4.000.000 para tal fim.

Julgava o ministro que até 15 de novembro de 1922 fossem estas as parcellas do total despendido:

	Contos
Ao Banco do Brasil por importancia de juros e commissões e transferencias de fundos cerca de	30.000
Juros e acceites bancarios ou warrantagens . .	13.000
Armazenagens e seguros de cafés	12.000
Commissões de 3 por cento á Companhia Mecanica Importadores de S. Paulo, até 31 de dezembro de 1921	7.500
Despezas de escriptorio (telegrammas, classificação de cafés, regularisação de entradas) da Companhia Mecanica	309
Honorarios do Delegado do Governo Federal, e mais pessoal em dezenove e mais mezes . . .	250
Total	63.059

O activo constava de 4.535.000 saccas, das quaes já se haviam vendido 829.033 em media a £ 3 por sacca, portanto perto de 2.500.000 creditados á casa Rothschild. Assim se reduzira o emprestimo dos nove milhões já a 6.500.000 libras. E convinha lembrar que o café vendido fôra em geral do typo

inferior ao de Santos. Os stocks estavam todos seguros contra incendio. Assim os lucros de operação seriam vultosos.

Computado em dezoito milhões o volume da exportação cafeeira de março de 1921 a novembro de 1932, e verificando-se uma alta de libra e meio por sacca, as operações de defesa correspondiam a um lucro de 27 milhões esterlinos ou cerca de oitocentos mil contos de réis!

E havia muito que esperar da collocação do resto do stock.

Terminando reservou o Dr. Homero Baptista asperas palavras aos abyssinios que agora amaldiçoavam o governo transacto por haver reencetado a defesa do café. Eram os os mesmos que alguns mezes antes proclamavam que os prejuizos acaso verificaveis pela nova valorisação seriam perfeitamente justificaveis e até dignos de apoio e louvor!

Commentando a exposição do Dr. Homero Baptista o Senador Frontin na sessão de 27 de dezembro de 1922 lembrava que os lucros dos 27 milhões esterlinos haviam sido não do Thesouro mas dos cafeicultores. A responsabilidade do Thesouro fora de 13 e meio milhões esterlinos pois convinha lembrar a existencia da lettra de 4 milhões. Mas a tudo cobria o valor do stock represado. A economia nacional ganhara e não pouco.

Mas havia sombras no quadro. Seria liquidavel o stock pelos preços previstos pelo ex-ministro da Fazenda? E a nova safra, 16 milhões de saccas, não exigiria nova valorisação? E no caso vertente onde poderia o Governo arranjar recursos? Convinha impedir a excessiva alta do genero. Quinze mil réis por arroba era a seu ver preço sobremodo compensador.

Respondendo ao Senador Frontin disse o Senador Ellis que o erro das novas operações fora inicial: serem tardios.

Deviam ter começado em 1920, o que teria poupado á economia brasileira um prejuizo de 20 milhões esterlinos.

Dahi proviera a baixa cambial a 5 6/8 graças a differença do saldo da balança commercial.

CAPITULO LI

Analyse da situação economico financeira do paiz em 1923 — O grande desequilibrio do commercio universal — Proseguimento das operações de defesa do café — Augmento do consumo mundial — O café nos Estados Unidos — Quadro das responsabilidades financeiras do Brasil — Exame das condições da exportação

Explicando que 1923 ainda fôra anno de crise dizia Victor Vianna no *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio,* que o Brasil lutava com as consequencias da accumulação de deficits economicos e financeiros de assaz longa serie de annos influenciando uns aos outros e impedindo a normalisação dos negocios. Em todo o caso esforçava-se por sahir do atascal produzindo e largamente.

Mas as consequencias de guerra mundial ainda prejudicavam, e muitissimo, as finanças do Universo.

As oscillações incriveis dos cambios tudo perturbavam.

A Allemanha, com a sua inflação immensa, vertiginosa, collocara-se na impossibilidade de pagar as reparações. A França, com as despezas irrecobraveis desequilibrara as finanças. Não conseguia a Inglaterra aproveitar toda a sua capacidade industrial, porque o Continente se retrahira em virtude da depreciação geral das moedas. Ao mesmo tempo perdia o que ganhara saneando o seu meio circulante, porque estava pagando os serviços de juros aos Estados Unidos, emquanto os seus alliados devedores não concorriam para esta liquidação final do balanço de guerra.

A vida mundial economica soffria, naturalmente, e immenso com tamanho desequilibrio. Os Estados Unidos não podiam vender tudo o que haviam preparado, porque, não tendo participado do periodo de reconstrucção, soffriam as consequencias da interrupção de um intercambio que não seria impossivel estimular.

Baixara, portanto, de novo o poder acquisitivo das principaes moedas européas, em consequencia da situação, das proprias moedas americanas.

O commercio internacional perturbara-se tambem. Notara-se comtudo no fim do primeiro semestre de 1923 já uma tendencia salutar para o encetamento de novas transacções.

O commercio exterior da Inglaterra e da França haviam melhorado um pouco, mas os proprios Estados Unidos accusavam deficit na balança mercantil, durante varios mezes, sem que a isto correspondesse o competente movimento de fundos.

Em face desta situação mundial, não poderia o Brasil aproveitar, plenamente, suas possibilidades ,embora o fizesse á medida do possivel.

A guerra, provocando o deficit, impedindo a regularisação das contas internacionaes, por toda a parte creara a inflação.

Tendo as rendas diminuidas, supprira o Brasil a deficiencia das receitas com a emissão de notas do Thesouro.

Passara o Banco do Brasil a ser emissor para attender ás necessidades de expansão economica, saneamento da moeda e elasticidade da circulação. Emittira sobre o ouro, transferido da Caixa de Amortização para pagamento da divida fluctuante do Thesouro e sobre effeitos commerciaes.

Este lastro cerceava naturalmente as emissões, que ficavam assim representando riqueza creada.

A differença com as de antanho era portanto fundamental. Exprimiam outrora as emissões o deficit. Não obedeciam a necessidade alguma senão a do Thesouro em apuros. Agora, não; regulavam-se pelas condições commerciaes; correspondiam a novas riquezas e a circulação dellas resultante retrahia-se quando os titulos sobre os quaes fôra feita a emissão se liquidavam.

Persistia a baixa cambial, accentuada; crise não só do Brasil e sim por bem dizer, mundial.

Provinha a depressão cambial do Brasil de diversas causas. Entre ellas cabia destacar o desequilibrio da balança de pagamento de 1920 a 1921 produzindo deficit que a propria depressão cambial aggravara.

Havia o paiz sacado muito sobre o futuro e precisava entrar em phase de seria retracção de despezas.

A questão do equilibrio orçamentario, capital como era, exigia severa revisão das previsões de receita e o acabamento da praxe das chamadas emendas da cauda dos orçamentos.

A defesa dos grandes productos nacionaes devia completar esta politica. O que se ia fazendo com o café, na phase nova representada pela regularisação das offertas, era seguro e auspicioso.

A situação cafeeira, graças a esta orientação prudente e firme, passara a ser a melhor possivel, e a alta do genero espontanea e automatica.

Fora a exportação em 1923 das maiores dos ultimos annos. A regularisação das offertas normalisara, sem o prejudicar, o escoamento natural do grande producto brasileiro.

Apezar da limitação das entradas haviam sahido dos portos nacionaes 14.466.000 saccas ao passo que em 1922 só tinham sido embarcadas 12.673.000. Desde 1915 se não vira coisa igual. Quasi representava a exportação de 1922 o dobro da de 1918.

Representava 2.124.628 contos de réis ou £ 47.078.000. Subira o valor da sacca a 147$000 quando fôra de 119$000 em 1922 e 82$000 em 1921.

Assoalhavam alguns publicistas que o commercio de café estava estacionado quando tal atoarda não tinha o menor fundamento.

Se se escolhesse 1910 para a exportação e o valor em moeda brasileira como base de 100, para numero indice este seria o quadro comparativo de valores.

Annos	Export.	Valor em Rs.	Valor em £
1910	100	100	100
1911	110	157	151
1912	124	181	174
1913	136	159	153
1914	116	114	101
1915	175	161	121
1916	134	153	110
1917	109	114	86
1918	77	91	71
1919	133	318	272
1920	119	223	198
1921	129	264	130
1922	130	390	166
1923	148	540	180

Assim se se notara a profunda depressão de 1918, periodo decisivo da Grande Guerra, já occorrera a reacção.

E o commercio de café não estacionara; pelo contrario progredira consideravelmente.

Os dados do *Deparment of Commerce,* dos Estados Unidos, referentes ao seu anno commercial (de julho a junho) demonstravam que a importação augmentara em quantidade e valor em relação ao periodo anterior (julho de 1921 a junho de 1922).

Mostrava isto que os norte-americanos continuavam a comprar café e cada dia mais.

Passara a importação de 21 milhões de libras. peso e 10 milhões de dollares, a 25 milhões de libras, peso. e 12 milhões de dollares.

A superioridade da producção brasileira continuava indiscutivel.

Publicara de Laneuville mais uma de suas reputadas estatisticas relativas ás safras quinquiennaes.

Safras	Producção	Consumo
1918-1919	14.212.000	15.968.000
1919-1920	15.181.000	18.409.000
1920-1921	20.283.000	18.462.000
1921-1922	19.783.000	19.717.000
1922-1923	15.899.000	19.162.000
Totaes . . .	85.363.000	91.808.000

Assim o consumo se avantajara á producção de .... 6.445.000 saccas. A importação nos Estados Unidos continuava em progressão ascendente. A alta do dollar favorecia o alargamento do habito do consumo. Assim fôra em:

	Libras	Dollares
1920	1.414.228.163	310.701.872
1921	1.348.926.338	176.988.079
1922	1.238.012.078	148.502.658
1923	1.305.187.684	181.639.414

Grande proporção deste café escusado era lembral-o provinha do Brasil.

Assim em 1922 a sua parte fôra de 756.581.844 libras e em 1923 de 840.038.098. Nos mesmos annos os cafés de outras procedencias correspondiam a 481.439.434 e .... 465.149.144 libras.

Assim augmentara a quota brasileira e diminuira a não brasileira. A grande republica do Norte ainda poderia consumir muito mais. Convinha accentuar a propaganda sobretudo porque os succedaneos faziam extraordinaria concurrencia ao grão da rubiacea, destacando-se entre elles o *Postum* para o qual se fazia immensa propaganda.

Actuava ao mesmo tempo a campanha de certas ligas de temperança contra o decocto da rubiacea.

Os varegistas misturavam, em geral, ao café brasileiro os de outras procedencias, mais agradaveis ao paladar norte americano, de modo que pela insufficiencia das safras dos concurrentes os productos brasileiros entravam nas ligas em tão grande proporção.

Consistia o interesse do Brasil, portanto, em propagar o gosto do café, combater os adversarios, adaptando algumas das qualidades gratas ao paladar norte-americano ás qualidades brasileiras. Tudo isto exigia esforço multiplo, mas harmonioso que para ter exito carecia da cooperação dos poderes publicos, associações de classe e particulares.

O consumo anual per capita crescera nos ultimos quinze annos excepção feita de alguns paizes muito empobrecidos com a guerra, como era mais que plausivel. Assim augmentara de 33 por cento nos Estados Unidos e Italia, de 50 em França declinando de 60 % na Allemanha e Austria e de 33 na Hungria.

O consumo americano de 4,19 kgm. per capita em 1913 subira a 5,48 em 1922.

Depois de todo o abalo da Grande Guerra, quando o consumo da producção de quasi todos os artigos diminuira, apresentava o café a feliz anomalia do crescente augmento embora com um recuo sem importancia de 1922, em relação a 1921.

Assim, augmentara sempre, tendo resistido ás perturbações da conflagração mundial. Tal phenomeno verificara-se com poucos outros productos, achando-se o cacau tambem entre os beneficiados.

Segundo certo quadro do Instituto Commercial de Agricultura a medida de consumo universal durante o quinquiennio de 1909-1913 fora de 2.289.466.520 libras e o total de 1921 2.508.464.640 libras.

Os calculos allemães para o consumo do café previam tambem augmento geral, com excepção dos paizes perturbados pelas consequencias da guerra.

A situação mundialmente fallando era pois a melhor, a mais auspiciosa.

Mostrava-se a procura cada vez maior, apezar de certa deficiencia da organisação commercial, propaganda e collocação. O consumo continuadamente, augmentara pari passu com oscillações decorrentes apenas da crise de ordem geral.

Como da producção brasileira a maior parte se destinava ao consumo dos Estados Unidos, era da maxima relevancia o estudo do mercado norte-americano. Podia-se dizer que neste periodo da evolução economica brasileira parte da vida commercial da Republica dependia da expansão ou retrahimento da clientela yankee. Convinha por isto, acompanhar, e com a maior attenção, as tendencias dos consumidores do formidavel mercado septentrional.

Os ultimos dados divulgados nos Estados Unidos, referentes a 1922 mostravam que neste millesimo houvera pequeno recuo em relação a 1921. Compensava-o o augmento de valor da safra vendida. Subindo os preços. occorrera naturalmente pequeno retrahimento. Tudo indicava que dentro em breve seria completamente annullado, pois só as altas cotações poderiam ter occasionado este retrocesso que não correspondia aos movimentos naturaes do consúmo. Mas a queda das compras representava sobretudo mais uma baixa de reexportações do que diminuição na distribuição para o consumo interno.

A importação da Grande Confederação que, em 1918, fora de 99.423.362 dollares attingira, em 1922, a 160.855.076.

O Departamento do Commercio declarara que os dados estatisticos revelavam, quanto ao valor do café, no Brasil. um accrescimo de 30 %. No valor medio da libra peso devia-se um augmento de 3 cents. no café do Brasil e de um cent. no de outras procedencias.

Em face deste quadro emittira o seguinte commentario:

"Se o objectivo do Brasil é elevar o preço de seus cafés ao nivel dos do resto do mundo, torna-se evidente que alcançou verdadeiro exito."

Notava-se certo recuo nas porcentagens brasileiras. Haviam sido estas de 75 % do total de 1912 e cahiram a 57 em 1918. Mas já recuperara bastante terreno chegando a 64 em 1922.

As compras na Columbia, avultadas durante a Grande Guerra, tinham cahido bastante. Entre 1921 e 1922 de 20 por cento.

O Boletim da Associação Commercial de Santos, tratando, no numero 7 de julho de 1923, da situação cafeeira accentuava

que dois pontos exigiam prompta e energica intervenção por parte dos encarregados dos serviços de defesa: a regulamentação do mercado a termo, e o "estabelecimento de bem feita propaganda dos cafés brasileiros nos centros de importação e nos que pudessem vir a sel-o."

De facto a questão da propaganda não podia nem devia ser esquecida. Precisava ser intensa, variada, attingindo a quasi todos os paizes do mundo.

O consumo não se mostrava incompativel com o de qualquer outra bebida estimulante. Havia trez maneiras de consumir: como no Brasil, nos Estados Unidos ou em certos paizes europeus. Tomavam os brasileiros café a todo o momento, como acontecia, até certo ponto, entre os mahometanos. Os norte-americanos o ingeriam não só como os brasileiros, mas sob differentes formas, e os europeus o bebiam em occasiões restrictas.

Ora, quando a propaganda não pudesse obter proporção igual á dos brasileiros, norte-americanos ou mesmo dos argentinos ou sul-africanos, seria de grande vantagem conseguir, pelo menos, a extensão a ampliação, a universalização do habito de se tomar café após as refeições, o de se o beber, de vez em quando, como alimento de poupança.

Notava-se aliás que tal habito se generalizava pelo mundo inteiro. A' proporção que a civilização avançava e o progresso se accelerava, crescia o costume de se tomar café. Mas convinha accelerar, espalhar o mais possivel a adaptação, de tal habito por todas as classes e zonas do mundo civilizado.

Ahi residia o maximo interesse do Brasil. O consumo poderia então subir em dez annos a 25 ou 30 milhões de saccas. Com o augmento dos cafezaes actuaes attingiria o Brasil a vasta, sadia e prospera estabilidade na producção do seu grande artigo de exportação.

Por isto, era precipuo dever de todos preparar a opinião publica nacional para a formação de excellente serviço de informações e vigilancia.

Nada ainda estava feito a tal respeito. Apresentavam os ensaios em execução muito limitado raio de acção. Convinha ir divulgando noções sobre a situação do café em diversos paizes do mundo. Era o meio de se preparar a opinião para a propaganda tornando-se a todos informados das condições reaes dos mercados.

Os preços extremos de café por arroba no Rio de Janeiro, nos typos de Nova York vieram a ser os seguintes em 1923:

Typos

6	25.300	a	35$300
7	24.800	a	34$800
8	24.300	a	34$600
9	23.800	a	34$000

E o movimento das maiores bolsas mundiaes em 1923 em milheiros de saccas:

	Nova York	Havre	Totaes
Janeiro	915	156	1.096
Fevereiro	710	181	861
Março	875	151	1.063
Abril	1.220	188	1.435
Maio	585	215	790
Junho	725	205	886
Julho	410	161	534
Agosto	720	124	898
Setembro	505	178	662
Outubro	662	157	829
Novembro . . .	645	107	800
Dezembro	705	155	861

	Saccas
Total das vendas: Nova York . .	8.677.000
Havre	2.038.000
Total geral	10.715.000

No Brasil fora este o movimento tambem em milheiros de saccas:

	Santos	Rio
Janeiro	1.172	239
Fevereiro	1.505	143
Março	1.863	149
Abril	2.082	94
Maio	957	78
Junho	2.751	152
Julho	1.366	245
Agosto	1.594	305
Setembro	1.074	278
Outubro	1.051	247
Novembro	923	276
Dezembro	911	211

Assim o total negociado no Brasil attingira 16.769.000 saccas em Santos e 2.417.000 no Rio de Janeiro ou .... 19.186.000 saccas no Brasil e 29.900.000 nos quatro mercados.

Em monographia publicada em fins de 1922 pelo Dr. Jacob Cavalcante, da Directoria Geral do Thesouro Nacional, se lê que a 7 de setembro de 1922 a divida externa do Brasil constava de dezeseis emprestimos inglezes num total de £..... 111.930.834 vencendo juros annuaes de £ 5.332.597, cinco francezes de frs. 322.249.500 exigindo um serviço de frs. 14.527.830 e dois americanos importando em 74.403.000 dollares com 5.649.740 de juros.

Se se dividisse o valor real dos emprestimos em circulação (1.244.416:604$444, ouro) e os respectivos juros e commissões annuaes (63.453:564$444, ouro) pela população total do Brasil, apurada no ultimo recenseamento (30.635.605 habitantes), verificar-se-ia que a cada brasileiro tocava a somma de 40$619, ouro, de capital e a de 2$071, ouro, de juros e commissões."

Assim, confrontando-se estes dados com os de muitas nações não eram os encargos do Brasil dos mais pesados.

O total da divida interna a 31 de dezembro de 1922 attingia 1.551.742:300$000.

As dividas dos Estados assim se discriminavam em contos de réis:

Estados	D. Externa	D. Interna	Totaes
S. Paulo	382.489	292.639	675.128:907$000
D. Federal . . .	308.953	266.136	575.091:859$000
Bahia	178.621	37.667	216.288:753$000
R. de Janeiro . .	167.811	23.778	190.590:081$000
Minas Geraes . .	82.935	58.988	141.924:064$000
Rio G. do Sul .	74.400	60.492	137.892:180$000
Pará	97.490	12.397	109.887:813$000
Amazonas . . .	63.055	38.545	102.210:813$000
Paraná	33.917	17.329	51.247:335$000
S. Catharina. . .	43.017	5.226	48.244:411$000
Pernambuco. . .	27.608	19.895	47.504:100$000
E. Santo.	27.808	—	27.808:000$000
Maranhão. . . .	11.376	2.545	13.921:800$000
Ceará	9.197	2.864	12.062:312$000
Alagoas.	8.803	973	9.776:956$000
Rio G. do Norte.	4.816	1.263	5.079:472$000

Sergipe.	—	4.708	4.708:200$000
Matto Grosso . .	—	1.137	1.137:000$000
Piauhy	—	157	157:000$000
Parahyba	—	3	3:000$000
Goyaz	—	—	—

O total da divida fundada de todos os Estados e do Districto Federal attingia a 2.371.664:056$000 ao cambio medio de 1922.

Fazendo notar quanto as despezas da União cresciam, de anno para anno, lembrava um articulista em fins de 1923 que o ultimo orçamento imperial consignava uma despeza de Rs. 153.148:442$000 e observava ainda que o desenvolvimento tomado após o 15 de novembro pelas despezas publicas, explicava-se por dois factores principaes, a inflação, deslocadora do valor nominal, elevando-o sem correspondencia real ao poder acquisitivo da moeda, e a ampliação do apparelhamento do Estado, ante o formidavel e, auspicioso augmento da riqueza publica do Brasil.

Assim, o total da despeza, com o augmento continuo dos ultimos annos, não revelava sómente a inflação, o excesso de gastos dos ultimos tempos, excesso que exigia a regularisação que se ia emprehendendo com tanto exito; mostrava tambem que o paiz progredia multiplicando-se-lhe a capacidade de trabalho. E ao mesmo tempo servia de indice de que os serviços da União se desdobravam com maior intensidade. A esta conclusão confirmavam outros indices demonstradores do progresso real brasileiro — maior peso e valor na exportação, maior rêde ferro-viaria, creação de rêde de estradas de rodagem de novo typo, maior tonelagem nos portos, augmento de producção, desenvolvimento dos orçamentos estaduaes, com excepção dos Estados amazonicos.

O Brasil trabalhava e produzia cada vez mais.

Haviam sido estes os valores da despeza total do paiz:

	Contos
1910	623.000
1915	689.000
1918	860.000
1920	1.249.000
1921	1.128.000
1922	1.005.000

O total das despezas dos treze exercicios de 1910 a 1922 subira a 11.109.000 contos de réis, e como a receita fôra, em igual periodo, de 7.929.000 houvera um deficit total de 3.172.000 contos de réis ou em média 244.000 contos annuaes, preenchidos por operações de creditos, apolices, emissões, dividas fluctuantes, depositos. Partindo de 1910 com o numero indice 100 para a arrecadação federal deste anno verificava-se que a depressão cambial prejudicara sensivelmente o aproveitamento da expansão da riqueza nacional.

Annos	Moeda Brasileira	Moeda Ingleza
1910.	100	100
1911.	111	160
1912.	111	110
1913.	125	123
1914.	80	72
1915.	77	50
1916.	91	67
1917.	95	75
1918.	102	81
1919.	116	104
1920.	164	157
1921.	164	84
1922.	171	76

A exportação brasileira subira sempre, no triennio, em tonelagem e valor.

	Exportação		Importação	
Annos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos
1921. . . .	1.919.421	1.709.722	2.578.210	1.689.839
1922. . . .	2.121.602	2.332.084	3.263.515	1.652.630
1923. . . .	2.230.400	3.297.033	3.575.872	2.267.159

Assim os saldos brasileiros haviam sido em:

	Contos de réis	Libras
1921.	19.883	622.000
1922.	679.454	19.937.000
1923.	1.026.593	22.571.000

O confronto destes diversos algarismos provava o grande saldo da balança mercantil brasileira necessario para reparar as crises anteriores. De facto, em 1913, verificara-se o deficit de 25.728 contos ou 1.715.000 libras, em 1920 de 338.222 contos ou 17.484.000 libras, em 1921 o deficit em libras de 1.881.000 com o saldo papel de 19.883 contos.

Só em 1922, entrara de novo o paiz no regimen de saldos; 679.545 contos ou 19.937.000 libras em 1922 1.026.593 contos ou 22.571.000 libras em 1923. Só em dois annos, no ultimo periodo de treze annos, conseguira o Brasil saldos maiores, em 1915 (23.865.000 esterlinos) e em 1919 (51.908.000 libras).

Assim, a politica inaugurada da regularisação financeira e do fomento da producção muito contribuira para a expansão do commercio exterior e da fortuna publica, apezar de outros factores desfavoraveis ainda não de todo eliminados.

A situação internacional servia para explicar tal progresso.

Ao commercio exterior da Grã-Bretanha ainda sobrecarregavam as consequencias da crise mundial. Continuava Londres a ser o entreposto maior da reexportação, de distribuição de transacções bancarias, commissarias e maritimas, e por isto o commercio inglez reflectia em grande parte, a situação de apathia de maior parte dos mercados do continente europeu e do resto do Globo. Os dados sobre o commercio exterior do Reino Unido demonstravam, entretanto, reajustamento promissor, augmento de relação internacionaes em confronto com o anno de 1922.

Louvou o *Retrospecto do Jornal do Commercio* para 1923, sobremaneira, a politica financeira do Presidente Arthur Bernardes e do seu ministro da Fazenda Dr. Raphael de A. Sampaio Vidal. Applicara-se este e com o maior desvelo a combater de todos os modos possiveis a evasão das rendas federaes que elle avaliara em 20 % da receita. Bastaria arrecadar este desvio para que desapparecesse o deficit. E os resultados haviam sido esplendidos. Assim entre 1922 e 1923 as differenças positivas tinham sido de 17.196 contos ouro e 124.440 papel.

A applicação do novo Codigo de Contabilidade "perfeita contabilidade por partidas dobradas" e a reforma das repartições fiscaes apresentavam promissoras perspectivas. E assim commentava o articulista:

Uma politica de arrecadação severa como esta, coincidindo com orçamentos de verdade, sem as autorizações perturbadoras das *caudas*, eliminará, por certo, o regimen de *deficits*, que tanto nos têm prejudicado e do qual vamos sahir.

Procurara o Governo Bernardes reduzir vultosamente a divida fluctuante, deixando de emittir papel-moeda, e ao mesmo tempo augmentara notavelmente a massa circulante da moeda divisionaria, cuja escassez sempre fôra e continuava a ser verdadeiro flagello do vastissimo interior brasileiro.

CAPITULO LII

Exposição do Presidente Arthur Bernardes ao Congresso Nacional, sobre as operações de defesa do café — Negociações com os banqueiros europeus — Modificação de clausulas contractuaes — Contestação apresentada pelo ex-presidente da Republica Dr. Epitacio Pessôa — Debates parlamentares

A 30 de setembro de 1923 publicou a *Gazeta de Noticias* uma entrevista a ella concedida pelo ex-presidente da Republica Dr. Epitacio Pessôa. Nella se defendeu o antigo chefe de estado dos ataques feitos á sua politica sobretudo a financeira.

Accusavam-no de haver dissipado o resultado do emprestimo de 50 milhões de dollares e o de nove milhões esterlinos destinado á valorisação do café.

Realmente assim se dera porque este dinherio se applicara á compra de 4.535.000 saccas de que a 15 de novembro de 1922 havia em stock 3.705.362. Assim o desfalque seria do preço das 829.638 saccas vendidas antes daquella data somma depositada na Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional em Londres para a acquisição dos titulos do emprestimo. Era falsa pois a allegação.

Outra accusação fora a emissão illegal e clandestina de uma lettra de 4 milhões esterlinos cuja applicação se ignorava. Explicou o Presidente que esta somma se gastara em compras de café; os 9 milhões esterlinos não haviam chegado para as operações de defesa.

Assumira o Brasil compromissos no valor de 13 milhões esterlinos e ó stock adquirido valia agora £ 15.800.000.

Da tribuna do Senado defendeu o senador parahybano Antonino Massa ao ex-presidente.

O caso da lettra dos quatro milhões esterlinos provocou acirrados debates. Seu vencimento fora a 28 de fevereiro de

1923 e o Thesouro Nacional a pagara com sacrificio dada a situação financeira do paiz lembrou o Senador Frontin, na sessão de 25 de outubro desse anno.

Estes fundos não haviam provindo do café cujo stock era de liquidação lenta. Reformara-se a lettra parcialmente para dois milhões venciveis a 31 de dezembro de 1923, e o Senador Irineu Machado pedira explicações sobre o caso.

Declarou o Senador Frontin que extranhava ter o Thesouro emittido a lettra e a entregue ao Banco do Brasil, com a declaração de que deveria ser saldada pelos lucros de venda do café quando no emtanto deixara de conservar o titulo em carteira. Não tinha de todo o direito de lhe haver dado outro destino.

Entretanto fora elle alvo de operações. Tomara o Thesouro cambiaes em fevereiro no valor de dois milhões esterlinos e mandara um representante á Europa para obter um emprestimo de dois milhões esterlinos, vencivel em 31 de dezembro de 1923.

Parecia ter havido operações de desconto de titulos e o Banco forçara o Thesouro ao pagamento dos compromissos.

Restava apurar como se poderia saldar o debito dos dois milhões no fim do anno e como os outros dois milhões haviam affectado as taxas cambiaes do paiz.

E como o Senador Luis Adolpho, de Matto Grosso, houvesse emittido duvidas se haveria ou não stock de café que garantisse a lettra seu collega Frontin lembrou que as ...... 1.750.000 saccas deviam valer actualmente cerca de 5 milhões esterlinos.

Explicou o Senador Ellis que em dezembro de 1922 a commissão de Finanças de que fazia parte, se achava absolutamente atordoada ante o reconhecimento de um deficit de 400 mil contos de réis.

Lembrara então a seus collegas uma parcella do activo que ainda não fora computado, os lucros das operações da segunda defesa do café. Soubera então que estes haviam sido despendidos.

A tal proposito reiterou o Senador Ellis os seus pontos de vista antigos relativos á conveniencia de uma emissão, em 1920, para a defesa da safra corrente.

Naquelle tempo o encarregado de liquidações de stock fora o Banco do Commercio e Industria de S. Paulo. Agora era a Brazil Warrants, a quem se "entregara o baralho para jogar com cartas marcadas."

A seu ver estava compromettidissimo o exito da terceira defesa.

A 20 de outubro de 1923 apresentou o Presidente Arthur Bernardes ás commissões de Finanças do Senado e da Camara uma exposição de motivos, provocada, ao seu dizer, pela exigencia da elaboração dos orçamentos para 1924 e o alarme publico ante a depressão da taxa cambial, alarme aliás injustificavel, proclamava-o.

Appellou para o patriotismo do Poder Legislativo que não só precisava cooperar com o Executivo no sentido da reducção das despesas publicas como ainda no de forçar a administração á economia.

Era seu intento dizer a inteira verdade sobre a situação financeira do paiz, fazer com que a contabilidade do Thesouro se puzesse em dia, pugnar pela verdade orçamentaria, promover a rigorosa arrecadação da receita, auxiliar o desenvolvimento economico do paiz apparelhando as estradas de ferro e Lloyd Brasileiro, fundar o Banco Central de Emissão e Redesconto, fechar a porta ás emissões do Thesouro abrindo valvulas á circulação dos depositos bancarios e dando grande extensão de credito ás industrias do paiz.

Não se podia deixar de levar em conta o onus dos juros de novos emprestimos da União, da Prefeitura do Districto Federal e dos Estados, influindo sobre a taxa cambial.

Fossem taes factores de debito, accrescidos dos não enumerados como os resultantes da natural retenção do *stock* da valorisação do café, garantidor do emprestimo de £ 9.000.000, cujos serviços de juros e amortização, eram pagos pelas vendas parciaes do referido *stock*. E não seria difficil encontrar as causas da baixa da taxa cambial.

Para defender o producto, vira-se o Governo forçado a retirar do mercado consideravel numero de saccas. Sendo o café a mais importante fonte de cambiaes, abastecedora do mercado para as necessidades monetarias do Exterior, era evidente que aquella fonte se restringira, porque as lettras della decorrentes haviam sido subtrahidas ás praças para serem remettidas directamente aos banqueiros por força contractual.

A entrada do ouro, procedente do emprestimo de £..... 9.000.000, beneficiara o cambio sob as taxas do anno do emprestimo, com prejuizo natural e manifesto das de 1923.

Sendo superior a 5.000.000 o numero de saccas adquiridas pelo Governo, não podia deixar de ser grande a influencia da operação que elevando as taxas no anno do emprestimo,

tornara-as baixas quando o genero passara a ser vendido sem fornecer cambiaes ao mercado.

Estava o paiz em deficit quando ás contas internacionaes. No quatriennio 1919-1922 regulara um saldo negativo de £ 33.620.000. Isto quanto á parcella visivel que a invisivel era enorme não podendo ser determinada com segurança. Nella avultava o valor de mercadorias entradas por contrabando, remessas das colonias extrangeiras, á vista de grande queda da lira, do franco, do escudo a especulação sobre o marco. Só esta se avaliava em £ 8.000.000! resgate de emprestimos estaduaes como os de Minas Geraes e Espirito Santo, municipaes e muitas compras de ouro da producção brasileira, etc.

As condições contractuaes relativas ao emprestimo da defesa mostravam-se onerosas. Explicava o presidente que enviara a Londres um emissario especial para tratar do caso.

Levara este emissario, tambem, a incumbencia de promover duas modificações no contracto dos 9.000.000 esterlinos, a 2 de maio de 1922.

Feito para liquidar as operações de menor prazo, destinadas á compra de café, tal contracto encerrava duas clausulas que ao Governo pareciam onerosas. Prohibia uma dellas, em absoluto, e em quanto houvesse um titulo de divida em circulação, isto é, por espaço de dez annos, toda e qualquer operação de defesa que não se realizasse por intermedio do *Comité* ou, antes de uma casa commissaria que o representantasse.

A outra clausula estabelecia que só depois de dez annos poderia o emprestimo ser resgatado, ficando o producto das vendas depositado em poder dos banqueiros para ser applicado ao resgate da divida em 1932. Pagaria o Brasil, durante este tempo, os juros de 7 ½ % ao anno, quando recebia apenas 3 % de juros pelo deposito do dinheiro proveniente das vendas. Sendo taes clausulas sobremodo prejudiciaes aos interesses do paiz, fora o emissario a Londres tambem pleitear a alteração contractual.

Conseguira o Governo Brasileiro o que desejava, ficando o paiz livre para cuidar, por si, da defesa do café e habilitado a liquidar, sem a demora dos dez annos, o emprestimo de 9 milhões, que até o fim de 1923 se poderia resgatar.

Allegou o presidente quanto encontrava a boa vontade dos banqueiros.

A casa Rothschild promettera fazer o possivel para renovar as difficuldades relativas ao contracto, havendo probabilidades de se obter adeantamento de fundos mediante promessa de reembolso pelo saldo dos lucros da operação.

Coroara-se de exito a missão especial e o Ministro da Fazenda, Dr. Sampaio Vidal, explicou ao publico o que se dera em nota que no tempo causou grande impressão.

Noticiando o resultado favoravel da missão especial explicou o ministro que em face das ponderações justas e dos esforços do emissario do Governo Brasileiro haviam os banqueiros reunidos, depois de successivas conferencias, resolvido annuir aos desejos do Governo, levantando a prohibição constante da clausula 12.ª do contracto e 4.ª da Obrigação Geral. Ficara pois, o Governo livre de intervir no mercado de café para defendel-o com a restricção apenas de não vender o novo *stock* que por ventura formasse senão depois de liquidado o do contracto dos nove milhões esterlinos.

Outrosim acordou-se tornar-se praticavel o resgate do debito antes de dez annos para liquidação immediata deste *stock*, como se estava fazendo.

A tal proposito affirmou-se que já o contracto autorizava a compra dos titulos e até o emprego do producto do café, na sua acquisição, ponto que não fora objecto de contestação. Mas não era possivel a compra de titulos sem fundo especial para este fim. Ora pelos termos contractuaes deviam as vendas ser de 453.000 saccas annuaes, o que deveria bastar ao pagamento de juros e despezas. Podiam ser augmentadas estas vendas, mas só por deliberação exclusiva do Comité. E este não tinha interesse em apressar a liquidação.

Fora este o ponto relevante do resultado da actuação do Governo Bernardes por intermedio do seu emissario. Conseguira dos banqueiros a liquidação immediata do *stock* o que já se estava fazendo e operação prestes a ser concluida.

Tornara-se, pois, praticavel a compra de titulos, o que já se fizera em quantidade consideravel, evitando-se assim a situação prejudicial de uma liquidação lenta do *stock* que por dez annos se poderia protelar.

Ao mesmo tempo cumpria lembrar que se accentuara, como ponto capital, a divergencia entre os textos publicados na famosa clausula 12.ª de 1922, dando-se a esta nova redacção definitiva. Onde se lera "não autorizará qualquer novo plano de valorisação" passara a ser o texto o "Governo empregará os seus melhores esforços no sentido de evitar que seja creado novo plano de valorisação de café."

Esta mudança de redacção não alterava a substancia das prohibições expressamente consignada nas clausulas do contracto, porque, com uma ou outra forma, bem ponderara o ex-Ministro da Fazenda, Dr. Homero Baptista, "tal coisa esca-

pava a competencia do Executivo, pois o Congresso poderia legislar sobre o assumpto de modo contrario."

Conseguindo dos banqueiros as alterações do contracto, readquirira o Governo liberdade de acção na defesa do café tornando praticavel o resgate antecipado do emprestimo de 9 milhões de libras."

Pela imprensa, commentou as allegações do Ministro da Fazenda o ex-Presidente Epitacio Pessôa, a defender a actuação do seu governo de que resultara o primitivo contracto. Longa carta escreveu publicada no *Jornal do Commercio* a 26 de outubro de 1923 em que trancreveu varios documentos officiaes e particulares.

Interpretando a clausula 12.ª objecto da controversia sustentou que segundo a redacção primitiva em nada ficara o Governo Brasileiro peiado para resgatar o emprestimo quando bem quizesse, sem o limite do prazo de dez annos, ou qualquer outro.

Assim sendo, a intervenção do emissario do Governo Bernardes não tivera neste ponto objectivo. Ao argumento de que o producto da venda do café não podia ser applicado na compra de obrigações do emprestimo, porque tal coisa dependia das possibilidades de acquisição dos titulos, os quaes não se achavam na praça a disposição do Governo, não cabia procedencia alguma. Assim o provava a propria nota do Ministerio da Fazenda, ao contar que já se haviam comprado titulos em quantidade tão consideravel que a liquidação estava prestes a ser concluida.

Continuando a defender-se objectou o ex-presidente que cumpria notar que nada impedia, no contracto, a venda de todo o café em um ou mais annos. O que estipulava era apenas o minimo a ser vendido.

A clausula relativa á venda annual de 453.500 saccas tambem não obstava o resgate do emprestimo antes de passado o decennio.

Tal algarismo representava um minimo e não um maximo, como tanto provava a circumstancia de que o contracto fora assignado a 2 de maio e elle presidente deixara o Governo a 15 de novembro de 1922. Neste curto periodo de seis mezes e meio, no emtanto o seu Governo vendera 829.639 saccas, quasi o duplo daquella cifra.

Assim affirmou o Dr. Epitacio Pessôa:

"Pelo contracto primitivo, o Governo era livre de intervir no mercado para defender o café, uma vez que se sujei-

tasse á mesma condição acceita pelo emissario do Governo seu successor, isto é desde que se obrigasse a não vender o novo *stock* senão depois de liquidado o do emprestimo.

Pelo contracto primitivo o Governo era livre de resgatar o emprestimo desde o momento que quizesse.

Por conseguinte para remover clausulas inconvenientes do contracto fora a ida do emissario a Londres desnecessaria.

Terminando, poz o ex-presidente á disposição dos seus contradictores, o exame dos documentos todos a que se referira.

O Dr. Custodio Coelho, antigo delegado do Governo Brasileiro no comité de valorisação contestou a affirmativa do Presidente Bernardes.

Não era exacto que o Governo passado se houvesse obrigado a não fazer outra valorisação. O que o contracto resava na clausula 12.ª vinha a ser que o Governo Brasileiro empregaria os melhores esforços no sentido de evitar que se creasse novo plano valorisador. Não era obrigação juridica, e sim apenas emprego de bons officios, tão em uso nos contractos do Governo Federal, quando se tratava de actos da alçada dos Estados ou Municipios. E tal fim collimava não expor a valorisação promovida pelo Governo a fatal desastre, como aconteceria se outro grande stock se formasse ao lado do adquirido servindo da garantia do emprestimo levantado.

Ao Dr. Coelho contestou por sua vez o Ministro da Fazenda:

A clausula em apreço não traduzia o que o seu contestante affirmara. Resava: emquanto existir em circulação qualquer das ditas obrigações e salvo o disposto na clausula 9.ª, o Governo abster-se-á de comprar directa ou indirectamente, sem o prévio consentimento do *Comité*, dado por escripto, qualquer café, assim como não *autorizará qualquer novo plano de valorisação ou defesa relacionada com o café...*"

Intervindo a seu turno no debate, defendeu-se o presidente de 1918-1922.

"Esta linguagem imperativa era, com effeito, para os homens de bôa fé, a prova de que o meu Governo não se obrigara simplesmente a *empregar os seus esforços* no sentido de evitar que fosse criado novo *plano*, emquanto existisse em circulação qualquer das obrigações do emprestimo, como affirmara o Ministro."

Largo debate se estabeleceu então entre o Dr. Epitacio Pessoa e o orgão officioso *O Paiz* e depois o proprio Ministro da Fazenda.

Affirmou peremptorio e solemnemente o ex-presidente que a verdade se achava expressa pelo Dr. Custodio Coelho, adduzindo a documentação relativa a redacção do contracto. E ao mesmo tempo accusou o secretario de Estado de votar a maior ogerisa ao comité de valorisação e ao governo do quatriennio passado a quem irrogara haver beneficiado escandalosamente a Brasilian Warrant Company quando tal de todo não se dera.

Em seu *Pela Verdade,* tambem revidou o Presidente Pessôa a accusação a seu governo feita pelo Ministro Sampaio Vidal, ao affirmar este secretario de estado que do emprestimo de nove milhões esterlinos, destinados á valorisação, nada mais restava.

Defendendo-se explicou o ex-presidente que das .... 8.325.000 libras ou 278.587:800$000 do producto liquido do emprestimo comprara 4.535.000 saccas. Ao deixar o governo haviam sido vendidas 829.638.

A differença seria pois apenas a que se referia a esta venda. Mas assim mesmo ahi havia inexactidão, pois o preço do café fôra todo depositado em Londres de accordo com as clausulas do contracto, e applicado á acquisição de titulos de emprestimo. O seu Governo, portanto, não se utilizara nem podia utilizar-se de tal somma.

Achava-se pois o emprestimo perfeitamente caucionado pelos titulos resgatados e as 3.705.362 saccas dos depositos do Brasil.

A 22 de outubro de 1923 á camara lia o deputado do Rio Grande do Sul, Dr. Octavio Rocha, a exposição do Presidente Bernardes e commentou-a.

Lembrou que já tivera o ensejo de attribuir a baixa cambial á retenção do café, entre outras causas, politicas e financeiras.

Contestava que tal queda se devesse exclusivamente ao desequilibrio da balança internacional brasileira.

Combatia não a terceira defesa do café, mas como todos sabiam e sim as emissões que a seu proposito se projectavam.

E reconhecia que se attribuira a defesa do producto onus de outras coisas que nada tinham que ver com o caso. A defesa absorvera 13 milhões esterlinos e o stock adquirido valia de 15 a 16 milhões.

O deputado paulista Dr. A. C. de Salles Junior lembrou que se dera grande elevação do valor do producto em ouro e papel.

A' retenção do stock não se podia attribuir a baixa cambial. Se até para a sua acquisição haviam entrado quatro milhões esterlinos no paiz!

Era censuravel continuava o deputado riograndense que o governo Epitacio não houvesse empregado o producto do emprestimo de nove milhões e as emissões da Carteira de Redesconto feitas, para a compra de café. O emprestimo dos 9 milhões devia ser de curto praso, por se destinar a operações de warrantagem; entretanto previam-se prasos de registro de lettras de café, attingindo dez annos.

Além disto errara o governo marcando o praso de vencimento da lettra de quatro milhões para uma época muito impropria, fevereiro, quando nas praças brasileiras ainda não havia coberturas.

Proseguindo a sua analyse deixou o Dr. Octavio Rocha bem claro que considerava sobremodo proficuas as operações de defesa do café. Se houvesse havido criterio por parte do governo transacto ellas se teriam realizado com grande exito e o cambio na peior hypothese andaria agora pela casa dos dez dinheiros por mil réis.

Na sessão de 23 de outubro o Dr. Octavio Rocha analysou a defesa que o Dr. Custodio Coelho fizera, pela imprensa, de sua actuação como director que fora da Carteira Cambial do Banco do Brasil.

Allegara este que o facto do Governo Epitacio Pessôa haver entregue os destinos do mercado cafeeiro durante dez annos, a um comité e a uma casa commissaria se fundava nos ensinamentos das operações anteriores e nos precedentes dos governos paulistas.

O emprestimo dos nove milhões visava estabelecer uma base ouro para a defesa do café afim de se neutralizar a escassez da exportação pela retenção do café, com os saques emittidos contra o emprestimo.

A valorisação como a ideiara e executara o Dr. E. Pessôa além de dar ao paiz cerca de dois milhões de contos de réis de lucros ao paiz não acarretaria deficit algum ao Thesouro. O proprio governo actual o reconhecia e proclamava.

A baixa cambial se devia a excessivas restricções da exportação do café, á emissão transbordante do papel-moeda e ás illimitadas importações sumptuarias e superfluas.

Declarara o Dr. Custodio Coelho que o actual ministro da Fazenda tinha a sua politica assente nas emissões do papel moeda, no aviltamento do mil réis e na creação de preços artificiaes para o café.

Respondendo ao Dr. Coelho accusou-o o deputado Octavio Rocha de haver realizado operação financeira desastrosa, graças ás condições do emprestimo de nove milhões e da época do vencimento da lettra de quatro milhões. Contribuira isto e muito para que o cambio cahisse a quatro pence por mil réis. O largo praso prendera em Londres as lettras de café não permittindo que com ellas jogasse a praça para coberturas. O papel-moeda não fora resgatado. Toda a valorisação se fizera com papel por intermedio da Carteira de Redesconto cuja emissão não se resgatara absolutamente affirmava-o.

Quanto á lettra de quatro milhões ella se applicara não a compras de café e sim a differenças cambiaes.

Assim queria a Camara senão exigia explicações cabaes a tal respeito.

Acirrada discussão se abriu na Camara entre os defensores e atacantes do governo transacto.

A imprensa vieram os ex-ministros do presidente Epitacio entre outros o da Fazenda Dr. Homero Baptista, a esclarecer a situação em que deixara a sua pasta.

Ao se debater em discussão unica o requerimento apresentado á Camara pelo deputado Octavio Rocha sobre as condições do contracto das £ 9 milhões para a valorisação e o destino da lettra de £ 4 milhões houve enorme debate subindo á tribuna o deputado Tavares Cavalcante em defesa do governo transacto. Vehementemente se viu aparteado pelo seu collega do Rio Grande do Sul que continuou a bater a tecla de que o Dr. C. Coelho não podia ter a minima razão quando affirmara ser possivel ao governo resgatar a lettra dos 4 milhões com os lucros do café. A este atacou de modo violento.

Na sessão de 26 de outubro analysou o Dr. Tavares Cavalcante a exposição do presidente Pessoa. Recordou que o Dr. Coelho affirmara haver conservado a lettra em carteira até a data de 14 de novembro de 1922, dia ultimo do governo Epitacio.

Não havia necessidade da antecipação do seu pagamento.

A 27 voltava o deputado Octavio Rocha á tribuna contestando o Dr. Coelho. O governo Bernardes nada fizera com a lettra, nem isto vinha ao caso. Apenas a pagara, na data do vencimento, e com grandes sacrificios. Contestava in totum as asserções do seu contradictado quando affirmara que a valorisação Epitacio se fizera em base ouro e a presente por meio de emissões de papel-moeda e a creação de preços artificiaes.

Ninguem ignorava que as compras feitas pelo conde Si-

ciliano haviam sido realizadas por meio de emissões da Carteira de Redesconto, por meio de papel, portanto.

A defesa actual fundava-se em principios sadios: a regularisação da offerta, possivel com a existencia dos armazens reguladores e intervenção opportuna do Instituto de Defesa Permanente do Café.

Na sessão de 29 de outubro o deputado Tavares Cavalcanti analysava as declarações do Dr. Homero Baptista, defendendo a actuação do Governo Epitacio Pessôa.

Na sessão de 31 de outubro transmittia o Governo á Camara a copia do contracto do emprestimo de £ 9 milhões, declarando ao mesmo tempo que a lettra de 4 milhões se emitira a 30 de outubro de 1922.

A 31 o deputado Tavares Cavalcanti expoz a defesa do presidente Pessôa contradictando as asserções do novo ministro da Fazenda relativas a clausula nona do contracto que em outro lugar expuzemos.

Pouco antes, na sessão de 23 de outubro, o deputado paranaense Dr. Martins Franco, expuzera os progressos da cafeicultura do Paraná onde, asseverou, existirem pelo menos 100.000 km. quadrados de terras perfeitamente proprias á cultura da rubiacea, terras roxas de primeira ordem de enorme producção e onde havia grandes cafesaes sobretudo de agricultores paulistas.

Na sessão de 3 de novembro de 1923 commentava o Dr. Octavio Rocha o contracto dos nove milhões esterlinos, analysando os termos da explicação do Presidente da Republica.

A seu ver demonstrara o Presidente do modo mais exuberante que o deficit da balança internacional brasileira de 1919 a 1922 excedera de cincoenta milhões esterlinos. Vira-se o governo obrigado a pagar treze milhões em 1923 de compromissos do quatriennio passado e para o vencimento da letra de quatro milhões ainda tivera de saccar para o Exterior o que aggravara immenso a situação cambial.

Reportando-se ao caso da modificação das duas clausulas do contracto dos nove milhões esterlinos, extranhou o deputado riograndense que o Dr. Custodio Coelho tão aspero se houvesse mostrado para com o governo da Republica desmentindo a exposição official.

Agora era o ex-presidente quem contestava o seu successor.

Analysando a clausula duodecima do contracto expendeu o Dr. O. Rocha a opinião de que o ex-presidente teria alterado a sua redacção de modo a não deixar dependente da exis-

tencia de qualquer titulo em circulação do emprestimo a compra directa ou indirecta do café, sem previo conhecimento do comité, dado por escripto.

Toda a gente sabia que se o Governo Federal desautorisasse qualquer operação de defesa esta não lograria exito.

A clausula 12 se conjugava á setima que prendia o governo á obrigação de só poder resgatar as obrigações, total ou parcialmente a partir de 1.º de outubro de 1932.

A combinação das duas clausulas dava a cada commissario o direito de controlar o mercado do café brasileiro, pelo praso de dez annos. Bastaria que retivesse uma obrigação para impedir a compra de qualquer café sem previo consentimento escripto do comité. Ao mesmo tempo ficaria o Governo obrigado a empregar o seu melhor esforço no sentido de evitar a creação de um novo plano de defesa, quiçá opportuna ou até imposta pelas circumstancias.

Era logico que o novo plano não poderia ser levado a effeito, mau grado toda a pujança financeira de S. Paulo, se o Governo Federal tornasse publico que estava forçado a impedil-o com todo o seu poder e prestigio.

O mecanismo para amortizar as obrigações cuja extincção constituia o unico meio do paiz se desonerar do monopolio do café pela firma commissaria era defeituoso. Podia o possuidor de titulos recusar-se a vendel-os coisa que ficaria inteiramente ao seu arbitrio.

O ex-presidente argumentava tambem com o minimo fixado em 453.500 saccas, dizendo que este minimo não importava porque acima delle podia vender quanto quizesse.

Mas a clausula segunda contractual dizia que além das 453.000 saccas annuaes haveria uma quantidade addicional capaz de proporcionar a provisão de uma quantidade sufficiente para occorrer ao pagamento dos juros de um anno das obrigações em circulação.

Acorrentava elle o negocio do café ao comité, a quem se conferia a faculdade ao seu arbitrio, de restringir as vendas em qualquer anno quando a quantidade média houvesse sido superior ao minimo estipulado.

Ao comité se attribuia o papel do leão na partilha. Cahia-lhe fazer o jogo como melhor entendesse. A esta asserção contestou o deputado Tavares Cavalcanti.

Retrucando synthetisou o deputado Rocha que a seu ver o emprestimo dos nove milhões fora altamente prejudicial á economia nacional porque "dizer café era dizer balança com-

mercial do paiz" conteria de facto um monopolio por dez annos do principal producto de exportação brasileira.

Reconheceu a boa fé do ex-presidente, a lealdade de sua exposição, mas era forçoso que o Presidente A. Bernardes prestara um serviço ao Brasil renovando o contracto como fizera, e libertando a Nação do controle sobre o genero principal da exportação do paiz.

Abstinha-se de julgar o caso da lettra por insufficiencia de dados até então divulgados.

Respondendo ao deputado Octavio Rocha procurou o deputado Tavares Cavalcanti, a defender o governo transacto, demonstrar que se poderia vender por anno mais de 453.000 saccas do stock da valorisação. A clausula malsinada visara apenas assegurar as condições do Governo para garantir a sua posição.

Em summa podia-se dizer que o Governo Epitacio Pessôa prestara enorme serviço ao paiz com o seu contracto de valorisação.

Ninguem o poderia contestar. Se a tal ajuste conseguira melhorar o novo governo era o caso de se lhe dar parabens.

Reflectiu-se o incidente parlamentar de modo rumoroso na imprensa embora de modo elevado.

Assim o *Jornal do Commercio* de dois de novembro de 1923 em artigo muito commentado declarava que se indubitavelmente o novo governo melhorara e muito as condições do contracto primitivo era da mais inteira justiça proclamar-se a lisura do procedimento da presidencia passado.

Apenas procurara o Presidente Bernardes adquirir a inteira liberdade de acção nas operações de defesa do café, tolhidas pela clausula primitiva do ajuste.

O *Paiz* do dia anterior, affirmara que graças aos esforços do emissario do Governo Sr. Numa de Oliveira, passara o Governo do Brasil a gozar de plena liberdade de comprar e vender café, liberdade que attingia até o proprio stock em poder dos banqueiros.

Obtivera ainda a faculdade de liquidar o emprestimo quando lhe aprouvesse, o que o contracto primitivo lhe denegava.

Na sessão de onze de dezembro de 1923, chamava o deputado paulista Dr. Antonio P. do Amaral Carvalho a attenção dos seus pares para as ideias do Sr. Donato Martins, fazendeiro e commissario de café em Santos, ideias que declarou muito aproveitaveis e apresentando-as ao estudo da commissão de Agricultura e Commercio.

A safra de 1923-1924 representava 2.100.000 contos de réis, superior ao total do meio circulante do paiz. Esperavam todos o encetamento das operações do apparelho defensor do café.

Dezesete milhões de saccas se annunciava para a safra corrente e de 10 a 11 para a seguinte.

Era preciso que a defesa do café tivesse uma base em ouro. Libras 3 por sacca ou ao cambio de 12 d. dez mil réis por dez kilos. O consumo pagava sem relutancia 12 cents por libra de grão, ou cerca de 15 dollares por sacca de 60 kilos comprados no Brasil por sessenta mil réis. Restava pois grande margem ao negociante.

Transcreveu o deputado Carvalho um quadro interessante feito por um *roaster* de Nova York sobre as oscillações dos preços.

Quinze cents por libra era o resultado de grandes reducções de safra, 13 bom negocio para os productores. A 12, comprasse o negociante o estricto necessario ao seu negocio, 10 conservasse o stock inalteravel, 9 bom negocio para torradores, 8 comprasse a todo o panno *como emprego de capital.*

De £ 3 precisava ser o preço da sacca ou 12 cents. por libra peso, typo 4 *good bean good roast* £ 2.10.0 para o typo 4 da Bolsa.

Não era muito. De 1911 a 1913 subira a sacca a £ 3.10.0. A exportação podia fixar-se em 40 por cento de café finos, 20 do typo de Bolsa e 40 de qualidades baixas. Os cafés abaixo do typo 6 ficavam inteiramente entregues á lei da offerta e da procura.

A limitação da entrada impunha-se em absoluto, Sempre que houvesse excesso de typos de exportação o Governo começaria a adquiril-os até completar o stock de defesa, occasião em que trancaria as entradas. Este limite deveria ser vigorosamente estudado e alvitrado.

Parecia conveniente fixal-o em 35.000 saccas para Santos e 12.000 para o Rio de Janeiro. O stock regulador da defesa podia ser de 400.000 saccas para Santos e 100.000 para o Rio.

Se houvesse grande procura para cafés finos, molles e de torração dever-se-ia facultar a entrada de taes partidas. Cessando a procura cessasse tambem a entrada até se formar o stock valorisador.

O maximo do armazenavel seria 2.000.000 de saccas para Santos e 600.000 para o Rio. Attingido o limite ficariam totalmente suspensas as entradas.

Estabelecia o projecto Martins uma escala de preços segundo a variação cambial, de 1.000 a 2.180 réis por kilo entre as taxas 12 e 5 ½ dinheiros ou por sacca de 130.800 a 60.000 réis.

Fixado o cambio a 12 d. por mil réis, poder-se-ia tambem fazel-o em relação ao preço minimo do café.

O Banco do Brasil e os demais estabelecimentos de credito financiariam as operações.

As operações da acquisição do café em ouro poderiam realizar-se por meio do emprestimo em ouro ou por emissão de papel-moeda conversivel em ouro ao cambio de 12 ou ainda pela emissão de titulos negociaveis do Thesouro Federal em soberanos garantidos pelo café comprado, de acceitação obrigatoria nas Alfandegas e Recebedorias.

Deste projecto recommendado pelo deputado A. Carvalho á consideração da Camara, não encontramos écos nos annaes parlamentares de 1923.

CAPITULO LIII

Exposição ao Congresso Paulista em 1923 pelo presidente do Estado Dr. Washington Luis Pereira de Souza sobre a situação cafeeira — Novo regulamento para a Bolsa de café de Santos — Mensagem do presidente de Minas Geraes Dr. Raul Soares de Moura ao Congresso estadual — Situação do café em Minas

Na mensagem presidencial paulista de 1923 lembrou o Presidente Washington Luis que a base da cobrança do imposto de exportação, nove por cento *ad valorem* fôra elevada de setecentos réis para mil réis. Dahi a grande exportação dos ultimos mezes de 1922 para se evitar a majoração do imposto, que começara a vigorar a 1.º de janeiro de 1923.

O total das despezas de capatazia ($300) carreto ($350) carga e descarga ($120), embarque ($100), sobretaxa de cinco francos ($168) e saccaria nova (2$400) mantivera-se inalteravel nos quatro exercicios de 1919 a 1922 e num total de 10$218.

Emquanto isto o valor da sacca súbira muito em 1922 como se vê do quadro apresentado:

		Libras
1919	88$200	5-18
1920	66$750	4-16
1921	77$320	2-18
1922	118$326	3-15

O que demonstrava a depressão cambial.

Os preços do decennio em Santos haviam sido:

Annos	Réis	Libras	Saccas
1913 . . .	47.706	3- 4	10.229.245
1914 . . .	41.219	2-10	8.493.557
1915 . . .	37.435	1-19	12.119.741
1916 . . .	45.936	2- 6	9.943.158
1917 . . .	42.927	2- 5	7.845.089
1918 . . .	49.784	2-14	5.390.913
1919 . . .	100.418	5-18	9.426.335
1920 . . .	79.162	4-16	8.480.887
1921 . . .	86.810	2-18	8.770.042
1922 . . .	128.665	3-15	8.329.729

Analysando estes numeros fez ver o Presidente W. Luis quanto a depressão cambial diminuira o superavit do café na balança commercial brasileira. Se se houvesse mantido por exemplo a taxa de 1919 receberia a economia brasileira mais £ 17.568.954 do que as £ 31.576.447 que o café rendera.

Desde 1913, o preço baixara, de £ 3,4 até o miseravel nivel de £ 1,19 dos primeiros e assombrados momentos da conflagração mundial, conservando-se, entretanto, na casa de £ 2 e fracção até que se fizera a protecção do producto, com o consorcio federal e estadual de 1917, para a compra de ..... 3.000.000 de saccas, operação excellente mas ajudada primacialmente pela grande geada de 1918.

Subira o preço rapidamente a £ 5,18; mas, logo, com a venda dos 3 milhões da intervenção, baixara, em 1920, a £ 4,16; e com o supprimento completo e previo dos mercados de consumo, não tendo sido possivel continuar a intervenção, chegara a £ 2 e fracção á casa vil dos tempos da guerra. Fizera-se sentir terrivelmente sobre a agricultura, não obstante a baixa do cambio ter dado mais illusorios preço nesse exercicio do que nos de 1915 a 1918.

Operada a intervenção federal, em 1922, por se ter verificado que a questão era vital para os interesses do paiz, subira o preço a £ 3,15, quasi como em 1913, mas ainda menos do que em 1919 e em 1920, mau grado a miragem descompassada da depreciação cambial.

Não obstante a massa de réis, o preço £ 3,15, em 1922 não hombreava com o de £ 5,18 de 1919, nem mesmo com o de £ 4,16 de 1920, annos que, por muito proximos ainda se mantinham vivos na memoria da Lavoura.

Era esta a lição dos algarismos a convencer de que a sorte do principal producto nacional, não deveria ficar depen-

dente de bruscas intervenções commerciaes nem exposta aos azares de inconsequentes vendas em massa.

Fora por isto organizado o apparelho para a defesa permanente do genero, legalizada pelo Decreto de 22 de junho de 1922.

O que se tornava imperioso e era esta a vantagem primordial do apparelho permanente, vinha a ser não se fazer sentir a acção depois do apparecimento das baixas, porque então os prejuizos seriam grandes e os sacrificios inevitaveis.

Os productos do Brasil não estavam em exagerada alta. Queria isto dizer que precisavam mais do que em qualquer época, da attenção dos poderes publicos, para o amparo indispensavel e prudente, previsto nas leis, attendendo-se á fraqueza das praças nacionaes sob aspecto do credito.

A propaganda do café continuava no Japão mas com resultados bem pouco brilhantes, o imperio mikadal não consumia ainda dez mil saccas das quaes 67 por cento brasileiras.

Por decreto de 3 de julho de 1923 deu o presidente do Estado de S. Paulo, Dr. Washington Luis P. de Souza, novo regulamento á Camara Syndical dos Corretores de Café de Santos cujos dispositivos principaes foram os seguintes:

As operações de compra e venda de café, a termo só poderiam realizar-se na Bolsa do Café, e durante as reuniões officiaes duas vezes, nos dias uteis, começando ás 10 ½ e ás 16 horas.

Só estas operações, e á hora official, iniciadas e fechadas pela forma prescripta, poderiam ser declaradas na Bolsa de Café e registradas na Caixa de Liquidação.

Só poderiam ser feitas em nome e por conta de firmas commerciaes que tivessem por objecto o negocio de café, fizessem parte da Associação Commercial de Santos, estivessem registradas na Junta Commercial e inscriptas nos respectivos livros da Bolsa, tudo na proporção do capital das firmas e suas transacções.

Ficava prohibido ao corretor operar representando, ao mesmo tempo, compradores e vendedores.

O Presidente da Bolsa poderia recusar inscripção no livro de notas da Bolsa, ás firmas commerciaes que se constituissem unicamente para o jogo, a termo; havendo porém desta decisão recurso, sem effeito suspensivo, para a Camara Syndical.

As firmas commerciaes acaso infractoras do regulamento seriam primeiramente prevenidas por escripto pelo Presidente da Bolsa, e tendo em reincidencia os nomes cancellados nos

livros de inscripção da mesma. Ficariam prohibidas de operar a termo e pelo prazo de dois a seis mezes.

Os corretores convictos de infracção seriam suspensos por dois a seis mezes pelo Presidente da Bolsa, com recurso, sem effeito suspensivo, interposto dentro de cinco dias para o Governo do Estado pela Secretaria da Fazenda. Julgaria esta o caso á vista das allegações dos interessados e das informações do Presidente da Bolsa da Camara Syndical e Associação Commercial.

O deposito inicial, na Caixa de Liquidação, para as operações a termo ficava elevado a um minimo de 12:000$000.

Da decisão dos peritos sobre classificação dos cafés, caberia, recurso para o Presidente da Bolsa. Este o encaminharia com todas as allegações, provas e informações, ao Governo do Estado, pela Secretaria da Fazenda, para o unico effeito da demissão, a bem do serviço publico, dos peritos que por qualquer razão, houvessem feito classificação viciada ou errada.

Dirigindo-se ao congresso de Minas Geraes em 1923, explanou o Dr. Raul Soares de Moura em sua mensagem presidencial quanto o café, que durante a guerra européa e no periodo immediatamente posterior, alcançara preços compensadores, entrara a experimentar nos mercados externos baixa em progressão mais rapida do que a que podia ser compensada pelo alteamento do preço interno, proveniente da depreciação da moeda nacional.

Esta crise se explicava pela retracção nos Estados Unidos do credito por parte do Federal Reserve Bank.

Haviam se elevado as taxas de desconto impedindo a retenção dos stocks existentes e a formação de novos.

Ao mesmo tempo, o declinio do cambio, dissimulando a depreciação do producto, entibiara a resistencia do mercado interno a ponto de provocar a intervenção official da União, á qual Minas Geraes prestara, á medida de seus recursos, a coadjuvação solicitada.

Mas, para executar a defesa do café com o fito de se conseguirem na Europa e nos Estados Unidos, preços quando muito razoaveis, necessario fôra que o preço interno se alteasse até attingir, senão ultrapassar, a capacidade acquisitiva do consumidor nacional, das classes menos providas de recursos.

Se este facto viesse a acarretar a reducção do consumo do café, em vez do alargamento, que seria o recurso natural e defesa do producto, provaria apenas a difficuldade da solução do problema.

Fazia o presidente notar que a proposito desta havia entre os entendidos numerosas divergencias.

Os preços por sacca passando por fortissimas oscillações, haviam sido em:

1920	88$000	£ 6-10
1921	59$000	£ 2-7
1922	105$000	£ 3-6

Notavelmente perdera portanto do poder acquisitivo. Agora em 1923 attingira 147$000.

Observava o Dr. Raul S. de Moura a mostrar o perigo das cotações muito altas que o problema do café, constituia uma equação economica, cujos termos vinham a ser o productor e o consumidor, ambos com interesses igualmente attendiveis.

Baixasse o preço da mercadoria, e ficaria desalentada a producção. Se se deprimisse um tanto mais, estancar-se-ia. Do mesmo modo em relação ao consumidor. Se se alteasse o preço do genero, tornar-se-ia inaccessivel á bolsa do povo. Se ainda subisse começaria a escassear a freguezia mediana. Se passasse a categoria de artigo de luxo, só teria a reduzida clientela dos abastados O alto preço da borracha da Amazonia aniquilara quasi esta riqueza nacional, suscitando-lhe a concurrencia irremediavel das plantações anglo-asiaticas.

A area productora de café dilatava-se por trez continentes em grande extensão. Era certo que no Brasil a cultura encontrava condições mesologicas inegualaveis alhures. Em compensação, regiões existiam na America e outros continentes, onde tanto o braço como o transporte eram consideravelmente mais baratos. Desde que se mantivesse o preço estabilizado em alto nivel, o concurrente externo não deixaria de adoptar, para com o café, o processo applicado á borracha.

Verdade era que num mercado excepcionalmente forte como o dos Estados Unidos e pelo prazo de meio seculo, de 1870 a 1920, vira-se o consumo annuo de café dobrar *per capita,* passar de 5 libras a 12,78, ao passo que o do chá retrocedera de 1,1 a 0,84.

Dependia a sorte da industria cafeeira do resultado da luta entre a producção e o consumo. Se aquella se distanciasse desta, voltariam os maus dias e o desapparecimento dos concurrentes mais fracos.

Estendeu-se o presidente em suas reflexões, porque lembrou-o representava o café metade do valor da exportação mineira e os seus direitos a terça parte quasi da receita estadual.

Mostrava-se o presidente algo alarmado com o excessivo optimismo reinante nos meios politicos financeiros.

"Não podemos dormir sobre a bonança do café, declarou. Mantenhamo-nos despertos, preparados para oscillações de preço, que são contingencia inevitavel de todos os productos agricolas, e empenhados em baixar-lhe o custo de producção, pelo aperfeiçoamento da cultura, em melhorar-lhe os typos."

Recordou o Dr. Raul S. de Moura as difficuldades do escoamento da safra de 1921-1922 e as providencias tomadas para esta regularisação.

Já estando fixado o *quantum* de entradas diarias nas praças do Rio e Santos, estava o governo de Minas, vigilante, para que se não repetisse o caso da má distribuição do anno anterior e fossem salvaguardados os interesses da lavoura cafeeira de Minas, que não dispunha de edificios para armazenamento e *warrantagem*.

Referindo-se ao descaso que até então reinara em relação á melhoria dos typos lembrou o presidente que ainda não se haviam os governos mineiros preoccupado com as questões relativas ao cultivo do café e o preparo dos seus melhores typos commerciaes. Verificando a necessidade da introducção dos methodos mais aperfeiçoados da cultura e do beneficiamento, mandara contractar dois profissionaes para tal fim, incumbindo-os de estudar cuidadosamente o assumpto nos centros em que mais adiantada se achava a lavoura cafeeira no Brasil.

Já haviam começado seus serviços, um na Matta e o segundo no Sul de Minas.

Além disso, seriam feitas experiencias com diversas variedades de café no Horto Florestal de Bello Horizonte, no de Nova Baden perto de Lambary e na fazenda de *Santa Alda*, do Dr. João Teixeira Soares.

A Secretaria da Agricultura occupava-se activamente de organizar uma exposição permanente de variedades obtidas no solo de Minas e preparava uma estatistica de producção do café em todo o Estado, com o maior rigor possivel.

Esperava o governo que estes serviços dessem bons resultados e os lavradores mineiros lhes comprehendessem o alcance compenetrando-se da necessidade de apresentar melhores typos commerciaes e preparar-se para a eventualidade da concurrencia progressista e intelligente nos mercados extrangeiros por parte de paizes que vinham dedicando sérios cuidados a cafeicultura.

Era necessario empregar todos os esforços para produzir mais e melhor, com o dispendio minimo de tempo, capital e trabalho.

CAPITULO LIV

Echos no Congresso Nacional, em 1924, a proposito das operações da Defesa do café

Na sessão de 27 de outubro de 1924 subia á tribuna da Camara dos Deputados o Dr. Fabio de Sá Barreto, representante de S. Paulo, para em nome da lavoura cafeeira paulista protestar contra as graves e dolorosas injustiças contra ella assacadas. Accusavam-na de provocar a carestia geral da vida no paiz. A defesa do café trazendo a alta dos preços da arroba, dizia se fizera com que grande massa de trabalhadores ruraes se despejasse para as lavouras cafeeiras, desfalcando a producção cerealifera.

Mas, objectou o deputado paulista, semelhante imputação era a mais falsa. Ao lado das lavouras cafeeiras de S. Paulo, viviam as dos cereaes, plantadas pelos colonos.

Quanto ao deslocamento dos trabalhadores ruraes era explicavel pois cada qual, do mais favorecido ao mais humilde dos cidadãos, tinha o direito de procurar melhorar de sorte.

Não se notava forte corrente immigratoria partida das terras paulistas para as paranaenses?

Havia individuos de espirito tacanho que discutiam o caso como se tratasse de emigração de trabalhadores nacionaes para o Exterior.

As operações de defesa do café que alguns malsinavam constituiam a mais legitima das manobras de previdencia natural em materia de politica economica.

O erro de outrora era lançar entre maio e setembro toda a safra cafeeira.

Da venda forçada dessa massa, resultava grande copia de lettras de cambio e accentuada alta da taxa cambial.

Em outubro já não havia mais café disponivel e a taxa cahia.

Regularizar a venda era o que se tinha em vista.

O Estado de S. Paulo exportando mais de 800 mil contos e importando apenas 400 mil dera á balança commercial brasileira um saldo de mais de onze milhões esterlinos. Defender o café o factor essencial deste saldo era defender a economia nacional.

Diziam os rancorosos adversarios da erroneamente chamada valorisação que era necessario combater a alta dos preços do genero.

Pretendiam estes extranhos economistas que se lançasse aos mercados todo o café retido no interior do Estado de São Paulo.

Quem ignorava os beneficios decrrentes da actuação dos presidentes Wenceslau Braz e Epitacio Pessôa? A sua intervenção trouxera lucros positivos, lucros avultados, para o Thesouro Nacional. além do que havia ficado em mãos dos productores.

Não havia uma unica nota em circulação vinculada ao plano de defesa do café. Todo o dinheiro emittido para tal fim fora integralmente pago com grande proveito das finanças federaes.

Que culpa tinham os lavradores de S. Paulo de que tal emissão não houvesse sido incinerada pelos poderes federaes?

As cotações elevadas vigentes não eram artificiaes de todo. Reflectiam as condições naturaes dos mercados producção razoavel e consumo crescente.

Se houvesse o enxurro do café pedido pelos inconscientes e os especuladores vorazes, o stock regulador das cotações mudaria de lugar e de mãos e o sceptro commercial cafeeiro escaparia ao Brasil.

Assim se convencessem todos de que a politica seguida em defesa do café era precipuamente um caso de *salus Brasiliae*.

Na sessão de primeiro de dezembro de 1924 tomava a palavra no Senado Federal, o Dr. Alfredo Ellis, a tratar da defesa do café.

Referiu curioso pormenor: conhecera outróra pessoalmente o grande banqueiro norte americano Sielken, homem que ganhara rios de dinheiro em operações sobre café e deixara enorme fortuna.

Com a maior franqueza commentara o banqueiro o descaso, a incuria com que o Governo do Brasil resolvia as questões de commercio cafeeiro.

Assim convidara o senador paulista a tratar com redobrada energia no Parlamento de uma questão vital para o

Brasil e annualmente prejudicada do modo mais notavel pela não intervenção intelligente dos seus governantes na politica cafeeira mundial.

Os torradores norte-americanos faziam colossaes fortunas e os intermediarios ficavam millionarios ao passo que os productores viviam a lutar com as maiores difficuldades quasi sem recursos para retribuir aos seus colonos.

Innumeros os brasileiros que viviam a affirmar que o café era um *caso paulista*.

E faziam injustiça aos lavradores de S. Paulo insinuando que a lavoura cafeeira paulista datava da immigração italiana.

Quando esta começara a intensificar-se já era esplendida a lavoura paulista. Contava centenas de milhões de arvores. Dispunha agora de oitocentos milhões, riqueza magnifica, superior á das famosas minas californianas.

Se a União houvesse, antes de 1906, comprehendido o seu papel verdadeiro, se se não houvesse tanto procrastinado a solução de defesa do genero não teria o Brasil passado pelas terriveis provações economicas que tanto o haviam acabrunhado longamente.

E tudo decorria da precipitação das vendas. Abarrotavam-se os portos em um semestre com a safra de um anno todo.

Os commissarios desprovidos de recursos para attender aos saques dos lavradores, estes premidos pelas exigencias dos colonos, estes a seu turno apertados pelos varegistas formavam o circulo de aço das circumstancias estranguladoras da producção para o maior gaudio dos roasters e dos bolsistas de Nova York. Vira-se o café do Brasil cotado a 6 cents por libra quando os da Colombia, Ceylão e Java alcançavam ás vezes 20, 24 e 25!

Em sua *abundantia cordis* expressamente exclamara o grande banqueiro: Sr. Senador! o Brasil é tão rico que com uma carotida cortada ainda conseguia viver! Perde annualmente dez, quinze, vinte milhões esterlinos, e não dá o menor passo para evitar esta enorme sangria!

E como o seu interlocutor se mostrasse surpreso com esta franqueza delle ouvira suggestão simples e pratica: porque não adoptaria o Brasil a medida de fraccionar o escoamento de sua safra pelos doze mezes, fugindo á precipitação até agora seguida? Ficariam os commissarios libertos da pressão dos lavradores — o café "em lugar de ter o seu preço pela Bolsa de Nova York tel-o-ia pela de Santos seu principal mercado."

Recapitulou o Senador Ellis o historico da valorisação, fazendo então revelações interessantes. Grandes gabos endereçou ao Dr. Jorge Tibiriçá seu ideador e executor. Defendeu o Presidente Rodrigues Alves da pecha de adversario da defesa do producto, quando só era infenso a Caixa de Conversão. Seu ministro, o Dr. Leopoldo Bulhões, este sim era adversario de uma e outra coisa. Lutara S. Paulo desacompanhado dos Estados de Minas e Rio de Janeiro, signatarios no emtanto do Convenio de Taubaté.

Lançara-se com a maior coragem á compra do café fizera enorme stock de oito e meio milhões de saccas, mas escasseando-lhe os recursos precisara do endosso da União para o emprestimo indispensavel dos 15 milhões de esterlinos.

E esbarrara ante a má vontade irreductivel do Poder Legislativo. O relatorio da commissão de finanças do Senado, Dr. Ramiro Barcellos opinara pelo recurso do endosso, arrastando o voto de seus collegas. Vira-se o governo paulista na imminencia da ruina. Precisaria lançar ás praças o seu enorme stock já comprado a fim de solver inadiaveis, peremptorios compromissos.

A que ponto cahiria o nivel dos preços ante tal avalanche de café? Era a ruina inevitavel! E della beneficiariam de modo colossal os grandes cafesistas norte-americanos preparando-se para arrematar por quantia miseravel este deposito immenso que lhes valeria immenso lucro.

Nesta situação desesperadora recorrera o presidente paulista a elle orador pedindo que fizesse ver ao General Pinheiro Machado a extensão da catastrophe imminente.

E este actuara do modo mais decisivo. Interviera com todo o seu prestigio de *leader* e o parecer viera inteiramente outro, recommendando o endosso. Salvara-se a situação!

Mais tarde, sob a presidencia Wenceslau Braz, solicitara o Governo do Senado permissão para emittir 150 mil contos de réis, ao entrar o Brasil na guerra. E o Senado tratara do caso em sessão secreta. Fora então que elle, orador, pedira a elevação desta somma para 300 mil contos de réis. Metade desta somma se applicaria á defesa do café, o que conseguira.

Reduzira o ministro da Fazenda, Dr. Antonio C. de Andrada, esta somma a 110.000 contos. Com ella comprara o então Secretario da Fazenda de S. Paulo, Dr. Cardoso de Almeida 3.750.000 saccas. A grande geada de 1918, produzindo enorme alta valorisara este stock, em 130.000 contos: Assim a elle, orador, cabia uma iniciativa que com toda a justiça reivindicava.

Não se esquecesse porém que o seu projecto consignava a incineração da somma emittida para a defesa do café, o que entre parentheses não se realizara. De tal lhe não cabia a mesma responsabilidade.

O senador estadual paulista Azeredo Junior affirmara que o Presidente Wenceslau Braz se oppuzera á compra do café o que era perfeitamente inexacto. Pelo contrario! acolhera a proposta do orador com a maior boa vontade.

Lembrara aquelle politico diversos erros relativos ás operações da valorisação a tomada do stock de Hamburgo, Antuerpia e, Trieste pela Alemanha e a' Austria. A liquidação de contas, não se fizera ainda, e certamente ainda demoraria longos annos.

Referindo-se a actuação do presidente E. Pessôa declarou então o Senador Antonio Azeredo que sem elle, sem a sua decisão energica e peremptoria em 1920 a situação cafeeira seria a mais deploravel.

Embora muito de accordo com os louvores devidos ao Dr. Epitacio Pessôa affirmou o Senador Ellis que a intervenção deste não fora assim tão prompta. Ainda a 26 de agosto de 1921 elle orador, chamara a sua attenção, e do modo mais vehemente, para a gravidade da crise cafeeira. E o presidente só se movera após a sua visita á zona cafeeira paulista.

Só após o seu regresso de S. Paulo resolvera intervir nos mercados sob applausos geraes da Nação e as bençãos dos productores de café de todo o Brasil.

CAPITULO LV

Condições economicas e financeiras do Brasil em 1924 — O papel do café na sustentação das taxas cambiaes — Excellente situação do genero — A concurrencia colombiana nos Estados Unidos

Assignalou Victor Vianna no *Restrospecto do Jornal do Commercio* que o anno de 1924 correu perturbado por diversos facotres economicos depressivos. Mas não se referiu a um e dos mais serios de todos: a revolução que irrompera em S. Paulo a 5 de julho de 1924. Lembrou quanto ainda era o Brasil nação devedora, por precisar de capitaes extrangeiros e ter grande serviço de divida contrahida afim de attender aos reclamos de seu apparelhamento civilisado.

Continuava no seu ponto de vista anti papelista extremado assignalando que o paiz, em 1910, tinha em circulação inconvertivel 924.995 contos e em fins de 1924 pouco mais de trez milhões de contos de réis.

Com a depressão cambial se o total do papel subira de 100 a 278 o verdadeiro poder acquisitivo desta massa baixara de 100 a 87.

Em quinze annos triplicara a circulação.

Ora, não era possivel affirmar que a fortuna publica houvesse simultaneamente triplicado. Este elemento de perturbação repercutia fortemente sobre o proprio Estado que o gerara.

De modo que, para regularizar a economia geral, e restabelecer o equilibrio, tornava-se preciso que a União normalizasse, a situação financeira, resgatando o papel em excesso. Permittiria assim que a prosperidade economica existente tomasse todo o impulso de que era capaz e ainda não conseguira pelos embaraços envolventes.

Censurando a actuação dos dirigentes financeiros dos trez ultimos lustros dizia o analysta que a politica dos quinze annos prejudicara a fortuna publica. Se por um lado a re-

ceita não correspondera á despeza, por outro não augmentara na proporção do desenvolvimento do paiz. Verberou o articulista igualmente a politica cafeeira.

Nos ultimos annos nada se fizera. Todos os recursos disponiveis haviam sido empregados em valorisação de café. Produzira até certo ponto o resultado desejado, mas, pelas diversas operações della decorrentes deixara, afinal, deficit para o paiz e o Thesouro Federal. Grandes obras haviam sido iniciadas e interrompidas, o que correspondia a completa destruição de capitaes, accrescentava referindo-se certamente ás grandes obras do Nordeste effectuadas na Presidencia Epitacio Pessôa.

Assim a politica *bohemia* dos ultimos tempos, sem ideal, sem base economica, não permittira o desenvolvimento da verdadeira e salutar politica: a constructiva.

Este regimen haveria, portanto, de produzir o deficit, como se dera.

Carecia a União de 13 milhões de libras annuaes, em tempos normaes, para o serviço de seus emprestimos e despezas imprescindiveis no extrangeiro. Assim, em 1910, essa somma tirada dos 35 milhões da receita, deixaria um saldo de 22 milhões de libras. Em 1922, subtrahindo esse total da receita de 26 milhões, deixava 13 milhões para as outras despezas.

Os encargos da União haviam, portanto, augmentado, não em proporção á receita, mas a um papel-moeda depreciado á proporção que fora sendo emittido.

A fortuna publica augmentara, e muito, mas não na mesma proporção. A producção subira mas a importação ainda não attingira ao que dantes havia sido o que provava que as disponibilidades brasileiras tinham diminuido. A politica de inflação e cambio baixo prejudicava a acquisição de elementos uteis ao paiz. Reduzira-se o peso da importação em relação ao carvão de pedra, cimento, artefactos de ferro e aço, e material ferroviario se bem que crescesse em automoveis e gazolina, mas em proporção menores em relação ao decrescimo soffrido.

Podia-se, concluir que a tal politica não organizara orçamentos regulares. Abusando das amortizações, occasionara o deficit e este exigira o papel-moeda, que por sua vez o avolumara obrigando a novas emissões dentro de um circulo vicioso difficil de romper.

A' baixa cambial accusou o *Retrospecto* de provocar o estado de crise. E tudo provinha a seu ver do deficit orça-

mentario não coberto por entrada de dinheiro extrangeiro e sim pela inflação interna.

Assim o deficit obrigava o governo a emittir, a contrahir emprestimos com o Banco do Brasil. Este emittia para satisfazer taes solicitações, o que redundava em emissão pura e simples como qualquer outra.

Assim o deficit causava o cambio baixo. Se, ao envez trouxesse emprestimos externos, poderia provocar a elevação das taxas cambiaes.

Por outro lado constituia verdadeiro engano suppor-se que a baixa cambial estimulava a exportação. Não havia tal. Encarecendo a producção, deprimia a exportação.

A principio, occorria pequena exaltação, logo seguida de depressão mais profunda. Não era preciso largo estudo retrospectivo para provar tal principio. Apresentava-se o exemplo dos ultimos annos do commercio exterior brasileiro. Diminuira a exportação em quantidade, á proporção que o cambio baixava. Podia-se affirmar que só o café e as carnes congeladas accusavam em linhas geraes, augmento de valor. As ultimas se mantinham entretanto estacionarias, não progredindo em 1924 em relação a 1923. Haviam além disso creado uma crise na industria pastoril, em vez de provocar prosperidade.

Fora o café o unico a impedir que os annos de 1923 e 1924, annos de cambio baixo, redundassem no desastre de uma balança mercantil desfavoravel. Entretanto, qual a situação do precioso genero? Como o cambio baixo elevara o custo da vida, o custo da producção tambem subira, e extraordinariamente. Assim sendo, tivera, o Brasil para fugir a prejuizos, de vender café por elevados preços o que fizera subir os preços do varejo nos Estados Unidos de forma que a importação e o consumo haviam diminuido.

Assim o cambio baixo continuava Victor Vianna, elevando o custo da producção, prejudicara muito a maior parte do commercio de exportação. O proprio café estava ameaçado, porque como só podia ser vendido por alto preço, os consumidores dos Estados Unidos se retrahiam. Se assim continuasse era certo que teria o Brasil nova e seria crise.

Declarava-se o analysta desfavôravel a estabilisação cambial. O commercio de que era o porta voz reclamava cambio alto o mais perto possivel da paridade.

Melhorara um pouco em 1924 oscillando entre 5 e 6 15/16 d. quando em 1923 o fizera entre 4 3/8 e 6 5/32.

A exportação brasileira subira a um pouco mais de £

90.000.000 com grande vantagem sobre a de 1923 e apezar das graves perturbações da ordem decorridas durante o anno.

Além disso, a crise de alguns productos diminuira extraordinariamente a capacidade de exportação do paiz.

A secca prolongada, em certas regiões, seguida de chuvas e enxurradas excessivas, a atracção exercida por culturas mais remuneradoras sobre os trabalhadores agricolas de muitas zonas centraes, a mobilisação de tropas, as requisições militares e a perturbação que tudo isto provocara no trafego, e outros factores haviam influido para a reducção das safras ou para outras directrizes da producção agricola!

Chegaram os cereaes e outros artigos a escassear até nas zonas de producção a ponto de faltarem para o consumo. Por outro lado, as disponibilidades do algodão tinham baixado ainda mais, assim como as de outros productos, como as madeiras, etc.

As condições da exportação haviam sido portanto, em grande parte sacrificadas, não só pela perturbação da producção, como pelo retardamento da procura dos mercados extrangeiros.

O café, o cacau, as carnes congeladas e outros artigos de menor importancia em expansão tinham resistido e compensado a crise dos que haviam soffrido o influxo da depressão de certas zonas agricolas e alguns mercados externos. Apezar de todos os contratempos, apresentara, o Brasil em 1923, um valor de exportação que lhe provava a vitabilidade das forças economicas, o desenvolvimento do trabalho e a dilatação da riqueza.

Crescia a producção agricola do paiz que fôra em:

	Contos de réis
1921-1922	4.252.824
1922-1923	5.498.444
1923-1924	6.864.258

Continuava a predominancia notavel do café.

Fôra de 1.140.445 kgm. em 1922-1923, valendo .... 2.851.836 contos de réis e em 1923-1924 de 859.229.360 kgm. valendo 2.572.688.

A posição do genero mostrava-se a melhor possivel. As condições estatisticas garantiam-lhe alta de preços. Augmen-

tando parallela e progressivamente o consumo tudo indicava que durante alguns tempos prevaleceria esta situação favoravel.

Por isto, íam as cotações subindo, e se em moeda brasileira, nos portos nacionaes batiam o *record,* alcançavam excellente posição nos mercados consumidores onde os preços ainda não tinham attingido os de 1919.

Em Santos e no Rio alcançavam os maiores niveis conhecidos, mas em Nova York o typo 7 estava a 16 ½ centavos por libra, acima do de 1923 (10 ½ centavos), mas abaixo de outras cotações elevadas.

Continuava a alta. E o articulista lembrava que as cotações, embora já um pouco mais baixas nos E. Unidos, mostravam os maiores valores conhecidos, no Brasil. Bastava o confronto do valor da arroba nos typos de Nova York, entre 1923 e 1924.

Typos	1924	1923
6 . . .	26.400 a 62.700	25.300 a 35.300
7 . . .	25.800 a 62.000	24.800 a 34.800
8 . . .	23.500 a 61.300	24.300 a 34.600
9 . . .	24.700 a 60.600	23.800 a 34.100

Nenhuma destas altas fora tão persistente. Agora, a subida se vinha processando mais lentamente sem soffrer oscillações.

Pelos calculos das proprias casas grandes cafeeiras não favoraveis á valorisação fôra o consumo mundial de 1923-1924 o maior registrado.

Depois dos annos de depressão profunda da Grande Guerra entrava-se, pelo que tudo fazia crer, em phase não mais de simples recuperação como de vigorosa marcha a frente.

1914-1915.	21.658.000
1916-1917.	16.016.000
1917-1918.	14.833.000
1918-1919.	15.968.000
1919-1920.	18.499.000
1921-1922.	19.717.000
1923-1924.	22.021.000

Continuava cada vez mais preponderante o consumo dos Estados Unidos.

Safras	E. Unidos	Europa
1890-1891	2.550.000	6.639.000
1904-1905	6.688.000	9.476.000
1915-1916	8.849.000	11.548.000
1920-1921	9.696.000	7.637.000
1923-1924	10.758.000	10.245.000

No Brasil crescera consideravelmente o consumo interno. O movimento de cabotagem do Rio e Santos avaliado em 610.000 saccas em 1910-1911 fôra de 1.018.000 em 1923-1924.

A superioridade em quantidade do Brasil sobre os demais productores era tambem cada vez mais assignalada nos mercados europeus e sobretudo nos norte-americanos. Infelizmente não se haviam refeito ainda os grandes centros de consumo do Velho Mundo victimas dos prejuizos da Conflagração mundial e do empobrecimento profundo della decorrente.

Interessante o quadro dos confrontos de procedencia (em milhares de saccas).

Safras	E. Unidos	Europa	E. Unidos	Europa
1913-1914	5.871	6.872	1.669	3.421
1914-1915	5.900	10.121	2.081	2.726
1915-1916	6.666	8.933	2.183	2.615
1916-1917	6.572	4.741	2.449	1.380
1917-1918	6.206	4.211	2.389	899
1918-1919	5.555	4.843	3.519	1.124
1919-1920	6.049	4.564	3.598	3.415
1920-1921	6.371	4.936	3.325	2.701
1921-1922	6.170	5.898	3.375	3.478
1922-1923	6.621	5.679	3.109	3.094
1923-1924	7.427	6.837	3.331	3.408

Totaes do Brasil em confronto com os seus competidores.

	Brasil	Outras procedencias
1913-1914	12.743	5.090
1914-1915	16.021	4.807
1915-1916	15.599	4.798
1917-1918	10.417	4.288
1918-1919	10.398	4.643
1919-1920	10.613	7.013

1920-1921	11.307	6.026
1921-1922	12.068	6.853
1922-1923	12.300	6.203
1923-1924	14.264	6.739

Continuavam as noticias de elevação do consumo as mais auspiciosas.

Assim em 1923 se verificara que o dos Estados Unidos *per capita* ascendera a 5,67 kgm. contra 4,4 em 1913, em França passara de 2.90 a 4.41. Nos paizes escandinavos proseguia em marcha ascendente e com grande porcentagem a mais. Só nos antigos imperios centraes continuava a quota baixa pelo empobrecimento das respectivas populações. A mais alta cabia a Dinamarca (7.14) seguindo-se-lhe a Suecia (7.03) a Hollanda (6.69) a Noruega (6.52) os Estados Unidos (5.67), Belgica (5.43) França (4.41) e Finlandia (4.20).

Havia porém uma questão a preoccupar o espirito publico; a do boycott do café que certa corrente pretendia levar a cabo nos Estados Unidos, agitando vivamente a opinião publica.

Interessante relatorio se divulgou então o do Dr. C. Jackson, addido commercial do governo norte-americano da Colombia.

Assignalou este agente diplomatico que a cafeicultura colombiana avultava de anno para anno. Já existiam 204 milhões de arvores em plena producção com uma media de 4 libras por pé, informação aliás contradita pelo proprio informante que exagerara notavelmente a producção por arvore.

Se assim se desse a producção colombiana seria de ..... 6.168.144 saccas quando o addido contava que a exportação e consumo interno da Republica foram respectivamente de 1.600.000 e 400.000 saccas, dois milhões ao todo, ou o terço apenas da producção annunciada o que constituia um absurdo.

Crescia rapidamente a producção. A exportação de 1922 attingira 1.672.212 saccas esperando-se 2.000.000 em 1924.

A situação cafeeira colombiana vinha a ser a melhor possivel por ser o seu producto preferido pelos consumidores dos Estados Unidos. Apezar das difficuldades decorrentes dos methodos de transporte dos planaltos andinos ao littoral e a falta de organização bancaria tal fôra a alta dos preços que dahi decorria a esplendida situação de que gozavam os cafeicultores columbianos.

No mercado dos Estados Unidos, o café typo doze, proveniente da America Central e do norte da America do Sul, principalmente de Colombia, era o mais estimado e o que mais sabia ao paladar norte-americano. O brasileiro entrava até certo ponto, para preencher a deficiencia dos de outras procedencias.

Entretanto, convinha fixar outros pontos da questão. O paladar norte americano preferia o café da Colombia e semelhantes, e, assim os torradores e varejistas combinavam o *café doce*. Punham a proporção deste no limite necessario para dar ao consumidor a impressão de que era o que apreciava.

Claro, porém que, vendendo uma mistura para agradar a freguezes, mas com o fim de lucro, os torradores e varejistas procurassem collocar a maior proporção possivel de café brasileiro e por motivo muito simples: apezar da valorisação vinha a ser o mais barato.

De modo que torradores e varejistas podiam em consciencia affirmar que a sua marca continha café desta ou daquella procedencia, e proclamar que era doce. Mas o seu interesse estava em collocar na mistura a maior quantidade possivel de cafés brasileiros.

Os menos caros do que estes não se prestavam a boas ligas e escolhas.

Assim o bom senso, a pratica de commercio e da natureza humana, levavam a reconhecer que o Brasil tinha naturaes cooperadores entre os torradores e vendedores norte-americanos. Se o paladar dos yankees preferia os cafés doces, tanto maior proporção do producto brasileiro seria incorporada na marca e maior o lucro do fabricante.

Assim não occorria motivo para muito alarme, affirmação aliás contestavel pois ahi se envolvia sobretudo uma questão de volumoso augmento de producção.

Recommendava um articulista que devia haver esforço brasileiro no sentido de acostumar o paladar dos yankees ao café brasileiro ou a producção de cafés parecidos com a dos typos por elle preferidos por meio de producção de typos finos, doces, os *mild* tão queridos dos americanos.

Por emquanto pensava V. Vianna o perigo não se mostrava imminente. A valorisação systematica brasileira favorecia a outros productores, mas como as safras destes não davam para satisfazer o consumo, os lotes brasileiros eram, naturalmente, procurados; não provindo prejuizo algum da alta do producto.

Ganhavam os concurrentes com a defesa brasileira, mas como a elevação do preço dos typos do Brasil occasionava outra ainda mais accentuada nas cotações de cafés doces, eram os brasileiros beneficiados por esta propria perturbação.

Os torradores e varegistas dos Estados Unidos auferiam vantagens em augmentar a quota do artigo brasileiro nas misturas a que procediam.

Era a situação estatistica, em fins de 1924, a melhor possivel. O supprimento mundial visivel baixara notavelmente. Havia positiva falta de café no Globo.

As 11.266.000 saccas da safra de 1905-1906, as ..... 12.820.000 de 1910-1911 haviam passado a 7.524.000 em 1915-1916 para cahir a 6.701.000 em 1920-1921 e afinal a 5.026.000 em 1924-1925.

O novo processo de regularisação de offertas representava excellente medida. A nova tactica de defesa encontrava verdadeiro baluarte na methodisação das entradas com a installação de armazens reguladores.

Inaugurada no momento mais critico e em presença da colheita monstro corrente, de que ainda não se conhecia o rendimento exacto, tivera completo exito. Os preços do café subiram depois de 1923 de mais de 60 %, estimulados pelas compras importantes para attender ao consumo.

Só o futuro poderia dizer qual seria a repercussão final da politica de protecção.

Mas por emquanto excellentes se mostravam os seus prognosticos.

Concordava com a tendencia dos productores do mundo inteiro em pedir maior fixação das cotações do producto. Mas teria sem duvida, effeito estimulante sobre a producção, que nunca alcançara tão altos preços nem atravessara periodo de igual prosperidade.

Assim o methodo da regularisação já estava sendo comprehendido e louvado pelos proprios commissarios e interessados da principal praça exportadora, a de Santos.

CAPITULO LVI

Dados sobre a riqueza publica e o Commercio do Brasil — A missão economico financeira britannica de 1924 — Estudos do Dr. Prescott nos Estados Unidos

Em 1924 divulgou o City Bank de Nova York uma estatistica em que assim computava a riqueza publica nacional do Universo, avaliada em milhões de dollares e em 1922.

	País	Valor
	Estados Unidos	320.803
Imperio Britannico	Reino Unido	88.840
Imperio Britannico	Canadá	22.095
Imperio Britannico	Australia	9.689
Imperio Britannico	Nova Zeelandia	1.756
Imperio Britannico	India	21.960
	França	67.710
	Allemanha	35.700
	Italia	25.986
	Hespanha	29.319
	China	19.087
	Polonia	17.000
	Argentina	13.178
	Brasil	13.020
	Hollanda	8.280
	Cuba	8.000
	Mexico	7.900
	Suissa	4.567
	Perú	4.000
	Finlandia	3.600
	Chile	3.064

No conjuncto da riqueza nacional brasileira representavam os capitaes invertidos na industria cafeeira a mais elevada porcentagem, era obvio recordal-o.

Os grandes clientes do Brasil em 1924 vieram a ser:

Paizes	Contos	Libras
Estados Unidos . .	1.656.461	40.803.915
França	469.425	11.544.453
Italia	318.462	7.772.867
Hollanda	297.669	7.282.797
Allemanha	253.170	6.304.334
Argentina	208.279	5.122.432
Grã Bretanha . . .	130.231	3.263.213
Uruguay	110.019	2.730.237
Belgica	106.911	2.631.001
Suecia	91.422	2.238.529
Dinamarca	42.205	1.036.217
União Sul Africana	35.313	856.239
Argelia	24.496	590.328
Portugal	21.943	555.340

E os grandes artigos de exportação haviam sido:

	Contos	Libras
Café	2.899.587	74.020.000
Borracha	191.803	5.058.000
Algodão	124.494	3.307.000
Couros	116.982	2.903.000
Matte	107.277	2.857.000
Cacau	99.862	2.626.000
Fumo	90.827	2.342.000
Sementes oleaginosas	75.363	1.805.000
Carnes	70.335	1.716.000
Pelles	34.152	860.000
Manganez	31.476	788.000
Madeira	27.172	695.000
Carnauba	19.770	439.000
Fructas	17.600	477.000
Lã	14.287	372.000
Farellos	11.479	289.000
Pedras preciosas . .	11.440	390.000

Esta enorme desproproção do valor do café exportado e do dos demais productos mostra quanto naquelle anno de 1924

nada tinha de exagerado o aphorisma mais tarde popularisado do *Coffea Brasiliae fulcrum.*

Os trabalhos do recenseamento nacional de 1920, divulgados em 1924 deram a conhecer interessantes resultados sobre os progressos da industria fabril brasileira.

Epoca da fundação	Numero de estabelecimentos	Capital Contos	Força motriz C. V.
Até 1889	626	377.359	66.479
De 1890 a 1914 .	6.496	974.978	17.093
De 1915 a 1919 .	4.940	438.559	65.364
Ignorada	274	24.258	1.488
Total	13.336	1.815.156	310.424

Estes mesmos estabelecimentos apresentavam ainda os seguintes dados:

Epocas	Valor da producção	Porcentagem	Operarios
Até 1889	507.092	16,9	54.172
De 1890 a 1914 .	1.643.998	55,0	153.163
De 1915 a 1919 .	791.264	20,5	63.364
Ignorada	64.820	1,6	4.227

Era este o quadro de distribuição das industrias manufactureiras em 1920, por Estados:

	Numero	Capital Contos	Operarios	Força motriz C. V.
S. Paulo	4.145	537.817	83.998	94.099
D. Federal	1.451	441.669	56.229	69.703
R. G. do Sul . . .	1.773	250.689	24.601	50.354
Rio de Janeiro . .	454	126.206	16.794	25.000
Pernambuco . . .	442	90.980	15.761	14.957
Minas Geraes . .	1.243	89.775	18.522	22.272
Bahia	491	48.820	14.784	7.147
Paraná	623	43.990	7.295	9.789
S. Catharina . . .	791	33.295	5.297	7.814
Alagôas	352	30.682	6.989	8.286
Pará	168	21.330	3.033	2.929
Ceará	294	16.714	4.707	2.926

Sergipe	237	16.678	5.386	2.887
Maranhão	89	16.287	3.543	4.113
Parahyba	251	14.136	3.035	2.249
Espirito Santo . .	75	11.727	1.005	1.340
R. G. do Norte . .	197	7.126	2.146	996
Piauhy	55	6.782	1.150	1.292
Amazonas	69	5.424	636	1.528
Matto Grosso . . .	20	3.506	280	523
Goyaz	16	1.399	244	183
Acre	10	107	22	18
Totaes	13.330	1.815.156	275.517	510.424

Eram estes os valores da producção e respectivas porcentagens (em 1919).

S. Paulo	986.110:000$000	33,0
D. Federal	666.275:000$000	22,3
R. G. do Sul	353.749:000$000	11,8
Rio de Janeiro . . .	181.161:000$000	6,1
Minas	172.060:000$000	5,7
Pernambuco	136.479:000$000	4,6
Paraná	102.300:000$000	3,4
Bahia	71.922:000$000	2,4
S. Catharina	60.171:000$000	2,0
Alagôas	40.519:000$000	1,3
Pará	36.424:000$000	1,2
Parahyba	33.137:000$000	1,1
Sergipe	28.827:000$000	1,0
Ceará	25.908:000$000	0,9
Maranhão	22.884:000$000	0,8
Espirito Santo . . .	22.872:000$000	0,8
R. G. do Norte . .	20.538:000$000	0,7
Piauhy	7.956:000$000	0,3
Matto Grosso . . .	6.018:000$000	0,2
Amazonas	5.701:000$000	0.2
Goyaz	4.948:000$000	0,2
Acre	197:000$000	—

Em 1924 esteve no Brasil em viagem de estudos uma missão economica financeira britannica presidida por Sir Edwin Montagu, assessoriado por um director do Banco de Inglaterra, o Sr. A. Addis, o contador publico William Mac Clintock e o conhecido financista Lord Lovat, além do jornalista H. Withers.

O presidente da Republica Dr. Arthur Bernardes recebendo-a declarou ser o seu desejo, que a missão lhe exprimisse com a maior liberdade e franqueza suas impressões, denunciando as falhas que encontrasse.

Estudou a Missão, profundamente, a organização nacional, contabilidade, processos orçamentarios, circulação monetaria, situação do Banco do Brasil, assim como os problemas mais interessantes entre os quaes os dos transportes, regimen ferroviario, tarifas alfandegarias, exploração mineira sobre tudo do ferro e da hulha, culturas mais ricas a desenvolver, como o algodão sementes oleaginosas, assucar, etc.

De posse de tal estudo, effectuado methodica e conscienciosamente durante mezes de trabalho intenso, e no qual collaborara o Governo, expondo todos os assumptos e com a maior lealdade, redigiu a Missão Ingleza o relatorio apresentando á Presidencia da Republica.

Analysou as despezas orçamentarias, os systemas contabilista publico e tributario, as dividas do Governo Federal, a organisação bancaria, as causas do desenvolvimento do paiz, a balança commercial a contribuição do capital extrangeiro. Examinou o systema de concessões, louvou a significação dos contractos, encareceu a fundação de um orgão central para o estudo das questões ferroviarias, etc.

Fallando do problema do café assim se exprimiu:

"Reconhecemos a habilidade e o trabalho paciente do Governo com o fito de encontrar uma formula satisfatoria para a defesa do café.

Confessamos que as operações assim como foram feitas não deixavam de correr sério risco, com perigo de grandes prejuizos e tentação de inflação circulatoria para ajudar os productores ou com vantagens para aquelles que emprestaram dinheiro."

A seu ver não era funcção do Governo Federal emprestar o seu credito para uma industria particular e em tão larga escala.

Não queria isto dizer que ao seu modo de ver devesse o café, mercadoria de tão largo consumo mundial, ficar á merce de especuladores extrangeiros.

Achava comtudo que devia a defesa restar a cargo dos productores. E nesse sentido verificara. com satisfação, que a idéia do Governo se baseara exactamente em tal principio.

Ia ser organisado o Insituto de Defesa do Café. Era de esperar que a escolha dos seus directores fosse feita pelos productores e não pelo Governo.

Futuramente o Instituto, e não o Governo, determinaria quantidade diaria de café a entrar nos portos, levantaria os emprestimos necessarios á defesa do producto, faria, quando julgasse necessario, as compras de stock, ficando assim a acção governamental limitada á cobrança da taxa, por sacca para a formação dos fundos do Instituto. A responsabilidade da defesa do genero assim sendo recahiria sómente sobre os productores. Acolhia a Missão muito bem taes idéas e propositos, e assim se declarou satisfeita com a certeza de que a garantia da arrecadação da taxa e a creação por lei, do Instituto, seriam os limites intransponiveis da interferencia governamental na defesa do producto.

A proposito da actuação da Missão Ingleza declarou o ministro da Fazenda, Dr. Sampaio Vidal que ella examinara e estudara profundamente todos os aspectos da vida brasileira, em dois mezes de trabalho infatigavel. Tudo fora objecto de suas indagações profundas a organização financeira da União e dos Estados, a elaboração dos orçamentos, estudos sobre os deficits, arrecadação de rendas, Tribunal de Contas, Codigo de Contabilidade Publica, Alfandegas, Delegacias, systema de contabilidade, organização bancaria, desde o Banco do Brasil até aos menores bancos, exportação e importação, mercados de café e criação de gado, estrada de ferro, historico de cada um dos regimens de exploração, suas despezas e rendas, razões dos seus deficits, zonas, perspectivas de desenvolvimento.

Forte impressão causou nos Estados Unidos a serie de pesquizas do Professor Samuel C. Prescott, do Departamento de Biologia e Saude Publica, secção do Instituto de Technologia do Estado de Massachussets. Foi o trabalho altamente espalhado pela Joint Cofee Trade Publicity Committee de Nova York e divulgado em Boston em outubro de 1923 na reunião da National Coffee Advertising Company. Teve elle notavel repercussão no publico norte-americano.

Tratava-se de desinteressado estudioso de tudo o que se relaciona ao café. Era seu desejo vir a S. Paulo afim de proseguir, na região das maiores lavouras, o estudo que vinha absorvendo a maior parte de sua vida de scientista.

O trabalho divulgado em Boston rebateu tudo quanto já se dissera contra o café. Demonstrava a excellencia da bebida quando convenientemente preparada, de notavel effeito estimulante e restaurador contra a fadiga, graças á acção da cafeina sobre os centros nervosos. Moderadamente provoca a acção do coração, augmenta o poder do trabalho muscular e a capacidade de attenção nos esforços intellectuaes, tornan-

do-se por consequencia, o auxiliar natural de todo e qualquer esforço cerebral. A maior parte dos estimulantes deprimem após a exaltação provocada a que acompanha largo ou definitivo periodo de prostação e depressão organica.

Provou o professor Prescott que tal não acontece com o café. A sua acção benefica não acompanha reacção depressiva alguma. Com o café tambem não se nota a formação de *habito* organico viciante.

O organismo não se satura nem exige cada vez maiores quantidades para sentir os effeitos da sua acção revigorante. Ha na applicação da mesma dóse quotidiana as mesmas influencias beneficas. Assim não habitua o organismo, estimula toda a vida organica, lubrifica todos os sentidos, esclarece o pensamento activa a capacidade de attenção e trabalho; não deprime depois, nem necessita de dóses maiores para provocar a mesma acção nos dias seguintes. Por isto, o valor de seu estimulo, creado pela mesma quota, não produz nenhuma depressão.

Mostrou o scientista yankee como é controvertida a litteratura cafeeira. Estendeu-se depois sobre a chimica cafeeira, estudou os effeitos da cafeina, tratou das substancias relevadas na analyse das materias volateis, do tannino e da glucose, dos acidos, da estructura microscopica do café, dos micro-organismos do grão, da fermentação das infusões, da importancia fundamental do seu preparo.

A propaganda de certas ligas de temperança e dos fabricantes de succedaneos contra o verdadeiro café de café, vieram as investigações do professor Prescott trazer rude golpe indicando a verdadeira estructura do principal producto brasileiro e destacando as vantagens do uso moderado da sua substanciosa bebida.

A monographia do Dr. Prescott, homem de laboratorio e autor de experiencias de valor incontestavel, constituiu uma das melhores defesas modernas do café, sob o ponto de vista hygienico e scientifico.

Em poucas paginas resumia consciencioso esforço de verificação e analyse, terminado pela affirmação victoriosa dos beneficios do uso da infusão arabica.

As experiencias do cientista demonstraram, aliás, que não haviam sido inuteis os esforços da sociedade de propaganda e da Associação Norte-Americana de Torradores, em sua luta continua contra os falsificadores e os fabricantes de succedaneos a que davam assistencia certas aggremiações de obcecados por antigas e injustificaveis ideias.

CAPITULO LVII

A situação cafeeira em 1924 — Palavras optimistas das mensagens presidenciaes da Republica e dos Estados de S. Paulo e Minas Geraes — Creação do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café

Na mensagem presidencial de 1924 o Dr. Arthur Bernardes assignalava a depressão cambial "de taxas desalentadoras" como a que vigorara em novembro de 1923: 4 21/32.

Explicava-a do seguinte modo:

Fortes elementos que deviam estar alimentando o cambio a favor, do Brasil haviam sido retirados da balança cambial nos ultimos annos. A ausencia de saldos de exportação em 1920, 1921, e 1922; a falta das letras do stock do café do Governo; as perturbações politicas; os *deficits* crescentes, passando de 76.968:419$000, em 1908, a 448.951:732$991, em 1922; divida fluctuante superior a um milhão de contos de réis — tudo isso concorrera, evidentemente, á depressão.

Felizmente já se desenhava a reacção. Melhorara o saldo da exportação. Negativo em 1920 e 1921 voltara a ser positivo em 1922 e subira em 1923 a £ 22.571.000.

Dizia o Presidente Bernardes que a defesa do café, com a regularização das entradas, assegurava a boa cotação do producto. Elevara o seu valor ouro no extrangeiro, vendo-se-o em Nova York, naquelle momento a 19 cents.

Toda a perspectiva era que o café pudesse produzir, durante o anno de 1924, cerca de £ 50.000.000. A regularização das finanças nacionaes; a diminuição consideravel do *deficit* de 1923 e o provavel equilibrio do de 1924; a excellente impressão que o Brasil causara a illustres visitantes extrangeiros; a confiança geral na administração publica, que se accentuava progressivamente, vinham a ser outros tantos factores concurrentes para a melhoria da situação cambial.

Categorico affirmava o presidente:

"A situação do café continua firme. Asseguraram-na as medidas adoptadas pelo Governo. Não existisse a organização da defesa, regularisando a offerta, e não seria tão solida, graças ás habituaes investidas da especulação. Agora eram os armazens reguladores os dosadores do fornecimento do producto.

Com a permanencia dos bons preços fizera-se a prova de que na regularização das entradas se encontrava a base fundamental da defesa do café."

Era medida de real alcance, não só para os productores, como para o commercio comprador, que assim se libertava de surpresas, podendo fundar seus negocios sobre bases seguras.

Tivera o Governo de arcar com difficuldades não pequenas para manter o serviço de limitação de entradas, taes os ardis que a ganancia de muitos engendrara para o burlar!

Felizmente, graças ao perfeito funccionamento dos armazens reguladores, haviam desapparecido abusos e reclamações.

Elaborara-se o regulamento das entradas nos mercados, feito com a collaboração das estradas de ferro e dos interessados. Seria expedido dentro em breve prazo.

O stock que garantia o emprestimo de 9 milhões de esterlinos, se venderia de accordo com o contracto, em parcelas de 435 mil saccas annuaes, durante dez annos. Não convinha porém esta situação aos interesses do Brasil, e assim o Governo obtivera dos banqueiros a liquidação immediata dos stocks.

Pelo contracto, que, durante um decennio, só permittia ao Governo defender o café por intermedio da casa encarregada de liquidar o stock, podiam as operações de defesa quando mal conduzidas, dar lugar a que o producto da venda não bastasse para pagar, afinal, o emprestimo contrahido.

Felizmente, concluira-se a liquidação feita em condições lisongeiras quer pelos elevados preços obtidos quer pela habilidade com que foram conduzida, para não perturbar a venda de uma grande safra.

Não estavam vencidas, e, por isto creditadas, as ultimas contas de venda. Por este motivo os banqueiros não haviam ainda podido fornecer as contas definitivas.

Mas desde já podia o Presidente affirmar achar-se praticamente liquidado o emprestimo de nove milhões de esterlinas.

Teria o stock produzido, bruto, aproximadamente £..... 14.500.000. Com o producto da venda, o Governo, por intermedio de seus banqueiros em Londres, adquirira a quasi tota-

lidade dos titulos do emprestimo, restando em circulação parte relativamente pequena.

Para assegurar o pagamento dos *coupons* e o resgate desta parcella, estava o Governo adquirindo e depositando, em mãos dos banqueiros, titulos inglezes de 5 % a serem vendidos á medida que se tornasse possivel comprar os titulos em circulação.

Do producto da venda, se applicara a quantia de £ ..... 2.050.000 ao resgate de emprestimo obtido dos banqueiros para auxiliar o pagamento da promissoria de £ 4.000.000 ao Banco do Brasil, cuja liquidação ficara assim definitivamente ultimada.

Pela lei de regularisação da exportação do café e distribuição nos mercados internos sanccionada pelo Presidente Arthur Bernardes a 7 de novembro de 1924 determinou-se que o Governo Federal asseguraria o abastecimento do café no mercado de consumo interno do paiz.

Ficava o Presidente da Republica autorizado a prohibir o embarque até 5 % das quantidades destinadas á exportação para mercados extrangeiros, dando preferencia, para essa prohibição, aos cafés de typo 7 ou inferiores. Regularia ao mesmo tempo a distribuição das quantidades não exportadas e em preços convenientes pelos mercados internos, segundo as necessidades legitimas do consumo, verificadas no primeiro semestre de 1924 e entraria de accordo com os Estados productores sobre a fórma de tal distribuição e do pagamento do preço aos productores ou exportadores.

Ficava ainda o Poder Executivo autorizado a transferir ao Estado de S. Paulo os armazens reguladores do transporte do mesmo Estado e a importancia do seguro pago até a data de promulgação da lei revogando-se a legislação anterior referente a este dispositivo.

Fez o Presidente W. Luis em sua ultima mensagem, a de 1924, notar ao Congresso Legislativo do Estado de S. Paulo que a receita estadual, arrecadada no exercicio de 1923, montara a 202.722:169$261 ou mais 13.541:169$261, do que o previsto pela lei orçamentaria.

Muito maior ainda teria sido se não houvesse vigorado a regularização das entradas de café em Santos.

A safra a exportar, por Santos, calculara-se em 12.000.000 de saccas de 60 kilos.

Entretanto, com a entrada limitada a 35.000 saccas diarias, só haviam podido ser exportadas 7.012.989 de saccas.

Bastaria que tivesse sido exportada toda a safra prevista de 1923, para que a arrecadação crescesse de 22.069:859$400 o que, com a arrecadação effectiva, permittiria um saldo orçamentario de 4.060:005$797.

Mas mesmo que não houvesse sido, como fora, rigorosamente cumprida a providencia da limitação, e cobrado o imposto de exportação de 9 % *ad valorem*, ainda maior seria o saldo da receita.

Ainda mesmo que o Governo, querendo cumprir o compromisso, que só comsigo mesmo assumira, dc, na arrecadação dos impostos sobre café (exportação e sobre-taxa sommadas) não excedesse de 9 %, ainda assim seria grande o saldo orçamentario.

Assim se demonstrava claramente que o Governo não teria a preoccupação exagerada do *deficit* orçamentario; e sim principalmente a prosperidade de S. Paulo, baseada na solida garantia offerecida aos productores.

Dentro da lei, e sem attingir os limites da lei, poderia realizar o equilibrio orçamentario e, ainda, para cortejar facil popularidade, apresentar vistosos saldos.

Preferira obra mais segura e mais fecunda, collimando o restabelecimento financeiro da lavoura paulista e com elle o desenvolvimento economico do Estado e a riqueza do Brasil.

Defendeu-se o Presidente W. Luis da pecha que alguns imputavam ao seu governo de haver augmentado a tributação cafeeira.

Tendo sido obrigado a prorogar a arrecadação da sobretaxa de cinco francos por sacca exportada, unica forma de conseguir realizar o emprestimo de 1921, emprestimo indispensavel, inadiavel, irremediavel, fizera o Governo ponto de honra, que a importancia cobrada por tal sobre-taxa sommada ao producto da cobrança *ad valorem* sobre a exportação do café, se mantivesse abaixo, da arrecadação dos 9 % legaes sobre o valor real da mercadoria exportada.

Para tal fim recorrera a dois meios: *a*) a fixação da pauta em quantia muito abaixo da cotação exacta do café, nos mercados de exportação; *b*) o franco da sobre-taxa, que, pelas leis de 1905, 1906, e 1908, deveria ser pago em ouro, sempre se cobrara em papel não obstante a sua quéda que o irmanava ao dinheiro brasileiro.

Em relação á ultima parte, bem se fizera sentir a orientação firme do governo, visto como a arrecadação da sobretaxa não cobrira a importancia necessaria ao serviço dos em-

prestimos contrahidos. Fora até necessario, em 1923, recorrer ás rendas geraes num total de 10.329:758$000.

Um quadro, levantado pela Recebedoria de Rendas de Santos, de accordo com as médias dos valores da praça, mostrava perfeitamente que sommadas as duas arrecadações — o imposto de exportação e a sobre-taxa de 5 francos — a sua relação com o valor real ficara sempre abaixo de 9 % legaes.

Annos	Preços	Imposto de 9 %	Sobre-taxa de 5 frans.	Porcentagem "ad valorem" sobre o total arrecadado
1920	66$750	3$780	1$658	8,1 %
1921	77$320	3$780	2$876	8,6 %
1922	118$396	3$780	3$154	5,8 %
1923	140$658	5$400	2$976	5,9 %

Os fazendeiros, os contribuintes, haviam pago, por consequencia menos dos 9 % *ad valorem*, a que eram obrigados pelas leis vigentes.

Resolvida assim a situação financeira, solucionada a crise do commercio do café com a intervenção federal, iniciada pelo Governo Epitacio Pessôa e continuada pelo Governo Arthur Bernardes, restaurada, portanto, a situação economica com a solução da questão do café, podia S. Paulo retomar a estrada ascendente da propriedade.

Na ultima de suas mensagens ao Congresso mineiro lembrava o Dr. Raul Soares de Moura que o serviço de defesa do café, limitado ás entradas deste producto em Santos, deslocara para a cidade de S. Paulo os despachos antes feitos directamente para Santos, com possivel prejuizo dos productores mineiros. Ficavam estes sujeitos a dupla tributação por não estar o caso previsto no accordo de 1912 entre Minas e São Paulo. Fora este inconveniente removido com um aditamento áquelle accordo firmado em março de 1923.

Como complemento de tal accordo, assignara-se um aditamento ao contracto de arrecadação existente com a Estrada de Ferro Central do Brasil, para se effectuar, na estação do Norte, a arrecadação do imposto e sobre-taxa de café alli retirado e armazenado, á espera de se facultar a sua descida para Santos.

O Governo de Minas tambem a tal proposito firmara contracto com a Leopoldina Railway com grande lucro para os cofres estaduaes.

A 19 de dezembro de 1924, assignada pelo Presidente Carlos de Campos, e seu secretario da Fazenda, Dr. Mario Tavares, promulgava-se a lei creando o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, a que se concedia personalidade juridica. Deveria ser administrado por um Conselho composto do secretario da Fazenda e do Thesouro, como presidente, do secretario da Agricultura, como vice-presidente e de mais trez vogaes, nomeados pelo presidente do Estado, entre pessoas de notoria competencia em assumptos agricolas e commerciaes. Seriam dois indicados pela lavoura cafeeira paulista e um pela Associação Commercial de Santos.

Além da presidencia o secretario da Fazenda e do Thesouro, ou em sua falta o da Agricultura, poderia exercer o direito do véto das deliberações contrarias ás disposições expressas da lei basica de cujo véto haveria aliás recurso para o presidente do Estado de S. Paulo.

Teria o Instituto séde na cidade de S. Paulo e succursaes onde necessario, assistido por pessoal technico contratado especialmente para o serviço interno e externo nos differentes mercados.

Creou-se então uma taxa de viação até o valor de um mil réis (ouro) ou o seu equivalente em papel por sacca em transito pelo territorio do Estado. Serviria esta contribuição para garantir o emprestimo a se realizar afim de se instituir o fundo de defesa permanente a se fazer pelo Instituto e a correr exclusivamente pela Secretaria da Fazenda e do Thesouro do Estado.

Consistiria esta desde logo na regularização das entradas em Santos, limitação dos transportes, de accordo com o regulamento approvado pelas emprezas ferroviarias do Estado. Assim tambem na elaboração de um convenio com os demais Estados cafeeiros para que estes votassem igualmente a taxa de viação do valor até um mil réis (ouro) por sacca, destinada a garantir um emprestimo, para constituição de fundo da defesa permanente, representado o Instituto nesta operação de credito pelo secretario da Fazenda e do Thesouro ou seu substituto legal, o vice-presidente.

A importancia do fundo assim constituido seria applicada exclusivamente nas operações de defesa, podendo parte della ser empregada em titulos publicos de bôa cotação e reconhecida segurança, a juizo do conselho.

Emquanto não se effetivasse o emprestimo o producto da taxa de viação, a ser arrecadada pelas estradas de ferro, seria depositado pelo Governo em estabelecimento de credito de sua

confiança em conta especial do Instituto. Com elle poderia o Instituto fazer, em caso de necessidade, as operações indispensaveis á sua movimentação de accordo com o seu programma.

Uma vez organizado o fundo de defesa permanente este consistiria ainda, em:

Emprestimos aos interessados, mediante condições de quantia, prazos, e juros determinados pelo conselho, com garantia do café depositado nos armazens reguladores do Estado.

Compras em Santos ou qualquer outro mercado interno, para retirada provisoria, sempre que o conselho julgasse tal medida necessaria para a regularização da offerta.

Serviço de informações, estatisticas e propaganda para augmento do consumo e repressão das falsificações.

Do fundo organizado, quando o conselho julgasse opportuno, poderia ser destacada parte para constituir o capital do *Banco Paulista de Credito Agricola*, cujos estatutos seriam elaborados pelo Conselho e ao qual, além das funcções que lhe fossem determinadas, seria commettida a de movimentar os emprestimos aos interessados na industria cafeeira.

Os lucros liquidos desse Banco, não se distribuiriam, sendo creditados á conta do *Fundo de Reserva*, que ao attingir a somma igual ao capital, seria transferido para o fundo de defesa permanente, o qual ficaria assim restaurado e continuaria integralizado.

Uma vez restaurado esse fundo de reserva permanente os lucros liquidos que dahi por diante se verificassem, poderiam ser distribuidos aos contribuintes da taxa de viação em quotas proporcionaes ás suas remessas e á parte que houvesse sido destacada para a formação do capital do Banco.

O fundo de defesa permanente — que, em qualquer tempo, revertia proporcionalmente aos contribuintes da taxa de viação seria intangivel e em hypothese alguma incorporavel á receita do Estado, nem applicavel a quaesquer outros fins além dos expressamente determinados em lei.

Os juros e os lucros que se verificassem nas operações do Instituto seriam incorporados a esse fundo.

Ficava o Governo de S. Paulo autorizado a entrar em accordo com o Federal, acceitando a quota que lhe coubesse na distribuição de que tratava a referida lei 3686 de 7 de dezembro de 1924.

Approvava-se o acto pelo qual o Governo do Estado adquirira e incorporava ao seu patrimonio os armazens reguladores do transporte, nos termos da mesma lei federal.

Para a solução dos compromissos resultantes desta acquisição, ficava o Governo paulista autorizado a fazer os encontros de contas acaso possiveis ou as operações de credito que se tornassem necessarias.

A arrecadação da taxa do valor até mil réis (ouro) terminaria com a extincção do serviço de amortização e juros do emprestimo a cuja garantia se destinava.

Ficava isento da taxa de viação, todo o café despachado para Santos até 31 de dezembro de 1924, bem, como o que, por effeito da limitação, estivesse retido nos armazens reguladores do Estado, quando provado que vinha da safra de 1923-1924.

CAPITULO LVIII

O combate á broca do café — Programma do Dr. Arthur Neiva — Estudos sobre a biologia do "Stephanoderes hampei" — Primeiros resultados obtidos

Ao Governo de S. Paulo transferiu poderes o da União por decreto especial, concedendo-lhe os direitos de regulamentar a defesa vegetal para que se incumbisse do combate á praga que em 1924 irrompera nos cafezaes paulistas. Foi posto a sua disposição o Dr. Arthur Neiva, director do Museu Nacional para dirigir estes trabalhos de defesa. Com a habitual e extraordinaria operosidade encetou o Dr. Arthur Neiva os serviços a que fora chamado a superintender de todas as suas passadas dando estricto conhecimento á imprensa. A lei numero 2.020 de 26 de dezembro de 1924 creou o serviço de defesa contra o novo flagello, assumpto do projecto 77 da Camara dos Deputados.

A 9 de setembro de 1924 noticiou que o serviço continuava a inspeccionar os varios municipios do Estado, afim de melhor acompanhar a marcha e desenvolvimento da praga.

Até meiados de setembro, deveria ficar concluida a inspecção de todas as zonas cafeeiras do Estado, num total de 104 municipios. Em 25 fora verificada a existencia da broca, tendo sido visitadas 1.003 fazendas. Notavam-se zonas fortemente infestadas, em que os prejuizos já eram consideraveis, com perdas de cerca de 50 % da colheita, e outras ainda em periodo inicial de contaminação. Neste ultimo numero podia ser incluida a da Noroeste. Foi igualmente observada a existencia do stephanoderes nos Estados de Minas Geraes, Rio de Janeiro e Paraná.

Infelizmente não fora ainda bem comprehendida a gravidade da situação. Nutriam muitas esperanças na diminuição do mal pela influencia dos factores meteorologicos. Não havia comtudo exemplo algum da diminuição espontanea da praga

sendo completamente destituida de base a supposição de que o frio e as geadas possam destruir o insecto. O clima não exerce grande influencia na disseminação da praga em plena expansão em tempo secco, e em tempo humido já se verificara em S. Paulo, que o insecto resiste por mais de 105 horas a temperaturas variando de 2.° abaixo de zero a 3.° acima. de zero. Assim se demonstrava que o frio habitual em S. Paulo, nos mezes de inverno, mesmo com o apparecimento de fortes geadas, nunca poderia destruir o coleoptero. embora concorresse para diminuir, temporariamente, a sua actividade e disseminação.

Embora continuasse grave a situação. não havia motivos para desanimo, quando applicadas as medidas que o serviço enviara, em agosto. a todas as municipalidades paulistas.

O Serviço continuava a trabalhar activamente e seria de toda a conveniencia a visita de fazendeiros e outros interessados á sua séde onde poderiam ser apreciados os seus trabalhos e estudos feitos, todos os dados relativos á biologia do insecto e um mostruario completo de seus estragos.

Era bastante animador, verificar e deixar bem assignalado que a grande maioria dos fazendeiros das zonas mais infestadas vinham seguindo os conselhos do Serviço, tendo já iniciado. e alguns concluido, o repasse das colheitas e o expurgo do colhido.

Tomara o Serviço a seu cargo o trato de varios talhões de fazendas muito contaminadas na zonas mais infestadas para nelles demonstrar a efficacia dos processos que aconselhara e empregava.

Para o combate efficiente reputavam-se essenciaes as seguintes medidas:

Fazer cuidadosamente repasse nos cafezaes, depois das colheitas. — O primeiro a ser effectuado logo a seguir á colheita. apanhando-se todos os fructos acaso existentes nos cafeeiros e no solo. Depois das primeiras chuvas, que sempre descobrem muitos fructos dos que ficam enterrados no solo, proceder-se-ia a segundo repasse, devendo, então, ser todos os grãos destruidos ou pelo fogo ou o enterramento, tendo-se o cuidado de se cobrirem, no minimo, com 30 centimetros de terra socada ou bem batida.

Verificara-se que de grãos enterrados com 30 centimetros de terra fofa haviam sahido besouros ao cabo de 6 mezes. Num talhão de uma fazenda, em Rio Claro, cuidadosamente repassado em 6 de agosto, tinham sido obtidos, em 5.021 ca-

feeiros, 86 litros de café com um total de 75.336 fructos, dos quaes, 71.466 com côco. Depois de uma chuva, em 1 de setembro, em novo repasse, haviam sido colhidos 46 litros com um total de 39.882 fructos, dos quaes 34.868 em côco.

Por occasião do segundo repasse, convinha enterrar, em valetas, tambem o cisco, por causa dos detrictos capazes de valer de abrigo e alimento ao coleoptero.

Durante a época das aguas, dever-se-ia fazer sempre a catação dos fructos arrastados pelas enxurradas e accumuladas nas partes baixas dos cafezaes, depressões do terreno e barrocas, o que fazia erroneamente suppor a muitos que o insecto mostrava preferencia por taes lugares.

Numa fazenda de Campinas tinham sido encontrados 30 % de fructos infestados nas barrocas, 15 % em declives dos cafezaes e menos de 1 % nos espigões.

Já o Serviço conseguira os dados seguros de repasses effectuados em 15 propriedades agricolas do Estado, num total superior a 2.500.000 cafeeiros. Eram verdadeiramente interessantes e instructivos.

Numa fazenda de 150.000 pés em Amparo, haviam sido colhidos 2.000 litros de café á razão de $700 por litro e numa média de 13 fructos por cafeeiro. Em outra, de Campinas, em 230.000 pés, 6.215 litros, a $335 em média. No mesmo municipio, numa fazenda de 360.000 cafeeiros, rendera o repasse 6.600 litros. Ainda em Campinas, em 151.714 pés apanharam-se 5.582 litros a $364, e em outra fazenda do mesmo proprietario, 123.626 pés renderam 5.555 litros, por 2:152$850, ou $426 por litro. Em Rio Claro, em 160.000 cafeeiros, 1.931 litros, á razão de $307 e média de 12 fructos por arvore. A maior defesa effectuada nessas fazendas fora de 1$926 por litro de café colhido, mas apenas em talhão pequeno e em que havia mais de 250 fructos por pé.

Verificara-se cuidadosamente que 225 grammas de café beneficiado vinha a ser em média o rendimento por litro colhido no repasse. Isto mostrava claramente que, sob os preços então correntes a operação podia ser feita com lucro.

Mas, mesmo que os fazendeiros tivessem de enfrentar despezas avultadas, não deveriam nunca hesitar em pratical-a, com o maior cuidado possivel. Formava a base de todo o combate á praga, constituindo, inquestionavelmente, a medida mais efficiente e garantidora de exito.

Desde os primeiros trabalhos vinha o Serviço recommendando insistentemente o repasse. Com grande satisfação via-se indicado como meio indispensavel e efficaz, pelos technicos

hollandezes, após 15 annos de ensaios e lutas nos cafezaes das Indias Hollandezas.

Nunca seria demais assignalar que sem repasse cuidadoso nenhuma outra medida poderia ser coroada de exito.

Quanto ao expurgo da colheita — uma vez colhido o café devia ser immediatamente transportado em saccos para junto dos terreiros, porque o café a granel podia disseminar a praga. Antes de entrar nos lavadouros teria de ser expurgado convenientemente.

Para o expurgo das cerejas aventava-se a ideia de se aproveitar o proprio calor da fermentação natural do café amontoado. As experiencias realizadas pelo Serviço mostravam a efficiencia de semelhante processo. No amontoado só depois de 48 horas era attingida a temperatura capaz de destruir o besouro, mas com evidente prejuizo para as qualidades commerciaes do producto, como affirmavam os technicos de casas exportadoras de Santos. Além disto, no mesmo monte, a temperatura variava nas differentes camadas, havendo sempre, em algumas, temperaturas supportaveis pelo insecto.

Procedera-se tambem a experiencias com a fermentação em agua. Verificara-se que o besourinho adulto resiste 5 dias mergulhado precisando as larvas de mais de 7 dias para serem destruidas. Facil era comprehender que o grão sahiria completamente prejudicado depois de tão longa permanencia debaixo de agua.

O expurgo pela agua a ferver, aliás carissimo embora efficaz para a extincção do minusculo hexapodo, prejudicava o producto, difficultando a torração e dando máo gosto á bebida.

Podia o calor ser utilizado para este fim, pois se verificara que o insecto não resiste mais de 2 minutos a uma temperatura de 52 gráos.

O gaz sulphydrico e o sulfureto de carbono rectificado, a razão de 400 grammas por metro cubico, durante 24 horas, podiam ser utilizados no expurgo, restando verificar se não prejudicavam o producto. Procedia o Serviço a larga serie de experiencias para ver se seria possivel diminuir a quantidade de sulfureto a empregar e o tempo de permanencia nas camaras de expurgo.

Com o expurgado, não haveria perigo no emprego da palha, uma vez que bem enterrada e não espalhada superficialmente como habitualmente, se fazia nas fazendas de São Paulo. O fazendeiro que tivesse cafezaes livres da praga e houvesse expurgado poderia esparramar a palha sem receio, quando não

houvesse o perigo de estar contaminado o cafezal visinho e dahi poderem vir os stephanoderes.

Devia ser terminantemente prohibida a venda de palha, embora em municipios não infestados, desde que o café não houvesse sido submettido a expurgo. Em tal caso, precisava ser incinerada.

De toda a vantagem se apresentava o expurgo de roupas e materiaes dos colonos. — Devia ser cuidadosamente examinada a bagagem dos colonos recem-mudados, sobretudo quando provenientes de zonas infestadas. Além do perigo do transporte do insecto nas roupas, saccos velhos de colheita, utilizados commumente para o acondicionamento de objectos de uso domestico, havia tambem a possibilidade de infestação por meio de utensilios agricolas e no café em côco que geralmente levavam de uma fazenda para outra, para consumo proprio.

Cafeeiros abandonados podiam converter-se em perigosos fócos. Devia ser feita rigorosa inspecção ás mattas, capoeiras, quintaes e outros lugares para a destruição de todos os cafeeiros alli existentes, geralmente oriundos de sementes disseminadas por aves e outros animaes.

Nos terreiros convinha fazer rigorosa varrição queimando-se em seguida com o maximo cuidado as varreduras. Iguaes limpezas deviam ser feitas em tulhas e casas de machinas, sobretudo junto aos descascadores e ventiladores, em que se accumulam os detrictos do beneficio, onde o o insecto póde alojar-se e desenvolver-se.

Precisava ser absoluta a prohibição do transporte de mudas de cafeeiros, ramos com fructos e sementes em todos os municipios. Era este um dos meios de disseminação da praga como já haviam comprovado numerosos e indiscutiveis casos.

Não se explicavam de outro modo as contaminações de municipios muito afastados do fóco inicial, como por exemplo, em toda a zona de Noroeste.

As mudas e todo o material de plantação de quaesquer vegetaes só deviam ser transportados quando de zonas não infestadas.

De grande vantagem, pois, que os fazendeiros se abstivessem de receber mudas de outros municipios ou fazendas em zonas contaminadas.

A 17 de setembro de 1924 annunciava o Serviço de Defesa do Café, que já tinha virtualmente determinadas as zonas infestadas. Destacara para diversos municipios varios inspe-

ctores e auxiliares, de modo a acompanharem os trabalhos do repasse e mostrar a necessidade imprescindivel de que este devia ser cuidadosamente executado.

Além disto, os technicos do Serviço haviam pessoalmente percorrido varias fazendas examinando os trabalhos realizados, ministrando instrucções a respeito e procurando por todos os meios deixar bem assignalada a importancia capital do repasse base de todo o plano de combate á praga, unico capaz de apresentar resultados positivos e immediatos e sem a qual nenhum outro poderia ser coroado de exito.

Cuidadosamente examinados haviam sido 104 municipios dos 216 do Estado e verificada a existencia do *Stephanoderes* em 28. Os municipios dados como não contaminados haviam. no minimo, sido inspeccionados trez vezes, por inspectores differentes, o que deixava patente o cuidado da inspecção.

Conhecida como já era a biologia do terrivel hexapodo e sabido, que, apezar de ter sido encontrado em 32 outras plantas da flora brasileira, provavelmente em nenhuma encontrava meios de subsistencia a não ser no fructo do café, evidente se tornava que a luta só poderia ser victoriosa quando travada no meio predilecto, indispensavel á sua evolução e desenvolvimento. Ao *stephanoderes* deviam ser tirados todos os elementos de resistencia e de defesa. E isto só seria conseguido graças a uma campanha longa, paciente e tenaz, de modo a prival-o dos fructos do cafeeiro.

A pratica e o tempo já se encarregavam de demonstrar á evidencia que inteira razão tinha o Serviço de Defesa em aconselhar insistentemente a applicação dos repasses.

Só elles, cuidadosamente executados, poderiam salvar a lavoura paulista.

A praga já existente havia varios annos, só passados cerca de dois lustros se apresentara com caracter alarmante tal como se dera em Java. Alli introduzida em 1909, sómente em fins de 1918 constituira verdadeira calamidade. Para a felicidade de S. Paulo se apresensentara em anno de safra diminuta, seguida de longo periodo de secca e com o inverno prolongando-se além do normal. Só em setembro de 1924 apparecera a primeira florada. Queria isto dizer que, mais tardiamente do que habitualmente, haviam surgido os primeiros fructos granados, em que o insecto iria fazer as posturas e devastações.

Cedo se terminara a colheita, seguindo-se-lhe ondas frias, que embora incapazes de destruir o insecto, em muito lhe haviam diminuido a actividade. E a falta de chuvas, impedindo

os colonos de fazerem plantações deixavam livres ao fazendeiro bom numero de braços.

Os preços remuneradores tambem permittiam, como em nenhuma outra época, que os lavradores executassem uma operação nova em suas culturas, trabalhosa e cara. E permittia de tal maneira, que o producto da colheita dos repasses compensava se não de todo, mas em boa parte, as despezas realizadas.

Era preciso porém que os fazendeiros se compenetrassem como, felizmente, a grande maioria o fazia, de que não bastava um só repasse para deixar os cafezaes sem fructo algum. Indispensaveis dois ou trez. Convinha depois manter pequena turma permanente e vigilante, nesse trabalho meticuloso, paciente e tenaz. Muito maiores as despezas indubitavelmente, se a Commissão Technica desde o principio não tivesse resistido ao desejo, quasi unanime da lavoura, em sacrificar, pela decepagem ou fogo, dezenas de milhões de arvores em um dos mais ricos municipios do Estado e, como o tempo viera proval-o, inutilmente.

Em Campinas, em 40 propriedade agricolas, tinham-se obtido como média, 23 ½ litros de café por mil pés, com uma despeza de 30$647, ou fossem 1$332 por litro.

Cuidadosamente se verificara serem precisos em média 8 litros de repasse para a obtenção de uma arroba de café beneficiado. Em municipios ainda não contaminados, fora apenas de 62 litros essa média, o que mostrava claramente o gráo de infestação dos fructos colhidos em Campinas graças ao repasse. Em uma fazenda daquelle municipio, depois da primeira operação, tinham ainda sido colhidos, num cafezal pequeno, 1.244 fructos dos quaes 1.007 infestados ou fossem 81 %!

CAPITULO LIX

Mensagem da Presidencia da Republica ao Congresso Nacional em 1925 — O café e a exportação — Mensagem do Presidente de S. Paulo Dr. Carlos de Campos — As operações do Instituto de Café de S. Paulo em 1925 — Exposição á Presidencia do Estado pelo Secretario da Fazenda Dr. Mario Tavares — Situação do café em Minas Geraes

Dirigindo-se ao Congresso Nacional na mensagem de 3 de maio de 1925 deu o Presidente Arthur Bernardes esclarecimentos sobre a liquidação dos exercicios financeiros do triennio transacto.

	Receita orçada		Receita arrecadada		
	Ouro	Papel	Ouro	Papel	Deficit
1922. . . .	92.276	727.673	75.397	653.475	448.951
1923. . . .	97.586	778.085	98.900	742.242	224.374
1924. . . .	102.890	921.898	115.618	842.956	89.738

A divida externa attingira £ 129.802.384 a interna 2.031.495 contos o total de papel-moeda circulante 2.237.139 contos. Isto a 31 de dezembro de 1924.

Haviam sido estes os dados do commercio do paiz em 1924.

Importação 4.340.981 toneladas valendo 2.815.630 contos ou £ 68.949.000.

Exportação 1.834.859 toneladas valendo 3.865.554 contos ou £ 95.103.000.

Fôra pois o saldo de 1.047.924 contos ou £26.154.000.

Era a mais frisante a preponderancia do café que entrara com 75 por cento do valor da exportação apezar de haverem sahido menos 240.000 saccas de que em 1923.

A maior parte dos outros productos diminuira. Mas a alta do café dera o grande saldo mercantil salvando a balança

commercial do pagamento de abalo profundo, observava um reparador, contemporaneamente.

Precisava o Brasil de mais de 100 milhões de libras por anno de exportação. Em 1919, com o grande movimento do anno seguinte á guerra vendera mercadorias no valor de 170 milhões de libras, em 1920, sua exportação ainda fôra de 107 milhões, mas depois cahira a 58 milhões em 1921, subindo a 68 em 1922 e a 71 em 1923, para attingir finalmente a 100 milhões em 1925.

Mostrava-se o confronto do valor da exportação brasileira nos ultimos annos, auspicioso. Provava que o paiz vencera a crise para entrar em novo periodo de prosperidade, se novos erros não perturbassem o systema já pronunciado. Fora em:

	Milhões de libras
1906	53
1907	54
1908	44
1909	63
1910	63
1911	66
1912	74
1913	65
1914	46
1915	53
1916	56
1917	63
1918	61
1919	117
1920	82
1921	45
1922	61
1923	68
1924	86
1925	102

Fôra exactamente a exportação em 1925 de 102.073 libras o que constituia um record depois de 1919 e 1920. Em moeda nacional, seu valor em 1925 chegara a ser maior registado até então correspondendo a 1.919.201 toneladas, augmento devido ao café que em 1925 batera um record em moeda ingleza, tendo mostrado a maior somma até então recebida pela sua venda.

Facto novo constituia a exportação pelo porto de Paranaguá.

Avantajava-se não só a producção paranaense como a pernambucana. Do Recife haviam sahido 94.544 saccas e de Paranaguá 27.268.

Fôra esta a producção dos principaes artigos brasileiros no quatriennio de 1920-1921 a 1923-1924 segundo se divulgou então.

VALOR

Productos	1920 — 1921	1921 — 1922	1922 — 1923	1923 — 1924
Aguardente	33.430:000$	54.065:000$	89.460:000$	76.503:000$
Alcool	6.472:000$	14.863:000$	15.965:000$	24.953:000$
Alfafa	59.804:000$	74.246:000$	86.059:000$	100.977:000$
Algodão	485.991:000$	499.876:000$	628.656:000$	686.812:000$
Arroz	318.132:000$	204.940:000$	300.667:000$	307.744:000$
Assucar	417.209:000$	418.202:000$	522.947:000$	617.494:000$
Aveia	3.489:000$	3.566:000$	2.617:000$	2.878:000$
Batatinha	76.341:000$	114.540:000$	104.204:000$	119.234:000$
Borracha	97.373:000$	74.553:000$	28.704:000$	63.000:000$
Cacau	61.052:000$	41.679:000$	51.963:000$	69.709:000$
Café	1.025.992:000$	1.267.153:000$	2.858.838:000$	2.622.407:000$
Centeio	9.802:000$	8.855:000$	8.138:000$	8.357:000$
Cevada	5.266:000$	5.604:000$	2.778:000$	2.984:000$
Côco babassú. . .	—	—	28.000:000$	22.750:000$
Côco da Bahia. . .	7.807:000$	14.756:000$	17.311:000$	22.901:000$
Farinha de mand.ª .	114.461:000$	141.704:000$	134.634:000$	246.118:000$
Feijão	232.555:000$	197.535:000$	220.611:000$	256.864:000$
Fumo	129.950:000$	159.334:000$	177.241:000$	225.640:000$
Herva matte. . .	156.000:000$	77.038:000$	115.608:000$	192.830:000$
Milho	949.216:000$	688.037:000$	1.027.292:000$	1.224.345:000$
Trigo	67.922:000$	69.665:000$	40.089:000$	64.694:000$
Vinho	23.640:000$	37.521:000$	30.966:000$	56.571:000$

Em estudo, acurado e longo, sobre a situação cafeeira lembrou Victor Vianna no *Jornal do Commercio* que o grande artigo da exportação do Brasil afinal recuperara a importancia que antes da guerra tinha.

O valor da sacca exportada subira a réis 206$000 contra 147$ em 1923, 119$ em 1922, 83$ em 1921 e 46$ em 1913. Convertida esta média em moeda ingleza acusava grande augmento em 1924, pois a sacca ficara valendo mais de cinco libras esterlinas, quando nos outros annos excedia apenas de trez libras.

O valor do café garantia, portanto, o commercio exterior do Brasil. As difficuldades que a lavoura ainda enfrentava provinha principalmente do alto custo da producção.

Occorresse o saneamento da moeda e os resultados auferidos pela economia do paiz seriam enormes. Nada mais expressivo do que o quadro.

Annos	Exp. total £	Exp. de café £	Porcentagem
1919. . .	117.388.000	66.081.000	65,3
1920. . .	82.364.000	40.456.000	49,1
1921. . .	45.411.000	27.067.000	59,6
1922. . .	61.317.000	39.549.000	64,5
1923. . .	68.562.000	44.182.000	64,4
1924. . .	86.737.000	65.747.000	75,8
1925. . .	102.875.000	74.032.000	72,0

O confronto da nossa exportação, convertida em moeda ingleza, com a do café mostrava a expansão correspondente de ambas. Este confronto revelava que os artigos, com grande desenvolvimento durante e depois da guerra, quando o café se retrahira um pouco, atravessava crise ou havia desapparecido do quadro das exportações. Tal o caso do arroz, o feijão e outros. Mas fôra isto compensado pela alta do café da borracha e maior venda de algodão.

O quadro acima é o de paginas 200 da publicação official da Directoria de Estatistica Economica e Financeira do Thesouro Nacional, datado de 1927 em que os valores vem expressos em libras ouro.

Differem estes dados dos que arrola o Annuario Estatistico do D. N. C. para 1938 e que são aliás do articulista que acompanhamos.

Annos	Exp. total £	Exp. de café £
1919.	130.085.000	72.607.000
1920.	107.521.000	52.821.000
1921.	58.587.000	34.694.000
1922.	68.578.000	44.242.000
1923.	73.184.000	47.078.000
1924.	95.103.000	71.833.000
1925.	102.643.000	74.020.000

Suppomos procedam estas divergencias da differença entre libra ouro e libra papel.

As porcentagens entre um e outro quadro muito pouco divergem.

1919	56,3	55,81
1920	49,1	49,13
1921	59,6	59,22
1922	64,5	64,51
1923	64,4	64,33
1924	75,8	75,53
1925	72,8	71,96

As cifras do articulista que são as do D. N. C. procedem igualmente da Directoria de Estatistica Economica e Financeira do Thesouro Nacional.

Segundo um economista foram estas em 1925 as cifras correspondentes á receita e despeza e encargos dos Estados e Districto Federal, desprezando as fracções de conto de réis. A receita das vinte e uma unidades correspondera a Réis 817.375:833$000 e a despeza a 837.027:781$000, montando seus encargos a 2.854.529:877$000.

A contribuição dos Estados cafeeiros fôra a seguinte:

Estados	Receita	Despeza	Debito
S. Paulo	288.981	288.980	737.096
Minas Geraes	74.834	74.784	161.122
Rio de Janeiro	33.907	33.859	136.969
Espirito Santo	14.016	13.986	30.142
Totaes	411.738	411.609	1.065.329

Assim a arrecadação dos quatro grandes estados cafeeiros attingira mais de metade da receita total das vinte e uma unidades da Federação.

De 1.º de maio de 1924 em diante presidiu o Estado de S. Paulo o Dr. Carlos de Campos.

Em sua mensagem ao Congresso Legislativo em 1925, dizia o novo chefe do executivo paulista:

"A producção do café, teve oscillações no decennio de 1913-1923, periodo em que entraram a produzir 178.259.716 cafeeiros novos. As safras, no emtanto, não mostram augmento, pois mais da metade dos cafeeiros existentes nas regiões velhas excede já de 25 annos de existencia. A producção paulista, é certo, deu melhor rendimento no anno agricola de 1923-1924, quando attingiu a 13.320.000 saccas, segundo a avaliação prévia. Conforme a estimativa opportunamente effectuada, a producção immediata, de 1924-1925, não deveria ter passado de 6.187.000 saccas. O que tem trazido algum esforço ás safras exportadas por Santos é o café produzido no sul de Minas e no Paraná. Em 1924-1925, o café procedente de Minas e em demanda do nosso porto foi estimado em 1.335.074 saccas e o do Paraná em 87.824. De tal modo, deduzido o consumo interno, o total provavel a entrar em Santos elevar-se-á a 6.492.000 saccas."

Fizera-se a elevação da pauta a 1.º de janeiro de 1925.

Para a economia nacional, cada sacca de café representava um valor minimo de 207$670, assim demonstrado:

Preço médio por 60 kilos	195$672
Imposto *ad valorem*	5$400
Sobretaxa de 5 francos	2$366
Capatazias	$300
Carreto	$430
Carga e descarga	$168
Sacco novo	3$200
Embarques	$134
Total	207$670

O movimento revolucionario de julho de 1924 irrupto no Estado não prejudicara a exportação cafeeira, ao envez do que succedera com os demais productos paulistas.

A Lei de 19 de dezembro de 1924, creando o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, realizara velha aspi-

ração da lavoura, organizando o apparelho de defesa do preço do producto, para cujo serviço passara a contribuir com mil réis ouro por sacca.

Regulamentada a Lei de 14 de fevereiro de 1925, installara-se a nova repartição, cujos serviços estavam quasi todos organizados.

Em se tratando de instituto novo, sem similar em qualquer parte do mundo, iam as necessidades aconselhando, no desenvolvimento da sua missão, os complementos indispensaveis.

A acção immediata do novo apparelho fôra reclamada para a execução da lei na parte que autorizava a intervenção nos mercados a bem do amparo do preço e defendel-o contra a depreciação tentada por especuladores.

Constituida, como se achava a personalidade juridica do Instituto, já se podia ao que parecia cogitar do levantamento de um emprestimo, de preferencia externo, necessario á defesa de preços compensadores do esforço do lavrador. Acompanhando as necessidades do consumo, garantiria a possibilidade de adiantamento á Lavoura e mesmo o serviço de redesconto, por intermedio de estabelecimentos bancarios. Qualquer auxilio por esta forma prestado aos productores deveria ser feito com garantias de facil e rapida liquidação, taes como emprestimos sobre *warrants* e conhecimentos de embarque, pois que as demais já pertenciam á missão do credito agricola geral.

Haviam a Colombia, e outros paizes mais, esgotado reservas voltando a affluir aos Estados Unidos o grão do Brasil. E a missão dos torradores americanos estava em feliz entendimento com o Instituto do Café no tocante á propaganda e ás cotações do genero.

Haviam-se iniciado, e com bôas perspectivas, o trabalho para um accordo entre S. Paulo e os demais estados cafeeiros sobre a regularisação da taxa paga em ouro e a dos embarques.

A 23 de janeiro de 1926 apresentava o Dr. Mario Tavares, então secretario da Fazenda do Presidente Carlos de Campos, o relatorio referente ao contracto realizado com os banqueiros londrinos Lazard Brothers & C. Ltda. para o lançamento de um emprestimo de dez milhões esterlinos, prazo de trinta annos com possivel resgate antecipado a 102 typo 90, juros de 7 ½. Emprestimo este destinado ao Instituto de Café do Estado de S. Paulo, para a constituição de seu fundo de defesa, com a liberdade de não pagamento de juros e deferindo a outros a prioridade de garantia de taxa de viação.

Explicava o Dr. Tavares que na opinião de alguns não devia o Instituto depender do poder publico. Esta seria, realmente, a melhor situação para o Governo do Estado que só devia louvores á organização que se constituisse e prosperasse sem a sua actuação, prestigio e amparo.

Creada a taxa de viação, pedida pela lavoura em um quasi plebiscito, pela imprensa, decretara o Congresso Nacional a organização da instituição da defesa do café para operar com efficiencia.

Iniciados os trabalhos do Instituto, verificara-se logo que não tinha recursos para realizar a missão. E assim ainda uma vez um appello se fizera ao Estado com benevolo acolhimento. Não faltara o amparo e, consignava o secretario da Fazenda desvanecido, havia alguns mezes que o Instituto nada devia ao Thesouro.

Fôra a phase inicial e excepcional. Era o prestigio da nova instituição que periclitava.

Nada justificaria, porém, que o auxilio na fórma anterior se repetisse. E assim se procederia.

Deixada definitivamente a possibilidade de taes recursos, impunha-se ao novo apparelho viver, como vivera, do credito, ainda muito limitado.

Pequenas eram as safras que desciam e a que se annunciava, mas, mesmo assim, a parte do commercio que procurava lucros na baixa de preços esmorecia na acção depreciativa do valor do producto. Assegurava-se com vantagens para essa corrente, que o Instituto não passava de inutil organização, não dispondo, como era notorio, dos elementos financeiros indispensaveis ao cumprimento do seu programma.

Em favor deste ambiente, outro factor — a crise de numerario — opprimia o commercio, soffredor das consequencias da natural retracção bancaria. Via-se o lavrador, nesta contingencia, sem elementos para resistir, o que favorecia a derrocada a custo aliás evitada — ordenando por qualquer preço a venda da safra.

Certificava-se, de modo insophismavel, que o Instituto só, sem o auxilio do poder publico e sua fiscalização para a efficacia do cumprimento da contribuição geral, resultaria inutil caber-lhe-ia o fim de outras organizações, que se destinavam, em S. Paulo, á defesa da lavoura cafeeira.

Interviera o Governo de S. Paulo, e na praça de Londres, encontrando porém muito má vontade por parte dos banqueiros desde que não fosse o emprestimo directamente negociado

com o governo paulista. Ao seu entender devia elle ser o devedor directo.

O mesmo succedia nos Estados Unidos onde reinava aspera campanha contra a defesa de café.

Afinal surgira a proposta de Lazard Brothers apresentada pelo Sr. Charles Murray. Passado um mez firmara-se a transacção.

O que o governo paulista tivera em mira fôra realizar o emprestimo para o proprio Instituto para o ver entrar para a consideração dos grandes mercados financeiros e a mais ampla propaganda de café com os novos elementos angariados.

Affirmava o Dr. Mario Tavares que em Londres a consideração alcançada pelo Instituto facilitara a operação.

Haviam os banqueiros deixado o caso bem explicito a declarar que o prospecto tornava publico os factos como elles realmente eram. Ficara perfeitamente claro que quem recebia o emprestimo era o Instituto de Café e não o Estado. Por conveniencia de negocios resolvera a Bolsa que o emprestimo fosse classificado na secção do mercado de fundos destinada aos governos extrangeiros.

Nesta occasião assegurou o secretario da Fazenda que o credito do Estado em Londres permanecia firme e até, de algum modo, elevado pelo brilhante exito do emprestimo. As cotações actuaes já registavam uma alta de dois e trez quartos.

Expendeu o Dr. Mario Tavares a opinião de que uma vez fundado o Instituto de Café não haveria mais lugar, por muitos motivos, para o projectado Banco de Credito Agricola.

Um destes, e dos mais pertinentes, vinha a ser a collocação do novo Instituto como accionista forçado do Banco, posição delicada se o Banco viesse a soffrer algum transtorno serio. Estava além de tudo o Instituto apparelhado para as operações de credito agricola de que precisava a Lavoura.

Explicou ainda que para as operações de credito agricola dispunha a Lavoura de uma instituição bancaria, cujo fim exclusivo era o proprio.

Reclamava, agora, o auxilio pecuniario directo para defender o producto já colhido, o amparo para o esforço realizado, contra a necessidade da venda a qualquer preço.

Tal apoio, emquanto a elasticidade do credito e as facilidades bancarias o haviam permittido, não lhe faltara por parte do commissariado, senão directamente dos bancos.

Verificara-se então um periodo de conspiração de elemen-

tos diversos, contrarios todos ás vantagens anteriormente gozadas.

Mudara, porém, a face das coisas com o deposito do resultado da recente operação nas carteiras de organisações bancaria que o Instituto elegesse, de accordo com o volume dos respectivos capitaes e as tradições de solidez na confiança publica. Seriam os recursos levados ao fazendeiro, por intermedio da Secção Financeira do Instituto, mediante a garantia de cafés depositados nos Armazens Reguladores e na proporção devida, de accordo com o valor do producto.

Opportuna e brevemente divulgado seria o regulamento estabelecedor da simplificação do processo em favor do lavrador, unica entidade capaz de contrahir emprestimo. Especificar-se-iam então as cautelas para a segurança do Instituto.

A publicação dos balancetes mensaes possibilitariam a incidencia salutar da fiscalização da lavoura, dos credores e interessados, em geral.

Appellava o secretario da Fazenda para as palavras de grande e prestigioso lavrador, Sr. Carlos Leoncio de Magalhães que no exito da operação recem effectuada via uma demonstração de força do cooperativismo.

A realização do emprestimo de dez milhões de esterlinos para o Instituto constituia acontecimento sem precedentes; no mundo rara seria a classe que se poderia gabar de haver realizado, directamente, uma operação de credito de tamanho vulto. Podiam os lavradores de S. Paulo encher-se de orgulho muito justificavel tanto mais quanto o melhor amigo e maior consumidor do Brasil fôra vencida a guerra que se movera ao café.

Sem receio de errar com a melhor bôa fé e maior confiança, felicitava o Sr. Magalhães a lavoura de S. Paulo, e duplamente ao governo do Estado pelo horizonte que se descortinava, nessa belissima operação, sem precedentes na historia do mundo, operação que lhe honrava sobremodo o credito financeiro.

Finalisando lembrava o Sr. Carlos L. de Magalhães que de todas as operações ultimamente realizadas fôra a do Instituto a mais vantajosa. Sobrepujava até a que concluira o Estado de S. Paulo.

Fallando do café declarava o orgão official do Governo de Minas Geraes, a proposito das medidas de defesa de café que grande parte da safra corrente se escoara methodica e paulatinamente ao contrario do que costumeiramente se verificava nos annos anteriores.

De julho a dezembro de 1925, anno de safra menor, haviam sahido 2.895.298 saccas, emquanto em igual periodo de 1924, de safra muito maior apenas 2.004.472. Eram estes numeros eloquentes.

Bem se via, portanto qual o resultado da regulamentação do escoamento das safras. Cerca de 1.600.00 saccas haviam sido retiradas para serem entregues ao mercado consumidor em 1926.

A safra de 1926 não ultrapassaria 55 % da de 1925, sendo, portanto computada no maximo, em dois milhões de saccas.

Ora, não fôra a retenção, os stocks accumulados nos mercados externos viriam aggravar, por certo, os preços avultando-se em safra escassa. Tal porém não se daria.

A defesa do café não era para o Estado de Minas questão financeira. O imposto de exportação sobre o café produzira em 1924 o total de 35.023:903$000; verificara-se um saldo de 36.822:084$251, prova de que sem o imposto ainda o Estado custearia, com saldo todas as despezas ordinarias.

Entretanto, do plano executado resultara medida financeira de grande alcance, já que a quantidade retida punha o orçamento a salvo de imprevistas surprezas.

A defesa do café, que a lei sabiamente procurava tambem fazer pelo credito agricola, encontrava agora nos depositos effectuados do Banco de Credito Real a realização efficaz.

CAPITULO LX

Situação economico-financeira mundial em 1925 —Excellente posição do café — A Campanha anti cafesista nos Estados Unidos — Vinda ao Brasil de uma grande commissão de roasters para estudar "in loco" a situação cafeeira — Cotações cada vez mais vantajosas — Augmento consideravel do surto cafeeiro

Em 1925 accentuou Victor Vianna na resenha economica annual do *Jornal do Commercio,* cada vez mais se processara a reconstrucção economica dos grandes paizes tão duramente attingidos pela Guerra.

Verificava-se o predominio de recente mentalidade: o espirito da aventura e prodigalidade era muito maior do que antes de 1914, sobretudo nos paizes novos. Cada vez mais se tornava vulgar o recurso do saque sobre o futuro. Em todo o caso inegavel a realidade do progresso brasileiro accentuando-se, dia a dia, a vitalidade da Nação, cujos indices sempre crescentes vinham a ser os coefficientes da producção.

Pendia o ensaista mais para um livre cambismo não absoluto mas mitigado mostrando-se infenso ao proteccionismo que amparava a industria frequentemente ficticia e injustamente imposto aos consumidores.

Natural era que o paiz cada vez mais cuidasse daquillo que produzia com maior facilidade e perfeição. Disto havia convincente exemplo: o café.

Produzia o Brasil café para exportar, pois em relação ao total da safra o que ficava para o consumo interno constituia proporção insignificante. Se se não exportasse mais café, cahiria na miseria toda a população de S. Paulo, Rio de Janeiro, Minas, etc., seria o abalo formidavel, occasionando situação difficil de remover.

Porque entretanto, abandonar a cultura de café, tão commoda e productiva, para crear outras? Se a politica de protec-

cionismo intransigente fosse seguida, muito se prejudicaria a lavoura cafeeira, pois se nada comprasse o Brasil acabava nada vendendo.

A restauração economica da Europa era-lhe, como para o Globo, uma questão primordial. Melhorava constantemente.

Consolidara a Inglaterra as finanças e reabrira o seu mercado financeiro. Restabelecera a Allemanha o valor da moeda: a França com seus fortes elementos reparadores apresentava bem melhores condições economicas. Se o problema monetario fosse resolvido, teriam todos a ganhar.

Era preciso que começasse a reacção caracteristica na politica de deflação, já feita mas moderadamente pelo Banco do Brasil, sob a presidencia do Dr. James Darcy.

O cambio subira e tinham os preços de muitas utilidades baixado, o commercio exterior regularizara-se e o Banco do Brasil, sem deixar de prestar assistencia ao commercio, á industria e á agricultura, ia fornecendo ás praças o credito possivel. Exercera a sua missão commercial, sem esquecer a missão nacional de regularizar as condições da circulação monetaria fundamental para o progresso das nações.

Não produzira a deflação inconveniente algum, por muito prudente e justa. Não se haviam registrado fallencias nem perturbações, e assim, suavemente, a politica da valorização monetaria e cambial, praticada dentro dos recursos ordinarios e de accordo com o momento, obtivera completo exito, conforme provavam os numeros indices dos preços das mercadorias, as taxas cambiaes, o equilibrio dos orçamentos e o augmento do commercio exterior.

O cambio sobre Londres que em 1924 oscillara entre 5 e 6 15/16 em 1925 fizera-o entre 4 7/8 e 75/8.

Reduzira-se o deficit mau grado as despezas extraordinarias decorrentes da situação politica e dos acontecimentos de julho de 1924.

Verificara-se augmento na exportação para a cifra jamais attingida de 4.021.965 contos de réis quando em 1914 fôra de 3.863.554, com accentuada alta no valor ouro £ .... 102.875.000 contra 86.737.000. Os saldos haviam sido em 1924 1.073.997 contos e em 1925 de 645.133. Mas é que a importação crescera muito no segundo anno, passando de.... 2.789.557 a 3.376.832.

O augmento da importação representava o melhor dos indices. Se o paiz pudera comprar mais é que tivera maiores disponibilidades no Exterior. Continuava o café a leaderar com enorme vantagem a exportação nacional.

Nada mais frisante do que o confronto das cifras do quinquennio:

Annos	Saccas (1.000)	Valor em contos	Valor em ouro £	Porcentagem
1921 . . .	12.369	1.019.065	27.067.000	59,6
1922 . . .	12.073	1.504.166	39.549.000	64,5
1923 . . .	14.466	2.124.628	44.182.000	64,4
1924 . . .	14.226	2.928.572	65.747.000	75,8
1925 . . .	13.482	2.900.092	74.032.000	72,0

Quanto ao valor da sacca era este o confronto:

	Réis	£ ouro
1921	82.395	2,19
1922	118.694	3,12
1923	146.875	3,05
1924	205.853	4,62
1925	215.109	5,50

Attingira em ouro o apice da curva da alta. Uma unica vez havia chegado a este nivel em 1821, cento e quatro annos antes! Assim jamais, como em 1924, se verificara tão elevado coefficiente na porcentagem do café sobre o valor total da exportação brasileira.

As vistas dos brasileiros começavam a voltar-se insistentes para o cultivo do algodão sobretudo depois que um especialista do valor e reputação mundial de Arno Pearse proclamara as excellencias do solo brasileiro para a producção da fibra da malvacea.

Ao mesmo tempo corria mundo a phrase de Lord Lovat ao Dr. Noraldino de Lima, affirmando que o Brasil possuia as duas Carolinas e a Georgia, nas terras mineiras do valle do S. Francisco.

Em 1925 occorreram más noticias da recrudescencia da campanha contra o café nos Estados Unidos. A ella se associava um elemento do maior prestigio, o secretario de Estado do Commercio, Herbert Hoover, futuro presidente da grande Republica de 1929 a 1933.

Começara a propaganda entre os *groacers,* alguns já celebres em campanhas de *boycottage.* Tomara depois novo im-

pulso e desenvolvimento dela participando nomes e autoridades de incontestavel prestigio.

Abriu o Sr. Hoover, verdadeira campanha contra os paizes e governos que procuravam controlar productos de consumo norte-americano, ameaçando de represalias e medidas de defesa os promotores de tal combinação.

O Presidente Coollidge alludiu a esta reacção e o Sr. Hoover accentuou a sua propaganda. Algum tempo depois o Sr. Kellog, secretario de Estado, comparticipou da campanha, fazendo declarações contra a politica do controle de materias primas necessarias ao consumo da nação americana.

Esta propaganda aliás muito séria trouxe desorientada a opinião publica tanto nos Estados Unidos como no Brasil.

Na Camara de Comercio de Erie, pronunciou o Sr. Hoover um discurso que causou funda impressão combatendo de modo muito vehemente a politica de defesa do café e da borracha, aconselhando aos consumidores do principal artigo da exportação brasileira, o uso do chá e do chocolate.

Como solução á elevação de preços que considerava artificial apresentou o seguinte programma: Deviam os norte-americanos, reduzir o consumo dos artigos sob controle, estimulando o uso e a fabricação de succedaneos.

"Devemos induzir os nossos concidadãos a no Exterior fomentar, a producção rival, de taes productos, proclamou incisivamente. Precisamos prohibir a concessão de credito aos paizes que exerçam essa politica de controle, e solicitar do resto do mundo consumidor que a nós se allie nesta campanha.

Mais tarde, porém, o proprio Sr. Hoover considerou este programma como demasiado violento. Confessou que isto seria commercio de guerra, quando todos precisavam do commercio de paz.

Acabou declarando que a melhor solução seria a paz pelo abandono, em todo o Mundo, de qualquer intervenção governamental.

Como consequencia desta campanha intensa veiu ao Brasil grande commissão de directores e peritos da Associação Norte Americana dos Torradores de Café e da Associação de Varegistas pretendendo estudar *in loco* as condições da producção brasileira. E fel-o com consciencia e demorado estudo do problema. Reconheceu a legitimidade das allegações brasileiras tendentes a demonstrar a procedencia da alta do genero.

A politica do Brasil era de defesa do producto, não de valorisação.

Explicando o mecanismo do commercio cafeeiro no Brasil dizia um articulista:

Outr'ora, os commissarios extrangeiros compravam toda a safra no momento da remessa tudo se expedindo para os centros de distribuição e consumo. Acontecia, portanto, que as vendas se faziam no Brasil na época da safra exclusivamente. Assim os compradores impunham preços baixos, certos de que iam vender o comprado, a altos preços mais tarde.

A politica de defesa consistia na regularização das entradas nos portos brasileiros occorrendo como consequencia a limitação das expedições. Assim se distribuia a venda do producto por todo o anno, no Brasil, em vez de se fazer no Exterior. Os preços para os consumidores norte-americanos ficava sempre o mesmo, o que deixava de haver era a oscillação funesta aos productores.

Com o alto custo da producção, os cafeicultores do Brasil não poderiam supportar a baixa proporcional á que dantes havia na época da affluencia das entradas nos portos de embarque. Ficariam arruinados e o consumidor norte-americano perderia o que lhe era necessario — a bebida predilecta e que, apezar de toda a alta, era ainda a mais barata.

Assim a campanha a que Hoover emprestava o seu prestigio era mais que injustificada, vinha a ser injusta.

Argumentava o illustre politico com o caso do chá e o do cacau quando ambos os productos viviam sob um regimen de restricção. O chá se achava controlado pelos inglezes que se oppunham á oscillação das cotações. E convinha lembrar que as do café começavam a declinar.

Pretendera Hoover guerrear e nullificar, se possivel, o emprestimo que o Instituto de Defesa de Café pretendia lançar nos Estados Unidos. E com o seu prestigio conseguira oppor-lhe serios obices, tanto assim que o Instituto preferira recorrer á praça de Londres.

O emprestimo, que em moeda brasileira representava cerca de 300.000 contos, teve facil e elevado exito, documentador do credito do Brasil, de S. Paulo e do café e as disponibilidades do mercado inglez, que com a habilidade habitual, fornecera os recursos necessarios.

Declarou a Imprensa contemporaneamente que segundo as noticias publicadas, o emprestimo obtido pelo Instituto de Café de S. Paulo seria na maior parte empregado em fazer adiantamento aos fazendeiros que tivessem grandes partidas retidas nos armazens reguladores. O que dahi se podia deprehender, era que a defesa do producto se exerceria de modo

muito regular. Como pela instituição dos armazens reguladores, as entradas em Santos estavam limitadas, o commando dos mercados continuava dos brasileiros. Mas muitos fazendeiros não obtinham com a rapidez desejada os recursos correspondentes á sua safra, pois seus cafés permaneciam nos armazens durante certo tempo á espera de embarque.

Iria o emprestimo realizado em Londres servir para warrantar as mercadorias retidas e fazer adiantamentos equivalentes a outras operações de credito rural.

Não havia portanto, açambarcamento, corner ou valorização. Apenas regularização de entradas, proporcional aliás aos embarques e pedidos.

Assim sendo não existia valorisação artificial apenas methodisação do escoamento natural. Para que algumas partidas não se prejudicassem com a retenção provisoria e regularizadora nos armazens e estações é que o Instituto iria fornecer credito, de accordo com as necessidades e circumstancias.

Não haveria açambarcamento de especie alguma pois a safra se escoaria á medida da procura.

Commentava o articulista que a União se desembaraçara da defesa do café, acto aliás de justiça e bôa orientação, mas não podia deixar de ver com bons olhos o esforço dos Estados em prol da sustentação dos preços.

A regularização das offertas resolvera a questão, substituindo a valorisação pela defesa. O problema agora a solver era o do regimen financeiro normal para alimentar este processo e regularisação, que só mereceria apoio quando exclusivamente defensivo sem a menor caracteristica offensiva como qualquer que visasse exagerada elevação de preços.

A mobilização do credito para amparar o mecanismo da defesa exigia no momento estudo ponderado e calmo.

O presidente de Minas Dr. Fernando de Mello Vianna promovera um programma neste sentido que ia merecendo geraes applausos.

Creara o seu governo o imposto de um franco sobre cada sacca exportada. Com o resultado desta taxa constituira o Banco de Credito Rural uma carteira agricola, para auxiliar os lavradores. E entrara em accordo com o governo de São Paulo para a regularização dos embarques. Para financiar o commercio fazia emprestimo aos fazendeiros a juro baixo e pelo praso de um anno, sob a garantia de café depositado.

Era innegavel comtudo que se retrahira em 1925 o consumo nos Estados Unidos mas não muito. Cerca de treze por cento a menos do que em 1924. Mas esta restricção se verifi-

cara em relação aos cafés de todas as procedencias e não só no do Brasil.

Augmentara algum tanto porém a importação do chá.

A exportação de café em 1925 escreveu Victor Vianna retrospectista do *Jornal do Commercio* fora, em valor, a maior em moeda ingleza até então verificada.

Em dinheiro nacional, ficara muito pouco aquem do de 1924, e, quanto á quantidade, após guerra, só se deixara bater pelos dois annos anteriores.

Assim apezar de todos os contratempos, graças á prudente politica de regularização de entradas, achava-se o café em excellente situação. As crises, de retrahimento de consumo e de compras eram por sua propria natureza transitorias.

O consumo, nos Estados Unidos, attingira, em 1925 .... 10.500.000 saccas.

Baseados nessas cifras, muitos peritos norte-americanos, apezar das tentativas de boycott, já previam para o consumo de 1930, doze milhões de saccas e, para 1935 quatorze milhões.

E, como a producção de todos os outros paizes não ultrapassava 6.500.000 saccas, não chegaria dentro em breve, nem para a metade do consumo dos Estados Unidos.

Por outro lado, iam as safras brasileiras subindo, com pequenas oscillações.

Para 1925-1926, mostravam-se as perspectivas auspiciosas. A Directoria de Industria e Commercio do Estado de São Paulo calculava as entradas em Santos, nesse anno, em .... 8.769.000 saccas, ahi se incluindo os cafés do Sul de Minas e do Paraná.

As entradas no Rio avaliavam-se em 3.750.000, as de Victoria em 800.000 e da Bahia em 300.000, sendo assim provavel que a exportação do Brasil attingisse um total de .... 13.061.000 saccas. Os outros paizes productores deviam dar 6.500.000 perfazendo o grande total de 20.119.000.

Calculara-se o consumo em 19.500.000 saccas. Restariam portanto, apenas, 619.000 saccas ,as quaes, reunidas aos stocks existentes, não constituiriam reserva que se reflectisse sobre os preços.

A exportação brasileira, para os Estados Unidos, correspondera em 1929, a 70 % do seu consumo e revelara augmento, como se verificava do quadro:

1919	6.214.000	608.000
1920	6.248.000	472.000

1921	6.138.000	502.000
1922	5.966.000	746.000
1923	7.439.000	1.113.000
1924	6.966.000	1.457.000
1925	7.017.000	1.535.000

Assim tinha o Brasil grandes e seguras possibilidades. O exame da importação nos Estados Unidos mostrava que o paiz ainda conservava sua posição á testa dos mercados.

Na praça do Rio de Janeiro os preços extremos de café por arroba nos typos de Nova York foram em 1925:

Typo 6	34.800 a 60.000
Typo 7	34.000 a 59.500
Typo 8	33.200 a 59.000
Typo 9	32.400 a 58.500

Como vemos haviam as oscillações sido violentas com baixa accentuada de janeiro a dezembro. Em janeiro cotara-se entre 56.600 a 60$000; em abril entre 50 e 55$; em setembro entre 39$ e 45$800 para em dezembro cahir entre 35$ e 36$900.

O cambio tivera como extremos em outubro 7 5/8 (soberanos a 31.470) e 5 d. em maio (£ a 48.000) assim se manifestava o antigo desaccordo que se apregoava entre os preços do café e as taxas cambiaes.

Maio 5 d.	46$500	57$000
Outubro 7 5/8	34$800	40$300

Nos Estados Unidos se era exacto que augmentara a importação do café verificara-se retrocesso no que dizia respeito ás procedencias brasileiras com vantagem para a Colombia e a Venezuela. Tornava-se notavel a expansão cafeeira colombiana.

De 5.000 saccas em 1850 passara a 80.000 em 1890 a 330.000 em 1900; a 601.000 em 1911, a 1.083.000 em 1915, a 2.251.000 em 1921!

A producção de 1924 fora de 1.846.000. Os americanos demonstravam o maior apreço ao producto colombiano. Assim se a libra de café brasileiro valia 12,47 cents. a do colombiano se mercava a 16,81!

Na Europa tambem se accentuava esta preferencia de que era éco o *Paris Sud Amérique* a proclamar que "havia café e café; o *suave* da Colombia era o melhor."

Em 1925 assignalavam os periodicos economicos o surto cafeeiro do Paraná que se estava tornando cada vez mais consideravel.

O avanço do cafesal paulista, para o sul, determinara o transbordamento além Paranapanema. A safra paranaense de 1903-1904 apenas chegara a 4.596 saccas. Em 1912-1913 se apresentara com 112 para em 1917 a 1918 subir a 66.668.

A grande geada de 1918 arruinara largas lavouras quasi aniquilando a industria cafeeira do Estado. Mas de 1920 em deante mostrara ella signaes evidentes não mais de reerguimento e sim de grande extensão como demonstravam as cifras.

	Saccas
1920-1921	70.000
1921-1922	58.000
1922-1923	66.000
1923-1924	53.000
1924-1925	117.000

E as lavouras tinham tomado tal incremento que já se calculava que, dentro de poucos annos, attingiria a producção paranaense suas quinhentas mil saccas.

Avantajava-se não só a producção paranaense como a pernambucana.

Do Recife haviam sahido em 1925 nada menos de 94.544 saccas.

CAPITULO LXI

Visita ao Brasil de uma grande commissão de torradores norte americanos para o estudo das condições do commercio cafeeiro — Exposição do Dr. Augusto Ferreira Ramos e do Dr. Gabriel R. dos Santos, secretario da Agricultura do Estado de S. Paulo sobre as operações de defesa — Conceitos do Consul Geral Sampaio — Providencias do Governo de Minas

A 2 de junho de 1925 chegaram ao Rio de Janeiro os Srs. Felix Costa, chefe da commissão do commercio de café da Associação dos Torradores Norte Americanos, Frederick Ach, ex-presidente da mesma Associação e Berent Firelt, representante da Associação Nacional dos Varejistas de Seccos e Molhados.

Todos elles muito envolvidos em grande negocios de café, grande importadores do grão.

Saudando aos eminentes visitantes, no centro do Commercio de Café do Rio de Janeiro lembrou-lhes o Dr. Augusto Ramos quanto todos aquelles que se achavam, de perto e de longe, ligados á producção cafeeira viam com o maior prazer a sua presença no Brasil.

Haviam norte americanos e brasileiros notado, com extranheza, as profundas modificações sobrevindas, nos ultimos annos, na producção e venda das safras e as repercussões dahi originadas sobre os grandes mercados importadores, sobretudo nos dos Estados Unidos.

Era esta extranheza, em grande parte, que, sem duvida, os trazia ao Brasil desejosos de estudar, sob todos os aspectos, os novos methodos, a que estava sujeito o abastecimento dos mercados nacionaes, e sua distribuição, quaes as vantagens e motivos, determinadores de sua adopção pelo Brasil.

Era presumivel que buscassem, um entendimento com o Brasil, sobre o modo de colher e organizar as estatisticas de

producção e commercio do café, assim como a permuta de dados tão essenciaes á bôa collocação do genero no mercado.

Corria, além de tudo, que a commissão procuraria estudar, com afinco, as condições para o alargamento do consumo pela propaganda.

Claramente explicava A. Ramos as novas condições que agora regiam as transacções cafeeiras.

Não desconhecia os inconvenientes de ordem interna resultantes da limitação das entradas de café em Santos e no Rio.

Os fazendeiros bem os sentiam, com as difficuldades, e demoras provenientes da passagem de suas safras pelos armazens, em materia de dinheiro e credito para o custeio de suas propriedades. Não eram os commissarios menos prejudicados pelo retardamento das liquidações com os clientes productores. Por seu lado, não menores embaraços, encontravam as casas exportadoras para a formação dos typos de exportação, embaraços oriundos de stocks relativamente reduzidos nas praças de Santos e Rio de Janeiro e constantemente restolhados. Eram aspectos a reclamar aprofundado estudo e orientação de modo a arredar tão graves inconvenientes.

No extrangeiro manifestavam-se, igualmente, serias difficuldades, como as do Rio e Santos, para a composição dos typos. Neste particular ficara o mercado bastante anarchisado. E só pouco a pouco se iriam as coisas ajustando. O que, talvez, mais perturbara os habituaes compradores em grosso do café brasileiro, no extrangeiro, fôra a profunda modificação a que se haviam visto obrigados para a acquisição dos supprimentos.

O costume, alli dominante, de se comprar, no segundo semestre de cada anno, quasi todo o café necessario ao consumo de doze mezes, fôra alterado para poder acompanhar a distribuição das remessas do Brasil. Já não se intensificavam as acquisições como dantes, no segundo semestre, á custa da retracção occorrida no primeiro. Outros inconvenientes ainda se notavam mas não tão salientes.

Ao agudo espirito da commissão dos negociantes accudiria logo uma pergunta: "Se havia tantos inconvenientes, na regularização das remessas de modo a distribuil-as uniformemente por todos os mezes do anno, porque então nella persistir?" Era, explicava o Dr. Ramos porque as vantagens da medida sobejamente compensavam taes transtornos. Isto sem fallar nas providencias complementares que dia a dia se iriam creando tendentes a fazel-as praticamente desapparecer.

Era o Brasil exuberante de riquezas naturaes, mas desprovido de capitaes, capitaes que os mercados americanos possuiam quasi em demasia.

Expoz o Dr. Ramos a situação dos lavradores brasileiros. Quando tinham grande colheita, diante dos preços modestos do mercado, que pouco lucro davam, relativamente ao trabalho do anno, viam-se forçados a vender, sem demora, toda a producção para cobrir as despezas por ella motivadas. Em tal conjunctura as cotações cahiam na proporção, em que crescia a offerta. E a campanha se liquidava muitas vezes sem lucro algum. No anno seguinte era a safra necessariamente pequena como sempre acontecia após uma colheita copiosa, mas, a despeito disto, os preços subiam menos do que deviam e como o custo de producção das pequenas colheitas viesse a ser mais elevado do que nas grandes, o mesmo fazendeiro não conseguia, ainda nesse anno de escassez, apurar lucros compensasadores.

Quem ganhava eram os importadores e os capitalistas que no anno anterior houvessem accumulado café adquirido por baixo preço.

Não se lhes poderia contestar o direito de operar no mercado, tanto mais quanto tambem, nem sempre lhes corriam as coisas certas e não pequenas eram as perdas da aventura.

A intervenção brasileira para regularizar as entradas nos portos exportadores corrigia tão graves inconvenientes como acto de pura defesa economica. De modo algum significava o proposito de prejudicar quem quer que fosse. Zelavam os brasileiros, tão somente, os proprios interesses.

Nunca seria demais insistir sobre a desigualdade anormal das colheitas de café no Brasil, principalmente em S. Paulo onde, ás vezes, de um anno para outro, notavam-se differenças de 300 % e ainda maiores, como de 1906-1907 para a safra seguinte.

Para tanto influiam varios factores entre os quaes as geadas e as seccas. Nos ultimos sete annos se haviam feito sentir com maior intensidade, assolando os cafezaes. Elevavam extraordinariamente o custo da producção já aggravado pela desmesurada elevação dos salarios, e o abaixamento da media no volume das colheitas. Dahi as successivas reducções nos *stocks* mundiaes.

Varias dezenas de boas fazendas paulistas em 1924, tinham tido deficits, e não pequenos. Ora isto, em anno de preços muito altos. Como, em tal situação, admittir-se que taes preços viessem a baixar? Por outro lado como poderia o

Brasil dispensar remuneradoras cotações para o primeiro dos seus productos, quando se verificava verdadeira escassez de café em todo mundo e quando ainda tão excepcionalmente baixa se mostrava a sua taxa de cambio, signal evidente de que ás necessidades metallicas nacionaes era insufficiente o ouro proveniente das exportações, ouro fornecido pelo café em proporção sempre superior a 50 % e que ainda em 1924 se elevara a 75 % em relação ao valor total da exportação nacional?

Quando sufficientemente informado de taes particularidades não pretenderia o povo americano, certamente pelo abaixamento dos preços do café, provocar a fallencia tambem dos cafeicultores. Arrastando, na mesma queda, os torradores americanos pela subsequente e inevitavel alta lançaria esta na penuria os proprios consumidores.

Cumpria accrescentar que não pequena parte dos encargos oneradores do café eram exigidos para occorrer á sua propria existencia e segurança.

Organizava-se um plano geral de propaganda e defesa do producto no extrangeiro, e ao mesmo tempo via-se S. Paulo forçado a combater, com promptidão e vehemencia, a terrivel praga da bróca, praga, que graças ao combate energico e a custa de sacrificios seria pratica, mas lentamente debellada.

Exigiam estes dois serviços recursos correspondentes a onerar, ainda mais, o custo de producção e a serem cobertos pelos preços de venda do genero. Nos Estados Unidos os consumidores de algodão cobriam as despezas motivadas pelas devastações da lagarta rosada e outros inimigos.

Examinando, por outra das suas faces o problema cafeeiro, via-se que, em confronto com o alto custo da producção, era extremamente reduzida a porcentagem com que, mesmo sob os altos preços vigentes, entravam no custo da vida do povo americano as verbas applicadas á acquisição do café, despezas facilmente supportadas pela população.

Era de presumir, pois que a campanha contra o café e contra o Brasil, não interpretava o sentir nem o interesse do grande povo consumidor, só se explicando pelas facilidades encontradas para inculcarem sua mercadoria os poucos escrupulosos fabricantes de succedaneos.

E ahi encarava o Brasil mais um importantissimo aspecto do problema cafeeiro: a urgencia da intervenção no extrangeiro para garantir a expansão do consumo e promover a contra propaganda dos productos de imitação.

Para conseguir vencer esta rude campanha do succedaneo, tornava-se indispensavel que se unissem, do modo mais solido, productores e torradores.

Respondendo ao Dr. Ramos o Sr. Frederick Ach, director da Joint Coffee Trade Publicity Committee declarava que sobre dois pontos citados por quem o saudara havia apreciações erroneas.

Eram, em sua opinião, o boycott do café brasileiro nos Estados Unidos e o retrahimento dos distribuidores norte-americanos. Não havia a tal respeito proposito. Tratava-se apenas de um erro de visão, porque os interesses dos distribuidores norte-americanos eram identicos e parallelos aos dos productores brasileiros. A restricção da importação lhes era tão damnosa quanto aos brasileiros. Notava-se um retrahimento mas este teria, como causa unica, o augmento do preço do producto. Era precisamente pare estudar as causas deste facto que no Brasil se encontrava a Missão, disposta a collaborar com este paiz em prol do interesse commum.

Em S. Paulo, alguns dias mais tarde o Dr. Francisco Ferreira Ramos, membro do Conselho do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café reiterava as considerações de seu irmão.

O preço do mercado declarava, precisava ser verdadeira funcção do custo de producção.

Ora, como este varia com a grandeza da safra e o valor da mão de obra, tornava-se obvio que o preço do mercado tambem variaria com taes elementos.

Bastava lançar-se uma vista de olhos sobre as estatisticas dos productos de outros paizes, para se ajuizar do acerto de tal proposição. O algodão americano que em 1894 valia 5 cents. custava em 1925 23, quando já valera de 44 a 45 cents. entre 1921 e 1924.

A producção cafeeira do Brasil estava sujeita a taes variações.

Uma arroba de café que custava entre 6$000 e 7$000 em 1904 passara a exigir, na ultima safra, mais de 30$000 em média, como era facil demonstral-o e aliás se publicara na imprensa de Nova York.

Explicava isto a elevação dos preços nos ultimos tempos. Aliás, já o café estivera depois da geada de 1918 cerca de 30 por cento mais caro do que em 1925, quando os *stocks* mundiaes eram muito maiores.

Não constituia o objectivo do Brasil obter uns preços muito elevados, mas não podia consentir em se ver abraços

com cotações ruinosas. Visava preços justos remunerando razoavelmente o seu trabalho e o seu capital.

Para isso desejavam os productores brasileiros que a Missão com elles examinasse todos os documentos estatisticos do Brasil e todas as possibilidades productivas do paiz, para que lhe assitisse a convicção perfeita do acerto das affirmações nacionaes. Estavam certos de que ella se achava disposta a fazer o mesmo em relação ao seu precioso e arduo trabalho de distribuidores do café brasileiro na grande nação americana.

Era evidente que a offerta de um producto, regulada pelas entradas do genero nos portos de sahida se amoldaria ás necessidades do consumo, demonstrando a flexibilidade exigida pelas contingencias do mercado.

As estatisticas que o Instituto organizara deveriam ser o pivot fundamental de todo o mecanismo, da propaganda, producção circulação, distribuição e consumo.

Confiasse a Missão na exacção destes algarismos que para o Instituto representava um ponto de vista invariavel, proclamando sempre a verdade, afim de poder contar com a confiança dos distribuidores e consumidores.

Muitas vezes entre uns e outros surgia a especulação bolsista a perturbar a marcha normal dos negocios.

Era preciso, pois, que as duas partes se habilitassem a intervir para a normalização dos preços toda a vez que tal emergencia se apresentasse.

Como o intuito do Brasil era produzir muito melhor e mais barato, claro estava que se devia tratar de fazer a propaganda racional o que coincidia com o interesse de classe que a Missão representava.

Exigia ella avultadas despezas; mas, quando bem dirigida, cresciam seus resultados com os gastos de uma campanha intelligente e pratica.

Ao lado da propaganda, surgia naturalmente a necessidade da defesa do producto contra os succedaneos e as noticias tendenciosas e nocivas ao bom andamento do commercio legitimo, outro obstaculo que convinha remover.

Em resumo consistiria o alvo dos esforços em melhorar o producto, fazer-lhe a propaganda efficaz, organizar estatisticas criteriosas, e estabilizar o preço de accordo com a situação economica e justa do genero.

O secretario da Agricultura do Estado de S. Paulo, Dr. Gabriel Ribeiro dos Santos saudando a commissão norte-americana frisou a circumstancia de que as lavouras paulistas so-

bremodo castigadas pela grande geada de 1918, e envelhecidas, produziam medias cada vez mais baixas.

Proseguiam as medidas de defesa e contemporaneamente em junho de 1925 o Consul Geral em Nova York Sebastião Sampaio tocara interessante ponto.

Fallando dos preços e valorisação declarava que neste assumpto sempre lhe repugnara este termo.

Nunca as medidas tomadas e os apparelhos creados no Brasil haviam ido além do limite da legitima defesa do producto, restituindo-lhe apenas a posição natural no mercado, para que ficasse normalmente sujeito ás oscillações decorrentes da lei da offerta e da procura.

Aquella denominação, inconscientemente tendenciosa, causara grande mal no Brasil, principalmente nos mercados dos Estados Unidos.

A este erro de nomenclatura se haviam juntado alguns outros defeitos, naturalissimos numa primeira tentativa no genero da *Grande Valorisação*, de 1906. A isto se accrescentasse a impressão do ambiente norte-americano, agitado naquella occasião pela campanha contra os *trusts*. E assim se explicaria a prevenção immensa com que haviam sido acolhidas, então, e dahi em diante seriam sempre recebidas, as noticias de que o Brasil ia *valorizar* o seu café, quando pura e simplesmente tomava elle apenas medidas de legitima defesa de seu producto capital ameaçado de morte.

E assim sempre o fizera, defendia-se nunca agredira.

Quem, annos e annos seguidos houvesse convivido com os homens do café da America do Norte, honrados e sinceros amigos do Brasil, comprehendia perfeitamente a attitude que elle consul chamara com propriedade, de *prevenção immensa.* Chegara aos Estados Unidos ainda a tempo de avaliar avultadas perdas e damnos com a alta de preços consequente á primeira valorização. E' verdade que ninguem se lembrara das safras brasileiras excepcionalmente diminutas, e successivas. Mas a valorisação era o grande e unico responsavel visivel, para se uzar de termo technico em tal assumpto.

Convinha ainda, accentuar que, com a sua prevenção, os clientes do Brasil se esqueciam de que a primeira das chamadas valorisações primeira medida de defesa, surgira para evitar mal maior — uma especulação que, em materia de café, ascendera a um grau nunca attingido no commercio internacional, em todo o mundo.

Esta especulação, longe de desapparecer com a primeira valorisação, continuara, porque esta, em vez de transformar-se

num apparelho permanente de previsão, dera sem querer, a impressão de contentar-se em passar, aos olhos do mundo, como simples especulação benefica, generoso jogo de bolsa em soccorro do productor agonisante.

Atraz dessa primeira viera *Segunda Valorisação,* egualmente como remedio passageiro e egualmente sem ter podido reservar o saldo natural das operações para que constituisse o fundo de garantia, logico, num apparelho permanente de defesa do producto. Seria o unico meio de dar aos mercados compradores a impressão de que o productor estava ao abrigo seguro, dos azares da especulação desenfreada, impressão indispensavel á direcção dos negocios futuros de qualquer casa importadora.

Minas para desempenhar-se do seu papel na defesa do café, creou, pela lei de 19 de agosto de 1925, o imposto addicional de 1$000 ouro, por sacca de café mineiro exportada, acto legislativo, sanccionado pelo Dr. Fernando de Mello Vianna, presidente do Estado, e subscripto pelo Dr. Augusto Mario Caldeira Brant, secretario das Finanças.

Seria o imposto arrecadado em papel, adoptado para agio de ouro, em cada semana, a media do agio na semana anterior, pela cotação official da Camara dos Corretores.

O producto constituiria um fundo especial, destinado exclusivamente á defesa do preço do café contra as oscillações provenientes do congestionamento do mercado, irregularidade das safras e manobras commerciaes tendentes á baixa.

Seria o imposto arrecadado até que o fundo de defesa attingisse cem mil contos de réis, em papel cessando a arrecadação no primeiro dia do anno seguinte.

Se na occasião em que o fundo attingira a esta somma o agio do ouro estivesse superior a 400 %, cambio inferior a 5 13/32 dinheiros ouro, continuaria a arrecadação até alcançar vinte mil contos de réis, ouro.

Desde que o café do typo 7 Rio, disponivel, se mantivesse cotado abaixo de dez centavos, em Nova York, por 30 dias consecutivos, o governo suspenderia a cobrança do imposto, recomeçando a arrecadal-o quando a cotação subisse a 10 centavos ou mais.

Tanto a suspensão como o recomeço da arrecadação, seria determinando por decreto publicado com dez dias, pelo menos, de antecedencia.

A defesa do café realizar-se-ia, por meio de emprestimos aos productores, sob garantia do café depositado nos armazens

geraes ou outros fiscalizados pelo Estado, a juro módico e prazo não excedente de dez mezes.

Pelo redesconto de titulos de credito que representassem operações reaes sobre café, feitos pelos bancos regionaes, sujeitos á fiscalização do governo.

Pela escolha de um preço minimo fixado em somma representando compensação razoavel do producto e não poderia exceder, em papel, a importancia correspondente a 3$000 ouro, por 10 kilos de café typo 7, Rio.

Os lucros das operações seriam incorporados ao fundo de defesa do café, deduzidas as despezas de custeio do serviço e remuneração do pessoal.

Se fosse necessario, a juizo do governo, antecipar a constituição do fundo de defesa do café por meio de um emprestimo poderia ser dado o imposto em garantia do mesmo, até final resgate.

Ficava o governo autorizado:

A organizar o serviço de que tratava a lei ou a contractal-o com um banco com séde no Estado.

A entrar em accordo com os Estados productores para a regularização dos transportes de café, de modo, porém, que se garantisse a entrada total das safras mineiras nos mercados de exportação dentro do anno agricola.

A entrar para tal fim em accordo com as estradas de ferro, podendo fornecer-lhes material de transporte até a importancia de cinco mil contos de réis, a serem descontados em fretes.

CAPITULO LXII

As mensagens da Presidencia da Republica em 1926 e as de S. Paulo e Minas Geraes e o café — Avaliação do cafesal do Brasil

"O café continua a manter o seu lugar preponderante na producção nacional, conservando bôa posição estatistica e preços vantajosos," declarou o Presidente Bernardes em sua mensagem ao Congresso para 1926.

Contra o preço do café formava-se nos Estados Unidos um movimento de opinião, a que se associara o Ministro do Commercio daquella nação, traduzindo-se em manifestações publicas. Provinha este facto, porém, da noção inexacta sobre o systema da defesa do café, posto em pratica pelos Estados productores.

A valorização pela retirada de grandes partidas do mercado, com recursos provenientes de emissões de papel-moeda, systema que encontrava ainda propugnadores, justificaria a opposição não só do paiz como do consumidor externo. Mas o processo de que agora o Brasil lançava mão era diverso. Regularizava as entradas, de modo que não se verificasse, em momento algum, escassez ou excesso de producto.

Era da conveniencia do productor e do bom commerciante, evitar as grandes altas e baixas que convertiam os negocios em jogatina. Prestava a defesa do café beneficio ás duas partes, estabilizando os preços.

Os compradores do Exterior, que preferiam os lucros normaes deste commercio ás especulações aleatorias, reconheciam a vantagem bilateral do processo. Por outro lado, nada tinha o Brasil que objectar contra tal plano. Não se executava elle á custa da população, com papel-moeda, mas por meio de emprestimos custeados pela propria producção.

Estas considerações mostravam a improcedencia da hostilidade, esboçada em mercados externos de consumo, mas que entrava a declinar ante a melhor comprehensão do assumpto..

Se a organização da defesa acaso exigira do consumidor americano, um alteiamento dos preços, por outro lado, este não tinha motivos para considerar desarrazoadas as cotações vigentes. O typo sete cotado em Nova York pelas immediações de vinte e um cents. mantivera, nos trez annos immediatamente anteriores á guerra, a média approximada de treze cents. E isto representava uma elevação de preço de 61 %. Consultando-se os numeros indices dos preços em grosso nos Estados Unidos, verificava-se que a média se achava nas proximidades de 160, em relação á base de 1913.

O preço do café no mercado norte-americano se ajustava pois, muito aproximadamente, á elevação média dos preços dos outros artigos alli, não sendo, assim, justo procurar causas artificiaes para um phenomeno economico que a estatistica mostrava ser natural.

A afluencia do ouro aos Estados Unidos produzira a inflação do meio circulante, diminuido mais de um terço o poder acquisitivo do dollar. A elevação de preços que este facto acarretava, abrangia tanto as mercadorias de producção interna como as importadas.

Era certo que, durante a guerra e depois della, cahira o café a preços baixos. Mas estes que em alguns casos não remuneravam a producção e lhe ameaçavam o futuro, não podiam servir para comparação com os actuaes, porque exactamente esta quéda do valor tornara necessarias as medidas de defesa, depois adoptadas.

Declarava o Presidente insistir nestas considerações para accentuar que, se os pontos de vista do Governo Federal e dos Estados productores haviam divergido substancialmente em tal assumpto, as discordancias tinham desapparecido ante a organização actual da defesa. Renunciara-se ao recurso das emissões de papel-moeda e da retenção do producto com o intento de elevar-lhe artificialmente o preço.

Em sua mensagem annua ao Congresso Legislativo de S. Paulo em 1926, explicou o Presidente Dr. Carlos de Campos o que se fizera para que o Instituto de Café funccionasse regularmente.

Como o novo apparelho não dispuzesse do credito necessario a movimentar-se desta difficuldade procuravam tirar vantagens quantos encontravam na baixa dos preços o seu melhor negocio.

Depois de examinadas as propostas apresentadas para o apparelhamento do Instituto verificou-se que os proponentes exigiam fosse o Estado directamente o contractante ao mesmo

tempo que pediam juros e typo innacceitaveis. O mercado financeiro norte-americano, contrariando embora a interesses proprios, fechara-se, assim, por circumstancias diversas, a taes operações.

Finalmente a boa opportunidade sobreviera. Conseguira-se o emprestimo em condições altamente louvadas pelos technicos conhecedores das difficuldades do momento.

Fôra, real e incontestavelmente, actodigno de relevo, alcançar-se uma operação de typo 90 e juros a 7 ½ annuaes.

Como vantagens evidentes houvera ainda a diminuição do preço do serviço de amortização e juros, que em todos os contractos custava 1 % no caso vertente reduzida a ½ por cento assim como o resgate antecipado, decorridos dez annos.

Equivalia o total a dez milhões esterlinos sendo emittida porém, sómente, a primeira quota de cinco milhões. Ficaria a outra a ser lançada em 1926, ainda. A garantia dada fôra a taxa de viação.

Só fôra, porém, possivel a operação com a emissão prévia de obrigações cedidas pelo Estado ao Instituto, a titulo de emprestimo, numa somma correspondente a dez milhões de libras, ao juro de 7 ½ % e typo de 90.

Não houvera excesso de garantias aos banqueiros, pois era a mesma taxa de mil réis ouro que garantia as duas operações; a interna, feita com o Estado, e a externa com Lazard Brothers & C., de Londres.

O resultado da primeira emissão se convertera em moeda nacional, sem abalos para a taxa cambial, defendidos assim os interesses do Commercio e da Industria e o preço do café. Em sua totalidade achava-se em deposito nos estabelecimentos bancarios de S. Paulo.

Despertados assim os mercados monetarios, de modo favoravel a S. Paulo, difficil não fôra ao Governo utilizando-se da autorização da Lei, de 26 de dezembro de 1925, obter ainda o emprestimo destinado ao augmento do serviço de abastecimento de agua da cidade de S. Paulo num total de libras 2.000.000-0-0 e dollares $ 7.500.000,00, mais vantajoso do que o emprestimo do Instituto de Café.

Resultava isto do facto de se tratar de emprestimo em que o Estado era o devedor directo, sendo na outra o debito de simples sociedade civil, como o Instituto.

Era desvanecedor consignar-se que as emissões de ambas as operações haviam em poucos minutos sido varias vezes cobertas nas praças onde se lançavam.

Para a propriedade do Estado se tinham transferido os Armazens Reguladores construidos pelo Governo Federal, mediante pagamento de 16.152:096$645.

Annunciava-se que a safra a entrar de 1927-1928 seria enorme em S. Paulo.

A regularização poderia ser, portanto, mais difficil do que nos annos anteriores. A politica de defesa official carecia, portanto, de muito prudencia para obter resultados duradouros.

Podia-se dizer que sob a orientação actual encampava o governo paulista o Instituto de Defesa do Café. Por outro lado porém ia procurando ampliar a assistencia financeira aos fazendeiros.

Aos inconvenientes da regularização, tambem se oppunham vantagens. Se retinha o café no interior, limitando as entradas e o stock em Santos, fazendo com que este se tornasse de facto inferior a um milhão de saccas, os preços se mantinham. Sob outro ponto de vista os beneficios da alta não se mostravam tão elevados quanto o seriam o de uma ascensão natural de preços, pois não sendo as vendas immediatas, os lavradores precisavam de maior capital para o custeio das fazendas.

Naturalmente, para attender a tal situação fôra que o Governo paulista propuzera a modificação do Instituto de Café, que em breve se transformaria em lei.

Tomando conhecimento da mensagem do Presidente Carlos de Campos, a Commissão de Fazenda e Contas da Camara paulista approvou logo o parecer e o projecto sobre o assumpto, apresentados por seu presidente e *leader* da maioria, Dr. A. A. de Covello.

A mensagem presidencial mineira annua de 1926 quem a apresentou foi o Dr. Fernando de Mello Vianna.

Depois de lembrar que a lei de 19 de agosto de 1925, regulamentada por decreto de 24 do mesmo mez e anno, creara um imposto de mil réis ouro por sacca de café mineiro exportado, dispondo sobre o modo de se fazer a defesa do producto, recordou que o projecto de que decorrera a lei merecera o applauso e a approvação do Congresso dos Lavradores reunidos em Bello Horizonte, a convite do Governo do Estado.

O problema de defesa do café agitado, por vezes, sem solução definitiva, parecia ter encontrado nas disposições da lei sua realização pratica.

Augmentara o consumo de anno para anno; a propria natureza da cultura, occasionando ordinariamente uma safra

escassa após outra farta, facilitava a defesa do preço pelo equilibrio entre a offerta e a procura.

Regularizar, portanto, a offerta com a limitação do escoamento da safra, era um meio de defesa, que, entretanto, por si só não satisfazia os interesses dos productores.

Se a lei limitasse sua acção apenas até ahi, teria defendido os interesses do Estado, mas não os do productor pois este, baldo de recursos, se entregaria aos atravessadores. O destino, porém, que se dera átaxa de mil réis ouro constituia defesa plena, porque facilitava o credito agricola, problema de difficil solução no Brasil, como em toda a parte. Em face das disposições da lei, iniciara-se o serviço, tendo sido a limitação de embarques effectuada de accordo com o convenio assignado com o Estado de S. Paulo.

Aconselhava a pratica entretanto, a acquisição de armazens reguladores para a *warrantagem* e condemnava a limitação feita na proccdencia, porque as estradas de ferro, na época das chuvas, tinham a vasão muito reduzida precisando, em defesa dos legitimos interesses, transportar o maximo no periodo das seccas.

Para os cafés destinados a Santos, o armazem de Cruzeiro, com capacidade de 250 mil saccas, já funccionava como regulador.

Para os despachados ao Rio de Janeiro entrara o Governo em accordo com a Leopoldina Railway.

A politica de defesa proseguia, neste interim, em acção commum entre os governos estaduaes de S. Paulo e Minas Geraes.

Segundo o convenio as entradas de cafés mineiros em Santos seriam registradas pelo Instituto de Defesa Permanente do Café e os representantes do Governo de Bello Horizonte.

Á taxa ouro de réis 1$000 por sacca de café, com destino ao Estado de S. Paulo e porto de Santos, arrecadaria o Instituto. Seriam as quotas dos cafés mineiros, para o porto do Rio, tambem organizadas pelo Instituto fiscal do governo, mineiro; não ficando os cafés mineiros despachados para o Rio sujeitos aos armazens reguladores visto como se faria a limitação na procedencia. O mesmo aconteceria com os cafés destinados ao porto de Santos pela Central do Brasil, Rede Sul Mineira e Oeste de Minas, via Pary, em S. Paulo e finalmente, a cobrança da taxa ouro de 1$000 por sacca de café se executaria da mesma fórma pela qual se fizesse a cobrança do imposto correspondente, lançado pelo Estado de S. Paulo.

O *Minas Geraes*, orgão official do governo mineiro, noticiava contemporaneamente que dando cumprimento ás disposições da lei que creara a taxa ouro para a defesa do café, firmara o Governo do Estado contracto com o Banco de Credito Real, afim de facilitar as operações de financeamento aos fazendeiros.

Entrara a lei em vigor, e desde então o escoamento da safra vinha sendo regulado de modo a evitar o congestionamento dos mercados exportadores.

De 1.º de julho a 1.º de dezembro, de 1925 haviam sido exportadas, da safra corrente, 1.642.598 saccas, restando, portanto para o prazo de dezembro a junho cerca de dois milhões..

Das importancias arrecadadas, e já liquidadas, haviam sido entregues ao Banco de Credito Real quatro mil contos, a serem applicados nos termos da lei.

Mensalmente iria o governo depositando no Banco as importancias liquidadas, cumprindo dest'arte o programma em sua parte principal, qual fosse a de fornecer recursos á lavoura.

Assim o governo de Minas começara a exercer a assistencia financeira á lavoura, para impedir prejuizos resultantes da limitação das entradas.

As operações iniciadas pelos dois grandes estados cafeeiros no sentido de facilitação de credito decorria da regularização das entradas e eram sua consequencia.

Respondendo em meiados de 1926 a uma consulta do Instituto de Defesa do Café de S. Paulo declarou o Ministerio da Agricultura que naquella data avaliava em .... 2.011.136.271 o numero de cafeeiros do Brasil. Nada menos de 14 das vinte e duas unidades da Federação Brasileira tinham cafesaes em seus territorios, embora o grosso se concentrasse nos trez grandes estados cafeeiros da cultura primitiva e dos dois outros de producção antiga como o Espirito Santo e a Bahia.

Em plena producção havia 1.595.579 cafeeiros, de lavouras novas, 415.556.590 quasi um terço do cafesal antigo. Occupava este immenso plantio uma area de 2.438.000 hectares produzindo 14.116.253 saccas de sessenta kilos.

Assim se descriminavam os cafesaes:

ESTADOS	Cafeeiros produzindo	Lavouras novas	Totaes	Producção
S. Paulo	850.000.000	312.603.120	1.162.603.120	8.333.333
Minas Geraes	357.371.776	11.924.700	369.226.476	2.713.895
Rio de Janeiro	112.476.750	33.743.025	146.219.775	776.667
Espirito Santo	94.930.000	34.520.000	129.450.000	1.083.333
Bahia	53.891.500	17.206.200	71.097.700	607.917
Pernambuco	55.000.000	—	55.000.000	145.533
Ceará	24.532.000	—	24.532.000	100.000
Paraná	18.750.000	—	18.750.000	120.000
Parahyba	14.400.000	—	14.400.000	80.833
Goyaz	7.409.500	4.824.000	12.233.500	112.642
Santa Catharina	3.440.000	80.000	3.520.000	35.000
Alagôas	2.015.580	417.520	2.433.100	11.667
Sergipe	1.319.175	33.825	1.353.000	4.500
Matto Grosso	223.400	204.200	427.600	1.133

Falhos devem certamente ser estes dados. Não é crivel absolutamente que no cafesal enorme de Minas Geraes só houvesse de lavouras novas 11.924.700 arvores.

E isto quando em S. Paulo os cafesaes recentes formavam trinta por cento do total, no Rio de Janeiro, territorio de velhas plantações mais de vinte por cento, no Espirito Santo mais de 25 e na Bahia tambem mais do que isto.

Minas Geraes com as suas zonas recentemente abertas do Sul e do Rio Doce não teria apenas certamente, menos de trez por cento num total vultosissimo de 369.000.000 de arvores.

Só não havia cafesaes apreciaveis nas trez circumscripções da Amazonia, Maranhão, Piauhy, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Districto Federal, sendo que deste irradiara o immenso cafesal do Centro.

No quadro do Ministerio da Agricultura ha uma coluna correspondente á area cultivada com cafeeiros avaliada em hectares que tambem não nos inspira muita confiança pois attribue por exemplo aos cafesaes fluminenses um espaçamento de arvore a arvore muito maior do que o das lavouras do Espirito Santo, enormemente maior do que a dos de São Paulo o que é inacceitavel.

Continuavam, em 1926, favoraveis as condições commerciaes do café brasileiro nos Estados Unidos. Ia em progressivo augmento o consumo do genero. As importações em 1926 haviam sido de 930.256.000 libras, peso, contra 803.281.000 em 1925. Era o que assignalava o *Monthly Summary of Foreign Commerce of the Unites States.*

O que se destacava dos dados estatisticos officiaes era como se via promissor: tudo revelava progresso; não havia vestigio do fallado *boycottage,* aliás já geralmente condemnado. A importação do Brasil não só conservava a sua posição como dentro della era entre os grandes fornecedores, a que accusava maior progresso.

CAPITULO LXIII

Analyse das condições economico-financeira do paiz em 1926 — A questão da estabilisação da moeda — Prenuncios de crise cafeeira

Fallando da situação financeira do paiz, em 1926, dizia Victor Vianna que ella ainda era anormal.

Factores contradictorios persistiam, e assim haviam occorrido nos ultimos annos, elementos de confiança e desanimo a se anteporem simultaneamente ou equilibrando-se.

Em conjuncto augmentara a riqueza publica com o desenvolvimento do paiz cuja força de expansão se dilatava emquanto seus recursos se desdobravam em applicações uteis. Por outro lado, a população, que crescia não vinha sendo devidamente apparelhada; não possuia elementos progressivos de trabalho. Não se desenvolviam as communicações na proporção necessaria, dahi uma serie positiva de embaraços.

A entrada de capitaes extrangeiros não retomara o rythmo a que a economia nacional estava habituada, antes da Grande Guerra. Não trouxera a immigração, ainda, o contingente proporcional de homens validos e os mercados extrangeiros não recebiam as mercadorias brasileiras como dantes, no aureo periodo de tranquilla prosperidade que antecedera á conflagração mundial.

Tudo concorria para os fluxos e refluxos de expansão e depressão. E a inflação decorrente das despezas immensas da Guerra não desapparecera em nenhum grande paiz, occasionando, portanto, por toda a parte, oscillações cambiaes, depreciação monetaria, alta de preços e de producção. Resentia-se o Brasil como aliás, todos os demais paizes de tal desequilibrio monetario. Assim dependia o seu proprio esforço de reparação e estabilidade, sempre, das condições monetarias e cambiaes.

Partidario convicto da necessidade da valorisação do meio circulante frisava o analysta que muitos havia ignorantes da

complexidade das questões de moeda quando a verdade de sua influencia depois da conflagração mundial cada vez mais se evidenciara.

A prosperidade economica seguida podia, depois de annos de sacrificios, corrigir os inconvenientes da desvalorização monetaria; mas, por outro lado, quando fosse possivel, convinha, antes de tudo, dar á moeda o proprio valor. Dahi decorreria um ambiente de segurança a facilitar o desenvolvimento da riqueza, diminuindo o custo da producção e proporcionando recompensa apropriada ao trabalho e ás applicações do capital.

A alta de producção, obvio era, constituia o mais serio obice para a espalha do producto.

Se elle sahia caro, como vendel-o com facilidade, se o seu alto preço não resultava da procura e sim da elevação dos da materia prima e dos elementos de producção?

Assim o caso do café apresentava-se como exemplo typico.

A maior parte da producção destinava-se á exportação. Os productores, de modo directo e indirecto, já haviam conseguido grandes victorias de organização e systematização de vendas.

Dantes, estavam os productores e commerciantes brasileiros a mercê dos intermediarios do Exterior! Agora era o Brasil que impunha preços, realisava o commando e escoamento e as cotações do proprio producto.

Tal processo trouxera vantagens para a Lavoura, por garantir preços médios, sem as oscillações semestraes. Distribuira a remessa de cambiaes e, portanto, evitava as antigas fluctuações das taxas.

Mas convinha considerar o reverso da medalha. Tinha o defeito, e grave, de estimular, com os altos preços, a producção dos paizes concurrentes. E isto era indubitavel pois com a nova politica cafeeira do Brasil diminuira a porcentagem das safras brasileiras no conjuncto das colheitas mundiaes.

Entretanto, diante de tão serio perigo, só agora em São Paulo se pensara em organizar um Instituto destinado a melhorar e a baratear a producção.

O café brasileiro entretanto, se com a insistencia deste methodo apenas de compressão commercial, podia ser prejudicado, par o futuro poderia ser expellido de muitos mercados, a se não mudar de processos. Dispunha de elementos, no momento, para sustentar esta posição, pois as safras eram mais de metade das universaes e o consumo mundial exigia o concurso brasileiro. Com os outros productos, tal não se dava.

A não ser em poucos productos, cuja influencia era ainda pequena na exportação do paiz e economia, os demais artigos exportados não gozavam da situação especial do café.

Com este occorria o seguinte: Todos os demais productores não forneciam a metade das necessidades do consumo universal. De modo que os intermediarios precisavam do café brasileiro, qualquer que fosse o preço imposto. Com os demais grandes productos do Brasil não se verificavam as mesmas condições. Assim quando as cotações baixavam nos mercados mundiaes os artigos brasileiros mais caros, encontravam maiores difficuldades de escoamento.

Os preços altos vinham mantendo o café, mais ou menos estacionarios longe dos *booms* da guerra. Os outros productos apresentavam positivo declinio já revelado nas estatisticas do commercio exterior brasileiro.

A situação exigia, portanto, muita ponderação, sendo o momento muito delicado, pelo aspecto internacional.

Assim era o caso do café exemplo absolutamente typico.

Competia aos governos, federal e estaduaes, estimular a exportação, sem suppor, entretanto, que bastava fazer a propaganda dos productos no extrangeiro. O mal não era só da falta de organização commercial. Residia sobretudo na inferioridade e irregularidade dos productos, que além de melhorados e aperfeiçoados, precisavam ser standartizados. Para isto necessitava o paiz de credito — boas communicações, ensino technico modernização, elementos só alcançaveis por meio de largas sommas. Ora uma moeda, só é productiva, só dá segurança e regulariza as instituições de credito quando dispõe do valor proprio e não oscilla á mercê de variadas depreciações.

Recordou o abalisado analysta que o governo do Presidente Arthur Bernardes, cujo periodo acabava de se encerrar, valorisara o meio circulante que encontrara depreciado e depressivo. O Banco do Brasil dirigido pelo Dr. James Darcy abaixara a taxa de juros e tivera grandes lucros.

Com o resgate do anno anterior e com o das proprias emissões bancarias, reduzidas á proporção de suas reservas, reduzira o Dr. Darcy o meio circulante de quatrocentos mil contos, sem causar perturbação commercial ou economica, tendo obtido a baixa dos preços de todas as utilidades e a alta do cambio.

Recebera o Presidente uma circulação de 2.223.104 contos. As difficuldades politicas do periodo procedentes da Revolução de 1924 elevara este total a 2.963.997 contos de

réis a 31 de dezembro desse anno. Em fins de 1925 se reduzira a 2.706.977 contos e a 1 de janeiro de 1927 a 2.569.304 contos dos quaes 1.977.304 de notas do Thesouro e 2.592.000 do Banco do Brasil.

A' politica financeira do presidente que terminara o seu governo seguiu-se outra diversa, a do seu sucessor, empossado a 15 de novembro de 1926.

A ella se mostrou Victor Vianna infenso.

O Presidente Washington Luis levantara o programma da estabilização cambial pela conservação do poder acquisitivo da moeda brasileira na occasião em que se deprimira com a propria noticia da nova orientação e retirara do Banco do Brasil a funcção de regulador do mercado monetario.

Assim, sob a nova orientação, a fixação do cambio abaixo de 6, a administração bem differente do novo Presidente do Banco do Brasil, os problemas da producção do commercio e da exportação haviam mudado de base ambiente e aspecto.

Apontava Victor Vianna o que a seu ver occorria.

"No anno de 1926 registraram-se duas influencias contradictorias, baseadas tanto nos phenomenos naturaes e economicos como nas idéas e medidas que contribuem para a accentuação dessas tendencias.

De um lado, a escola do cambio alto e da valorização da moeda e do outro lado a do cambio baixo e da estabilização.

Ora, um ambiente monetario é indispensavel á actividade economica. A insegurança no valor do dinheiro e no preço das cambiaes é, naturalmente elemento de retrahimento nas transacções. Por isto, desde que o programma dos governantes se alterou houve, em consequencia disso, certo recuo nas transacções.

Entretanto, podemos dizer que dentro desta incerteza, o paiz continuou a progredir, e que a riqueza publica é cada vez maior.

A situação do meio circulante perturbou, entretanto, a evolução natural do nosso esforço civilizador, pois a depreciação monetaria é uma annullação de capitaes."

O cambio á vista sobre Londres em 1925 oscillara entre os extremos 5 3/16 e 7 23/63 com a média de 7 9/64. Subira gradualmente em 1926, deprimira-se um pouco, mas mantivera a mesma média de 1925 apezar da queda da taxa em dezembro, motivada pela estabilização.

Pelo decreto de 18 de dezembro de 1926 publicou-se o plano de reforma monetaria que o Congresso acabava de votar.

Segundo elle ficava adoptado para todo o Brasil, como padrão monetario, o ouro, pesado em grammas, cunhado em moedas, ao titulo de 900 millesimos de metal fino e 100 millesimos de liga adequada, moeda que se chamaria cruzeiro e seria dividida em centesimos.

Para a moeda divisionaria ficariam adoptados a prata, o nickel e o cobre, nas proporções respectivas.

Todo o papel moeda em circulação, na importancia de 2.659.304:500 se converteria em ouro, á base de 0, gr. 200 (duzentos milligrammos) por mil réis.

Com antecedencia de seis mezes e por decreto do Poder Executivo, seriam determinadas a data precisa e a fórma da conversão do papel moeda.

Os recursos financeiros para a conversão proviriam do ouro depositado nos cofres do Thesouro Nacional, quantias a serem arrecadadas em virtude das leis em vigor, saldos orçamentarios reduzidos a ouro, e operações de credito a serem effectuadas.

Fundar-se-ia uma Caixa de Estabilização subordinada ao Ministerio da Fazenda. Poderia ella ser annexada ao Banco do Brasil e destinada, em sua matriz no Rio, e filiaes, em Londres e Nova York, a conservar o ouro recebido. Não poderia o metal em caso algum, nem por ordem alguma, ter fim diverso do de converter os bilhetes emittidos, sob a responsabilidade pessoal dos membros da caixa e garantia do Thesouro Nacional.

Teriam os bilhetes trocados curso legal.

Feita a conversibilidade do papel expediria o Poder Executivo decreto para a effectividade da cunhagem, marcando peso, valor, modelo e titulo, das moedas de ouro e outros metaes em unidades decimaes.

Os impostos sobre a importação em ouro e papel continuariam a ser arrecadados, de modo a manter a proporção com os vigentes.

Assim se daria tambem com os pagamentos em ouro.

Ficava o Poder Executivo autorizado a reformar, o contracto com o Banco do Brasil, cujo fundo ouro garantidor da emissão bancaria de estabelecimento seria aproveitado passando o Governo Federal a assumir a responsabilidade da emissão existente.

Assim o decreto instituia a quebra do padrão monetario brasileiro.

A libra esterlina valeria 4,06.798.547 cruzeiros ou ..... 40$780 o que equivalia a considerar o mil réis estabilisado á taxa de quasi seis dinheiros: 5 59/64.

Houvera pois, depressão e esta fora o objecto de vivos reparos por parte de muitos observadores que achavam baixo este nivel.

A reforma de 18 de dezembro de 1926, observava Victor Vianna, comprehendia duas partes estabilisação e quebra de padrão e conversibilidade.

Entendia que seria de todo o ponto desejavel a execução muito prudente da primeira parte com revisão da lei e a não execução da segunda.

Em fins de 1926 fazendo justiça á boa fé e altos intuitos do Presidente, felicitava Victor Vianna o paiz pela attitude de prudencia do Chefe do Governo em não levar avante simultaneamente a estabilização e a quebra do padrão e conversibilidade.

E apontava as difficuldades do momento.

Cessando a deflação, augmentara o meio circulante com o pouco ouro aliás, da Caixa de Estabilização. Accelerara-se a inflacção das apolices, perdida a confiança na recuperação do poder de compra do mil réis. Assim os preços das utilidades haviam subido, e os capitaes retrahindo-se ainda mais, tinham-se tornado as taxas de juros mais difficeis.

Apezar de todo o esforço na execução da politica da defesa do café, estava o grande producto ameaçado de crise séria.

Baixavam os preços pela perspectiva de abundante safra e o custo da producção ascendia pela depreciação monetaria, não sendo, portanto, possivel ao fazendeiro ceder as suas saccas pela cotação que dentro em breve estaria vigorando, sem que tivesse de facto prejuizo em vez de lucro.

Escrevia um reparador abalisado que a producção do Brasil se mantinha estavel e cara e a dos paizes concurrentes augmentava.

Era fóra de duvida que o Brasil já não dava mais aquellas safras abortivas como a de 1906-1907. Ainda assim avultava a sua majoração que se verificava de um quadro em que o numero indice 100 correspondia á safra de 1900-1901.

1900-1901	100
1901-1902	141!
1902-1903	113
1903-1904	97
1904-1905	92
1905-1906	96
1906-1907	177!!
1907-1908	98
1908-1909	113
1909-1910	134
1910-1911	95
1911-1912	114
1912-1913	105
1913-1914	126
1914-1915	117
1915-1916	139
1916-1917	110
1917-1918	138
1918-1919	90
1919-1920	95
1920-1921	103
1921-1922	111
1922-1923	108
1923-1924	135
1924-1925	110
1925-1926	121

Convinha lembrar que a safra basica de 1900-1901 já correspondia a volume notavel.

Declarando-se infenso ás intervenções officiaes no giro do café declarava em 1926 o Sr. Affonso Vizeu pessoa de grande prestigio nas rodas commerciaes fluminense que ao envez dos convenios officiaes, melhor seria a defesa particular, dando-se liberdade de commercio e fornecendo o Governo aos productores auxilios indirectos: credito bancario e agricola, fretes baratos, facilidade de transporte maritimo e ferroviario.

Com a unica elevação dos preços, e o auxilio dos emprestimos não poderia o Brasil assegurar a supremacia nos mercados. Eram taes processos falsos e comparaveis aos toxicos; tudo não passaria de paliativo, concorrendo cada vez mais para o enfraquecimento e retardando a cura radical.

A chamada defesa do café brasileiro ajudaria immenso a extensão das culturas africanas e sobretudo colombianas.

Nos Estados Unidos cedia o genero brasileiro terreno ante o colombiano.

Andava o productor muito onerado pois o preço da sacca lhe vinha a ser em Minas Geraes 83$234; no Estado do Rio de Janeiro 83$035; no Espirito Santo 85$934; em S. Paulo 88$305.

Correspondiam os encargos do café a enormes sommas:

Em S. Paulo a 452.880 contos.

Em Minas a 116.170 contos.

No Rio de Janeiro a 46.072 contos.

No Espirito Santo a 25.934 contos. Tinha-se um total de 641.056 contos de réis só para as diversas despezas até os portos de embarque.

Havia, ainda, os impostos de Industria e Profissões; de armazens e escriptorio; mil réis de sellos para cada via de conhecimento; dois mil por conto de réis nas lettras de exportação; mil por cada despacho; impostos de renda, viação e contas assignadas.

Fosse tudo isto sommado para que se tornasse bem patente o sacrificio dos productores. Restava-lhes somente sujeitarem-se a ver os seus productos presos nos armazens reguladores e nas tulhas, sem data certa da venda ou exportação, forçados á imposição dos grandes compradores e exportadores, a preço vil, annullando de certo a valorisação, da qual não se aproveitavam os lavradores, pagando, embora, pesados impostos de taxas e sobretaxas.

Felizes os que conseguiam obter recursos, para cobrir a média do custo da producção.

Ora, se o consumo mundial estava avaliado entre 21 e 22 milhões de saccas e a producção orçava por 24 milhões para o Brasil, sete para os demais paizes e ainda trez da safra passada, retida no interior, perfazia-se um total de 34 milhões Existia, portanto, um superavit de 12 a 13 milhões.

Fora devido, talvez, a esta grande quantidade que se originara a organização dos ultimos convenios.

Por isto mesmo, longe do augmento do preço e dos riscos de maior stock com os saldos de futuras safras e do volume que ia entrar insistia o articulista pela conquista de novos mercados.

Já se pensara em atear fogo a cafezaes e isto mesmo já fora aconselhado; já se tivera a limitação ou a quasi prohibição do plantio; e já o Brasil se sentira feliz com a geada

de 1918. Porque ainda pensar em represar e encarecer os cafés brasileiros?

Não seria muito mais util aconselhar-se a cada productor uma porcentagem em café grão, correspondendo, no total, ao excesso do consumo, para ser vendido a preço baixo ou mesmo distribuido de graça por pessoas indicadas pelos interessados nos melhores e maiores mercados antigos e novos encargos a ser commettido somente, a lavradores e commerciantes de reconhecida idoneidade e competencia?

Traria isto, no futuro, seguros resultados com o augmento do consumo, como tambem serviria para a propaganda do café vendido como originario do Brasil, além, de não alimentar, á custa do paiz o augmento da producção nos paizes concurrentes e o uso dos succedaneos.

Outra praxe que o articulista condemnava a regionalização dos annuncios, apregoar-se *café Santos,* em vez de *café do Brasil.* Sobremodo descrente de efficiencia da retenção assim terminava o Sr. Affonso Vizeu as suas considerações.

"Sómente com o augmento de consumo poderemos obter o relativo abaixamento nos preços de producção, com resultados seguros, permittindo-nos ainda esta medida abrir novas lavouras o que, só com o café, poderemos fazer, afim de explorar mais tarde outros productos que nos darão o augmento da fortuna particular e publica."

Lembrando o papel capital da exportação cafeeira na tributação dos estados cafeeiros dizia Antonio de Barros Ramalho Ortigão em 1926 que ella representava 37,5 da receita apulista, 40 da mineira e 55,5 da fluminense.

Exercendo a sua funcção indirecta, era o café que principalmente abastecia de lettras para cobertura os grandes mercados cambiaes brasileiros. Os bancos, adquirindo taes lettras, com ellas constituiam o fundo com que se habilitavam a fornecer os saques de que careciam o commercio e a industria para pagar as mercadorias, assim como as materias primas e os ingredientes importados; saques de que tambem necessitavam as administrações publicas federal, estaduaes, e municipaes, para o saldamento dos compromissos financeiros no Exterior.

Regulando desta forma o equilibrio cambial, que repercutia immediatamente na estabilidade do valor do meio circulante, o café, por phenomeno reflexo, interferia tambem no apparelho monetario, assim como na formação e sustentação dos preços das utilidades, até em relação ás mais geralmente necessarias. Podia-se, pois, dizer sem receio de errar, que até

das finanças particulares se tornava assim instrumento de methodo e ordem esse producto de importante capital e até então insubstituivel.

Justificada era, portanto, a intervenção do poder publico no sentido de impedir que o café, lançado a esmo nos mercados internos do paiz, sem a defesa natural dos apparelhos de credito convenientemente organisados, offerecido além de tudo na phase das colheitas, sofresse grandes oscillações de preço, causando instabilidade e perturbação que não poderiam deixar de repercutir em toda a vida economica do paiz.

Mas ao ver do reparador ninguem podia deixar de reconhecer que a applicação dos processos denominados de valorização, ao passo que procurava impedir os máos effeitos da desordem decorrente da falta de organização economica efficiente e necessaria, podia talvez dar lugar tambem a resultados contrarios. Traria tambem o desanimo dos productores reduzindo propositalmente as lavouras em face da restricção da faculdade de movimentarem o producto; ou o incitamento a que outros paizes, acaso mais bem providos de capital e crédito, se tornassem concurrentes á vista dos altos preços sustentados por effeito da resistencia systemática do Brasil.

O que, em todo o caso não soffria contestação, era que, emquanto não se alargasse o quadro da producção nacional e dos artigos de exportação de modo que o café passasse a ser nella elemento menos essencial era este grande producto (e ainda por largo tempo, seria) o alicerce das finanças e da economia nacionaes.

Fallando da necessidade da defesa do café escrevia o Senador Sampaio Correia em 1927 que não podia haver perigo na diminuição do consumo. Sem o café, quem o contestaria?, seria deploravel a situação economica brasileira. Via-se o paiz agora em posição penosa. Como poderia pois ser o producto desamparado pelos poderes publicos?

Como permittir que, por circumstancias accidentaes, todas de occasião, se persistisse na destruição da principal exploração agricola nacional, cujas colheitas não podiam ser de quantidades constantes ou crescentes regularmente, segundo as necessidades proprias do consumo, visto como dependiam de condições naturaes extremamente variaveis na passagem de um para outro anno agricola?

Como entregar ao consumidor um producto por preço inferior ao custo, simplesmente porque em dado anno, o excesso da producção sobre o consumo, determinando a abundan-

cia, provocava artificialmente, pela acção habil e sempre opportuna do especulador intelligente, a retracção da procura?

Não fazer a defesa dos preços importaria na perda de uma posição já conquistada á sombra da qual se erguera o Brasil.

A politica de defesa adoptada sempre por todos os paizes, antes e, sobretudo, depois da guerra, fora ditada pela necessidade, imperiosa e iniludivel, de amparar o interesse de cada nação. Assim, haviam procedido os Estados Unidos com o trigo e, de modo geral, com todos os cereaes; a Inglaterra, com a borracha do Oriente; Cuba, ainda recentemente, com o assucar.

Apenas, e isto devia ser com orgulho confessado, fôra o Brasil, nos ultimos tempos, o pioneiro da politica de defesa, tão combatida, mas que os outros paizes estendiam sempre e cada vez mais.

CAPITULO LXIV

Exame da situação cafeeira em 1926 — Vantagens e desvantagens de politica de defesa — A concurrencia extrangeira sobretudo da Colombia nos Estados Unidos — Campanha de discredito do café na Confederação Norte Americana — Noticias do consumo do café brasileiro no Extremo Oriente

Um grande negociante de café o Sr. F. E. Nortz escrevendo em principios de 1927 assignalava que a proporção que o tempo passava tornava-se evidente quanto o plano brasileiro da defesa do café, a principio procurando sómente regularizar a distribuição da safra, assumia e cada vez mais, aspecto monopolistico. Attingia a proporção de enorme e talvez perigosa experiencia, que deixaria sulco nos annaes do commercio.

Embora, talvez originariamente não tendesse á eliminação dos intermediarios e dos mercados consumidores, que, tanto tempo constituiam as pedras fundamentaes da venda do café, o fim das medidas tomadas pelo Brasil era conseguir tal objectivo de modo cada vez mais definitivo.

Não havia proposito, por parte do commercio do café de conhecer os effeitos da attitude do Brasil. Embora nelle reinasse um sentimento predominante de pezar, por causa da paralização do mercado, procedente de tal controle, notava-se, ao mesmo tempo e com elle entretecido, um sentimento de respeito pela enormidade dos planos das responsabilidades que os interesses ligados ao café brasileiro, se promptificavam a assumir, sob a orientação de S. Paulo.

Dava como que um brado de alarme ao fazer o retrospecto do total das ultimas safras (em milheiros de saccas):

Safras	Brasil	Outros paizes	Totaes
1916-1917	12.741	3.951	16.692
1917-1918	15.836	3.011	18.847
1918-1919	9.712	4.500	14.212
1919-1920	7.500	7.681	15.181
1920-1921	14.496	5.787	20.283
1921-1922	13.862	6.926	19.788
1922-1923	10.194	5.705	15.829
1923-1924	14.864	6.868	21.732
1924-1925	13.721	6.762	20.483
1925-1926	14.009	7.047	21.056

Convinha examinar as taxas de porcentagem:

Safras	Brasil	Outros productos
1916-1917	76,..	23,..
1917-1918	84,..	15,..
1918-1919	67,..	32,..
1919-1920	49,..	50,..
1920-1921	71,..	28,..
1921-1922	70,..	29,..
1922-1923	68,..	31,..
1923-1924	67,..	32,..
1924-1925	67,..	32,..
1925-1926	66,..	32,..

Assim nos ultimos annos a contribuição brasileira andara pelas vizinhanças de dois terços da safra mundial.

O confronto entre a producção e o consumo, e o supprimento visivel era o seguinte:

Safras	Producção	Consumo	Stock
1918-1919	14.212	15.970	11.363
1919-1920	15.181	18.499	6.957
1920-1921	20.283	18.462	9.002
1921-1922	19.788	19.717	9.262
1922-1923	15.829	19.162	7.953
1923-1924	21.732	22.037	4.418
1924-1925	20.483	20.506	5.048
1925-1926	21.056	21.696	5.048

Assim a valorização primitiva e as defesas subsequentes haviam de facto conseguido:

Passar o commando dos preços e dos stocks, dos centros consumidores para os centros productores do Brasil.

Offerecer margem á estabilização relativa do cambio brasileiro, pois com a regularização das entradas e embarques a offerta das cambiaes já não se avolumava por occasião da safra e desapparecia depois.

A alta dos preços, sustentada contra a vontade dos proprios clientes.

Por outro lado trouxera esta politica de defesa como resultado.

O progresso das plantações, das vendas e consumo de café dos concurrentes do Brasil.

Estacionamento das safras brasileiras.

A alta do custo da producção, sem corresponder a nenhum aperfeiçoamento notorio do producto.

Assim, se a politica cafeeira do Brasil conquistara vantagens positivas, alcançando indiscutiveis victorias, por outro lado trouxera inconvenientes grandes. Convinha portanto, examinar, com calma, a situação para verificar se a persistencia dos inconvenientes não poderia com o tempo annullar as vantagens adquiridas.

A intervenção official fôra em diversos momentos, e isto se tornava indiscutivel, util, propicia, salvadora. Mas convinha entretanto, reconhecer que se tal processo dera ao Brasil o controle dos preços — e constituira uma victoria: se regularizara as vendas, o que representava outra, sob outros aspectos, entretanto, estimulara a producção dos concurrentes americanos e não americanos.

Dahi se previam desagradaveis consequencias.

A permanencia de tal politica podia accentuar taes tendencias e os concurrentes do Brasil augmentar cada vez mais a producção. Isto lhes daria em pouco tempo elementos para lutar contra o seu grande concurrente, e, em alguns lustros, se o consumo mundial crescesse na mesma proporção, procurar dominal-o até quantitativamente.

Não seria isto extranhavel, pois haviam ganho muito mais com a defesa das cotações feitas pelo Brasil do que este. Não fôra o café brasileiro que lucrara com os ultimos augmentos de consumo, e sim o dos concurrentes.

A cultura cafeeira, decadente em varias regiões da America, renascera com os altos preços que a politica brasileira vinha impondo.

Conservava o Brasil a supremacia, mas se a mesma proporção durante muito tempo se mantivesse e o mesmo occorresse com o desenvolvimento do consumo, os concurentes, em plena liberdade, teriam recursos para aproveitar dos sacrificios do Brasil.

Absorviam os Estados Unidos metade do consumo mundial e a proporção dos cafés não brasileiros, no total de suas compras, ia ascendendo. Demonstrava isto o perigo eventual da continuação de uma politica de defesa exclusivamente preoccupada com a manutenção dos preços pela restricção das offertas. Porque o unico elemento de luta do Brasil retendo os stocks comprados ou impedindo os embarques no interior, fôra restringir a offerta para altear os preços.

Como o consumo augmentava, emquanto o Brasil regularizava as vendas para sustentar as cotações, iam seus concurrentes collocando toda a sua producção. Nas linhas geraes, em these, podia o problema ser assim definido. Merecia portanto, estudo imparcial, sem preconceitos nem exclusivismos, partindo do principio de que a politica cafeeira era uma necessidade nacional não podendo o Brasil voltar ao regimen da liberdade absoluta.

A industrialização da cultura vinha provocando a superproducção em uma série de artigos agricolas. Por toda a parte, governos e productores, sentiam-se obrigados a tratar seriamente da defesa dos preços de seus productos.

Assim em Cuba, uma lei acabava de limitar a safra de assucar, visando garantir preços remuneradores. As companhias inglezas de plantação de borracha cingiam-se ao plano Stevenson, não receando o que da sua restricção pudesse resultar de benefico para os concurrentes hollandezes.

Os productores de algodão, nos Estados Unidos, acabavam de retirar do mercado 4 milhões de fardos, para sustentar preços, e os governos estaduaes e federal tinham depositado dinheiro nos bancos interessados nessa cultura para que estes adiantassem os recursos para a manutenção das reservas.

O Governo do Egypto sanccionara, havia pouco, a lei regulando a plantação algodoeira e o Japão concedera creditos aos productores de seda, com o mesmo intuito.

Accordos industriaes se haviam realisado contemporaneamente como o que tanto dera de fallar de si: o do aço realisado entre os productores da França, Allemanha, Belgica e Luxemburgo.

Deante do excesso de producção todos os governos e productores viam-se obrigados a medidas de emergencia para

evitar a depreciação dos productos e a inutilização dos esforços anteriores para sua valorisação.

Convinha, entretanto, não esquecer que a persistencia de tal politica, durante lustros e lustros, teria sempre, como resultado, o deslocamento do consumo, em favor dos productores não cerceados pelas manobras da limitação.

Tudo indicava, portanto, ao Brasil que, se não podia de prompto mudar de politica, teria pelo menos de tratar urgentemente do aperfeiçoamento dos typos e da reducção do custo da producção. Todo o seu interesse estava em conquistar tambem o commercio, os mercados, não só pela quantidade, mas sobretudo pela qualidade.

Por outro lado, a politica de defesa, concentrando todos os esforços no programma de resultados immediatos, fizera esquecer as necessidades de cuidar incessantemente do aperfeiçoamento technico da cultura e dos typos commerciaes.

Resultara dahi a permanencia dos velhos typos brasileiros e de todos os processos ultimamente aggravados com as consequencias da inflação.

Tal elevação prendia o agricultor á politica de defesa, a todo o transe, podendo, crear, mais tarde, novo elemento de embaraço.

A revisão dos methodos de defesa impunha-se, portanto, por diversos motivos; e assim a noticia da organização em São Paulo de um instituto destinado a melhorar as culturas devia ser recebida como uma prova de que os dirigentes do grande Estado já iam reconhecendo a conveniencia de attender a outros aspectos da verdadeira defesa do magno producto.

Nos Estados Unidos o Sr. Hoover, Secretario de Estado para o Commercio continuava a campanha anti-cafesista. E occorrera uma circumstancia curiosa. Os columbianos pareciam inclinados a introduzir, em seu paiz os processos brasileiros de regularização das entradas!

Era importante verificar se se houvera, ou não, nas entradas de café nos Estados Unidos, repercussão dessa campanha.

Accentuara-se a depressão em 1926 das entradas brasileiras nos Estados Unidos embora ainda fosse a porcentagem excellente 85 %.

Entre os concurrentes do Brasil, varios produziam typos mais apreciados em alguns paizes. Assim, nos Estados Unidos o café da Colombia, considerado *doce e suave,* mostrava-se muito estimado. Acontecia, porém, que os torradores já tinham habituado o publico a receber o café com mais de 70 por cento

de procedencia brasileira. Sendo mais caro o producto colombiano, os proprios productores tinham interesse em fazer a mistura com maior proporção de grão brasileiro.

Ficavam os productores brasileiros assim garantidos pelos proprios habitos e gostos do publico e dos industriaes que o serviam.

Entretanto, ninguem deveria descançar em tal garantia — e sim continuar a boa propaganda em pról do café em geral e do brasileiro em particular, ao mesmo tempo que se esforçasse pelo aperfeiçoamento do producto.

Isto não significava que todos os productores brasileiros tratassem de produzir typo semelhante ou melhor do que o *doce;* mas seria possivel estudar os meios de se o conseguir para que tambem o pudessem vender melhorando as safras.

Viviam os paizes concurrentes em plena actividade de propaganda, emquanto o serviço brasileiro ainda não contentava a todos sendo o objecto de varias interpretações.

Em Paris desenvolvia a Colombia incansavel campanha a favor de seus cafés suaves. A offensiva, lançada por seu escriptorio de informações, se fazia por meio de operações de largo estylo.

E com effeito perdurava em França o uso da mistura do grão com a chicorea, costume tão generalisado que nos paizes de lingua ingleza a tal beberagem se dava até o nome de *French coffee.* Nos Estados Unidos como na Allemanha era o café, em regra geral, misturado ao leite.

Informou o consul Rebello Braga ao Ministerio das Relações Exteriores que na America do Norte — Estados Unidos e Canadá — não se sabia o que fosse café sem leite. As tentativas feitas por brasileiros, residentes nestes paizes, para conseguir que os convivas tomassem café simples haviam sido sempre infructiferas.

Diziam as pessoas catechisadas que a bebida assim tomada lhes era prejudicial, tirando-lhes o somno, etc. Dahi provavelmente nasceria a idéa da criação do *Postum.*

Não se podia dizer rigorosamente que nos Estados Unidos não houvesse quem tomasse café puro. No Canadá, porém, não existiam positivamente taes apreciadores. Em muitas casas de bebidas, nos hoteis, etc. já os cafés se achavam misturados na machina. E nas casas em que assim não se procedia vinha o leite sempre acompanhando o café, pois não se imaginava que existisse quem tomasse café puro.

No Oriente, principalmente na India, havia vendedores ambulantes, de rua, com apparelhos dotados de fogareiro e

vasos, com o café e o leite já misturados. Nas festas officiaes, nos lugares de maior distinção, observara o consul sempre o mesmo facto, só se servia a mistura. Não houvera jamais possibilidade de convencer aos creados indianos, que arranjassem uma chicara de café puro.

Aliás no Oriente, o leite servia para mascarar o gosto detestavel, aos paladares brasileiros do café puro alli ingerido.

Observava o consul:

"A questão levantada contra o nosso café, nos Estados Unidos partiu de um mal entendido. O Brasil não faz agora valorização. E, afinal, os proprios norte-americanos, graças, a feliz intervenção diplomatica, o reconhecem."

Os productos, como o café, consumidos de modo permanente, precisavam de poder distribuidor.

Vendia o Brasil outrora toda a safra, por occasião de seu escoamento. Os possuidores dos stocks ditavam preços a productores e consumidores. Aos primeiros, porque quando estes queriam vender, os intermediarios impunham preços, pois a elles não cabia outro recurso senão ceder por qualquer cotação suas colheitas.

Aos segundos porque não tinham a quem comprar senão aos possuidores dos stocks.

Agora, não. As entradas nos portos eram relativamente distribuidas durante todo o anno. De modo que os commissarios compravam para revender, sem ditar preços.

Nada perdiam os consumidores, pois as cotações eram agora reguladas pelo escoamento natural, não se achando, como dantes, á mercê da especulação dos grandes possuidores de stocks nos proprios Estados Unidos.

Haviam os preços sempre sido e continuavam a ser determinados pelas condições estatisticas. A differença era que, com o regimen da defesa esta determinação se tornava indirecta e permanente. Comprava o consumidor o que o café no momento valia.

No regimen antigo, precisavam os productores entregar o café por qualquer preço, perdendo emquanto o consumidor norte-americano nada ganhava, porque as cotações não se regulavam pela estatistica, como depois; ou se subordinavam aos interesses dos detentores dos stocks, ficando á mercê da especulação.

Assim era muito claro, patente, insophismavel que a politica de defesa do Brasil não contribuia a elevar os preços nos Estados Unidos; e sim apenas para os estabilizar.

Facil se tornava explicar tal mecanismo.

Resultava o preço da divisão dos stocks disponiveis pela exigencia do consumo. Outrora de tal distribuição se incumbiam os especuladores dos paizes de consumo; passara a ser automaticamente feita pelas entradas proporcionaes ás necessidades dos mercados.

Assim, em seus termos exactos, a politica brasileira no que tinha de official, de publico, em nada attentava contra os interesses do consumidor norte-americano.

Esta politica já era uma evolução em relação á da valorização esperada, preparação da politica definitiva, tendente a obter o menor custo da producção, e seu aperfeiçoamento sob preços cada vez mais baixos ao mesmo tempo que fomentaria a expansão do consumo. Mas no proprio periodo transitorio, que se atravessava não pretendia o Brasil fazer nenhuma politica de elevação de preços, nenhuma manobra contra os interesses do consumidor. Regularizando a sahida evitava-se apenas a expedição em massa. Graças a este processo obtinha-se automaticamente a média annual dos preços.

Gozava o consumidor de certa estabilidade ficando livre das oscillações violentas provocadas pela especulação.

O fim principal da regularização consistia portanto, em evitar que no momento da maior affluencia dos productos de uma safra determinada pudessem os intermediarios impor preços abaixo do custo da producção.

O Sr. Kleist, do Departamento de Commercio, e outros propagandistas contra o café brasileiro haviam acabado reconhecendo o fundamento da these brasileira, que a diplomacia no Rio de Janeiro e em Washington, soubera explicar e defender, opportunamente.

O consul do Brasil em Montreal, com larga permanencia no Extremo Oriente, contemporaneamente declarou num Boletim do Ministerio das Relações Exteriores, que o Brasil tinha grandes possibilidades para a collocação de café no Japão e China. O que vendia directamente era ainda pouco, sendo muito mais o que poderia negociar. Embora ainda não grande o consumo já era bem espalhado accusando tendencias de largo desenvolvimento.

Notou o Sr. Rebello Braga no Japão movimento cafeeiro o mais auspicioso.

Accentuara-se em 1926 a depressão exportadora de numerosos artigos brasileiros, como por exemplo o das carnes congeladas, que tanto avultara nos annos de guerra. Continuava o café a ser o grande esteio do Brasil, conservando a antiga

porcentagem mas não constituia symptoma animador o que com elle se dava.

Seu valor certamente augmentara pelas medidas de defesa opportunamente postas em execução; mas a verdade era que emquanto as safras se conservavam, quanto ao volume, estacionarias, a exportação de suas disponibilidades avultava de novo no conjuncto das remessas para o Exterior. Assim o predominio formidavel do café na exportação nacional reduzido na guerra e nos primeiros annos de paz, não provinha do desenvolvimento das remessas e sim da reducção das expedições de outros artigos.

O Departamento de Commercio dos Estados Unidos, examinando as estatisticas de 1919-1923 assim computava as porcentagens dos paizes productores:

Brasil	64,2
Colombia	9,1
Indias Hollandezas.	5,3
Venezuela	4,4
Guatemala	3,5
Salvador	3,0
Haiti	2,6
Africa	2,0
Mexico	1,1
Costa Rica	1,2

Mostrava-se assaz alarmante, para o Brasil, o terreno ganho pela Colombia nos mercados americanos, denunciou o consul Braga. Eram as porcentagens em 1919 80,8 e 5,2 para os cafés brasileiros e colombianos, 73,3 e 10,2 em 1913; 60,1 e 15,0 em 1920; 66,2 e 17,3 em 1924.

No Extremo Oriente a divulgação do café brasileiro mostrava-se lenta: fôra no Japão de 2.643 saccas em 1922 para passar a 6.833 dois annos mais tarde.

Aliás o imperio nipponico abastecia-se sobretudo em Java, observavam os nossos consules. E o publico japonez apreciava a mistura de café e feijão torrado.

Visitando em 1922 o sul da India avisava o consul que a lavoura de café não se achava alli tão desenvolvida quanto deveria estar e no pé de diversas outras culturas. A juta e o algodão não admittiam comparação com o café.

Isso só podia ser attribuido a haver maiores facilidades e mais rapidos lucros no manejo de outros productos.

Não seria porém de admirar que, de momento para outro, tomasse o café incremento, não só na India, como em outros pontos do Oriente.

Em Ceylão e em diversos lugares só notara vestigios do passado, grande centro productor de café, que havia sido, outrora, a antiga Taprobana.

Na India, como em toda a região do Golfo Persico, bebia-se muito café. Do Brasil para alli não se encaminhava directamente. Bombaim e Calcutá deveriam merecer a attenção dos grandes exportadores do Brasil.

Bombaim poderia vir bem a ser o centro distribuidor para a Mesopotamia, etc.

Em Shangai notou ainda o consul Braga muita affluencia nas casas onde uma firma subvencionada pelo Estado de São Paulo dispunha de grande freguezia.

Na Mandchuria, Coréa, notou ainda que o uso do decocto da fava arabica se vulgarisava.

CAPITULO LXV

Mensagem ao Congresso Paulista do Presidente interinc Dr. Dino Bueno — A extensão do plantio e seus perigos — O Instituto de Café

Fallecendo inesperadamente o Presidente de S. Pau'o, Dr. Carlos de Campos, de 1927 e recusando-se o vice-presidente coronel Fernando Prestes de Albuquerque a assum'r o governo na qualidade de vice-presidente do Estado coube a suprema administração estadual ao presidente do Senado Dr. Antonio Dino da Costa Bueno que em sua mensagem ao Congresso Legislativo assignalou circumstancias par o nosso escopo digna de nota.

A estatistica revelava notavel augmento annual do numero de cafeeiros. A producção mostrava-se comtudo estacionaria, pois existiam cerca de 600 milhões de cafeeiros com mais de 20 annos, em franca decadencia, e a producção das lavouras novas apenas dava para compensar o enfraquecimento das velhas.

Era este o quadro dos cafeeiros produzidos no ultimo quinquiennio:

Annos	Cafeeiros	Producção	Por mil pés
1921-22 . . .	871.897.400	32.970.800 a.	37,6 a.
1922-23 . . .	899.239.100	28.187.900 a.	31,3
1923-24 . . .	949.149.451	41.497.420 a.	43,7 a.
1924-25 . . .	951.288.450	36.770.400 a.	38 6 a.
1925-26 . . .	966.142.590	40.348.700 a.	41,7 a.

A safra para o anno agricola de 1926-1927 fôra avaliada, só para os cafés paulistas, em 8.665.000 saccas, mas com resalvas dependendo, ainda, de opportuna verificação definitiva.

Assim no dizer da mensagem quasi cem milhões de cafeeiros mais tinham vindo acrescer a já enorme lavoura paulista.

Tratando do Instituto de Café dizia o Dr. Dino Bueno que criado em bases absolutamente originaes, sem similar em parte alguma do mundo, só da pratica do funccionamento e da experiencia poderia elle colher as suggestões tendentes ao aperfeiçoamento gradual de seu delicado mecanismo. Já passara por algumas reformas, ora ligeiras, ora profundas; e era natural que novas alterações lhe fossem feitas para melhor adaptal-o ás necessidades fundamentaes das duas classes que lhe estavam directamente ligadas — a lavoura e o commercio, de cuja constante e esclarecida cooperação muito dependia o seu completo exito.

Esperava o presidente em exercicio que o Congresso dotasse este gigantesco apparelho da defesa economica estadual de todos os melhoramentos indicados iniludivelmente por alguns annos de funccionamento ininterrupto.

Até aquelle momento preenchera integralmente os seus fins. Impedira igualmente na fórma da lei, a depreciação do preço do café, sem jamais pretender fazer o que se chamava a valorização do producto.

A execução da regularisação dos transportes já resultara satisfactoria e sem reclamações, pela certeza de todos de que seria inflexivelmente mantida a ordem dos despachos. A propaganda ia sendo realizada na Europa e nos Estados Unidos, economica e efficientemente, não por meio das grandes e inuteis *embaixadas de ouro,* mas pela divulgação intelligente daquillo que o mundo precisava saber sobre as excellencias do café paulista.

Tendo em vista ampliar as operações de credito agricola resolvera o Governo de S. Paulo transformar o antigo Banco Hypothecario Agricola em Banco do Estado de S. Paulo devendo ser o seu capital de trinta a cincoenta mil contos.

Adquirira o Instituto 51.812 acções, e o Estado, que já possuia 30 mil, 152.351.

A Lei de 23 de outubro de 1926, permittia ao Estado receber acções em pagamento total ou parcial da importancia que lhe devia o mesmo Banco. E assim se fizera.

O recente relatorio do estabelecimento demonstrava que, em dois mezes de actividade na nova phase, recebera a Lavoura dezenas de milhares de contos para custeio, e o commercio encontrara forte apoio em suas caixas.

Entre as reformas dos Estatutos, sobrelevava notar a que fixava os juros para o custeio agricola em 8 % e para as operações com garantia hypothecaria eb 9 %.

A recente reunião dos representantes dos Estados cafeeiros, em S. Paulo, attestava a importancia dada á obra de defesa dirigida pelo Instituto. Haviam se feito representar Minas Geraes, Rio de Janeiro e Espirito Santo, e pelo Estado de S. Paulo o seu Secretario das Finanças. Accordaram em adoptar para o escoamento da safra de 1928, o criterio já posto em pratica pelo Instituto, em Santos.

Só entrariam no mercado tantas mil saccas quantas o consumo houvesse retirado no mez anterior.

A solidariedade dos Estados na adopção do programma do Instituto revelava o seu feliz objectivo de que deviam os paulistas orgulhar-se.

CAPITULO LXVI

Retrospecto geral da questão cafeeira — Actuação do commissariado e decadencia deste — Criticas ao systema de defesa

Em 1927 publicou o Dr. Luiz Zacharias de Lima sob o titulo *A politica do café em S. Paulo* extenso e apreciavel retrospecto da questão cafeeira, até aquella data.

Trez grandes factores, recordou, haviam-se conjugado para a formação da grandeza cafeeira do Estado de S. Paulo.

A iniciativa dos paulistas de que decorrera grande rede de estradas de ferro, o commercio commissario de Santos de funcções capitalistas como fornecedor do custeio á lavoura e a immigração européa.

Sem este conjuncto as qualidades do solo e clima não teriam bastado áquella quasi incrivel expansão da tão notavel monocultura.

Da organisação do commissariado traçou o observador excellente quadro que não é aliás apenas o do commercio de Santos e sim tambem o do Rio de Janeiro.

Esta organisação bancaria-commercial vasada em moldes de pasmosa simplicidade, tinha a virtude de se ajustar aos singelos costumes do velho Brasil. Ao fito do lucro acompanhava ao mesmo tempo forte dose do sentimentalismo das relações familiares e do viver patriarchal. Não se limitava o commissario a ser o commerciante incumbido da venda do café do fazendeiro e o seu fornecedor de capitaes. Servia-lhe de mentor como parente, ou amigo avisado, procurando impor-lhe moderação nas despezas, sofrear-lhe a audacia dos cometimentos. Assistia-o nas principaes emergencias da vida com os conselhos, recursos, prestigio e relações pessoaes. Achou-se assim o commissariado investido de funcções, por muito tempo mantidas, de regulador da actividade dos lavradores a quem disci-

plinava na exploração das lavouras existentes inculcando-lhe a justa medida quanto á necessidade de novos cafesaes.

Ao lado desta influencia benefica nascera porém uma serie de abusos maiores e menores.

Assim o commissario apparentemente desistia de cobrar do comitente, umas tantas despezas como as de substituição de saccaria, armazenamento prolongado da mercadoria — e prolongado quasi sempre a pedido do comitente — além dos juros sobre outros gastos como os de fretes, carretos etc. Destas e daquellas passava a resarcir-se nas contas de venda, encobertamente, e sem distincção, entre os comitentes. Sobre estes em regra quasi geral os menos folgados ou menos defendidos, recahiam despezas feitas por outros. Assim tambem se estabeleciam para o carreto e saccaria, valores fixos e superiores ao custo real; englobando nas vendas effectuadas cafés de comitentes diversos, com caldeação ou sem ella. Ao mesmo tempo determinava para cada grupo a cotação arbitraria que entendia a mais acertada ou melhor correspondente ás conveniencias proprias entre as quaes se incluia quasi sempre, o maior ou menor empenho na conservação da clientela do comitente. Assim pois a venda do café pelo commissario constituia como que operação esotérica em que ao comitente não era dado iniciar-se.

A conta de venda recebida tinha de ser para o lavrador um *evangelho*.

De taes processos, por vezes tortuosos, se originavam serias e fataes consequencias. Pouco poderia resistir o commissario ao exportador, porque a vendagem do café já lhe assegurava lucros fixos, geralmente mais apreciaveis do que a porcentagem da commissão. Encontrava-se o seu principal interesse em vender o mais possivel e não pelo melhor preço alcançavel. Para o lavrador se accentuava contemporaneamente a tendencia a affastar-se do negociante de Santos ou a prescindir da sua intervenção motivada pelo reconhecimento da facilidade com que lhe podia augmentar os lucros, abusando de sua confiança.

Dahi decorriam resultados por vezes perniciosissimos.

A principio quando a producção era pequena não se faziam sentir taes effeitos. Em meios restrictos tudo como se passava em familia.

Em fins do Imperio, e principios da Republica, os braços offerecidos á lavoura paulista eram numerosos. Coincidia esta superabundancia com a enorme elevação dos preços, alta que Zacharias de Lima aliás acoima de artificial quando no emtanto

descurou positivamente, sobremodo, da posição estatistica do genero.

O que se devia então recear era a enorme expansão do credito originado das emissões superabundantes do papel-moeda. Dahi se originaria a expansão febril da cultura cafeeira, sem que quasi ninguem então manifestasse a mais leve preoccupação quanto á capacidade absorvente do consumo.

Não constituia tal circumstancia assumpto de cogitação para os lavradores cujos conhecimentos na generalidade não iam além dos horizontes de suas lavouras. Nem para os commissarios presos ás normas de um commercio primitivo e, além de muito desprovidos de elementos para uma acção interior, a elles inaccessivel. Nem tão pouco o chegara a ser aos governantes, empolgados pelos problemas de ordem politica e das finanças periclitantes da época postemissionista.

Dahi o desequilibrio fatal, pela superabundancia da offerta. E assim a crise se delineara em principio de 1896, aggravando-se immenso anno a anno.

Mostrara-se a praça de Santos absolutamente passiva e sem oppor a minima resistencia commercial. E durante dez annos não tomaram os poderes publicos a decisão energica e efficiente requerida para solver tão grave problema.

Não era possivel porém que o commissariado conseguisse enfrentar e resolver a situação. Nem para tanto teria recursos. Garantidas algumas casas e consolidadas com os lucros de seu negocio, não era mesmo dellas licito esperar os esforços supremos exigido por uma luta desigual. Outras havia e muitas com enorme espalha de capitaes entre fazendeiros cada vez menos solvaveis. Além disto, invadida como fora a lavoura paulista por elementos novos, muitos delles vindos de outros estados, afrouxados estavam os laços entre o commercio commissario por falta da confiança pessoal que antigamente o prendia aos primitivos membros da classe dos comitentes.

Tornou-se a situação de grande numero de casas commissarias melindrosa senão frequentemente periclitante, ameaçadas como se viam pelo grave transtorno de se verem transformadas em fazendeiras pela desistencia dos devedores á posse de propriedades hypothecadas.

Nem seria possivel ao commercio commissario aquelles supremos esforços então exigiveis de uma resistencia continua e tenaz. Penetrara o exportador pelo interior a fazer compras directas aos lavradores. Na sua invasão intelligente, haviam sido além de muito installadas, em varios pontos agencias de compras, mantidas longamente até a occurrencia da

grande geada de 1918 — e mais tarde novamente restabelecidas. E tal actuação se effectuara sem que da Lavoura partisse o minimo signal de apprehensão ou desagrado, sendo pelo contrario verificados de sua parte novos applausos, pois em taes agencias enxergava o beneficio que se lhe fazia. Só os commissarios pareciam ter a intenção do perigo, demonstrando tal sentimento por intermedio do frouxo movimento platonico de hostilidade a estes atravessadores de seu negocio. Abertas pois, as portas das tulhas ao exportador, a resistencia do commissario em Santos assumiria dahi em diante aspecto de loucura ou de suicidio.

O governo paulista alarmado com as manifestações da Lavoura, de 1898 a 1899, realisara uma reforma do Banco Hypothecario que nada de util trouxera.

Pouco depois se liquidava este estabelecimento.

Prohibiram-se depois as plantações novas, medida que Zacharias de Lima não commentou, mas que teve tão grandes e beneficos resultados.

Acerbamente criticou a actuação do governo Campos Salles-Murtinho que, ao seu dizer, trouxe a lavoura confinada com a ruina, pagando-lhe o estricto indispensavel para que não morresse.

Promovera com immenso sacrificio da classe agricola a valorisação da moeda dando ao mundo o espectaculo de uma nação que mais parecia enriquecer-se, quanto mais fazia afundar na miseria a classe fornecedora do producto com que obtinha em maior abundancia o ouro indispensavel á valorisação da moeda do paiz, accusação sobremodo apaixonada alias e muito discutivel.

Bem se sabe que o preço vil do café correspondera tambem a época de grande depressão cambial. Dissipara-se a miragem do *cambio baixo — café alto*.

Resultara de tal politica verdadeiro esbulho pela transferencia aos colonos da posse de muita terra e muitos cafesaes.

Habituados a uma vida frugalissima assegurada pelos cereaes que cultivava, podia o colono offerecer ao especulador a resistencia de que o proprietario nacional não era capaz. Acremente commenta o autor a que seguimos: enquanto o colono geralmente extrangeiro não se refazia da surpreza de uma fortuna que lhes chegava tão cedo como nunca sonhara, o resto do paiz, rejubilava com o igualmente inesperado de uma fortuna que lhe surgia sob a forma de moeda valorizada sem o concurso de seu trabalho e da sua producção. "Com

um pouco menos de valor a essa moeda e algum auxilio áquella lavoura se obteriam finanças mais sãs e patriotismo mais puro."

Louvando ao governo Tibiriçá que procedera ao Convenio de Taubaté e ás operações de valorisação declarou o Sr. Zacharias de Lima que indubitavelmente esta attitude correspondera a um rasgo de audacia, graças ao qual se transpuzera o abysmo da crise cafeeira.

A solução dada pelo governo de S. Paulo não agradara a todo o mundo. Tivera no paiz oppositores varios, uns por paixão politica, outros por quasi nenhum estudo da questão, um ou outro pela ambição de uma derrocada que os tornasse possuidores, por infimos preços, de boas fazendas. Jugulada a crise com o abandono de muitas lavouras, passariam a representar grandes fortunas.

Outros ainda se mantinham irreductiveis por mera intransigencia em relação á Caixa de Conversão. Eram estes os mais exaltados, dividindo-se em duas categorias, a dos adeptos fervorosos de doutrinas financeiras contrarias ao plano de Taubaté e a dos prejudicados nos interesses eventuaes decorrentes da alta cambial.

Houvera no extrangeiro, tambem fortes interesses offendidos pela iniciativa do governo paulista. A campanha que contra esta se movera attingira a tão alto gráo de violencia, que em França até se havia acenado insistentemente com as penas attribuidas aos estelionatarios, aos lançadores do emprestimo da valorisação.

A regularização da descida do café para Santos deveria ter sido o complemento necessario e immediato das outras medidas para a defesa commercial do producto. Gravemente prejudicara a omissão de tal providencia, os resultados da intervenção.

Era até possivel senão mesmo provavel que o grande commercio extrangeiro houvesse visto no emprestimo paulista dos 15 milhões endossado pela União uma operação de que especialmente auferira beneficio, pela convicção de que o Brasil continuaria na pratica das remessas precipitadas, cabendo-lhe a vantagem de se tranquillizar quanto ao volumoso stock do governo, para enfrentar os excessos das offertas brasileiras.

E assim succedera: os preços que a seguir obtivera o café do Brasil não corresponderam em absoluto á posição estatistica conquistada pelo afastamento de colossal pilha de saccas da producção nacional.

Após o decurso de algumas safras, tornara-se tão patente o facto que Rodrigues Alves então presidente de S. Paulo deliberara fixar ás estradas de ferro um *quantum* intransponivel para as entregas de café em Santos, deixando-as, porém livres em S. Paulo.

Tão depressiva na praça portuaria a influencia das entregas livres que esta simples medida da limitação começaria logo a produzir resultados viziveis, não obstante o progressivo enfraquecimento do commercio commissario, tanto maior quanto tivera ella a favorecel-a a sequencia de safras pequenas.

Viera esta circumstancia impedir ao especulador extrangeiro as vantagens de uma investida contra os pontos fracos do novo regimen estabelecido, pontos que existiam e o tornariam insustentavel, mudadas que fossem as circumstancias.

Procurara a grande guerra a segunda intervenção a do então presidente de S. Paulo Dr. Altino Arantes, cujo termo ao ver do memorialista assignalara tambem, pode-se dizer, o desapparecimento virtual do commercio commissario de Santos.

Ao divorcio entre este e a lavoura aggravara a installação dos armazens geraes. De apparelhos auxiliares que deviam ser daquelle commercio passaram a categoria de concurrentes e eliminadores, incrementando as vendas directas da Lavoura ao commercio extrangeiro.

Assim a nova intervenção official, muito prolongada como fora, desfechara o golpe de misericordia ao commissariado, pois para vender o café ao governo por preço taxado não precisava o lavrador de commissarios.

A intervenção Tibiriçá fazendo-se, de facto, em nome da salvação da economia cafeeira, não podia tomar forma diversa da das compras por parte do Governo em virtude da garantia que se fazia mistér offerecer no extrangeiro aos varios agrupamentos de interessados directa e indirectamente no commercio e na lavoura.

A intervenção Altino Arantes, reclamada simplesmente pela salvação imperiosa da riqueza nacional em tão conturbada época tinha de preferir a forma de emprestimo para que de todo se não paralizasse, como se paralizara a acção commercial do paiz.

E a prova de tal paralização dos preços era que não mais se levara em linha de conta a capacidade de resistencia da praça de Santos, só se confiando e tudo se esperando da intervenção official.

Passara-se a acreditar na resistencia, por parte da lavoura, dispondo de alguns milhões de saccas de café nos armazens reguladores.

Mas não havia animo de se conceder o minimo augmento de café ás minguadas existencias da praça de Santos, pela presumpção de que ella o entregaria ao exportador não obstante os recursos proprios de que dispunha, e outros em condições de lhe serem facultados com muito mais facilidade do que aos lavradores. A intervenção Altino Arantes terminara com excellente lucro mas a crise norte-americana das restricções de credito haviam provocado nova baixa do café.

Cumpria por parte do Brasil uma retracção de offertas. Disto, porém, não se cogitara e a consequencia fora o occasiomamento de serios prejuizos ao commercio americano, e a derrocada dos valores da fortuna agricola pela entrega do producto pelos preços infimos que os compradores dos Estados Unidos e outros commercios quizeram então pagar.

Interviera o governo do Presidente Epitacio Pessoa comprando café a exemplo das intervenções anteriores. Para o commercio brasileiro já desfallecido, a intervenção por esta forma não constituia golpe que lhe fizesse mossa. Mas attingia ao commercio extrangeiro, retardando-lhe a restauração ou reorganização de após a guerra, quando todo o interesse do Brasil consistia em apressal-a.

E com effeito, formando novo stock de quatro milhões de saccas, subtrahidas do mercado desfalcara o governo brasileiro desta consideravel massa os depositos negociaveis. Constituia ella formidavel ameaça contra a especulação que dum instante para outro poderia ver as praças abarrotadas da mercadoria.

O compromisso de vendas parcialmente assumido posteriormente pelo governo no contracto do emprestimo contrahido, não removia de todo tal ameaça e, effectivamente graças a segundo accordo com os credores, já na presidencia Arthur Bernardes, fora todo aquelle café vendido antes do prazo estipulado.

Esta venda antecipada e a grande safra paulista de 1923 a 1924 a primeira realmente abundante depois da grande geada, animaram os mercados extrangeiros, sobretudo os europeus, anciosos de se refazerem da paralização que a guerra lhes impuzera. E as cotações do café subiram de doze cents. por libra em julho de 1923 a 28 em dezembro de 1927, sem que para a alta se houvesse pedido ás praças de Santos e Rio de Janeiro esforço de resistencia.

Assim estava a situação do governo em optimo pé. Construiram-se armazens reguladores, installados pelo Governo Federal, e depois transferidos ao de S. Paulo. Nelles se depositavam todos os cafés despachados para dahi irem sahindo pouco a pouco por ordem de antiguidade de despachos. Na crença de que a alta se manteria com a escassez do producto no mercado, as entradas se haviam restringido, até um minimo exagerado. Acabara por adoptar como criterio para as entradas de um mez a quantidade de saccas exportadas no anterior.

Levantara o Governo paulista um emprestimo de trinta milhões de dollares garantido por uma taxa de mil réis ouro por sacca.

Houvera então muito quem julgasse a questão do café resolvida por completo, graças aos reguladores e certa facilidade de credito concedido aos lavradores.

Ao ver do reparador innumeros (sic) defeitos occorriam no systema da defesa do café tal qual se organisara com o Instituto.

A sete enumerou a saber: a entrega pelos armazens dos lotes por ordem chronologica desprezado o criterio de se fornecerem os que tivessem melhor acceitação no momento, o que provocava a restricção do commercio e do consumo, e ao mesmo tempo a sofreguidão dos lavradores pela obtenção dos despachos, o que trazia a deficiencia do preparo dos lotes.

Ficavam estes longos mezes longe dos respectivos donos e consignatarios, entregues a guarda de pessoal a quem não interessava a boa conservação do genero.

Houvesse prejuizos, seria difficilimo apurar responsabilidades e estas circumstancias levavam os lavradores a descuidar do preparo.

A reducção das entradas e o limite fixo dos supprimentos, tirando ao grande commercio internacional as possibilidades de se desenvolver tolhiam-n'o retirando de junto da clientella o agente mais activo e mais interessado na expansão do consumo.

Retendo o café e pondo-o ao alcance do exportador, alargando portanto o campo das offertas o armazem collocava o productor em situação desvantajosa pelo facto de que se restringiam suas possibilidades de credito, que se tornavam inferiores ao que seriam se dispuzesse de lotes nos mercados.

As operações sobre os conhecimentos de despachos ou sobre o café depositado não consultavam as conveniencias do productor e sim apenas as do commerciante.

As medidas em geral estabelecidas constringiam pela rigidez o commercio, a que não era licito imporem-se moldes antecipados dentro dos quaes deveria ajustar-se.

Assim as entregas de café ao mercado, por parte dos reguladores, prejudicavam ao movimento commercial ora porque os lotes não eram das qualidades no momento desejados pelos compradores, ora porque podiam pertencer em grandes proporções a possuidores, exageradamente exigentes. Só porque seus recursos monetarios assim o permittiam. Dahi as restricções nas compras, e, portanto, tambem no consumo, pois era de sobra sabido que o consumidor de qualquer mercadoria é sempre levado a consumir menos, quando não encontra a mercadoria mais de seu agrado ou de accordo com os recursos de que dispõe.

Negava-se em geral a restricção do consumo, á vista das numerosas estatisticas de importação. Mas a verdade era que o consumo não acompanhava o crescimento da producção. Havia portanto desequilibrio e retracção de negocios. Muito intelligentemente não cuidavam os compradores em alargar o campo de operações.

O entravamento do consumo proviera não dos preços altos mas do emperramento da acção commercial.

De 1923 a 1924 fora o stock brasileiro maior do que no anno de 1926 e o Estado de S. Paulo, produzira mais de 15 milhões de saccas. O governo Bernardes vendera entretanto em grandes lotes quatro milhões de saccas da valorisação Epitacio Pessoa e apezar disto a libra de café cotara-se a 12 cents. em junho de 1923 a 21, em dezembro de 1927, a 28, em janeiro de 1925. Dahi em diante baixara incessantemente até 15 cents.

Provinha tal estado de coisas do facto de que os mercados extrangeiros que se tinham animado com as possibilidades de maiores negocios, haviam entrado a retrahir-se ao perceberem que o Brasil lhes estava regateando a mercadoria. Ainda mais depois da visita dos torradores americanos, em junho de 1925, e o fracasso da sua tentativa de demoverem o Brasil da politica que adoptara.

Entretanto, após a enorme safra de 1923-1924 viera a diminuta immediata e outra muito reduzida a de 1925-1926 para ainda surgir a terceira pequena safra de 1926-1927. E não obstante estas circumstancias tão desamparado ficara o café, que os preços, em vez de se elevarem ou, pelo menos se aguentarem haviam declinado tão pronunciadamente que a intervenção do Instituto só lograra modificar e não suster a depressão.

Assim a descommercialização do café brasileiro, começada com a eliminação do commercio commissario nacional, completara-se com a suppressão do grande commercio extrangeiro.

Forte e poderoso, não podia este resignar-se ao exterminio e reagir junto dos productores, comprando café e armazenando-o nos reguladores, collocando-se em relação aos elementos nacionaes em posição que os tornava impotentes para a defesa.

Ao occorrer a enorme geada de 1918 os agentes das casas exportadoras se haviam retirado do interior paulista em face da grande alta sobrevinda.

As duas intervenções governamentaes os conservavam afastados. Mas já agora de novo se aproximavam farejando fartos proventos.

Descommercialisava-se o café, positivamente, julgava-se possivel aos productores brasileiros defenderem-se por si sós, soltando o producto a bons preços, desde que para a resistencia lhes fossem facultados recursos, sobre conhecimentos de despacho ou o café armazenado nos reguladores. Mas não se havia levado em conta que ao productor faltava uma base, um padrão do *bom preço*. Nestas condições seria o credito parco e tardio.

No embate entre productores e compradores levaram os segundos grande vantagem, organizados como se achavam quando os outros viviam desprevenidos.

Em Santos em vez dos antigos commissarios imperavam os compradores.

Confiava a opinião brasileira na escassez da mercadoria á venda e não na resistencia do vendedor, contando-se sómente, com a disputa entre os compradores para se obterem melhores cotações que não o eram nem podiam ser, e decorrentes da lei da offerta e da procura, lei aliás inhibida de actuar em regimen antagonico á liberdade de commercio.

A venda directa em Santos por corretores dos fazendeiros nada adeantava. Eram estes os alliados natos dos compradores, a quem estavam subordinados submissamente.

Se o café paulista não vira os preços sobremodo baixos era que a situação estatistica do genero, mundialmente fallando, vinha a ser esplendida.

Tardio e emperrado, affirmava o Dr. Zacharias de Lima o credito pelos armazens reguladores proporcionados á lavoura.

Tardio, por chegar quando a producção estava prompta para se despejar no mercado.

Ao lavrador, dispondo de recursos proprios ou credito pessoal não faltaria dinheiro ao dispor de sua safra quando os podia utilizar no momento da florada e colheita.

Vivia o credito entravado pela difficuldade ao ser utilizado.

As transacções sobre conhecimento ou café armazenado mostravam-se commodas para os comerciantes. Residindo nos centros dos negocios, podiam entabolal-as no momento exacto. O lavrador, porém, via-se obrigado, quasi sempre, a antecipal-as necessitando do montante excedente ás necessidades da occasião além de se ver onerado com despezas de viagens, que quasi nunca deixavam de repetir-se, isto sem contar o prejuizo do tempo e dos incommodos a encarecer a transacção.

Occorrendo falta de cotação e credito tardio deduzia-se que não podia existir cotação legitima para uma mercadoria que contrariava a lei da offerta e da procura, alheia ao embate das duas correntes, a dos vendedores e a dos compradores.

Não haveria resistencia commercial possivel para um producto quando ao seu productor só assistia crédito quando concluidas as operações da producção, e, mais ainda, depois de collocado o producto em logar seguro para o prestamista do capital, hypotheses ambas condemnaveis.

Para o productor de café, pela natureza e periodicidade das despezas a se que via obrigado o crédito unico que convinha e satisfazia, era o da conta-corrente, e este no estado natural dos costumes e da educação brasileira só lhe podia ser dado pelo commissario.

Era o que reconhecia aliás o Banco do Estado de S. Paulo, agindo em nome do Instituto de Café, quando para o fornecimento de custeio ao lavrador lhe exigia um endosso de commerciante ou a hypotheca da propriedade. Ora, como esta ultima garantia além de impropria vinha a ser onerosa e vexatoria, tratando-se de emprestimo annuo, a exigencia real do Banco era a do endosso do commerciante.

Reconhecia o observador a impossibilidade de resuscitação do antigo commercio commissario. Duas coisas a tanto se oppunham, indestructiveis, a existencia dos reguladores e a escassez permanente do café nos portos.

A sustentação dos preços seria quebrada pelas vendas dos cafés armazenados.

Sem grandes stocks nos portos a acção do commissario teria de ser a da passividade.

Objectava-se contra a formação de stocks avultados nos portos de embarques, produzindo a baixa dos preços por per-

mittir aos compradores a acquisição de muito vultosas partidas e logo depois a cessação das compras.

Mas ainda havia pouco os preços não tinham cahido com as enormes acquisições dos governos Altino Arantes e Bernardes.

Vendas avultadas, por vezes, de lotes vultosissimos não haviam causado desequilibrio.

O que a tradição fartamente ensinava, é que os preços baixavam sempre que os brasileiros porfiavam nas vendas aliás feitas não a credito mas a dinheiro a vista.

Assim parecia absurdo procurar-se corrigir desmandos nas vendas pela imposição de restricções aos compradores.

Ao ver do Dr. Zacharias de Lima se nada valiam as objecções dos partidarios dos processos e adotados para a defesa do café, menos ainda tinham força os argumentos dos que repelliam qualquer defesa do producto.

Allegavam que o Brasil proporcionavam aos outros productores venderem bem as suas safras.

.Augmentavam sua producção, emquanto a brsileira se conservava estacionaria.

Quanto ao primeiro item, realmente, os preços dos concorrentes do Brasil acompanhavam as cotações da praça de Santos, com ellas subindo e descendo. Não podia ser de maneira diversa, porque o Brasil dispunha da hegemonia da producção, exercia o commando dos mercados. Nem se concebia que desistisse de valorizar o seu café.

O inconveniente contra o qual luctavam os fazendeiros de S. Paulo era que a alta estimulava e remunerava os productores extrangeiros ao passo que os do Brasil se achavam obrigados a vender pelos preços deprimidos graças aos reguladores.

A segunda objecção se apresentava com verdadeira inconsistencia de argumentos.

Á defesa do café nenhuma responsabilidade cabia pelo estacionamento da producção paulista nos ultimos vinte annos.

Manifestada a crise de preços em 1896, as novas plantações logo se haviam restringido até cessarem de todo. O imposto prohibitivo do plantio creado em 1903, quasi não tivera influencia para manter as lavouras estagnadas, pois para tanto bastara o prolongamento da crise então em gráo agudo. Só em 1911 havia o plantio recomeçado e a medo, incrementando-se do anno immediato em deante.

Em 1918, quando se iam fazendo notar, nos mercados, os primeiros fructos dos cafezaes novos, sobreviera a grande geada, queimando até o tronco enormes lavouras novas e velhas.

Em 1923 davam os cafezaes a sua primeira carga, depois de restaurados, mas haviam tido a castigal-os trez annos de secca e ventos frios.

Não fora, pois, a defesa que refreara a producção paulista, e sim a Providencia a auxiliar as providencias inhabeis postas em pratica pelos homens. Synthetisando lembrava o Dr. Zacharias de Lima que a cultura de café constituia verdadeira fonte de opulencia, como raras, no Universo. De tal riqueza era reflexo o progresso estupendo de S. Paulo.

As crises da lavoura paulista decorriam acima de tudo da desorganização. Sobretudo do alargamento de suas plantações sem a cogitação das condições do consumo.

Era absurdo estabelecerem-se quotas fixas para entregas de café ao mercado, como se o commercio supportasse medidas exactas e inflexiveis em seu funccionamento. Ás estradas de ferro cabia a responsabilidade da invenção do systema.

A regularização das entradas deveria ao pensar do memorialista ser alcançada pela fixação de maximos semanaes, quinzenaes ou mensaes inexcediveis.

Tirava-se ao lavrador toda a possibilidade fóra dos meios ilicitos, de despachar maiores partidas quando o governo do Estado e o da União se haviam visto compellidos á necessidade de vender café ás centenas de milhares e até aos milhões de saccas.

Se aos poderes publicos tanto fora possivel, ao misero lavrador não se devia negar uma valvula para, em casos extremos, exceder-se tambem nas remessas, ainda que se lhe exigisse alguma compensação indirecta afim de que não abusasse dessa faculdade.

Não era isto porém o que se fazia. Muito pelo contrario, enchiam-se os armazens reguladores, facilitando ao exportador as compras dos lotes, retidos, e proporcionavam-se ao lavrador, quasi de pancada, emprestimos sobre esta colossal massa de mercadoria.

Vendendo e tomando emprestimo o lavrador se desfazia rapidamente do dinheiro que por tal meio obtivera, e logo depois, falto de recursos achava-se na contingencia de sacrificar, de quelquer maneira, o restante da producção.

Os meios de se prevenirem inevitaveis crises era regularizar o commercio, regrar as novas plantações e as vendas do producto. Regrar ainda ao lavrador nos despachos, despesas e uso

do credito. Não por meio de medidas policiaes, utopicas, de equidade e quejandas, e sim pelo interesse, lucro movel e ao mesmo tempo fito do commercio.

Para as novas plantações haveria o velho meio do imposto prohibitivo, ou simplesmente restrictivo.

Para as remessas um imposto susceptivel de restituição, differencial e em especie, vindo afinal a contribuição effectiva a tornar-se, por meio de um jogo de percentagens tanto mais pesada, quanto maior o excesso comettido pelo remettente.

A regularidade nas vendas não se alcançaria, a não ser pela concentração dos negocios nas praças de Santos e São Paulo, e a incumbencia de sua realização a agentes de interesses identificados com os dos productores.

Fossem abolidos os lucros fixos, augmentando-se a percentagem da commissão e adoptando-se outras providencias tendentes a restabelecer a confiança entre o agente e o lavrador para o tornar realmente representante do fazendeiro.

Incumbencia menos facil a de regrar o lavrador em suas despezas e uso do crédito. Para tanto ainda ninguem se achara melhor indicado do que o commissario, que lhe acompanhava, mez a mez, a vida economica pelo duplo interesse de conservar o comitente e dahi não lhe virem prejuizos.

Organização era o que demandava o caso do café, senão só haveria uma sahida para impedir que o capitalismo extrangeiro se implantasse nos armazens reguladores e nas tulhas dos fazendeiros: dominando a producção, a monopolização do commercio de café pelos poderes publicos, o monopolio do Estado, a economia cafeeira dirigida.

Mas esta solução podia trazer graves complicações com potencias extrangeiras. Se ella occorresse seria a sorte dos productores a mais deploravel, observava o reparador.

Achava elle ainda que muito pouco se fizera até então para o desideratum de uma boa organização.

Fóra do emprestimo contrahido e da criação do Instituto do Café, tudo mais inclusive a propria organização deste novo apparelho, não passava de ensaios confessados, do empirismo, vindos portanto do passado.

Mas não tardassem em recuar, pois corriam o risco de com a demora já encontrarem o caminho atravancado de escombros.

Havia um lustro surgira o alvitre dos armazens reguladores do Estado de S. Paulo.

Passado cinco annos estes e os das estradas de ferro paulistas se encontravm attestados por formidavel massa de seis

milhões de saccas. E as tulhas dos lavradores contemporaneamente transbordavam tambem. Nos terreiros os fructos, em sécca ainda, formavam montes, cordões e lençóes, e nos cafezaes talhões vários ainda havia onde as arvores estavam pejadas de grãos, emquanto em baixo, ao redor do tronco o solo se deparava coberto de derriçados. E, como em S. Paulo o mesmo occorria nas zonas cafeeiras de Minas Geraes. Espirito Santo e Paraná. Estimulavam-se no esforço de acompanhar o estado leader assim como as regiões vetustas do Estado do Rio de Janeiro. E mais longe, a se fazerem lembradas, acudiam, as producções da Bahia, Pernambuco e outros Estados como por exemplo a Parahyba e Santa Catharina que açodadamente plantavam instigados pelos preços extraordinariamente altos dos ultimos annos. Aggravava-se pois, mais e mais, a superproducção cafeeira do Brasil.

CAPITULO LXVII

Criticas diversas á situação cafeeira em 1927 — Reparos ao systema de defesa

Em 1927 entre os que se arrolavam na categoria dos pessimistas e advertiam a opinião publica sobre a aproximação da grande crise cafeeira, achava-se o Dr. Pedro Nolasco Pereira da Cunha, figura de projecção nos meios financeiros e economicos do paiz.

O problema do café assumia excepcional gravidade.

Fora a alta obtida contra as leis naturaes e economicas, á custa dos recursos de credito a trouxera como consequencia a plantação em larga escala da rubiacea em Venezuela, em Cuba e outros paizes americanos, além da Africa, graças a fortes capitaes americanos e inglezes.

Já estavam estes plantadores aproveitando do esforço brasileiro na sustentação dos preços, sem comparticiparem dos onus pesadissimos do Brasil dispondo de custo de mão de obra baixo, além de mais abundante. Estes grandes plantadores fatalmente dariam preferencia e melhor acolhida ao proprio café donde se tornava evidente o grande prejuizo que ao Brasil devia provir de tal concurrencia.

Actualmente ainda mantinha o Brasil o predominio, por ser quem mais produzia e exportava. Mas quem podia prever o dia de amanhã. Não se daria com o café o que já se dera com o assucar a borracha e possivelmente até com o matte?

Era a situação, pois, melindrosa e não menos pela diminuição do consumo mundial.

A Allemanha empobrecidissima passara a ser compradora muito menos efficiente, abandonando o café pelos succedaneos menos agradaveis.

A França, a Belgica, Hollanda paizes escandinavos vinham restringindo e muito as compras.

Entretanto, estava o Brasil na espectativa de grande colheita, que sommada ao *stock* da safra anterior e da producção extrangeira, attingiria a cifra de 24 milhões de saccas, havendo um *superavit* calculado em mais de seis milhões!

Que fazer? Deveriam os Estados cafeeiros continuar na sustentação dos preços altos? Onde, porém encontrar os meios para tanto? Dentro do paiz parecia indubitavel e não seria isto possivel. Com o recurso do credito no exterior, não poderia o Brasil contar como certo, pois além delle abusar para tal fim, podiam os financeiros não querer concorrer para pagar mais caro o que elles proprios consumiam. Que fazer, que alvitre adoptar-se, pois?

Ao ver do Dr. P. da Cunha a solução unica estava no barateamento do producto por meio dos esforços coligados dos Estados cafeeiros, da União e sobretudo dos produtores. Duas consequencias, cada qual mais importante, proviriam deste facto. Primeiro o augmento do consumo segundo, embora menos provavel, o afastamento dos concurrentes.

Se o solo do Brasil era realmente excellente habitat do café, esta circumstancia não assegurava ao paiz posição inexpugnavel, pois concurrentes havia dispondo de immensos capitaes e infindos braços.

Não fosse a alta exagerada do café provocar a repetição do caso da Amazonia e do Extremo Oriente...

O melhor era seguir os ensinamentos de um homem do valor de Henry Ford: vender barato para vender muito.

A confiança a depositada na fertilidade do solo brasileiro muito tinha de illusorio. A rubiacea contava fora do Brasil grandes areas onde poderia prosperar muito e produzir de modo mais avantajado em terras onde o braço era barato e movimentado por quem dispunha de immensos capitaes.

Fallando da taxação do café em 1927 sob o titulo expressivo d'*O martyrio do café*, lembrava Paulo Prado que já em principios do seculo XIX escrevia Saint Hilaire que o fazendeiro do Brasil se encerrava num circulo vicioso: "comprava mais escravos para alargar as lavouras e adquiria mais terras para comprar mais negros."

O surto do café reproduzira os quadros do ouro "ancia de enriquecimento, iniciativa corajosa, imprevidencia". Viera a crise fatal da super-producção. Precisara o governo paulista intervir e conseguira resultados favoraveis.

Indubitavelmente, nesse momento, a intervenção official salvara a situação originada pelo excesso de producção. Os preços não subiram como se esperava, mas não baixaram ás

cotações infimas que previam os pessimistas. Os gastos da operação foram colossaes: pagara-os o proprio café com a criação da sobretaxa especial. Em vinte annos, de 1906 a 1926, rendera esse imposto 900.198.000 francos, cerca de um bilhão de francos ouro.

Extinguira-se a valorisação de 1906 mas o imposto permanecera. Outras valorisações officiaes se haviam succedido umas ás outras realisando até grandes lucros.

Criticou acerbamente o autor de *Paulistica* os planos decorrentes da actuação do Instituto de Café, a começar pela tributação de mil réis ouro sobre a sacca remettida para Santos.

E frisava quanto o plano valorisador era simples como a luz do dia. O café colhido não se exportava. Ficava 9, 10 ou 12 mezes depositado em armazens, no interior ou na capital do Estado, á espera que lhe chegasse a vez da remessa para o ponto de embarque. Ahi o stock se reduzia a um minimo que tolhia o movimento regular da offerta e da procura. O consumidor, não encontrando café para comprar, nos apuros do seu commercio, subia o preço das offertas. Não havia transacções effectivadas, ou então se negociava em escala diminuta e o café estava valorisado... nos boletins officiaes. O custo desta enscenação pagava-o como de direito o fazendeiro: os armazens, as despezas do Instituto, os louvores impressos, os prejuizos das manipulações do mercado, os juros e amortizações do emprestimo de 10 milhões, para que lhe dessem dinheiro levantado em Londres com garantia que elle proprio fornecia.

O Instituto, economicamente fallando e como vinha funccionando, era um apparelho indefensavel.

O plano de limitar as entradas, para reduzir a offerta, correspondia a velha idéa que, realizada passageiramente, dera bons resultados. Não devia porém, nem poderia ser medida permanente, ou então se tornava necessaria uma organização de credito agricola, que só então se iniciava, fornecendo rapidos e abundantes recursos aos productores para os cafés immobilizados. O stock do interior subiria facilmente, em 1927, a dez milhões de saccas, representando mais de 600.000 contos desenbolsados, effectivamente, pelo lavrador, no preparo e beneficio do café. Quem lhe daria tão vultosa quantia? O Instituto possuia do emprestimo primitivo, um credito, transferido para o Banco do Estado, de cerca de 220.000 contos, Corria que esta quantia estava depositada em outros estabelecimentos bancarios a prazo fixo. Retirar dahi, se possivel, somma tão avultada, nas actuaes circumstancias, provocaria ainda maiores difficuldades para a vida economica e financeira

do Estado e do paiz. Resolvera-se esta situação premente por meio de novo emprestimo a prazo curto e juros altos. Daria para as mais urgentes necessidades. Permittisse Deus não viesse criar outro imposto.

Proclamavam os defensores do Instituto que os preços haviam subido, chegara a arroba a 30 mil réis quando já se negociara a base de 10.

Mas que cafés se vendiam por tal preço? os realmente produzidos, colhidos e armazenados, ou apenas reduzida percentagem da safra que se armazenava nos portos de exportação? Os preços da situação vigente apresentavam curiosas anomalias. Em primeiro lugar, o valor do genero em ouro, baixara desde que entrara a operar o Instituto: o typo 4 em Nova York valia, em março de 1925, 26 cents., e em 1927 15 cents.

Esta baixa não se tornara sensivel nas cotações brasileiras, pela queda do cambio. No interior vinham vigorando dois preços: o da valorisação, o do café que se não vendia e o do torrador americano quando vinha comprar no Brasil, passando por cima do seu commercio exportador e que, na realidade, representava 20 ou 30 % menos do que as cotações officiaes.

Em Santos o commercio desorientado não sabia bem o que valia o genero.

Qual seria o valor exacto deste? Era difficil responder.

A unica coisa certa vinha a ser o imposto, declarava acerbamente o reparador que com vehemencia accusou então os governos paulistas de haverem arrecadados nos vinte annos ultimos um milhão de contos de réis sem haver resolvido os problemas cafeeiros.

Emquanto isto a porcentagem brasileira na producção mundial baixara de 70 a 62 por cento.

Terminando o seu requisitorio declarava o Dr. Paulo Prado ser impossivel prever o que o futuro reservaria ao café brasileiro. O collapso poderia ser proximo ou remoto. De um momento para outro poderia surgir o *trambulhão fatal* e a ruina da cafeicultura brasileira, á imitação do que succedera com a producção da borracha.

E realmente era o que não tardaria a contecer mercê da immensa super-producção brasileira não havendo acompanhado as operações de defesa do café o indispensavel contrapeso da limitação do plantio rigorosamente observado e que já tão beneficos resultados dera em principio do seculo.

Escrevendo em 1927 sobre a "politica monetaria nacional a sua repercussão sobre o café" dizia o Dr. Paulo Ottoni de Castro Maya que a aspiração da lavoura era por uma moeda

sã e estavel. Vira-a realizada pela criação da Caixa de Conversão, logo após o Convenio de Taubaté.

Occorrido o fechamento da Caixa passara o problema da estabilisação ao segundo plano de 1914 a 1926, desinteressando-se a lavoura, aliás, de semelhante questão.

Ao ver do reparador fora grande erro não haver a segunda defesa de café cogitado de regularizar o mercado cambial. Poder-se-ia objectar-lhe que elle occorrera em momento de convulsão universal quando o Brasil se via em imminencia de precisar ser comparticipe da guerra mundial.

Os lucros da segunda valorisação decorrentes da grande alta do café haviam elevado o cambio a 18 dinheiros e os governos illudidos fizeram enormes despezas com as obras contra as seccas e as commemorações do centenario de 1922 de onde proviera notavel baixa cambial.

Verberava o memorialista o facto de se não haver cogitado com a fundação do Instituto "de base essencial de uma obra de defesa: a fixidez da moeda".

Sob um regimen de instabilidade monetaria a organisação intelligente do credito, sobretudo do agricola, era impossivel.

O confronto entre o productor brasileiro e o argentino se apresentava o mais desfavoravel ao primeiro que tinha juros altos quando o outro dispunha de taxas modicas. O desenvolvimento do credito agricola no Prata decorrera da Caixa de Conversão.

A retenção do café nos armazens reguladores, era evidentemente a mais intelligente defesa de preço até então realizada. Exigir porém, logicamente, a concessão de creditos aos fazendeiros sobre warrantagem do producto, pois este não podia aguardar, indefinidamente, os recursos de que precisava para custear a producção.

A falta destes recursos collocava a lavoura em situação delicada e precaria, sobretudo em época de grande safra como a que corria.

Esforçava-se o governo do Presidente W. Luis por estabilisar a taxa cambial e o articulista applaudia tal iniciativa entendendo porém que o Banco do Brasil poderia sem alterar a sua politica estabilizadora, destinar parte das disponibilidades em caixa (mais de duzentos mil contos) em auxiliar a lavoura do café, redescontando, a uma taxa especialmente favoravel, as operações legitimas feitas sobre a warrantagem do producto em armazens reguladores, e fiscalizando os juros cobrados ao fazendeiro para que não fossem muito elevados (de 2 %, por exemplo) e superiores aos concedidos para o redes-

conto, pois a taxa favoravel devia visar favorecer a lavoura e não os bancos intermediarios.

O que convinha era verificar qual seria a fronteira das operações de redesconto em relação á estabilisação monetaria.

A politica creditaria e a cambial de um banco central eram inseparaveis.

Applaudiu o Dr. Castro Maya calorosamente a tentativa de estabilisação cambial de que decorreriam enormes vantagens para a lavoura do café pelo reflexo que teria e o mais benefico sobre o credito agricola.

Datam de 1927 considerações judiciosas do Dr. Aristoteles de Queiroz sobre a defesa do Café. A seu ver não era possivel a retenção das safras no interior dos Estados sem a coexistencia de organisações bancarias.

A politica cafeeira, norteada por S. Paulo e a que haviam adherido todos os mais Estados productores se, por um lado, trouxera salutar effeito á sustentação razoavel dos preços, por outro originara um sem numero de difficuldades tanto ao lavrador como ao industrial e commerciante.

A defesa do café recentemente operada, importava num complexo de medidas, entre as quaes a mais relevante era a politica financeira.

Mas as medidas não podiam ser as mesmas para todo o Brasil.

A retenção sem o financiamento convertia-se por exemplo em positivo desastre para o Espirito Santo e a zona mineira servida pela Victoria a Minas.

Não havendo armazens geraes, não tendo a Estrada armazens de carga, por pequena que fosse sua capacidade, nem a lavoura da região tão pouco bancos onde se pudesse apoiar contatara-se o immediato apparecimento de aproveitadores e especuladores cada qual mais ganancioso que o outro. Offereciam preços vis pela compra do café.

Resultado: o lavrador não pagar ao fornecedor e este, naturalmente não poder liquidar os compromissos em Victoria, onde se abastecia.

Protestos geraes do lavrador e do commerciante, ameaçados de ruina.

Era necessario estabelecer portanto quotas razoaveis para cada caso o que aliás já se fizera para o porto de Victoria.

Em 1927 estabeleceu o Sr. C. R. Murray em artigo então publicado distincção entre valorisação e defesa cafeeira.

Durante o tempo em que o commercio de café nos mercados extrangeiros corria normalmente, emquanto as moedas

extrangeiras haviam mantido a paridade com o seu respectivo padrão, o problema brasileiro fora tratado sob o regimen de Valorisação, a saber o levantamento artificial do preço por meio de retiradas de café do mercado de exportação por compras feitas por ordem do Governo. Intervenções realisadas somente quando julgadas indispensaveis á economia nacional e sem nenhuma orientação systematica. Cessada a situação que dera origem á intervenção, eram os cafés revendidos e o commercio prosseguia a sua marcha normal até que circumstancias novas exigissem nova intervenção. Com a grande guerra, porém, os paizes da Europa tinham decretado o curso forçado da moeda papel, do que resultara a sua depreciação em relação ao ouro. Este factor determinava a instabilidade das cotações do café brasileiro naquelles mercados, variando de accordo com as oscillações dos respectivos cambios, ao invez de acompanharem os preços cotados no Brasil.

Desapparecera o velho mecanismo commercial permittindo aos cafesistas fazerem stocks, protegidos pelas vendas a termo das Bolsas de café.

Nascera de tal situação a necessidade para o Brasil de se tornar o detentor e distribuidor dos stocks mundiaes, sem o que estaria ameaçado de ver seu principal artigo adquirido por vil preço pelos Estados Unidos, unico paiz capaz de compras em larga escala e por isto mesmo interessado na baixa, tendo a Bolsa de Nova York registrado, em 1921, a cotação de 5 centavos para o typo 7.

Dahi a resolução de se criar um Instituto de defesa permanente cujo objectivo pratico e aconselhavel era criar ou obter fundos necessarios que habilitassem os brasileiros a exercer a funcção de ditribuidores mundiaes do seu producto, papel outrora privilegio dos grandes mercados extrangeiros dispondo de dinheiro abundante e barato.

O Instituto de Café de S. Paulo e seus congeneres nos diversos Estados formavam frente unica na luta de interesses muito natural entre productores e consumidores.

Os economistas haviam sempre verberado os antigos processos da valorisação.

A defesa, entretanto, tal qual estava ainda encarada e praticada era politica já adoptada por varios paizes e atacavel sómente por aquelles que lhe sentiam os effeitos ao pagarem pelo café justo preço ao invez de poder adquiril-o por outro majorado pela força da pujança financeira do comprador. Convinha porém agir com a maior prudencia.

Dia viria em que os mercados europeus voltariam ao padrão ouro e novamente teriam á sua disposição fartos recursos sob taxas modicas. Seria necessaria então encontrar um meio de se alliviar aos brasileiros de sosinhos carregarem o stock mundial de café.

Em 1927 assignalou o Dr. Carlos Telles da Rocha Faria a importancia que os saldos da exportação cafeeira do Brasil assumiam perante o desenvolvimento cada vez maior das industrias de tecidos algodoeiros do paiz.

Assim se exprimia:

"Acompanhar o desenvolvimento rapido da cultura do café no Brasil é tambem seguir o progresso da industria textil do algodão, e se, por um lado a exportação do café trazia para o nosso paiz como trouxe e continuará a trazer, enorme quantidade de ouro, o desenvolvimento concomitante daquela industria textil impedia, impede e continuará a impedir que do Brasil saia igualmente não pequena quantidade de ouro."

Em seu inicio, a industria algodoeira, nos primeiros dez annos, de 1850 a 1860, evoluira muito lentamente, mantendo assim este rythmo até 1889. Dahi em deante fora o seu surto notavel, ausentando sempre á medida que augmentava e maior se tornava a exportação do café. Com a ascenção do valor da arroba que subira rapidamente nos ultimos annos, maiores as disponibilidades deixadas sobretudo para os cultivadores e negociantes de café. E estes embora não concorressem directamente para maior desenvolvimento da industria textil, indirectamente o haviam feito pela sua maior capacidade acquisitiva, ou então pelo emprego dos lucros do café, em outras industrias, maxime na textil do algodão, sobretudo onde o solo fornecia em abundancia e qualidade a materia prima necessaria.

Si bem que as estatisticas officiaes avaliassem a producção industrial em cerca de 2.400.000 contos de réis, somma pouco inferior ao valor da exportação do café, se se tomasse somente em consideração a industria de tecidos de algodão que mais de perto interessava era facil verificar que o Brasil já applicara cerca de 1.300.000 contos de réis em suas 329 fabricas onde 76 mil teares produziam perto de 70.000.000 de metros de tecidos, com o valor aproximado é de 1.000.000 de contos de réis. Asim, claro se evidenciava se o Brasil não produzisse estes milhões de metros de tecido e fosse obrigado a importal-os para consumo interno, calculando aproximadamente em 15$000 o custo do kilo de tecido, calculo muito razoavel aliás os 80 milhões de kilos de consumo annual brasi-

leiro teria o valor aproximado de 1.200.000 contos de réis equivalentes a 30 milhões de libras ao cambio de 6 d.

Desta maneira, levando-se em conta o principio economico de que introduzir em um paiz ou impedir que delle saia o ouro são factos de effeitos identicos, via-se quão formidavel era esta somma de ouro que a industria de tecidos de algodão, impedia que sahisse annualmente do Brasil.

CAPITULO LXVIII

A sittuação do café em 1927 — Commentarios de Augusto Ferreira Ramos e Cincinato Braga — O custo da producção em S. Paulo

Em 1927 escreveu Augusto Ferreira Ramos em edição do bicentenario do café, feito pelo *O Jornal* longa memoria sob o titulo *A intervenção do Estado na lavoura cafeeira,* onde mais uma vez justificou os velhos pontos de vista de grande especialista com uma pratica de mais de trinta annos de estudo das questões cafeeiras, e o destaque que lhe provinha da actuação preeminente na primeira panha valorisadora.

Depois de referir quanto os cafeicultores passavam, ás vezes pelas terriveis contingencias dos flagellos meteorologicos, como as seccas, a terrivel geada de 1918, que matara 300 milhões de cafeeiros no Estado de S. Paulo lembrava que ainda se viam ameaçados pelo mais terrivel dos socios o *stephanoderes* e recordava a superveniencia das crises do preço. Os que superficialmente tratavam dos assumptos cafeeiros appellavam, afim de se resolverem estas crises, para o augmento do consumo e a propaganda do genero. Mas taes meios obravam com immensa lentidão, o consumo cafeeiro universal dobrara em 30 annos e á propaganda accentuava a maior vagarosidade. Os cafesaes com a irregularidade das safras despejavam, por vezes, colossaes colheitas. Avolumavam-se os stocks, cahiam os preços que já não mais remuneravam a producção. Era preciso agir e o unico que podia efficazmente fazel-o era o Estado.

De 1901 a 1906 haviam sido examinados todas as soluções mais possiveis, destruição parcial dos cafesaes, destruição parcial das colheitas. Estabelecera-se a prohibição de plantio que restabelecera a ordem na lavoura paulista, cujos colonos ameaçavam em massa abandonar as fazendas.

Porque era somente emquanto novos, que os cafeeiros, permittiam entre as filas o cultivo lucrativo dos cereaes de

cuja venda tiravam os colonos avultada remuneração accessoria. Depois de adultos os cafeeiros, volumosos e quasi a roçarem uns nos outros, abafavam os cereaes plantados, impedindo-os de produzir.

Afinal se realizaram as operações da valorisação decorrentes do convenio de Taubaté, operações de tão altos resultados economicos e moraes.

Valera a poupança de quatro milhões de contos a economia nacional affirmava o nosso memorialista.

Em 1917, para acudir aos productores que em virtude da Guerra viam represados seus cafés nos portos de exportação, entrara o governo de S. Paulo em arranjo com o governo federal e deste recebera para aquelle fim, a quantia de 110 mil contos de réis resultantes de uma emissão de papel moeda.

Com esta quantia comprara o governo de S. Paulo, em Santos, e no Rio, não pequena porção de café, retirado temporariamente do mercado para impedir maior baixa.

A solução desta intervenção fora facil e rapida, sob a influencia da grande geada de 1918, que tão grandes males infligira aos cafezaes paulistas.

Desta operação resultara um lucro liquido de Réis ..... 128.910:000$000, dividido em partes iguaes entre a União e S. Paulo.

Em 1921, nova intervenção se tornara necessaria, sendo realizada pelo governo federal que para tal fim emittira quantia sufficiente para comprar 4 ½ milhões de saccas. Caucionando-as, levantara um emprestimo de nove milhões esterlinos.

Com esta nova intervenção no mercado, as cotações subiram de cerca de quatro ou cinco centavos em Nova York, libra peso, voltando assim ao seu nivel normal de onde, com enormes prejuizos para o Brasil, estava arredado, em baixa que ameaçava agravar-se.

Em fins de maio de 1923, achava-se já quasi todo vendido o referido stock de 4 ½ milhões de saccas do governo, estando virtualmente ultimamente a operação com avultados lucros para o paiz.

Entendia Ferreira Ramos que até 1923, não correra ainda accusação consistente contra a intervenção do Estado no commercio cafeeiro.

Em 1906, ao se encetar a campanha de primeira valorisação avaliavam-se os prejuizos da lavoura, de 1901 a 1905, em 550 mil contos de réis. Este damno augmentaria fatalmente de anno para anno.

A allegação do estimulo de producção colombiana ainda não justificava o alteamento do preço do producto brasileiro com reduzidissima influencia sobre a cotação do café da Colombia e de todos os cafés finos hispano-americanos, pelo mesmo motivo que sobre o preço da Champagne não exerce nenhuma influencia a alta ou baixa do preço do vinho. Eram duas mercadorias differentes, sob o ponto de vista commercial.

O café colombiano adquirido por alto preço pelas classes consumidoras ricas e só por alto preço podia chegar ao mercado.

Com o café do Brasil as coisas se passavam de outro modo. Sua clientela recrutava-se entre o povo miudo e nas classes remediadas: era a multidão.

O Departament of Commerce dos Estados Unidos annunciava que o café não brasileiro augmentara de cerca de um centavo por libra sobre os preços de 1921 e o do Brasil de trez o que equivalia a quatro dollares por sacca donde um lucro de cem milhões ou 900 mil contos correspondentes á valorisação de 25 milhões de saccas.

Assim a terceira intervenção official (a de 1921), da mesma forma que as anteriores viera fazer, além de outros beneficios de ordem geral, "o fortalecimento da lavoura" cafeeira no Brasil, habilitando-a a disputar com maior efficacia o contingente a que tinha direito no consumo do mundo.

Nem se dissesse que a alta dos preços affectava fortemente o consumidor, correspondia a 1 ½ centavos por habitante — mez dos Estados Unidos.

Os preços normaes do café não podiam ser em 1927 os mesmos que os de 1910 a 1913. Deviam, e precisavam ser mais altos porque o custo de producção do mesmo café elevara-se de 50 % desde então, sem elementos para baixar.

Como, pois, censurar-se a defesa de cotações que nem attingiam as anteriores á guerra?

Se tudo crescera e notavelmente no Universo, como querer que o Brasil não acompanhasse esta ascenção mundial?

Em summa era para o nosso autor incontrastavel em 1923 que a intervenção do Estado no mercado de café, no Brasil, se tornava indispensavel e insubstituivel em todas as crises de super-producção, afim de prevenir prejuisos desorganizadores da industria cafeeira, pela ruina dos productores, e a reducção da receita ouro do paiz.

Essa intervenção podia ser feita pelo Brasil, e, jamais sem o Brasil, que produzia cerca de trez quartas partes de todo o café consumido no mundo.

A elevação dos preços baixos do café brasileiro até o seu preço normal, ouro, de 12 a 14 centavos a libra, ou mesmo até 16 centavos nos mercados consumidores, não estimulava a producção dos paizes extrangeiros, porque o café fornecido por esses paizes era differente de quasi todo o café brasileiro. Possuia clientela especial, de gente abastada ou rica tinha um custo de producção muito mais elevado do que o café do Brasil e encontrava sempre preço de venda muito mais alto. O café daquelles paizes subia ou baixava de preço conforme abundava ou escasseiava nos mercados em relação a sua clientela especial.

A intervenção official nos mercados devia ser encarada como um acto excepcional, acto de emergencia que cumpria evitar quanto possivel e que realmente podia ser evitado, ou pelo menos, muito limitado, á custa de medidas de previsão tomadas com sufficiente antecedencia, tendentes todas a assegurar, a manter o equilibrio entre a producção e o consumo, base de situações normaes e fecundas em todas as manifestações da actividade humana.

A propaganda influia para prevenir as crises, mas sem as resolver. O abaixamento do custo de producção não era quasi nunca possivel e si o fosse, tambem nada resolveria.

Taes medidas, ambas, de effeitos lentos, eram incapazes de qualquer allivio ás situações desequilibradas, exigindo prompto soccorro.

Eram, entretanto, medidas que, nem por um momento, deviam ser descuradas, por poderem exercer larga influencia sobre a sorte da industria cafeeira.

Em 1922 entendera o Governo Federal adoptar medidas diversas daquellas até então seguidas.

A experiencia patenteara os inconvenientes do regimen de emergencia de que vinham revestidas as intervenções anteriores, em que só se começava a agir contra a baixa das cotações do café, quando tal baixa estava imminente ou quando já se havia desencadeado.

Precisava-se, quasi sempre, nestas occasiões recorrer ao Congresso para delle obter as medidas reclamadas pela gravidade da situação. Em seguida tinha-se de agremiar capitaes e só então agir como era possivel.

Por outro lado, certificava-se que, dos Estados cafeeiros, somente S. Paulo, até então entrara nas campanhas de defesa, com o apoio, embora, do Governo Federal, tendo-se excusado systematicamente de nella tomarem parte os demais Estados

productores, embora lhes aproveitasse sempre, integralmente, a alta das cotaçõs restante da intervenção paulista.

Era um estado de coisas que não podia continuar.

Organizara, o Governo Federal um plano de intervenção resolvendo fazer distribuir pelos 12 mezes do anno, em quotas mais ou menos iguaes as entradas de café nos dois grandes portos de exportação — Santos e Rio.

Fora para realizar este plano e estudar e applicar quaesquer outras medidas necessarias á defesa do café, que se criara então, o *Instituto de Defesa Permanente do Café.*

Destas decisões decorrera a construcção dos chamados armazens reguladores.

Theoricamente era o systema irrepreensivel. De accordo com as exigencias aproximadas do consumo, enviava-se para os portos de exportação quantidades do producto que lhes correspondiam e assim se resolvia o problema.

Na pratica, porém, haviam surgido não poucas difficuldades. Em primeiro lugar vieram a publico não poucos interessados reclamando a liberdade de exportar suas colheitas e queixando-se da escassez de dinheiro. Por outro lado era difficil distribuir com equidade, entre os fazendeiros, as quotas que lhes deviam caber na proporção do volume das respectivas colheitas dahi se originando novas reclamações e embaraços.

Alguns fazendeiros, contrariados com a regularização das remessas, vendiam por preço baixo suas safras, no todo ou em parte, o que influia para manter certa infirmeza nas cotações, prejudicial a toda a massa existente nos mercados.

Denunciara-se além disso, nos portos de embarque certa escassez de cafés finos, porque o total dos stocks existentes era muito restolhado para a exportação, só restando lotes de baixa classe e difficil collocação. Estes inconvenientes foram sendo pouco a pouco attenuados, salvo, em parte, no que se referia ao supprimento de recursos em dinheiro reclamado pelos fazendeiros, para o custeio das fazendas.

Era grande a grita e o Governo Federal vendera os reguladores ao Estado de S. Paulo que se propuzera a assumir a chefia da defesa permanente do genero, criando, o Instituto do Café, para o qual levantara um emprestimo de dez milhões esterlinos, promovendo ao mesmo tempo forte campanha de propaganda e publicidade contractada nos Estados Unidos.

Emprehendera o governo paulista um convenio de acção em conjuncto, de todos os estados productores, principalmente dos quatro principaes e depois os do Paraná e Bahia.

Em 1926 estabelecera o novo presidente da Republica Dr. Washington Luis a estabilisação cambial.

Expendia Ferreira Ramos em meiados de 1927 as seguintes considerações.

"Hoje os quatro principaes Estados cafeeiros estão bastante apparelhados para irem em soccorro da lavoura, dispondo, cada qual de um Instituto de Café, operando de plena harmonia entre si e com a cooperação dos demais Estados productores e contando ainda com o decidido apoio do Governo Federal. Grandes ainda porém os embaraços ao funccionamento perfeito e satisfactorio de todas estas forças congregadas, mas sob os ensinamentos da experiencia que dia a dia se fazia sentir esses embaraços vão sendo removidos, talvez com demasiada lentidão, mas, em todo o caso, com irrecusavel efficacia. Cada um dos institutos de S. Paulo, Minas e Rio de Janeiro, é custeado por uma taxa de exportação de 1$000 a 4 ½ schillings aproximadamente."

Não bastava porém a distribuição parcellada das colheitas de accordo com a capacidade de consumo. Ella só theoricamente se mostrava bastante para resolver os dois aspectos do problema cafeeiro, manter no mercado cotações razoaveis do producto, e impedir as grandes fluctuações de preços que tanto desnorteiam os mercados importadores, levando-os a se retrahir e muito justamente a exagerar algum tanto as condições de venda, para assim terem margens de lucros, nas liquidações do negocio.

O commercio de café, como aliás mais ou menos acontecia como de quasi todos os demais productos agricolas, não se fazia com a mesma regularidade observada na marcha do consumo. Mesmo não fallando na irregularidade inevitavel do transporte, via-se que occorriam estações ou periodos do anno em que as acquisições esmoreciam ou se activavam abastecendo-se o consumidor, intermediario, no primeiro caso, com os stocks de reserva, stocks que no segundo eram de novo estabelecidos. Si as praças productoras se encontravam desprevenidas de recursos em dinheiro, as cotações entravam a fluctuar e, ás vezes com tal intensidade, que chegavam a desmoralizar o mercado, pelas incertezas e imprevistos que o ameaçavam.

Dahi a necessidade do apparelho regulador, constituido pelo Instituto da Defesa, dispor de fundos para intervir nos mercados.

Eram as previsões do douto sabedor das coisas de café as mais optimistas como vemos.

O verdadeiro caminho a seguir a seu ver, devia ser examinar rapidamente a situação cafeeira, sob todos os aspectos, no paiz e no extrangeiro, e escolher, para a colheita, a cotação a estabelecer no mercado de Nova York e no paiz para tomando-a como preço minimo, defendel-a comprando todo o café que por este preço se apresentasse á venda. Si se conseguisse, parallelamente, a existencia de organização financeira que aos fazendeirôs adiantasse dinheiro sobre o café armazenado, as coisas de prompto se resolveriam, porque o dinheiro existente e necessario para defender o preço minimo, no mercado, seria amplamente sufficiente, desde que tal se fizesse com o concurso dos Estados cafeeiros e do governo federal.

Ao ver de Augusto Ramos o preço minimo a adoptar-se para a colheita de 1927-1928 podia ser o vigente. Entendia o Sr. Fried, gerente da principal firma de torradores americanos, que o consumo já a elle se habituara. Só se aspirava a uma situação de estabilidade capaz de abrigal-o contra os riscos inevitaveis companheiros das grandes e frequentes fluctuações de preços no mercado. Era sem duvida, preciosa esta collaboração indirecta, mesmo occasional, dos grandes interessados extrangeiros no commercio cafeeiro.

Era claro que só se cogitaria da sustentação inflexivel dos preços e nunca da sua elevação. Não se cogitava de trust nem de cartell.

Não contava Ferreira Ramos com um elemento perturbador de todos os seus raciocinios: a superveniencia da immensa producção pelo alargamento inconsiderado das plantações nas zonas novas de S. Paulo, no Paraná e na Colombia. E contemporaneamente na occurrencia da formidavel crise financeira das relações commerciaes com reflexos os mais violentamente inesperados por todo o mundo.

Recordando a aspera luta commercial moderna em que o productor de determinado ponto do Globo precisa saber o que faz o seu concurrente antipodico lembrava o Dr. Cincinato Braga em sua *A politica em prol do café*, de 1927, quanto o café representa para o Brasil a mesma funcção de intercambio commercial, que cabe ao carvão de pedra para a Inglaterra, o ferro para os Estados Unidos, o petroleo para o Mexico, a lã para a Australia, o trigo para o Canadá, o salitre para o Chile, e assim por diante.

Se o Brasil já tão duramente attingido pelo collapso da borracha soffresse o do café seria paiz financeiramente liquidado.

A politica cafeeira dos governos e fazendeiros trilhara, embora de boa fé, caminho errado e perigoso adoptando medidas ao ver do memorialista evidentemente incompletas.

A defesa de posição conquistada era problema muito mais complexo, do que geralmente pensavam os que se satisfaziam com as intervenções nos mercados, para a sustentação permanente de preços altos para a mercadoria. Esta solução simplista já começava a sacrificar gravemente os productos brasileiros e os interesses vitaes tanto os officiaes como os privados.

Não condemnava o Dr. C. Braga as medidas de intervenção em defesa dos preços, e sim a intervenção visando exclusivamente certos e importantes aspectos do problema complexo de defesa do genero, em solução unilateral da sustentação das cotações.

A politica dos preços altos estava custando ao Brasil graves e pesadas difficuldades financeiras. Positivamente incentivava o plantio extrangeiro. Bastava lembrar o caso de Kenia e Uganda que exportara em 1916-1917 café no valor de £ 68.396., apenas em 1924-1925 e £ 963.920!

As porcentagens da contribuição extrangeira cresciam assustadoramente. Entre 1901 e 1910 fora a quota extra brasileira de 21,9 por cento. Entre 1911 e 1921 de 25. Passara de 1921 a 1925 a 32. Ia o Brasil cedendo terreno num plano em que por tanto tempo detivera a hegemonia.

A victoria do Brasil só poderia provir do grande augmento de sua producção que o autor queria triplicada graças ao consurso da chimica agricola, e o estercamento em larga escala.

As experiencias de Dafert provavam a possibilidade de se alcançarem taes resultados. Caberia aos governos vir em auxilio dos lavradores esforçar-se por lhes fornecer fertilisantes a baixo preço e larguissima escala.

Era necessario recorrer á adubação chimica e intensa e a irrigação possivel dos cafesaes.

Adubação + irrigação + viação = Riqueza Agricola synthetisava o financista paulista. O alargamento da producção porém viria de tal modo vehemente, dentro em breve prazo, com as colheitas enormes dos novos cafesaes em terra virgem que trariam novo e gravissimo collapso cafeeira.

Num estudo de 1927 sobre a distribuição das despezas no custo da producção do café, valendo-se, para tanto, de dados então da mior actualidade, fez o Dr. Mario Pinto Serva a exposição do problema, documentando-o abundantemente.

Depois de declarar quanto era a propaganda official verdadeiramente desastrosa, e inefficiente portanto, expendia que, a seu ver, o mundo não consumia metade do café que poderia ingerir.

Em 1927 era este o custo da producção em S. Paulo para as fazendas de medias já consideraveis, 150 arrobas por mil pés e em annos de colheita medias pois nos de grande safra subia o custeio.

A despesa do fazendeiro, com o trato do cafesal, colheita, custeio geral (vehiculos, mecanismos, conservação, animaes. administração) podia-se calcular-se em 1$000 por arvore.

Informara-o um fazendeiro:

"Pago ao colono por 1.000 pés, por anno, de 300$000 a 500$000 e da colheita, por alqueire, (50 litros de 1$000 a 2$000.

Carreto do cafesal, seccagem no terreiro, lavagem, recolhimento na tulha, cerca de $500 por alqueire.

Beneficio, ensaque (sacaria para serviço de transporte em coco) de 1$500 a 2$000 por arroba.

Carreto para a estação (5 a 6 kilometros) 1$500 a 2$000 por sacco de 60 kilos.

Gorgeta para embarque de 2$000 a 5$000 por sacco.

Escolhendo-se para exemplo um centro de distancia media o custo no conjuncto da lavoura paulista num lugar como Jahú as despesas da estação e o caes por sacca:

	Por sacco
Frete de Jahú a Santos, inclusive taxa ouro . .	9$700
Carreto para o armazem do commissario	$390
Descarga e verificação de peso	$270
Remonte	$100
Ensaque com pesador	$405
Corretagem de venda	$200
3 % de commissão sobre a venda cobrada em c/de venda (calculo sobre a base de 24$000 por 10 kilos..	4$320
	15$385

As despesas de exportação eram as seguintes:

Sacco novo, official	3$500
Agente no exterior (11/2 % calculo base 24$000)	1$560
Carreto para bordo	$500
Sobre taxa de 5 frs. (1/333)	1$665
Direitos, pauta, 9 % *ad valorem*	14$040
Sellos, telegrammas, expediente, corretagem cambio e café	2$500
	39$150
Frete para Nova York, 70 centavos	5$950
Descarga em Nova York e outras despesas	6$125
	51$225

A taxa de mil réis ouro por sacca destinada ao Instituto de Café, se arbitrava em 4.500 réis, de modo que o total do imposto de exportação attingia 20$205.

Segundo informações prestadas ao articulista as despesas feitas por sacca despachada da zona de Banharão a Santos eram as seguintes:

Por conta do fazendeiro:

Frete, inclusive taxa ouro	11$600
Commissão de 3 %	4$500
Carreto para o armazem	$600
	16$700

Por conta do commissario:

Remonte	$100
Verificação de peso na Estrada	$160
Ensaque	$375
Corretagem de venda	$200
Sacco novo official	2$400
Impressos etc.	$200
	3$435

Menos:

Valor do sacco novo cobrado do exp.	3$200
	$325

Por conta do exportador:

Sacco novo, typo official	3$200
Corretagem de compra	$200
Direitos 9 % *ad valorem*	15$660
Capatazias ás Docas	$150
Taxa de 5 francos ouro	1$100
Carreto para bordo	$500
Embarcador	$100
Tempo de embarque (trabalhador) ..	$175
Comissão ao agente	2$500
Frete maritimo	3$000
Corretagem de cambio	$290
Faturas consulares e sellos	$700
Impressos etc.	$300
	27$875

Assim as despezas se discriminavam:

Fazendeiro	16.700
Commissão	235
Exportador	27.875
Total	44.810

Como a sacca valesse em termo médio réis 150.000, absorviam as despezas da fazenda até o bordo dos transatlanticos 29,8 do seu valor.

No Ribeirão Preto um grande fazendeiro informava ao articulista que ao seu ver elle absorvia oitocentos réis por pé.

Assim uma fazenda de 500.000 pés despendia 400 contos de réis e mais o total de juros avaliados em doze por cento que se poderiam considerar reduzidos a seis em virtude dos supprimentos dos commissarios serem feitos em saques parcellados mensaes, num total de 24 contos de réis.

Adduziu o articulista o depoimento interessante e sincero de um lavrador de zona velha paulista e da mais afamada que

se achava descontente com os resultados de sua exploração agricola apezar dos altos preços do genero (144.000 réis por sacca). Ainda colhia 50 arrobas por mil arvores. Suas 500.000 arvores lhe davam 6.000 saccas de café finos que embarcados lhe custavam 70.700 réis por sacca.

Em chegando a Santos, esse custo se augmentava do frete e taxa ouro. Para Ribeirão Preto o frete andava em 8$000, mais ou menos, e a taxa ouro regulava 4$500.

Com estas despezas era o café depositado nos armazens do commissario. Este, por sua vez cobrava por todas as despezas $420 de carreto, por sacca e 3 % sobre o bruto de conta de venda.

Lucro de uma sacca de café fino, 56$260, deduzindo as despezas acima:

Custo da producção	70$700
Frete	8$000
Taxa ouro	4$300
Carreto	$420
3 % sobre (a 24$ por 10 ks.) 144$.	4$320
Saldo verificado	56$260
	144$000

Assim a receita da fazenda seria de 337:560$000.

Ora quinhentas mil arvores em Ribeirão Preto valeriam 2.000 contos de réis. Como os juros correntes no Estado eram doze por cento como remuneração do capital restavam de sobra da fazenda 97:560$000 a que conviria accrescentar uns poucos contos de réis da venda das escolhas.

Isto daria um total de 210 contos.

Observava o informante:

"Este lucro, porém, fica diminuido de quasi 60:000$000, devido á demora em média de 8 mezes nos Reguladores, o que corresponde a mais 8 % de juros perdidos sobre o capital empatado e mais o valor da mercadoria.

Pela conta de venda junto pode-se verificar que ainda ha quebras de peso e outros imprevistos não mencionados.

A média de 50 arrobas era calculo muito optimista e a maior parte das fazendas não dava isto. O custeio tambem tendia a ser augmentado pelas exigencias de adubação, que estava começando a ser feita annualmente.

Via-se pois, que fazenda de café já não era mais o negocio de antigamente.

Apregoavam todos ser preciso augmentar a producção e baratear o custeio. Mas para isto precisavam os lavradores de braços além de estudos especiaes para praticar uma adubação intelligente.

CAPITULO LXIX

O censo agricola e o cafeeiro de 1920 — Trabalhos de Bulhões Carvalho — Distribuição das fazendas de café pelas diversas circumscripções do Brasil e pelas zonas ferroviarias dos Estados — Dados interessantes e insuspeitados

Deu o recenseamento nacional de 1920 o ensejo a que se fizesse no Brasil, a primeira resenha, extensa, pormenorisada, e com os maiores caracteristicos de verosimilhança, das propriedades cafeeiras. Avaliou-se então o cafesal do Brasil em 1.708.418.893 arvores.

A este respeito escreveu Bulhões Carvalho succinto mas valiosa contribuição que vamos resumir. Para tanto serviu-se dos dados obtidos pelo Serviço Nacional de Estatistica a que tão competente e dedicadamente dirigia.

Recensearam-se, no inquerito agricola de 1920, em todo o Brasil 128.424 estabelecimentos ruraes, com lavouras de café, o que significava 19,4 por cento dos immoveis arrolados, pouco menos de um quinto, portanto.

As culturas abrangiam 2.200.000 hectares ou fossem 22.000 km^2, area correspondente a mais de metade da superficie do Estado do Rio de Janeiro.

Predominavam os cafesaes em cinco estados, com enorme superioridade sobre os demais.

Estados	Fazendas	Cafeeiros (milhares)	Hectares
S. Paulo	21.341	823.943	1.028.673
Minas Geraes	41.393	488.036	650.706
Rio de Janeiro	10.766	155.595	194.490
Espirito Santo	16.375	114.583	152.776

Cinco outros estados se destacavam, mas muito abaixo dos primeiros quatro, de contribuição cafeeira, recente, Paraná, Pernambuco, Parahyba, Goyaz e trez de culturas antigas: Bahia, Ceará e Santa Catharina.

Bahia	17.415	49.800	71.144
Pernambuco . .	5.347	29.317	45.104
Paraná	1.215	14.288	23.814
Ceará	1.357	9.565	13.605
Parahyba . . .	1.552	7.366	10.523
Goyaz	2.496	7.360	10.510
Sta. Catharina .	3.932	3.301	5.368

Mais trez circumscripções vinham muito abaixo: duas de lavouras recentes, Alagoas e Acre e a terceira a mais antiga de quantas contava o paiz, o Pará, centro da irradiação da cafeicultura no Brasil.

Alagôas	1.369	1.660	2.372
Pará	1.446	1.169	1.948
Acre	394	1.023	1.706

Em mais oito circumcripções havia cafesaes, mas com um conjuncto global muito reduzido 1.826 propriedades com 1.613.000 arrobas assim discriminados:

	Cafeeiros	Hectares
Sergipe	832.072	1.279
Amazonas	304.045	508
Districto Federal . . .	262.373	437
Matto Grosso	136.624	227
Maranhão	34.621	58
Rio Grande do Sul . .	25.191	47
Piauhy	13.754	25
Rio Grande do Norte .	4.320	7

O Districto Federal, centro de irradiação da cafeicultura do sul passara a ter insignificante cafesal, resto de outro, incomparavelmente maior. O Amazonas tambem era das mais velhas terras cafeeiras do Brasil assim como o Maranhão, onde aliás a cafeicultura jamais progredira.

Assim não havia nenhum estado ou territorio do Brasil onde deixasse de haver vestigio, pelo menos, de lavoura cafeeira.

Distribuiu Bulhões Carvalho o cafesal por quatro grupos: Norte (Amazonia e Nordeste até Bahia) — 110.089.255 arvores em 148.399 hectares.

Centro (Minas, Goyaz, Matto Grosso) — 495.532.619 arvores em 661.443 hectares.

Sul (Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, S. Catharina e Rio Grande do Sul) — 1.111.797.019 arvores em 1.405.876 hectares.

Não obstante occupar S. Paulo o primeiro lugar entre as regiões productoras, não era entretanto o que em 1920, possuia maior numero de fazendas. Haviam sido arroladas, pouco mais de 20 mil propriedades cafeeiras, ou quasi metade das registradas em Minas Geraes. Comparadas, porém, as plantações mineiras, revelavam as paulistas muito maior extensão representando a média geral de cafeeiros, nas fazendas de São Paulo, mais do triplo da média geral correspondente a Minas Geraes.

Os cafezaes mineiros, pouco mais de metade eram dos cafezaes paulistas; vinham a ser os da Bahia, cerca da decima parte dos de Minas Geraes, os do Rio de Janeiro, pouco mais ou menos, o conjuncto dos da Bahia e Espirito Santo; os de Pernambuco a quarta parte das lavouras espirito-santense; correspondendo as do Ceará, a cerca do triplo das de Santa Catharina, á centesima parte das culturas paulistas; e, finalmente, ás do Paraná a quasi o dobro das da Parahyba e Goyaz. Nos demais Estados ainda muito reduzidas se mostravam as plantações.

Quanto ao numero médio de pés por fazenda, cabia o primeiro lugar a S. Paulo, vindo depois, em ordem decrescente, Minas Geraes, Rio de Janeiro, Paraná, Ceará, Espirito Santo, Pernambuco, Parahyba, Goyaz, Acre, Pará e em seguida as outras unidades confederadas com reduzidos coefficientes.

Interessante o confronto feito entre as fazendas e sitios cafeeiros e o numero total de estabelecimentos agricolas recenseados nas diversas circumscripções brasileiras.

Estados	Fazendas recenseadas	Fazendas de café	Porc. das fazendas de café
Minas Geraes	115.655	41.393	35,8
S. Paulo	80.921	21.341	26,4
Bahia	65.181	17.415	26,7
Espirito Santo	20.941	16.375	78,2
Rio de Janeiro	23.699	10.766	45,4
Pernambuco	23.336	5.347	22,9
Santa Catharina . . .	33.744	3.932	11,7
Goyaz.	16.634	2.396	15,0
Pará	26.907	1.646	6,1
Parahyba.	18.378	1.552	8,4
Alagôas	8.840	1.369	15,5
Ceará	16.223	1.357	8,4
Paraná	30.951	1.215	3,9
Sergipe	8.202	745	9,1
Districto Federal . . .	2.088	533	25,7
Amazonas	4.946	407	8,2
Territorio do Acre . .	1.170	394	33,7
Outros Estados. . . .	150.337	137	0,1
Total.	648.153	128.424	19,8

Do exame dos algarismos destacava-se, immediatamente, que nos grandes e velhos Estados cafeeiros, salvo quanto á Bahia, a média de arvores por fazenda era muito mais elevada, do que nos outros.

S. Paulo	38.608
Rio de Janeiro	14.542
Minas Geraes	11.790

No Espirito Santo já se reduzia notavelmente (6.997) para cahir muito na Bahia (2.869) ao passo que no Ceará era mais elevada (7.049), com cafesal muitissimo menor, comtudo.

Nos estados cafeeiros novos, o Paraná colonisado por paulistas soffria o reflexo da lavoura de S. Paulo (11.759) ao passo que Pernambuco e Parahyba vinham muito abaixo (5.483 e 4.746) embora já muito acima da Bahia (2.860), que quasi emparelhava com Goyaz (2.940) e Acre, 2.597. Alagôas novo productor tambem apenas apresentava 1.213

pés por propriedade. Santa Catharina continuava com o seu cafesal distribuido por pequenas chacrinhas (789) como o Amazonas (746) o Pará (711) e o Districto Federal (488).

Pelo confronto dos algarismos facil se tornava estabelecer a porcentagem das fazendas de café em relação ao numero total dos estabelecimentos ruraes.

Ao Espirito Santo correspondia a mais elevada, seguindo-se, em ordem decrescente das quotas percentuaes, o Rio de Janeiro, Minas Geraes, Acre, Bahia, S. Paulo, o Districto Federal, Pernambuco, Alagôas, Goyaz, Santa Catharina, além de outros onde existiam menos de dez fazendas productoras em cada cem immoveis recenseados.

Antes do recenseamento agricola de 1920, exceptuados alguns Estados economicamente mais desenvolvidos, apenas eram conhecidas nos resto do paiz muito poucas localidades productoras salientes de café.

No Estado de S. Paulo havia 28 municipios com mais de dez milhões de arvores, 15 da zona da Paulista, 9 da Mogyana, 3 da Sorocabana, um da Central e um da S. Paulo Railway.

Dez municipios possuiam maior lavoura do que todo o Paraná, destacando-se os de Ribeirão Preto e Rio Preto, o primeiro com 31 milhões e o segundo com 43 milhões cuja cultura, excedia, portanto, á de Pernambuco, equivalente quasi no primeiro a toda a plantação cafeeira da Bahia.

Pelos dados de 1920, possuia o municipio de Ribeirão Preto, 141 fazendas, com cerca de 29 milhões de cafeeiros, Rio Preto apresentava 339 fazendas, com pouco mais de 19 milhões de pés. Era notavel, o progresso verificado nesta ultima localidade, onde em curtos cinco annos, augmentara 20 vezes a principal producção local. Passara das 25 mil saccas, de 1919-1920, a mais de 500 mil em 1923-1924!

Entre os principaes municipios cafeeiros, de cada Estado, destacavam-se:

Em S. Paulo — Ribeirão Preto e Rio Preto.
Em Minas Geraes — Carangola e Manhuassú.
No Rio de Janeiro — Itaperuna e S. Antonio de Padua.
No Espirito Santo — S. Pedro de Itabapoanna e Alegre.
Na Bahia — Areia e Maracás.

Em Pernambuco — Bonito e Bezerros.
No Paraná — Ribeirão Claro e Jacarésinho.
Em Goyaz — Anapolis e Bomfim.
No Ceará — Baturité e S. Benedicto.
Abrangiam cerca de de quarenta por cento do cafesal do Estado.
Na Parahyba — Bananeiras e Araré.
Em S. Catharina — Camboriú e Porto Bello.
Em Alagôas — S. José da Lage e Viçosa.

Em S. Paulo distribuia-se a Lavoura pelas diversas zonas ferroviarias.

Zonas	Fazendas de café	Milhares de cafeeiros
Da Paulista	8.274	400.576
Da Mogyana	5.590	238.187
Da Sorocabana	2.897	106.445
Da Central do Brasil e S. Paulo Railway .	2.997	59.033
Outras zonas.	1.583	19.701
Total	21.341	823.942

Pelas linhas da Estrada de Ferro Paulista transitavam quasi 50 % da colheita do Estado, cabendo ás da Mogyana 30 % ás da Sorocabana 15 %, e, finalmente á S. Paulo Railway e Central, 5 %.

E as safras em 1919-1920 assim se orçavam:

	Saccas
Paulista	4.265.000
Mogyana	2.670.000
Sorocabana	1.300.000
Central e S. P. Railway.	430.000

Em Minas Geraes era esta a distribuição similar:

Zonas	Fazendas de café	Milhares de cafeeiros
Da Leopoldina . . .	12.982	208.198
Da Mogyana.	2.319	67.473
Da Rede Sul Mineira.	2.973	44.620
Da Victoria a Minas .	3.978	29.847
Da Central do Brasil .	2.764	28.716
Da Oeste de Minas .	3.126	23.827
Da Bahia e Minas . .	2.066	10.705
Outras zonas	11.185	74.650
Total.	41.393	488.036

Em Minas Geraes, a distribuição regional assim se computava. Leopoldina 43 por cento, Mogyana 14, Rede Sul Mineira 9, Victoria a Minas 6, Central do Brasil 6, Oeste de Minas 5 e Bahia a Minas 2.

Na zona sem estações de vias ferreas encontravam-se nada menos de 69 municipios productores, com area equivalente a 322 mil kilometros quadrados, ou mais de metade (54 %) da superficie total do Estado, e aos quaes tocava quasi um sexto da totalidade dos cafesaes.

Convinha assignalar, todavia, que era apenas aproximada esta distribuição regional. Algumas vezes, a esses municipios cortavam linhas de mais de uma empreza ferroviaria, o que tornava difficil estabelecer distribuição perfeitamente exacta, como no caso de Juiz de Fóra, Barbacena, Bello Horizonte, Curvello, incluidos na zona da Central do Brasil e, ao mesmo tempo percorridos: o primeiro pela Leopoldina, o segundo e o terceiro pela Oeste de Minas, e o quarto pela Victoria a Minas, etc.

No Estado do Rio de Janeiro, continha Itaperuna em seu aliás grande territorio, o maior cafesal. Comprehendia a lavoura fluminense, cerca de 140 milhões de pés, plantados em 21 municipios cuja area de mais de 19 mil kilometros quadrados, correspondia a 46 % da superficie do territorio estadual.

Nesses 21 municipios existiam, em 1920, pouco mais de duas mil fazendas e sitios sendo quasi trez vezes maior o numero das propriedades cafeeiras, localizadas na zona da serra do que na da baixada.

Os municipios de Itaperuna, Santo Antonio de Padua e Cambucy eram os maiores productores, orçando o valor dos seus estabelecimentos agricolas em cerca de 65 mil contos, ou quasi a setima parte do valor total dos immoveis ruraes fluminenscs então recenseados.

No Espirito Santo os principaes centros de lavouras existiam nos valles de Itapemirim, do Doce e de São Matheus. Abrangiam cerca de quarenta por cento do cafesal do Estado.

Assim havia o censo federal encontrado:

	Fazendas	Pés
No valle do Itapemirim.	3.491	29.297.190
No valle do Rio Doce	1.973	9.390.219
No valle do S. Matheus	1.191	7.032.663

A Leopoldina Railway servia a 46,5 a Victoria a Minas a 14,5 e a navegação de cabotagem a 16 por cento, da lavoura espiritosantense.

Com propriedade observou Bulhões Carvalho que antes do recenseamento agricola de 1920, exceptuados alguns Estados economicamente mais desenvolvidos, apenas eram conhecidas do paiz poucas localidades productoras de café. No Ceará, por exemplo os principaes centros da lavoura cafeeira se encontravam nas serras de Baturité, Maranguape, Aratanha e nos municipios de Crato, Jardim, Pacatuba, Viçosa, etc., na região de Bananeiras, Araruna, Alagôa Grande, Alagôa Nova, Guarabira, Campinas e Areia. Em Pernambuco as mais notaveis culturas floresciam em Garanhuns, Bonito, Gravatá, Triumpho, Canhotinho, Quipapá, Bom Conselho.

Os dados do inquerito de 1.º de setembro de 1920 permittiram conhecimento muito mais preciso da riqueza immobiliaria e da capacidade productiva de cada uma das referidas regiões. Era o que revelavam por exemplo os algarismos censitarios, em relação ao Ceará, a producção de 34 mil saccas de café nos 14 municipios, que contornam ou galgam as serras de Baturité, Uruburetama e adjacentes, producção obtida em 677 fazendas, com 7 milhões de cafeeiros, no valor de 37 mil contos de réis.

Quanto a Parahyba a principal região de cultura occupava uma faixa de territorio mais ou menos equidistante do littoral, onde se distribuia o plantio por 201 fazendas, com mais de 6 milhões de cafeeiros.

No que dizia a Pernambuco, os algarismos apurados permittia indicar entre 36 e 37 de longitude Oeste (Greenwich) em toda a faixa territorial situada ao norte sul do Estado — a região onde, se agrupavam as principaes localidades productoras, numa extensão de 34 mil kilometros quadrados, ou cerca de 1/3 da superficie total em 4.989 fazendas com mais de 28 e meio milhões de arvores.

Muito afastado, para o lado do sertão o municipio do Triumpho.

A melhoria dos preços dos ultimos annos, forçosamente concorrera para o progresso da cultura na Bahia. Era de tal prova evidente o notavel augmento da exportação no quinquiennio 1922-1926, attingindo nessa época a média annual de 15.200 toneladas, ou mais 50 % de média do quinquiennio de 1916-1920, (9.933 toneladas).

Assignalava o douto estatista quanto a alta do preço avolumara o plantio. De 1920 a 1925 o cafesal paulista subira de 843.592.695 a 951.288.455 arvores. A Bahia que em 1922 exportara 12.110 toneladas de café em 1926 remettera 20.430.

CAPITULO LXX

Analyse dos resultados do censo cafeeiro de 1920 — O Nordeste — A Bahia e o Espirito Santo — Os Estados de grande lavoura — O Paraná

Analysando os resultados do censo de 1920 escreveu o Dr. Alvim Pessoa alguns commentarios interessantes sobre a cafeicultura brasileira.

Depois de recordar que a area das lavouras do Ceará, Parahyba e Pernambuco representava 2,5 do total brasileiro frisou que a da Bahia ainda era muito pequena, 3,21, Sergipe e Alagôas juntos attingiam a porcentagem minuscula 0,2.

Em 1919, só os municipios sergipanos de Anapolis e Lagarto possuiam, mais de cem hectares de plantações de café. Em Alagôas apenas existiam oito municipios cuja area em cafezaes excedia áquelle minimo.

Assim o contingente das duas unidades nordestinas vinha a ser sobremodo reduzido no computo da lavoura do paiz.

Possuiam 2.492.039 arvores ao passo que, só no municipio de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro, existiam, na mesma época, 30.509.050 cafeeiros.

A lavoura cearense vivia disseminada pelo Estado não mantendo continuidade como as da Parahyba e Pernambuco que constituiam zonas de producção independente.

A area dos cafeeiros, no territorio cearense equivalia a 13.665 hectares com 9.565.376 pés. Concorriam para estes totaes os municipios de Baturité, Pacoty Mulungu, Coité, e Pacatuba, da região de Baturité, beneficiados pela Estrada de Ferro que, partindo da capital cearense demanda o alto Jaguaribe.

Encontravam-se tambem culturas regulares do cafeeiro em outras regiões serranas cearenses (na serra de Uruburetama municipio de S. Francisco), e nos municipios situados

na Ibiapaba, nas proximidades da fronteira, piauhyense como Viçosa, Tiangá, S. Benedicto, Campo Grande, etc.

Nos extremos meridionaes do interior cearense o censo de 1920, registrara tambem pequenas culturas em Jardim, Brejo dos Santos, Missões Velhas e outros.

Os verdadeiros centros cafeeiros, aliás de limitada capacidade, por não se poderem dilatar além das zonas de altitude favoraveis á cultura, eram todavia, os das serras de Ibiapaba e Baturité, predominando os desta ultima região, que, como *zona de mercado* apresentava facilidades de escoamento representados pela pouca distancia do mar e a serventia de uma linha ferroviaria.

Setenta e cinco por cento da lavoura parahybana se concentravam nos municipios de Bananeiras, Areia e Alagôa Nova, com mais de meio milhão de arvores. O cafesal de Pernambuco que quasi chegava a trinta milhões de pés distribuia-se por ordem de importancia por Bonito, Bezerros, Garanhuns, Timbaúba, Bom Conselho, Taquaratinga, Camará, Brejo da Madre de Deus, Canhotinho, Altino, Panelas, etc.

Explicando as condições da lavoura em Pernambuco e Parahyba dizia o Dr. Alvino Pessôa:

"Neste prospero Estado, como no seu vizinho maritimo septentrional, as facilidades culturaes têm a principal origem nas alterações com que a altitude influe sobre o factor thermico, tornando, assim, possivel o aproveitamento das vantagens offerecidas pelo solo propicio, tanto na sua composição chimica, como em relação aos demais requisitos exigidos para que as plantações possam satisfazer á sua finalidade economica. Na Parahyba os inconvenientes que difficultam a exploração agricola em zonas de altitude, manifestam-se na disposição alpestre dos terrenos frescos do brejo serrano, que divide as regiões productivas em vales estreitos, confinados por encostas cujo accentuado declive embaraça os processos da lavoura mecanica."

A parte de Pernambuco onde se concentravam as mais importantes culturas era geographicamente, um prolongamento da região cafeeira parahybana. As plantações predominavam na parte oriental do Sertão, do meridiano de 6 para leste, até a zona de matta, onde se achavam alguns dos municipios mais ricos em cafeeiros, entre os quaes os de Bonito, Timbaúba. Panelas, e Quipapá, que concorriam com valioso contingente para a producção total do Estado."

Nesse prospero trecho do oriente pernambucano se distribuiam as cidades mais florescentes, condensando a população

num perimetro que, por trez vias-ferreas differentes, se communicavam com o porto do Recife.

A maior densidade da lavoura cafeeira no territorio assignalado não significava que ella não se pudesse desenvolver com vantagem em outras zonas pernambucanas.

Os mais antigos mappas assignalavam a sua presença nos extremos occidentaes do Sertão e o censo de 1920 ainda registara a existencia de alguns hectares de cafesaes no longinquo municipio occidental de Ouricury.

Em Alagôas a cultura quasi nulla correspondia a 0,11 do cafesal brasileiro. A zona de maior producção relacionava-se geographicamente com a do sertão de Pernambuco. Assim os municipios de Leopoldina e S. José da Lage, onde existiam lavouras da relativa importancia, achavam-se muito proximos da fronteira e os de Victoria e Viçosa, extendiam-se nas encostas das serras que se communicam pelas dos Dois Irmãos, com o systema orographico pernambucano.

Encontravam-se indistinctamente as culturas em todo o territorio do Estado do littoral ao Moxotó de Cururipe a Paulo Affonso, a fronteira do nordeste com Pernambuco.

Sergipe não chegava a possuir um milhão de arvores. Dos seus 832.072 cafeeiros localisavam-se 611.520 no municipio de Anapolis.

O resto da região productora estendia-se ao sul do Vasa Barris sendo apenas digno de menção ao norte desse rio, o municipio de Itabaiana.

A area cafeeira da Bahia era dilatada e o cafesal attingia a quasi 50 milhões de pés. O bloco principal correspondia a um trapezio formado pelo Paraguassú ao Norte, pelo Rio de Contas, ao sul, a oeste pelo meridiano 3 de longitude oriental do Rio de Janeiro, e a leste pela linha da costa.

A cultura cafeeira nesse quadrilatero onde se notava verdadeira aglomeração de vilas e cidades, cobria uma superficie talvez igual á metade da area em cafezaes de todo o territorio bahiano.

Isto se explicava por disporem os municipios da região comprehendendo trechos do Reconcavo da Matta e do Sertão, de todas as vantagens que os fazem entrar na especificação das melhores zonas de mercado, proximidades de bons entrepostos maritimos, para a exportação, vias fluviaes e ferreas de os demais requisitos da boa disposição altimetrica e das condições do solo, consideradas estas nas suas caracteristicas de natureza physica ou sob o ponto de vista da composição.

Dos demais municipios cumpria assignalar os de Poções, Itabuna, Ilhéos, Conquista, Cannavieiras, Belmonte, Santa Cruz, Porto Seguro, Prado, Alcobaça, Caravelas, Viçosa, (quarto do Estado na extensão da lavoura cafeeira) e finalmente, S. José de Porto Alegre, na foz do Mucury.

Maracás, senhora da segunda lavoura cafeeira da Bahia (7.367 hectares), representava, pelo sul, a transição entre os municipios da zona oriental de maior producção e os contiguos na direcção da Chapada Diamantina.

No centro montanhoso do sertão bahiano, destacavam-se os municipios de Morro do Chapeo, Palmeiras, e, mais para nordeste da Chapada Diamantina os de Jacobina e Bomfim quasi isolados no interior do sertão.

O Espirito Santo mantinha pelas lavouras do norte, a continuidade geographica entre as culturas cafeeiras da grande região a que pertence, e a zona de producção que, do sul da Bahia, vae se elevando para o norte. Mas os municipios ao Norte do Rio Doce como S. Matheus e Conceição da Barra pouco cafesal possuiam. Os municipios espiritosantenses de maiores plantações encontravam-se no sul, salientando-se pela extensão das lavouras S. Pedro de Itabapoana, Alegre, Cachoeira de Itapemerim e S. José do Calçado, cuja riqueza bem revelava a excellencia da zona prolongada no Estado do Rio de Janeiro, atravez de municipios eminentemente cafeeiros de Itaperuna e Santo Antonio de Padua, e em Minas Geraes de Carangola, extremo da zona da Matta.

Não havia paridade aliás entre as lavouras bahianas e as espiritosantenses. Ao passo que na Bahia existiam em 1919, 17.415 fazendas de café e no Espirito Santo 16.385, a area cultivada em cafezaes, no primeiro daquelles Estados era de 71.144 hectares contra 152.776, no segundo, registrando o recenseamento 49.799.853 cafeeiros na Bahia e 114.583.853 no Espirito Santo.

Examinando a estatistica dos municipios espiritosantenses observava-se que apenas uma dessas circumscripções não accusava a existencia de cafezaes e somente quatro possuiam uma area cultivada de menos de mil hectares ao passo que, no territorio bahiano, em 24 municipios não existia essa cultura, predominando, pelo seu grande numero, os que posuiam areas com plantações insignificantes, o que dava relativa importancia, no confronto local, aos de 100 hectares ou pouco mais. As estradas de ferro Leopoldina e Victoria a Minas, facultando á producção dos municipios o rapido escoamento para a capital espiritosantense, e, portanto, para o extrangeiro, accrescentavam

aos factores naturaes de progresso da região valioso incentivo á prosperidade economica de que já elles desfructavam.

No Rio de Janeiro o enorme cafesal de outrora ao Sul e ao longo do Parahyba, reduzira-se immenso.

Os municipios de lavoura mais extensas não eram porém os que outrora haviam deslocado da Baixada para Serra Acima o centro economico da Provincia e que, por muito tempo prevaleceram pela abundancia da producção. Em 1920 mais de 50 % da area cafeeira fluminense se concentrava nos municipios extremos septentrionaes de Itaperuna, Santo Antonio de Padua, Cambucy.

Santa Maria Magdalena, Bom Jardim, Parahyba do Sul, Valença, ainda sustentavam um pouco da antiga e illustre situação. Rezende, Barra Mansa viviam na maior decadencia cafeeira, S. João Marcos, Pirahy, Vassouras estavam positivamente reduzidos a zero.

Era interessante verificar-se quanto se tornava evidente a progressão da cultura cafeeira fluminense do seu antigo centro em direcção ao nordeste, em sentido contrario á do cafesal paulista que viera de leste para oeste a principio ao longo do Parahyba para depois acompanhar o curso dos rios affluentes do Paraná.

Respondendo á increpação habitual de que em terras fluminenses fora o cafesal o "fazedor do deserto", da conhecida e commoda phrase escreveu o Dr. Alvim Pessôa algumas considerações sobremodo judiciosas.

O envelhecimento dos cafesaes e o esgotamento da terra que elles occupavam, no periodo de prosperidade exuberante, pareciam justificar o arrependimento professado pela excessiva confiança com que, na cultura exclusiva do café, se haviam fundado as esperanças de interminaveis dias de prosperidade. Esqueciam-se estes desilludidos porém, do que deviam ao ouro rubro, o impulso inicial do progresso fluminense, os dias de esplendor da antiga provincia, os melhoramentos materiaes que uma primazia economica, passageira embora, radicara permanentemente no seu territorio. Entre estes, extensa e compacta rede ferro-viaria que encontrava ainda então, no transporte do precioso grão, um dos principaes elementos de renda para remuneração do capital representado pelas extensas linhas tronco e ramaes numerosos.

Em Minas Geraes notavam-se blocos cafeeiros grandes e principaes separados por extensas distancias. O do Norte, da Matta, caminhando para o vale do Rio Doce e o do Sul. Theo-

philo Ottoni, Aymorés, S. Manuel de Mutuns, Rio José Pedro, tinham grandes cafesaes novos.

Produzira a Matta outrora enormemente e varios dos seus municipios haviam sido dos mais afamados do Brasil. Sua lavoura ainda representava quarenta por cento da area occupada pelo quasi meio milhão de cafeeiros de Minas, mas a sua producção decahia mais e mais.

Caminhara para o Norte, para as terras virgens e florestaes do vale do Rio Doce, por Viçosa. Ponte Nova, Caratinga, Manhuassú, ao passo que Juiz de Fóra, Mar de Hespanha, Muriahé, Ubá e outros municipios outrora celebres assistiam a decadencia de sua producção.

O cafesal mineiro rumando muito para oeste do Parahybuna voltava a ser notavel na segunda região cafeeira do territorio do Estado.

Eram os municipios afamados pelos magnificos typos do seu café, alguns de grande producção.

Entre os mais ricos, Varginha, Guaxupé, Guaranesia, Monte Santo, Muzambinho, São Sebastião do Paraiso, Jacutinga, S. Antonio do Machado, etc. Comprehendia dezenas de municipios e cerca de um quarto da area do cafesal mineiro.

As zonas do norte, do centro e do oeste não registravam nas suas diversas circumscripções uma percentagem de area cafeeira comparavel a que se apurava para os municipios da fronteira do Estado do Rio e de S. Paulo, desproporcionalidade agravada principalmente na região do norte cujo municipios, na sua maior parte, se caracterisavam pela grande extensão superficial, como na zona de oeste, verbigratia a do Paracatú e Urucuia na fronteira de Goyaz.

No Triangulo Mineiro não existiam municipios com extensão de cafesaes equivalente á dos importantes das zonas de sul, leste e da Matta. O maior, segundo o censo de 1920, vinha a ser o de Conquista.

Das circumscripções de oeste destacavam-se pelos mais elevados algarismos no confronto das areas os municipios de Vila Nepomuceno, Bom Successo, Oliveira e Lavras.

Entre os municipios do Centro, em grande parte percorrido, no sentido norte-sul, pela Central do Brasil, encontrava-se uma dezena de circumscripções em que a cultura do café excedia a mil hectares (Conceição do Serro, Mercês, Itabira, Piranga, Palmyra, São Domingos do Prata, Guanhães, Barbacena, Bomfim, Mariana e Alto Rio Doce).

Com uma intensidade de cultura muito inferior á das zonas do Sul e da Matta, as de Oeste, e do Centro, por alguns

dos seus municipios, estabeleceu-se a continuidade entre as duas regiões que prolongavam em Minas, de um lado, os nucleos cafeeiros mais ricos do Espirito Santo e do Rio de Janeiro, e, de outro o foco de maior producção de S. Paulo.

Emquanto os municipios do Oeste circumscreviam a zona do sul, dentro da linha reentrante formada pela fronteira paulista, os do centro, analogamente, separavam do interior de Minas os da zona da Matta, aglomerados na concavidade formada pela fronteira fluminense. Partindo destes nucleos, irradiavam-se em varias direções os municipios das zonas de oeste e do centro com culturas, em regra, cada vez mais diminutas, á medida que se aproximavam da peripheria, nos limites com o sertão septentrional.

As linhas divisorias da geographia politica não tinham nenhuma significação no estudo da grande região natural cafeeira do sueste do Brasil, cuja extensão não encontrava equivalente em parte alguma do mundo e cuja riqueza tinha no café o seu elemento basico primordial.

Em S. Paulo o chamado Norte, perfeito prolongamento da zona fluminense parahybana, com sua producção quasi extincta, a não ser excepcionalmente num ou noutro pequeno nucleo como Caçapava, os cafesaes ainda eram extensos como em Taubaté, Guaratinguetá, mas pouco davam.

Havia municipios extinctos como Bananal, Queluz, Cruzeiro, Areias, etc., outrora notaveis no planalto.

Decahia o cafesal de municipios outrora celebres senão celeberrimos, verdadeiros celleiros de café, como Ribeirão Preto, S. Simão, Cravinhos, Jahú, S. Manuel e outros não tão reputados mas apezar disto afamados, ou pelo menos prestigiosos como S. Carlos, Monte Alto, Jaboticabal, Araraquara, Santa Rita, Descalvado. Os municipios fronteiriços de Minas mantinham producção afamada pela qualidade como Itapira, Pinhal, S. João da Boa Vista, S. José do Rio Pardo, outros mais para oeste como Rio Preto e Taquaritinga.

Nos velhos e celebres municipios de antanho processava-se a decadencia cafeeira a começar por Campinas. Era o que se dava em Limeira, Araras, Rio Claro, Capivary, Tietê, Amparo, Bragança, Itatiba, Itú. Em alguns extinguira se quasi por assim dizer a producção como em Jundiahy, Atibaia, Mogy Mirim.

A proposito da região paulista, observava o Dr. Alvim Pessôa:

Apresentava sobre todas as demais regiões do territorio brasileiro conjunto de vantagens que não somente no Brasil,

como em nenhuma outra parte do mundo asseguravam em tão feliz coincidencia, meio tão propicio a prosperidade da lavoura do café.

Excellente *zona de altitude*, pela elevação média sobre o nivel do mar e a suavidade da inclinação das terras com differenças de nivel ligeiramente accentuadas; a natureza e disposição do terreno, constituia zona incomparavel de *composição physico-chimico* e o regimen fluvial, a presença de uma rede ferro-viaria bem distribuida em torno dos traçados principaes da Mogyana, da Noroeste, da Sorocabana e da Paulista.

Incipiente ainda a cafeicultura paranaense. A lavoura do café no Estado do Paraná era muito reduzida e podia ser considerada simples prolongamento da lavoura paulista. Num total de 49 municipios existentes em 1920, o censo federal registrava apenas em 18 a presença da cultura da rubiacea e, desses somente em 5 havia mais de 1.000 hectares em cafesaes. Thomazina figurava em primeiro lugar, com 6.922 hectares, seguindo-se-lhe Ribeirão Claro com 6.643, Jacaresinho com 6.443, S. José da Boa Vista com 1.663 e Santo Antonio da Platina com 1.109. Dos restantes, só Carlopolis e Morretes, possuiam mais de 100 hectares com plantações de café com um numero de arbustos inferior ao de muitas fazendas dos grandes Estados productores. Na avaliação da safra de 1925 a 1926, o contingente de Ribeirão Claro e Jacaresinho, exportavel pela Sorocabana, fora avaliado em 55.000 saccas, ao passo que a safra propriamente paulista, escoada pela alludida estrada ascendia a 1.388.500 saccas.

Goyaz, apezar de apresentar area cultivada relativamente diminuta, no que diz respeito a cultura do café, possuia, na época do recenseamento, plantações distribuidas por quasi todos os seus municipios, principalmente no sul que parecia destinado a se tornar um centro de producção mais intensa, quando a lavoura da região merecesse dos agricultores attenção mais cuidadosa. Segundo o ultimo recenseamento, o municipio de maior area cafeeira era o de Anapolis, com 2.609 hectares de cafesaes, não attingindo a 1.000 hectares a superficie correspondente nas outras circumscripções. Entre estas avultavam as que possuiam lavouras de mais de 100 hectares, salientando-se Morrinhos, com 902, Bomfim com 943, Jatahy com 769, Catalão com 764, Corumbá com 632 e Curralinho com 523.

Avaliando as porcentagens da exportação cafeeira dos diversos estados do Brasil chegou em 1927 o Dr. Cid Braune ao seguinte resultado em numeros aproximados.

S. Paulo	55,00
Minas Geraes	24,00
Rio de Janeiro	8,00
Espirito Santo	7,00
Bahia	2,50
Pernambuco	1,50
Paraná	0,50
Goyaz	0,30
Ceará	0,30
Parahyba	0,29
Santa Catharina	0,20
Alagôas	0,10
Sergipe	0,03
Acre	0,03
Pará	0,03

Eram minusculas as exportações do Districto Federal e as do Amazonas e Matto Grosso, minimas as do Maranhão e Rio Grande do Sul, insignificantissimas as do Piauhy e Rio Grande do Norte.

Em todo o caso a sua presença servia para attestar o cultivo para o consumo interno da rubiacea em todas as circumscripções brasileiras sem excepção alguma.

CAPITULO LXXI

A lavoura cafeeira dos Estados do Norte em 1927 — Progresso da cultura na Parahyba do Norte e em Pernambuco

Em 1927, a cultura do cafeeiro no E. do Amazonas não chegava para attender ao consumo interno estadual. Importava o Amazonas cerca de 33.000 saccas havendo no Estado aproximadamente dois milhões de arvores que dariam entre dois e quatro milhões de kilos, computo que nos parece muito exagerado por equivaler a uma média altissima.

O café creoulo predominava nas lavouras mas o *robusta* prosperava admiravelmente.

As melhores terras para o café encontram-se na margem direita do rio Amazonas e Solimões e seus affluentes desta margem, principalmente nos municipios de Parintins, Barreirinha, Itacoatiara, Maués, Borba, Manicoré, Manáos (região do Autaz), Tefé, Canutama, Labrea, e Manacapurú e Codajaz, e em geral no rio Madeira, Purús, Juruá e Solimões e tambem no Rio Negro.

Na região do lago de Mamoré (Autaz) são optimas.

O coronel P. Nobre tinha pequenas mas explendidas fazendas.

No Acre tambem se notavam excellentes solos, vermelhos e roxos para a cultura, como comprovavam os resultados da fazenda do coronel Honorio Alves em Palmares.

Avaliavam-se os cafeeiros acreanos em milhões de arvores.

Em 1927 escreveu o Dr. Bento de Miranda sob o titulo de *O café no Extremo Norte*, uma serie de considerações interessantes sobre as condições de cafeicultura na Amazonia. Desapparecera o café dos quadros da exportação quando fôra por ordem chronologica, o primeiro sahido do Brasil. Ante o avassalamento da borracha haviam ficado os pequenos e aban-

donados cafesaes de antanho asphyxiados pela pujante vegetação equatorial.

Mas com os altos preços iam-se descortinando os velhos cafesaes escondidos no mattagal, havendo até certo prurido de plantio, contando-se algumas lavouras novas em certos municipios mais emprehendedores.

Entendia o articulista que ao seu ver as plantações amazonicas nunca iriam além da pequena plantação dentro da pequena propriedade.

No Pará, na região onde pela primeira vez surgira no Brasil o cafeeiro annullara-se por completo a lavoura da rubiacea introduzida por Francisco de Mello Palheto. Tão insignificante que della não se falara a bem dizer por occasião das festas do bicentenario de 1927. No Maranhão onde jamais houvera realmente lavoura cafeeira a situação continuava a mesma, assim como no Piauhy.

Mas ha quem ignore quanto do Barão de Studart se poderá dizer que em nenhum assumpto cearense era elle peregrino e quanto a todos conhecia nas minudencias.

O segundo centenario do café o levou a escrever *Ligeiras notas sobre o café no Estado do Ceará* realmente valiosas como synthese.

Fallando das variedades principaes cultivadas citou o creoulo, que predominava nas culturas, o Bourbon, o Maragogipe.

As zonas de cultura eram as serras, sobretudo a de Baturité (com quasi cincoenta por cento dos 9 milhões de cafeeiros do Estado). Era sua producção média de 20 arrobas por mil pés. As demais serras eram as de Meruoca, Aratanha, Ibiapaba, Maranguape, Uruburetama, Araripe.

O plantio era feito de modo a cada cova receber uma muda, o espaçamento é que prejudicava a producção de 5 a 6 palmos mas já se plantava a 12 e até 15 palmos.

Os cafesaes precisavam de sombra. As arvores escolhidas para o sombreamento eram em geral, a ingaseira a melhor de todas, o camuzé, o mulungú, o cajueiro. Plantava-se a maniçobeira com resultados nefastos sobre a producção.

Aos grandes cafesaes capinavam-se trez vezes por anno, sendo a limpa principal de janeiro a fins de fevereiro, mas, em geral, os cafesaes soffriam apenas, uma ou duas limpas.

A adubação consistia na utilisação da palha do café do esterco de animaes e detrictos organicos jogados sobre o solo ou mettidos em buracos cavados em torno de planta. Não se cogitara ainda do emprego de adubos chimicos.

A operação da poda, das mais simples, fazia-se, sobretudo, na parte inferior da planta, conhecida pelo nome popular, de *balão* ou *saia* com a retirada dos galhos infructiferos, seccos ou parasitados.

Procede-se á colheita de agosto a dezembro, segundo a menor ou maior extensão do inverno. Executada quasi sempre com mão brutal, que arranca ao mesmo tempo folhas e frutos verdes e maduros e em cestos de taboca presos ás cinturas das mulheres apanhadeiras, pagava-se de 2$800 a 3$200 por alqueire, ou sejam 250 litros. Os fructos dos ramos mais altos são retirados com o auxilio de um instrumento de madeira — a forquilha a gancho. Colhido o café se ajuntava no *barreiro* para a medição e o pagamento aos respectivos apanhadores. O *barreiro* era feito em clareiras abertas no cafesal, em pontos de facil acesso aos animaes, que tinham de transportar o café para os terreiros ou *fachinas* de secca. As *fachinas* no Ceará ainda se apresentavam com o que ha de mais primitivo, havendo, todavia, em certas fazendas bons terreiros ladrilhados ou empedrados.

Não se lavava o café o que lhe beneficiava o aroma.

Quanto ao beneficiamento era realizado nas machinas correntes do paiz mas ainda havia muitos productores que se valiam de apparelhos archaicos como o pilão.

As pragas do cafesal cearense eram as cigarras radicivoras e as sauvas.

O flagello do *Elachistes cofeela* que arruinara a lavoura cearense em 1862, reapparecera mas muito menos intenso em 1894.

Dias Martins constatara em 1913 a existencia de duas pragas uma devida a um fungo, a outra a um microlepidoptero. Ultimamente surgira nova praga a que o povo impropriamente, denominava *geada*. Atacava as folhas e cerejas dos cafeeiros plantados em matta muito espessa. Era attribuida á picada de certos mosquitos de que a planta ficava coberta.

Fallando do café no Ceará em 1927, dizia Studart que a cultura cafeeira cearense ia a caminho da extincção e dentro em breve se assim continuasse seria de nenhum valor na vida economica do Estado.

"No sul do paiz o café era synonimo de riqueza, concluia Studart" é um Pactolo, é um feiticeiro a distribuir fortunas no Ceará, actualmente, servirá para attestar os effeitos desastrosos do apego aos processos condemnados, do amor á rotina, e para attestar a indifferença dos poderes publicos cujo favor se cifra no arrojo dos impostos.

Nosso café mal chega para o consumo da terra, o que força a população a importal-o, havendo annos, como 1923, em que sua entrada subia a quantidades consideraveis. No anno citado foi de 1.086 kilos, a importação pelos postos de Fortaleza e Camocim.

Sem estabelecimentos de credito agricola, sem auxilio da União, a cultura cafeeira no Ceará ainda se mantinha graças á pertinacia de alguns fazendeiros, adeantados e intelligentes. Dessem-lhes suas sympathias e seus favores os seus governantes.

Ao artigo acompanha um quadro de exportação cafeeira pelo porto de Fortaleza que confirma as palavras acima citadas.

	Saccas
1906..	212
1907..	460
1908..	152
1909..	75
1910	48
1911	—
1912..	40
1913..	—
1914..	156
1915..	310
1916..	50
1917..	43
1918..	—
1919..	50
1920..	—
1921..	209
1922..	90
1923..	23
1924..	—
1925..	189
1926..	450

Em 1927 apontava o Dr. Deoclecio Duarte num artigo cujo titulo era: *A cultura do café representa neste momento a maior força economica do Brasil,* as possibilidades cafeeiras do Estado do Rio Grande do Norte.

Assim citando o engenheiro agronomo Fernandes Barbosa, do Ministerio da Agricultura, declarava que o solo norte-riograndense se adapta magnificamente á cultura do café, contando com as conveniencias do clima.

E' assim que nos sitios de Séde, Quinatas, Pitimbú, situados na cidade de Natal; Igapó, Regomoleiro, Boa Vista, no municipio de S. Gonçalo; nos vales de Ceará-Mirim, Canguaretama (pequeno centro cafeeiro), bons municipios de S. José de Mipibú, Parari, Martins, Santa Cruz (Serra do Coité), Sant'Anna de Mattos (Serra de Sant'Anna) se encontravam em maior ou menor escala, cafeeiros alguns delles contando alguns decennios, bem como cafezaes recentemente plantados.

Tal facto demonstrava não ser, consequentemente, uma ficção a cultura do café no Estado podendo constituir-se ao contrario um elemento importante do progresso local.

Estava certo de que as encostas do vale de Maranguape, e esta era tambem a apreciação do competente technico citado — Jundiahy e a extensa chapada do Matão (Serra Verde), cujas terras são de formação calcarea, ferteis, com proporção conveniente de barro oxido de ferro, silica e humus, em que se aliam esses elementos physico-chimicos garantidores por capilaridade e supprimento dagua das exigencias vegetaes, racionalmente exploradas offereciam os factores mesologicos indispensaveis ao desenvolvimento da cultura cafeeira.

Uma demonstração pratica da propriedade do terreno verificara-se no vale de Canguaretama, onde houvera quem colhesse, conforme se assegurava, em dez cafeeiros, trinta kilos do producto.

Os cafeeiros plantados na cidade de Natal produziam cinco kilos por pé, quando normalmente a producção devia regular de 300 grammas a ½ kilo e no maximo 4 kilos, como raramente acontecia em S. Paulo.

Estes factos, entre muitos outros que poderiam ser citados, garantiam o valor economico da cultura cafeeira para o Estado do Rio Grande do Norte, caso houvesse interesse real por parte dos agricultores no seu desenvolvimento, factor da riqueza invejavel do Estado de S. Paulo e, consequentemente, do Brasil.

Tambem havia terras apropriadas no valle de Maxaranguape e Canguaretama onde os cafeeiros carregavam muito chegando a dar por vezes trez kilos por pé. Havia aliás, de 1897, uma lei de estimulo aos cafeicultores do Estado. Aliás nunca dera resultados.

Se o concurso do Rio Grande do Norte em 1927 não offerecera grande vulto em relação á cultura do café, podia entretanto no futuro ser de incontestavel importancia.

Examinando as condições da producção do Estado da Parahyba em 1927 assignalou o Dr. Alpheu Domingues em sua pequena monographia *O café na Parahyba* que a lavoura parahybana renascera em principios do seculo XX graças a um riograndense do sul, Thomé Barbosa da Silva, que plantara grandes cafesaes no municipio de Bananeiras onde, segundo o autorisado Coriolano de Medeiros, em 1914 a colheita attingira a mais de sessenta mil saccas.

Alastrara-se o cafesal pelos municipios de Bananeiras, Areia, Serraria, Alagôa Grande, Guaratiba, Alagôa Nova, Araruna, Umbuzeiro, cabendo sempre a primazia a Bananeiras com enorme vantagem. Eram, esta a ordem:

Bananeiras	7.000.000
Areia	1.000.000
Umbuseiro	970.000
Serraria	500.000
Araruna	422.000
Alagôa Nova	200.000
Campina Grande	140.000

O terreno accidentado das encostas da Borborema não permittia o emprego das machinas. As altas temperaturas exigiam o sombreamento dos cafesaes, effectuavam-se em geral duas cargas annuaes, o plantio se fazia entre 0,88 e 2,20; excepcionalmente a 2,60; e em geral occorriam as floradas de outubro a dezembro e a colheita occorria de julho a setembro. O despolpamento não se fazia e a seccagem era a do terreiro. O beneficiamento se mostrava em geral rotineiro, predominando o pilão havendo já porém algumas machinas modernas.

A media da producção era baixa, 25 arrobas por mil pés.

Em todo o caso progredia a lavoura cafeeira quando desde 1921 se vira assolada por terrivel mal, o *vermelho,* o coccideo *Ceroccocus parahybensis,* Hempel.

Chegara a producção parahybana a 400.000 saccas.

Para um cafesal de vinte milhões de arvores, isto dava uma média sobremodo baixa, 20 arrobas por mil pés. Assim mesmo havia muitos annos promovera a independencia economica e financeira dos lavradores.

O terrivel coccideo continuava a provocar tremendos estragos como demonstrava o quadro da producção em diversos municipios expressos em saccas.

	1922	1926
Bananeiras	60.000	14.000
Areias	27.160	666!
Serraria	900	116!

Além do *Ceroccocus parahybensis,* havia outro hexapodo nocivo o *Pseudoccocus criptus,* Hempel que atacava as raizes dos cafeeiros. Pareciam os dois nefastos coccideos atacar de preferencia as arvores novas. Terminando o seu trabalho dizia o Dr. Domingues:

Muito se escrevera a respeito do *vermelho* vez por outra surgiam opiniões diversas sobre o modo de combater o insecto, mas, o facto era que até então os poderes publicos nenhuma providencia adoptaram para mostrar que queriam debelar um flagelo, cujas consequencias damnosas não se tornava possivel prever, tal o seu cortejo de ruinas e calamidades, não só para a Parahyba, como para o paiz inteiro.

Lamentava o Estado o desapparecimento de uma das suas fontes de producção, sem ter para quem recorrer, poderia dentro em breve ser a região cafeeira do sul, victima da mesma praga, na imminencia de acarretar para o paiz o estancamento da sua maior riqueza agricola.

Que os paladinos da commemoração do bi-centenario do café se apercebessem da desgraça que, havia seis annos passados, desabara sobre os cafesaes parahybanos, trazendo a ruina economica a tantos lavradores. E sobretudo promovessem meios de deter a marcha progressiva do tão perigoso coccideo, preparando assim melhor futuro aos interesses da lavoura nacional.

Sobre o café em Pernambuco e em 1927 redigiu o Dr. J. Eurico Martins agronomo de justa e sabida autoridade um artigo: *A lavoura cafeeira em Pernambuco.*

Depois de lembrar quanto fora demorado o despertar da cafeicultura pernambucana, em 1875, exprimia que ainda em 1927, apezar da grande alta do café os agricultores pernambucanos pouco se mostravam afeiçoados ao plantio da rubiacea.

A situação da lavoura em Pernambuco era de grande atrazo. Propriedades com meio milhão de arvores produziam dez mil arrobas apenas!

Entretanto no territorio do Estado, em seus planaltos havia solos excellentes para a cafeicultura comtanto que se a praticasse á sombra.

Um dos grandes erros dos fazendeiros era plantar bastamente: por hectare viam-se 800 e até 1.600 cafeeiros. E os processos de plantio e beneficiamento ainda se mostravam os mais rudimentares.

Viviam os cafesaes praguejados pela falta de luz e sol nas suas moitas densas.

Embora já houvesse algum progresso nos processos agricolas pareceria mais logico, que os cafeicultores tomassem melhor diretriz na parte agronomica de suas lavouras, systematizando-se em moldes inteiramente differentes daquelles até então seguidos, obedecendo a um criterio diverso no plantio, cujas distancias deveriam ser ainda mais amplas do que em São Paulo. Procurassem convencer-se de que a arborisação deve ser seguida, com especies leguminosas de alto porte porém e, si possivel, de folhas caducas, plantadas de accordo com a orientação solar e num espaçamento não inferior a 15 metros entre as linhas e sujeitas a um regimen de poda.

Na organisação dos cafesaes era indispensavel que a plantação fosse feita tendo-se em vista as capinas e cultivo mecanicos, de modo que o custo de producção baixasse consideravelmente.

Escrevendo em 1927 pormenorisado estudo sob o titulo *O café em Alagôas,* dizia o Dr. Francisco de P. Leite Oiticica Filho que os altos preços dos ultimos annos, despertaram os agricultores do Norte para a cultura da rubiacea. Outra causa concorrera, a multiplicação da lagarta rosada devastadora dos algodoaes. Assim muitas terras algodoeiras estavam-se cobrindo de cafesaes novos.

O cafesal alagoano ainda era pequeno, porém, com pouco mais de quatro e meio milhões de arvores, produzindo cerca de 25.000 arrobas ou sejam 20 arrobas por mil pés, média baixa.

Produzia o cafeeiro o anno todo em Alagôas o que é muito prejudicial. Os fazendeiros pretendiam *educar o cafeeiro* tirando todas as cerejas de uma só vez, fosse qual fosse o grau de maturação.

A producção ainda não bastava ao consumo interno estadual. O cafeeiro mais espalhado era o creoulo, havendo tambem lavouras de bourbon.

A lavoura era a mais empirica, em relação ao plantio trato, selecção de mudas e sementes, etc. A secca e as demais opera-

ções do beneficiamento tambem decorriam as mais rudimentares.

Praticava-se o sombreamento dos cafesaes novos por meio de ingá.

O maior lavrador do Estado, era o coronel Lourenço Lima de Quebrangúlo, em S. José da Lagôa pouco abaixo deste lavrador havia o coronel Humberto Lima que com 100.000 arvores colhia trez mil arrobas, em Camaragibe, o coronel Joaquim Rego que colhia 4.000 arrobas; em União, o coronel José Albuquerque fazendeiro de duas mil arrobas.

CAPITULO LXXII

Exposição do estado dos processos da lavoura bahiana em 1927 — Decadencia e revivicencia — Methodos obsoletos

Em pequena monographia: *O café e o historico de sua cultura na Bahia,* publicado em 1927, lembrava o Dr. Gonçalo de Athayde Pereira que a Bahia poderia orgulhar-se de tambem produzir bons cafés. Havia mesmo uma zona a *Chapada Diamantina* que com o seu *café da chapada,* produzia typo que sempre gozara dos melhores preços nos mercados extrangeiros.

De 1871 em diante se notara, durante annos, o augmento da producção bahiana pelo littoral de Caravellas, Viçosa e Valença, na chamada Matta em Maragogipe, S. Felippe, Areia, Jequié, Amargosa etc. e no centro, na zona diamantina.

Houvera, depois, funda depressão, produzida pela crise universal de 1880. Della decorrera o abandono de muitos cafesaes. Notara-se depois um resurgimento com a alta grande dos preços nos principios da Republica attingindo a Bahia o maximo da producção cafeeira em 1898, exportando 22.793 toneladas. Já então se faziam accentuadas as condições da crise terrivel que começara a lavrar.

Em 1902 escrevia Miguel Calmon, então secretario da Agricultura do Estado que o café ia em continuo e ininterrupto descambar.

As colheitas acompanhavam *pari-passu* as depressões accentuadas dos preços de venda. As curvas representativas das exportações bahianas e dos valores do genero em moeda papel, offereciam acabrunhadora visão cada qual, mais celeremente se abismando!

Verdade é que o producto bahiano se apresentava muito mal nos mercados. Muito se haveriam de obrar para alcançar este *desideratum,* pois os habitos rotineiros estavam na especie, por demais arraigados. Seria mistér acabar com o pilão e com o girau, que ainda em 1927 exclusivamente campeiavam

nos serviços agricolas: Só o estabelecimento de engenhos centraes dotados de bons seccadores permittiria a transformação, porquanto não possuia a pobre gente, que se dedicava a tal cultura, meios, nem animação para realizar tão bemfazejo melhoramento. Se outra fora a craveira dos fazendeiros, muito era de esperar do espirito de associação, mas, além da falta nelles sensivel da equanimidade, accrescia deploravel escassez de recursos, que, com existirem bons desejos, ainda assim, não os deixaria de inhibir qualquer manifestação em tal sentido.

Era aliás a situação da lavoura bahiana verdadeiramente deploravel no dizer do observador.

Não menos desleixado que o beneficiamento era a propria cultura, feita com suma primitividade, a espantar e entristecer por dar copia do espirito acanhado e rudimentar dos individuos entregues ao labor do campo. Só um ensino pratico e reiterado, e capaz de impressionar lograria obter algum fructo, entre gente tão primitiva.

Entendia o Dr. Pereira, de imprescindivel necessidade, o desenvolvimento da viação ferrea na zona cafeeira, não só no intuito de facilitar o transporte dos productores, como, sobresalientemente para transformar a mentalidade baixa das populações.

Nas circumstancias especiaes da Bahia, a crise provinha de dois unicos motivos: trabalho irracional e carestia de transportes. Conseguisse o governo prover sobre taes males e a riqueza voltaria a esta menosprezada lavoura.

Para o leitor poder aquilatar do tal atrazo, citou o Dr. Gonçalo Pereira um facto significativo, lavradores havia que roçavam ou replantavam os cafeeiros conforme a baixa ou a alta do genero, a tal ponto que agora, não raro, se notavam mangas extensas de capim angola, onde outrora se dilatavam frondosos cafesaes. Um esforço incessante e pertinaz muito teria que fazer para conseguir transformar praticas tão selvagens.

Os annos anteriores haviam visto decadencia ainda maior de producção bahiana, com a reacção da defesa do café em 1906 e a alta dos preços.

Voltara a exportação a crescer. Já em 1916 passara a ser de 324.320 saccas valendo 7.771 contos de réis. Mantivera-se mais ou menos estavel pois em 1926 chegara a 334.320 saccas apezar da alta dos preços.

Precisava a Bahia da melhoria do beneficiamento. Desde 1924 se notava um movimento auspicioso o da fundação de associações agricolas e outras instituições de mutualismo.

Estudando as condições da cultura cafeeira bahiana em 1927, em pequena monographia *A cultura cafeeira na Bahia* dizia o Dr. Ervidio Velho que havia cafesaes em 93 municipios bahianos. De 1910 a 1920 decrescera notavelmente, deste ultimo anno em diante se revigorara, sobretudo, a partir de 1924. Houvera phase em que se tinham destruido cafesaes para em seu lugar se fazerem pastagens. Pensava-se que em 1930 a cultura cafeeira sobrepujaria a do cacau.

Vinte e dois municipios produziam cerca de 34 milhões de kilos e os 71 restantes 36. Encabeçavam a producção os de Jequié, Amargosa, Areia, Affonso Penna, S. Felippe, Maragogipe.

Tinha a Bahia magnificas condições climaticas para o cafeeiro, terras ferteis ausencia de ventos excessivos, nefastos ás floradas, de geadas e quasi sempre da saraiva. Dispunha de terras roxas, e outras onde poderia viver um bilhão de arvores. Infelizmente predominavam na agricultura bahiana os processos rotineiros como o da promiscuidade das variedades: creoulo, bourbon, moka, maragogipe, liberia, etc., o de nenhum cuidado com os viveiros na selecção de mudas e do trabalho exclusivo pela enxada.

Declarava o Dr. E. Velho que os serviços por hectare para lavouras novas de derrubada, roçagem, queima, coivaramento, destocamento e coveamento, custavam 180 mil réis nas mattas ou capoeirões, 72 para as capoeiras e 45 para as terras trabalhadas. Não se praticava ainda a adubação a não ser a das cascas de café. As machinas beneficiadoras ainda eram os *pilões*, as almanjarras e os *rodões archaicos*.

O plantio se mostrava adequado, alinhadas as arvores e espaçadas de 2m,2 a 3 metros.

O trato cultural resumia-se á carpa, replanta, poda e limpeza dos parasitas. Este ultimo era da maior importancia pois havia em diversos cafesaes terriveis infestações.

As carpas se faziam duas ou trez vezes por anno. A poda era praticada por alguns agricultores mas em geral repugnava á grande maioria. A floração dos cafesaes bahianos, declara o Dr. Velho, principia em geral em janeiro attingindo o seu maximo entre 15 de abril e 15 de maio. A colheita em geral se fazia de maio a setembro quando a floração era tarda prolongava-se até novembro.

Diz o Dr. Velho que a producção da Bahia em 1927 seria de cerca de 1.220.000 saccas o que nos parece sobremodo exagerado e em desaccordo com as cifras da estatistica.

Os cafesaes aos trinta annos de idade cahiam muito, quando bem tratados duravam até os quarenta annos. A média de producção por pé era de 750 grammas ou sejam 50 arrobas por mil pés.

Avaliava o Dr. Velho o cafesal bahiano em 97.600.000 arvores das quaes 51.200.000 de 20 a 40 annos, 25.600.000 de 10 a 19; 20.800.000 entre 3 e 8 annos.

As cifras por elle citadas da producção parecem innacceitaveis 735 grs. por pé nas lavouras velhas.

Como em 1926 a Bahia exportara 341.217 saccas, não seria possivel que a producção de trez milhões de habitantes consumisse mais de 800.000 saccas, dezesseis kilos por cabeça annual.

Dos municipios bahianos os mais cafeeiros eram, em 1927. Jequié com uma producção de 10.500.000 kgm., Brejões (5.700.000), Amargosa (4.300.000), Affonso Penna ..... (4.250.000), Areia (3.600.000), S. Felippe (1.300.000), Boa Nova (1.250.000), Maracás (1.220.000), Itaberaba (1.200.000). Dos 93 municipios cafeeiros do Estado 35 davam mais de 100.000 kilos.

A seccagem do café era má. Terreiros ladrilhados havia-os poucos. Notavam-se estufas rotineiras mal arranjadas e frequentemente nefastas ao producto.

O beneficiamento tambem era mau, os pilões e rodões estragavam muito o café. Felizmente não se conheciam pragas serias nos cafesaes bahianos.

Em summa precisava a cafeicultura bahiana abandonar resolutamente a rotina enervadora e nefasta além de humilhante.

E' interessante o quadro do Dr. Velho acerca de uma cultura nova de café até a producção ao sexto anno.

Derrubada em matta ou capoeirão	65$000
Roçagem	20$000
Coivaramento e queima	30$000
Destocamento	50$000
Plantação	30$000
Seis limpas nos trez primeiros annos	180$000
Replantas	30$000
Desbrota	25$000
Colheita de 1200 k. de cerejas	45$000
Transporte ao terreiro	20$000

Beneficiamento	35$000
Embalagem e transporte nos mercados	54$000
Total	584$000

Se a quebra de beneficio regulasse 25 por cento e que era admissivel o hectare de cafesal daria 900 kilos de café a 2$000 ou 1:800$000 o que proporcionava com o desconto da taxa de amortisação e usura de material um lucro liquido de Réis 1:155$200 sobremodo elevado.

Em pequena memoria datada de 1927: *O café e as suas possibilidades economicas no Estado da Bahia, atravez dos seculos,* dizia o Dr. Raphael Miranda que o consumo interno do Estado da Bahia, era de um milhão de saccas de café ainda lhe sobrando 41.217 para a exportação, cifras inacceitaveis como a da população que attribue ao Estado (6.334.465 almas). O proprio autor conta que em 1826 a exportação cafeeira bahiana attingira 341.217 saccas.

Fallando das regiões cafeeiras bahianas declarava o Dr. Miranda que a zona por excellencia da cultura era a seu ver a de Nazareth.

Julgava que a producção geral bahiana devia attingir quatrocentas mil saccas. Se se levasse em conta o que a Bahia e Minas entregavam á exportação do café mineiro 139.125, sahia dos portos bahianos mais de meio milhão de saccas.

CAPITULO LXXIII

O café no Espirito Santo ao decorrer o centenario de 1927 — Exposição de processos e alargamento da cultura

Num artigo de 1927 subordinado ao titulo *Questões economicas, politicas e sociaes do café no Espirito Santo,* lembrou o Dr. Lopes Ribeiro enorme surto do Estado, desde os primeiros dias da cultura cafeeira. E isto quando a população espiritosantense era a mais reduzida como ainda continuava a ser.

Em 1856 tinha o Espirito Santo 48.893 habitantes; em 1827, 182.137; em 1900, 209.783; em 1920, 457.328.

Os bahianos havia a principio plantado pequenos cafesaes no baixo S. Matheus.

Vieram, em seguida os fluminenses, porque em sua provincia, as melhores terras, a partir de certa época, já se achavam no dominio particular dos grandes latifundiarios e, depois, os mineiros, fugitivos, alguns, da revolução de 1842, outros, descidos de seus chapadões semi-aridos, á busca de terras mais ferteis e ainda outros, procurando homisio, como ainda hoje acontece, de seus crimes, na vasta floresta que então cobria o interior de quasi todo o Espirito Santo.

Invadiram-no pelo Sul e Oeste mais de uma vez, em levas successivas, com suas familias, agregados e escravos, occupando por occupação primaria, as terras devolutas de todo o vale de um riacho, ou mesmo de um ribeirão, de que se faziam posseiros.

Novos latifundios se estavam formando, por este processo, como em todas as provincias do Imperio.

A lei de terras de 1850, procurando remediar a este estado de coisas e extremar o dominio publico do particular, permittira a legitimação dessas posses, cuja area não poderia entretanto, exceder de uma sesmaria.

Haviam sido estes os verdadeiros desbravadores da terra espiritosantense.

Apezar de todas as crises crescera sempre e muito a producção como se via do exame dos numeros de exportação de saccas por quinquiennio.

As cifras citadas pelo articulista estão aliás em profundo desaccordo com as da Directoria de Estatistica Economica Financeira do Ministerio da Fazenda, majorando muito notavelmente a producção espiritosantense.

Assim por exemplo:

	Cifras da Directoria	Lopes Ribeiro
1913-1917 . . .	2.712.176	3.630.233
1919-1922 . . .	2.462.155	4.460.064
1923-1926 . . .	3.052.757	4.813.172

Enganou-se talvez o autor, tomando as cifras da exportação pelo porto de Victoria como se todo esse café fosse de procedencia espiritosantense.

Com o progresso da cafeicultura occorreu notavel enricamento do Estado e o progresso de sua capital, cidades e municipios. Num artigo do Dr. Moacyr Monteiro Avidos, tambem de 1927, se frisa quanto haviam melhorado as condições de transporte no territorio espiritosantense servido pelos 800 kms. da Leopoldina Railway e a Victoria a Minas, a navegação do Rio Doce e do Rio Santa Maria, a navegação costeira e já mais de 500 kms. de estradas carroçaveis.

Não havia, propriamente, no Espirito Santo questão social proveniente do café.

As questões que poderiam ter provindo de épocas passadas, haviam sido resolvidas, de modo quasi radical, pela substituição da grande propriedade sesmeira pela pequena.

Os factores que tinham determinado esta transformação haviam a principio sido a divisão da grande propriedade, após a morte do senhorio, por seus herdeiros. Em seguida, a emancipação dos escravos que desorganisara completamente o trabalho e, mais tarde, a grande queda dos preços de café, que descera em muitas zonas do Estado, ao preço infimo de 3$000 por arroba, ainda assim não achando comprador.

O segundo e o terceiro factores mostravam-se decisivos para o retalhamento da grande propriedade e o estabelecimento definitivo do pequeno agricultor nacional e extrangeiro nas

terras assim divididas, nas colonias criadas e nos pequenos lotes de terras devolutas compradas a baixo preço.

No systema da grande cultura, salvo nos tempos modernos em que o apparelhamento da mecanica agricola, demandando, entretanto, a immobilização, de grandes capitaes, suppria o numero de braços o labor não podia deixar de ter por base a escravidão, emquanto no systema da pequena cultura, o trabalho do pequeno agricultor e de sua familia eram sufficientes para mantel-a e gradualmente desenvolvel-a com pouco capital: — os cereaes e a pequena criação bastavam para sustental-o e á familia — a venda do café para suppril-o do vestuario e dos rudimentares instrumentos aratorios.

Taes factos haviam tido grande repercussão no desenvolvimento commercial do Estado e no estabelecimento da grande e da pequena industria.

Outrora, no regimen da grande propriedade, era o proprio fazendeiro quem abastecia seus escravos e, posteriormente, os colonos da fazenda.

Tinham commissarios no Rio, que lhes emprestavam capital para movimentar a lavoura e a quem vendiam toda a safra.

Reduzidas em todos os municipios as grandes propriedades, estabelecidos em todos elles o pequeno agricultor, era natural que se desenvolvesse grandemente o commercio local.

Fora effectivamente o que se verificara, desapparecendo o commissario substituido, na funcção de capitalista, pelas agencias bancarias na Victoria e nos grandes municipios do interior.

A acquisição facil e barata de uma propriedade, embora pequena a localização do humilde trabalhador rural em seu sitio, a prosperidade que os altos preços do café haviam trazido, tinha criado para o Espirito Santo condições de estabilização social de tal ordem, que dentro della seriam de todo incomprehendidos os ideaes communistas.

A medida que o seculo XIX avançara crescera notavelmente a producção cafeeira espiritosantense, como já tivemos o ensejo de verificar nos volumes anteriores a este.

Com os annos novecentistas continuou este rush cafeeiro como assignalou A. de Lima Campos (A influencia do café no desenvolvimento do Espirito Santo).

Em 1927 a exportação cafeeira correspondia a 90 por cento da exportação total do Estado. Era a taxação do café a unica columna por assim dizer dos orçamentos estaduaes. Desappa-

recera, quasi, a velha industria americana a assucareira e apenas despontara a nova do cacau.

O quadro abaixo sobre a exportação espiritosantense mostra-se frisante.

	Saccas
1903.	700.309
1908.	708.353
1913.	597.570
1918.	677.372
1923.	1.071.974
1926.	1.244.434

Com tal preponderancia na producção facilmente se podia concluir a importancia que, para o Espirito Santo tinha o commercio do café. Não exageraria quem affirmasse que o equilibrio geral de quasi todas as actividades dependiam da *preciosa rubiacea.* Os orçamentos publicos, os melhoramentos geraes, a construcção das estradas ferroviarias e de rodagem, os serviços de hygiene e sanitario, o commercio, as industrias nascentes e todas as varias formas de trabalhos e vida no Espirito Santo, podia se dizer, dependiam do grão precioso. Não havia exagero na affirmativa. A alta percentagem da rubiacea na exportação total do Estado, mostrava quanto, sobre ella repousava a prosperidade economica e financeira do Espirito Santo.

O centro principal do commercio era a praça da Victoria. Ahi se localizavam os principaes negociantes e todos os exportadores.

A importancia dos negocios de exportação sobretudo, davam a Victoria, sob o ponto de vista commercial, posição de incontestavel destaque. Cerca de cento e cincoenta mil contos de café eram alli negociados e exportados em cada anno.

Convinha lembrar que pelo porto de Victoria sahia muito café mineiro do vale do Rio Doce como em:

1922.	167.472
1923.	132.446
1924.	205.752
1925.	190.193
1926.	162.645

O total da exportação por Victoria fora em 1925 de 590.000 e em 1926 de 729.604 saccas.

A medida que a decada de 1920 a 1930 avançava crescia a producção espiritosantense revelada pelas cifras de exportação.

1920.	846.394
1921.	1.104.033
1922.	1.029.543
1923.	1.071.974
1924.	1.276.801
1925.	1.220.063
1926.	1.244.434

Em 1927 deveria a colheita apparecer accrescida de 40 por cento das cifras de 1926.

Cerca de quarenta por cento da safra se escoavam pela Leopoldina Railway e os portos do sul do Estado. O resto sahia pelo porto de Victoria.

Em trinta e um municipios se haviam recenseado, em 1927, 19.155 propriedades cafeeiras com 237.925.159 arvores das quaes 161.463.050 em plena producção e 76.462.109 de plantação recente.

Destacavam-se neste conjuncto os cafesaes de:

	Arvores
Alegre	29.100.000
S. Pedro de Itabapoama	27.800.000
Collatina	20.800.000
S. Thereza	18.200.000
Cachoeiro de Itapemerim	19.300.000
Affonso Claudio	10.100.000
Itaguassú	10.400.000

Nestes sete municipios concentrava-se a metade da lavoura do Estado.

Importantes ainda eram os cafesaes de Santa Leopoldina (9.000.000) Pau Gigante (8.900.000) Serra (9.200.000) Muquy (7.300.000) Iconha (6.600.000) Muniz Freire .... (7.800.000) Santa Cruz (5.800.000) Nova Almeida ...... (5.500.000) Guarapary (5.600.000).

Os demais municipios orçavam entre um e cinco milhões de cafeeiros. Calçado (4.900.000) São Matheus (4.800.000) Domingos Martins (4.700.000) Vianna (4.600.000) Alfredo Chaves (2.600.000) Rio Novo (2.800.000) Riacho .... (2.800.000) Rio Pardo (2.300.000) Victoria (1.500.000) Ponto de Itabapoama (1.600.000) Anchieta (1.700.000).

Pequena a cultura em Conceição da Barra (800.000) e insignificante nos municipios do Espirito Santo (190.000) e sobretudo Barra do Itapemirim (40.000).

Quanto a média da producção por mil pés era ella:

Alfredo Chaves	78
Calçado	77
Pau Gigante	64
Cachoeira	58
Affonso Claudio	55
Itaguassú	54
Alegre	53
Domingos Martins	53
Muquy	50
Rio Novo	50
Barra de Itapemirim	48
Iconha	47
S. Pedro de Itabapoama	47
Rio Pardo	45
Riacho	42
Ponto de Itabapoama	42
Espirito Santo	41
Santa Leopoldina	41
Cariacica	40
Collatina	40
S. Matheus	40
Muniz Freire	39
Santa Thereza	34
Victoria	32
Anchieta	31
Guarapany	30
Conceição da Barra	30
Santa Cruz	29
Serra	29
Nova Almeida	29
Vianna	27

Escrevendo em 1927 fazia o Dr. Thiers Velloso uma Synopse da Legislação cafeeira no Espirito Santo "apontando o que havia de mais importante nesse conjuncto, após a proclamação da Republica."

Lembrou a lei de 21 de setembro de 1891 mandando conceder garantias de juros de 6 por cento a quem se propuzesse a fundar engenhos centraes para a exploração dos productos da lavoura do café, canna e mandioca das quaes trez para o café e dois para a canna.

A lei de 29 de outubro de 1892 creara o imposto de cem réis por sacca exportada para melhoramentos do porto de Victoria.

Uma serie de medidas se adoptaram em diversos annos quer afim de promover a immigração extrangeira para os cafesaes, quer para auxiliar lavradores adeantados que installassem mecanismos destinados ao melhor beneficiamento do grão, quer ainda para a melhoria do ensino agricola.

Ao mesmo tempo procurava o governo espiritosantense acompanhar os demais governos de estados cafeeiros em suas operações de defesa do genero.

Em 1912, o governo do Dr. Jeronymo Monteiro, pela lei de 13 de janeiro subvencionava caixas de credito rural até a quantia de cem contos, e concedera garantia de juros de 4 % ao anno até o capital de 200 contos, destinados ás caixas que se estabelecessem em cada municipio para auxiliar a lavoura.

Sob a administração Nestor Gomes, pela lei de 21 de dezembro de 1920, o Congresso autorizara o Estado do Espirito Santo a contrahir um emprestimo com o Banco do Brasil de dois mil e quinhentos contos para auxiliar a lavoura.

Na mesma administração fora votada a lei de 18 de agosto de 1924, que instituiu junto á Directoria de Agricultura, na respectiva Secretaria do Estado, o servibo de café, algodão e demais productos agricolas, abrindo para isso o credito de 300 contos.

O artigo 2.º rezava.

O Serviço de Café tem por fim:

1.º — Instruir praticamente os agricultores, quanto aos processos de colheita, lavagem, seccagem e descascamento, levando em muito consideração as condições dos terreiros;

2.º — Proteger o cafeeiro, tomando as medidas necessarias quanto á importação de molestias existentes em outros centros dessa cultura;

3.º — Fazer propaganda das machinas dos melhores typos para o beneficiamento;

4.º — Demonstrar as vantagens do aproveitamento das quedas dagua para pequenas usinas electricas;

5.º — Organizar mostruarios dos differentes typos commerciaes do café, nos principaes centros de cultivo no Estado;

6.º — Fiscalizar os productos entregues ao mercado, tomando medidas que evitem a sua depreciação.

A 5 de julho de 1927 sancionava o presidente Dr. Florentino Avidos a lei destinada a por em pratica o Convenio dos Estados cafeeiros entre o seu Estado e os de S. Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro.

Pouco depois fazia expedir o regimento dos Armazens Reguladores do Espirito Santo.

Escrevendo contemporaneamente (1927) dizia o Dr. Bemvindo de Novaes em sua *A cultura do café no Espirito Santo.*

As plantações augmentaram com o movimento immigratorio e ganharam os sertões pelos vales dos principaes rios. Decresciam as lavouras de canna, mandioca e algodão, menos remuneradas, a proporção que se ampliava a area coberta pelo cafeeiro. Muito embora o Estado não reunisse condições climatericas e agrologicas idéaes a cafeicultura vicejava bem alcançando as plantas mais de 80 annos em alguns lugares. Rigorosamente, não se podiam delimitar regiões á cultura, attendendo aos requisitos do solo. Era feita em todo o littoral e de Leste a Oeste, onde o clima o permittia.

As grandes extensões devolutas haviam sempre facilitado a escolha de terreno em condições propicias ao plantio da rubiacea, que alcançando tambem a preferencia dos colonos propagara-se vertiginosamente vindo a dominar na lavoura espiritosantense, desde os primeiros annos da Republica. Nenhuma orientação technica se lhe dera comtudo. Successivamente os governos, que haviam presenciado erigir-se a base economica do Estado com a multiplicação do preciosissimo vegetal, conservaram-se alheios aos estudos de suas necessidades e á disseminação. E assim entrara o Espirito Santo a cultivar

um tanto desordenadamente café e só café. Nenhuma attenção se dera aos demais productos, que iam desapparecendo das estatisticas de exportação.

Embora dispondo de condições excellentes para manter pujantes as mais variadas culturas, chegara á condição actual em que, mais do que qualquer outro Estado da Confederação, dependia de um só producto — o café.

Nesta prospera região do Brasil, que era o Espirito Santo ainda pouco conhecidas se mostravam as praticas modernas da agricultura, e, nessa situação, difficil se tornava o desenvolvimento rapido de outras plantações substitutivas da valiosa rubiacea, caso uma baixa de preço, ou algum surto epifitico ou entomologico levasse a cultura a condições não remuneradoras.

Eram, pois, medidas de previdencia economica o ensinamento agricola, a propaganda da polycultura, a vigilancia sanitaria vegetal e a disseminação de methodos e praticas racionaes da cafeicultura.

O serviço especial de lavoura cafeeira estava affecto a um agronomo chefe secundado por cinco auxiliares, cada qual superintendendo uma região, quatro ao sul do Rio Doce e uma para os municipios de S. Matheus e Conceição da Barra.

A inspecção das culturas e dos armazens era permanente e o serviço fazia ainda o ensino ambulante dos agricultores, indicando-lhes os processos de póda, adubação, colheita, tratamento das culturas e beneficiamento.

Principalmente a pratica da póda vinha sendo propagada com vantagem. De sua falta resentiam-se, accentuadamente, as plantações no Espirito Santo. A adubação com estrume e palha tambem ia sendo introduzida, assim como o emprego de adubos chimicos.

Estavam sendo feitas culturas demonstrativas em diversas fazendas. Em outras, eram tomadas talhões de cafeeiros aos quaes se dedicavam os cuidados que a experiencia aconselhava.

Ao mesmo tempo que se atacavam as questões agricolas, e executava-se o serviço de estatistica da producção.

Havia então em todo o Espirito Santo 407 casas commerciaes negociando em café. E não se verificara ainda a existencia do *Stephanoderes hampei* em parte alguma do Estado.

Num artigo tambem de 1927 assignado pela inicial C trez vezes repetida *Influencia da lavoura cafeeira sobre o porto de Victoria e as rendas aduaneiras,* assignalava o seu autor que entre os dois triennios o de 1921-1923 e o de 1924-1926 notavam-se as seguintes differenças.

	1921—1923	1924—1926
Café exportado . .	2.528.557 saccas	2.737.600 saccas
Valor declarado . . .	213.611 contos	506.545 contos
Navios nos portos . .	2.018	3.251
Renda alfandegaria .	4.064 contos	8.283 contos

Assim o reflexo do café sobre a economia da região fora immenso.

Estudando as condições das relações mutuas entre cafeicultores e o apparelhamento bancario no Espirito Santo escreveu o Dr. Julio Pinto Junior interessante apanhado da questão:

"E', mistér confessar que a contribuição e auxiio dos bancos não são dados, como o poderiam ser, em maior e mais efficiente escala — directamente aos lavradores de café. Varias as causas que impedem o contacto directo dos bancos com os que se entregam, de facto ao cultivo da terra."

O tempo certamente melhoraria as condições deste contacto. Na zona da Leopoldina e da Victoria a Minas a maioria dos productores era de "fazendeirinhos" colhendo entre 300 e 500 arrobas annuaes. Gente rotineira e muito pouco intruida quasi sempre.

Vivia ás voltas com compradores ambulantes e raros deixavam os saldos eventuaes das colheitas nas contas correntes dos bancos.

Em geral procuravam adquirir terras vizinhas ás suas um ou outro em augmentar o rebanho proprio. Poucos os que applicavam os saldos das colheitas em melhorar as installações de suas propriedades.

Eram em geral estes lavradores muito desconfiados e resabiados na conclusão de seus negocios que se arrastavam do modo mais tardonho e vacillante.

Em consequencia de factos como estes era que os commerciantes do interior não dispondo de grande capitaes ficavam, muitas vezes, atrazados nos compromissos. Os fornecimentos por elles feitos durante a entre safra ficavam immobilizados pelo facto de não serem negociaveis as duplicatas que tinham (titulos irregulares por motivos diversos) e, principalmente, porque grande parte dos creditos sobre colonos e sitiantes estava representada por saldos devedores em contas correntes, pelo facto de serem analphabetos muitos destes freguezes — não convindo ao commerciante modificar o systema para não perderem o cliente.

Com capital ás vezes vultoso em mãos da freguezia (conforme o centro productor), e stock permanente para attender ás vendas que eram as mais abundantes neste periodo e, devendo ainda o commerciante manter disponibilidades em dinheiro para attender ás compras de café, tornava-se necessario por isto a utilização do credito sob fórmas diversas: adiantamentos pelos exportadores de café por conta de vendas a estes feitas a entregar dentro de 15, 20 e 30 dias, emprestimos directos nos bancos vizinhos, por promissorias, contas correntes ou descontos de titulos de suas carteiras. Os adiantamentos pelos exportadores de café já não se faziam, desde algum tempo com a mesma facilidade dos annos anteriores. No momento limitavam-se quasi todos a adiantar 70, 80 e 90 % do valor do café no dia da entrega do conhecimento da estrada de ferro, relativo ao embarque no interior.

Acima de tudo era penoso diffundir a instrucção entre os productores de café, cujo nivel de cultura se mostrava ainda muito deficiente. Não compreendiam bem o mecanismo das operações modernas sobre penhoras agricolas, adiantamentos e penhoras sobre productos armazenados.

Concluindo dizia o Dr. Pinto Junior que emquanto se não modificassem as condições de instrucção dos lavradores, não se tornasse obrigatorio o registro de propriedades sobre o systema "Torrens", não fossem mais faceis e rapidas as communicações de modo a permittir a difusão de bancos e agencias bancarias pelo interior de vastissimo paiz, teriam os contemporaneos talvez os seus filhos, de ouvir o muito conhecido estribilho: "No Brasil não ha credito agricola."

Em 1927 escreveu o Dr. Archimino de Mattos pequeno mas interessante apanhado sobre a *Influencia da immigração branca sobre a lavoura do café no Espirito Santo.*

Nelle historiou o desenvolvimento da colonisação européa desde 1847, em S. Izabel, com os seus 163 colonos primitivos allemães. Mostrou a influencia deste nucleo e dos outros que a elle se seguiram S. Leopoldina (1857) S. Thereza (1875) Castello (1880) Cachoeiro de S. Leopoldina (1887) etc.

Em 1924 haviam sido recenseados 18.754 extrangeiros no Espirito Santo dos quaes 12.553 italianos, 1.728 portuguezes. 1.308 allemães, 1.055 hespanhoes.

Da população extrangeira agricola, raros os que não concorressem ou não houvessem concorrido fortemente para o grande surto cafeeiro do Estado.

Estudando os aspectos do "factor transporte em relação á lavoura cafeeira no Espirito Santo" recordava em 1927 o

Dr. Moacyr Monteiro Avidos quanto o desenvolvimento do Systema rodoviario, no estado incrementara a lavoura cafeeira.

Tal era o caso da grande estrada moderna de S. Leopoldina a S. Thereza onde os caminhões transitavam continuamente chegando a transportar mais de cem mil saccas annualmente. Havia 300 kms. de linhas fluviaes no Espirito Santo sobretudo no Rio Doce e o movimento de cabotagem nos portos do sul do Estado decorria intenso.

CAPITULO LXXIV

A situação da lavoura fluminense em 1927 — Vestigios das velhas lavouras cariocas, no anno do bicentenario

Escrevendo, em 1927, sobre *A evolução da cultura cafeeira no Estado do Rio de Janeiro* lembrou o Dr. Joaquim de Mello então secretario do Interior do Estado que o cafesal fluminense descera o curso do Parahyba caminhando para o Norte. Exactamente o opposto do que acontecera em S. Paulo onde subira a montante do grande rio para passar á enorme bacia do Paraná.

Dos velhos municipios, os municipios primitivos da cafeicultura como Vassouras e Cantagallo, outrora tão ricos, celebres em todo o paiz, havia desapparecido, praticamente, a rubiacea. A crise os reduzira á mais pungente decadencia.

De agricolas haviam passado a pastoris.

Em 1927 eram estas as condições da lavoura cafeeira do estado fluminense:

A area occupada pelos cafesaes correspondia a 65.523 alqueires, ou 278.472.075 hectares, correspondendo aproximadamente a 6 % da sua superficie total ou a 12 % da superficie aproveitavel. Elevavam-se a 193.631.746 os cafeeiros produzindo além de 26.029.930 estereis. A safra de 1926-1927 fora de 3.652.668 arrobas, ou 913.167 saccas, e a de 1927-28 se estimava em 6.592.776 arrobas, ou 1.648.198 saccas, não faltando, entretanto, quem augmentasse o calculo para ..... 2.000.000 de saccas.

Dos 48 municipios do Estado, só 8 não cultivavam o café para a exportação. Cabo Frio, Iguassú, Magé, Mangaratiba, Nictheroy, São Gonçalo, S. Pedro d'Aldeia e Therezopolis. Mas mesmo nelles havia pequenas lavouras abastecedoras do consumo local.

Os terrenos reputados melhores para essa lavoura eram os de altitudes médias, de 300 a 600 metros, desde que fossem

ricos de humus, e sujeitos a uma temperatura entre 15 a 27 gráos. Mas tambem se desenvolvia o cafeeiro em terras baixas, como as vargens, tidas vulgarmente por improductivas, quando adubadas, convenientemente. Empregava-se geralmente, como adubo, as cascas e os detrictos da polpa do proprio café.

As especies mais cultivadas eram o creoulo, java, arabia, bourbon, maragogipe. O conhecido como procedente de Java já era uma degenerescencia, pois o feitio do seu grão differia do legitimo. O creoulo mostrava-se o mais generalisado, pela adaptação ao solo e ao clima do Estado.

De modo geral, a producção média dos cafeeiros vinha a ser de 20 arrobas por mil pés. Em algumas zonas de Itaperuna e de outros municipios, esse rendimento subia de 38 a 40 arrobas. Cumpria accentuar, porém, que essa especie de calculo era muito falivel, porque se baseiava no numero de mudas plantadas em cada talhão, sem levar em conta as que falhavam, escapando á visão dos cafesaes em conjuncto.

Graças ás conquistas da chimica agricola, a não só restituir como augmentar a fertilidade da terra, podia o café ser rep'antado nos lugares em que, em épocas longinquas, já vicejara com abundancia. Mas a alta do preço operava milagre igual ao do recurso scientifico. Zonas abandonadas, por exhaustas, durante muitos decenios e onde cresceram os capoeirões, viam-se reincorporadas ao trabalho agrario, reapparecendo cobertas de cafesaes novos, a prometterem largas colheitas. Assim estava acontecendo, por exemplo em Rezende, municipio em que se iniciara a cultura cafeeira fluminense.

Quanto aos methodos agricolas, era o café plantado, tratado, apanhado, beneficiado e exportado pelos processos usados nos outros centros productores do paiz. Na maioria das fazendas, predominava o systema de *meiação*, segundo o qual o colono planta, limpa, colhe e secca o producto, mais tarde dividido pela metade com o proprietario, depois de beneficiado, ou vendido em coco, apenas secco, podendo dedicar-se ainda, exclusivamente para si proprio, a outras lavouras, como a de cereaes. Era esta uma fórmula de socialisação da terra, praticada havia muito, no interior do paiz, sem a influencia dos doutrinadores de reformas sociaes.

Muitos fazendeiros costumavam contractar com os colonos a formação de cafesaes novos, pagando-lhes por tarefa. Outros adoptavam o regimen do salario por dia de trabalho. E por toda a parte havia sempre falta de braços, não só porque o Rio de Janeiro não dispunha de serviço regular de emi-

gração, como porque os seus trabalhadores eram aliciados pelos agentes dos Estados vizinhos.

O Estado que, a principio, cobrara 11 por cento do imposto de exportação reduzira esta taxa a 9 em 1899 e a 8 em 1917. Chegara a renda sobre o café a 80 por cento da receita fluminense para, em 1920, ter baixado a 20. Subira, novamente, em 1925, a 30. O Rio de Janeiro que chegara a produzir 70 por cento da safra brasileira agora concorria com apenas dez por cento.

Recrudescera a cultura com a invasão das terras septentrionaes da Parahyba pelas lavouras da rubiacea, esgotadas como se achavam as dos municipios de oeste. Dos quasi 220 milhões de cafeeiros fluminenses quasi a quarta parte se concentrava no municipio de Itaperuna (48.164.000 das lavouras em plena producção e 4.140.000 de cafesaes novos). Produzira a safra de 1926-1927 arrobas 1.218.096 ou 25 arrobas por mil pés, média baixa. Os municipios de noroeste (Itaocara, S. Antonio de Padua, Cambucy) tinham um cafesal quasi como o de Itaperuna.

Fora o septentrião fluminense um campo de expansão do café java, cujos primeiros talhões haviam sido plantados pelo Conde de Nova Friburgo em suas grandes fazendas de Cantagallo, havendo-lhes as primeiras mudas chegado por intermedio de um amigo Jorge Gripp, descendente de antigos colonos suissos de Nova Friburgo.

A nova zona cafeeira fluminense comprehendia terras de Macahé, (sobretudo no districto de Macabú) Bom Jardim, Campos (onde aliás a cultura, embora pequena, era mais que centenaria) S. Fidelis (aliás em grande decadencia em relação ao que fora 30 annos antes). Itaocara, Cambucy, Santo Antonio de Padua e Itaperuna, sobretudo.

Historiou o Dr. Joaquim de Mello o desenvolvimento da lavoura na ultima região fluminense.

Os vastos sertões, do vale de Muriahé haviam sido invadidos pela cultura cafeeira, muito mais tarde de que os vales dos affluentes do Parahyba da margem direita, dos da margem esquerda até o Pirapetinga. Os mineiros caminhando na Matta de sua provincia para leste haviam penetrado naquelas terras fluminenses depois que José de Lannes Dantas Brandão, *possciara* enorme area. Um de seus irmãos fora o primeiro plantador de café pelas vizinhanças de 1834, no vale de Carangola.

Chamando para junto de si, a pouco e pouco, os parentes e amigos, com os quaes distribuira as vastas posses de que se fizera senhor, findara José de Lannes tragicamente em 1852,

assassinado por trez dos seus escravos. Ainda hoje, numerosos descendentes seus e dos seus irmãos existiam em Itaperuna, principalmente no districto de Natividade de Carangola, e dos seus irmãos vivia um ainda proximo da séde reflorida da Fazenda do Engenho, immensa propriedade da tradicional familia, celula geradora do grande municipio.

A proporção que se desenvolviam os nucleos de população formados pelos continuadores de José Lannes, ás margens dos rios Muriahé Carangola, e Itabapoana, na exploração dos vastos latifundios que pertenciam a freguezia de Santo Antonio de Guarulhos, o governo provincial, por actos successivos, ia transformando-os em novos districtos de paz, demarcando os respectivos limites, provendo-os de sub-delegacias de policia e declarando-os outras tantas freguezias. Assim surgiram, Bom Jesus de Itabapoana, Lage de Muriahé, Penha, Natividade de Carangola, Varre-Sahe e Santo Antonio de Carangola.

Descreve o nosso articulista o apparelhamento de defesa do café fluminense em 1927.

O Instituto de Fomento e Economia Agricola, cuja fundação fora alvitrada pelo presidente Feliciano Sodré na sua mensagem de 1926 á Assembléa Legislativa, era um apparelho de assistencia, organização e defesa da producção fluminense. Como a principal decorria do café, base da receita estadual e da fortuna publica, sobre elle se exercia mais decisivamente a sua acção.

Estava essa ainda em inicio, no primeiro anno de seu ensaio, sem os elementos indispensaveis para se desenvolver com toda a efficiencia possivel. Até então se limitara a regular a sahida do café para os mercados consumidores, restringindo os embarques nos centros productores de accordo com o convenio firmado, por iniciativa de S. Paulo, entre os Estados cafeeiros, afim de manter a estabilidade das cotações. E, por isto, provocara entre os prejudicados reclamações e criticas que, justificaveis em parte, representavam o tributo de todas as instituições e serviços novos.

E' que o Fomento, como vulgarmente lhe chamavam não dispunha ainda, com a necessaria largueza, de instrumentos essenciaes á sua movimentação os armazens reguladores e numerario abundante, para adeantar aòs lavradores o valor dos cafés retidos, sob garantia de deposito a prazo conveniente. Mas já agira neste sentido, arrendando dois armazens, um no Rio e outro em Nictheroy, com a capacidade de 100.000 saccas, e formando os seus fundos para adeantamentos, com o producto da taxa ouro sobre o café e a importancia de ....

10.000:000$000 em conta corrente aberta pelo governo estadual. E com taes recursos, embora parcos, já vinha acudindo ás necessidades prementes, senão da lavoura fluminense em geral ás de muitos productores, dentre os inscriptos no seu registro.

Preparava-se o Instituto para realizar a exploração dos portos de Nictheroy e Angra dos Reis.

Os arredores da capital brasileira, nucleo inicial de propagação da cultura cafeeira, cobriram-se, como todos sabem, de lavouras que os viajantes antigos tanto salientaram: as fazendolas das abas da Serra da Tijuca, do vale das Laranjeiras, das encostas do Corcovado, desde os tempos dos Condes de Hoggendorp e de Gestas, da Condessa de Roquefeuil, dos Taunay, etc. Passaram depois á outra encosta do lado de Jacarepaguá onde em 1840 havia verdadeiras fazendas visitadas por viajantes de renome como Lagreneé, Itier, le Vayer, que dellas nos deixaram interessantes noticias.

Para a historia da lavoura cafeeira no antigo municipio Neutro já nos valemos de muitas fontes, entre outras do excellente estudo de Geremario Dantas *O café na cidade do Rio de Janeiro.*

Fallando dos ultimos annos escrevia este distincto autor em 1927:

Hoje na terra carioca o café é uma riqueza que passou.

Em 1920 existiam no Districto Federal ainda 537 productores cultivando 437 hectares e colhendo apenas 5.600 arrobas ou 1.400 saccas.

Quasi toda a producção (4.600 arrobas) provem de Guaratiba; concorrendo Santa Cruz e Campo Grande com cerca de 460 arrobas cada qual. O cafesal de Guaratiba era de .... 212.540 arvores e o de Campo Grande 29.610; o de Santa Cruz 14.200.

Da producção agricola do Districto o primeiro lugar cabia ao milho (46 %) o segundo á canna (30). Vinham depois o feijão, a mandioca e o café.

Em todo o Districto só havia duas machinas beneficiadoras, em Campo Grande.

Trez sitios aliás pequenos se destacavam em Guaratiba.

Cumpria entretanto, attender, que o pequeno agricultor rural não dispensava os pés de café necessarios ao *gasto.* Algumas dezenas, algumas centenas, uns milhares de pés, estavam aqui, alli, acolá, quasi imperceptivelmente, cercando a horta, sombreando o poço, florindo no terreiro, circundando o terreiro,

escondido dentro do milharal, ou do cannavial, abastecendo a casa e tambem por vezes o vendeiro da localidade.

Era a pequena cultura, modesta, sumida, retrahida, quasi invisivel, realisando o ensinamento do velho brocardo que de grão em grão a galinha enche o papo, para perfazer na estatistica official, o computo de 84 toneladas.

Vibrantes palavras traçou Geremario Dantas ao findar o seu excellente estudo.

Se ao passar o segundo centenario da entrada do café no Brasil a contribuição carioca se mostrava tão pequena quão pouco importava!

O certo e incontrastavel era que em terras cariocas, dentro da cidade do Rio de Janeiro se formara o primeiro nucleo de mudas e sementes que, subindo serra acima e ganhando os vargedos do Parahyba inundaram o territorio fluminense. Minas, S. Paulo, Espirito Santo, Bahia, Paraná e Santa Catharina, dessa prodigiosa e incomensuravel grandeza, orgulho da mais alta e mais ponderavel força economica do Brasil perante o mundo e em face dos mesmos brasileiros

CAPITULO LXXV

Estado da lavoura mineira em 1927 — Methodos e processos

Na pequena monographia de 1927: *Estado actual da cultura do cafeeiro em Minas* devido a diversos collaboradores de Inspectoria Agricola Federal do Estado e dos agronomos, Dr. J. Victor Barbosa e Godofredo dos Santos ha uma summula valiosa dos processos cafeicultores empregados no segundo dos maiores cafesaes brasileiros.

Referem-se as observações ás diversas zonas a da Manta, do Centro, Oeste, Sul e do Triangulo. Da primeira dizia o agronomo que os seus fazendeiros não ligavam muita importancia ás propriedades physicas do solo. O importante era que fosse ou houvesse sido florestado, embora se desse preferencia ao solo de massapé. Entretanto isto se reflectia sobre a longevidade dos cafeeiros como de sobra era sabido. Mais ainda a montuosidade geral da zona onde não occorriam geadas comtudo. Ligava-se porém muita importancia á insolação. Os cafesaes plantados em *contra face* eram menos castigados e mais duradouros e productivos. Havia bastante irrigação pluviometrica, pouca saraiva, e os cafesaes se davam bem com o clima quente regional, sendo cultivados desde a altitude de 200 metros em Cataguazes, a 500 em Ponte Nova, Muriahé, Carangola, 600 em S. João Nepomuceno, Juiz de Fóra. O melhor nivel parecia occorrer entre os limites de 200 a 400 metros.

As derrubadas para lavouras novas faziam-se geralmente de maio a agosto. O preparo do solo era o mesmo para a plantação em cerejas ou em mudas. Covas de 0,33 × 0,22 sobre 0,22 de profundidade. Calculava-se o preparo do solo, para um alqueire, em 500 mil réis.

As variedades cultivadas eram o bourbon, a mais apreciada, o creoulo, ou amarello ou botucatú, (pouco diffundido) o maragogipe (pouco apreciado) e o conillon, rustico e desti-

nado a terras já cultivadas. A plantação em viveiros fazia-se sob os processos mais rudimentares; a selecção das mudas apresentava-se muito mal feita. Raros effectuavam o plantio em jacasinhos.

A plantação por mudas era pouco apreciada. Fazia-se entre 14 e 18 palmos. Admittia-se a presença de milhares de permeio aos cafesaes, nefasta pratica.

As carpas eram trez ou quatro, annuaes, e o serviço todo somente á enxada. Logo após a colheita chegava-se o cisco aos cafeeiros. Não se cogitava ainda de enleiramento senão de modo muito primitivo e insufficiente. A erosão prejudicava immenso os cafesaes. Em geral mostravam-se os fazendeiros infensos á poda, e não adubavam as lavouras senão muito mediocremente e só com a palha de café e o esterco de curral.

A rotina dos processos de cultura parecia provir muito da abundancia das terras novas e do preço elevado dos adubos. Os cafesaes de Matta começavam a produzir aos quatro annos, attingiam o apogeu dos 6 aos 15 annos vivendo 20, 25 e ás vezes excepcionalmente mais de 30 annos.

Na zona do centro não havia terras roxas mas abundavam as massapés.

O meio climaterico apresentava altitudes variando entre 700 e 1.000 metros, occorriam ás vezes geadas nas grimpas das montanhas; o preparo do solo era identico ao da Matta. Os processos os mesmos, dalli rotineiros. Só se plantava café em terra de matta virgem, a ferramenta se reduzia á enxada, machado e foice. O café bourbon aclimava-se mal e havia lavouras do Java. A plantação e os cuidados culturaes eram identicos aos da zona anterior. As carpas trez annuaes; a adubação feita sem criterio algum de estudos ou experiencias. As lavouras attingiam vantagem aos 6 e 7 annos, tinham o apogeu dos oito aos dez. Aos 20 estavam muito decadentes. Trinta arrorbas por mil pés era a média normal. Decahia ao cabo de algum tempo passando a ser de 15.

Na zona cafeeira do Oeste, entre 700 e 900 metros de altitude, havia terras roxas e catanduvas que tambem eram aproveitadas embora nellas as lavouras não fossem longevas. Ocorriam geadas e reinavam os ventos frios de sul muito prejudiciaes á productividade. Assim se tornava importante a questão da exposição solar e das faces apreciando-se os terrenos de Noruega.

Não se conheciam particularidades especiaes relativamente ao plantio, aos cuidados culturaes a não ser que se procedia á

poda senão moderadamente não se cuidando de todo de adubação verde e ainda menos da chimica.

As colheitas attingiam o apice do sexto ao decimo quinto anno das lavouras.

No sul mineiro, dizia o Dr. Godofredo dos Santos, são as condições climatericas magnificas para a cultura do cafeeiro. Nelle occorrem vastas extensões de terras roxas e massapé.

Preferiam os fazendeiros o café bourbon que chegava a dar 40 arrobas por mil pés.

Vivia pouco, porém era exigente para a qualidade das terras, e dava grãos mais leves que os das demais especies. O creoulo durava muito mais fructificava ainda aos cincoenta annos. Produzia menos que o bourbon comtudo e só começava a carregar aos cinco annos. Preferiam os fazendeiros o plantio por semente. As operações que serviam de complemento ao preparo physico do solo eram nullas, por assim dizer, naquella zona mineira. As carpas quatro annuaes; as podas se faziam muito ligeiramente. Plantavam-se os cereaes entre os renques dos cafeeiros e ao cabo de trinta e quarenta annos abundavam geralmente as lavouras convertidas em pastagens. A maturação occorria muito homogenea e a colheita se fazia até 31 de agosto. Não se experimentara ainda a colheita mecanica.

No Triangulo notam-se muitas manchas de terras roxas e massapé informou o Dr. Godofredo dos Santos, algumas extraordinariamente ferteis. As condições mesologicas são tambem favoraveis, receiando-se porém as geadas. Não se empregavam ainda nas terras do Triangulo os meios mechanicos. Davam os fazendeiros preferencia ao café bourbon. Mais precoce que aos quatro annos já produzia de 30 a 40 arrobas por mil pés.

Davam-se quatro a cinco carpas annuaes, a enxada, e permittia-se o plantio de cereaes entre os renques cafeeiros. A adubação deficiente e empirica, vinha a ser mesmo muito atrazada em seus processos.

Os cafesaes envelheciam rapidamente, dos vinte annos em diante. Nas lavouras novas notava-se uma producção de 30 arrobas por mil pés no quarto anno e no quinto de 60 a 70. No sexto verificavam-se ás vezes até cem arrobas. Começava ahi o declinio considerando-se excellente a producção de 50.

Quanto aos processos do beneficiamento a Inspectoria Agricola Federal explicava que na zona da Matta poucos fazendeiros tinham installações para o despolpamento, muitos possuiam terreiros de pedra e tijolos. Mas a maior parte dispunha de eiras de terra batida. Os grandes fazendeiros dispu-

nham de machinas proprias. Mas havia industriaes que beneficiavam o café dos pequenos lavradores. No centro mineiro raramente se usava despolpar. Só nas grandes fazendas. Ainda se notavam as velhas machinas rotineiras, pilões e monjolos que tanto prejudicavam o producto. No Triangulo alguns fazendeiros dispunham de terreiros cimentados. Em alguns lugares notava-se a presença de optimas machinas beneficiadoras.

Segundo a Inspectoria Agricola Federal do Estado de Minas Geraes, era este o cafesal mineiro em 1926-1927:

Zonas — Municipios:

Zonas Municipios	Lavouras em franca producção	Lavouras novas	Totaes
Matta (71")	218.020.000	7.675.200	225.695.200
Centro (29")	13.000.000	12.000.000	35.000.000
Triangulo (21")	8.835.500	981.720	9.817.220
Sul (64")	46.500.000	9.860.000	56.360.000
Nordeste (14")	21.000.000	2.000.000	23.000.000
Totaes	307.355.500	22.516.920	329.872.420

Assim, pois, dois terços do cafesal mineiro se concentravam na Matta cujos principaes municipios eram:

	Lavouras formadas	Lavouras novas
Muriahé	24.650.000	2.400.000
Carangola	15.250.000	840.000
Juiz de Fóra . . .	15.826.400	500.000
Mar de Hespanha.	14.390.000	60.000
Ponte Nova . . .	12.325.000	140.000

No Centro avantajavam-se Conceição (trez milhões) Pequi (2.000.000) Palmyra (1.700.000).

No Triangulo Conquista (2.695.000) S. Gothardo .... (960.000). No sul S. Sebastião do Paraizo (6.000.000) Monte Santo (4.600.000) Arceburgo (4.575.000) Paraisopolis (3.300.000) Varginha (3.250.000) Guaranesia ...... (3.200.000) Caracol (2.800.000) Guaxupé (2.800.000). No Nordeste Theophilo Ottoni (15.500.000) Aymorés ..... (3.200.000) Peçanha (1.700.000).

A producção fora em 1926:

	Kilogrammas
Mattas	136.583.135
Centro	8.500.000
Triangulo	8.626.500
Sul	28.200.000
Nordeste	10.000.000
Total	191.909.135

As médias vinham pois a ser as seguintes:

	Arrobas por mil pés
Matta	40
Centro	42
Triangulo	57
Sul	50
Nordeste	57

Fallando em 1922 da tributação a producção cafeeira de Minas Geraes dizia o Dr. Ribeiro Junqueira, com a sua autoridade de grande fazendeiro, banqueiro e politico, que no seu municipio de Leopoldina um cafesal de 52.000 pés novos, formado por provecto lavrador exigira de seu proprietario, em cinco annos, para o formar 98:465$000; ahi se computando o valor do terreno das bemfeitorias e juros do capital inicial.

Na zona montanhosa o cafeeiro durava em média 20 annos, dos quaes trez quartos em producção lucrativa. O capital empatado exigiria para a sua recuperação 12:854$000 annuaes. A média de sua producção nos 15 annos uteis não iria além de 30 arrobas por mil pés. A arroba até embarcar na estrada de ferro ficava ao fazendeiro, como custeio e colheita, transporte e beneficiamento, juros e amortização de capital em 19.740. O frete, impostos, armazenagem, corretagem, etc. sobrecarregavam-na de 26$926 por sacca. Assim no mercado do Rio ficaria a 26$740. Ora o preço de venda era 31$600 naquella occasião. Restavam ao fazendeiro 4$860 com que devia fazer face aos impostos municipaes e federaes, á subsistencia propria e da familia, á conservação das estradas, etc.

Eram muito mediocres, senão precarias, pois, as condições dos lavradores de Matta mesmo em face dos excellentes preços então correntes.

No sul mineiro segundo estava informado não eram melhores. Não fossem a sobriedade, a tenacidade e a capacidade do trabalho do lavrador mineiro, a lavoura do Estado teria naufragado. Queixava-se o articulista da majoração continua da imposição sobre o café, que crescia annualmente, lembrando que o café contribuia para os orçamentos estaduaes com mais da metade da receita, geralmente.

Nesta época em Minas eram correntes estes typos de classificação: moka ou moka grande, mokinha ou moka miudo, chato ou chato ligado, chatinho, miudo, quadradinho, coquinho e cabeçudo, escolha e lavrado.

A maioria dos lavradores vendia a sua safra a intermediarios agindo por conta propria ou representando grandes firmas. Raros os que remettiam o producto aos mercados mais importantes.

Ainda em 1927, frisava Urbino Vianna em seu *O café no Norte de Minas* que o cafesal do norte mineiro, se devia a comboeiros bahianos vindos de S. Paulo. Haviam trazido sementes da rubiacea tendo sido Rio Pardo o ponto de primitiva cultura e irradiação da zona.

Em onze municipios havia então 3.196 fazendas maiores e menores com cerca de 7.500.000 arvores produzindo, cerca de 4.600.000 kilos o que dava uma média de 60 arrobas por mil aproximadamente. Mais de quatro quintos da lavoura do septentrião mineiros se concentrava nos quatro municipios de Arassuahy (3.000.000) Jequitinhonha (1.500.000) Salinas (1.200.000) Rio Pardo (800.000). Estes numeros estão porém em notavel desaccordo com os da Inspectoria Agricola Federal de Minas Geraes, alguns em contradicção violenta até.

A aproximação do bi-centenario do café trouxe certo numero de artigos e monographias municipaes mineiras em que se accentuou a preponderancia do café no conjuncto da riqueza local. Assim o que escreveu o Dr. Edmundo Rodrigues Germano sobre Muriahé que elle qualificou de *gigante da cultura cafeeira.*

O municipio de S. Paulo fora em 1906 o mais importante dos da Matta. Em 1919 produzira quasi 80.000.000 de kilos em 1.068 fazendas das quaes 37 possuiam excellentes machinas beneficiadoras. Em 1926 dispunha de 26 milhões de cafeeiros produzindo 14.800.000 kilos mais de 55 arrobas por mil pés, excellente média para a zona.

Juiz de Fóra apezar de seu grande progresso industrial, continuava a ser notavel centro cafeeiro frisava contemporaneamente o Dr. Luiz Penna em seu *Um grande centro cafeeiro.*

Mantinha a sua velha e galharda posição da era imperial. Em 1919 contava um cafesal de cerca de 17.500.000 arvores com 625 fazendas entre as quaes 91 com apparelhamento completo de beneficiamento. Possuia meio milhão de pés de lavouras novas e a sua producção de dez e meio milhões de kilogrammos correspondia a uma boa média de 60 arrobas por mil pés.

Carangola era outro municipio em que a cafeicultura se mantinha importantissima escrevia o Dr. Waldemar Soares na mesma occasião. A sua média era de cincoenta arrobas por milheiro de pés. Tinha 24 milhões de cafeeiros com 840.000 pés novos.

Tratando do futuro da lavoura cafeeira em Minas Geraes, e em 1927, escrevia um articulista que o café era o principal propulsor da riqueza da terra do Tiradentes.

Agente de riqueza, factor demographico de primeira ordem agia ainda como centro de evolução politica, base de outras lavouras a provocar o incitamento vigoroso do surto industrial e pastoril do Estado.

Além do fazendeiro beneficiava a compradores de café, por conta propria e por conta de terceiros realizadores de grandes negocios em torno do producto, destinado ao consumo interno ou a exportadores.

Os compradores e beneficiadores de café estabeleciam-se geralmente nas sédes dos municipios.

Dos fazendeiros, muitos residiam nas respectivas propriedades, havendo innumeros que, com o advento da prosperidade, preferiam a alegria e o confronto das cidades á solidão e desconforto dos sitios agrestes.

Especialmente agora, quando as estradas de rodagem se ramificavam por todos os lados, nas regiões cafeeiras, e que os automoveis rapidamente por ellas trafegavam, notava-se uma especie de lenta migração dos proprietarios ruraes para os centros urbanos onde, se installavam em bons predios.

A União e o Estado tiravam proveito indirectos do café mineiro com o progresso material das zonas em que elle imperava, progresso cada vez mais accentuado.

A primeira, como proventos directos, fretes das ferrovias e a incidencia do imposto de consumo sobre o producto, a taxa relativa ao café torrado ou moido.

O segundo, como proventos directos além dos fretes ferroviarios, as fortes contribuições do imposto de exportação da sobre-taxa do café decorrente do Convenio de Taubaté, fazendo parte da receita ordinaria do Estado desde 1907, a taxa addicional o imposto sobre sacca remettida para fóra do Estado, para a defesa do producto.

A União aproveitava-se ainda, da taxa sobre as operações a termo, metade paga pelo comprador e a outra pelo vendedor, 100 réis por sacca, mas esta taxa produzira uma insignificancia, em 1921, 41$544. E o Estado aproveitava-se ainda da taxa de estatistica, que instituida em principio cobrada sobre cada sacca de café exportada, — a razão de 150 ou 250 réis, respectivamente, conforme o acondicionamento em algodão ou aniagem, cobrada á razão de 1 real por kilogramma, sobre o café exportado, com frete a pagar fóra de Minas.

A sobre-taxa do café rendera muito ao Estado, em 1921.

As municipalidades cobravam bastante do imposto sobre usinas de beneficiamento e rebeneficiamento, assim como do imposto sobre armazens e depositos.

Não havia termo de comparação entre as arrecadações federaes estaduaes e municipaes dos municipios cafeeiros e os demais.

Minas, era segundo o censo federal de 1920 o segundo Estado do paiz, na area cafeeira cultivada com 156.998 hectares; no numero de pés do arbusto existentes, com .... 488.036.200; na quantidade de estabelecimentos ruraes possuidores de machinas de beneficiar café, com 1.721; e na producção com 2.527.503 quintaes. No numero de estabelecimentos productores já se tornara naquelle anno o primeiro, com 41.393.

Assim, não era de admirar o desenvolvimento cada vez mais intenso que iam tendo as suas regiões onde imperava a rubiacea.

Os dez municipios mineiros que, possuiam maiores totaes de areas empregadas nas culturas agrarias, em geral pertenciam justamente a grandes zonas cafeeiras; suas terras e bemfeitorias muito valiam.

Assim Juiz de Fóra com 71.209 contos, Cataguazes ..... (27.174) Carangola (26.646) Cavatinaga (26.526) Ubá (25.758) Manhuassú (22.220) Ponte Nova (21.723) etc.

O café apezar de constituir sempre para os precavidos mineiros, avessos á especulação, um agente de riqueza, causava-lhes por vezes embaraços, com os naturaes transtornos do commercio.

Em 1927, devido á restricção de transportes, imprescindivel á defesa da enorme safra corrente muitos fazendeiros se viam apertados pecuniariamente, para com os seus credores, por não poderem dar escoamento regular ao seu producto observava o articulista.

Viam-se forçados em taes condições a recorrer aos bancos, que frequentemente se fechavam para elles, ou aos capitalistas, cobrando juros avultados.

Pequenos productores preferiam mesmo, em vista disso, entregar os seus cafés a compradores opportunistas, por preços reduzidos.

Alguns na "Zona da Matta", chegavam a trazer o seu producto, de longe, ás estações da Leopoldina, para ahi passarem pela decepção de não poderem embarcal-o por já haver sido attingido o limite maximo das remessas que competiam aos respectivos municipios. Constrangidos então, e por não existirem armazens de deposito, vendiam-no muito barato, a 14$000 ou 15$000 a arroba.

Fora e era real a influencia do café como elemento demographico.

Após principiarem, nas zonas da "Matta" e no Sul, as culturas intensivas da rubiacea, deram-se migrações de trabalhadores de outros pontos do Estado para aquelles, onde encontravam terrenos mais novos menos caros e mais ferteis.

Em fins do seculo XIX, as ferro-vias começaram a procurar aquellas regiões, por causa do seu progresso, progresso do qual fora primordial factor o café. E das estradas de ferro se originara o augmento das populações.

A colonisação, oriunda tambem do producto, contribuira para o crescimento demographico das zonas cafeeiras.

Eram os municipios cafeeiros aquelles onde avultavam os extrangeiros, como acima de qualquer outro Juiz de Fóra (6.062).

Como estimulo a outras riquezas a cultura cafeeira provocava a cerealifera e pastoril.

Os grandes municipios consagrados á rubiacea mostravam-se tambem grandes municipios pastoris.

Dentre elles destacavam-se Juiz de Fóra, Caratinga, Carangola, Paraisopolis, Ponte Nova, Manhuassú, Cataguazes, Ubá, Muriahé, etc.

Ainda era cedo para que se percebessem provas manifestas de franca ruina cafeeira, nas regiões achegadas ao rio Parahyba do Sul. Essa ruina ja começara porém; e só não fora e não era mais veloz graças á prodigiosa uberdade das

terras, porque em Minas nada se praticava ainda com respeito á applicação racional dos adubos.

Incontestavelmente, o café estava seguindo os roteiros do Norte e Oeste. Do curso do Parayba do Sul alcançara o vale do rio Doce como alcançara o Rio Grande.

Era de crer que, para o futuro attingisse o S. Francisco ao Norte, triumphasse no vale do Rio Grande, no Oeste, e tomasse a directriz do Paranahyba no Triangulo, com rumo a Goyaz.

CAPITULO LXXVI

Depoimento sobre uma zona recente de cafeicultura — Aspectos da noroeste paulista em 1927

Depoimento interessante sobre o surto cafeeiro, na Noroeste Paulista é o que o Dr. Eduardo Müller de Campos publicou, em 1927, sob a epigraphe: *Notas de uma viagem á Noroeste do Estado de São Paulo.*

Impressionou-o sobremaneira o enorme desenvolvimento das lavouras da zona que era realmente um Eldorado para os que sabiam aproveitar a riqueza das terras.

Alli havia mais de cem milhões de cafeeiros, formados com mais de quatro annos contando ainda cerca de cincoenta milhões de pés de lavouras novas.

Calculava o Dr. Campos a superficie das terras cafeeiras em 300.000 alqueires com capacidade para mais 500 milhões de arvores. A nova zona comportava um cafesal quasi identico ao já existente no Estado de S. Paulo.

A média da producção mostrava-se enorme, cem arrobas por mil pés em geral occorriam frequentes as cargas de 150.

A valorisação das terras era incrivel. Quando em 1912 se podia comprar um alqueire a 20$000 e 30$000, este mesmo alqueire passara avaler, em 1927, 1, 2, e até 3:000$000. Em Lins um fazendeiro que comprara terras, em 1920, a 100$000 o alqueire não as vendia por 3:000$000. Dahi uma valorisação de 30 vezes o valor da compra, em 6 annos!

Em Biriguy, a S. Paulo Land Lumber Colonization C. comprara, em 1911, 50.000 alqueires de terra. Dispunha então do capital de 800:000$000. Em 1927 cada alqueire valia de 2 a 3:000$000 o que queria dizer que o valor centuplicara em 15 annos. A Companhia vendera 48.253 alqueires, divididos em cerca de 2.300 lotes ou sitios e o seu capital fora elevado a 10.000 contos.

O desenvolvimento das cidades e vilas era formidavel. Lins, cidade de 7.000 habitantes tinha 6 annos. As fundações das outras cidades datavam de 4, 5, 6 e até 14 annos no maximo. A zona da Noroeste podia ser muito mais adiantada se não houvesse grande barreira ao progresso por parte da E. de Ferro Noroeste do Brasil, construida em 1908 com material pessimo e conservação peior, estações insignificantes. Em seu trafego não havia absolutamente observancia de horario.

Em Biriguy, penultimo municipio da zona existiam 7 milhões de cafeeiros formados de uma média de 8 a 9 annos e com uma producção de 100 arrobas por 1.000 pés. Além das do café occorriam muitas plantações de cereaes. Só de arroz, produzira em 1926 cerca de 400.000 saccas das quaes a maioria se perdera por falta de transporte.

Penapolis contava cerca de 8 milhões de cafeeiros, de 8 a 14 annos, em esplendidas lavouras, todas de 16 a 18 palmos de distancia, arvores de mais de 3 metros de altura e tão encorpadas que com difficuldade deixavam passar um homem. A média de producção era de 120 arrobas, com talhões com carga superior a 150 arrobas. No municipio existiam ainda terras para plantar quatro vezes o existente. As maiores fazendas pertenciam a capitalistas de Santos ou S. Paulo, e eram dirigidas por administradores. Viu o Dr. Campos uma fazenda com 700 alqueires de terras e 170.000 pés de 9 a 14 annos, 130.000 de 3 a 4 annos, quasi formados, pela qual o dono rejeitara, em 1924, 4.000 contos, dinheiro á vista. Esta fazenda aliás dera em 1924, um lucro liquido de 1.200 contos, tendo custado em 1920, 350 contos apenas.

Lins com os seus 14 milhões de cafeeiros formados, e cerca de 6 milhões em formação, dispunha de terras para o plantio de mais 50 milhões. A média da producção era de 100 a 120 arrobas por 1000 pés e a idade média de 7 a 8 annos. O custeio vinha a ser de 500 a 600 réis por pé, devida a todo fazendeiro precisar permittir o plantio de cereaes pela facilidade em obter braços. As boas fazendas valiam 8$000, 9$000 e 10$000 por pé, e deixando assim mesmo 30 % de lucro, devido á boa producção.

Pirajuhy em 1927, maior municipio cafeeiro de S. Paulo, tinha 36 milhões de cafeeiros formados e cerca de 16 milhões em formação. As mattas virgens davam ainda agora outro tanto. A media era superior a 100 arrobas por 1.000 pés.

Visivel a todos o grande futuro reservado á Noroeste, que dentro de 5 annos poderia produzir uns 5 milhões de

saccas, tendo terras sufficientes para o dobro. Precisava de boa estrada de ferro, e de muita população.

Havia entretanto ponto importante a notar os fazendeiros em toda a zona tratavam mais de produzir quantidade do que qualidade muito poucas fazendas dispunham de bons terreiros e boas machinas. Era porém de esperar que com o tempo voltariam as vistas para a melhor do typo e qualidade.

CAPITULO LXXVII

Lavouras do Paraná — A cultura em S. Catharina, Goyaz e Matto-Grosso

Em 1927 escrevia um articulista que a cultura cafeeira paranaense espalhara-se no norte do Estado medrando os cafesaes em condições sobremodo favoraveis nos municipios de Jacarezinho, Colonia, Ribeirão Claro, Santo Antonio de Platina, Thomazina, Cambará S. José da Boa Vista e Carlopolis.

A zona cafeeira do Paraná, comprehendia os municipios de altitude de 500 a 600 metros e temperatura de 20 a 28° no verão e 6° a 10° no inverno.

As geadas prejudicavam enormemente as plantações de alguns lugares apparecendo com os invernos rigorosos.

As principaes variedades cultivadas eram então: Bourbon, Java, Vermelho ou Botucatú e Commum ou Creoulo.

A mais apreciada vinha a ser a Creoula ou Commum, por ser rustica, muito productiva, de grande vitalidade e pouco exigente, quanto á natureza do terreno.

As terras mais preferidas eram as chamadas terras roxas, profundas, ferteis, chegando mesmo a uma profundidade de 12 metros.

O solo dos cafesaes recem-plantados era em geral de diabase, grês e arenito; ás vezes piçarra com nucleos de diabase vulgarmente chamados *cabeças de negro*.

Os fazendeiros preferiam os terrenos inclinados, para o lado do norte, menos sujeitos ás geadas e abrigados dos ventos frios do sul.

As terras destinadas ao estabelecimento da cultura cafeeira, eram geralmente cobertas de matta a ser roçada, derrubada encoivarada e queimada como se praticava por toda a parte aliás.

No Paraná, a plantação do cafeeiro feita, na maioria dos casos, em lugar definitivo, não sendo usado o systema de viveiros, para as mudas.

Um ou outro fazendeiro, por excepção, transplantavam as mudas quando attingiam de 25 a 30 centimetros. Nos mezes de julho a agosto, escolhiam-se as mudas desenvolvidas, das quaes retiravam uma pequena porção do systema radicular, procedendo á capação.

Nesse caso, tornava-se preciso defender as plantinhas dos raios solares em abrigos de madeira, protegidos com palha.

A plantação fazia-se por sementes e em covetas, de 50 por 40 centimetros, collocando-se 5 a 10 sementes em cada cova.

Germinadas fazia-se o desbate, deixando-se apenas 4 individuos.

A distancia das covas era de quatro metros a vista da corpulencia que as arvores assumiam.

Os colonos plantavam o primeiro anno quando o cafesal se achava ainda em formação milho a granel no segundo anno, duas carreiras do mesmo cereal no terceiro, uma carreira de milho e no quarto duas fileiras de feijão.

Raramente era adoptada a adubação, á vista da exuberancia das terras virgens.

Reduzia-se ao emprego da palha do café e do bagaço da mamona.

Os tratos culturaes consistiam em capinas e coroações, capinas feitas a enxada, nos quatro primeiros annos.

No sexto anno alguns fazendeiros usavam carpideiras Planet Junior, arados *bico de pato* e ciscadores.

A coroação consistia em limpar o cafeeiro, em derredor, num raio de um metro aproximadamente.

A colheita se fazia á mão.

As cerejas derriçadas depois de passadas em peneira eram ensaccadas e conduzidas ao terreiro, onde se accumulavam até o inicio da fermentação.

O espalhamento do café no terreiro se fazia pela manhã, quando não havia orvalho.

Quando ameaçava chuva, era o café coberto por encerados ou transportados para lugares seguros. Como vemos os methodos paranaenses eram os mesmos de S. Paulo.

O beneficiamento realisava-se mecanicamente.

Os principaes typos de café vinham a ser: chato, marinheiro, miudo e quebradinho.

O café era ensaccado em saccos de 60 kilos, para entrega na praça. As unicas pragas causa de prejuizos á cultura até então conhecidas vinham a ser: a *Hecterodora radiculat* ae a cigarra.

A formiga saúva tambem atacava os cafeeiros.

O grande temor dos lavradores provinha da geada que frequentemente aniquilava as lavouras novas dos audazes desbravadores das grandes mattas cujo solo era o mais productivo de quantos haviam sido aproveitados para o café.

Verificavam-se as segunites producções medias por mil pés em 1924-1925.

	Arrobas
Ribeirão Claro	116
Jacarezinho	72
Thomazina	44
Santo Antonio de Platina . . .	47
Colonia Mineira	43
S. José da Boa Vista	63

Convinha recordar comtudo que a maioria destas lavouras, ainda não muito avultavam, aliás, eram novas não attingindo a dos seis municipios a quinze milhões de cafeeiros.

Escrevendo em 1927 sobre a cultura do café goyano lembrava o major Henrique Silva que em larga zona de Goyaz havia pequenos cafesaes sub-expontaneos e não nativos. Calculava-se em mais de um milhão as arvores espalhadas aqui e acolá.

Em 1918 apparecera a primeira tentativa seria em maior escala de se obter um cafesal regular a do italiano João Sival. No dizer do Dr. Euler Coelho, inspector agricola, Annapolis plantara cem mil cafeeiros. Calculava-se o cafesal goyano em mais de cinco milhões de arvores assim distribuidas pelos municipios mais importantes:

	Pés
Annapolis	1.533.000
Corumbá	554.000
Pouso Alto	500.000
Catalão	400.000
Santa Luzia	370.000
Itaberahy	60.000

O maior fazendeiro do Estado era o Sr. João Stira, em Annapolis. Havia pequenas lavouras ainda em Goyaz, Pyrinopolis, Bomfim, Jatahy, Campinas, Bella Vista.

Em 1914 avaliava o presidente Olegario Pinto que ..... 5.280.000 pés de dez municipios haviam dado 133.300 arrobas o que correspondia a uma média geral de 25 arrobas por mil pés, média muito baixa.

Mas o major Silva contestava esta cifra dizendo que a media, muito variavel, era de oitenta arrobas por mil pés. Havia municipios em que se haviam verificado safras de 150 arrobas por mil pés. No de Trindade vira-se um cafesal de 3.000 arvores dar 700 arrobas! uma média de 233 arrobas por milheiro de pés! enorme, igual a das mais afamadas terras cafeeiras de S. Paulo e Paraná e que o Sr. H. Silva mal informado affirmava não ter paridade em "parte alguma do mundo"!

Em Goyaz notavam-se arvores centenarias, plantavam-se de 5 a 7 mudas por cova, havia quem fizesse 5 e 6 carpas annualmente e já se podava, mas quasi não se adubava ainda. A colheita era como em S. Paulo. Os cafesaes começavam a dar aos trez annos.

O Visconde de Taunay em seu *Goyaz na Exposição Nacional de* 1875 previa grande surto cafeeiro nas terras goyanas. Vira enormes cafeeiros carregadissimos no sul da provincia que em 1865 produziram 62.600 arrobas das quaes se exportaram 33.200, havendo progresso continuado na lavoura provincial.

No quinquiennio de 1921 a 1925 exportara Goyaz, escrevia o Major H. Silva.

Em	Saccas
1921	13.575
1922	13.970
1923	8.286
1924	18.515
1925	11.050

O Sul de Goyaz apresenta terras cafeeiras magnificas. A onda cafeeira estacionada em Conquista e Sacramento, no Triangulo Mineiro, occupara boas manchas de Uberaba, Uberabinha e Araguary, transpuzera o Paranahyba e invadira Goyaz em Rio Verde, Bananeiras, Morrinho, Jatahy, Mineiros etc. occupando terras onde o padrão era em geral excellente.

Entre as duas Santa Rita, a de Paranahyba e a do Araguaya havia uma faixa de terras magnificas.

A 15 de fevereiro de 1927 escrevia um articulista, citado pelo major H. Silva, a fallar de outra penetração cafeeira.

"A onda dos cafesaes transpoz o Paranahyba, em Catalão, procurou Corumbahyba, Goyandira, Ipamery, Santa Cruz, Bomfim, Pouso Alto, Caldas Novas, Bella Vista, Palmeiras, Annapolis, e Planalto Central. Em Annapolis encontrou o seu melhor e mais perfeito "habitat". Annapolis é o Ribeirão Preto da zona cafeeira goyana. Grandes plantações e todas com grande successo. As propriedades por onde passou o café tem tido enorme valorização. Os paulistas, acompanhados do colono italiano, estão em Annapolis e nos demais municipios cafeeiros. Aguardamos os resultados do censo cafeeiro em Goyaz, porém, podemos affirmar que já foi muito ultrapassada a primeira dezena de milhões de pés. A onda verde levou comsigo as estradas de automoveis.

Interessante adminiculo á historia do café trouxe-nos um artigo do Dr. Mario Correia, por occasião da passagem do segundo centenario cafeeiro — o café em Matto Grosso.

Engana-se o erudito autor quanto á data da introducção do cafeeiro no grande estado central e fronteiriço que no seu dizer "segundo historiadores autorisados" se verificara por volta de 1871, quando se sabe que já em fins do seculo XVIII Lacerda de Almeida, avistara cafeeiros a margem do Guaporé e em 1826 Hercules Florence vira cafesaes pequenos no norte da provincia.

José de Lara Pinto, no anno de 1874, possuia, em plena producção cerca de 8.000 pés de cafeeiros plantados em sua propriedade *Bom Fim*, no districto da Chapada, municipio de Cuyabá.

Segundo E. Mendonça nas suas *Datas Mattogrossenses*, a primeira colheita feita por Lara Pinto, em 1874, fora de 30 alqueires, crescendo essa producção a 240 alqueires em 1875 e ao dobro em 1876, quando, pela primeira vez fora parte desta producção, exposta á venda no mercado publico de Cuyabá.

Pensa o Dr. Correia que a chapada do districto de Cuyabá foi o ponto de partida da cafeicultura mattogrossense.

De 1876 até certa época, que não poderia precisar por falta de elementos historicos a cultura do cafeeiro prosperara em alguns municipios do Estado, como nos de Nioac, onde fora florescente cahindo depois em completo abandono. Nos m unicipios de Caceres, Rosario, Oeste, Matto Grosso e Cuyabá,

encontravam-se vestigios de grandes plantações ou de plantações regulares, antigas, vendo-se, principalmente no municipio de Matto Grosso, extensas areas de mattas onde centenas de cafeeiros tinha resistido á acção do abandono e do tempo.

Depois de longo abandono talvez em parte provocado pela extincção do elemento servil voltara o café a ser cultivado, a partir de 1923 em virtude da grande alta de preços.

As principaes lavouras em 1927 existiam em Campo Grande (250.000) pés Cuyabá (50.000) Trez Lagôas ..... (10.000) Caceres (10.000) Rosario (4.000).

Avaliava-se o cafesal mattogrossense em cerca de 400.000 arvores produzindo apenas 7.500 arrobas por serem as lavouras novas. Esperava-se que em 1930 fosse a producção o dobro o que aliás dava média muito fraca de 26 arrobas por mil pés.

Em algumas fazendas do Estado, como nas de Campo Grande, principalmente na colonia japoneza, a cultura se assemelhava a das grandes plantações paulistas, apenas o trato cultural era feito á enxada, não se observando tambem a pratica racional da póda.

Praticava-se o ensombramento em geral pelo ricino.

Poucos lavradores plantavam o cafesal em terreno virgem. A maioria fazia preceder a cultura pela dos cereaes.

Em quasi toda a zona cafeeira, a primeira fructificação se verificava aos trez annos de idade, havendo casos em que a planta fructificava mesmo aos dois annos depois do plantio.

A floração occorre nos mezes de agosto e setembro, e algumas vezes em julho. A colheita vai de maio a julho.

Segundo se tem noticia, o amadurecimento do fructo só é uniforme na zona de Rondonopolis, mas, no geral, nas demais zonas, notam-se fructos maduros e verdes durante a colheita.

O producto é aliás bom. A distancia da plantação era então de 17 palmos e o beneficiamento em Matto Grosso ainda se effectuava de modo muito primitivo. As melhores lavouras davam cerca de 55 arrobas por mil pés.

Segundo informações de lavradores idoneos, o cafeeiro em Matto Grosso póde durar até 50 annos, facto este que documenta as possibilidades do meio para a cultura da rubiacea.

As variedades cultivadas são as communs.

A colheita era então exclusivamente feita pelo systema commum posto em pratica pelos demais Estados cafeeiros a saber á mão.

Abriam-se grandes perspectivas á cultura cafeeira em Matto Grosso na zona do planalto de optimas condições agro-

logicas e climatericas em enorme area de altitudes entre 450 e 800 metros.

Uma vez resolvido o problema do braço, pela immigração do transporte pelas estradas de ferro e de rodagem, problemas estes que, sem a menor duvida, attrahiriam o capital e a iniciativa de elementos propulsores da grandeza do Estado, tomaria a cafeicultura notavel surto, augurou o Dr. Mario Correia.

Fallando da cultura catharinense cafeeira, escrevia em 1927 o Dr. Alvaro Tavares da Cunha Mello interessantes notas sobre a lavoura do estado meridional numa pequena memoria: *O café catharinense.*

Lembrava que desde muito o producto de S. Catharina tinha excellente renome quer no Sul do Brasil quer no Norte, onde muito se reputava o chamado *café da ilha*. Chegara a haver grandes plantações que depois de 15 de novembro haviam desapparecido. Por toda a parte se estabelecera a subdivisão da terra.

O plantio do café subsistira não havendo no emtanto grandes productores.

O exportador encontrava-se na contingencia de reunir varias colheitas pequenas — deduzido de cada uma o consumo proprio do colono — para organizar uma partida capaz de supportar as chamadas despesas geraes de embarque. O mercado de Florianopolis era o entreposto deste commercio. Os compradores da producção, exposta em feiras semanaes eram conhecidos pela alcunha de *pombeiros*. Tinham actividade admiravel, em periodos de escassez de qualquer producto sahiam em demanda das proprias colonias a fazerem a acquisição do que encontravam.

Outro motivo entre os que determinaram o desinteresse dos lavradores do estado meridional pelo plantio de café, não menos relevante do que o estabelecimento da pequena lavoura, corolario da pequena propriedade, fora a policultura. Assim o genero catharinense não poderia nunca resistir á concurrencia do café na *grande manufactura* paulista.

As plantações catharinenses, todas de café creoulo, eram, em geral, desordenadas e por vezes formavam verdadeiros bosques sem insolação interna. Em todo o caso estavam immunes de pragas e molestias. Raramente se encontravam viveiros de mudas. Ensombravam-se os cafeeiros com receio das geadas.

Pequena a productividade mas as arvores davam productos muito caros ao paladar pela suavidade.

Os tratos culturaes reduziam-se a uma limpa a enxada ou duas roçadas á foice, annualmente. Os talhões começavam

a produzir ao cabo de trez annos. As floradas sobrevem em S. Catharina em novembro e dezembro e a colheita se faz de junho a novembro. Muito raros os terreiros que não fossem de chão batido. O systema de beneficiamento era em geral o mais primitivo. Muito raras machinas e pequenos monjolos a agua e a boi. Raros descascadores mecanicos existiam. Fazia-se muito a socagem a pilão e nem se cogitava da separação de café por typos. Como vemos a industria ainda se mostrava muito primitiva.

Eram estes os dados officiaes sobre a safra, exportação e valor do café exportado.

Annos	Colheitas @	Exportação @	Valor da exp.
1922. . . .	121.133	283.000	583:969$000
1923. . . .	105.480	51.800	1.265:010$000
1924. . . .	101.000	30.460	1.010:735$000
1925. . . .	60.800	13.733	514:093$000
1926. . . .	43.200	10.600	390:978$000

O cafesal catharinense o principal era o da Ilha e dos municipios vizinhos Biguassú (o maior do Estado) Tijucas, Palhoça, Porto Bello, Camboriú, S. José num total de pouco mais de trez milhões de arvores de quasi cinco milhões de pés em todo o Estado. Na zona colonial itajahyense havia em Blumenau, Itajahy, Nova Trento, Brusque quasi oitocentos mil — No sul: em Laguna, Imbituba, Tubarão pouco mais de 300.000. No norte em Joinville, S. Francisco pouco mais de 400.000.

Assim se distribuia o cafesal do Estado no dizer do Dr. Cunha Mello, segundo os municipios:

	Arvores
Biguassú	700.000
Porto Bello	600.000
Florianopolis	600.000
Itajahy	500.000
Palhoça	350.000
Tijucas	330.000
Camboriú	340.000
Joinville	250.000

Laguna	250.000
S. José	130.000
Blumenau	100.000
Paraty	90.000
Nova Trento	70.000
Brusque	40.000
Tubarão	40.000

Em 1928, tivemos o ensejo de ver em S. Catharina assaz grandes plantações de café novo bem plantado e alinhado segundo os methodos dos paulistas sobretudo em Camboriú, Caldas da Imperatriz, Porto Bello, em fazendas já dispondo de bom apparelhamento para o beneficio.

CAPITULO LXXVIII

Flagellos do cafesal e do café — Estudos de Eugenio Rangel — O Serviço da Defesa contra a Brôca — Programma do Dr. Arthur Neiva — Relatorio de trabalhos do serviço no primeiro triennio de existencia — Determinação scientifica do Stephanoderes — Estudos sobre a biologia do coleoptero — O repasse e o expurgo da colheita — Progressos da infestação — Prognosticos sombrios

Escrevendo em 1927 em *O Café* assignalava Eugenio Rangel em seus *Os inimigos vegetaes do cafeeiro,* diversas pragas.

Assim a ferrugem, a *Hemileia vastatrix,* Berkeley e Brooms, que devorara os cafesaes de Ceylão e quasi liquidara os de Java.

Haviam os hollandezes aclimado o *Coffea robusta* menos susceptivel aos estragos do terrivel fungo que felizmente era desconhecido no Brasil já havendo porém diversos alarmes neste sentido, como em 1922 o que levara o ministro Miguel Calmon a prohibir a entrada no Brasil de qualquer rubiacea.

O maior perseguidor dos nossos cafesaes era a *Omphalia flavida* de Maublanc e Range, cujos estragos se limitavam á zona sub tropical maritima pois era fungo da humidade, não transpondo as serras.

O *Colletotrichum coffeatum* de Noacke a *Cercospora coffeicola* de Berkeley e Cooper, causador da *doença dos olhos pardos,* não determinavam grandes damnos. A boa illuminação e o arejamento dos cafesaes os debellavam.

A *fumagina* provinha do *Capnodium brasiliense* de Pettemans. Era epiphyto vivendo de excrecções de insectos parasitarios do cafeeiro.

O *Cephaleuros virescens* de Kunze poucos estragos causava assim como a *Spharella coffeicola* de Cooke. O *corticium* como o *javanicum* passavam, entre os autores extrangeiros,

por damnificar nossos cafesaes mas o provecto autor declarava não saber se já haviam sido verificados no Brasil.

As doenças radiculares fungicas só se assignalavam em casos raros e esporadicos sem a determinação precisa do agente responsavel.

Em summa o estado sanitario da lavoura cafeeira do Brasil era satisfactoria sob o ponto de vista dos flagellos fungicos. Convinha porém estar attento contra a intromissão de males exoticos.

Na mesma data em que Eugenio Rangel traçava estas considerações escreveu o provecto entomologo e carcinologo Dr. Carlos Moreira, interessante apanhado sobre os insectos nocivos ao cafeeiro no Brasil.

Lembrou que antes da broca, do *Stephanoderes hampei*, estava o cafesal brasileiro indemne por assim dizer das pragas entomologicas.

Seria em todo o caso razoavel que o douto autor recordasse que nem sempre assim fôra e que pelos annos de 1860 soffrera horrores por parte do microlepidoptero *Elachista coffeella*, ou *Leucoptera coffeella*, de que largamente tratámos.

A seu respeito falla muito perfunctoriamente sem lhe recordar os terriveis estragos das vizinhanças de 1860.

Em 1924 começaram a espalhar-se noticias as mais desagradaveis a respeito da apparição, em Campinas, do *Stephanoderes hampei* terrivel assolador do cafesal javanez a que quasi reduzira a zero. Lugares houvera em que devorara 80 por cento das safras!

Originario do territorio de Uganda, transportado com as sementes do cafeeiro para as Indias Neerlandezas, segundo parece, em 1916, já a seu respeito se manifestara Navarro de Andrade em seu relatorio por nós já citado.

Até então no dizer de Moreira os insectos nocivos ao cafeeiro eram dos isopteros o *Termesdirus* ou *cupim*. Dos tisanopteros citava-se o *Heliothrips rubrocintos* cujos estragos vinham a ser mediocres.

Entre os *homopteros* duas cigarras a *Carineta fasciculada* e a *Fidicina pulata*, ou cigarrinhas que vivendo no raizame depauperavam as arvores. Entre os afideos o *Toxoptero aurantia*, pulgão das laranjeiras devorava a folhagem tenra do cafeeiro.

As *cochonilhas*, ou *coccidios* eram as que mais prejudicavam as lavouras. Dellas havia onze nefastas em grão diverso.

A peor talvez fosse o *vermelho* (*Cerococcum paraibensis*) devastador dos cafesaes do Nordeste sobretudo dos da Para-

hyba. O *Coccus viridis*, proprio da laranjeira, tambem atacava fortemente os cafesaes.

De menor importancia *Alecanochiston marquesi*, *Eriococcus coffeae*, *Pseudococcus citri*, *Pseudococcus criptus*.

Muito menos nocivos as demais cochonilhas *Eulecanium merianum*, *Saissetia*, *Henmistaerica*, *Howardia biclavis*, *Solenoaspidus articulatus*, *Ischnaspis longirostris*.

A mosca do Mediterraneo *Ceralitis capitata* a terrivel praga dos pomares não prejudicava o grão. Dois outros *hexapodos* os "serradores" *Cortilus flagelifer* e *Xileborus retusus*, cortavam os galhos.

Entre os comedores de folhas cita Moreira as lagartas das mariposas, *Esiles magnifica* e *Megalopiga lanata*.

As traças *Ausimobasis coffeela* e *Mielois solitela*, o gorgulho *Araeocerus fasciculatus* "caruncho do café", eram bem conhecidos desde longa data por seus estragos, muito pequenos relativamente.

Lembrou Moreira os do mematoide *Heterodera radicicula*, ou *mal de Cantagallo*, de que largamente tratamos.

Terminando o seu rapido apanhado dizia o douto autor que o tratamento insecticida das plantas cultivadas ainda não se generalizara no Brasil como já se tornava necessario. Mas muito já se conseguira comtudo neste sentido.

A descoberta positiva do *Stephanoderes hampei* em 1924, e em Campinas, da terrivel broca do café veio trazer a maior apprehensão ao publico paulista.

O governo paulista, alarmado, convidou o Dr. Arthur Neiva, para estudar *in situ* a questão e este em maio de 1924 poz-se em campanha.

Das suas passadas e providencias de combate traçou excellente apanhado em artigo publicado no primeiro volume d'*O Café*.

Recordou ahi que já em novembro de 1923 o Dr. Rodolpho von Ihering lhe comunicara suspeitar da gravidade da presença de certo caruncho em sua propriedade de Vallinhos perto de Campinas. Mas a este besouro o Instituto Agronomo de Campinas classificara como sendo o africano *Araeocirus fasciculatus*.

Costa Lima e Neiva verificaram logo porém tratar-se do *Stephanoderes hampei*, Ferr, 1807, redescripto por Hagedorn em 1910 sob o nome de *Stephanoderes coffeae*.

Consultados Eggers, na Allemanha, Sampson na Inglaterra, Vaysière na França, os entomologos hollandezes de

Buitenzorg em Java confirmou-se a penosa verificação dos dois scientistas brasileiros.

Os optimistas lembraram logo que a geada seria fatal ao minusculo coleoptero mas, se elle como parecia positivo, apparecera em S. Paulo em 1913 resistira á formidavel refrigeração de 24 de junho de 1918.

Verificou Neiva que o clima de S. Paulo não exercia nenhuma influencia a respeito. Em experiencias executadas em laboratorio ficou demonstrado que o insecto pode resistir, seguidamente, durante 103 horas, á temperatura de dois gráos abaixo de zero, dentro do grão de café. Ficava portanto, excluida qualquer esperança de uma geada exterminadora da terrivel praga.

Pouco depois intelligente especialista hollandez, Sr. Eric Shumman, visitando o Estado de S. Paulo deixava pela imprensa muito pessimista impressão.

Depois de gabar o serviço organisado pelo governo paulista, que achou superior ao de seu governo, em Java, declarou que em S. Paulo a praga seria muito mais difficil a vencer, pela difficuldade de braços, incrivel extensão, sem solução de continuidade, dos cafesaes, além de outros factores.

Foi o serviço atacado pelo Dr. Neiva com quem collaboraram os Drs. Edmundo Navarro de Andrade e Adalberto de Queiroz Telles.

Em Java, nunca houvera a adopção de methodo official de combate e o governo por elle não se interessara, como devera. Organizara-se uma companhia cujos encargos couberam exclusivamente a particulares, fundadores de uma sociedade official, contractaram technicos e custearam publicações e pesquizas.

O governo de S. Paulo, sem medir sacrificios fôra muito adiante dos lavradores, procurando, por todos os meios, dar combate ao flagello, fornecendo todos os elementos necessarios para que a praga fosse, de facto combatida.

Um dos grandes obstaculos encontrados veio a ser a incomprehensão do perigo, pela maioria dos administradores, em geral gente sem cultura, embora gozando de inteira confiança dos patrões. A praga vinha só desapparecendo das pequenas propriedades, onde os sitiantes nellas residentes, defendiam com o maior interesse os seus haveres para tanto empregando decisão verdadeiramente admiravel. O malsinado caipira mais uma vez dava provas de grande energia e capacidade.

A praga com o correr dos annos, vaticinava o Dr. Neiva, em 1927, avassalaria todo o Estado de S. Paulo e os estados vizinhos.

O serviço em Java não comprehendia a série de medidas empregadas em S. Paulo. O combate contra a bróca, constituia, talvez a maior campanha jamais emprehendida no Brasil. Tratava-se de defender um bilhão de arvores, da maior cultura realizada pelo homem, de praga que não poderia ser detida, e apenas entravada nos estragos que podia occasionar. O que fôra possivel ao governo fazer até 1927, elle o realizara.

O Serviço procurara cumprir o seu dever, nada poupando para combater o mal. Desde o inicio, comprehendera que a maior difficuldade estava na incredulidade da maioria dos fazendeiros quanto á presença da bróca, ou ao seu poder de destruição.

Assim em instrucção largamente divulgadas recommendara como basicas as seguintes medidas:

1.ª — Repasse, a saber a eliminação de todos os fructos das arvores e do solo, com ou sem o enterramento da terra raspada da superficie, e catação prophylatica, quando necessaria. Comprehendia ainda a operação do repasse, á póda das arvores até certa altura do solo, para que se desse o descascamento dos fructos porventura no chão junto aos troncos.

2.ª — Expurgo do café colhido, em saccos ou a granel, em camaras estanques, pelo bi-sulfureto de carbono puro, á razão de 300 centimetros cubicos por metro cubico de capacidade, durante 12 a 24 horas.

3.ª — Seccagem do café no terreiro, depois de lavado ou não.

4.ª — Fermentação da palha do café e residuos de beneficiamento, antes de serem utilizados como adubo, ou sua incineração.

5.ª — Expurgo de todos os objectos de uso e roupas dos colonos chegados de fazendas ou zonas infestadas.

6.ª — Expurgo de toda a saccaria vazia que transitasse no Estado.

7.ª — Fiscalização do transito de café, plantas e quaesquer objectos que pudessem transportar a praga.

8.ª — Destruição de cafeeiros abandonados, existentes nas lavouras e mattas.

Para vencer a resistencia de varios fazendeiros misoneistas e retrogrados obteve o governo paulista do da União que lhe confiasse a execução das medidas de defesa sanitaria vegetal, sahindo a 6 de março de 1925 a lei estadual destinada a armar o Serviço de Defesa contra a Broca de meios adequados á sua actuação energica e rapida.

O repasse, considerado como a operação de maior importancia, foi então iniciado em todas as propriedades dos municipios contaminados, graças ao auxilio provindo daquella lei.

Houvera como era natural em todo inicio da campanha, muita indecisão e, principalmente incomprehensão por parte dos lavradores de quem tal serviço se exigia. A'quelles dos mais illustrados, e elles eram a grande maioria, a Commissão distribuia as suas publicações, em que vinha pormenorizadamente explicado o processo para a bôa execução de tal trabalho.

Havia, porém, pequenos lavradores e sitiantes, constituidos geralmente de antigos colonos, aos quaes a propaganda deveria ser feita de outro modo, por se tratar geralmente de analphabetos. Recorrera-se então, ao unico expediente possivel e recurso que dera excellentes e inesperados resultados.

Fizeram-se publicações fortemente illustradas descrevendo os maleficios da broca e disto decorrera optimo resultado.

Havia entre os lavradores muito quem quizesse identificar a broca com o antigo caruncho das tulhas, por assim dizer inoffensivo e secularmente conhecido e mesmo com outro coleoptero do genero *Stephanoderes,* o *seriatus.*

Depois da verificação dos municipios contaminados, serviço de propaganda e localização dos auxiliares, era necessario que, para exemplo e demonstração de que as medidas aconselhadas seriam de toda a efficiencia, fizesse a Commissão praticamente os trabalhos que exigia dos fazendeiros. Para isto tomara a seu cargo uma das fazendas mais atacadas do municipio de Campinas, com os fructos de seus 280.000 pés de café com 90 % de contaminação, e alguns talhões em mais duas outras propriedades do mesmo municipio.

A excellencia dos processos aconselhados, quando rigorosamente aplicados, cabalmente se demonstrara.

Estas fazendas com uma infestação que variava de 60 a 90 %, se encontravam dentro em pouco quasi indemnes, pois aquella percentagem descera a menos de 1 %. E, facto mais interessante, a corroborar o acerto das medidas preconizadas, era que nas propriedades confiantes, em que o serviço se fazia pelos proprietarios, o gráo de infestação não baixara na mesma proporção.

Ao mesmo tempo cogitava o Serviço do indispensavel expurgo do café colhido, processo que conseguisse extinguir o maior numero possivel de insectos localizados no interior dos grãos, seu unico "habitat".

Com o auxilio do laboratorio de Chimica do Serviço que se tornava imprescindivel installar, experiencias se tinham realizado com os insecticidas, fungicidas e todas as substancias tidas como toxicas, a começar pelas mais communs, como o uslfureto de carbono, creolina, etc.

A principio, e por suggestão do prefeito municipal de Campinas, haviam os lavradores começado a empregar para o expurgo, sem experiencias previas, a agua quente, tendo logo verificado a impraticabilidade de tal processo, não só por ineficaz, como pela impossibilidade em manter a temperatura igual e constante tambem pela falta de combustivel para este fim. Repetira a Commissão tal experiencia, obtendo resultados negativos e contraproducentes, pois, além de não matar o insecto prejudicava a qualidade e gosto do café. conforme os exames dos provadores da Bolsa de Santos.

Voltara-se o Serviço para o emprego do sulfureto de carbono em camaras especiaes obtendo optimos resultados do expurgo das colheitas e da saccaria. De 1924 a 1927 haviam-se construido no Estado de S. Paulo trez mil camaras de desinfecção.

Como auxiliares preciosos para o bom exito desta medida e de outras, não se podia deixar de mencionar as estradas de ferro do Estado, que tinham dado todo o apoio e coadjuvado efficazmente a Commissão, impedindo o embarque de saccos vazios e até cohibindo fraudes nesses embarques, como já se verificara, pois alguns infractores já tinham sido multados em virtude da severa vigilancia dos chefes de estação.

A Commissão de Estudo e Debelação da Praga Cafeeira tivera a primazia de levar a effeito no Brasil uma campanha de propaganda por meio do cinematographo das medidas de combate a uma praga, tendo para esse fim mandado organizar um filme em que, com minucias, eram descriptos o *Stephanoderes,* sua evolução e modo de agir, e os meios aconselhados e

empregados pela Commissão para o combate efficaz a tão terrivel praga.

Para que os serviços da Commissão fossem feitos com efficiencia e resultados seguros, fôra a area infestada dividida em 20 zonas, cada qual sob a vigilancia de um inspector-fiscal.

Sendo Campinas a zona mais infestada viu-se subdividida em nove sectores, a cargo de inspectores seccionaes.

Percorriam estes diariamente certo numero de fazendas, examinando o gráo de infestação dos cafesaes e a marcha dos trabalhos executados para o combate á praga.

Durante o periodo da colheita diariamente tambem fechavam as camaras de expurgo do café em côco de certo numero de fazendas e no dia seguinte de madrugada iam abrir as de outras tantas afim de verificar se realmente fôra feito o expurgo e empregado o sulfureto.

Durante o dia percorriam os terreiros de diversas fazendas, examinando o café nelles depositado, bem como a efficiencia do expurgo, retirando sempre amostras e remettendo-as ao Laboratorio de Entomologia, afim de se verificar a acção do sulfureto de carbono sobre os ovos, larvas, nymphas e insectos adultos. Quando ao examinarem esses cafés de terreiro, encontravam insectos vivos, ordenavam o reexpurgo, a que presidiam.

Sendo o fechamento das camaras feito das 17 ás 20 horas e a abertura das 5 ás 8 horas da manhã e devendo os inspectores assistir a pelo menos, trez fechamentos e trez aberturas diarias, tornara-se imprescindivel facultar-lhes meios de transporte rapido.

Recebera cada qual um automovel *Ford,* desde que a zona permittissem o emprego de tal carro.

Terminada a colheita, tinha o inspector de acompanhar, em cada fazenda da sua circumscripção, os trabalhos de repasse dos cafesaes, a esperramação do cisco e da palha. Este serviço, entretanto, pelas difficuldades apresentadas, pois muitas vezes precisava o inspector descer a barrocas ou ir a pontos de difficil accesso, não podia ser feito com o automovel. Utilizava-se, então, de montaria, que mais facilmente o conduzisse a todos os pontos da fazenda. Nestas visitas era quasi sempre acompanhado pelo administrador, a quem dava as instrucções necessarias ao trabalho do repasse a ser executado o mais perfeitamente possivel.

Diariamente, para os de Campinas, e semanalmente, para os de outros municipios, deviam os inspectores entregar ao inspector-fiscal relatorio discriminativo de serviços, acompa-

nhado das fichas das propriedades visitadas. Nellas era obrigatorio constar a assignatura do proprietario ou administrador da fazenda inspeccionada. De 30 em 30 dias tinha o inspector a obrigação de percorrer todas as prporiedades sob sua fiscalização, relatando quanto observara e as medidas que ordenara.

O inspector-fiscal tinha serviço pessoal restricto ao municipio de Campinas, o que mais attenção e cuidados exigia, mas a sua orientação estendia-se tambem aos demais, sendo sua presença solicitada pelo inspector. Era sua obrigação percorrer as propriedades visitadas pelos inspectores e verificar a exactidão dos relatorios e fichas por estes apresentados.

O auxiliar technico superintendia todos os serviços dos inspectores e ainda os das 89 camaras de expurgo installadas em varias cidades do Estado. Para a arrecadação das rendas desses postos, dispunha de auxiliares que mensalmente lhe apresentavam contas do serviço. A elles cabia substituir o chefe do serviço, em seus impedimentos.

Este, além de verificar os trabalhos a cargo do auxiliar technico e do inspector-fiscal, percorria tambem, por sua vez, periodicamente, os municipios contaminados. Tinha sob a sua orientação scientifica os Laboratorios de Entomologia e Chimica.

Vinham estes prestando os mais relevantes serviços á lavoura. Até então desamparada de qualquer auxilio scientifico director, accorrera ella pressurosa, a receber orientação para os males e problemas que a affligiam e preoccupavam.

Assim o Laboratorio de Entomologia, nas horas de folga, em seus estudos sobre o *Stephanoderes,* dava instrucções e respondia a consultas vindas de todos os pontos do Estado e mesmo do resto do paiz. O material colleccionado pelo Laboratorio ao cabo de quasi trez annos era na grande maioria, proveniente de remessas de agricultores ou interessados em assumptos agricolas.

O Laboratorio de Chimica orientara os estudos para diversos pontos que directamente interessavam á campanha contra a praga.

Assim, inicialmente, fizera exame de todos os sulfuretos expostos á venda, afim de conhecer quaes os que poderiam sem prejuizo ao café, ser utilizados. Tendo encontrado boa vontade de parte de duas grandes fabricas, a Sociedade de Productos Chimicos Elekeiroz, e as Industrias Reunidas F. Matarazzo, com ellas collaborara para o aperfeiçoamento da fabricação do producto, chegando a resultados tão positivos

que o liquido por ellas produzido podia perfeitamente rivalizar com os melhores do extrangeiro.

O Laboratorio tambem encetara estudos sobre diversas qualidades de terra onde o café era cultivado, occupava-se em pesquizas sobre o teor da cafeina nos cafés produzidos por cafeeiros cultivados á sombra e por aquelles que recebiam a acção directa dos raios solares, o que era geral em S. Paulo. Contemporaneamente de 1924 a 1927 publicara a commissão vinte trabalhos, desde o inicio dos serviços, todos com grande aceitação, quer no paiz, quer no extrangeiro.

Concluindo o seu trabalho synthetisou o Dr. Neiva:

"Das verificações procedidas e deducções feitas durante a campanha da Commissão, tudo leva a crer que a bróca deve ter-se originado em S. Paulo, em 1913. E' impossivel, sequer, deter-se a marcha da praga, quanto mais extinguil-a. Com o tempo, o mal attingirá todos os cafesaes paulistas.

"Como preconisação, ha, no emtanto, a certeza de se haver achado remedio para o mal e, desde que applicado convenientemente, collocará o fazendeiro em condições de poder viver com a bróca, com a qual terá que se acostumar, quer queira ou não. Poderá limitar-lhe os estragos a um minimo praticamente despresivel, se porventura fôr activo, caso contrario, terá a praga na proporção do desprezo ou incomprehensão do perigo que o rodeia."

Se por qualquer motivo, a campanha não continuasse com a mesma energia, de modo a contar o mal dentro de limites reduzidos, o Estado de S. Paulo estaria ameaçado de ruina, pois esta só seria evitada se as fazendas permanecessem constantemente com a infestação baixa.

"Até hoje ainda não se verificou o desapparecimento da bróca senão entre os sitiantes, pequenos lavradores, e isto pelo cuidado com que tratam seu pequeno patrimonio e interesse em não deixar um unico fructo nos cafeeiros.

"Deste facto prevemos, para muito breve, com o alastramento da bróca, a divisão das grandes propriedades, isto é, o fim do latifundio."

Em suma collocara-se a bróca do café em relação ao fazendeiro, nas condições da saúva, isto é, assim como para esta fora encontrado remedio no formicida, tambem para aquella o repasse, o expurgo e as demais medidas complementares unicos e verdadeiros debeladores.

Em treze municipios já se verificara em 1927 o apparecimento do terrivel besourinho havendo infestações em 1373 fazendas das quaes 546 de Campinas, 210 de Itatiba, 163 de

Jundiahy, 36 de Atibaia, 100 de Amparo, 72 de Limeira, 50 de Pedreira, 32 de Bragança, 30 de Villa Americana, 22 de Mogy Mirim, 19 de Indaiatuba, 2 de Monte Mór e 1 de Araras.

Assim a area da disseminação não soffria solução de continuidade mostrando que o alargamento se fazia periphericamente, em torno de Campinas e caminhando para Noroeste, em direcção a Araras.

Havia já focos reconhecidos em Itú, Cabreúva, Capivary, Piracicaba, Joanopolis, Piracaias, mas não recenseados.

No dizer expressivo do Dr. Neiva a bróca se alastraria como uma mancha de oleo cada vez mais disseminada.

Assim como medida complementar, se exigia o arrancamento ou recepamento dos cafeeiros abandonados. Constituiam excellentes viveiros para o *Stephanoderes,* porquanto, fructificando todos os annos, não mereciam mais trato algum por se haver tornado anti-economica a sua exploração.

Até 1927 e nos varios municipios infestados, haviam sido eliminados 1.408.922 cafeeiros naquellas condições.

A lei, em geral, estava sendo obedecida, sobretudo pelos elementos nacionaes. Os poucos casos de resistencia que o Serviço encontrara, foram de proprietarios extrangeiros.

Num estudo sobremodo intelligente — *Um inimigo do café — as saúvas* — fez Manuel Lopes de Oliveira Filho do Instituto Biologico de S. Paulo a actualisação do quanto se sabia até 1927 da biologia das terriveis "cortadeiras" flagello dos cafesaes e sobretudo das lavouras novas. A *Atta sexdens* e as *Acromymex,* acerca do qual corre a phrase celebre attribuida a Saint Hilaire que vimos innumeras vezes repetida e jamais documentada, digamol-o de passagem. A esta phrase commentava ironicamente o douto myrmicologo do Museu Paulista o saudoso Hermann Luederwaldt: "no dia em que os brasileiros acabarem com as formigas os grillos acabarão com os brasileiros", seja dito de passagem.

Estudou Oliveira Filho os processos formicidas, passou em revista os gazes e os pós lethaes além dos venenos e fungicidas chegando ás seguintes conclusões.

"Todos os methodos que dependem lo arrebentamento da terra solta da conducção de agua e de machinas dependendo de combustivel, são por demais trabalhosos e caros, já pelo preparo do formigueiro, já pelo custo dos ingredientes e das

machinas, e, principalmente, pela impraticabilidade da applicação desses methodos nos formigueiros em terras cobertas de vegetação rasteira, encapoeiradas, serradões ou clareiras de mattas.

A orientação que vimos preconizando é da applicação de ingredientes em pó, impalpavel, que seja inconscientemente conduzido pelas proprias formigas, indo actuar como fungicida, indo perturbar a cultura do fungo, exterminando a população do formigueiro pela destruição da sua lavoura. Acreditamos que virá a ser descoberto um coloidal, que apparentemente inerte, não seja refugado pelos "chimicos" do formigueiro.

Até hoje todos os venenos e fungicidas empregados para serem conduzidos pelas prporias formigas, têm sido por ellas refugados. Experiencias de envenenamento de sementes e de folhas feito com os "trucs" mais cuidadosos, denunciam a agudeza desses animaes, que, conduzindo o material envenenado para as panelas, não demoram em trazel-o para fóra ou para as panelas de despejo ou emparedando as cavidades que receberam esse material.

Calculando-se em média no Estado de S. Paulo em 1927, a despesa de 50$000 por 1.000 pés de café, por anno, ou 20 réis por arvore, como necessario para manter nos cafesaes um serviço permanente de extincção de sauvas, calculo abaixo do real, anualmente, seria necessario despender para a area que comporta um bilhão de cafeeiros, cincoenta mil contos de réis.

As outras culturas exigiam outro tanto, no minimo.

Onde não havia culturas, carrascaes, campos quissaças capoeiras, invernadas, cerrados e clareiras das mattas e varejadas de fogos, os formigueiros cada vez mais se multiplicam, sendo esses terrenos os viveiros permanentes de milhões de içás.

O emprego de outras formigas myrmivoras como as cuyabanas não dera o resultado esperado. Concluindo declarou o naturalista:

"Está em embryão o combate ás formigas cortadeiras que infestam a America do Sul, dos Estados Unidos á Patagonia. E' uma praga que cada dia maior vulto toma e que na proporção de crescimento em que vae em certas zonas, dentro de alguns decenios tornar-se-á um problema que requererá uma legislação severa, especialissima e o dispendio de enormes quantias para a rehabilitação das zonas onde mais abundarem algumas dellas desde já empobrecidas e cada vez mais desertas de população.

Estudo ainda embryonario o da cultura de certas plantas que levadas pelas formigas ás suas panellas perturbavam a cultura do fungo de que vive a *Atta sexdens* sobretudo o *Rosites gongulhendora.*

As experiencias feitas com a semente de gergelim haviam sido até então muito pouco efficazes.

CAPITULO LXXIX

O café e a guerra movido ao seu consumo pelos succedaneos sobretudo nos Estados Unidos e na Africa do Sul — As pragas do Extremo Oriente — A concurrencia colombiana — Declarações de um grande commerciante norte americano sobre as condições do commercio cafeeiro nos Estados Unidos

Em 1927, escreveu Navarro de Andrade, synthetico artigo sobre a luta do café do Brasil, com os succedaneos e os mercados concurrentes.

Entre os primeiros, pela importancia do commercio, se destacavam a chicorea e o "postum", seguindo-se-lhes muito de perto o amendoim e o milho, materias primas de grande consumo até no proprio Brasil.

A chicorea, como bebida, era como ninguem ignorava contemporanea do café e quasi todos os paizes europeus a cultivavam, desde logo data, para lhe impingir o decocto como o da preciosa rubiacea.

Pilheria habitual de estudantes de agronomia era a phrase de certo professor: "Cem kilos de fragmentos seccos de chicorea produzem 65 a 70 kilos de café."

Assim se lhe universalisara o uso. Viajando pelo *wide world* com frequencia com que o fizera verificou o nosso autor que em largas zonas outro café não se vendia a não ser o da chicorea. Assim na Africa do Sul onde se encontrava generalisadissimo a ponto de não só haver larga cultura da *chichorium endivia* como notavel importação de suas raizes. Esta ultima diminuia dia a dia a vista do progresso da cultura da hortaliça.

O Departamento de Agricultura do Natal distribuia até folhetos com as instrucções para a cultura e preparo da chicorea, usos, necessidades do mercado, etc. Num delles, se ensinava que, para tornal-a mais parecida com o café, convinha ajuntar ás raizes seccas determinada quantidade de manteiga,

toucinho, manteiga de côco, sementes de mostarda, oleo de algodão e coisas mais ou menos semelhantes algumas dellas repugnantes até.

Como a lei sul africana punia severamente todo aquelle que vendesse ou desse aos indigenas qualquer bebida alcoolica, e como, não estava alli generalisado o uso de nenhuma das detestaveis drogas sem alcool que pelo mundo se ingerem, e a população autochtona constituia percentagem muito consideravel, parecia ser occasião azada para o Governo do Brasil voltar as vistas em direcção ao sul africano.

Outro terrivel concurrente do café brasileiro vinha a ser o "postum", a respeito do qual corriam no Brasil informações ingenuas em relação á sua vitalidade, mantida por colossal propaganda.

Os dirigentes da propaganda brasileira sempre que se lhes fallava no caso, respondiam invariavelmente, que o "postum" já não tinha mais importancia, tendendo a desapparecer e que a sua companhia manufactureira estava fallida. Visitando os Estados Unidos varias vezes, de 1910 a 1926, declarava o nosso autor absolutamente não comprehender como uma empresa fallida gastava centenas de milhares de dollares em annunciar os seus productos!

Havendo percorrido em muitos sentidos a grande confederação septentrional e numerosas vezes, apontava Navarro de Andrade a ausencia da propaganda brasileira. E, ironicamente commentava que nunca tivera o ensejo de pousar os olhos em um unico cartaz ou anuncio de café brasileiro, ao passo que já os sentia fatigados de se fixarem em lettreiros decantadores das inegualaveis virtudes do "postum".

Era muito possivel que a propaganda brasileira, para a qual concorriam os lavradores paulistas com quota não pequena, fosse especial, silenciosa, surprehendendo o consumidor.

Até a bordo dos vapores americanos se introduzira o "postum" e com consumo nada pequeno.

Parallelamente a esta campanha em favor do temivel succedaneo havia a desidia da propaganda do café brasileiro. Atacada em todos os tons tinha ella contra si além de tudo inimigo temibilissimo pelo prestigio pessoal e o do cargo.

Em duas ou trez conferencias memoraveis, o Sr. Hoover, secretario de estado e talvez com o intuito de preparar a candidatura á futura presidencia da Republica e ganhar as boas graças do publico realizara fortissimos ataques aos processos adoptados por S. Paulo e seus dirigentes, sem que os brasileiros encarregados da propaganda lhe revidassem as palavras.

Emquanto o governo de S. Paulo em documento official declarava que a propaganda, pela publicidade, em paizes onde o café já ingressara, havia tempo, no uso diario, não teria applicação propria os grandes commerciantes de café despendiam sommas consideraveis em aconselhar o uso da bebida. Era a contribuição official do Brasil minima, por maior que parecesse, em face dos milhões de dollares empregados nesse empenho.

Enalteceu Navarro de Andrade a propaganda brasileira no Chile e Argentina, instante e efficiente. Augmentara em ambos os paizes, e notavelmente, o consumo de café.

Examinando a situação cafeeira do Extremo Oriente em 1927 lembrava o noso autor a enorme extensão que tomara o plantio sobretudo em Ceylão e Java, tão grande que tal concurrencia fatalmente produziria serios prejuizos ao Brasil não fora a superveniencia de um flagello a ameaçar igualmente o nosso paiz aliás.

A tal proposito occorre-nos adduzir digressão curiosa.

Do Brasil partiu para dirigir grande fazenda de café um inglez que longos annos viera no Rio de Janeiro, e cujo nome se incorporou indissoluvelmente á resenha dos nossos historiographos: John Armitage.

Publicou o *Jornal do Commercio* de 23 de maio de 1840 a seguinte e curiosa noticia:

"No Ceylão, o inglez John Armitage cuja historia do Brasil é aqui tão geralmente estimada, acha-se dirigindo o cultivo em grande, do café com braços indigenas, cujo salario é muito diminuto. Orça a população da ilha por 1.750.000 habitantes. Chegando a Ceylão ha quatro annos, reconheceu que o apanhamento da canella, principal exportação da ilha, e a cultura do arroz, não era o que só devia produzir tão fertil terreno, e com seu exemplo incitou a plantação do café a ponto de hoje ahi florescerem muitos milhões desse arbusto, vindo a semente de Java e de Moka, em breve será immensa a exportação. Em Java a producção que era de 150.000 saccas em 1838, subiu a 240.000 no anno passado, sendo tambem ahi o trabalho livre dos Chinas e Malayos."

Interessante se torna mais ainda esta noticia geralmente sabido como é que para muitos inconvenciveis e teimosos se acirrou a convicção de que John Armitage nunca passou de personagem suppositicio, pseudonymo de Evaristo Ferreira da Veiga! como irreductivelmente affirmava entre outros, e até os ultimos dias, um homem do valor de Martim Francisco III.

Encerremos porém esta digressão interessante.

Em 1869 a *hemileia vastatrix* arrazara o cafesal cinghalez.

Java soffrera igual razoura. Eduardo Prado em 1886 prophetizava o desapparecimento do cafesal javanez. Mas a cultura do café *robusta* salvara as Indias Hollandezas. As 40.000 saccas de 1886 passaram a 250.000 em 1910 a ...... 1.061.000 em 1917.

Mas surgira o *stephanoderes hampei* e apezar dos esforços dos hollandezes a cultura cafeeira da Malasia parecia condemnada a sossobrar.

Prevendo dias negros para o Brasil especialmente para S. Paulo, se a bróca não fosse jugulada escrevia Navarro de Andrade, que as Indias Hollandezas atravessaram a crise pela praga occasionada, porque mantinham diversas outras culturas, além da do café, que alli não encabeçava a relação dos artigos da Exportação. Assim por exemplo, em 1915, quando nada fazia suppor a existencia do coleoptero em seus cafesaes, então em producção ascendente, occupava o café o setimo lugar na lista dos principaes productos exportados, com valor quasi nove vezes inferior ao do assucar, da terça parte do do fumo e de menos de metade do da copra e do petroleo. Mas se ao Brasil faltasse o café chave da sua abobada economico financeira quem poderia descrever a extensão de tal desgraça?

Criticava o nosso autor, acerbamente, certo feitio da mentalidade brasileira: o que descansava em irreductivel optimismo.

Os exemplos da borracha, da quina, da cóca, do chá, não o commoviam nem de leve lhe modificavam a mentalidade. De que valia mostrar que Ceylão nadara outrora em ouro com producções fantasticas por geira ou por mil pés de café, em cuja cultura, em 1869, os inglezes tinham aplicado mais de 14 milhões de libras esterlinas, e que tudo isto tombara por terra ante o aparecimento de microscópico fungo, de minusculo parasito?

Grande perigo advinha tambem da concurrencia colombiana.

As lavouras da antiga Nova Granada haviam produzido 568.000 saccas em 1907, para já chegarem a quasi dois milhões em 1925!

Sobre a distribuição e consumo de café nos Estados Unidos em 1926 escreveu o Sr. Berent Friele grande commerciante, no genero, e presidente da American Coffee Corporation que naquelle momento, a maior parte da distribuição do café torrado nos Estados Unidos era feita por intermedio das

"Chain Stores", grandes companhias possuidoras de centenas, e até de milhares de armazens emporios.

Com excepção de umas poucas destas emprezas dispondo de casas proprias compradoras nos paizes productores, as demais supriam-se ou por meio da importação directa, comprando o café *cif,* ou no proprio mercado de Nova York.

A maior destas organizações vinha a ser a Great Atlantic & Pacific Tea Company of America, cuja casa compradora no Brasil era a American Coffee Corporation.

Os armazens da Great Atlantic & Pacific eram conhecidos por A & P. Stores. Comprehendiam 16.000 emporios espalhados pelos Estados Unidos, o que permittia vender muito para vender barato. Esta Companhia era a que mais torrava nos Estados Unidos, annualmente cerca de 1.000.000 de saccas, dos quaes 70 % de procedencia brasileira, e o restante da Colonia.

A marca de maior acceitação da A. & P. tinha por norma "8 o'clock coffee" (café das 8 horas) café 100 % Santos, e como tal vendido. Obtivera a medalha de ouro na exposição Internacional de Philadelphia de 1926. Accusava-se um augmento de quasi 60 % sobre o anno anterior. As outras marcas da A. & P. eram misturas de cafés Santos e Colombiano.

Muitos os methodos empregados pelas casas distribuidoras das diversas marcas afim de se incrementarem as vendas. Algumas sobretudo. Bem conhecida casa distribuidora de café, gastava annualmente cerca de um milhão de dollares em annuncios e reclames. Tal marca, aliás, a mais espalhada, devia toda a popularidade e grande procura, unicamente, ao poder do preconicio que nos Estados Unidos mais do que em qualquer outra parte do mundo constituia uma realidade.

Os reclamos abundavam nos metros, fachadas das casas, jornaes e revistas, emfim por toda a parte. Outras casas para augmentarem as vendas recorriam ao systema de premios.

O processo mais usado consistia em dar gratuitamente, a troco de duas libras compradas, algum objecto util caseiro. Outro systema usado o de vender café em envolucros attrahentes. Todos estes systemas encareciam o producto, e quem pagava tudo era sempre o proprio consumidor.

A A. & P. devido ao grande numero de emporios fazia apenas reclame interno.

As donas de casa que nellas se suppriam tornavam-se as maiores propagandistas das suas marcas.

Quanto ao consumo nos Estados Unidos, achava o Sr. Friele que podia por meio de propaganda activa e intelligente augmentar sobretudo na zona do Pacifico. A Leste já se bebia muito café. Não fallando do café matinal indispensavel no "breakfast" de todo americano, raro o homem de negocios ou operario que não tomasse uma chicara, das grandes, durante o almoço.

Quanto aos preços vigentes em 1927 podia-se dizer que o publico americano já se acostumara a pagar a libra mais ou menos á razão de 30 centavos.

A maioria não fazia questão de desenvolver dois ou trez centavos mais por libra afim de obter qualidades finas. Ora, ahi occorria exactamente um problema a ser resolvido pelo productor brasileiro. Fornecendo qualidades finas, obteria o fazendeiro sempre, preço plenamente remunerador para a despesa extraordinaria que lhe houvesse custeado a melhoria do beneficio.

CAPITULO LXXX

As categorias essenciaes da classificação dos cafés em 1910 — Relação entre commissarios e fazendeiros

Estudando as qualidades de café produzidas no territorio paulista e negociadas em Santos informa Lalière aos seus leitores que elas podiam reduzir-se a duas grandes categorias essenciaes e bem distinctas os chatos e os redondos ou mokas.

Os chatos admittiam a sub-divisão de graudo e miudo e o miudinho ou chatinho. Os mokas por sua vez se repartiam entre graudo, miudo e mokinha. Descreve o aspecto physico destas qualidades, fazendo notar que a predominancia das safras cabia aos chatos, sendo os mokas muito funcção das condições climatericas por geralmente provirem das extremidades dos galhos, das pontas, especie de producto rachitico ou anormal.

Além desta classificação relativa á forma e ao volume dos grãos havia o que se referia á qualidade, ás diversas categorias a que correspondiam os typos commerciaes assaz numerosos na praça de Santos: o *fino*, o *superior*, o *bom*, o *regular*, o *ordinario* e a *escolha*.

Já em 1909 a lavoura paulista estava em condições de exportar typos finos, sobretudo. O superior representava o typo medio geral, e servia de base de indice do apreçamento para os demais typos.

Mas os finos tinham agio sobre o superior, entre dez e vinte e cinco por cento. Provinham de beneficiamento apurado, sob todos os pontos de vista, dando um producto de grande homogeneidade quanto á cor, a forma, o tamanho dos grãos e o aroma. O bom, o regular, o ordinario e as escolhas se classificavam segundo a maior ou menor porcentagem de grãos desiguaes, quebrados, defeituosos, ennegrecidos, maior ou menor quantidade de *marinheiros* e corpos extranhos como destroços de ramusculos, palha pedrinhas, etc., residuos de

terreiro, grãos "chuvados". Já havia progredido bastante a cultura para que não excedessem de vinte por cento estes cafés baixos. Salvo quando o tempo corria mal, muito mal, atrapalhando as operações de terreiro."

Os numeros indices seriam mais ou menos em 1909:

Cafés finos	110 a 125
Superior	100
Bom	90
Regular	85
Ordinario	75
Escolha muito variavel.	

Os exportadores de Santos haviam introduzido outra escala que comprehendia oito categorias Fine: Extra-prime, Prime, Superior, Goad, Regular, Ordinary, Low ou Very ordinary.

Baseava-se no numero de defeitos das amostras. Estes defeitos eram os grãos quebrados, verdes, ardidos.

Nas amostras de café mal preparado era preciso prestar attenção aos corpos extranhos. Assim sua classificação se fazia a olho ao passo que o dos bons cafés requeria a contagem dos defeitos.

A cada uma destas qualidades correspondia um typo padrão que os exportadores e agentes commerciaes possuiam e serviam de base ás transacções.

Os cafés exportados pela Guanabara eram classificados por outras normas. Como quasi toda a safra do Rio se encaminhava para os Estados Unidos os cafés obedeciam estrictamente á classificação chamada americana, vigente em Nova York. Comprehendia nove typos differentes sendo que o numero um, se attribuia aos mais finos de todos os cafés e o 9 aos mais baixos.

Havia porém tendencias no commercio de Santos a que nelle vigorasse a classificação newyorkina.

A 17 de dezembro de 1906 elegera a Associação Commercial de Santos uma commissão encarregada de estudar o assumpto e esta que comprehendia representantes de varias das maiores firmas santistas, brasileiras e extrangeiras recommendara a adopção dos typos de 1 a 9.

Mas ainda não se firmara a praxe embora se houvesse generalisado na praça santista a escala americana. Desde janeiro de 1907 cotava-se alli officialmente o typo 7 americano.

O numero de defeitos era contado em amostras de 450 grammas de café e de accordo com o seguinte quadro:

Typos	N.º de dif.	Tolerancia a maior
1	0	Até 6 grãos defeituosos
2	6	Até 25 grãos defeituosos
3	13	Até 40 grãos defeituosos
4	23 a 30	Até 50 grãos defeituosos
5	57 a 58	Até 70 grãos defeituosos
6	115 a 118	Classificação pelo aspecto
7	200	Classificação pelo aspecto
8	450	Classificação pelo aspecto
9	850	Classificação pelo aspecto

Interessante a equivalencia aproximada escolhida para a classificação dos grãos imperfeitos que correspondiam a um defeito:

3 conchas vasias
5 verdes
2 quebrados
2 ardidos
5 chôchos
1 côco
2 marinheiros
1 casca grande
2/3 casca pequena

Uma "pedra grande" e um pau grande correspondiam a 2/3. Uma pedra regular e um pau regular 2/3 de pedra pequena e de pau pequeno a um defeito.

Quando as partidas não correspondiam aos padrões assentados as casas exportadoras exigiam pormenores descriptivos para evitarem reclamações por occasião das entregas. Assim queriam uma addenda com a descripção summaria, relativa ao tamanho da fava, sua cor, gosto e modo pelo qual se comportava na torração.

Em relação ao volume dos grãos a designação mais vulgar entre os americanos era *beany* que significava a adaptação completa quanto possivel ao typo. Vinham depois *good bean* (boa fava) superior ao typo *large bean* fava grande, maior que a *good bean.*

A *large bean* comprehendia as quatro primeiras categorias: fine extra prime, prime e superior. Mas havia tambem as sub classificações como *good large bean* que deveria ser posta na categoria do *superior* ordinario contanto, que não contivesse demasiados defeitos taes como pedras. Se estas existissem e fossem catadas a partida passava a ser superior.

Taes descripções só se referiam a lotes da mesma safra, comtudo como era obvio pois a *large bean* de uma colheita poderia corresponder a um *good bean* de outra. Em relação a cor os americanos distinguiam o *pale* (pallido) *green* (verde) *greenish* (esverdeado) *yellow* (amarello) *yellowish* (amarellado) *light colour* (claro) *darkcolour* (escuro).

Os primeiros cafés colhidos geralmente se enquadravam no *green* e eram muito apreciados na Belgica, Hespanha e Italia.

Os cafés de Santos eram em geral *soft* ou molles e os do Rio de Janeiro, fortes ou amargos *duros.* Os soft ainda admittiam a sub classe *strictly soft.* Na torração distinguiam-se trez categorias *roaster, good roaster, fairoaster.* Os cafés da safra em andamento se designavam por cafés de *new crop* os outros *old crop,* colheita nova e velha.

As descripções dos lotes se complicavam com esta technologia assim as ordens traziam indicações ora mais simples ora complicadas taes como *Regular beanysoft* (normal molle). *Superior good bean soft greenish new crop.* (superior de boa fava, molle, esverdeado de safra actual *Extra Prime large bean strictly soft green new crop* (fava grande Extra Prime strictamente molle verde da colheita actual) etc.

As transacções commerciaes não se effectuavam porém baseados numa só qualidade e entregas comprehendiam diversas combinações em que cada typo era fornecido em saccaria diversa citando-se geralmente um maior numero de saccas da melhor qualidade.

Assim se a entrega se referia a *fine average by two* o vendedor fornecia um pouco mais de *superior* do que de *good.* Num lote de 500 saccas poria 260 *superior* e o resto de *good* embora se tolerassem proporções de meio a meio.

Diz Lalière que em 1909 eram estas as combinações do preço de Santos:

1 — Good average 2/3 sup. ½ good 1/6 regular.
2 — Fine average 1/6 sup. ½ good 1/6 regular.
3 — Fine average bytwo ½ sup. ½ good 1/6 regular.
4 — Fair average ½ sup. ½ good.
5 — Low fairaverage 1/3 good ½ good 1/6 reg.
6 — Fair average by three 1/3 sup. 1/3 good 1/3 regular.
7 — Lotes superfinos ½ prime ½ superior.

Estabelecera-se um quadro correspondente ao numero de defeitos tolerados nos typos *extra prime, prime, superior* e *good* para os chatos e os mokas, comprehendendo os grãos quebrados e verdes, imperfeitos, chatos, ardidos, negros, côco, pedaços de pedra e de madeira. As condições de venda em Santos eram feitas para a Europa em shillings e pence por cent. ou *hundred weight* de 50 ¾ kilogram. c. f. (custo e frete) pagamento por ordem a noventa dias de vista sobre Londres. O comprador tinha a seu cargo o seguro, cabendo ao vendedor o aviso telegraphico relativo á sahida da partida.

Conta-nos Lalière ainda que em seu tempo as *descripções* mais correntes para os cafés da praça de Santos, adoptadas entre os agentes das casas americanas subordinavam-se a dez typos principaes em escala ascendente. *Very ordinary, ordinary, regular, good, superior, prime, extra prime, fine, caracole superior, caracole prime, superior bourbon* e *prime bourbon*. Os trez primeiros só admittiam uma categoria, o *good* seis, o *superior,* nada menos de dezenove; o *prime* doze; o *extra-prime,* seis; o *fine,* quatro, os dois *caracole* e os dois bourbon trez cada qual.

Eram pois sessenta e duas as descripções mais correntes exigindo dos seus negociadores muita exactidão de apreço. Notava Lalière, em 1909, que os cafés superiores assim como os despolpados não passavam pelas manipulações dos demais typos afim de serem preparados para a exportação pelos commissarios e exportadores. Apenas eram reensaccados. Os demais não poderiam ser despachados como chegavam das fazendas; precisavam ser distribuidos de modo a constituirem lotes homogeneos quanto possivel.

Achou o professor de Antuerpia muito elevadas as taxas de armazenagem nos galpões da Companhia Docas de Santos.

A colheita das amostras, á medida que as saccas passavam pelos armazens dos commissarios era effectuada pelo velho

systema do furador, que van Delden Laerne, já um quarto de seculo antes, tão malsinado vira.

Mas o autor belga entende que não se pudera inventar coisa mais pratica, os fazendeiros numa partida de 250 saccas chegavam a mandar dez senão ás vezes vinte qualidades diversas de cafés. Como exportar semelhante massa heterogenea que o commercio refugaria pela certa?

Assim o escolhedor de amostras, o classificador tinha muito importantes attribuições quando organisava em duas series, as amostras que permittiriam mais tarde a determinação de accordo com as cotações de preço a pagar pelo commissario ao fazendeiro. E amostras que se conservariam até a liquidação de venda. O principal era arranjar lotes homogeneos a serem entregues ao exportador. Dahi a necessidade de caldear. Não se levava em linha de conta a procedencia. Misturava-se tudo a pá, do modo mais intimo, procurando-se que a amostra global fosse a mais homogenea tambem. Havia então o reensaque e a remessa das saccas da chegada aos seus diversos donos; seguindo-se a venda dos lotes dos commissarios aos exportadores, por intermedio de corretores e zangões. A corretagem era então em Santos cem réis repartidas igualmente entre o vendedor e o comprador. Quando o sacco pertencia ao commissario alugava-o elle a razão de 500 a 600 réis.

Despachado o lote para o caes mandava o commissario aos fazendeiros a conta de venda estabelecida segundo o preço alcançado pelo café, as diversas despezas e a commissão.

Importante circumstancia se impunha então a proposito da determinação do preço de venda a facturar ao fazendeiro. O commissario como vimos, misturava, no sentido de conseguir os lotes homogeneos exigidos pelo commercio, os cafés de varios comittentes.

Como determinar as porcentagens que tocavam a estes diversos comittentes, levando-se em linha de conta, naturalmente, os typos vendidos e as quantidades pertencentes a cada qual? Procedia-se ao *rateio,* operação cujo nome era sobremodo antipathica aos fazendeiros, como já em 1884 o observara van Delden Laerne no Rio de Janeiro.

Havia motivos, sempre, para reclamações mais ou menos serias a proposito de taes porcentagens.

Acha Lalière que a operação era comtudo da maior simplicidade. Pois não havia a documentação previa da amostra obtida pelo furador? Mas o fazendeiro, homem desconfiado, não tinha grande fé na lisura do commissario e mostrava-se

alheio ás exigencias commerciaes; não comprehendia a necessidade das ligas para a formação dos lotes.

Encontrou o autor belga muita prevenção entre os agricultores em relação ao rateio, pois havia commissarios deshonestos que se tinham convertido em verdadeiros profissionaes da operação. Era ella lucrativo valendo ao commissario pelo menos oitocentos réis por sacca.

Causara sensação o depoimento de um ex-commissario a affirmar que segundo a maior ou menor elasticidade do commercio os intermediarios chegavam a ganhar até cinco e seis por cento do valor da mercadoria por elles manipulada.

Dizia Lalière que apezar de tudo não poderia a seu ver, o fazendeiro paulista, tão cedo dispensar a intervenção do commissario que sob o ponto de vista da exportação lhe prestava os maiores serviços.

A proposito dos negocios de consignação e das despesas a serem debatidas ao lavrador pelo commissario baixara a Associação Commercial de Santos, a 20 de setembro de 1907 instrucções com força de lei na sua praça clausulas que visavam fazer desapparecer prevenções e obstar a abusos, do modo mais preciso e rigoroso. Determinava que as vendas de café, e outros productos de exportação, se faziam dentro de trinta dias e sua liquidação se effectuaria no fim deste prazo ou antes até; segundo a data da entrega das mercadorias. Se houvesse antecipação deduzir-se-ia do total da factura desconto a razão de seis por cento annual. Ao commissario caberia uma commissão de trez por cento sobre o total bruto da conta de venda. Seria o café vendido pelo commissario em saccas de aniagem nova e da primeira qualidade e facturada ao exportador por mil e setecentos réis.

Os commissarios remetteriam os cafés ensaccados por typos, não segundo a procedencia mas segundo a qualidade. Se acaso surgissem reclamações dos committentes o que faria fé em juizo seriam as amostras das partidas obtidas á sua chegada em Santos; amostras que os commissarios deveriam conservar até a liquidação das contas.

Ficariam os commissarios responsaveis pela solvabilidade dos compradores com que tivessem tratado.

Nas operações a termo faria fé a data da factura de vendedor quando houvesse accordo em relação ás qualidades do producto. Mas assim não succederia se justificasse uma reclamação do comprador quanto á qualidade e peso. Não figurariam nas contas de venda os nomes dos compradores.

Sob a denominação de carretos debitados aos fazendeiros não só se incluiriam os gastos de transporte como o de reensaque, a repesagem, os transbordos e as corretagens. Seriam os carretos de valor variado, conforme as distancias dos armazens, orçando entre 420 e 600 réis por sacca.

Os adeantamentos aos fazendeiros pelas casas commissarias se saldariam não em especie mas sob a forma de cafés em consignação. O saldo fixo ou proporcional, que fosse, ficaria á parte que recebesse.

CAPITULO LXXXI

O mecanismo dos negocios cafeeiros em 1927 — A acção dos exportadores — O credito agricola — Opiniões extrangeiras sobre as operações de defesa

Expondo o mecanismo do systema adoptados pelos fazendeiros paulistas para a venda de seus cafés, dizia o Dr. Antonio de Queiroz Telles, em principios de 1927, que se supunha ser de quinhentos mil contos o total de adiantamentos feitos pelo commercio commissario de Santos á lavoura paulista.

O decreto federal de 21 de novembro de 1903 instituira as regras para o estabelecimento de empresas de armazens geraes, determinando os direitos e obrigações dessas empresas. A partir dessa época muitos lavradores isentos de compromissos com casas commissarias haviam iniciado o systema de vendas de seu café, directamente, ao exportador, despachando-o das fazendas para as companhias de armazens geraes, onde lhes era cobrada uma taxa de armazenamento. Chegado o café ao porto de destino, a companhia de armazens geraes apresentava ao proprietario, ou ao seu coretor, as amostras tiradas á chegada do producto aos armazens e, mediante uma commissão que em 1927 era de 500 réis por sacca, este effectuava a venda directamente ao exportador, em nome do proprio fazendeiro.

Tal systema tivera largo uso entre os fazendeiros independentes, causando sensivel diminuição nos negocios de vendas por intermedio de commissarios.

Apologistas enthusiastas de tal methodo haviam sido muitos productores, julgavam-no systema mais favoravel á sua mercadoria do que os processos do commissariado.

As fallencias de varios de taes estabelecimentos causando prejuizos serios aos fazendeiros haviam arrefecido muito a confiança dos lavradores.

Taes fallencias eram porém deshonestas dado que os armazens não podiam exorbitar da funcção de meros guardas dos generos e recebedores do quantum das vendas.

Assim haviam cahido em descredito voltando-se de novo os lavradores para os commissarios.

As operações a termo estabelecidas em Santos por instituições para este fim organisadas, desempenharam, desde o inicio, importante missão no comercio cafeeiro, como caixas de liquidação, de accordo com as praxes estabelecidas com os mercados consumidores. Estas organizações muito necessarias para o commercio legitimo do café, mas pouco usadas pelos fazendeiros, pelo seu natural afastamento dos centros de negociação do producto, haviam sido officialmente reconhecidas de utilidade pela lei, de 30 de dezembro de 1911, criando a Bolsa de Café de Santos. Dera ella a estes negocios feição official mais adequada ao meio paulista e ás condições especiaes do commercio. As operações comprehendiam além do mez corrente, os cinco immediatos, periodo considerado mais consentaneo com o systema de negociar brasileiro do que o de paizes extrangeiros onde geralmente entravam os mezes do anno todo.

Ficaram expressamente designadas na lei as pessoas com capacidade para operar na Bolsa, asim como as garantias assecuratorias a serem exigidas nas operações. Sendo o prazo de seis mezes, adoptado pela Bolsa, considerado em demasia para as operações na praça de Santos, pelo ensejo provavel ás manobras da especulação criadora da baixa dos negocios de café, fora tal prazo reduzido pelo governo, em 1922, a trez apenas, com o intuito manifesto de tornar a Bolsa mais de accordo com os interesses legitimos do genero e o de evitar quanto possivel o "jogo do termo" de elementos alheios ao commercio e á producção.

Ainda com o mesmo fito agira a Bolsa Official de Café de Santos cujas operações haviam acabado grangeando grande opposição por parte do commercio local, por isso que a sua directoria, seguindo instrucções do Instituto, começara a difficultar o recebimento dos cafés vendidos, fazendo exigencias consideradas descabidas quanto ao typo apresentado.

Com tamanho rigor passava a actuar a Bolsa que os seus negocios tinham chegado á paralisação. E com isso os exportadores viram-se privados de um meio de conseguir a cobertura das vendas futuras. Viera tal facto impedir e diminuir as transacções legitimas, constituindo isto, portanto, apreciavel factor da resistencia dos preços. Felizmente o Instituto de Café

acabara reconhecendo os effeitos contraproducentes das medidas expostas e se apressara em as reconsiderarem, collocando a Bolsa de Café de Santos dentro das verdadeiras funcções.

Antes de se praticar o systema da regularização das entradas, em Santos, pelo uso dos armazens reguladores construidos em 1923, commissarios e exportadores costumavam fazer compras de café nas fazendas do interior, pagando no acto contra conhecimento. Era um meio facil de obterem as qualidades que desejavam para entregas ou vendas futuras no Exterior.

Nas fazendas ainda se vendiam commummente no final das colheitas os cafés de qualidade inferior, as "escolhas", cafés com grande consumo nas cidades do interior e na propria capital. Por isto muitos fazendeiros preferiam vendel-os á vista postos na tulha ou na estação da estrada de ferro, geralmente em melhores condições do que se os mandassem, directamente, para Santos, onde tardariam muito a chegar, perdendo, dessa forma a opportunidade de alcançar preço mais compensador.

Em 1926 e principios de 1927 registraram-se grande actividade nas compras do interior paulista.

A directoria do Instituto restringira muito as entradas em Santos a ponto de faltarem cafés dos typos pedidos no Exterior.

As perspectivas da safra de 1926-1927 apresentavam-se enormes. Fallava-se que seria entre 14 e 15 milhões de saccas! E a tal respeito se manifestavam as mais abalisadas opiniões contrariadas aliás pelo Instituto do Café a apregoar instantemente que a safra se acharia fatalmente muito reduzida.

Da reducção das entradas queixavam-se os fazendeiros exportadores. A safra de 1925-1926 ainda não se escoara toda, chegando ao mar em plena colheita da safra seguinte.

Neste meio tempo, acossados pela necessidade dos custeios, sem apparelhamento financeiro que os ajudasse, com despachos de café nas estações sujeitos a quotas que não forneciam meios de levantar capital, grande numero de fazendeiros se vira na contingencia de entregar a mercadoria de sua producção ao primeiro interessado, chegando a vender-se no interior milhares de saccas de café a 100$000 e 90$000 e até a menos.

O effeito immediato desta situação fora o desinteresse completo demonstrado pelos compradores, em Santos, e a consequente estagnação daquelle mercado com a baixa dos preços.

A nova direcção do Instituto augmentara a proporção dos embarques por S. Paulo onde o café armazenado facilitaria

aos fazendeiros a obtenção de credito, orientação digna de todos os encomios.

Fallando das condições sob as quaes se effectuavam as transacções na praça de Santos escreveu em 1927 o Sr. Otto Uebele, acreditado commerciante, uma serie de considerações retrospectivas e syntheticas sobremodo incisivas.

Assim se sabia que até os principios do seculo XX os exportadores de Santos vendiam os cafés para o extrangeiro sómente na base de typos sem a descripção da sua qualidade, etc.

Este systema mudara completamente.

O importador extrangeiro podia comprar, do exportador brasileiro os cafés de qualidade com as descripções mais exigentes de accordo com as necessidades do negocio.

Crescendo de mais a mais, o interesse pelos cafés de qualidade, o exportador se vira forçado a aprender a classificação e descrever as qualidades proprias da qualidade e da bebida, tirando, desta forma, o maior proveito do valor do café no mercado.

E por esta razão mesma os cafés paulistas de qualidade haviam conquistado novos mercados de consumo, onde outrora só dominavam os da America Central, Java, etc.

Devia-se este progresso ao estudo continuo, ao zelo e á competencia daquelles que, como classificadores e peritos, nas casas exportadoras de Santos, tinham attingido a uma completa perfeição com o trabalho de annos.

O importador extrangeiro, por mais criterioso e exigente que fosse podia adquirir sem hesitação na praça de Santos, cafés de qualidade com as descripções mais completas, certo de que receberia encommenda rigorosamente de accordo com o pedido.

Esta melhoria proviera do perfeito apparelhamento commercial da praça santista.

Como a maior parte dos cafés do interior necessitavam de beneficio, para attingir os typos proprios de exportação, os Armazens Geraes e quasi todos os exportadores, possuiam installações de machinas as mais modernas para tal fim.

Assim se obtinham typos de café mais finos do que muitos dos procedentes directamente das fazendas.

O Estado de S. Paulo produzia tambem, consideravel quantidade de cafés de qualidade pobre e cafés duros. Estes sómente em determinadas praças do exterior, como por exemplo no Havre, encontravam franca acceitação. Fora o exportador de Santos, que com feliz inspiração soubera crear typos

apropriados para estes mercados. Baseados nestes typos realizavam avultados negocios com o extrangeiro; os enormes armazens de que as outras praças não dispunham muito facilitavam aos exportadores compor estes typos mediante grandes ligas.

A proposito do segundo centenario da introducção cafeeira no Brasil escreveu José Carlos de Macedo Soares interessante e autorisadas considerações sobre o *Credito e café;* e suas relações reciprocas, em 1927.

Depois de lembrar a primitividade e a honestidade das transacções, no inicio da lavoura cafeeira, em que a exigencia das garantias por parte dos capitalistas se cifravam á posse de documentos da correspondencia lembrou que as funcções do commissariado do café se enquadravam no titulo do Codigo Commercial Brasileiro referente á Commissão Mercantil.

A sua missão, de accordo com a lei, deveria limitar-se a receber os cafés dos comittentes, classifical-os e vendel-os, creditando nas contas de venda o preço apurado, e debitando, segundo o estylo da praça, a commissão de 3 % e a verba carretos, que cobriria as despesas de reensaque, repeso, empilhagem, transportes, seguro e corretagem.

Na praça de Santos, porém, o commissario de café ultrapassara e mmuito os limites da funcção traçada pelo Codigo Commercial. Outras funcções de ordem economica, e uma caracterisadamente financeira, vieram dar ao problema do café, importancia de alto relevo á classe dos commissarios.

Banqueiros originaes eram estes negociantes cujos adeantamentos aos lavradores não se liquidavam com dinheiro e sim com remessas de café a consignação.

Dispunham os commissarios do genero de seu comittente tanto o seu talante que delle faziam o que bem entendiam em materia de despejo, liga e reensaque por typos.

Para cobrir o excesso de attribuições em relação ao estatuido no Codigo do Commercio a Associação Commercial de Santos fizera registrar, na Junta Commercial do Estado de S. Paulo, a 16 de junho de 1899 e 16 de julho de 1907, assentos fixando os costumes da sua praça sobre venda, desconto, commissão, reensaque e carretos de café, preços de saccos e adeantamentos aos comittentes.

Mas o commissariado perdera terreno ante o progresso do apparelhamento bancario, a multiplicação das agencias dos grandes bancos, a creação de armazens geraes, a instituição dos warrants e outros institutos juridicos.

Facto frisante; em 1918 os bancos nacionaes paulistas tinham onze agencias em todo o Estado de S. Paulo; haviam ellas subido a 53 em 1924 e 88 em 1927. O Banco do Brasil com quatro agencias em 1918 contava dezesseis, no Estado de S. Paulo, em 1927.

Passara o custeio das lavouras a ser obtido em grande parte nos bancos, excepção feita do Banco do Estado de São Paulo, simples estabelecimento de depositos e descontos e não de credito agricola.

Continuaram algumas casas commissarias o seu giro sob os moldes de antanho, de adeantamentos aos lavradores.

O Banco do Estado este lhes fornecia dinheiro sob penhor de productos agricolas ou primeira hypotheca das fazendas.

Em 1927 faziam adeantamento contra conhecimentos de café, de sua producção exclusiva, até um maximo de trezentos contos de réis para cada operação, a nove por cento annuaes e á base de quinze mil réis por arroba.

O represamento da producção cafeeira estava exigindo modificações notaveis no apparelhamento financeiro.

Já o custeio de safras relativamente pequenas se mostrava consideravel. Fora em grande parte o que determinara o augmento do capital dos bancos paulistas.

O de quasi todos, havendo alguns até, tresdobrado os capitaes.

Para a grande safra corrente de 1927-1928 calculava-se que o custeio orçaria por um milhão de contos de réis.

Tornava-se imperioso o melhor aparelhamento do Banco do Estado de S. Paulo e a creação da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, senão, ao ver do eminente reparador era de esperar que a lavoura cafeeira viesse dentro em breve a soffrer das consequencias do estatismo exagerado que não provera a economia nacional de recursos aconselhados pela mais elementar previdencia.

Escrevendo em 1927 impressões sobre a posição do café no conjuncto economico do paiz, dizia o Dr. José Maria Whitaker com a sua autoridade de financista do maior prestigio:

"Se não é inteiramente justo resumir S. Paulo no café, uma vez que, como todos sabem, S. Paulo é o maior centro manufatureiro da America do Sul, e que nos annos normaes, a producção do café não representa senão a metade de sua producção agricola e industrial, é ao contrario rigorosamente exacto dizer que o Brasil é o café, pois o café attesta as ener-

gias do nosso povo e o que delle ainda se pode com razão esperar."

Fora certamente, mediante nas virtudes presuppostas por obra de tal grandiosidade que Ferri declarara a cultura do café no Estado de S. Paulo o acontecimento economico mais maravilhoso do seculo XIX. E, comtudo, ao exprimir, assim a sua justa admiração desconhecia o grande sociologo italiano que estas plantações magnificas se formaram e mantinham-se, sem um auxilio organisado e permanente, sem um apoio constante e benigno para suas grandes e inevitaveis necessidades.

Vivia o café sem credito, sem pelo menos o credito correspondendo ao papel essencial desempenhado na atormentada economia brasileira. E no emtanto este credito de que não dispunha era o que dava ao commercio e á industria do paiz.

Quem tivesse curiosidade de confrontar o balancete do Banco do Brasil com o da sua filial de S. Paulo que não comprehendia os das outras agencias no Estado, verificaria não só que aproximadamente a "metade" dos depositos em conta corrente, provinha de S. Paulo, como ainda que, recebendo de S. Paulo em total de 245.000 contos, o grande Banco só tinha aplicados em S. Paulo 79.000 contos de réis.

Se a esta differença de 166.000 contos se juntassem os 138.000 contos de depositos da Caixa Economica Federal, ver-se-ia que excedia de trezentos mil contos a contribuição enorme e isolada que S. Paulo pelo seu café destacava da sua economia necessitada para espalhar pelo resto do paiz como uma seiva benefica, na hora, aliás bem amarga, que com esforço atravessava.

Não era pois inopportuno lembrar, entre as festas do nobre centenario, que o café, cimento precioso de uma unidade constantemente ameaçada pelas ambições dos politicos, não merecia apenas estereis glorificações. Precisava sobretudo de protecção effectiva e real menos impostos e mais liberdade de circulação organisação de credito, abundancia de braços, facilidades de transporte.

CAPITULO LXXXII

O apparelhamento portuario e o café — Confronto entre Santos e os demais grandes portos da Republica

Ninguem ousaria contestar ao Brasil o direito de amparar o seu grande producto, escrevia o grande negociante Sr. Nortz em 1927 sobre "o plano brasileiro de defesa do café."

A proporção que o tempo passava ia-se tornando evidente que o plano brasileiro de defesa do café, que, a principio, procurava sómente regularizar a distribuição da safra, assumia cada vez mais, aspecto monopolistico, attingindo proporções de enorme experiencia arriscada, talvez perigosa, a deixar sulco nos annaes do commercio. Embora, talvez originariamente, não tendesse á eliminação do intermediario e dos mercados consumidores que, por tão dilatada phase constituira as pedras fundamentaes da venda do café, o fim das medidas tomadas pelo Brasil era conseguir tal objectivo de modo cada vez mais definitivo. Não havia proposito, por parte do commercio do café, de desconhecer os effeitos da attitude do Brasil. Embora reinasse sentimento predominante de pezar em todo o commercio, por causa da paralyzação dos mercados derivante de tal controle, notava-se ao mesmo tempo e com elle entretecido um sentimento de respeito pela enormidade do plano e responsabilidades que os interesses ligados ao café brasileiro se promptificaram a assumir, sob a orientação de S. Paulo.

Havia muito quem pensasse que a interferencia governamental exercera desfavoravel influencia sobre os mercados dahi se originando situação anormal e paralyzante.

Mas era licito indagar o que poderia succeder no futuro, quando se tornasse necessario ao Brasil procurar maior campo de distribuição para suas reservas accummuladas de café.

Os mercados consumidores pareciam ter chegado á conclusão de que a protecção unilateral dispensada ao café, juntamente com a crença de que elle, naquella época, constituia o

melhor e mais lucrativo negocio do mundo, com proventos, ao que muitos pensavam indefinidamente garantidos, constituiam outros tantos motivos para que o plantio do café tomasse grande impulso em todas as partes do mundo, dahi resultando novo periodo de super-producção.

O que o Brasil despendia na propaganda era dinheiro mal gasto. Para que insistir em tal proposito em regiões já conquistadas pelo café? quando o que se tornava mister senão capital era melhorar a qualidade do producto, que algumas vezes, deixava muito a desejar, na producção brasileira.

Esperava-se para 1927-1928 safra limitada em S. Paulo. Mas em presença das lavouras novas praticamente impossivel, era calcular o que representaria esta "safra moderada."

Não se notava disposição, por parte do commercio, em antecipar os acontecimentos ou siquer em limitar as vendas. As transacções nas Bolsas de Café e de Assucar já haviam attingido o minimo. O que restava do antigo commercio do café parecia ter-se resignado a um movimento de dia a dia, a espera dos acontecimentos.

Era a incerteza geral.

Muitos se espantavam do volume das grandes partidas de café negociadas pelos commerciantes e commissarios em São Paulo e Santos, mediante compras no interior, a preços reduzidos, para entrega posterior, conjecturando que ellas poderiam constituir pesada e perigosa transacção a longo prazo, porque os compradores não se encontravam seguros de passar o producto adeante. O mesmo acontecera em 1925, e os resultados não haviam de todo ponto sido indesejaveis.

Admittia-se que o consumo attingisse 22 milhões de saccas.

A opinião mais generalisada era que, o Brasil, para usar de uma expressão commum, tomara um boccado que não podia engulir. Não obstante a exterioridade de perfeita organização de controle, aliada á cooperação effectiva, pelo menos por parte dos cafezistas de S. Paulo, fora prestada demasiada attenção talvez á questão do controle, em vez de se cogitar de outro problema, bem mais importante: como se poderia dispor desse café? Estava o reparador certo de que, a menos da superveniencia de uma safra desfavoravel, em auxilio do Brasil somada a uma situação de verdadeira atonia dos outros mercados de café vizinhos, a falta de interesse commercial pelo artigo contribuiria para futuro declinio dos preços.

Em 1927, escrevia dos Estados Unidos o Sr. Karl A. Bickel grande interessado em negocios cafeeiros a proposito das operações de defesa do café, mostrando quanto se iam des-

manchando as prevenções dos yankees, sobre os processos da chamada "nova valorisação".

As relações commerciaes entre os Estados Unidos e o Brasil tendo por principal base a importação do café, pareciam ter entrado recentemente num periodo de maior tranquillidade, especialmente depois que os funccionarios dos consulados brasileiros, na confederação norte americana e os representantes do Instituto de Defesa Permanente do Café haviam explicado claramente á opinião publica americana os objectivos desse instituto.

Quando a nova organisação entrara a funccionar, houvera nos Estados Unidos certa reacção, nascida de opposição natural dos norte americanos a qualquer plano visando a especulação sobre o preço de um genero tão importante, como o café, para vida do povo dos Estados Unidos. A politica das valorizações dos productos feita com a intervenção artificial dos governos nos mercados, que a Inglaterra estava sendo acusada de praticar com relação á borracha, encontrara sempre na America do Norte severa opposição em todos os meios por acreditar-se que o commercio necessita da mais ampla liberdade para se processar naturalmente.

Sem duvida, os objectivos do Instituto de Defesa Permanente do Café de S. Paulo haviam sido mal interpretados a principio. Os mal entendidos porém, sobre as finalidades do Instituto já se achavam sufficientemente esclarecidos, graças ás explicações das autoridades consulares brasileiras e representantes do Instituto. Assim as relações commerciaes entre as duas grandes republicas continuavam firmes.

Os americanos, não cessavam de beber todas as manhãs a sua chicara de café, por ella pagando preço que não alarmava as donas de casa. Seria isto sempre a melhor garantia de que se manteriam sempre boas as relações commerciaes dos Estados Unidos com o Brasil.

Sob o titulo *Os transportes maritimos do café e as correntes compensadoras* publicou o Dr. Hildebrando de Araujo Goes, director da Inspectoria Federal de Portos valioso artigo descrevendo o que era o apparelhamento dos portos brasileiros em 1927 para o serviço do embarque de café.

Avançou ao encetar o seu estudo:

"Não seria exagero affirmar que a expressão economica do Brasil deante do mundo, ha muito que se traduzia quasi exclusivamente pelo vulto de embarque do café em nossos portos. De facto, representando este producto mais de dois terços de nossa riqueza exportavel, tornou-se o principal elemento

directo de troca commercial com o extrangeiro. Havia decenios que o café exprimia toda a actividade productora brasileira."

Altisonantemente exprimia-se o Dr. Goes:

"Ouvem nos ainda entre as demais nações pela voz dos milhões de cafesaes que cultivamos. E no viço tropical da rubiacea se resume, no momento, o symbolo da opulencia de um povo que trabalha e de uma nação que prospera.

A era da navegação a vela fora a do commercio sem defesa nem organisação. Consignado aos commandantes dos barcos era o café nos portos de destino por estes negociado do modo mais arbitrario.

A premencia que tinha o capitão de liquidar a carga, o vulto maior ou menor dos carregamentos chegados além de outras circumstancias que actuassem de momento, davam margem a grandes especulações por parte dos compradores.

Passara-se depois ora a consignar o café a intermediarios de confiança, nas praças extrangeiras, ora a conseguir o embarque das partidas, já por conta dos compradores. Nesta phase o Havre e os demais portos europeus de primeira ordem formavam os centros distribuidores exclusivos, onde os compradores, em menor escala, eram obrigados a buscar a mercadoria.

A navegação a vapor trouxera enormes mutações ao commercio, multiplicando immenso os centros distribuidores. E tudo ainda se desenvolvera com as facilidades do telegrapho submarino.

Explicava o Dr. Goes o mecanismo dos embarques nos grandes portos.

"Em Santos todo o embarque de café se fazia directamente, do caes para a bordo, por meio de guindastes ou com carregadores mecanicos.

Toda a movimentação do café, até o convez do navio ou dentro do saveiro, corria por conta do exportador. As despesas, porém, do convez do navio ou do saveiro, ficavam a cargo do armador, constituindo parcellas do custo do transporte maritimo, cobertas pelo frete.

Pelo systema primitivo, em vigor no Rio de Janeiro, as despesas do armador, isto é, as de estiva, eram bastante mais elevadas que as correspondentes no systema mais moderno. Dahi a difficuldade de confronto exactos dos preços dos serviços portuarios.

No Rio de Janeiro o exportador realizava o segundo transporte trazendo os saccos de café a beira do caes, com pessoal

seu. O pessoal da estiva, por conta do armador, recebia o genero. collocava-o nos saveiros, levava este ao costado do navio, operava o carregamento e a arrumação dos porões.

Em Victoria tudo se passava como no Rio.

Em Santos, porém, corria o serviço totalmente diverso vindo o café em vehiculos urbanos, do armazem do exportador ao caes, como no Rio de Janeiro.

Este transporte terminava com a chegada do vehiculo ao portão das Docas, fora da faixa alfandegada. Iniciava-se então a operação denominada de "capatazias" realizadas com pessoal e apparelhamento da Companhia Docas de Santos, a comprehender os seguintes serviços:

a) — transporte da mercadoria do portão do caes, até junto ao navio carregado.

b) — transporte e entrega a bordo sobre o convez.

Seguia-se a operação da "estiva", que a Companhia executava podendo ser feita por quem o armador quizesse. Consistia em tomar a mercadoria no convez e conduzil-a no porão do barco a partir.

Havia bastante differença entre o serviço em Santos e nos demais portos de grande exportação. Naquelle porto, com o vulto consideravel dos embarques, não seria possivel manter o systema primitivo e caro, lamentavelmente, ainda em uso no Rio de Janeiro. Pela necessidade de tornar mais rapida a operação a Companhia Docas tinha em funccionamento installação mecanica transportadora e carregadora dispondo de grande capacidade.

Servia em 1927 a setecentos metros lineares de caes e estava sendo ampliada para servir a mais trezentos. Constituiam-n'a esteiras sem fim, movidas por motores electricos e empregadas algumas transversaes e outras longitudinaes ao caes. As saccas tomadas pelas esteiras, na rua, ou dentro de armazens externos, passavam para a longitudinal e desta para os carregadores que levavam o producto á escotilha do navio.

Terminada a ampliação ficaria a installação correspondendo a um grupo de seis armazens internos e a trez externos podendo embarcar seis mil saccas de café por hora.

Santos era pois em 1927 o unico porto cafeeiro com installações apropriadas e o serviço efficientemente organisado para o embarque.

Demonstrava um quadro, organisado pela *Willeman's Brasilian Review,* que antes da conflagração mundial, a maioria

do café brasileiro era transportado por navios inglezes e allemães.

Durante a guerra, a tonelagem reservada aos navios nacionaes crescera animadoramente até que restabelecida a concurrencia de outras bandeiras começara a diminuir.

Nos annos subsequentes a 1918, a bandeira americana occupara o primeiro lugar, vindo em seguida a ingleza e depois a brasileira.

Muito se empenhara o Lloyd Brasileiro para conseguir carregamento de café para a America do Norte.

Esforços em parte compensados pois das 13 milhões e 751 mil saccas exportadas em 1926, coubera-lhe a parcella de 2.572.947 saccas, 2.023.689 para os Estados Unidos e .... 549.264 para a Europa. Mas acção identica á do Lloyd Brasileiro estava sendo exercida pelos americanos com o intuito de conseguir angariar a preferencia para o transporte para Nova Orleans e Nova York.

Como o café já embarcava vendido, as preferencias se manifestavam em relação á navegação norte americana.

Com os progressos da navegação diminuira paulatinamente a duração das travessias até que a entrega do café nos mercados extrangeiros a quinze ou vinte dias de praso se tornara operação normal.

Das facilidades da entrega e das medidas reguladoras da exportação, resultava o desapparecimento dos grandes stocks nas praças extrangeiras. Assim, o armazenamento do café, em larga escala fizera-se em depositos reguladores, havendo o Governo fixado quota maxima de embarque nos portos nacionaes exportadores.

Os grandes entrepostos de consumo no mundo eram: Nova York, Nova Orleans, Buenos Aires, Hamburgo, Havre, Amsterdam e Antuerpia.

No primeiro anno do seculo XX, a producção global, vendida aos paizes consumidores ainda se mostrava inferior ao numero de saccas sahidas de Santos em 1926. A curva de oscillação do movimento total encontrara o maximo em 1915 ao se exportarem mais de dezesete milhões de saccas, verificando-se logo depois, em 1920, um minimo que não chegara a alcançar cinco milhões e meio.

Santos, durante todo o primeiro quartel do seculo, conservara sempre larga primazia em relação ao movimento dos demais portos. Por elle se escoaram em 1926 mais de trez quartas partes da exportação nacional.

Em todos os portos brasileiros havia para o recebimento do café, armazens mantidos pelos commissarios ou pelos exportadores. Muitos desses armazens dispunham de machinismos completos, em que o producto passava pelas operações de rebeneficio, composição de typos e ensaque antes de ir para o caes ou trapiches de embarque.

Na hypothese mais favoravel, o café soffria no porto dois transportes, o da estação ferroviaria ao armazem do exportador e do armazem ao local do embarque. Podia occorrer ainda, um transporte intermediario entre o armazem do commissario e o do exportador.

Estes armazens de propriedade particular, não faziam portanto parte integrante das installações portuarias. Em Santos, porém a empresa concessionaria apparelhara-se melhor possuindo armazens para o recebimento e praparo do producto. Além destes existiam outros armazens especialmente reservados ao café, prompto para o embarque no prazo maximo de dez dias.

Distinguiam-se trez especies de armazens:

Os pertencentes a commissarios ou a exportadores, onde o café era guardado esperando venda ou opportunidade para embarque onde podia ser rebeneficiado, composto em typos e reensaccados para a exportação.

Os da Companhia Docas de Santos, para a permanencia a prazo longo, com os mesmos objectivos e as mesmas funcções.

Os tambem da Companhia Docas de Santos, proximos ao caes e reservados a receber café prompto para embarque em determinados navios a sahir dentro de um maximo de dez dias.

A differença existente entre os armazens dos preciosos generos, residia no transporte do café, que para o primeiro era feito em carroças pelas vias publicas e para o segundo realisado pela Companhia Docas.

No Rio de Janeiro, o transporte entre a estação ferroviaria e os armazens fazia-se por meio de linhas ferreas do porto por onde circulavam os vagões em que o café chegara do interior, quando se tratava de proveniencias da Leopoldina Railway. Em todos os demais casos, o transporte se fazia em vehiculos urbanos.

Nos outros portos, os transportes se faziam em vehiculos particulares urbanos ou fluctuantes como em Victoria.

Depois do segundo transporte, seguia-se o embarque operação realisada por dois systemas differentes: o primitivo com a intervenção de saveiros, recebendo o producto nos caes ou trapiches e conduzindo-o ao costado dos vapores, com cujos

apparelhos se realisava o transbordo e o mais moderno com o café carregado directamente, do caes para bordo, com o auxilio dos guindastes do porto, por meio de apparelhamento especial.

No Rio de Janeiro, a exportação pelos vapores do Lloyd Brasileiro, atracados em frente aos armazens proprios de embarque fazia-se directamente do caes para bordo, com os guindastes do proprio navio.

O restante da exportação embarcava pelo systema primitivo com a intervenção de saveiros.

Em todos os outros portos, com excepção do de Santos, era ainda usado o systema primitivo.

Tanto em Santos como no Rio, manifestava-se, com mais intensidade, a favor da importação de mercadorias de origem extrangeira, sensivel desequilibrio funccional.

Este phenomeno, natural em paizes em crescimento, acarretava seria concurrencia entre as companhias de navegação, para a obtenção de carregamentos de retorno, indispensavel ás embarcações, quando em viagem de regresso para os portos americanos do norte ou europeus.

Esta concurrencia era até certo ponto, contrabalançada, pela necessidade dos navios augmentarem os fretes para determinado porto quanto menores occorriam as possibilidades de mercadorias a transportar.

Eram estas as percentagens da exportação:

Santos	45,6
Rio	34,7
Victoria	64,8
Bahia	90,2

No movimento de exportação, a tonelagem referente ao café entrava nas seguintes percentagens:

Santos	83,3 %
Rio	33,3 %
Victoria. . . .	93,4 %
Bahia	17,5 %

Em contraposição ás linhas de navegação creadas pela necessidade de transportar o café aos centros extrangeiros, originavam-se as correntes compensadoras de importação.

Assim, o movimento maritimo e commercial dos portos nacionaes em que avultava a exportação do café, como Santos e Rio, sobrelevava de muito o de outros portos.

No Rio de Janeiro a despesa por sacca em 1927 era de réis 1344 em Victoria 940, em Santos 620. Assim se discriminavam nos casos comparaveis entre si.:

	Rio	Santos	Victoria
Transporte ao ponto de embarque	580	500	300
Passagem de vehiculo.	90	—	—
Taxa de transporte pelo caes . .	60	—	—
Estiva	614	120	640

Havia em Santos a examinar mais dois casos quando se tratava de armazem da companhia de funcção identica aos dos exportadores, com o transporte feito pela companhia.

De armazem da companhia de deposito a prazo maximo de dez dias, com transporte feito pela mesma companhia.

No primeiro destes ultimos casos as despesas eram de 240 réis e no segundo de 120.

Verificava-se pois, que no porto de Santos, para o café depositado para prompto embarque as despesas eram 1/10 das que se fariam no Rio de Janeiro de ⅛ das de Victoria. No caso menos favoravel, quando intervinha o transporte em vehiculos urbanos, ainda assim, as despesas eram a metade das do Rio de Janeiro e 2/3 das de Victoria. Este confronto mostrava quanto se podia obter em materia de economia com bom apparelhamento e boa organisação de serviços.

Os fretes maritimos sobre o café haviam variado, consideravelmente nos annos anteriores a 1927, em consequencia das perturbações produzidas pela guerra mundial.

As companhias de navegação operavam em convenio de modo a evitar luta de fretes de consequencias geralmente funestas para o commercio e as proprias empresas de navegação.

Os fretes para os Estados Unidos que eram 50 centavos para a tonelada de café, haviam passado a 60 em 1925, baixado a 40 em 1926 e subindo a 60 em 1927.

Os fretes para a Europa haviam sempre subido. Variavam entre 45 a 50 schillings em 1914 sendo de 45 durante a Guerra para se manterem a 60 entre 1921 a 1923. Em 1927 nova elevação, attingindo 70 schillings.

Infere-se dessas indicações que durante a guerra os fretes quasi haviam decuplicado e que em 1927 se mantinham em nivel 40 % mais alto do que antes da conflagração mundial.

CAPITULO XL

PAGS.

O Commercio exterior brasileiro em 1919 — As operações de defesa do café — Prenuncios de grande alta de preços — Optima situação estatistica 5

CAPITULO XLI

Questões cafeeiras em Minas Geraes. Rio de Janeiro e Bahia — Mensagens presidenciaes destes estados em 1919 — Representação da Associação Commercial do Rio de Janeiro — Baixa notavel da immigração no Brasil — A missão Navarro de Andrade, ao Extremo Oriente, de estudos cafeeiros — Advertencia quanto á possibilidade do apparecimento no Brasil de grave flagello do café. 13

CAPITULO XLII

A situação economico financeira em 1920 — Depreciação dos productos brasileiros — Prenuncios de crise — Prejuizos dos importadores — Situação do café — Depressão dos preços e do volume exportado — Situação estatistica boa — Contracto entre a União e o Estado de S. Paulo para a defesa do café — Dados sobre a liquidação dos serviços da Valorisação de 1906 — Operações de defesa do governo federal e do paulista 23

CAPITULO XLIII

Echos parlamentares das questões cafeeiras — A baixa de preços e os prejuizos avultados do Brasil — Accusação contra as Bolsas de café e Caixas Registradoras — Aprezoamento da necessidade da instituição da defesa permanente do café — Discussões em torno do projecto de nova emissão para a defesa do café, e a creação do banco de emissão e desconto — Convenio commercial italo-brasileiro. 37

CAPITULO XLIV

Pags.

As condições economico financeiras do Brasil em 1921 — Anno de reparação economica universal — Conceitos de Victor Vianna sobre as operações de defesa do café — Mensagem do presidente Epitacio Pessôa ao Congresso sobre os projectos de defesa — Exposição de Victor Vianna sobre o conjuncto das medidas realisadas — Cotações, consumo e stocks em 1921. ... 55

CAPITULO XLV

Declarações do Conde Siciliano sobre a situação do café Exposição do Presidente Epitacio Pessôa ao Commercio de Santos — Resposta do deputado Veiga Miranda ao Presidente da Republica — Mensagem do presidente Arthur Bernardes ao Congresso Mineiro. ... 70

CAPITULO XLVI

A situação cafeeira em 1921 — Exposição das mensagens presidenciaes da União e do Estado de S. Paulo sobre as operações de defesa — Parecer do Deputado Sampaio Vidal — Opiniões do presidente da Republica. 83

CAPITULO XLVII

Debates parlamentares de 1921 — Opposição vehemente dos deputados Mario Brant, Gonçalves Maia e Souza Filho — Emendas diversas — Redacção do projecto de creação do Instituto de Defesa Permanente da Producção Nacional. 104

CAPITULO XLVIII

Exposição ao Congresso Nacional em 1922 das operações de defesa do café, pela Presidencia da Republica — Analyse da situação cafeeira pela mensagem presidencial de S. Paulo ao congresso estadual — Debates do Congresso Nacional. 117

CAPITULO XLIX

Analyse da situação economico financeira do Brasil em 1922 — A exportação de café e as operações de defesa — Posição do Brasil em face do commercio mundial. 126

CAPITULO L

Pags.

Debates no Senado a proposito de operações de defesa do café — Exposição de motivos do Dr. Homero Baptista — Commentarios parlamentares. 136

CAPITULO LI

Analyse da situação economico financeira do paiz em 1923 — O grande desequilibrio do commercio universal — Proseguimento das operações da defesa do café — Augmento do consumo mundial — O café nos Estados Unidos. — Quadro das responsabilidades financeiras do Brasil — Exame das condições da exportação. 142

CAPITULO LII

Exposição do Presidente Arthur Bernardes ao Congresso Nacional, sobre as operações de defesa do café — Negociações com os banqueiros europeus — Modificação de clausulas contractuaes — Contestação apresentada pelo ex-presidente da Republica Dr. Epitacio Pessôa — Debates parlamentares. 155

CAPITULO LIII

Exposição ao Congresso Paulista em 1923 pelo presidente do Estado Dr. Washington Luis Pereira de Souza sobre a situação cafeeira — Novo regulamento para a Bolsa de café de Santos — Mensagem do presidente de Minas Geraes Dr. Raul Soares de Moura ao Congresso estadual — Situação do café em Minas 170

CAPITULO LIV

Echos do Congresso Nacional, em 1924, a proposito das operações de Defesa do café. 177

CAPITULO LV

Condições economicas e financeiras do Brasil em 1924 — O papel do café na sustentação das taxas cambiaes — Excellente situação do genero — A concurrencia colombiana nos Estados Unidos. 182

CAPITULO LVI

Dados sobre a riqueza publica e o Commercio do Brasil — A missão economico financeira britannica em 1924 — Estudos do Dr. Frescott nos Estados Unidos. 191

CAPITULO LVII

PAGS.

A situação cafeeira em 1924 — Palavras optimistas das mensagens presidenciaes da Republica e dos Estados de S. Paulo e Minas Geraes — Creação do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café. 198

CAPITULO LVIII

O combate á broca do café — Programma do Dr. Arthur Neiva — Estudos sobre a biologia do **Stephanoderes hampei** — Primeiros resultados obtidos. 206

CAPITULO LIX

Mensagem do Presidente da Republica ao Congresso Nacional em 1925 — O café e a exportação — Mensagem do Presidente de S. Paulo Dr. Carlos de Campos — As operações do Instituto de Café de S. Paulo em 1925 — Exposição á Presidencia do Estado pelo Secretario da Fazenda Dr. Mario Tavares — Situação do café em Minas Geraes. 213

CAPITULO LX

Situação economico-financeira mundial em 1925 — Excellente posição do café — A Campanha anti cafesista nos Estados Unidos — Vinda ao Brasil de uma grande commissão de **roasters** para estudar **in** loco a situação cafeeira — Cotações cada vez mais vantajosas — Augmento consideravel do surto cafeeiro. 224

CAPITULO LXI

Visita ao Brasil de uma grande commissão de torradores norte-americanos para o estudo das condições do commercio cafeeiro — Exposição do Dr. Augusto Ferreira Ramos e do Dr. Gabriel R. dos Santos, secretario da Agricultura do E. de S. Paulo sobre as operações de defesa — Conceitos do Consul Geral Sampaio — Providencias do governo de Minas. 233

CAPITULO LXII

As mensagens da Presidencia da Republica em 1926 e as de S. Paulo e Minas Geraes e o café — Avaliação do cafesal do Brasil. 242

CAPITULO LXIII

Analyse das condições economico financeiras do paiz em 1926 — A questão da estabilização da moeda — Prenuncios de crise cafeeira. 250

CAPITULO LXIV

PAGS.

Exame da situação cafeeira em 1926 — Vantagens e desvantagens da politica de defesa — A concurrencia estrangeira sobretudo da Colombia nos Estados Unidos — Campanba de discredito do café brasileiro na Confederação Norte Americana — Noticias do consumo do café brasileiro no Extremo Oriente. 261

CAPITULO LXV

Mensagem ao Congresso Paulista do Presidente interino Dr. Dino Bueno — A extensão do plautio e seus perigos — O Instituto de Café. 271

CAPITULO LXVI

Retrospecto geral da questão cafeeira — Actuação do commissariado e decadencia deste — Criticas ao systema de defesa. 274

CAPITULO LXVII

Criticas diversas á situação cafeeira em 1927 — Reparos ao systema de defesa. 289

CAPITULO LXVIII

A situação do café em 1927 — Commentarios de Augusto Ferreira Ramos a Ciucinnato Braga — O custo da producção em S. Paulo. 298

CAPITULO LXIX

O Censo agricola e o cafeeiro de 1920 — Trabalbos de Bulbões Carvalbo — Distribuição das fazendas de café pelas diversas circumscripções do Brasil e pelas zonas ferroviarias dos estados — Dados interessantes e insuspeitados. 311

CAPITULO LXX

Analyse dos resultados do censo cafeeiro de 1920 — O Nordeste — A Bahia e o Espirito Santo — Os Estados de grande lavoura — O Paraná. 320

CAPITULO LXXI

A lavoura cafeeira dos Estados do Norte em 1927 — Progresso da cultura na Parabyba do Norte e em Pernambuco. 329

CAPITULO LXXII

PAGS.

Exposição do estado dos processos de lavoura bahiana em 1927 —Decadencia e revivescencia — Methodos obsoletos 338

CAPITULO LXXIII

O café no Espirito Santo ao decorrer o centenario de 1927 — Melhorias dos processos e alargamento da cultura. 343

CAPITULO LXXIV

A situação da lavoura fluminense em 1927 — Vestigios das velhas lavouras cariocas no anno do bicentenario 355

CAPITULO LXXV

Estado da lavoura mineira em 1927 — Methodos e processos 361

CAPITULO LXXVI

Depoimento sobre uma zona recente de cafeicultura — Aspectos da noroeste paulista em 1927 371

CAPITULO LXXVII

Lavoura do Paraná — A cultura em S. Catharina, Goyaz e Matto-Grosso 374

CAPITULO LXXVIII

Flagellos do cafesal e do café — Estudos de Eugenio Rangel — O Serviço de Defesa contra a Broca — Programma do Dr. Arthur Neiva — Relatorio dos trabalhos do serviço no primeiro triennio de existencia — Determinação scientifica do Stephanoderes — Estudos sobre a biologia do coleoptero — O repasse e o expurgo da colheita — Progressos da infestação — Prognosticos sombrios 383

CAPITULO LXXIX

O café e a guerra movida ao seu consumo pelos succedaneos sobretudo nos Estados Unidos e na Africa do Sul — As pragas do Extremo Oriente — A concurrencia colombiana — Declarações de um grande commerciante norte americano sobre as condições do commercio cafeeiro nos Estados Unidos 396

CAPITULO LXXX

Pags.

As categorias essenciaes de classificação dos cafés em 1910 — Relação entre commissarios e fazendeiros 402

CAPITULO LXXXI

O Mecanismo dos negocios cafeeiros em 1927 — A acção dos exportadores — O Credito agricola — Opiniões extrangeiras sobre as operações de defesa 410

CAPITULO LXXXII

O apparelhamento portuario e o café — Confronto entre Santos e os demais grandes portos da Republica ... 417